



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA**

CAMILA DUTRA DOS SANTOS

**DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO E REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL
NO OESTE BAIANO**

FORTALEZA – CE

2016

CAMILA DUTRA DOS SANTOS

DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO E REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL
NO OESTE BAIANO

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise de Souza Elias

FORTALEZA - CE

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Santos, Camila Dutra dos .

Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano [recurso eletrônico] / Camila Dutra dos Santos. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 449 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semiáridas e Litorâneas .

Orientação: Prof.ª Dra. Denise de Souza Elias.

1. Agronegócio. 2. Redes Agroindustriais. 3. Região. 4. Reestruturação urbano-regional. 5. Oeste Baiano. I. Título.



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CCT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: "DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO E REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL NO OESTE BAIANO".

Data da Defesa: 29/01/2016

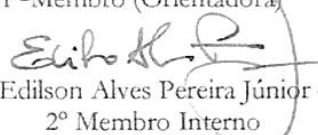
Nome da Autora: Camila Dutra dos Santos

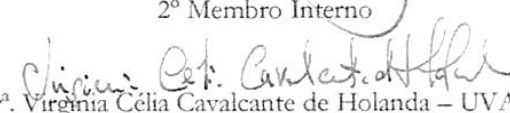
Nome da Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Denise de Souza Elias (UECE)

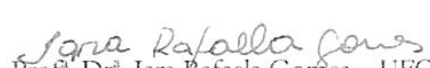
Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia – CCT/UECE, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Geografia, Área de Concentração: Análise Geoambiental e Ordenação do Território nas Regiões Semi-Áridas e Litorâneas.

BANCA:


Prof^ª. Dr^ª. Denise de Souza Elias - UECE
1º Membro (Orientadora)


Prof. Dr. Edilson Alves Pereira Júnior – UECE
2º Membro Interno


Prof^ª. Dr^ª. Virginia Célia Cavalcante de Holanda – UVA/UECE
3º Membro Interno


Prof^ª. Dr^ª. Iara Rafaela Gomes – UFC
4º Membro Externo


Prof. Dr. Ricardo Abid Castillo - UNICAMP
5º Membro Externo

A meus pais (*in memoriam*), Antônia da Silva Dutra e Antônio Epifânio dos Santos, pela vida e sabedoria transmitida.

À minha avó, Margarida Augusta, por ter me criado com dedicação e afeto.

Ao meu companheiro, Allan Oliveira, por seu amor, seu cuidado, sua infinita compreensão e por insistentemente me dizer: “vai dar certo!”

AGRADECIMENTOS

A consecução desta tese contou com importantes apoios e incentivos vindo de pessoas muito especiais, sem as quais nossa trajetória teria sido muito mais árdua e menos humana. Desse modo agradeço: a Deus, primeiramente, por ter-me dado saúde, coragem e perseverança e por ter permitido que eu concluísse este trabalho. À minha família, que sempre incentivou meus estudos, entendeu meus objetivos e me apoiou nas horas mais difíceis.

A meus pais, Antônia e Antônio, *in memoriam*, que me deram a vida e que, de onde estiverem, estão acompanhando os meus passos.

À minha avó, Margarida Augusta, que me educou com seus gestos simples. Reconheço especialmente os bons exemplos, que sempre tive em casa, dos meus tios, também educadores, Zilda Rocha (professora de português/literatura) e Cláudio Rocha (professor de filosofia), que sempre acreditaram na minha capacidade e compartilham comigo a paixão pela educação.

A meus demais tios (Lurdes, Lourival, Gilberto e Ana Lúcia) e primos (Sofia, Italo e Beatriz) por me apoiarem nessa empreitada.

A meu companheiro, Allan Oliveira, que esteve todo esse tempo a meu lado, me dando força para seguir em frente, mesmo quando os obstáculos pareciam intransponíveis, e teve paciência e resiliência em meus estados de isolamento (só a tese e eu), demonstrando a força da nossa relação.

Agradeço igualmente à sua mãe, Célia Oliveira, e à sua irmã, Kariny Oliveira, pelo carinho e apoio.

À minha orientadora, Denise Elias, a qual acompanha minha caminhada acadêmica desde a iniciação científica. Agradeço sua dedicação, compromisso e seriedade com a orientação. Obrigada pela confiança depositada e paciência dispensada durante todos esses anos que trabalhamos juntas. Tenho aprendido muito com seu exemplo de profissionalismo e rigor metodológico.

A todos os professores e professoras da Geografia da UECE, Graduação e Pós-Graduação, que participaram da minha formação acadêmica, principalmente Edilson Pereira Jr., Otávio Lemos, Cláudia Grangeiro, Zenilde Amora, Luiz Cruz Lima, Virgínia Holanda e Denise Bomtempo.

Agradeço também aos trabalhadores que estão no meu cotidiano na UECE: Júlia Oliveira e Adriana (secretárias do PropGeo), Abú e Edmar (operadores da Xerox Central), Seu Francisco e Aparecida (zeladores), Paulo e Val (secretários dos cursos de Graduação em Geografia), Seu Bili (do Bili Lanches).

Aos queridos professores Ricardo Castillo (UNICAMP), Virgínia Holanda (UVA), Iara Gomes (UFC), Edilson Pereira Jr. (UECE), Alexsandra Muniz (UFC) e Denise Bomtempo (UECE) que aceitaram de forma muito gentil comporem minha banca examinadora do doutorado. Em especial aos professores Ricardo e Virgínia, que participaram também do meu exame de qualificação e puderam acompanhar a evolução da pesquisa.

À minha turma de doutorado, especialmente às amigas Tereza Vasconcelos, Glauciana Teles e Lucenir Chaves. Carregar o peso da tese, sem vocês para compartilhar os desafios e sucessos, teria sido muito mais difícil. À Lucenir faço um agradecimento especial, por ter sido um grande ombro amigo nos momentos mais difíceis da redação final da tese, dividindo a ansiedade e também as alegrias de cada etapa vencida, bem como por ter me acolhido em seu ambiente de trabalho, espaço onde partilhamos ideias, dúvidas e muitos debates.

Agradeço também a seu esposo, Antônio José, e à sua filha, Sara, que colaboraram para que os nossos dias de intenso trabalho fossem mais leves e esperançosos.

Aos membros do grupo de pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU), cuja parceria de trabalho contribuiu, decisivamente, na construção desta tese e através do qual pude aprender a fazer pesquisa com seriedade e compromisso acadêmico.

Agradecimento especial aos amigos feitos, mais recentemente, no grupo: Elane Bezerra, Bruna Nogueira, Érica Pinheiro, Edivania Marques, Sidney da Silva, André Felipe, Beatriz Farias, Thainá Ramos e Gilda Rodrigues.

Aos amigos de longa data, Edna Couto, Iara Gomes, Priscila Romcy, Rodrigo Queiroz e Henrique Alves.

A meus amores Leandro Cavalcante e Kassia Kiss. Não tenho nem palavras para agradecer o auxílio que vocês me deram com a tese e, sobretudo, pelo carinho, doação e acolhimento de sempre.

A meus alunos, dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da UECE, por enriquecerem meu aprendizado todos os dias e me motivarem a acreditar sempre em uma universidade pública, gratuita e de qualidade.

Agradecimento especial a meu ex-orientando Wellington Moreira, sobretudo pelos projetos cartográficos da tese, e a meus atuais orientandos Emílio Lopes, Thainá Ramos, Ingrid Gomes, Kassia Kiss e Beatriz Farias. Vocês têm corroborado para meu aprimoramento no ensino e na pesquisa, além de serem fiéis amigos.

Aos amigos, feitos desde quando éramos bolsistas do PET de Geografia da UECE, Luiz Antônio, Cristiane França, Denise da Silva, Heron Freire, Ícaro Maia por compartilharem comigo o cotidiano acadêmico há bastante tempo e pelo afeto de sempre.

Agradecimento particular a meu amigo/irmão, Heron Freire, que sempre esteve disponível quando eu precisei, demonstrando sua infinita generosidade e carinho por mim dentro e fora dos muros da universidade.

Uma palavra especial ao Ícaro, que esteve presente em etapas muito importantes da minha vida, sendo um grande responsável pela pessoa que me tornei e pela etapa que alcancei.

À minha amiga geógrafa francesa, Laure Haumont, pessoa muito especial que tive o prazer de conhecer, por ocasião de suas missões de estudos no Ceará em 2013 e 2015. Nossas conversas, acompanhadas sempre por uma boa xícara do seu café, ajudaram muito nas reflexões das nossas pesquisas.

À outra amiga geógrafa, agora brasileira, Ana Luiza, e sua família potiguar querida, com quem desde o Mestrado, vez ou outra, tenho a oportunidade de dividir minha casa, minha família e minha pesquisa.

À minha família barreirense – Os Almeidas –, que me acolheram muito gentilmente nos três meses de trabalhos de campo realizados no Oeste Baiano, principalmente Domingos, Ceone, Angelita e Jânio. O amor, a solicitude e a benevolência, que transbordam do lar de vocês, foram o conforto para tantos dias longe de casa e da minha família cearense.

Agradecimento especial ao Domingos Valdo Almeida, estudante de Geografia da UFOB, que me acolheu logo nos meus primeiros dias na Bahia, apresentou-me Luís Eduardo Magalhães (BA), acompanhou-me em muitas visitas e entrevistas de campo.

Ainda aos amigos do Oeste Baiano, agradeço aos professores do curso de Geografia da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), nas pessoas de Janes Lavoratti, Marcelo Latuf, Paulo Baqueiro e Marcos Mondardo. A este amigo, meu agradecimento sincero por ter-me recebido em Barreiras, colaborando em meus trabalhos de campo; trocado ideias e me apresentado seus orientandos, os quais foram por demais amáveis e prestativos em contribuir nos meus dias de pesquisa no Oeste Baiano.

Desse modo, agradeço aos alunos de Geografia da UFOB – Núbia Moreira, Paloma Souza, Rose Hermes, Diego Pinheiro, Zane Nascimento, Cidinha Pereira, Diego Cruz, Luan Soares, Raquel Lopes, Gilmar Paixão –, que também me ajudaram nas pesquisas pelos cerrados baianos; especialmente à Dyandra Hoffmann, que compartilhou comigo sua casa e família quando das andanças por São Desidério (BA).

Aos Hoffmanns, a família gaúcha mais acolhedora que encontrei no Oeste Baiano, o meu muito obrigada!

Aos funcionários e técnicos das empresas, instituições e órgãos públicos visitados, quando dos trabalhos de campo, que colaboraram com a pesquisa disponibilizando informações e contatos importantes. Especialmente ao cearense de Crateús, Marcos Venício, na época funcionário da Prefeitura de Barreiras, que mediou as entrevistas com as secretarias municipais e o acesso aos dados.

À gaúcha Marizete Zuttion, na época presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos de Barreiras (AEAB). A primeira a me receber nos Cerrados baianos. Sempre muito prestativa, indicou-me os primeiros lugares e as pessoas com quem eu deveria ter contato nos trabalhos de campo.

O mesmo agradecimento vale para o Alcides Viana, Diretor Executivo do Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras (SPRB), que também foi muito solícito na realização da pesquisa, inclusive me acompanhando ao campo.

Por fim, à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro e interesse neste estudo.

“Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio,

*Ó produtores de alimento com veneno,
Vocês que aumentam todo ano sua posse,*

*E que poluem cada palmo de terreno,
E que possuem cada qual um latifúndio,
E que destratam e destroem o ambiente,
De cada mente de vocês olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente.*

[...]

Vocês me dizem que o Brasil não desenvolve

*Sem o agrobiz feroz, desenvolvimentista.
Mas até hoje na verdade nunca houve
Um desenvolvimento tão destrutivista.
É o que diz aquele que vocês não ouvem,
O cientista, essa voz, a da ciência.
Tampouco a voz da consciência os comove.*

Vocês só ouvem algo por conveniência.

[...]”

*(Canção “Reis do Agronegócio”.
Intérprete: Chico César. Letra: Carlos Rennó)*

RESUMO

A difusão do agronegócio tem gerado profundos impactos sobre a reorganização do território brasileiro. As redes agroindustriais, com apoio deliberado do Estado, vêm se estabelecendo nos lugares e produzindo uma reestruturação produtiva condizente com seus interesses, o que atinge tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor agrícola e promove a formação e/ou reestruturação de regiões que passam a encarnar especializações territoriais. O Oeste Baiano, situado no Nordeste brasileiro, se configura como um desses exemplos de região funcional ao agronegócio e contém, principalmente a partir da década de 1980, condições favoráveis à expansão dessa atividade, com investimento maciço de capital público e privado na tecnificação do território. Nesse sentido, o objetivo geral desta tese foi analisar a difusão do agronegócio no Oeste Baiano e compreender a reestruturação urbano-regional que advém desse processo. A metodologia utilizada considerou, basicamente, pesquisas bibliográfica e documental, análise sistemática das teorias e conceitos selecionados, construção de um banco de dados com informações primárias e secundárias, organização de uma hemeroteca sobre a região e trabalhos de campo. Constatou-se que o Oeste Baiano tem sua organização socioespacial atual pautada por redes agroindustriais que participam dos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação da produção moderna de grãos, principalmente da soja. Além disso, atuando hegemonicamente, tais redes agroindustriais vêm se apropriando das virtualidades próprias dessa região e criando outras, o que promove uma importante reestruturação urbano-regional. Observou-se que a região do Oeste Baiano demonstrou não obedecer a limites políticos-administrativos, pois está conformada por dinâmicas socioespaciais complementares e competitivas resultantes da combinação complexa de escalas e exerce uma influência que extrapola os limites da Bahia e abrange áreas do Tocantins, Piauí, Maranhão e de Goiás. Verificou-se também que os conteúdos urbanos e os papéis regionais das principais cidades do Oeste Baiano – Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, principalmente para o caso dessa última – resultam de uma crescente integração entre o agronegócio e os circuitos da economia urbana, transformando tais cidades em espaços funcionais às exigências produtivas do campo moderno. Notou-se ainda que, na região analisada, a difusão do agronegócio tem-se processado de forma

conservadora e excludente, traduzindo-se no reforço de históricas desigualdades socioespaciais, bem como na criação de novas, o que evidencia a insustentabilidade desse modelo hegemônico de produção e aponta para a urgência de um outro modelo, pautado na conservação do meio ambiente, na valorização das comunidades tradicionais e na equidade social.

Palavras-chave: Agronegócio. Redes Agroindustriais. Região. Reestruturação urbano-regional. Oeste Baiano.

ABSTRACT

Agrobusiness diffusion has been generating a deep impact on the reorganization of Brazilian territory. Agroindustrial networks, with deliberate support of the State, have been settling and causing productive restructuring in order to meet their interests, which have repercussions in the technical as well as in the economic and social basis of the agricultural sectors, thus promoting the creation and/or restructuring of regions that, from then on, have to face territorial specialization. The West Bahia, located in the Brazilian Northeast, is an example of this kind of functional region for agrobusiness and it has, specially after the 1980's, favorable conditions to the expansion of this activity, through massive investment of public and private capital on the technification of the territory. In this way, the general aim of this thesis was to analyze the diffusion of agrobusiness in West Bahia and understand the restructuring of the regional-urban system that arises from this process. The methodology used took into account bibliographical and documentary research, systematic analysis of the selected theories and concepts, the building of a database comprehending primary and secondary information, the organizing of a periodicals archive about the region, and field work. The research found that West Bahia's socio-spatial organization is guided by agroindustrial networks inserted in the production spatial circuit and cooperation circles of modern grain production, notably soy beans. Furthermore, through hegemonic action, said agroindustrial networks have been appropriating the virtualities of the region and creating others, which promotes important regional-urban restructuring. It was noticed that West Bahia doesn't follow political-administrative boundaries, for it is shaped by complementary and competitive socio-spatial dynamics that are the result of a complex combination of scales, who exerts influence beyond Bahia's limits, covering Tocantins, Piauí, Maranhão, and Goiás area. It was also found that the urban contents and the roles played in the region by West Bahiacities—Barreiras and Luis Eduardo Magalhães, specially the last one—are the result of the growing integration between agrobusiness and the urban-economy circuit, transforming these cities into functional spaces able to meet the demands of the modern countryside. It should be added that, in the region in question, the diffusion of agrobusiness is being made in a conservative and excluding way, which translates in the reinforcement of historical socio-spatial

inequalities as well as in the creation of new ones, which makes evident the non-sustainability of this hegemonic production model and points to the urgency of forging a new one, guided by environmental conservation, valuing of traditional communities and social equality.

Keywords: Agrobusiness. Agroindustrial Networks. Region. Urban-regional Restructuring. West Bahia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Evolução da área plantada com café no Oeste Baiano, 1993-2010	147
Gráfico 2	Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) de Barreiras/BA	279
Quadro 1	Delimitação do circuito da soja, a partir dos seus segmentos e transações.....	179
Quadro 2	Bancos e número de Agências em Barreiras e LEM.....	240
Quadro 3	Origem dos transportes coletivos para Barreiras	270
Quadro 4	Lista dos estabelecimentos comerciais do consumo produtivo agrícola em Luís Eduardo Magalhães/BA.....	302
Quadro 5	Posição dos municípios do Oeste Baiano no ranking estadual e nacional de Desmatamento do Cerrado.....	352
Quadro 6	Lista de espécies de plantas ameaçadas de extinção no Oeste Baiano	356
Quadro 7	IDH Oeste Baiano	376

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	A soja no mundo. Principais produtores e volumes produzidos	67
Tabela 2	A temporada da soja. Resultados da safra brasileira 2013/14 (com variações percentuais em relação ao período 2012/13)	69
Tabela 3	Estados em destaque. Os maiores produtores de soja – safra 2013/14	69
Tabela 4	Os números da industrialização da soja em 2015 no Brasil	71
Tabela 5	Evolução da produção de soja nas microrregiões da RPA de Barreiras	109
Tabela 6	Evolução nas três principais culturas (soja, algodão e milho) no Oeste Baiano	129
Tabela 7	Valor Agregado (VA) da agropecuária. Os cinco maiores municípios produtores agrícolas da Bahia 2010-2011	130
Tabela 8	Matriz agrícola do Cerrado baiano por cultura de sequeiro e irrigado – Safra 2013/14	131
Tabela 9	Evolução da soja em grão no Oeste Baiano, 2013-2014	132
Tabela 10	Evolução da área de sementes de soja no Oeste Baiano, 2012	132
Tabela 11	Os 20 municípios do Nordeste com maior produção de soja em 2014	133
Tabela 12	Os 20 municípios do Nordeste com maior produção de algodão em 2010	135
Tabela 13	Os números do milho. Produção de milho no Oeste Baiano, 2003-2014	143
Tabela 14	Número de empresas e empregados em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, 2010	203
Tabela 15	Evolução da população residente total do Oeste Baiano	250
Tabela 16	Evolução da população residente por situação de domicílio no município de Barreiras entre 1970 e 2010	255
Tabela 17	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS –, em R\$ 1.000, de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, 2002-2010	285

Tabela 18	Produto Interno Bruto Total e Produto Interno per capta (em R\$ milhões de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães 2002-2008.....	285
Tabela 19	Renda Bruta Média dos estabelecimentos menores e maiores que 100 há no Oeste Baiano.....	334
Tabela 20	Trabalhos formais no campo no Oeste Baiano	343
Tabela 21	Área de Cerrado desmatada nos estados brasileiros do bioma Cerrado	349
Tabela 22	Número de estabelecimentos de Saúde no município de Barreiras..	373
Tabela 23	Número de estabelecimentos de Saúde no município de Luís Eduardo Magalhães.....	374

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa da produção agrícola 2014 – Soja.....	68
Figura 2	Arranjos territoriais produtivos agrícolas no Nordeste	78
Figura 3	Vista aérea de plantações de soja (Quadriláteros) e café (Círculos) no Oeste Baiano.....	102
Figura 4	Mapa de localização da Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras	103
Figura 5	Vegetação de Cerrado no Oeste Baiano. Luís Eduardo Magalhães	104
Figura 6	Relevo Tabuliforme. Chapadão do São Francisco, Barreiras/BA....	105
Figura 7	Comunidades tradicionais por município. Estado da Bahia-2010 ...	107
Figura 8	Evolução da área plantada com soja no MAPITOBA	112
Figura 9	Valorização fundiária no BAMAPITO	113
Figura 10	Mapa de localização do Oeste Baiano	115
Figura 11	Vista aérea do centro comercial de Barreiras em 1930. Barreiras/BA, 1930	118
Figura 12	Jornal paranaense circulado em Barreiras com partes escritas em japonês.....	125
Figura 13	Expansão da ocupação agrícola no Oeste Baiano entre 1985 e 2010	126
Figura 14	Mapa da produção agrícola 2014 – Algodão.....	134
Figura 15	Produção de algodão. Fazenda Gabriela, do Grupo Busato, Roda Velha	136
Figura 16	Colheira de algodão. Fazenda Bruno Zuttion, Roda Velha	138
Figura 17	Fardos de algodão. Fazenda Acalanto, do Grupo Horita, Roda Velha	139
Figura 18	Beneficiadora de algodão. Luís Eduardo Magalhães/BA	140
Figura 19	Mauricéia Alimentos. Luís Eduardo Magalhães/BA.....	144
Figura 20	Grupo Coringa. Luís Eduardo Magalhães/BA	144
Figura 21	Regiões produtoras de café na Bahia	145
Figura 22	Lavoura de café irrigada por pivô central	147
Figura 23	Distribuição dos pivôs centrais no Oeste Baiano	148
Figura 24	Lavoura de feijão. Baianópolis/BA.....	153

Figura 25	Cultivo de mamão. Distrito de Irrigação. Barreiras	155
Figura 26	Distribuição de unidades armazenadoras no Oeste Baiano	158
Figura 27	Unidade de recebimento da Bunge em Roda Velha	159
Figura 28	Silo bolsa na Fazenda Celio Zutton, em Roda Velha	160
Figura 29	Transporte de soja do Oeste Baiano	164
Figura 30	Circuito espacial produtivo da soja	168
Figura 31	Diagrama da construção da FIOLE	170
Figura 32	Ações propostas para melhoramentos da “Região de influência das hidrovias dos rios São Francisco, Corrente e Grande	172
Figura 33	Distribuição dos Aeródromos públicos e privados no Oeste Baiano	173
Figura 34	Aeroporto de Barreiras/BA	174
Figura 35	Aeródromo de Luís Eduardo Magalhães/BA	175
Figura 36	Delimitação do sistema agroindustrial da soja o Brasil	182
Figura 37	Multigrain e Amaggi & LDC Commodities, no centro industrial do Cerrado	191
Figura 38	Localização das <i>tradings</i> em Luís Eduardo Magalhães/BA.....	110
Figura 39	Escritório central das fazendas do Grupo Horita. Barreiras/BA.....	192
Figura 40	Vista aérea da fábrica da Bunge	196
Figura 41	Vista aérea da Cargill. Barreiras/BA.....	198
Figura 42	Unidade de recebimento da Cargill. Luís Eduardo Magalhães/BA..	199
Figura 43	Presidente da AIBA e vice-presidente da ABAPA no seminário <i>Invest in Brazil</i> , em setembro de 2013.....	200
Figura 44	Missão da Bahia na China. Representantes do Governo da Bahia e dos produtores rurais do Oeste Baiano reunidos na empresa <i>Chongqing Group Co Ltda</i>	201
Figura 45	Imagem aérea do Polo Industrial de Barreiras/BA	206
Figura 46	Imagem aérea do Centro Industrial do Cerrado (CIC), em Luís Eduardo Magalhães/BA	207
Figura 47	Antigas instalações da extinta Copergel. Luís Eduardo Magalhães/BA	210
Figura 48	Unidade de recebimento da Cooproeste. Roda Velha – São Desidério/BA	212
Figura 49	Imagem aérea da Vila Coaceral. Formosa do Rio Preto/BA	213

Figura 50	Nova sede social de Coaceral na Vilal Portal do Jalapão. Formosa do Rio Preto/BA.....	214
Figura 51	Sede do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães. Luís Eduardo Magalhães/BA.....	216
Figura 52	Sede da AIBA. Barreiras/BA.....	221
Figura 53	Faixa no estande do Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães durante a VII Bahia Farm Show. Luís Eduardo Magalhães/BA	223
Figura 54	Sede da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA). Luís Eduardo Magalhães/BA.....	225
Figura 55	Outdoor da empresa Sementes Oilema. Distrito de Rosário – Correntina/BA.....	227
Figura 56	Sede da Fundação Bahia. Luís Eduardo Magalhães/BA	228
Figura 57	Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste Baiano (CPTO). Luís Eduardo Magalhães/BA.....	231
Figura 58	Encarte publicitário do calendário de cursos 2014 do ABAPA	234
Figura 59	Centro de treinamento regional do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães/BA.....	235
Figura 60	Faculdade São Francisco (FASB). Barreiras/BA.....	236
Figura 61	Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira (FAAHF). Luís Eduardo Magalhães/BA.....	237
Figura 62	Estande do Banco do Nordeste na IX Bahia Farm Show. Luís Eduardo Magalhães/BA.....	241
Figura 63	Porto de Barreiras, década de 1940.....	250
Figura 64	Fluxo de comércio intrarregional da região Além São Francisco – 1976	261
Figura 65	Relação entre o número de tipos de estabelecimentos e o volume demográfico das cidades Além São Francisco – 1976.....	262
Figura 66	Regiões de influência no Estado da Bahia.....	265
Figura 67	Regiões de influência de Brasília e Barreiras.....	266
Figura 68	Conexões externas da Região de influência de Barreiras.....	267
Figura 69	Nível de centralidade das cidades do Oeste Baiano	269
Figura 70	Centros urbanos de maior relevância no Estado da Bahia.....	272

Figura 71	Lojas no centro de Barreiras/BA.....	275
Figura 72	Concessionárias automobilísticas. Barreiras/BA	276
Figura 73	Centro de abastecimento de Barreiras/BA	277
Figura 74	Hospital do Oeste. Barreiras/BA.....	278
Figura 75	Imagem aérea da cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA	284
Figura 76	Centro comercial de Luís Eduardo Magalhães.....	288
Figura 77	Outdoor de venda de lotes em Luís Eduardo Magalhães/BA.....	291
Figura 78	Feirão da Casa Própria em Luís Eduardo Magalhães/BA.....	291
Figura 79	Publicidade de empreendimentos imobiliários em Luís Eduardo Magalhães/BA.....	292
Figura 80	Placa de sinalização na entrada de Luís Eduardo Magalhães/BA	294
Figura 81	Otdoor da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA ..	294
Figura 82	Fábrica de fertilizantes da Yara, localizada às margens da BR-242. Luís Eduardo Magalhães/BA	301
Figura 83	Distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais do consumo produtivo agrícola em Luís Eduardo Magalhães/BA em 2015	302
Figura 84	Painel publicitário destacando o prazo de pagamento dos apartamentos conforme safra de 2014	305
Figura 85	Matriz da Agrosul. Luís Eduardo Magalhães/BA.....	306
Figura 86	Colheitadeira de algodão 7760, da marca John Deere, lançada na Bahia Farm Show 2011.....	306
Figura 87	Piloto automático da John Deere, exibido no evento Super Dia Agrosul em 14.02.14. Luís Eduardo Magalhães/BA.....	307
Figura 88	Loja da Lavobrás, concessionária da Valtra, em Luís Eduardo Magalhães/BA.....	308
Figura 89	Pulverizador Uniport 3030, da marca Jacto, lançado na Bahia Farm Show 2013	309
Figura 90	Entrada da IX Bahia Farm Show. Luís Eduardo Magalhães/BA....	311
Figura 91	Estande de representante da marca Case apresenta maior colheitadora produzida no Brasil, em 2013. Luís Eduardo Magalhães/BA	312
Figura 92	Dia de Campo de Algodão. Safra 2011/12. São Desidério/BA.....	313
Figura 93	Banner do Troféu Soja de Ouro no centro comercial de Barreiras/BA	314

Figura 94	Hotel Saint Louis. Luís Eduardo Magalhães/BA.....	316
Figura 95	Vista aérea de Roda Velha de Cima (sede do Distrito de Roda Velha/São Desidério/BA)	319
Figura 96	Entrada do Loteamento Campos Belos, do Grupo Solyda. Distrito de Roda Velha – São Desidério/BA	321
Figura 97	Imagem aérea do Distrito Vila Rosário. Correntina/BA	322
Figura 98	Filial da Agrosul, concessionária da John Deere. Vila Rosário, Correntina/BA.....	322
Figura 99	Localização de Roda Velha de Baixo em relação à Roda Velha de Cima. Correntina/BA	326
Figura 100	Roda Velha de Baixo. São Desidério/BA	326
Figura 101	Roda Velha de Cima. São Desidério/BA.....	327
Figura 102	Pecuária extensiva e cultivo de banana e mandioca em pequena propriedade do Vale	331
Figura 103	Recorte da página da website da AIBA.....	331
Figura 104	Placas de localização de fazendas do agronegócio nas margens da BR-242	333
Figura 105	MAPITOBA – nº de estabelecimentos ricos e com área maior ou igual a 100 há	335
Figura 106	Localização do agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo..	336
Figura 107A	Imagem de satélite do agronegócio Condomínio do Estrondo e entorno – 1973	337
Figura 107B	Imagem de satélite do agronegócio Condomínio do Estrondo e entorno – 2014	338
Figura 108	Projetos de reforma agrária por município. Estado da Bahia	340
Figura 109	Agricultura familiar e criação d caprinos em assentamento de reforma agrária	343
Figura 110	APA do Rio Preto. Formosa do Rio Preto/BA.....	353
Figura 111	Imagem do satélite TM/SANDSAT-5 do município de Formosa do Rio Preto demonstrando a evolução do desmatamento em um período de 20 anos	354

Figura 112	Situação das Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) projetadas por município. Estado da Bahia, 2010	359
Figura 113	PCH Rio Grande. São Desidério/BA	361
Figura 114	Trecho extraído do Manifesto do Oeste Baiano, de 2007	365
Figura 115	Falta de saneamento básico o bairro Cidade dos Funcionários....	369
Figura 116	Índice de domicílios com e sem saneamento básico em Barreiras. Rede de esgoto por fossa e a céu aberto	371
Figura 117	Índice de domicílios com e sem saneamento básico em Luís Eduardo Magalhães. Rede de esgoto por fossa e a céu aberto Figura.....	372
Figura 118	Falta de saneamento básico no bairro Santa Cruz. Luís Eduardo Magalhães/BA.....	372
Figura 119	Condições precárias no bairro Santa Luzia; sem saneamento, sem calçamento, com lixo exposto. Barreiras/BA	377
Figura 120	Figura no bairro “Dos Gaúchos”, em Barriras/BA.....	379
Figura 121	Trabalhadores em fazenda de algodão em Roda Velha. São Desidério/BA	380
Figura 122	Residencial São Francisco construído através do convênio com o programa Minha Casa Minha Vida.....	381
Figura 123	Condições precárias das habitações do bairro Santa Cruz. Luís Eduardo Magalhães/BA	382
Figura 124	Habitações no Jardim Paraíso. Luís Eduardo Magalhães/BA.....	383
Figura 125	Publicidade do Residencial Bella Vita, no Jardim Paraíso II. Luís Eduardo Magalhães/BA	384
Figura 126	Entrada do condomínio fechado Pedra dos Sonhos, no Jardim Paraíso. Luís Eduardo Magalhães/BA.....	385
Figura 127	Entrada do condomínio fechado Rio das Pedras, no Jardim Paraíso. Luís Eduardo Magalhães/BA.....	385
Figura 128	Contradição na paisagem. Silos de grãos e moradias. Luís Eduardo Magalhães/BA.....	387
Figura 129	Periferia de São Desidério/BA.....	389

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	24
2	DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO E NOVOS PROCESSOS DE REGIONALIZAÇÃO	41
2.1	REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA E AS REDES AGROINDUSTRIAIS	42
2.2	A SOJA NO BRASIL: VELHOS E NOVOS <i>FRONTS</i> AGRÍCOLAS	61
2.3	LUGARES DE RESERVA E A INSERÇÃO DO NORDESTE	74
2.4	INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E AMPLIAÇÃO DOS PAPEIS URBANO-REGIONAIS	86
3	FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO OESTE BAIANO E INSERÇÃO DO AGRONEGÓCIO	101
3.1	A CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO DE BARREIRAS	102
3.2	DO <i>ALÉM SÃO FRANCISCO</i> AO OESTE BAIANO	116
3.3	A PRODUÇÃO ESPECIALIZADA DE <i>COMMODITIES</i> AGRÍCOLAS	127
3.3.1	Soja	132
3.3.2	Algodão	134
3.3.3	Milho	141
3.3.4	Café	145
3.3.5	Outros produtos agropecuários	150
3.4	GEOGRAFIA DO MOVIMENTO: FIXOS E FLUXOS DA LOGÍSTICA NA PRODUÇÃO	156
4	AGENTES REPRESENTATIVOS DO AGRONEGÓCIO NO OESTE BAIANO	177
4.1	ORGANIZAÇÃO DAS REDES AGROINDUSTRIAIS DA SOJA	178
4.2	<i>TRADINGS</i> : BUNGE E CARGILL	189
4.3	DISTRITOS INDUSTRIAIS OU AGLOMERAÇÕES DE EMPRESAS	203
4.4	COOPERATIVAS AGRÍCOLAS	208
4.5	SINDICATOS RURAIS	215
4.6	ASSOCIAÇÕES SETORIAIS	219
4.7	FUNDAÇÕES E CENTROS DE PESQUISA	229

4.8	CENTROS DE TREINAMENTO E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	233
4.9	SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO	238
5	REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL DO OESTE BAIANO	246
5.1	URBANIZAÇÃO DO OESTE BAIANO	247
5.2	BARREIRAS: “CENTRO DE REGIÃO”	257
5.3	A ECONOMIA URBANA DE BARREIRAS E LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	275
5.4	DIFUSÃO DO CONSUMO PRODUTIVO AGRÍCOLA	298
5.5	OS NÚCLEOS URBANOS DE RODA VELHA E VILA ROSÁRIO	317
6	DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO OESTE BAIANO	328
6.1	RECORDES NAS SAFRAS DE GRÃOS E NOS PROBLEMAS FUNDIÁRIOS E TRABALHISTAS	329
6.2	OS IMPACTOS AMBIENTAIS NO CERRADO	347
6.3	URBANIZAÇÃO (DES)ORDENADA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL ..	366
6.3.1	A precariedade dos serviços básicos: saneamento, saúde e educação	369
6.3.2	A cidade (re)partida: disparidade nos padrões residenciais	378
6.3.3	Planejamento e (des)articulação no espaço regional	386
7	CONCLUSÃO	397
	REFERÊNCIAS	407
	APÊNDICES	427

1 INTRODUÇÃO

Introduzir um trabalho científico é sempre uma tarefa difícil, pois essa parte fica sempre como um “cartão de visita”, como um convite à leitura. Esperamos, com este preâmbulo, conseguir convencê-los de continuar a leitura desta obra, visto que é uma forma de submetê-la ao exame de outros olhares críticos, o que permite o aperfeiçoamento do conhecimento e aproximações sucessivas do movimento do real. Nesta introdução apresentamos o problema da pesquisa, as motivações que nos conduziram à escolha do tema e do recorte espacial, os objetivos, o caminho teórico-metodológico e a organização dos capítulos.

O interesse por cursar o doutorado foi movido pela crença de que esse nível da pós-graduação é capaz de ampliar as ferramentas intelectuais e de reflexão, essenciais para uma análise crítica sobre as mais variadas dimensões sociais e culturais. Almejávamos cursar o doutorado na UECE, exatamente, para poder dar continuidade aos trabalhos que desenvolvíamos no ambiente do grupo de pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização (GLOBAU) da Universidade Estadual do Ceará (UECE)¹.

A experiência que obtivemos desde a graduação, passando pelo desenvolvimento da pesquisa em nível de Mestrado, nos possibilitou apreender a “arte da pesquisa” (BOOTH; COLOMB; WILLIAMS, 2000), reconhecer sua importância, prezar pelo esforço teórico para uma melhor produção acadêmica, bem como trabalhar com a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Devemos isso, sobretudo, ao acompanhamento que tivemos de nossa orientadora, a professora Denise Elias, com a qual trabalhamos desde a iniciação científica.

O projeto que submetemos à seleção para o curso de doutorado se intitulava “Petróleo e reestruturação urbana e regional na Bacia Potiguar (RN)”. Aspirávamos aprofundar algumas discussões que tinham ficado abertas com nossa dissertação do Mestrado². Contudo, depois de adentrar no doutorado, em colóquios de orientação, decidimos mudar o enfoque temático e espacial e nos lançar na investigação da difusão do agronegócio no Oeste Baiano. A característica plástica

¹ Cadastrado no CNPq desde 1999 e coordenado pelos professores Denise Elias e Renato Pequeno.

² SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do consumo produtivo na economia urbana de Mossoró (RN)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010. Esse trabalho foi orientado pela professora Denise Elias (UECE).

de todo planejamento de pesquisa nos permitiu essa mudança. O tipo de atividade econômica havia mudado e o lugar a ser pesquisado também, no entanto a permanência da discussão da reestruturação urbano-regional aproveitou muitas das leituras feitas para o projeto anterior, não se tornando uma mudança radical de pesquisa.

Vale ressaltar que o projeto de tese que executamos vinculou-se ao projeto guarda-chuva “Economia política dos territórios do agronegócio no Brasil” (2012 – 2015) ³, apoiado pelo CNPq e coordenado pelos professores Denise Elias (UECE) e Luís Renato Bezerra Pequeno (UFC). Nosso trabalho foi conduzido dentro do GLOBAU, o que possibilitou que nossa metodologia fosse pensada e trabalhada em consonância com uma proposta elaborada coletivamente, mas claro que guardadas as singularidades de nosso objeto e tema de análise⁴.

É importante ressaltar, também, que o trabalho em grupo contribuiu significativamente para as fases mais operacionais da pesquisa, desde a etapa inicial da coleta bibliográfica, por meio da socialização de leituras e diversos materiais; dos diálogos e das trocas de ideias; da construção dos planejamentos de campo; dos colóquios de discussão; dos grupos de estudos; pela construção da hemeroteca, etc.

Uma das coisas mais importantes, ao se trabalhar em um grupo de pesquisa, é que os trabalhos desenvolvidos dentro desse são, muitas vezes, derivados de resultados encontrados pelo próprio grupo em pesquisas anteriores, o que torna a investigação científica permanente e contínua, favorecendo sempre a ampliação do conhecimento em novos patamares. Com o nosso projeto de tese não foi diferente, ele também nasceu como derivação de trabalhos anteriores do grupo.

Pesquisas coordenadas pela professora Denise Elias⁵, no âmbito do GLOBAU, desde os anos de 1990, puderam identificar no Brasil diversas áreas nas quais a urbanização assim como processos de regionalização estão ligados à consecução do agronegócio. A autora tem chamando esses espaços de “Regiões

³ O objetivo desse projeto é investigar a territorialização do agronegócio em algumas das chamadas novas fronteiras agrícolas do país, mais precisamente no oeste da Bahia, no sul do Piauí, sul do Maranhão e leste do Tocantins.

⁴ Para conhecer a metodologia de pesquisa proposta por Denise Elias para o estudo das áreas de difusão do agronegócio no Brasil, que adotamos em parte neste trabalho, pode ser visto ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2013, p. 201-220.

⁵ Ver Elias (2006abcde, 2011, 2012, 2013).

Produtivas do Agronegócio” (ELIAS, 2006abcde, 2008, 2011, 2013), que seriam os novos arranjos territoriais totalmente associados à reestruturação produtiva da agropecuária e, assim, inerentes às redes agroindustriais, compostas tanto por espaços agrícolas como urbanos. Como parcela de um dessas regiões está o Oeste Baiano, o qual se tornou nosso objeto de pesquisa.

Desde a década de 1980, o Nordeste brasileiro vem sendo incorporado pela fronteira agrícola da soja e recebendo os mais expressivos investimentos ligados ao agronegócio, originando áreas competitivas na produção de grãos. Como desdobramento desse processo, essas áreas vêm se reproduzindo em geral, embora de forma heterogênea em alguns aspectos, com o incremento da urbanização, diversificação da economia urbana, reestruturação urbano-regional acelerada e aprofundamento de desigualdades socioespaciais.

A produção de soja chegou à região Nordeste pioneiramente nos cerrados baianos, no início dos anos de 1980. Essa expansão implicou a atuação de novos agentes econômicos e a introdução de uma série de “sistemas técnicos” (SANTOS, 1996ab) e de capital, o que induziu, por sua vez, transformações no âmbito político, econômico e social de todo o Oeste Baiano, atingindo, posteriormente o sul do Maranhão, sul do Piauí, assim como partes do centro-leste do Tocantins⁶, mais recentemente. O conjunto desses espaços pode ser chamado, com base nos estudos de Elias (2006abcde, 2007a, 2008, 2011, 2013), de Região Produtiva do Agronegócio (RPA) de Barreiras⁷ (ELIAS, 2007a, 2011, 2013). Mas o processo de formação dessa região começou, a princípio, pelo Oeste Baiano, e essa área, agora consolidada em relação às demais, ainda detém uma influência acentuada nos processos regionalizadores desses outros subespaços.

Foi percebendo o nível de centralização que o Oeste Baiano possui sobre estes outros subespaços da RPA de Barreiras, que conduzimos nossa investigação para concentrar a análise, principalmente, na área de comando situada na Bahia. Evidentemente, ao longo de todo trabalho são evidenciadas as interações, em nível de fluxos e fixos, entre os diferentes subespaços da RPA de Barreiras, mostrando, inclusive, os processos responsáveis pela coesão dentro e fora desta região.

⁶ Apesar de Tocantins fazer parte de outra região administrativa – Norte –, neste trabalho citamos suas áreas adjacentes ao Oeste Baiano, reconhecendo a ligação entre esses espaços, já que, como destaca Elias (2011), a produção de espaços pelo agronegócio tende a relativizar os limites político-administrativos e a ordem imposta pelos interesses hegemônicos do capital.

⁷ A partir desse momento chamaremos apenas de RPA de Barreiras.

Alguns dos municípios do Oeste Baiano expressam claramente um destaque na rede agroindustrial de *commodities*⁸ agrícolas no Nordeste brasileiro, como Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, São Desidério e Correntina. O reconhecimento desse destaque também motivou o interesse de compreendermos a difusão do agronegócio nesses municípios baianos. Isso explica a maior quantidade e qualidade dos dados secundários e primários apresentados neste trabalho, quando nos referimos a esses municípios. Nossos trabalhos de campo também foram mais intensos nessas áreas, embora também tenhamos realizado idas ao campo no Piauí, em Tocantins e em Goiás, para compreender a relação do Oeste Baiano com esses espaços vizinhos.

Foi a concentração, no Oeste Baiano, de fixos e fluxos das redes agroindustriais de *commodities* agrícolas do Nordeste, que contribuiu para selecionarmos essa porção (o Oeste Baiano) da RPA de Barreiras. Nosso recorte espacial é composto pela região como um todo, mas com enfoque especial nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Baianópolis, Cocos, Jaborandi, Serra do Ramalho e Santana. E, para alguns processos, desvendamos as relações desses espaços com os municípios do Sul do Piauí (Bom Jesus e Uruçuí), Leste de Goiás (Posse) e Leste de Tocantins (Dianópolis).

O Oeste Baiano não nega a existência da RPA de Barreiras, muito pelo contrário, ele na verdade reforça-a, por integrá-la e ao mesmo tempo ser um subespaço distinto, com suas particularidades regionais. Defendemos, portanto, que o nosso objeto de estudo também é alvo de redes geográficas superpostas à sua rede de ação mais imediata. Haveria, portanto, níveis de alcances menores e maiores da influência regional, convergentes e divergentes, formando regiões dentro de regiões, caso do Oeste Baiano dentro da RPA de Barreiras.

Dessa concepção adveio nossa preocupação com uma “abordagem interescalar” (SPOSITO, 2006b), que considerasse as relações do tipo complementares ou competitivas na combinação complexa das escalas, o que foi

⁸ Para o caso da expressão *commodities* agrícolas, o termo faz referência aos “produtos originários de atividades agropecuárias, vendidos em quantidades consideráveis, no mercado internacional, em sua forma natural ou após passarem por um processamento inicial necessário à sua comercialização. *Commodities* agrícolas não são, portanto, produtos industrializados, os quais incorporam significativo valor, adicionado às matérias-primas utilizadas para a sua produção. O trigo em grão é uma commodity agrícola, mas não o pão, o macarrão e outros produtos derivados do trigo e que passam por processos manufatureiros” (DELGADO, 2012, p.136).

imprescindível, pois a própria noção de “circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação” (SANTOS, 1994, 1996ab), que utilizamos neste trabalho, exigiu o reconhecimento do alcance dos fluxos de mercadorias, dinheiro, conhecimento, ordens, destino das vendas, etc., para além do espaço onde ocorre a produção propriamente dita.

Assim, para o tipo de estudo que realizamos, não é suficiente uma análise apenas do interurbano ou somente do intraurbano, mas uma análise interescalar, delineada a partir dos múltiplos fenômenos, processos e ações que definem o polo particular. A principal cidade do Oeste Baiano, Barreiras, cria e comanda sua região imediata, mas também faz parte de uma rede maior que compreende a RPA de Barreiras, também comandada pela mesma cidade, e de outras ainda superiores a essa que passam por escala nacional e até mesmo global. Essa última dimensão estaria representada, segundo Pontes (2007), pelos fluxos financeiros e de mercadorias entre tais cidades e a esfera global, o que torna mais complexa a divisão territorial do trabalho.

A relação do Oeste Baiano com Tocantins, e até mesmo com Goiás, ficou evidente durante a pesquisa, tanto associada ao “consumo produtivo agrícola” (SANTOS, 1996b, 2006, 2005, 2008; ELIAS, 2003b; ELIAS; PEQUENO, 2010; SANTOS, 2010) quanto ao “consumo consumptivo” (SANTOS, 1996b). O Oeste Baiano também possui relações com o sul do Piauí, sob o ponto de vista da oferta dos serviços urbanos (principalmente Educação e Saúde) e do consumo produtivo agrícola – presentes principalmente em Barreiras e procurados por municípios fronteiriços do Piauí. Com o Maranhão a relação se apresenta menos intensa, pois esse Estado ganhou uma autonomia na dinâmica do agronegócio por se tratar de uma fronteira agrícola já consolidada, tendo sido o primeiro subespaço da RPA de Barreiras a receber a expansão da soja, depois da Bahia, de modo que suas relações recentes são intensificadas muito mais com o Norte do país e com o Piauí.

A difusão do agronegócio no Oeste Baiano tem promovido significativas mudanças associadas à economia urbana, acompanhadas de novas dinâmicas populacionais e interações espaciais, que também se expressam nos seus espaços urbano-regionais, embora com dimensões e ritmos diferenciados. Essa região representa hoje, em termos de Nordeste, a principal área de produção agrícola moderna, sobretudo de grãos, sediando empresas nacionais e multinacionais do agronegócio, cooperativas agrícolas e uma variedade de estabelecimentos de

comércio e serviços que atendem ao consumo produtivo agrícola. Esse conjunto de agentes hegemônicos tem induzido a uma reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano, sustentada pela dinâmica do agronegócio.

Nosso recorte temporal abrange do início da década de 1980 – quando começa a expansão do agronegócio da soja nos cerrados baianos – até os processos mais recentes do início do século XXI. A dimensão temporal foi imprescindível na busca da compreensão da realidade, para entendermos principalmente a diferença entre os lugares. Afinal para Santos (1985, p. 22) “a noção de espaço é, assim, inseparável da ideia de tempo”.

É preciso destacar, porém, que essa delimitação temporal não é estática e imutável, até porque a relação espaço-tempo é estreita, pois o comportamento de um novo sistema está condicionado pela sua forma antecedente. Nosso recorte temporal buscou relacionar o período selecionado para análise aos diferentes momentos que o ensejaram e àqueles que lhe poderão advir (SPOSITO, 2006b).

Delimitado o recorte espacial e temporal, nossa hipótese inicial, enquanto afirmação ainda não comprovada sobre algum fenômeno, foi a de que a territorialização do capital e a atuação das empresas que compõem as redes agroindustriais no Oeste Baiano estaria promovendo, desde o início dos anos de 1980, uma reestruturação urbano-regional associada à expansão da produção moderna de *commodities* agrícolas, e isso teria conformado o Oeste Baiano como região funcional ao agronegócio. Associados ao processo de regionalização estariam uma urbanização corporativa e o aprofundamento das desigualdades sociais como a concentração fundiária, a exclusão da agricultura camponesa e a degradação ambiental.

Para elucidar essa hipótese e chegarmos à tese, a uma afirmação comprovada sobre algum fenômeno, lançamos uma série de questões que nortearam nosso caminho metodológico. As respostas foram surgindo ao passo que os diferentes procedimentos metodológicos escolhidos foram sendo executados. Claro, para alguns questionamentos não foram encontradas respostas prontas e, para outros, seria preciso novas pesquisas, como derivações, para tentar respondê-las, demonstrando que o tema desse trabalho permite muitos desdobramentos.

Em meio a muitas perguntas, algumas, porém, foram selecionadas como centrais, como as seguintes: Como evoluiu a fronteira agrícola moderna no Nordeste e, especialmente, no Oeste Baiano? Quais os principais agentes que comandam o

agronegócio no Oeste Baiano? Como eles se organizam em redes agroindustriais? Como estão configurados os circuitos espaciais de produção de grãos e seus círculos de cooperação no Oeste Baiano? Qual tem sido o papel do Estado na dinâmica econômica e política associada ao agronegócio nessa região? Quais os processos, associados às dinâmicas do agronegócio, responsáveis pela coesão interna da região e articulação dela com outras regiões? Quais as novas relações campo-cidade são possíveis de observar na região? Como as cidades dessa região têm se organizado em rede para dinamizar os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação dos grãos? Quais os papéis desempenhados por Barreiras e Luís Eduardo Magalhães no Oeste Baiano? Quais são as mudanças mais significativas na forma de uso e ocupação do espaço intraurbano das principais cidades associadas ao agronegócio na região? Quais as desigualdades socioespaciais promovidas (ou intensificadas) pela presença do agronegócio nessa região?

Esse conjunto de questões nos ajudou a pensar os objetivos da pesquisa. Destarte, o objetivo geral desta tese foi analisar a difusão do agronegócio no Oeste Baiano e compreender a reestruturação urbano-regional que advém desse processo. Por sua vez, os desdobramentos do objetivo geral em específicos foram: identificar e caracterizar o Oeste Baiano; investigar a difusão do agronegócio e as novas relações campo-cidade na região e analisar a dinâmica socioespacial das duas principais cidades da região.

Nossa pesquisa deu atenção especial ao vínculo entre os estudos agrários e urbanos, principalmente por causa das linhas de pesquisa do grupo do qual fazemos parte (GLOBAU), que há mais de vinte anos compartilha da ideia de que a reestruturação produtiva da agropecuária, com sua reprodução nos espaços urbanos próximos às áreas de modernização agrícola, assume formas por demais complexas, tornando inexequíveis as tradicionais classificações, sobretudo, a separação entre cidade e campo para muitos casos.

Nosso trabalho teve sempre foco na compreensão da relação entre os processos econômicos e as formações espaciais. É importante fazer esse destaque porque o leitor vai perceber, não poucas as vezes, uma estreita relação do nosso texto com discussões inerentes à Geografia Econômica, Geografia Agrária e Geografia Urbana. Essa escolha ensejou visões secundárias sobre as outras faces

da realidade, que reconhecemos não terem sido exploradas com profundidade aqui, até porque não era esse o propósito.

Desse modo, antes de o leitor questionar a ausência ou ocorrência de uma discussão menor em relação aos aspectos culturais, políticos e ambientais da organização espacial, queremos explicar que isso se deve não porque acreditamos ser menos importante a discussão dos demais enfoques da paisagem, mas por uma escolha teórico-metodológica (lembrando que toda escolha gera uma renúncia), guiada também por uma ditadura do tempo e dos prazos. Contudo, na medida do possível tentamos considerar essas discussões no texto, já que a realidade é uníssona e seus aspectos indissociáveis.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, em síntese nosso caminho foi composto por três principais eixos de operacionalização citados abaixo que se desdobraram em outras atividades correlatas:

- a) Levantamento bibliográfico e documental;
- b) Montagem do Banco de Dados;
- c) Trabalhos de campo.

Quanto ao levantamento bibliográfico e documental essa foi uma primeira etapa da pesquisa (concentrada no início, mas que se diluiu ao longo de todo o trabalho), que possibilitou um ordenamento teórico da nossa investigação. A pesquisa bibliográfica foi realizada em bibliotecas públicas de Fortaleza – tais como Bibliotecas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Biblioteca do Banco do Nordeste (BNB) – e em bibliotecas de instituições situadas nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: Biblioteca da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Biblioteca da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), Biblioteca do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Biblioteca Municipal de Barreiras e Biblioteca Comunitária de Luís Eduardo Magalhães. Além das visitas presenciais às bibliotecas, contamos também com uma vasta pesquisa realizada via internet, destacando-se os seguintes portais eletrônicos: periódicos da Capes; Google Acadêmico, Banco de Teses da USP, Domínio Público, revistas eletrônicas, jornais eletrônicos, bibliotecas virtuais de universidades públicas, entre outros.

Nos levantamentos bibliográficos foram considerados livros, jornais, teses, dissertações, artigos e todo tipo de material que tratasse de assuntos atinentes ao tema de investigação. Tudo que pudesse contribuir de alguma forma com o

entendimento do objeto escolhido para análise e dos temas principais da pesquisa foi considerado, inclusive folhetos, encartes publicitários, folders, revistas dos setores empresariais, anúncios, etc. Muito importante também foi a coleta de documentos oficiais do governo (relatórios, planos, projetos, programas, etc.). Outras informações, no que tange ao histórico da região, puderam ser colhidas em estabelecimentos empresariais, assim como em documentos, planilhas, materiais publicados por associações de classe ou por órgãos públicos.

Assim, de posse da seleção dos materiais bibliográficos, foi montado um Banco de Bibliografias associadas aos temas pesquisados e ao objeto de análise. A revisão bibliográfica dos pressupostos teóricos e do objeto de pesquisa esteve presente durante todo o estudo, ajudando no aprimoramento das leituras dos conceitos, das categorias e dos processos; na seleção dos autores; bem como na confecção de fichamentos e resenhas que permitiram sistematizar as ideias. As nossas referências teóricas estão presentes ao longo de toda a tese, embora as encontremos sintetizadas no primeiro capítulo.

Apoiamo-nos em aportes teórico-metodológicos de Elias (2003ab, 2006abcd, 2007ab, 2008, 2011, 2012, 2013), construídos desde o início da década de 1990 e que sustentam a discussão sobre a reestruturação produtiva da agropecuária, a difusão do agronegócio globalizado, as novas relações campo-cidade e os processos de urbanização e regionalização advindos.

Para compreender a categoria Região nos apoiamos, além dos clássicos, principalmente nas definições de Haesbaert (2007, 2010) que a compreende como uma totalidade aberta e em movimento, cujas delimitações formais são relativizadas e o mais importante são os nexos entre as mais diferentes escalas geográficas, resgatando a individualidade e particularidades dentro de um todo complexo, que representa uma manifestação concreta na prática dos grupos sociais. Sobre a regionalização advinda com o agronegócio nos baseamos em Elias (2006abcde, 2007ab, 2011, 2012, 2013).

Para discutir o caráter competitivo e corporativo da região estudada, nos amparamos, além de Elias (2003ab, 2006ab), em Castillo (2007) e Frederico (2012). Para o primeiro, as formas desiguais de combinação dos fatores de produção no território (terra, trabalho, capital, ciência-técnica, organização) conferem diferentes graus de competitividade às regiões para determinados tipos de produtos e agentes produtivos. Para o segundo autor, o Oeste Baiano já nasceu competitivo. A

combinação virtuosa dos fatores de produção elevou a produtividade e reduziu os custos regionais de produção, aumentando a eficiência produtiva e, por conseguinte, a competitividade da região.

Para entender o avanço da fronteira agrícola moderna no Brasil nos referendamos em Elias (2006ab) e em Bernardes (2009), as quais consideram que no Oeste Baiano o ritmo das mudanças é mais acelerado que nas demais sub-regiões da RPA de Barreiras⁹, pois ali a escala do evento é maior e a expansão do agronegócio assume níveis mais elevados de concentração da terra, de capital e de desarticulação social.

Para averiguar a urbanização desses espaços, nos apoiamos, sobretudo, em Elias (1996, 2006d, 2007b, 2006), Santos (2005, 2008), Corrêa (1994) e B. Sposito (2004, 2006b, 2007). Para apreender a rede urbana presente no Oeste Baiano, compartilhamos dos pensamentos de clássicos como Geiger (1963), Faissol (1971), George (1983) e Rochefort (1998), e também de leituras mais recentes como de Corrêa (2006), Dias (1995, 2004, 2007) e E. Sposito (2008). Trabalhar os conceitos de rede urbana e região, associados, nos ajudou a compreender o papel das redes e cidades no Oeste Baiano.

Como investigamos uma região circunscrita em um espaço urbano não metropolitano, nos apoiamos, principalmente, nos estudos de Davidovich (1991), Lencioni (2003), Sposito (2007) e Elias (2007). Esse tipo de discussão é sempre um desafio, devido ao fato de as bibliografias e levantamentos estatísticos, no âmbito dos estudos urbano-regionais, estarem sempre mais direcionados ao entendimento de espaços metropolitanos. Por outro lado, essa empreitada foi interessante, pois estudos com acesso menor aos dados e informações secundárias forçam a nos dedicarmos mais aos trabalhos de campo, produzindo dados primários e, com isso, conhecimento novo.

Para uma análise mais local do objeto de pesquisa, tivemos como referências autores que, há algum tempo, têm investigado a região. Embora partindo de olhares diversos, essas leituras nos ajudaram a conhecer melhor nosso recorte espacial e compreender as complexas relações entre agronegócio, urbanização e regionalização na área investigada. Orientamo-nos, por conseguinte, pelos trabalhos de Santos Filho (1989), Haesbaert (1995, 1996, 1997), L. Alves (1999), Junges

⁹ Para a mesma área, Bernardes (2009) usa a denominação de BAMAPITO.

(2004), Almeida (2005), V. Alves (2005ab, 2006, 2009), Elias (2006a), Bernardes (2004, 2009), Frederico (2009, 2012), C. C. Santos (2012), Brandão (2010, 2013), Ilário (2011), Lavoratti e Santos (2011), Rios Filho (2011, 2012), Sales e Sales (2012), Mondardo (2010, 2011, 2013), entre outros. Também foi muito importante o acesso aos documentos governamentais e relatórios técnicos realizados por empresas, associações de classe e órgãos de pesquisas. Esses foram fontes muito relevantes para obtenção de dados secundários sobre a região.

Outro importante ponto a destacar, que também fez parte do levantamento bibliográfico, foi a organização de uma hemeroteca com notícias do Oeste Baiano retiradas dos jornais de maior circulação na região e do *Jornal Valor Econômico*¹⁰. Essa hemeroteca, organizada por eixos temáticos e variáveis¹¹, foi montada e periodicamente complementada com o auxílio de membros do GLOBAU. Esse arquivo é uma importante fonte de informações a respeito do cotidiano das cidades estudadas, por isso nos ajudou a acompanhar sistematicamente a dinâmica da região.

No que tange à montagem do Banco de Dados¹², essa etapa compreendeu dois momentos complementares. O primeiro tratou-se do levantamento de dados qualitativos e quantitativos, que foi feito através de bancos de dados virtuais e em bases digitais – para os dados secundários – e obtido diretamente em trabalhos de campo – quando se tratou de dados primários. Utilizamos diversas fontes de pesquisa, citamos apenas as principais: Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Banco de Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – IPEADATA –, Federação de Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Portal de Serviços e Informações do Governo Federal, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dentre outros.

¹⁰ Além do *Jornal Valor Econômico*, a nível nacional, nossa hemeroteca contém notícias dos seguintes jornais locais (do Oeste Baiano): *Jornal O Imparcial LEM*, *Jornal Nova Fronteira*, *Diário do Oeste*, *Classe A*, *Notícias do Oeste*, *Jornal do São Francisco*.

¹¹ Ver a estrutura da hemeroteca no apêndice A.

¹² A bibliografia é considerada por nós como um dado fundamental da pesquisa, portanto, de certa maneira, ela também está contida no Banco de Dados. Decidimos apresentá-la separada apenas para facilitar o entendimento do caminho metodológico e possibilitar um detalhamento maior de cada momento.

É importante destacar que um banco de dados não comporta apenas dados estatísticos, mas todo tipo de material que possa agregar informações sobre o objeto de pesquisa e os temas norteadores, como tabelas, quadros, gráficos, mapas, fotografias, notícias de jornal, vídeos, gravações de voz, etc. Como destaca Bezerra (2012, p. 16), “a coleta de dados estatísticos é uma etapa aparentemente infundável. Uma vez que, tratamos de aspectos extremamente dinâmicos, temos que estar atentos às redefinições no que toca a abordagem temporal dos dados”.

O segundo momento da construção do Banco de Dados foi o tratamento estatístico das variáveis e dos indicadores coletados. Essas informações foram organizadas, analisadas e interpretadas e seus resultados materializados em tabelas, quadros, gráficos. Muito embora esses possam fornecer uma boa apreensão dos dados, a espacialização deles, através de mapas, também permitiu uma melhor visualização de algumas variáveis, ao aliar uma informação quantitativa com uma informação territorial. A maior parte dos mapas foi obtida de forma secundária, em fontes oficiais de instituições governamentais.

Em relação aos trabalhos de campo, eles tiveram a finalidade de coletar dados, bem como comprovar ou refutar informações já obtidas de forma secundária. O conhecimento empírico dos processos emergentes mediante contatos, conversas, aplicação de questionários, realização de entrevistas, coleta de bibliografias específicas ao objeto, participação em eventos¹³ e observação atenta da paisagem, foi imprescindível à análise. A leitura da paisagem priorizou a disposição dos objetos técnicos e o dinamismo dos movimentos.

Realizamos três trabalhos de campo e permanecemos na região um mês em cada viagem, o que totalizou três meses de permanência, nos seguintes períodos: 20 de outubro a 20 de novembro de 2012 no primeiro campo (Bahia, Piauí, Goiás e Tocantins); 25 de maio a 25 de junho de 2013 no segundo campo (Bahia e Goiás) e de 19 de janeiro a 19 de fevereiro de 2014 no terceiro campo (Piauí e Bahia). Realizar os trabalhos de campo de forma concentrada possibilitou uma

¹³Programamos o período do segundo trabalho de campo de acordo com a data da *Bahia Farm Show*, considerada a maior feira de tecnologia e de negócios agrícolas do Nordeste e posicionada entre as cinco maiores mostras do gênero agropecuário do país. Nossa participação nessa feira, que ocorreu do dia 28 de maio ao dia 02 de junho de 2013, foi intensa e muito produtiva, pois em um mesmo lugar conseguimos ter contato com diversos atores associados à produção de grãos no Oeste Baiano, desde os fabricantes de insumos até o setor agroindustrial. No espaço da feira foi possível aplicar questionários com 31 empresas do ramo de insumos agrícolas (máquinas, implementos, sementes, adubos, fertilizantes, sistemas de irrigação, etc). Na oportunidade também participamos de várias palestras e workshops associados à dinâmica do agronegócio regional.

pesquisa mais intensa com vivência do cotidiano, identificação direta dos agentes produtores do espaço, observação minuciosa dos fatos sociais, articulação com fontes variadas de informações e constante contato com a realidade que se apresentava aos nossos olhos.

Vale destacar que realizamos trabalhos de campo tanto na safra quanto na entressafra das culturas agrícolas, o que nos permitiu, em cada momento, apreender uma paisagem diferenciada, bem como dinâmicas de fluxos distintas. A oportunidade que tivemos de fazer campo para além do Oeste Baiano acrescentou muito no entendimento da dinâmica urbano-regional dessa porção do território brasileiro. Visitar os municípios de Posse (GO), Dianópolis (TO), Bom Jesus (PI) e Uruçui (PI), todos na fronteira com o Oeste Baiano, gerou evidências importantes para concluirmos até onde vai o raio de influência dessa região.

Vale salientar que os trabalhos de campo demandaram minucioso planejamento e organização para que os resultados esperados fossem alcançados com melhor êxito. No planejamento dessa atividade foi preciso pensar o antes, o durante e o depois do trabalho de campo. Dessa forma, nas atividades pré-campo, além de resolvermos questões mais de ordem técnica e operacional, também selecionávamos as instituições, os locais a serem visitados e as pessoas a serem entrevistadas; obtínhamos os telefones e as localizações dos estabelecimentos que seriam visitados; enviávamos os ofícios de solicitação de entrevistas, buscando agendar as visitas com antecedência. Para essa seleção sempre recorriamos aos manuais de pesquisa de campo elaborados pela coordenadora do GLOBAU, professora Denise Elias, os quais reúnem uma série de informações, orientações e sugestões para facilitar e uniformizar procedimentos relativos à realização de trabalhos de campo.

Durante os trabalhos de campo identificamos os principais agentes do agronegócio (Estado, empresas, cooperativas, sindicatos, associações de classe, prestadores de serviços, fazendeiros, trabalhadores, etc.) presentes na região; verificamos os fixos e os sistemas de engenharia associados aos circuitos produtivos; observamos a paisagem e estabelecemos importantes contatos para o desenvolvimento da pesquisa. Além do mais, aproveitamos a oportunidade para visitar as bibliotecas das instituições locais de Ensino e Pesquisa e levantar bibliografias e documentos que auxiliassem na pesquisa.

As visitas aos órgãos governamentais também acrescentaram informações importantes sobre o desenvolvimento econômico e a infraestrutura da região.

Os trabalhos de campo foram realizados tanto no campo quanto na cidade. Na zona rural dos municípios, onde os deslocamentos eram sempre mais difíceis pelas condições precárias das estradas e a distância das propriedades, tivemos a oportunidade de visitar algumas fazendas dos empresários agrícolas mais importantes da região. Conversar com esses produtores nos ajudou a entender o processo histórico de formação do Oeste Baiano a partir das atividades agrícolas, a traçar o perfil desses agentes e a compreender os circuitos espaciais de produção dos grãos.

Já nas zonas urbanas, o fator limitante era o acesso às agroindústrias. Enfrentamos muitas dificuldades para visitar as *tradings* da soja, sobretudo a Bunge e Cargill que, mesmo com inúmeras tentativas, não conseguimos entrar nas suas unidades processadoras, apenas nos armazéns. Como enfatiza Bomtempo (2011, p.37), fazer pesquisa de campo no Brasil, sobretudo na área industrial, é um tanto difícil, “ainda mais se a mesma for realizada em ambientes onde predominam empresas de um mesmo ramo produtivo e que não têm embutida a ideologia da cooperação, pois o que predominam são acirradas competições por disputas de mercado”. Diante do número de conflitos sociais existentes na região pesquisada, associados ao agronegócio, as empresas maiores (sobretudo as multinacionais) “enxergam a Universidade e o pesquisador acadêmico como uma ameaça às suas estratégias de atuação” (PEREIRA JÚNIOR, 2011, p.34). No entanto, muitas empresas menores abriram as portas para nossa pesquisa, o que possibilitou preencher as lacunas de dados não obtidos com as *tradings*.

As entrevistas semiestruturadas seguiram roteiros elaborados com base nos temas, nas variáveis e nas questões norteadoras importantes para a consecução da pesquisa e personalizados para o tipo de agente que pretendíamos arguir¹⁴. Esses roteiros privilegiaram a obtenção de informações que nos ajudaram não somente a conferir os dados obtidos de fontes secundárias, mas também complementá-los. Muitas novas informações surgiram durante a realização das entrevistas. Os roteiros para as entrevistas não eram rígidos, mas alterados

¹⁴ Ver exemplos de roteiros das entrevistas no apêndice B.

conforme o grau de dificuldade que encontrássemos nos trabalhos de campo e de acordo com as perspectivas de obtenção de novas informações.

Realizamos um total de 135 entrevistas e aplicamos 31 questionários¹⁵. Todas as informações e materiais obtidos foram devidamente registrados para a posterior confecção dos relatórios de trabalho de campo. Os materiais bibliográficos obtidos no campo foram organizados em pastas segundo os eixos e as variáveis da pesquisa. Também foram armazenadas, em planilhas apropriadas, as informações dos contatados e entrevistados que contribuiriam para a pesquisa, a fim de facilitar relações futuras¹⁶. Os registros fotográficos e gravações de voz, importantes produtos dos trabalhos de campo, foram organizados e armazenados no Banco de Dados para serem adicionados, conforme a demanda, aos relatórios, ao texto final da tese e a outras publicações.

Após expormos nosso caminho teórico-metodológico, passamos à divisão organizacional da tese, a qual está dividida em sete capítulos, além das referências e apêndices. Destacamos que a introdução e a conclusão constam como, respectivamente, primeiro e sétimo capítulos, de acordo com o Guia de Normalização de Trabalhos Acadêmicos da UECE.

No segundo capítulo, intitulado **“Difusão do agronegócio e novos processos de regionalização”**, partimos dos temas norteadores da própria pesquisa e procedemos a uma revisão bibliográfica, a partir dos seus aspectos mais importantes para nossa tese. Nesse capítulo, o texto encontra-se organizado em quatro partes, perpassando pelo entendimento da reestruturação produtiva da agropecuária e a formação de redes agroindustriais; a expansão da produção de soja no Brasil; a incorporação do Nordeste e, mais especificamente, do Oeste Baiano às dinâmicas do agronegócio e a intensificação das relações campo-cidade. É importante destacar que o segundo capítulo expõe, de forma sistematizada, o referencial teórico do trabalho, contudo, esse é encontrado ao longo dos demais capítulos, sempre articulado com uma abordagem empírica, prezando pela indissociabilidade entre a teoria e a empiria.

O terceiro capítulo **“Formação socioespacial do Oeste Baiano e a inserção do agronegócio”** é organizado em quatro partes. Preocupamo-nos, na

¹⁵Todo trabalho de campo foi seguido de seu relatório de campo. Ver exemplo dos roteiros dos planejamentos e dos relatórios de campo no apêndice C.

¹⁶Ver lista de entrevistados/contatados no apêndice D.

primeira parte, em discutir o próprio processo geral de ocupação das áreas dos cerrados nordestinos que formam a Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras. Na segunda parte explicamos o processo histórico de formação do Oeste Baiano, apontando os primeiros agentes produtores desse espaço e suas práticas socioespaciais. Na terceira parte, é apresentada uma caracterização da produção de alguns dos principais produtos agropecuários do Oeste Baiano. Na quarta parte abordamos a moderna logística como elemento de fundamental importância para o agronegócio da região, enfocando os processos de armazenagem e transporte.

O quarto capítulo, denominado **“Agentes representativos do agronegócio no Oeste Baiano”**, é dedicado à identificação dos principais agentes que representam as redes agroindustriais que tangenciam o Oeste Baiano. O capítulo está dividido em nove partes que discutem: a organização das redes agroindustriais; o uso corporativo do território pelas *tradings* Bunge e Cargill; a disposição dos distritos industriais como espaços estratégicos de atração de novos investimentos; a criação de organizações representativas dos interesses dos agentes do agronegócio; a pesquisa e o ensino voltados para atender às demandas do agronegócio e o papel do sistema bancário e financeiro no financiamento do agronegócio.

O quinto capítulo, **“Reestruturação urbano-regional do Oeste Baiano”**, estrutura-se em cinco partes. Na primeira focalizamos na discussão sobre a urbanização nos cerrados baianos, evidenciando a reestruturação das funções das antigas cidades da região e a formação da rede urbana regional. Na segunda parte analisamos a posição de Barreiras como “centro de região” e sua polarização no Oeste Baiano. Na terceira parte avaliamos a economia urbana de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, mostrando algumas das diferentes funções desempenhadas por essas cidades na rede urbano-regional e a relação entre ambas. Na quarta parte discutimos as redefinições na economia urbana regional que respondem às demandas provenientes do campo moderno e aparecem como consequência da difusão do consumo produtivo agrícola na região. Por último, na quinta parte, debatemos sobre o aparecimento de novas aglomerações urbanas, como Roda Velha e Rosário, e o papel desempenhado por estas na região.

No sexto capítulo, nomeado **“Desigualdades socioespaciais no Oeste Baiano”**, evidenciamos como a modernização dessa região tem se processado de forma contraditória e amplamente excludente. Esse capítulo divide-se em três

partes, e a primeira trata do histórico processo de concentração fundiária na região, em que se expõe o nível de expropriação dos meios de produção pelo qual tem passado os camponeses da região e as resistências e conflitos territoriais travados por eles para conseguirem sobreviver ao agronegócio. Na segunda parte listamos os impactos que essa expansão desenfreada do agronegócio tem promovido ao meio ambiente na região. Já na terceira parte apontamos os principais problemas sociais, constatados no espaço intraurbano de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, criados ou intensificados pela difusão do agronegócio.

Destarte, nosso intento com esse trabalho não foi o de ceder aos mitos da pretensa síntese final, a primeira das grandes ilusões da Geografia, de acordo com Gomes (1997), isto é, não trazemos respostas definitivas e fechadas. Como diz Lefebvre (2002), uma pesquisa não faz milagres, não bastando instituí-la para que se tenha uma análise exaustiva do fenômeno. E, de certo, não haverá análise exaurível de qualquer realidade.

Dito isso, apresentamos nossas ideias ao debate para podermos refletir sobre a temática proposta de forma a produzir outras discussões, bem como mais pesquisas voltadas à análise da reestruturação urbano-regional promovida pelo agronegócio e seus impactos socioespaciais no campo e na cidade. Almejamos, portanto, com nosso trabalho, abrir novas possibilidades de investigação para estudos futuros.

2 DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO E NOVOS PROCESSOS DE REGIONALIZAÇÃO¹

Concordamos com o pensamento de Holanda (2007) que defende que para a Geografia se compor como Ciência, capaz de interpretar a realidade em curso, é necessária a construção de um quadro de referência teórico-metodológico. Dito isso, neste primeiro capítulo apresentamos uma visão do conjunto de conceitos, categorias e noções que foram basilares nesta pesquisa, procedendo a uma revisão bibliográfica desse mesmo conjunto, a partir dos seus aspectos mais importantes. É importante destacar que nosso referencial teórico está presente ao longo dos demais capítulos, estando neste apenas uma síntese.

No primeiro item discutimos a temática da reestruturação produtiva, como ela atingiu a agropecuária brasileira e que relação isso tem com a difusão do modelo de produção via agronegócio no país. Apontaremos também os impactos na reorganização do território, observados a partir da constituição das redes agroindustriais e organização dos *circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação* (SANTOS, 1994, 1996ab; SANTOS, M. L. SILVEIRA, 2011).

No segundo item abordamos o processo de introdução e expansão da produção de soja no Brasil e seus reflexos no (re)ordenamento territorial do país. Mostramos a inserção pioneira dessa cultura no Sul do País, depois sua expansão para o Centro-Oeste, Sudeste, Nordeste e Norte.

No terceiro item discutimos como a Região Nordeste foi incorporada à difusão do agronegócio, quais os principais espaços atingidos e como o Oeste Baiano, pioneiramente, foi inserido nesse processo.

No quarto item debatemos a relação campo-cidade dentro de uma abordagem regional, apresentando as articulações geradas entre esses dois espaços nas áreas de intensa modernização agrícola e os rebatimentos na reestruturação do espaço urbano-regional.

¹Título baseado em trabalhos de Denise Elias. Poderíamos citar vários deles. Podemos considerar, principalmente, as publicações de 2011 e 2013, quando a autora apresenta reflexões sobre as novas regionalizações resultantes dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária e de organização das redes agroindustriais. Nesses textos, a autora discute, entre outros, um conjunto de temas e processos fundamentais para entender tais regionalizações, sendo que tanto a reestruturação produtiva da agropecuária quanto a organização das redes agroindustriais são dois dos principais pilares da sua matriz metodológica.

2.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA AGROPECUÁRIA E AS REDES AGROINDUSTRIAIS²

Pensar o processo de “territorialização do capital no campo”³ (OLIVEIRA, 1996), processo que ocorre quando a agropecuária é desenvolvida sob a forma capitalista e com a apropriação da renda capitalista da terra, implica pensar a reestruturação produtiva enquanto chegada de uma nova ordem econômica e redefinição de uma lógica racionalista de produção, a qual não prioriza os componentes sociais e econômicos tradicionais, e o espaço, o meio e o produto da reestruturação produtiva (MOREIRA, 2006) refletem todas essas mudanças.

A temática da reestruturação produtiva vem sendo discutida desde o final dos anos de 1970 por diversos pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento: Administração, Economia, Geografia, História, Sociologia, etc. O debate surge nessa década porque esse processo trouxe uma série de transformações no modo de funcionamento do capitalismo, na busca de soluções para as suas tendências de crises, não contidas pelo regime de acumulação anterior – o Fordismo. As crises, por sua vez, derivaram do rigor das práticas do período fordista-keynesiano, quando os maiores problemas estavam “com a rigidez dos investimentos de capital fixo e de larga escala e longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo variantes” (HARVEY, 2003, p.135).

Para a reorganização do ciclo produtivo pós-recessão, teve início uma verdadeira mutação no perfil de acumulação, na busca para recuperar os patamares de lucros e gerir a crise de superacumulação que assolava o sistema metabólico do capital. Para Mandel (1982), a reestruturação acontece como mecanismo de superação das crises do modo de produção capitalista. Assim, processou-se uma transição do regime fordista para novas formas de gestão, organização da produção e controle do trabalho, isto é, uma passagem para uma acumulação flexível, marcada por um confronto direto com a rigidez do Fordismo, e que se “apoia nas

² Título baseado em trabalhos de Denise Elias. Poderíamos citar vários deles. Podemos considerar, principalmente, as publicações de 2011 e 2013, quando a autora apresenta reflexões sobre as novas regionalizações resultantes dos processos de reestruturação produtiva da agropecuária e de organização das redes agroindustriais. Nesses textos, a autora discute, entre outros, um conjunto de temas e processos fundamentais para entender tais regionalizações, sendo que tanto a reestruturação produtiva da agropecuária quanto a organização das redes agroindustriais são dois dos principais pilares da sua matriz metodológica.

³ As expressões “monopolização” e “territorialização do capital”, utilizados durante o texto, são de Oliveira (1996).

flexibilidades dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 2003, p.140).

Harvey (Op. cit.) afirma que, com a reestruturação produtiva, o que aparece é um regime de acumulação inteiramente novo. Esse autor explica que as décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reorganização econômica e de reajustamento social e político. Essas experiências representaram os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação novo, associado a um sistema de regulamentação política e social bem distinto. Trata-se, portanto, da acumulação flexível.

Soja (1993) acredita que tal processo não se generalizou em todos os circuitos da economia. Para esse autor, trata-se de “uma mescla complexa e irresoluta de continuidade e mudança” (p.194). Tendemos a compartilhar dessa visão, pois concordamos que falar de reestruturação não implica supressão do passado, isto é, das formas pretéritas de organização da sociedade, da produção, das formas espaciais, das técnicas, das normas. Soja (p. 194) reporta-se a um “desenvolvimento geograficamente desigual” como sendo “uma parte essencial da espacialidade capitalista, de sua matriz espacial e sua topologia características” (p. 198).

Acreditamos que tanto Harvey (2003) quanto Soja (1993) estão corretos em sua análise. Na verdade uma visão complementa a outra, uma vez que o regime de acumulação do capital, no qual estamos inseridos, é inteiramente novo, sim; mas, como todo regime de acumulação, as formas históricas mais avançadas não eliminam as formas históricas anteriores. Isso porque o novo nunca vai acabar com o velho, eles sempre vão coexistir.

Considerando que as estruturas são momentos provisórios, como afirmou Lefebvre (1971), podemos dizer que a reestruturação é um movimento ao mesmo tempo de “continuidades” e “descontinuidades”. Assim, convivem dentro, num mesmo complexo espacial, formas novas e antigas, e coabitam complexos inteiramente novos com outros inteiramente arcaicos. O desafio do pesquisador é ver, então, como o novo e o velho se articulam na produção e reprodução das forças produtivas. E esse processo hoje é regulado também pelo capital financeiro.

A partir de meados dos anos de 1980, o capital de aplicação financeira tem exercido um peso significativo sobre o nível e a orientação dos investimentos, bem como na configuração da distribuição da renda. As observações relativas à

posição de comando e ao grau de “autonomia” que o capital-dinheiro parecia ter adquirido, incentivou alguns pesquisadores, como os da Escola da Regulação (Aglieta, Lordon, Boyer, Orlean) e Chesnais, a levarem adiante a hipótese segundo a qual o regime de acumulação potencialmente “sucessor” do regime “fordista” consistiria num regime organizado a partir de relações originadas menos na esfera produtiva do que na esfera financeira.

Chesnais (1996, 1997), foi um dos primeiros, se não o primeiro, a ter utilizado a expressão “regime de acumulação com dominação financeira”, que serviu para designar o que parecia ser uma configuração nova do capitalismo, na qual o movimento da acumulação e seu conteúdo econômico e social concreto seriam moldados pelas posições econômicas e sociais concedidas a – e conquistadas por – formas muito concentradas de determinado tipo de capital –, designado por Marx, no livro III de *O capital*, de “capital portador de juros”, ou ainda, “forma moderna do capital dinheiro”.

A meu ver, o advento daquilo que se chama – de forma bastante redutora – de “finanças” foi, e continua sendo mais do que nunca, indissociável daquilo que constituiu o ponto de partida de minhas pesquisas, a saber, a nova fase da internacionalização, a da “mundialização do capital. (CHESNAIS, 1997, p.4).

Das transformações resultantes da reestruturação produtiva, Gottdiener (1997) identifica três como sendo as mais importantes: a organização da produção e administração em estruturas complexas; a intervenção ativa do Estado em todos os níveis da sociedade – o que tornou as ações do setor público e do privado inextricavelmente interligadas – e a emergência da ciência, da tecnologia e de uma indústria do conhecimento – como novas forças dominantes da produção. O novo regime de acumulação tende a priorizar a inovação tecnológica e a flexibilização do processo produtivo e das relações de produção, valorizando a gestão e a economia de escopo afinadas com a dinâmica do mercado consumidor; do mesmo modo que aprofunda o processo de circulação do capital, de informações e de mercadorias.

Em resposta a essas transformações gerais da sociedade, o espaço toma a forma do que Santos (2005, p.38) chamou de “meio técnico-científico-informacional”, “marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território, essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para a sua realização”. São as mudanças na

composição técnica do território, como os investimentos em infraestruturas, ampliação e crescimento da rede de transportes e comunicação, expansão de atividades modernas e dinâmicas que vão possibilitar uma generalização desse meio.

De acordo com Gomes (2011), o processo de reestruturação produtiva no Brasil se instaurou após a crise do modelo de desenvolvimento baseado na “substituição das importações”, a partir dos anos de 1970. Esse processo, iniciado com a implementação de algumas práticas sob a inspiração do toyotismo, refletiu a crise do padrão fordista no plano mundial e a gestação de um novo padrão de acumulação e regulação, o qual se desenvolveu diferencialmente em cada país ou região do mundo. Desse modo

[...] o processo de reestruturação produtiva no Brasil ocorre *pari passu* aos novos padrões de competitividade internacional e as mudanças econômicas que ocorrem no país, a recessão, o desemprego, a crise do padrão industrial baseado no desenvolvimentismo e, outrossim, a política de abertura econômica, inspirada no neoliberalismo (GOMES, 2011, p. 57).

Na literatura científica brasileira, a noção de reestruturação considera várias denominações: reestruturação urbana, reestruturação social, reestruturação espacial, reestruturação organizacional, reestruturação econômica, reestruturação industrial, reestruturação produtiva, etc. Em nossa tese, centramos a análise na discussão da reestruturação produtiva da agropecuária e na reestruturação urbano-regional, sendo essa última derivada da primeira, para o caso do nosso estudo.

A ambiência de transformações na escala mundial, pós-1970, e os seus rebatimentos na organização espacial do Brasil propiciaram condições de ordem econômico-tecnológicas e político-culturais para uma reestruturação produtiva também do setor agropecuário brasileiro, que passava por modificações desde os anos de 1950, aprofundadas nas décadas de 1970 e 1980. A difusão de um novo modelo de produção globalizada no território brasileiro promoveu um reajustamento social, econômico e político no campo e na cidade e induziu uma atividade agropecuária intensa em capital, ciência, tecnologia e informação, chamada por Santos (2000) de “agricultura científica”.

Elias (2003a) utiliza uma periodização que consideramos muito adequada para pensar a consecução desse novo modelo de produção agropecuária e da reorganização do espaço agrícola. Para essa autora, podemos vislumbrar três

momentos adjacentes. O primeiro seria o da mudança da base, a partir da década de 1950, com o emprego de uma gama de insumos artificiais em detrimento dos naturais, com a difusão de inovações químicas (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos, etc.) e mecânicas (tratores, arados, colheitadeiras, etc.). O segundo momento seria concretizado em meados de 1960, quando os interesses das grandes corporações se apropriaram do processo de produção agropecuária brasileira e organizaram-se indústrias a montante e a jusante da agricultura. O terceiro período, pós anos de 1970 e que se estende até hoje, corresponde à integração de capitais industriais, bancários, agrários e à junção vertical de empresas.

Os traços mais gerais da modernização no campo brasileiro sublinham o fato de que ela se processou mediante uma intervenção fundamental do Estado, tendo em vista a propagação de um regime de acumulação fundado na internacionalização da economia nacional. Isso quer dizer que não se pode compreender a evolução do capitalismo nacional sem entendê-la como parte constituinte da própria evolução da economia mundial, e isso também vale para a compreensão das transformações do setor agropecuário brasileiro.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, que durou de 1939 a 1945, o sistema capitalista experimentou uma notável expansão marcada por centralização e exportação de capital produtivo, numa tentativa de reerguer os países capitalistas ao fim do conflito. Esse movimento configurou um amplo e crescente processo de internacionalização da produção, na qual a tendência à unificação mundial do progresso técnico e, como consequência, das técnicas produtivas, tornou-se uma das suas características mais expressivas. Para Aguiar (1986, p.60), “o instrumento decisivo desse processo de internacionalização do capital produtivo foi a grande empresa multinacional”. Esse autor ainda afirma que “o deslocamento espacial das modernas empresas multinacionais, na fase da internacionalização do capital produtivo, significou, sobretudo, a propagação mundial das relações de produção capitalistas no seu estágio monopolista” (p.61).

A partir da segunda metade dos anos de 1960, os países subdesenvolvidos passam então a ser alvo desse grande capital internacional, que procura as condições propícias para expandir sua produção industrial. No Brasil, por exemplo, após o movimento militar de 1964, assiste-se ao aceleração progressivo da incorporação do subsistema econômico nacional ao sistema produtivo mundial, o

que inclui também mudanças da agropecuária brasileira. Como ainda indica Aguiar (1986, p. 79)

De fato, a intensificação do emprego de máquinas e insumos está associada à constituição de um importante setor industrial produtor de meios de produção para a agricultura e à montante(sic), em nível da política de Estado, de um conjunto de instrumentos capazes de viabilizar o seu uso por parte dos agricultores.

A modernização da agropecuária brasileira não pode, portanto, ser dissociada das transformações capitalistas ocorridas no Brasil e no mundo a partir da década de 1960. O próprio uso dos agrotóxicos na agricultura brasileira e nos outros países subdesenvolvidos teve origem ainda na Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que esses produtos foram utilizados como armas químicas nesse período⁴. Depois do conflito, os agrotóxicos foram difundidos nos Estados Unidos e na Europa e utilizados como “defensivos agrícolas” na Revolução Verde, que prometia aumentar a produção mundial de alimentos através de técnicas modernas.

A introdução dessas técnicas em países menos desenvolvidos, como Índia, Brasil e México, ocorreu durante as décadas de 1960 e 1970. Nesse período, o governo brasileiro buscava atrair investimentos multinacionais para o País, e, para tanto, foram criados mecanismos econômicos e políticos que alteraram o relacionamento do grande capital internacional com a economia brasileira. Passou-se a desenvolver tecnologia própria tanto em instituições privadas quanto em agências governamentais (como na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA) e universidades. A disseminação dessas tecnologias em todo o território nacional permitiu que o Brasil vivesse um surto de crescimento da agropecuária, com o aumento da fronteira agrícola. A intervenção do Estado brasileiro passou a se dar principalmente nos setores produtivos e de infraestrutura, visando favorecer a dinâmica da acumulação, privilegiando certos locais de valorização. Segundo Santos e M. L. Silveira (2011, p. 47)

A ideologia do consumo, do crescimento e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das ideias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto, da política. Para

⁴Os agrotóxicos, porém, não deixaram de ser usados como arma química com o final da guerra. O caso mais emblemático ocorreu na Guerra do Vietnã (1964-1975), com o uso do laranja, um herbicida altamente tóxico. Aviões estadunidenses despejaram 83 milhões de litros da substância sobre 26 mil aldeias do Sudeste Asiático. Fonte: <http://www.brasildefato.com.br/node/9807>. Acesso em 09 out. 2015.

realizar qualquer desses desígnios impunha-se equipar o território, integrá-lo mediante recursos modernos. O caminho da integração do território e da economia apontado para todos os países era tanto mais facilitado e tanto mais rápido quanto maior o número de opções a atingir e a organizar. É o caso do Brasil.

Os países subdesenvolvidos foram assim constrangidos, desde os anos de 1960 e 1970, a aumentarem a produção de exportáveis e o fizeram absorvendo tecnologias cada vez mais modernas, reduzindo a produção de alimentos para subsistência e investindo na promoção de *commodities* agrícolas. Para Aguiar (1986), dois traços principais evidenciam a modernização da agricultura brasileira nesse período: o aprofundamento das relações mercantis e a ampliação do uso de inovações técnicas. O documento “Metas e Bases para a Ação do Governo” (1970-1971), do governo Garrastazu Médici⁵, ampliava consideravelmente essa proposta de modernização do setor agrícola. Suas intenções eram assim descritas

Mediante forte ação executiva, da plena utilização dos instrumentos já criados e da ampliação dos incentivos existentes, serão lançadas as bases para promover, na década de 1970, um movimento renovador, de profundidade, no setor agrícola. Isso significará, principalmente, dotar a agricultura brasileira de um sistema de apoio, financeiro e fiscal, capaz de produzir a transformação tecnológica e o fortalecimento acelerado de uma agricultura de mercado, sensível aos estímulos de preços, realizar a expansão de áreas, principalmente através da ocupação de espaços vazios, no Centro-Oeste (na zona dos ‘Cerrados’), no Norte e nos vales úmidos do Nordeste; converter em realidade a reforma agrária nas áreas em que o sistema de propriedade da terra constituir obstáculo ao aumento da produtividade e à melhoria das condições do trabalhador rural; transformar o Brasil em importante exportador de carne e outros produtos agrícolas não tradicionais; efetivas a modernização do sistema de comercialização de produtos agrícolas, notadamente nos grandes centros urbanos (BRASIL, 1970, p. 89 apud AGUIAR, 1986, p.93).

Como já indicaram vários autores, a exemplo de Müller (1989), Silva (1996), Oliveira (1996), Mazzali (2000) e Elias (2003b), o Estado claramente assumiu o papel de elemento indutor da modernização agrícola brasileira, através da montagem e do uso de um amplo sistema de incentivos financeiros e fiscais. A intensidade desse processo traduz o resultado dos benefícios da política estatal (crédito, assistência técnica, pesquisa, programas especiais, etc.) aos agentes hegemônicos, uma vez que os incentivos favoreceram a concentração acelerada da propriedade fundiária, permitindo ganhos fabulosos às multinacionais e aos grandes

⁵O general Emílio Garrastazu Médici foi o 28 Presidente do Brasil, entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974, durante a Ditadura Militar do país. Fonte: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici>. Acesso em: 13 out. 2015.

grupos nacionais, e sustentaram a ocupação predatória de espaços da Amazônia e do Centro-Oeste.

O setor agrícola foi um dos eleitos para os investimentos nacionais e internacionais dos anos de 1970, tendo que se enquadrar em “um “tempo rápido, um tempo hegemônico, influenciado pelo dado internacional: os tempos do Estado e das multinacionais” (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011, p.52). Os investimentos dirigiram-se aos setores onde havia possibilidade de exportação, isto é, a produção resumiu-se a bens para os quais existissem compradores estrangeiros potenciais. Essa orientação exigiu uma constante atualização do equipamento industrial, a fim de poder concorrer internacionalmente. A década de 1970 foi, por conseguinte, um marco na modernização da agricultura, no desenvolvimento do capitalismo agrário e na expansão das fronteiras agrícolas (MULLER, 1989; SILVA, 1996; OLIVEIRA, 1996; MAZZALI, 2000; ELIAS, 2003b).

Como enfatiza Hespanhol (2008), no caso brasileiro o processo de modernização da agricultura reduziu o seu ritmo a partir do início dos anos de 1980, em razão da crise econômica mundial e das crises fiscal e financeira que atingiram o Estado. Mesmo assim, a agricultura moderna em bases empresariais se expandiu nas décadas que se seguiram aos anos de 1970, e continua em marcha por meio do crescimento das áreas de cultivo de soja e milho nas zonas de cerrado do Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país; de algodão mecanizado nos Estados de Mato Grosso e Bahia; de cana-de-açúcar nos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Goiás.

As políticas de incentivo à agricultura moderna, associadas aos processos de desregulamentação e de abertura da economia à competitividade internacional, foram ampliadas no Governo FHC, da década de 1990, aumentando a importância do agronegócio na geração de divisas, por meio da expansão das áreas, aumento da produtividade e ampliação das exportações, sendo responsável por sucessivos superávits na balança comercial do país.

Nos anos de 2000 e 2010, o governo do PT, nos sucedidos mandatos de Lula e Dilma, corrobora nos incentivos à ampliação do agronegócio, dando continuidade à política de apoio à agricultura empresarial, restringindo-se basicamente a ofertar crédito oficial a médios e grandes produtores rurais a taxas de juros inferiores às vigentes no mercado financeiro. Como reforça Hespanhol (2008), a divergência de interesses e a dubiedade das políticas públicas voltadas ao meio

rural ficam evidentes nos mandatos petistas, na própria maneira desigual como a administração Federal se estrutura para atender às demandas provenientes do agronegócio e da chamada agricultura familiar, privilegiando o primeiro.

Esse tipo de desenvolvimento, que nada mais é que um crescimento econômico, aparece como importante fonte de manutenção dos lucros e implica a produção de diferenciações espaciais. Aqui é preciso fazer um corte e esclarecer que não tratamos, neste trabalho, crescimento econômico e desenvolvimento como sinônimos. Esses não funcionam, necessariamente, numa fórmula perfeita de causa e consequência. Enquanto o primeiro refere-se a uma ordem mais objetiva, do aumento das forças produtivas refletidas nos índices de crescimento, nas estatísticas econômicas, o segundo termo tem uma maior amplitude, tratando de aspectos sociais como emprego, renda, condições de alimentação, saúde, moradia, acesso às infraestruturas urbanas, educação, lazer, etc. Desse modo, pode haver crescimento sem haver um real desenvolvimento, fato comum nos países subdesenvolvidos, pois o desenvolvimento demanda políticas públicas entorno do crescimento, ordenadas e bem definidas.

Destarte, todo o processo de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira (ELIAS, 2003ab, 2006) tem privilegiado determinados segmentos sociais, econômicos e políticos. Se por um lado temos o aumento dos índices de produção e dos valores da balança comercial influenciado pela dinâmica do setor agrícola, do outro, temos como resultado o acirramento da histórica concentração fundiária com expansão da propriedade privada no campo; a proletarianização, especialização e precarização do trabalhador rural; o uso predatório do meio ambiente, etc. Resumindo, observamos uma modernização socialmente excludente e espacialmente seletiva (ELIAS, 2006). Podemos mesmo afirmar que nenhum outro modelo agrícola promoveu tanta pobreza, desigualdade regional e degradação ambiental em tão pouco tempo no campo e nas cidades, quanto este que vivenciamos. O reconhecimento desses problemas vem despertando questionamentos sobre a viabilidade do modelo de produção adotado no campo brasileiro com o advento da globalização, e disseminando discussões acerca de modelos alternativos ao agronegócio.

É preciso explicar o que entendemos por agronegócio, termo de uso corrente na atualidade, mas por vezes utilizado sem discriminação⁶. Conforme Padilha Junior (2004), esse conceito foi desenvolvido na década de 1950 pelos pesquisadores da Universidade de Harvard – John Davis e Ray Goldberg⁷ –, no âmbito da área de Administração e Marketing, nascendo com a expressão *agribusiness*, nos Estados Unidos, em 1957. Esses autores americanos enunciaram o conceito de agronegócio como sendo a “soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles” (DAVIS; GOLDBERG, 1957 *apud* PADILHA JUNIOR, 2004, p.46).

No Brasil, o vocábulo *agribusiness* foi traduzido inicialmente, nos anos de 1980, pelas expressões agroindústria e complexo agroindustrial⁸, que buscavam ressaltar a novidade do processo de modernização e industrialização da agricultura intensificado nos anos de 1970⁹. De acordo com Pavesi e Gomes (2011, p. 3), “o termo *agribusiness* atravessou praticamente toda a década de 1980 sem tradução para o português. Não eram raras as discussões sobre a utilização do termo em inglês sem a tradução literal para o português do termo agronegócio”.

Leite e Medeiros (2012) destacam que, nos anos de 1990, o termo *agribusiness* começou a ganhar mais espaço principalmente com o surgimento de entidades setoriais, como a Associação Brasileira do Agribusiness – hoje

⁶Segundo Batalha (2008, p. 10), “a literatura que trata da problemática agroindustrial no Brasil tem feito muita confusão entre as expressões Sistema Agroindustrial, Complexo Agroindustrial, Cadeia de Produção Agroindustrial e Agronegócios”.

⁷DAVIS, J. H., GOLDBERG, R. A. A concept of agribusiness. Division of research. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.

⁸Segundo Batalha (2008), a noção de complexo agroindustrial(CAI) surge na década de 1950 nos países centrais, exatamente no período de mais intensa industrialização, em que a agricultura passava do método tradicional para os métodos industriais, como resultado de estudos sobre a participação das atividades agrícolas nas relações intersetoriais. De acordo com Müller (1989), o CAI é uma forma de unificação das relações interdepartamentais com os ciclos econômicos e as esferas de produção, distribuição e consumo, associadas às atividades agrárias. Também é uma unidade de análise na qual as atividades (agricultura, pecuária, reflorestamento) se vinculam com as atividades industriais de uma dupla maneira: com a de máquinas e insumos para a agricultura e com as de beneficiamento e processamento; com o comércio atacadista e varejista internos e com o comércio externo, tanto de produtos agrários quanto agroindustriais, e da indústria para a agricultura. No Brasil, a noção de CAI foi utilizada por muitos teóricos que objetivavam compreender a modernização da agricultura brasileira dos anos de 1960 a 1980.

⁹Outros termos também foram utilizados para destacar o caráter sistêmico e não exclusivamente setorial da produção agrícola: sistema agroalimentar, cadeia agroindustrial, *filière*, etc. (LEITE, 1990).

Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) – e de entidades patronais rurais¹⁰ que tiveram importante papel na generalização do uso do termo *agribusiness*, inicialmente, e agronegócio, depois. Já no início do ano 2000, a palavra agronegócio foi se generalizando tanto entre aqueles agentes associados ao modelo moderno de produção agropecuária¹¹, quanto na linguagem acadêmica, jornalística, política e no senso comum, para referir-se ao conjunto de atividades que envolvem a produção e a distribuição de produtos agropecuários.

Mais do que um vocábulo, contudo, o que importa é considerarmos que o agronegócio envolve todo o circuito espacial da produção e os círculos de cooperação de uma *commodity* agrícola. Sua relação se estende às atividades de logística e negociações com o mercado internacional. Existem, ainda, as instituições de ensino, pesquisa, extensão rural, assistência técnica, consultoria, crédito rural, as organizações de classe, etc., que interagem e influenciam de maneira intensa o agronegócio.

Para Oliveira (2010), o “antes da porteira” – representado pela aquisição de sementes, mudas, fertilizantes, agroquímicos, tratores e implementos, etc. –, significa cerca de 11,0% do volume de recursos do agronegócio; o “dentro da porteira” – constituído pela produção propriamente dita –, envolve algo como 25,8% desse setor; e, finalmente, o “depois da porteira” – composto pelas atividades de beneficiamento, transporte, armazenamento, processamento ou industrialização, comercialização, etc. –, é o responsável pela maior fatia do agronegócio: 63,2%.

O agronegócio é, de fato, um “negócio”, pois no funcionamento desse setor se lida com aspectos administrativos, financeiros, contábeis, logísticos, gestão de recursos humanos, gerenciamento de informações, comunicação de banco de dados, controle de qualidade e de processos, automação industrial e comercial, *marketing*, entre outros, próprios de qualquer ramo empresarial, bem como se

¹⁰Em especial, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), as associações por produtos e multiprodutos, tais como a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Abrasoja), a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), a União Brasileira de Avicultura (UBA), etc.

¹¹Quanto à identificação dos agentes partícipes dessa atividade econômica, para Mendes e Padilha Júnior (2007, p. 48): “o conceito de agronegócio engloba os fornecedores de bens e serviços para a agricultura, os produtos rurais, os processadores, os transformadores e distribuidores e todos os envolvidos na geração e no fluxo dos produtos de origem agrícola até chegarem ao consumidor final. Participam também desse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, como o Governo, os mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços”.

gerencia empresas agropecuárias, definindo as estratégias de mercado e sistemas de produção.

A. Oliveira (2003) observa que o Brasil do campo moderno vem transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial, no qual o agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Desse modo, quando se trata de agronegócio, não estamos mais falando, apenas, de fazendas, mas de empresas do agronegócio; não tratamos somente de produtos agrícolas, mas de *commodities* agrícolas; e, sobretudo, não lidamos mais unicamente com agricultores ou produtores, mas empresários do agronegócio.

Esse modelo do agronegócio, baseado em uma agropecuária empresarial, competitiva e especializada, cuja lógica produtiva é imposta pelo mercado mundializado, tem se difundido no território brasileiro desde o final do ano de 1960, como vimos. Nos últimos trinta anos, essa expansão tem se dado dentro de uma nova lógica de aglomeração, deslocamento e funcionalidade desse setor econômico, promovendo, mais recentemente, a formação de “Redes Agroindustriais” (R. SILVEIRA, 2005; ELIAS, 2008, 2013). Essas seriam responsáveis por um (re)ordenamento espacial que passa, cada vez mais, a atender às necessidades da produção, da circulação e do consumo de *commodities* agrícolas, como no caso da soja. De acordo com Elias (2013, p.16):

As redes agroindustriais associam todas as atividades e empresas inerentes ao agronegócio globalizado: empresas agropecuárias, indústrias de sementes selecionadas, de insumos químicos e implementos mecânicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, prestadores de serviços, agroindústrias, empresas de distribuição comercial, de pesquisa agropecuária, de marketing, de *fast-food*, de logística, cadeias de supermercados etc.

Outro autor no qual apoiamo-nos para compreender a organização em rede do agronegócio é R. Silveira (2005). Esse autor pensa o conceito de rede, na abordagem da atividade agroindustrial, a partir da constatação de que uma das características estruturais dessa atividade é a afirmação de uma racionalidade organizacional que valoriza, simultaneamente, a especialização, a articulação e a interconexão de seus distintos agentes e segmentos que se localizam e operam em diferentes níveis escalares.

R. Silveira (2005) faz uma observação importante ao lembrar-nos de que o padrão de funcionamento em rede não pode ser generalizado. Uma vez que esse

padrão não está presente apenas no conjunto das atividades agroindustriais, mas também em alguns setores ou subsetores específicos da produção agrícola, as condições e oportunidades para a implementação da organização em rede tornam-se diferentes e diversas. R. Silveira (2005) trata a rede como uma ferramenta analítica, mas leva em consideração que essa é apenas uma das já existentes formas de interação e coordenação que atualmente ocorre nos espaços de reprodução do agronegócio, portanto, apenas uma das possibilidades existentes de compreensão da realidade.

A obra de Mazzali (2000) mostra a emergência da organização em rede como uma forma de suplantiar o modelo explicativo do desenvolvimento da agricultura brasileira via “complexos agroindustriais” (CAIs). Para o autor, o conceito de CAIs estaria inscrito no período histórico no qual se consolidou o padrão denominado “pacote tecnológico”, inaugurado nos anos de 1960 e que se estendeu até a primeira metade dos anos de 1980, com forte intervenção do Estado. “Trata-se de um modelo cuja base são cadeias fortemente identificadas com produtos agrícolas específicos, estabelecendo uma identidade entre estes e o alimento final” (MAZZALI, 2000, p. 35).

A partir de meados dos anos de 1980, e com maior intensidade nos anos de 1990, a noção de CAI entrou em questionamento, uma vez que os elementos básicos que lhe deram sustentação – um padrão de desenvolvimento tecnológico baseado na “Revolução Verde”, um estilo de inserção da agricultura no mercado internacional e um determinado perfil de intervenção do Estado – sofreram profundas alterações. O fato é que a “retirada” relativa do Estado elevou o grau de autonomia dos agentes econômicos, já que a partir de então as articulações intra- e intersetores ficaram por conta das estratégias do setor privado. Isso não significa dizer que a intervenção do Estado e das diversas instituições que o cercam não seja mais importante para a conformação do espaço ideal ao desenvolvimento do capital, muito pelo contrário. O que queremos dizer é que as estratégias e a organização do setor privado constituem hoje, mais do que antes, um determinante fundamental do investimento, da produtividade, da produção e da renda.

No período pós1990, a agropecuária brasileira vivenciou um processo de reorganização centrado na reestruturação das relações entre as empresas. As articulações passam a se dar não mais apenas a partir da matriz de insumo-produto, a qual a noção de “complexo agroindustrial” dava conta de explicar; ao invés disso

as relações de produção ganham formas e conteúdos muito mais intrincados. Mazzali (2000, p. 168) diz que “o pós-anos 1990(sic) caracterizou-se por um conjunto de ações empresariais que escapam ao poder explicativo do modelo associado à noção de ‘complexo agroindustrial’, imprimindo novos rumos à dinâmica do setor”. A noção de rede, portanto, explicaria melhor a atual expansão territorial do agronegócio.

A complexidade e a plasticidade, que caracterizam hoje a globalização da produção e do consumo, se manifestam a partir de formas distintas no interior dos diferentes segmentos agroindustriais. Como o conceito de rede possui justamente um aspecto mais móvel, como já dissemos, bem como evidencia melhor o “fator organização”, ele se apresenta como uma ferramenta metodológica mais apropriada para explicar estratégias flexíveis de reorganização das empresas do agronegócio, já que, ao possibilitar o entendimento das ligações, simultaneamente, possibilita uma compreensão do modo de organização desse setor.

Em síntese, as “redes” traduzem o aprofundamento da interdependência entre os agentes econômicos, consubstanciada em múltiplas formas de relações entre empresas, cuja caracterização exige a explicitação do sistema de “divisão do trabalho” intra-rede, a partir da identificação das especificidades de sua estrutura interna (MAZZALI, Op. cit., p. 157, grifo do autor).

A organização em “rede” também ajuda a evidenciar melhor o papel do espaço, o qual se modifica, paulatinamente, em decorrência das estratégias dos agentes e das suas interpelações na rede. Na perspectiva dos CAIs, a dimensão espacial, quando é considerada, tende a aparecer enquanto mera localização dos segmentos da cadeia produtiva e das zonas de produção agrícola, ou como área de ocorrência de recursos naturais e fatores de produção¹². Já na organização em rede, os agentes do agronegócio estão imbricados e indissociados do espaço, uma vez que “as ‘redes’ constituem arranjos organizacionais que utilizam recursos e envolvem a gestão de interdependências de várias empresas” (MAZZALI, 2000, p. 155).

Os CAIs, cuja base são as cadeias produtivas, trazem de fato uma abordagem limitada do espaço por trabalharem com um sistema simples e fechado.

¹²Silva (1996) destaca que a noção de complexo agroindustrial no Brasil é tributária das teorias do desenvolvimento econômico elaboradas nos anos 1950 e 1960, com destaque para as contribuições de Albert Hirschmann e de François Perroux, cujas formulações teóricas, apesar de considerar como fundamentais as noções de espaço e poder, entendem o espaço geográfico como um conjunto abstrato, palco das relações monetárias e de insumo-produto.

No sistema fechado não há um intercâmbio de matéria e energia com o exterior ou o ambiente (MORIN, 1999). Desse modo não se considera o território como parte do sistema, desprezando o entendimento da territorialização dos processos.

Para pensarmos em redes agroindustriais, é necessário, compreendermos o próprio conceito de rede¹³, uma vez que a representação social do mundo integra, crescentemente, essa noção com base em interações entre os nós (de todos os tipos). Ainda que reconheçamos a existência, no âmbito da Geografia, de um crescente e diversificado conjunto de usos para esse conceito, pensamos que o sentido trabalhado por Dias (1995, 2004, 2007) e E. Sposito (2008) contribui para compreendermos a dinâmica das relações entre a atividade agroindustrial e o território.

A primeira autora mostra como, com a multiplicação das técnicas reticulares, a rede se tornou uma forma dominante no pensamento contemporâneo, sendo que “toda história das redes técnicas é a história de inovações que, umas após as outras, surgiram em respostas a uma demanda social antes localizada do que uniformemente distribuída” (DIAS, 1995, p. 141). Já para E. Sposito (2008, p. 57), “as redes compreendem o fluxo de pessoas, mercadorias e informações. Os fluxos muitas vezes são identificados de maneira abstrata, mas não estão livres do controle do território”.

Dias (Op. cit.) faz uma leitura da história das técnicas e nos mostra o quanto as inovações nos transportes e nas comunicações redesenharam o mapa do mundo no século XIX. A aceleração do ritmo de inovações das redes permitiu maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e de informações, o que admite que o debate sobre o papel das redes esteja inscrito na própria discussão sobre a técnica e sua capacidade de modificar a ordem internacional e de transformar os territórios. O projeto de integração do território brasileiro, a partir dos anos de 1970 e posterior a eles, teve como base a própria expansão das redes técnicas, o que refletiu na

¹³ Como nos mostra Dias (2007), o conceito moderno de rede se forma já no final do século XVIII, na filosofia de Saint-Simon (1760 – 1825). Este teórico propôs uma analogia entre o corpo humano e a sociedade. A ideia está baseada no pressuposto de que um corpo saudável é aquele onde o sangue circula sem interrupção pelas veias. Seria então um pressuposto necessário ao desenvolvimento social, à construção de uma realidade na qual os fluxos circulassem livremente formando uma verdadeira rede, nesse caso sobre o território da França. Cumpre frisar que Saint-Simon pensa numa analogia do social com o mundo orgânico. Graças a essa analogia de organismo-rede, ele dispôs de uma ferramenta de análise para conceber uma ciência política, defendendo a criação de um Estado organizado racionalmente por cientistas e industriais e utilizando a rede para evocar a relação entre as comunicações e o crédito. Essas ideias apresentaram larga difusão não só na França, mas em boa parte da Europa e também na América.

relação entre mercados regionais e na quebra de barreiras físicas, obstáculos à circulação de mercadorias, de matérias-primas e também de capitais.

A principal política espacial implementada, por exemplo, nos anos de 1990 durante o governo Fernando Henrique Cardoso¹⁴, foi orientada pela lógica das redes técnicas. A concepção que estava subjacente à proposta dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), criada no governo de FHC, era a de pensar as redes de transporte como fatores de desenvolvimento e de integração regional. Isso demonstra que a densidade das redes regionais, nacionais ou internacionais, surge como condição que se impõe à circulação crescente de tecnologia, de capitais e de matérias-primas, em outras palavras, “a rede aparece como um instrumento que viabiliza exatamente essas duas estratégias: circular e comunicar” (DIAS, 1995, p. 147).

Não podemos esquecer que às redes técnicas estão associadas, dialeticamente, as redes de serviços, isto é, as infraestruturas materiais estão ligadas à imaterialidade dos serviços. Principalmente num período em que a produção se torna, cada vez mais, intensiva em capital, tecnologia e ciência – como cita Milton Santos em várias de suas obras –, e a indústria se desconcentra, o terciário ganha evidência no desenvolvimento dessas etapas da produção. A reorganização dos sistemas técnicos torna, portanto, a produção de mercadorias cada vez mais exigente quanto ao conjunto de bens e serviços necessários a sua realização. O terciário passa a exercer importante papel de tornar consumível a mercadoria, isto é, colocá-la no mercado (VARGAS, 2001). Isso mostra que o desafio do modo de produção capitalista não é somente produzir, mas fazer com que a produção circule, afinal, mercadoria parada não enseja lucro.

Essa necessidade de circular e comunicar, muitas vezes, não obedece a limites pré-estabelecidos. Lembra-nos Giordano (1999) de que hoje as empresas globais ultrapassaram a velocidade da luz ao traspassarem as barreiras físicas dos Estados. Hoje não se discute mais tanto em que lugar produzir determinado produto mundial, mas em qual se pode obter maiores vantagens competitivas para produzi-lo, não importando, muitas vezes, onde.

A política territorial das grandes empresas, por exemplo, que antes buscavam as benesses das localizações metropolitanas, hoje descentralizam suas

¹⁴Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, foi o trigésimo quarto presidente da República Federativa do Brasil de 1995 a 2003.

indústrias e ocupam novas porções do território. A “seletividade espacial” (SANTOS, 1996b, 2005, 2006) perpassa por relações de domínio e incorporação dos lugares, o que demonstra que a rede está diretamente imbricada com as relações de poder, afinal, “os nós das redes são assim, lugares de conexão, lugares de poder e de referência” (DIAS, 1995, p. 146). Para Santos (2006, p. 183), “a existência das redes é inseparável da questão do poder”.

Essa concorrência ou disputa por lugares entre os agentes hegemônicos se inscreve nas “redes políticas territoriais” (SILVA, 2010; SILVA; SANTOS; NASCIMENTO, 2011). Em ensaio sobre esse conceito, Silva, Santos e Nascimento (2011) lembram a importância das redes e do território como elementos intrínsecos à política. Para os autores, é preciso investigar a rede que o poder desenha e seus efeitos num território determinado, nesse caso os agentes políticos estão conformados em redes, isto é, em redes de poder territorial. No entanto, esse poder é, geralmente, controlado por uma parcela da comunidade.

Rede Política Territorial é uma arena de atores-redes que promovem troca de recursos de poder através de vínculos e alianças entre si, cujos efeitos de suas ações se verificam no território, requalificando-o a partir de estratégias, interesses, conflitos e resistências entre os atores. (SILVA; SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p. 25).

Silva, Santos e Nascimento (2011, p. 25) também apresentam nove princípios que podemos utilizar como parâmetros para caracterização das redes políticas territoriais, quais sejam

1 – a rede política é contingencial e temporária, pois a sua duração depende dos interesses em jogo; 2 – na rede política nem sempre há uma nítida hierarquia de poder entre os atores. Mas isso não implica a inexistência de um centro de decisões. [...]; 3 – a rede política territorial é dialógica, pois a rede política define o território e é definida por ele; 4 – na rede política há uma assimetria de poderes, por conta de diferentes recursos de poder de que autores dispõem; 5 – a rede política é sempre territorial. [...]; 6 – há ausência de visibilidade ou uma visibilidade parcial para os de fora da rede política. A natureza da rede política não se revela para todos. Essa é uma estratégia de defesa dos interesses e das ações pretendidas. A rede política é visível naquilo que se quer fazer ver. [...]; 7 – a rede política legitima o discurso de poder de caráter ético, simbólico, ideológico, político, cultural e econômico. [...]; 8 – a rede política é rizomática [...] pois é um fenômeno que está sempre ‘vindo a ser’ ou no processo de reinvenção. [...]; 9 – princípio da diferença. A rede está sempre no devir, está sempre se diferenciando. [...]; 10 – por fim, todos os atores da rede política possuem recursos de poder. A troca de recursos entre os atores é estratégica, para fins de atingir os objetivos pretendidos. [...].

Não é difícil associar o debate sobre as redes políticas territoriais aos efeitos da expansão do agronegócio no território brasileiro. Muito pelo contrário, afinal a lógica mercantil dessa atividade econômica cria formas específicas de arranjos territoriais através da demarcação de pontos fixos e na extensão de sua atuação sob todos os níveis do território, desenhando este mesmo território de acordo com a lógica da produtividade e do poder. E, como em toda rede, naquela organizada pelo agronegócio também é essencial conhecer as ações dos agentes hegemônicos que a constituem, identificando-lhes as estratégias e a maneira como redesenham e administram essas redes.

Na perspectiva de Leite e Medeiros (2012), ao modelo do agronegócio passa a ser contraposto o modelo agroecológico, pautado na valorização da agricultura camponesa e nos princípios da policultura e cuidados ambientais. Sendo assim, as redes políticas territoriais podem ser investigadas tanto no plano dos agentes hegemônicos, como no plano da reprodução do campesinato. Silva, Santos e Nascimento (Op. cit.) advertem que as redes políticas do agronegócio também são redes políticas de resistências, tanto das grandes empresas, que se munem de estratégias contra a organização dos movimentos sociais, quanto de grupos sociais, como no caso dos “Povos do Cerrado”, que se articulam contrariamente aos interesses imperativos do grande capital.

A rede política territorial pode ser entendida como metáfora privilegiada para o entendimento das relações conflituosas entre diferentes atores organizados em torno do agronegócio no cerrado. Essa construção acontece na correlação das escalas globais às escalas locais, em que diferentes grupos sociais participam da luta pelo controle e o estabelecimento de limites, como forma de projeção de suas intenções e ações concretas nos territórios. (SILVA; SANTOS; NASCIMENTO, 2011, p. 22).

Uma ressalva que deve ser feita é acerca do caráter desigual da rede. Como disse Dias (1995), a rede, simultaneamente, tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir a ordem e a desordem. Assim a rede não é neutra. “Devemos ter presente que a rede, ao ligar pontos e lugares, tanto é um fator de coesão, de solidariedade, de integração territorial, como de transgressão, de desordem e de exclusão de territórios, quando opõe sua lógica funcional às malhas institucionais” (R. SILVEIRA, 2005, p. 232).

Destarte, a rede agroindustrial nos permite melhor articular os distintos níveis escalares em que atuam os agentes que dela participam, assim como ir além do enfoque econômico, administrativo e tecnológico, já que é possível pensarmos numa rede de poder territorializada. Nesse sentido, a análise da dinâmica do funcionamento e da organização da rede agroindustrial da soja, para o caso da nossa tese, e de como e porque cada lugar “participa” no conjunto da atividade agroindustrial, nos permite apreender os impactos econômicos e tecnológicos sobre a região pesquisada, assim como seus condicionamentos ambientais, sociais, culturais e políticos, em relação ao desenvolvimento dos “circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação” (SANTOS, 1994, 1996ab; SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011) da soja.

Segundo Santos (1985), da diferente capacidade de incorporação de capital pelo espaço originam-se espaços diferenciados – “espaços de produção, espaços de circulação, espaços de distribuição e espaços de consumo” (SANTOS, 1985, p. 135). As atividades econômicas, mais representativas do capital, criam relações que escapam ao seu entorno imediato e procuram nexos distantes, formando um autêntico conjunto globalizado de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação. Estes compõem diversas etapas pelas quais um produto passa, desde a produção, propriamente dita, até o consumo final.

O uso do território não é o mesmo para as diversas firmas. Os mesmos sistemas de engenharia são utilizados diferentemente e seletivamente. [...] Cada firma usa o território segundo a sua força. Criam-se, dessa forma, circuitos produtivos e círculos de cooperação, como forma de regular o processo produtivo e assegurar a realização do capital. Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os circuitos de cooperação associam a esses fluxos de matéria outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. As cidades são definidas como pontos nodais, onde os círculos de valor desigual se encontram e superpõem (SANTOS, 1994, p. 28).

O conceito de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação, além de abranger o processo geral de acumulação, identifica as suas diferentes manifestações no espaço, algumas vezes a este subordinadas ou não, de acordo com seus diferentes agentes (SANTOS, 1996b). Esse conceito também corrobora para evidenciar o alcance dos fluxos de mercadorias, dinheiro, conhecimento, ordens, destino das vendas, etc., para além do espaço onde ocorre a produção propriamente dita, incluindo os demais nós perpassados pelo circuito produtivo.

Nessa perspectiva, o circuito vai da produção até o consumo e é exatamente essa ponta que se expressa na cidade, imprimindo-lhe uma série de movimentos (SANTOS, 2010).

Segundo Arroyo (2008, p. 30), “os circuitos espaciais de produção são, portanto, úteis para revelar o quanto o trabalho é comum, solidário e circular”. No caso daqueles da soja, essa noção nos ajudou reconhecer conteúdos, origens, sentidos e destinos dos fluxos que os animam; desvendar as relações entre os seus agentes, o modo como os circuitos se organizam espacialmente e interagem com o território, bem como identificar os rebatimentos no desenvolvimento regional.

Reestruturação produtiva da agropecuária, agronegócio, redes agroindustriais e circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação foram, portanto, conceitos e noções básicas para o desenvolvimento dessa tese, no que diz respeito ao entendimento dos processos gerais de reestruturação do espaço agrário e seu desdobramento no espaço urbano das últimas quatro décadas. A combinação desses termos fomentou o debate do tema “difusão do agronegócio e redes agroindustriais”, um dos quais norteou o andamento da pesquisa, e trouxe aproximações acerca da territorialização do agronegócio da soja no Brasil, Nordeste e Oeste Baiano, processo que implicou a chegada de uma nova ordem e a redefinição de uma lógica racionalista de produção, e que apresentaremos nos dois itens seguintes.

2.2 A SOJA NO BRASIL: VELHOS E NOVOS *FRONTS* AGRÍCOLAS

A soja chegou ao Brasil via Estados Unidos, em 1882. Toledo (2005) indica que a primeira referência sobre essa planta no País data desse mesmo ano, no “Jornal do Agricultor” do Rio de Janeiro, noticiando o plantio de uma pequena parcela na Bahia. Gustavo Dutra¹⁵, então professor da Escola de Agronomia da Bahia, realizou os primeiros estudos de avaliação de *cultivares*¹⁶ importadas dos

¹⁵O Engenheiro Agrônomo Gustavo Dutra foi Diretor da primeira Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária do Brasil, em 1911, com sede no palácio do Duque de Saxe, no Rio de Janeiro. Ele foi nomeado a este cargo pelo Ministro da Agricultura, na Presidência de Nilo Peçanha.

¹⁶Segundo a Lei de Proteção de *Cultivares*, Lei n.º 9.456/1997, cultivares são espécies de plantas que foram melhoradas devido à alteração ou introdução, pelo homem, de uma característica que antes não possuíam. Elas se distinguem das outras variedades da mesma espécie de planta por sua homogeneidade, estabilidade e novidade. As cultivares desenvolvidas em território nacional e caracterizadas como novas cultivares, depois de cadastradas junto ao Ministério de Agricultura,

Estados Unidos. Em 1891, testes de adaptação de cultivares, semelhantes aos conduzidos por Dutra na Bahia, foram realizados também no Instituto Agrônomo de Campinas, no Estado de São Paulo. Assim como nos EUA, a soja no Brasil dessa época era estudada mais como cultura forrageira – eventualmente também produzia-se grãos para alimentação de animais – do que como planta produtora de grãos para a indústria de farelos e óleos vegetais.

De 1900 a 1901, o Instituto Agrônomo de Campinas (SP) promoveu a primeira distribuição de sementes de soja para produtores paulistas e o grão começou a ser mais facilmente encontrado no País a partir da intensificação da migração japonesa nos anos de 1908. No Rio Grande do Sul foi citado o plantio de soja também em 1901, em uma fazenda no município de Dom Pedrito, e alguns ensaios foram registrados na Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade Técnica em Porto Alegre (atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS) pelo professor norte americano E.C. Craig, em 1914. A cultura, entretanto, estabeleceu-se no território brasileiro apenas a partir de 1920 na região do Alto Uruguai, no município de Santa Rosa (RS), nas lavouras coloniais de agricultores de descendência alemã, italiana, polonesa e russa.

Em Santa Rosa registrou-se a primeira colheita de soja em 1914. Em 1938 é mencionado, pelo jornal *O Interior*, a ocorrência da primeira exportação de soja (três mil sacas) para a Alemanha, por um comerciante de Santo Ângelo (RS). Contudo, foi somente a partir dos anos de 1940 que a cultura adquiriu importância econômica no Brasil, merecendo o primeiro registro estatístico nacional em 1941, no Anuário Agrícola do Rio Grande do Sul: “área cultivada de 640 ha, produção de 450 t e rendimento de 700 kg/ha”. Nesse mesmo ano, instalou-se a primeira indústria processadora de soja do País¹⁷ – em Santa Rosa, em 1949. Com produção de 25.000 t, o Brasil figurou pela primeira vez como produtor de soja nas estatísticas internacionais (EMBRAPA, 2000)¹⁸.

No Rio Grande do Sul essa cultura encontrou efetivas condições para se desenvolver e expandir, dadas às suas semelhanças climáticas com o ecossistema de origem dos materiais genéticos trazidos do Sul dos Estados Unidos. Foi na década de 1950 que realmente iniciou-se o processo de expansão da produção de

Pecuária e Abastecimento (MAPA), passam a compor o Patrimônio Genético Nacional. Fonte: <<http://www.ufrgs.br/patrimoniogenetico/conceitos-e-definicoes/cultivares>>. Acesso em: 06 jul. 2015.

¹⁷Não foi possível identificar o nome dessa primeira unidade processadora de soja.

¹⁸Fonte: <<http://www.cnpso.embrapa.br/producaosoj/SojanoBrasil.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

soja fora do Rio Grande do Sul. A partir da década de 1960, impulsionada pela política de subsídios ao trigo, visando à autossuficiência, a soja se estabeleceu como cultura economicamente importante para o Brasil. Nessa década, a sua produção multiplicou-se por cinco, passando de 206 mil toneladas, em 1960, para 1,056 milhão de toneladas, em 1969. Sendo que 98% desse volume era produzido nos três estados da Região Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), onde prevaleceu uma dobradinha, trigo no inverno e soja no verão.

Apesar do significativo crescimento do seu cultivo no decorrer dos anos de 1960, foi na década seguinte que a soja se consolidou como a principal cultura do agronegócio brasileiro, passando de 1,5 milhões de toneladas em 1970 para mais de 15 milhões de toneladas em 1979 (CARNEIRO; NARCISO SOBRINHO; COELHO, 2006). Porém, em termos de distribuição espacial da cultura, até a safra de 1976/1977, as lavouras de soja no país ainda estavam concentradas no Sul, que detinha na época 85% de uma produção que girava em torno de 10 milhões de toneladas (SCHLESINGER; NORONHA, 2006)¹⁹.

Muitos fatores contribuíram para que a soja se estabelecesse como uma importante cultura, primeiro no Sul do Brasil (anos de 1960 e 1970) e, posteriormente, nos Cerrados do Brasil Central e Nordeste do País (anos de 1980 e 1990). Carneiro, Narciso Sobrinho e Coelho (2006) apontam alguns fatores que foram importantes para a consolidação da soja como principal produto agrícola brasileiro. Para a região Sul, pioneira no processo, as vantagens para a introdução da cultura foram as seguintes: a semelhança do ecossistema do sul do País com o predominante no sul norte-americano, de onde se originou a soja inicialmente plantada no Brasil; a promoção da calagem e correção da fertilidade dos solos, por meio da “Operação Tatu”²⁰, nos anos de 1960, no Rio Grande do Sul; incentivos fiscais aos produtores nas décadas de 1950, 1960 e 1970; mercado internacional em alta nesse mesmo período; mudanças nos hábitos alimentares quanto à utilização do óleo vegetal em substituição à banha animal; estabelecimento de um importante

¹⁹A produção de soja no Brasil atingiu, na safra 2014/2015, 96,2 milhões de toneladas (CONAB, 2015).

²⁰Diz respeito ao Plano Estadual de Melhoramento da Fertilidade dos Solos, um projeto de extensão para a recuperação da fertilidade dos solos, na região de Santa Rosa (RS), por meio da aplicação de calcário no final da década de 1960. Esse programa foi apelidado de "Operação Tatu" devido à base na coleta de amostras do solo (cavando buracos) para análise química. Foi o primeiro impulso, avanço tecnológico que preparou o Brasil para ocupar os solos ácidos do Centro-Oeste. (FREIRE; COSTA; STAMMEL, 2006).

parque industrial de processamento da soja; facilidades de mecanização total da cultura; surgimento de um sistema cooperativista dinâmico e eficiente; estabelecimento de uma rede de pesquisa, envolvendo tanto o poder público quanto o privado e melhoria no sistema logístico para escoamento da produção.

Quanto à expansão do cultivo da soja para as outras regiões, ainda segundo os autores citados, foram importantes os seguintes fatores: construção de Brasília, com melhorias na infraestrutura da região Centro-Oeste; incentivos para novas áreas de produção agrícola, aquisição de máquinas e construção de silos e armazéns; estabelecimento de agroindústrias nessas regiões impulsionadas pelos mesmos incentivos; baixo valor da terra em relação à região Sul; desenvolvimento de novas *cultivares* adaptadas às características dessas regiões²¹; elevada mecanização de lavouras, devido à topografia favorável do solo; melhoria dos sistemas de transportes, com utilização de sistemas multimodais; bom nível econômico e tecnológico dos produtores e regime pluvial favorável ao cultivo de verão.

Desde os anos de 1960, a expansão da soja no território brasileiro conta com o apoio de políticas públicas dos governos e países interessados. As pesquisas desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), através da sua subsidiária “Embrapa Soja”, criada em 1975, propiciaram a criação de novas cultivares adaptadas às condições climáticas das regiões produtoras, como o Centro-Oeste. Dos anos de 1960 aos anos de 1980, foi criada uma série de programas desenvolvimentistas, cujo objetivo principal era dar suporte e efetivar a ocupação do Brasil Central.

Dentro dessa lógica, podemos destacar algumas políticas: o Programa de Distribuição de Terras e Desenvolvimento Agroindustrial – Proterra (1967) –, o Programa de Integração Nacional – PIN (1970) –, o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Prodoeste (1971) –, o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados - Polocentro (1975)²²-, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado –

²¹Nesse caso, vale destacar a importância do Banco do Nordeste como impulsionador dessa atividade na região através do financiamento, via agências estaduais, de pesquisas e projetos de investimentos para o desenvolvimento de variedades adaptadas aos cerrados nordestinos (SALES e SALES, 2012).

²²O POLOCENTRO (1975-1979) favoreceu muito mais as atividades pecuárias, não tendo sido diretamente financiador da soja, diferente do que muitos autores falam. No entanto, o ponto alto desse programa foi que ele permitiu instrumentalizar o Cerrado para fins de introdução do agronegócio, o que beneficiou posteriormente a introdução da sojicultora nessas áreas. (PESSÔA, 1988).

Prodecer (1979)²³ –, o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação – Profir (1982) –, dentre outros (MIZUMOTO; CRUZ E OGURA, 2009c, p.47).

Entre as políticas governamentais direcionadas à ocupação do Cerrado brasileiro, aquela que impactou mais diretamente a região estudada foi o PRODECER²⁴, que teve financiamento procedente de bancos privados japoneses e da Agência de Cooperação Internacional Japonesa (JICA)²⁵. Esse programa serviu de suporte para que instituições como a Embrapa desenvolvessem tecnologias para a expansão agrícola no Cerrado. Para implementar e coordenar esse programa, foi fundada em 1978 a Cia. de Promoção Agrícola – CPA (CAMPO) – por meio da associação entre duas *holdings*: a Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial, denominada Brasagro, sediada em Belo Horizonte / MG, e uma japonesa, a *Japan-Brazil Agricultural Development Cooperation*, a Jadeco, sediada em Tóquio.

Com base no PRODECER, foi implantado, no total, 22 projetos que ocuparam 353.748 ha que envolveram áreas de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia e Maranhão. Enquanto o PRODECER I centrou suas ações em Minas Gerais, o PRODECER II trouxe uma política de expansão da soja para o Nordeste, começando pela Bahia²⁶, cujo epicentro foi a

²³Tratou-se de um programa de desenvolvimento de atividades agropecuárias em bases técnicas e gerenciais, consubstanciadas na organização da produção via cooperativas com vistas à incorporação racional de áreas de Cerrado à economia do País, transformando aproximadamente 345 mil hectares de área bruta, em terras produtivas. Foi executado e coordenado pela CAMPO – Cia. de Promoção Agrícola, como um programa conjunto dos dois governos – Brasil e Japão (49% de capital japonês e 51% de capital brasileiro), com duração de mais de 22 anos, concretizado em três fases: O Prodecer I Piloto (1979 a 1983), o Prodecer II Piloto/Prodecer Expansão (1985 a 1993) e o Prodecer III Piloto (iniciado em 1995 e encerrado em março de 2001). (PESSÔA; INÔNCIO, 2014).

²⁴O programa teve início em um comunicado conjunto assinado pelo primeiro-ministro japonês Kakuei Tanaka, e pelo então Presidente do Brasil Ernesto Geisel, em setembro de 1974, que estabelecia a relação entre os dois países sobre o desenvolvimento agrícola. Os objetivos principais do programa foram: estimular o aumento da produção de alimentos; contribuir para o desenvolvimento regional do país; aumentar a oferta de alimentos no mundo; desenvolver a região do Cerrado. O PRODECER foi supervisionado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, coordenado pela CAMPO, apoiado por cooperativas agrícolas, executado por produtores rurais. Tudo isso com a participação dos governos e do setor privado de ambos os países. Disponível em <<http://www.campo.com.br/proceder/>>. Acesso em: 06 ago. 2014.

²⁵O financiamento da JICA decorre da estratégia japonesa de reduzir seu grau de dependência de alimentos provenientes dos Estados Unidos e diversificar seus fornecedores (PESSÔA, 1988).

²⁶O Prodecer implantou no Oeste Baiano, em 1987, dois projetos de assentamentos: o Projeto de Colonização Ouro Verde, executado pela Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central (CAC – CC) e o Projeto de Colonização Brasil Central, sob o controle da Cooperativa Agrícola do Cerrado do Brasil Central Ltda. (COACERAL). O primeiro beneficiou 48 produtores e contou com uma área de 16.500 ha, e o segundo atendeu a 38 agricultores em uma área de 15 mil ha. Esses dois projetos, ambos localizados em Formosa do Rio Preto, tiveram uma grande contribuição no

cidade de Barreiras. O PRODECER III adentrou mais o Nordeste e englobou o Maranhão e o Piauí e foi mais além, com políticas para o Norte (Tocantins, Pará e Rondônia). Já a quarta fase do programa (PROCEDER IV), que pretendia intensificar e estender, mais ainda, a fronteira agrícola da soja, não foi implantado por depender de pré-condições de acordos, não realizadas, entre os governos brasileiro e japonês. Para Santos, Vale e Lobão (2012, p. 194)

O Prodecer beneficiou prioritariamente setores ligados ao capital, propiciando a continuidade da expansão industrial (produção de maquinários modernos), a transformação tecnológica e o desenvolvimento em bases empresariais da agricultura brasileira. Provocou mudanças na estrutura fundiária e produtiva ao incentivar a criação de fazendas de grande porte, agricultores com porte empresarial e com capacidade de utilizar novas tecnologias intensivas em capital, na especialização do espaço dos cerrados em alguns produtos agrícolas, especialmente grãos, e mudanças nas relações de trabalho com o predomínio da mão-de-obra temporária. Representou uma nova forma de intervenção estatal no direcionamento da fronteira agrícola; nasceu de acordos de colaboração técnica celebrados entre os governos brasileiro e japonês, este representado por um dos seus organismos, a JICA (Japan International Cooperation Agency) e um grande número de bancos.

Além do investimento em políticas públicas e pesquisas, a expansão da produção de soja ocorreu também motivada pelos sulistas que migraram em busca de terras mais extensas e baratas, que lhes permitissem multiplicar a sua produção. Desse modo, esses migrantes estão presentes em várias fases da expansão da soja no território brasileiro. Foram eles que levaram o grão para o Paraná e, décadas mais tarde, para o Centro-Oeste e Nordeste. De acordo com Haesbaert (1996, p.392)

Trata-se de uma expansão capitalista explicada ao mesmo tempo pela concentração de terras no sul do país, que com os latifúndios “fechou” a fronteira de ocupação; pela excessiva divisão dos minifúndios na área de colonização ítalo-germânica e, de um ponto de vista cultural, por uma espécie do mito desbravador e de uma superioridade assumida por muitos descendentes de imigrantes, sempre em busca de “novas fronteiras” para “colonizar”. (grifo do autor)

O Brasil ocupa hoje uma posição estratégica para as empresas esmagadoras de soja, que possuem atuação global. O preço da matéria-prima é formado no mercado internacional, por meio da Bolsa de Chicago, havendo uma grande influência em relação à oferta do grão nos três maiores produtores mundiais:

desenvolvimento do agronegócio no Oeste Baiano na década de 1980 e, até hoje, são importantes áreas de produção agrícola.

Estados Unidos, Brasil e Argentina. Como grande parte da produção mundial de grãos se divide entre América do Norte e América do Sul, com épocas de safras distintas, os grupos internacionais buscam estar presente nas duas regiões, garantindo, assim, um fluxo de atividade estável ao longo de todo o ano.

Conforme observamos na Tabela 1, o Brasil é o segundo maior produtor e exportador de soja do mundo, atrás dos Estados Unidos (com uma diferença muito pequena) e seguido pela Argentina. Esses três países das Américas garantem 82% da oferta mundial do grão. Com a contribuição de políticas público-privadas, o mapa de produção da soja no Brasil vem sendo duplamente alterado ao longo dos anos: pelo aumento do tamanho das propriedades e pela expansão geográfica. Na safra 2014/15, a produção nacional de soja atingiu 96 milhões de toneladas colhidas, incremento próximo de 15% em relação à temporada anterior de 2013/14 (Tabela 1).

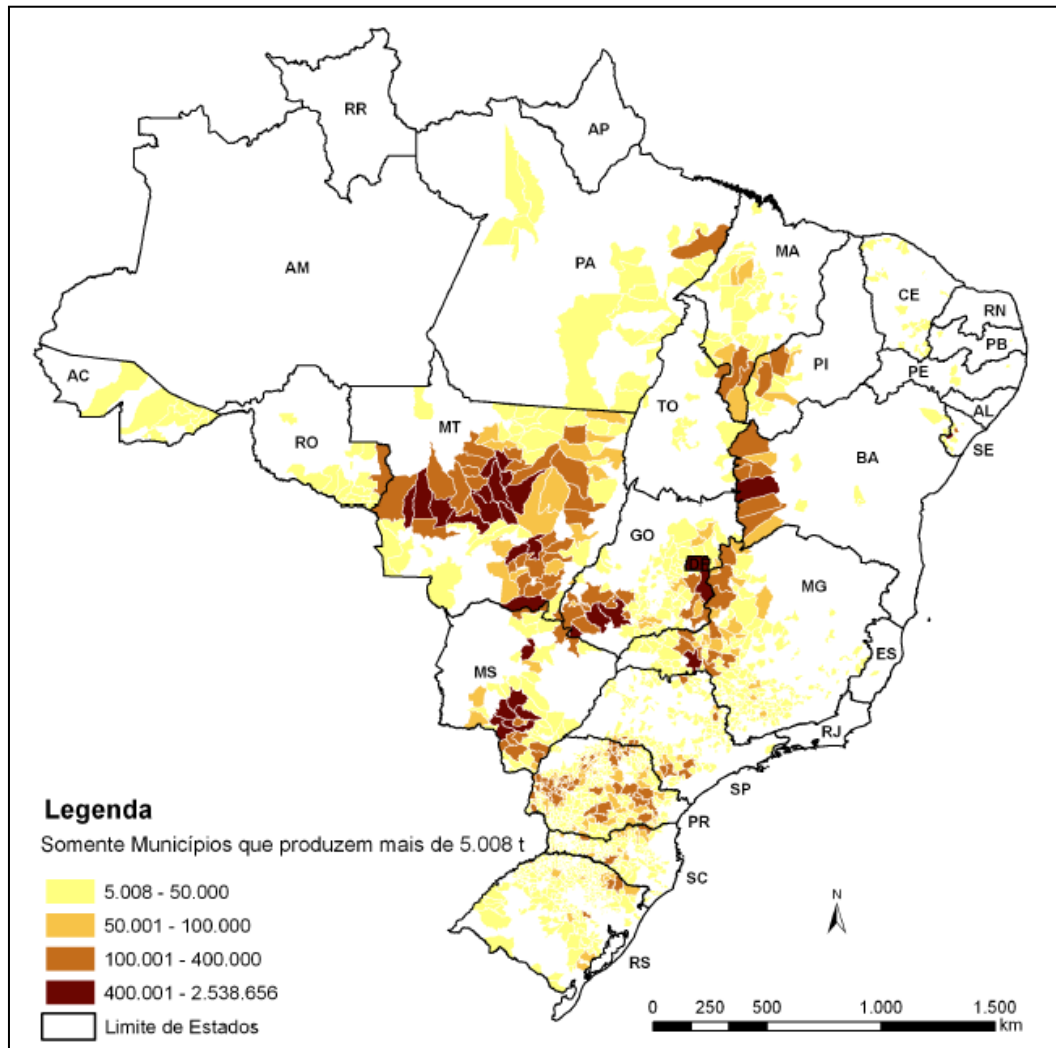
Tabela 1 – A soja no mundo. Principais produtores e volumes produzidos (milhões de T)
* Estimativa. ** Projeções

Países	2012/13	2013/14*	2014/15**
Estados Unidos	82,56	89,51	106,50
Brasil	82,00	86,70	96,00
Argentina	49,30	54,00	55,00
China	13,05	12,20	12,00
Total mundial	267,83	283,13	311,13

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (set. 2014). Organização Camila Dutra

Assim, se o país praticamente não produzia soja antes dos anos de 1970, hoje é o segundo produtor mundial desta *commodity* e um dos primeiros exportadores de farelo e de óleo no mundo. Essa progressão fez-se pela incorporação dos Cerrados de Mato Grosso, Goiás e do Nordeste, à medida que, nas “velhas” regiões de produção (aquelas dos anos de 1970), a soja foi sendo substituída por outras culturas. A figura 1 mostra como está distribuída atualmente a produção de soja no território brasileiro.

Figura 1 – Mapa da produção agrícola 2014 - Soja



Fonte: CONAB/IBGE, 2014²⁷

Se em 1970, menos de 2% da produção nacional de soja era colhida no Centro-Oeste, em 1980 esse percentual passou para 20% e em 1990 já era superior a 40%. Essa transformação promoveu o Estado do Mato Grosso, de produtor marginal a líder nacional de produção e de produtividade de soja. Conforme a Tabela 2, na safra 2013/14 o Centro-Oeste foi responsável por quase a metade da produção brasileira de soja, seguido do Sul e Nordeste. Nessa safra, a ampliação de cultivo deu-se quase de forma geral, incluindo as áreas tradicionais do Sul, do Centro-Oeste e do Sudeste, e estendendo-se em especial às novas áreas de Cerrado do Nordeste e do Norte. Nos estados nordestinos, a expansão alcançou quase 8%, mas o que surpreendeu foi o Norte, com mais 30% de área expandida.

²⁷Disponível

em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_12_10_16_06_56_boletim_portugues_deze mbro_2013.pdf>. Acesso em 02 mar. 2016.

Tabela 2 – A temporada da soja. Resultados da safra brasileira 2013/2014 (com variações percentuais em relação ao período 2012/13)

Região	Área	%	Produtividade	%	Produção	%
	(mil ha)		(kg/ha)		(mil t)	
Centro-Oeste	13.909,4	8,9	3.005	0,8	41.800,5	9,7
Sul	10.492,7	6,2	2.792	8,1	29.292,8	2,4
Nordeste	2.602,2	7,8	2.544	16,0	6.620,9	25,0
Norte	1.173,1	30,8	2.877	2,6	3.391,3	27,4
Brasil Total	30.173,1	8,8	2.854	2,9	86.120,8	5,7

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (set. 2014). Organização: Camila Dutra

Atualmente os sete principais estados brasileiros produtores são, por ordem, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Bahia, que responderam por mais de 26 milhões de hectares plantados em 2013/14, o correspondente a mais de 75 milhões de toneladas de soja (Tabela 3). Nessa mesma safra a Bahia plantou aproximadamente 1,3 milhão de hectares de soja e colheu uma produção em torno de 3.310 milhões de toneladas (Tabela 3). Em relação a futuros avanços na área cultivada com a oleaginosa, a Embrapa Soja prevê que ocorram, em sua maioria, nos estados do Tocantins, Piauí, Maranhão, Pará e de Rondônia, em regiões do Mato Grosso e na metade sul do Rio Grande do Sul (ANUÁRIO..., 2015).

Tabela 3 – Estados em destaque. Os maiores produtores de soja - safra 2013/2014

Estados/Região	Área (mil ha)	Produção (mil t)
1 Mato Grosso	8.615,7	26.441,6
2 Paraná	5.010,4	14.780,7
3 Rio Grande do Sul	4.939,6	12.867,7
4 Goiás	3.101,7	8.994,9
5 Mato Grosso do Sul	2.120,0	6.148,0
6 Minas Gerais	1.238,2	3.327,0
7 Bahia	1.312,7	3.308,0
8 Tocantins	748,4	2.058,8

Tabela 3 – Estados em destaque. Os maiores produtores de soja - safra 2013/2014

Continuação

Estados/Região	Área (mil ha)	Produção (mil t)
9 Maranhão	662,2	1.823,7
10 São Paulo	751,7	1.668,33
11 Santa Catarina	542,7	1.644,4
12 Piauí	627,3	1.489,2
13 Pará	221,4	668,6
14 Rondônia	191,1	607,5
15 Distrito Federal	72,0	216,0
16 Roraima	18,0	56,2

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – 12º levantamento (set. 2014). Organização: Camila Dutra

Ao tratar da expansão da produção da soja no Brasil, Girardi e Fernandes (2004) consideraram o período de 1990 a 2002 como de intensa difusão dessa cultura. Segundo o estudo desses autores, a região Centro-Oeste foi a que experimentou maior crescimento da produção, seguida pela região Sul. Após esse período de expansão Sul/Centro-Oeste, a região Sul do país passa por uma tendência geral de diminuição da área plantada com soja, e ainda microrregiões estabilizadas demonstram sutil diminuição a partir de 2003. De forma geral, a intensidade da expansão da produção de soja segue o caminho histórico, que se iniciou no Sul e se expandiu para o Centro-Oeste, e, mais recentemente, atinge o Norte/Nordeste. A produção de soja adentrou, há pouco tempo, os estados da região amazônica, embora Tocantins já apresentasse produção em 1990.

Essa expansão da soja, produtiva e territorial, indica que os Cerrados brasileiros passam por um aprofundamento do uso corporativo de seus territórios nos últimos 40 anos. Frederico (2009) alerta que essa corporatização do território traz um dado novo, o comum não é mais uma única empresa dominando toda uma área de Cerrado, mas uma aliança/relação entre várias firmas a partir de interesses privados. Ao mesmo tempo que participam na modernização do território, os grandes grupos empresariais atuam na sua regulação.

O “novo” Cerrado está intimamente relacionado à propagação de fronts agrícolas, ou seja, da agricultura moderna, a partir da década de 1970. Esta agricultura realizada em larga escala, introduziu nos cerrados brasileiros um novo tempo, ao trazer consigo objetos técnicos concretos, extremamente funcionais à produção agrícola moderna, permitindo aos principais agentes uma maior velocidade de ação (FREDERICO, 2009, p.2, grifo do autor).

O complexo soja brasileiro reúne a produção de soja em grão, farelo e óleo e é dominado por um pequeno grupo de empresas multinacionais que monopolizam o sistema na produção, no processamento e na comercialização. Na tabela 4 podemos ver os números de produção, processamento e exportação dessa cultura. Atualmente, a soja é um dos principais itens da Balança Comercial Brasileira, com mais de 50 milhões de toneladas exportadas em 2015, e representa 32,5% das vendas do agronegócio ao exterior e 14% do total exportado pelo país. A maior parte da produção brasileira de soja, perto de 75%, é exportada em grãos²⁸, sendo a China a maior compradora²⁹. Após a China, três países (Espanha, Países Baixos/Holanda e Tailândia) mantiveram-se entre os maiores compradores do grão do Brasil, entre 2013 e 2014 (ANUÁRIO ..., 2015).

Tabela 4 – Os números da industrialização da soja em 2015 no Brasil

Processo	Valores (milhões de toneladas)
Produção	94,4
Processamento	40,1
Exportação	50,3

Fonte: Anuário Brasileiro da Soja (2015). Organização: Camila Dutra

A soja é componente importante na formulação de rações para alimentação animal. Em relação ao farelo de soja, os compradores são, sobretudo, de países da Europa (que responde por 56% do total das aquisições), sendo a Holanda, tradicionalmente, a principal compradora, seguida pela França, Alemanha e Espanha. Merece destaque, no entanto, o fato de que países asiáticos, como a Tailândia e a Coreia do Sul, passam, gradativamente, a ocupar posições de destaque no *hall* dos principais destinos do farelo brasileiro. Em nível nacional, o

²⁸A conjuntura tributária brasileira – além da escalada tarifária chinesa, que aplica taxas sobre a importação de farelo e de óleo – coloca a cadeia produtiva brasileira numa situação em que ainda é mais barato e dá mais lucro vender o grão para a China. (ANUÁRIO..., 2014).

²⁹A China movimentou 70% das aquisições do grão no mundo. Em 2014, os asiáticos vieram buscar no mercado nacional 32,260 milhões de toneladas, crescimento de 40,95% em relação a 2012. Essa quantia equivale a 70% do total das vendas realizadas pelo Brasil. (ANUÁRIO ..., 2015).

farelo é destinado em grande parte para as empresas avícolas do Nordeste, para servir de matéria-prima para ração animal³⁰.

Em relação à produção de óleo, o esmagamento do grão de soja na safra 2014/15 foi de 41 milhões de toneladas, aumento de 11,4%, se comparado a de 2013/14 (ANUÁRIO..., 2015). O aumento da mistura obrigatória de biodiesel no diesel utilizado nos veículos brasileiros foi determinante para o incremento que se registra na produção de óleo de soja, a principal matéria-prima para obtenção do biodiesel nacional, respondendo por 77% do total (ANUÁRIO..., 2015).

As vendas externas brasileiras de óleo de soja estão concentradas, essencialmente, em países da Ásia e África. Tradicionalmente, a Índia e o Irã têm sido os principais compradores do óleo de soja brasileiro. As indústrias de óleos vegetais também fabricam diversos outros produtos voltados ao mercado de alimentos, entre os quais: gorduras, margarinas/cremes vegetais, lecitinas, tocoferol (também conhecido como vitamina E) e proteínas.

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2007), a não ser que haja alguma alteração substancial na legislação tributária no Brasil, a situação competitiva indica que o país aumentará sua posição de fornecedor de matéria-prima para a indústria processadora de soja mundial, a ponto, até mesmo, de comprometer a expansão da infraestrutura de processamento local. No trecho seguinte, ao tratar da Amazônia Legal e da fronteira agrícola brasileira, o IBGE (2006) cita as áreas potenciais disponíveis para produção de grãos, o que serve de indicativo para expressar os interesses do Estado brasileiro em continuar incentivando (e financiando) a expansão do agronegócio da soja, agora sobre o bioma amazônico.

A potencialidade para o cultivo de grãos em grande escala encontra-se, principalmente, nas áreas de Cerrados da Amazônia Legal, aí incluídos o Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão, onde domina um clima com período seco definido e a topografia plana admite a mecanização ao mesmo tempo em que os solos apresentam características que respondem à moderna tecnologia empregada (IBGE, 2006, [s/p])³¹.

³⁰As rações para alimentação animal demandam cerca de 20% de farelo de soja na sua composição. O frango de corte demanda 48% do total fabricado dessas rações.

³¹Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/mapas_doc3.shtm?c=6>. Acesso em: 14 set. 2006.

O estímulo à difusão da produção de soja é reforçado por discursos dos próprios órgãos governamentais que legitimam o agronegócio brasileiro. A Embrapa (2002), uma das instituições nacionais mais importantes para esse setor, defende que a expansão dessa cultura corroborou para uma série de processos transcorridos no território brasileiro, tendo sido responsável pela aceleração da mecanização das lavouras e tecnificação de outras culturas (destacadamente a do milho); pela modernização do sistema de transportes; pela expansão da fronteira agrícola e aumento da urbanização no país (ao incentivar a interiorização da população brasileira, excessivamente concentrada no Sul, Sudeste e litoral do Norte e Nordeste) e pelo incremento do comércio internacional, impulso da agroindústria nacional, através da expansão da avicultura e da suinocultura. Dito assim, isto é, sem crítica e sem mostrar as contradições, esse discurso engrossa uma visão mitológica do agronegócio³² que importa apenas aos interesses das maiores empresas.

Para Toledo (2005), o caso da expansão da produção da soja revela o uso que tem sido feito do território nacional nos dias atuais, onde grandes extensões de terras são cultivadas com o apoio de grandes empresas do setor e com a cooperação do Estado brasileiro e de institutos de pesquisas, os quais destinam grandes parcelas de seus gastos ao serviço do crescimento do cultivo dessa *commodity*, enquanto culturas consideradas básicas na alimentação brasileira são negligenciadas.

Conforme dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2012), cerca de 70% da produção brasileira está concentrada em estabelecimentos médios e grandes, com mais de 200 ha, uma vez que o modelo agrícola imposto para a soja é o da monocultura, que exige grandes investimentos em maquinários e insumos agrícolas, inviabilizando assim a existência do pequeno produtor e mantendo e/ou agravando a histórica concentração fundiária do Brasil. O território fica de certo modo a mercê dos interesses das grandes empresas, uma vez que, ancorado na

³²Rigotto et al. (2012) questionam se seria possível legitimar esse modelo de desenvolvimento no campo sem a força de um discurso poderoso que desenhasse, no imaginário dos diferentes segmentos sociais, a promessa de progresso e desenvolvimento. A autora adverte sobre as formas de dominação simbólica que sustentam o discurso do agronegócio, como os mitos da promessa do emprego, progresso e ascensão à modernidade, que mascaram as contradições desse modelo de desenvolvimento e garantem a reprodução de uma ordem social injusta, promotora da desigualdade e da degradação socioambiental. “De um lado a grande promessa, nunca cumprida às populações locais, de uma vida melhor. De outro, a realidade vivida pelas populações que pagam cotidianamente o preço da busca interminável pelo progresso” (RIGOTTO et al., 2012, p. 1538).

monocultura, esse cenário é frágil e está totalmente submetido ao seu bom desempenho econômico (GIRARDI, 2008).

A própria constituição de “regiões do fazer” (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011)³³ para atender aos reclames do mercado tende a tornar o território brasileiro cada vez mais vulnerável. Quando não interessarem mais às grandes corporações, tais espaços podem ser deixados a sua própria sorte. O uso corporativo do território brasileiro por parte das grandes empresas é exemplificado na incorporação das áreas mais suscetíveis à expansão do agronegócio e ao seu controle, isto é, os “lugares de reserva” (SANTOS, 2005), como no caso da inclusão dos Cerrados nordestinos. No próximo item será possível vermos como estes lugares foram incorporados à fronteira agrícola moderna que se expande no território brasileiro.

2.3 LUGARES DE RESERVA E A INSERÇÃO DO NORDESTE

A articulação global dos lugares é uma possibilidade no “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2005)³⁴ em que a revolução constante dos “sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1996b) se impõe como marca geográfica da organização da sociedade e da transformação constante da forma e do conteúdo do espaço, de modo que, no atual processo de acumulação ampliada do capital, as virtualidades que cada lugar oferece passam a ser, cada vez mais, utilizadas como estratégias para aumentar as taxas de lucros das empresas e/ou fazê-las fugir dos momentos de crise.

Consequência direta desse processo é que já não são apenas as empresas que competem entre si, essas continuam competindo, mas hoje também vemos o estabelecimento de um novo tipo de concorrência, de base territorial, a chamada “guerra dos lugares” (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011; SANTOS, 2008). É como se existisse um mercado global para venda de virtualidades, onde cada lugar compete para atrair o máximo de investimentos e vetores de modernização para sua

³³O termo região significa reger, comandar, mas atualmente “[...] há cada vez mais regiões que são apenas regiões do fazer, e, cada vez menos, regiões do mandar, regiões do reger. Aquelas que são regiões do fazer são cada vez mais regiões do fazer para os outros. [...] Os objetos obedecem a quem tem o poder de comandá-los. [...] Não é por acaso que a raiz da palavra ‘cibernética’ é a mesma da palavra ‘governador’” (SANTOS, 1996b).

³⁴Santos (2005, p.38) chamou de *meio técnico-científico-informacional* aquele “marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para a sua realização”.

fronteira, a partir de vantagens competitivas que garantam uma maior rentabilidade aos seus agentes hegemônicos. Entre esses estão os associados ao agronegócio, por exemplo, aqueles da produção de soja, tornada hoje uma das mais expressivas *commodities*, e cuja expansão territorial é responsável pela incorporação de vários espaços à produção agrícola moderna e pela difusão de “especializações territoriais produtivas” (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011).

Com a difusão do novo modelo de agricultura globalizada (SANTOS, 2005; ELIAS, 2003b), um número reduzido de grupos com posição dominante no mercado interno e, sobretudo, externo, exerce controle dos espaços agrários incorporados ao grande capital. Empresas internacionais são “convidadas”, por um Estado que se torna mínimo às questões sociais e máximo nas parcerias que estabelece com o setor privado, a investirem e explorarem vantagens econômicas em determinados lugares. As políticas públicas são chamadas a responder, de forma urgente, às demandas da economia hegemônica com a construção de grandes obras, a aceleração dos fluxos e as respectivas combinações normativas. “O poder público tem um papel ativo na construção de especializações territoriais produtivas, assim como na formulação de políticas setoriais de repercussão regional” (M. L. SILVEIRA, 2010, p. 82).

Os agentes hegemônicos investem onde é competitivo, resta aos lugares – regiões e cidades – competirem por tais investimentos. Assim, o uso das “virtualidades” de cada lugar se dá por meio de “verticalidades” (SANTOS, 2000), pontos que articulam os lugares para efetivação de interesses privatistas. Na concorrência por lugares, ganha força o discurso sobre o papel dos governos locais, vistos como os agentes capazes de induzir, mobilizar e promover o crescimento econômico de seus próprios espaços, para tanto lhes cabendo assegurar a oferta de equipamentos, baixar custos tributários e conceder subsídios, a fim de oferecer um “ambiente adequado” ao capital.

Vemos exemplos da parceria Estado-Empresa quando organismos públicos, como institutos de pesquisa e universidades, comportam-se como sustentáculo para as ações de multinacionais em território nacional por meio das estratégias empresariais e do financiamento do Estado, criando cursos especializados em agronegócios e desenvolvendo produtos e pesquisas para o aumento da produtividade de *commodities* agrícolas. Na opinião de Toledo (2005, p. 130)

O Estado brasileiro, através de políticas de cunho neoliberal, tem agido, muitas vezes, como um colaborador para os empreendimentos de grandes empresas, em detrimento tanto de políticas sociais quanto de um projeto autônomo e soberano de inserção do país na globalização. Inúmeros países pobres têm seus destinos agora, ainda mais do que no passado, ligados aos interesses das políticas de empresas.

As grandes empresas, principalmente as multinacionais, escolhem pontos e áreas aptos para o seu exercício, desenhando no território verdadeiras topologias, que são momentos isolados de um mesmo circuito espacial de produção e círculos de cooperação que, dificilmente, se completam na região ou no país, pois se trata em geral da instalação de apenas uma das etapas de uma produção que é mundial. Como afirma M. L. Silveira (2010, p. 80), “apesar de uma fragmentação aparente, essas etapas estão fluidamente conectadas entre si já que fazem parte de um circuito espacial de produção de dimensões planetárias. O processo está longe de completar-se nos moveidos limites da região”.

A atuação das corporações no território brasileiro revela uma produção, e um uso do espaço, de forma corporativa (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011). Sob sua lógica, elas arrastam toda sorte de empresas e serviços que, para atenderem à produção globalizada, vão equipando técnica e normativamente o território nacional para que ele seja um recurso rentável. Contudo, não podemos esquecer que, ao mesmo tempo, pequenas e médias empresas com inserção na divisão territorial do trabalho têm um papel importante como difusora das variáveis modernas no local. Isso não lhes retira, todavia, sua condição de alta vulnerabilidade e dependência como fornecedoras de bens e/ou serviços, pois apesar do aumento das demandas e dos fluxos corporativos darem uma sensação de crescimento econômico na região, a eliminação de outras empresas e a drenagem de dinheiro social, incompleta ou intermitentemente, revelam processos de empobrecimento a nível regional.

Independente do porte de cada empresa, o poder de decisão e comando dos agentes do agronegócio, aliado aos processos de constituição, desenvolvimento e consolidação das redes agroindustriais, têm feito com que “novos espaços seletivos para o capital” (SANTOS, 1996b), antes não interessantes ao capital, se reestruturem para atender os requisitos necessários à continuidade da plena racionalização e do funcionamento desse novo modelo de produção agropecuária.

A presença desses agentes hegemônicos toma tamanha proporção e visibilidade regional que seus problemas de funcionamento se tornam problemas da

própria economia regional, de modo que, mesmo quando as empresas se retiram do lugar, as modificações realizadas por elas na paisagem permanecem. A lógica territorial desses agentes, na maioria das vezes, valoriza as porções do território que interessam ao capital internacional, reforçando a exclusão e alienação (de lugares e pessoas) e contribuindo para a fragmentação espacial (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011).

A difusão do agronegócio no Nordeste só pôde ocorrer a partir do processo de desconcentração espacial de empresas, iniciado nos anos de 1970 e 1980, quando o capital migrou para outras áreas do território brasileiro que antes não despertavam interesse para alguns tipos de investimentos. Até aquele momento, a reestruturação produtiva esteve evidenciada no Brasil, de modo mais complexo, na “Região Concentrada” (SANTOS, 1996a, 2005; SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011)³⁵, haja vista que seus espaços pioneiramente se adaptaram aos interesses capitalistas, atraindo empresas representativas mundialmente.

A desconcentração industrial permitiu que hoje pudéssemos, atualmente, falar de pontos e manchas de expansão do “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1985, 1996b, 2000), a partir da incorporação do “exército de lugares de reserva” (SANTOS, 2005). Dessa forma, surgiu no Nordeste diversos “subespaços dinâmicos” (ARAÚJO, 1997), áreas do Semiárido e dos Cerrados nordestinos, com tendência para uma acumulação privada associada ao agronegócio.

Essas áreas tornaram-se alvos de vultosos investimentos públicos e privados, especialmente a partir dos anos de 1980 e 1990, período em que se intensificou a sua valorização econômica, com a implantação de sistemas técnicos voltados a dar suporte às atividades produtivas agrícolas, por meio de sua modernização técnica. Nos espaços de expansão dessa agricultura moderna, processaram-se alterações na dinâmica populacional e na economia, que passou a gerar uma série de “fixos e fluxos” (SANTOS, 1996b, 2005, 2006, 2008) de matéria e informação entre o campo e a cidade.

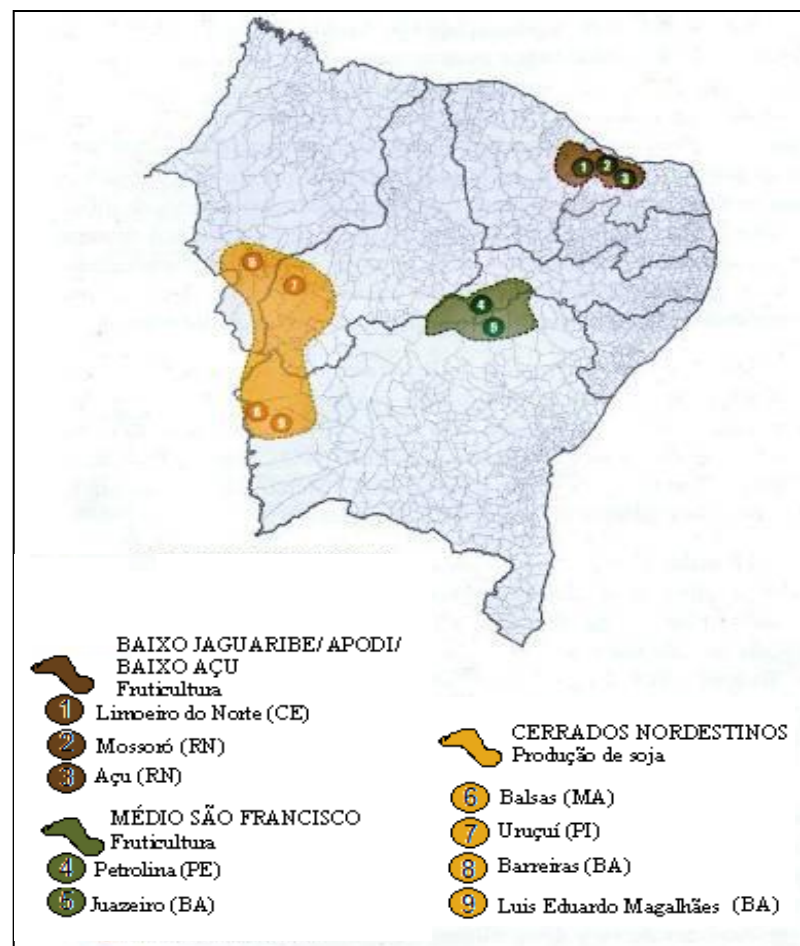
Diversas áreas, nas quais a urbanização está ligada à consecução do agronegócio, e assim, inerente às redes agroindustriais, têm sido investigadas em

³⁵ Conforme Elias e Pequeno (2010, p.131), “em 1986, quando Santos apresentou a noção de Região Concentrada, tal concepção tinha uma delimitação um pouco diferente da que foi reapresentada na publicação de 2001. No primeiro momento, era composta pelas Regiões Sul, Sudeste e por algumas partes da Centro-Oeste. Em 2001, por ocasião do lançamento do livro *Brasil: território e sociedade*, a Região Concentrada não incorporava mais as partes do Centro-Oeste, que passou, então, a se constituir independentemente”.

pesquisas coordenadas desde o final dos anos 1990, por Denise Elias³⁶. No Nordeste, essa autora aponta os seguintes focos de propagação do agronegócio, ilustrados na figura 2:

- a) uma região formada pelas microrregiões do Baixo Jaguaribe (CE), Mossoró (RN) e Vale do Açu (RN), destacada pela produção de frutas tropicais;
- b) outra formada pelas microrregiões de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), um dos primeiros vales úmidos do Nordeste e também ocupado pela produção intensiva de frutas tropicais;
- c) e uma terceira composta pelas microrregiões com destacada para a produção de soja, que abrange as microrregiões Alto Parnaíba Piauiense (PI), Barreiras (BA) e Gerais de Balsas (MA).

Figura 2 – Arranjos territoriais produtivos agrícolas no Nordeste



Fonte: ELIAS, 2006, p.66.

³⁶ Ver Elias (2003ab, 2006abcd, 2007ab, 2008, 2011, 2013).

Esses espaços formam o que Elias (2011, 2012, 2013) chama de “Regiões Produtivas do Agronegócio”, resultante da difusão de especializações territoriais produtivas e que se desenvolvem atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes, cuja produção e consumo ocorrem de forma globalizada. Esses tipos de regiões são, segundo a mesma autora, tangenciadas pelos “circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação” (SANTOS, 1996b, 2006) vinculados às suas respectivas culturas agrícolas dominantes, e representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o desenvolvimento de cidades médias e locais, fortalecendo-as, em termos demográficos e econômicos, embora promovendo e intensificando uma série de desigualdades socioespaciais.

Elias (2006a, 2011, 2012, 2013) acredita que, da mesma forma que a difusão do agronegócio no Brasil resulta na fragmentação do espaço agrícola, em face do seu caráter espacialmente seletivo, esse setor induz paralelamente processos de regionalização. Processa-se, em última instância, a produção de regiões especializadas e corporativas concernentes ao agronegócio globalizado.

Pensando na reestruturação produtiva da agropecuária e na formação das redes agroindustriais, pensamos que uma divisão que possa ser mais palatável para compreender a realidade presente, seja capturando os novos processos de regionalização que se dão associados a tais dinâmicas, formando o que temos chamado de Regiões Produtivas do Agronegócio – RPA. (ELIAS, 2013, p.26).

As regiões, identificadas na figura anterior, estão principalmente associadas à produção moderna de grãos e frutas para exportação. Nessas regiões, a modernização e a expansão de atividades agrícolas tecnificadas têm promovido o crescimento de áreas urbanas, cujos vínculos principais decorrem das inter-relações cada vez maiores do campo com a cidade (ELIAS, 2006abc). Algumas cidades presentes nessas regiões (marcadas na figura) exprimem um ritmo de urbanização diferenciado, associado à reestruturação produtiva da agropecuária, que não chega da mesma forma, nem em todos os lugares, nem ao mesmo tempo, promovendo diferenciações espaciais dentro da própria região Nordeste.

Hoje não podemos mais falar de um só Nordeste, como enfatizou Araújo (2000), mas devemos considerar a existência de vários “Nordestes”, com profundas contradições entre si, geradas pela própria divisão territorial do trabalho que causa especializações nos lugares. Nessa região é possível vermos estruturas e dinâmicas

modernas convivendo com áreas e segmentos econômicos tradicionais, tornando a realidade regional muito mais diferenciada e complexa.

Dessa perspectiva, pode-se falar de “vários nordestes”: do Nordeste do oeste baiano e do Nordeste canavieiro do litoral do Rio Grande do Norte a Alagoas; do Nordeste agroindustrial do submédio São Francisco e do Nordeste cacauzeiro do sul baiano; do Nordeste minero-metalúrgico e agroindustrial do Maranhão e do Nordeste semiárido, dominado pelo tradicional complexo gado/agricultura de sequeiro, etc. Cada um com suas particularidades e seus atores, muitos deles não nordestinos (ARAÚJO, 2000, p. 22).

A incorporação de alguns espaços do Nordeste para produção de soja serviu de vetor para aprofundar essa diferenciação espacial interna à região, pois privilegiou/selecionou sujeitos e lugares. A vinculação dos Cerrados nordestinos à rede agroindustrial capitaneada pela soja ampliou-se a partir do Sul e Centro-Oeste, e, desde então, essa área tem experimentado um processo de ocupação comandado por agentes econômicos extrarregionais e vem recebendo capitais (e capitalistas) predominantemente não nordestinos. Esses agentes têm implantado novos processos econômicos, bem como construído uma paisagem que se assemelha muito mais a alguns espaços das macrorregiões Norte (Tocantins) e Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás) do Brasil, do que ao Nordeste (do lado oriental do Rio São Francisco).

Para Giordano (1999), as condições naturais favoráveis, aliadas à atuação do Estado na proposição de políticas públicas, trouxeram várias modificações no uso do território, principalmente porque tinham como prioridade a ocupação racional dos Cerrados e seu aproveitamento em escala empresarial mediante financiamento com recursos públicos. A atração por essas novas áreas foi tão intensa nos anos de 1980, que se verificou uma enorme transferência de agricultores especializados no cultivo da soja do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Muitos se deslocaram e outros investiram capitais, à distância, nessa nova fronteira agrícola. Segundo Bezerra (2008, p.163), “a Região Nordeste tem sido uma das mais recentes fronteiras de expansão da sojicultura”. E no entendimento de Haesbaert (1996, p.382)

A ebulição econômica e o aumento brutal das desigualdades sociais com as migrações do sertão impulsionadas pelo mito do “eldorado da soja” faz com que muitos denominem essas áreas de o “Novo” Nordeste, e alguns políticos já começam a articular novos recortes políticos-administrativos

capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura.

Desde 1980, portanto, o Nordeste vem sendo incorporado pela fronteira agrícola da soja, recebendo os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio, apresentando áreas competitivas na produção de grãos. Como desdobramento da reestruturação produtiva da agropecuária, essas áreas vêm se reproduzindo, embora de forma heterogênea em alguns aspectos, com incremento da urbanização, diversificação da economia urbana e reestruturação urbano-regional acelerada, e possuem estreitas ligações econômicas e culturais entre si. Essas áreas – Oeste da Bahia, Sul do Maranhão, Sul do Piauí, assim como o Centro-Leste do Tocantins (embora parte da Região Norte) –, mais recentemente conforma uma região maior, denominada por Elias (2011, 2012, 2013) de “Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras”, sendo essa cidade baiana a mais importante regionalmente.

Na opinião de Bezerra (2008), as regiões do avanço da sojicultura no Nordeste possuem algumas dinâmicas em comum. Sua história territorial esteve, por bastante tempo, condicionada ao isolamento dos grandes centros de produção e de consumo, como vimos. Desde tempos longínquos, o povoamento do Nordeste esteve associado à ocupação do litoral. Tal fato se confirma ainda hoje, quando avaliamos a forte concentração populacional nas áreas litorâneas. Isso justifica a baixa densidade populacional histórica das áreas de Cerrados, onde se encontravam verdadeiros vazios demográficos até os anos de 1970. Para Giordano (1999), esses vazios podem ser parcialmente explicados pelo fato de que esses locais, embora naquele período já fossem ecologicamente adequados para o plantio de soja³⁷ (em função das características de microclima, umidade relativa e temperatura), não eram, necessariamente, os locais mais procurados pelas populações primitivas para construir seus povoados³⁸.

³⁷ Os locais preferidos para o plantio de soja, hoje em dia, são topos de chapadas, planos, avançando pelas cumeeiras das serras, embrenhando-se pelos gerais por quilômetros e quilômetros. Nessas áreas a soja vegeta muito bem. As atuais áreas de plantio, nessas regiões, às vezes situam-se a mais de 300 quilômetros de distância das vilas e principalmente sedes municipais” (GIORDANO, 1999, p. 121).

³⁸ “São locais ermos, distantes da infraestrutura física, com acesso difícil e fora da rota de comércio” (GIORDANO, 1999, 121).

Esses “vazios”, mesmo tendo, de certa maneira, retardado a ocupação capitalista desses ambientes de cerrado, foram, mais tarde, responsáveis por uma incorporação mais acelerada e intensa à difusão do agronegócio. Isto se explica porque a rápida difusão de sistemas técnicos, de seus agentes hegemônicos e de fluxos geradores de modernização deve-se à existência de um menor número de “rugosidades”³⁹ no território (SANTOS, 1985, 2005), isto é, de poucas marcas históricas impressas no espaço, deixadas por ações ocorridas em tempos pretéritos e que produzem conflito entre o novo e o antigo. Dessa forma, o quadro encontrado oferecia as condições ideais para a mecanização do território instalando-se praticamente nos vazios. É como afirma Elias (2007b, p.52), quando explica as transformações recentes do Oeste Baiano

[...] isso se deve, em parte, ao fato de possuírem pequena quantidade de pedaços de tempo materializados, o que permite imediata difusão do capital novo e possibilidade de responder mais rapidamente aos interesses das empresas hegemônicas dos setores agropecuário e agroindustrial.

A “Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras” (Oeste da Bahia, Sul do Piauí, Sul do Maranhão e Centro-leste do Tocantins) emerge em um novo contexto de Nordeste, que passa então de uma região homogênea que salta aos olhos das pessoas como uma “região-problema” para uma “área de modernização”, uma “área de fronteira”, um “polo dinâmico” que tem como característica sua heterogeneidade. Apesar das semelhanças, cada uma das suas sub-regiões apresenta também suas próprias particularidades, devido às rugosidades específicas encontradas em cada parte e pautadas por uma “situação geográfica”⁴⁰ própria (M. L. SILVEIRA, 1999; SANTOS, 2006). Para Frederico (2009, p. 28)

Se, por um lado, as verticalidades impostas a esses territórios são similares – concentração fundiária, intensa mecanização, forte presença de migrantes, atuação de empresas transnacionais – por outro lado, as horizontalidades resultantes são específicas, devido as diferentes heranças territoriais – estrutura fundiária, organização da sociedade civil, disponibilidade de meios de circulação (transporte e comunicação) característica fisiográficas, organização política e econômica. O embate

³⁹Para Santos (2006, p.140), as rugosidades referem-se “[...] ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. [...] se apresentam como formas isoladas ou como arranjos”.

⁴⁰[...] uma situação geográfica supõe uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu movimento histórico” (SANTOS, 2006, p. 115).

decorrente deste jogo entre as novas lógicas presididas pela agricultura moderna e as precedentes, resulta na conformação de uma nova situação geográfica, particular a cada um dos *fronts* agrícolas. (grifo do autor)

Ainda conforme Frederico (2009), o *front* agrícola brasileiro estaria subdividido em vários *fronts* menores, sitos regionalmente, resultantes de lógicas internas a cada lugar e que se misturam com os eventos externos. Assim sendo, dentro da “Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras” (que seria o *front* agrícola dos Cerrados nordestinos), a sub-região do Oeste Baiano, nosso objeto de estudo, seria um *front* menor – circunscrito na primeira região, mas que se destaca em qualidade e complexidade dos processos da difusão do agronegócio no Nordeste, até mesmo por ser precursora nesse processo –, que exerce certo comando e influência sobre as demais áreas nordestinas produtoras de soja.

O Oeste Baiano foi pioneiramente incorporado à expansão da produção de soja no Nordeste no final da década de 1970 e início dos anos de 1980, procedente da atuação de novos agentes econômicos, da introdução de uma série de “sistemas técnicos” (SANTOS, 1996b) e de capital, o que induziu transformações no âmbito político, econômico e social de toda essa porção do território baiano. O Oeste Baiano representa hoje, em termos de Nordeste, a principal área de produção agrícola moderna, sobretudo de grãos, destaque principal para a soja. Essa região, polarizada pelas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, estende seu raio de influência ao Sul do Maranhão, Sul do Piauí, assim como partes do Leste do Tocantins e até mesmo do Goiás.

Alguns autores já reconheceram através de suas pesquisas o destaque do Oeste Baiano na rede agroindustrial brasileira. Segundo Elias (2006, p. 41), “este arranjo territorial produtivo compõe uma nova região de produção globalizada, cujos nexos organizacionais são comandados de forma oligopsônica pelas multinacionais Cargill e Bunge”. Na opinião de Bezerra (2008), a região de Barreiras é um dos exemplos mais expressivos da consolidação da fronteira agrícola a ganhar corpo nos Cerrados nordestinos.

Entre as microrregiões analisadas, a principal ênfase da concentração da área plantada foi a microrregião de Barreiras. Esta é a grande responsável pelo incremento crescente da área plantada com soja no cerrado nordestino. Se considerarmos sua importância perante a Região Nordeste perceberemos que a microrregião, de acordo com o recorte temporal adotado, sempre participou com mais da metade da área plantada com soja. Todavia sua concentração vem diminuindo paulatinamente com a

expansão do produto para outras regiões, como a de Gerais de Balsas e a de Alto Parnaíba Piauiense (BEZERRA, 2008, p. 167).

Para Bernardes (2009, p. 35), no arranjo produtivo baiano, o ritmo das mudanças é mais acelerado que nas demais sub-regiões do Bama-pito. Esse termo, também chamado por outros de Matopiba ou Mapitoba (como acrônimo dos nomes dos estados que fazem parte), é utilizado pela autora para fazer referência à região que figura como uma das chamadas novas fronteiras agrícolas do país, abrangendo o Oeste da Bahia, o Sul do Piauí, o Sul do Maranhão e o Centro-Leste do Tocantins⁴¹. Para se referir a essa mesma região, nós optamos pela noção de “Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras”, cuja autoria e definição já foram citadas anteriormente. Bernardes (2009 p. 33) complementa que “o dinamismo da rede urbana é bem maior no Oeste Baiano”. Essa autora parece não ter dúvidas de que, na porção baiana, a escala do evento é maior e a expansão do agronegócio assume níveis mais elevados de concentração de terra, de capital e de desarticulação social.

Os processos de regionalização no Oeste Baiano são decorrentes não apenas de uma lógica global-nacional dos agentes hegemônicos do agronegócio, mas possuem uma forte imbricação com elementos de ordem local-regional, por exemplo, com a identidade cultural e política dos grupos migrantes, principalmente dos sulistas. Para entendermos essa complexidade é preciso identificar o caráter competitivo e corporativo da região. Na avaliação de Castillo (2007), a melhor designação para esses subespaços produtivos é a de “região competitiva”. De acordo com o autor, a competitividade não é um atributo restrito às empresas e produtos, mas designa também uma condição dos lugares e das regiões. As formas desiguais de combinação dos fatores de produção no território (terra, trabalho, capital, ciência-técnica, organização) conferem diferentes graus de competitividade às regiões para determinados tipos de produtos e agentes produtivos.

Para Frederico (2012) o Oeste Baiano já nasceu competitivo, uma vez que a participação dos fatores capital e tecnologia na expansão e consolidação da agricultura moderna sempre foram relativamente maiores que o peso específico do trabalho e da terra. A combinação virtuosa dos fatores de produção elevou a

⁴¹Para Bernardes (2009), “[...] a região do BAMA-PITO é constituída por territórios contínuos que apresentam formas semelhantes de produção e reprodução do capital e do trabalho, tanto modernas como tradicionais, revelando também formas de conflito similares, associadas aos referidos processos de reprodução do capital” (p. 34).

produtividade e reduziu os custos regionais de produção, aumentando a eficiência produtiva e, por conseguinte, a competitividade dessa região.

É desigual o modo como cada espaço, na rede agroindustrial, reage aos efeitos das normas e regulações organizacionais impostas, às mudanças tecnológicas e às estratégias econômicas definidas pelas corporações multinacionais. Os lugares possuem um número vasto de variáveis próprias, desde aquelas herdadas da sua formação socioespacial até as incorporadas do “período técnico-científico-informacional”⁴² – como a criação de infraestruturas, serviços e formas de organização do trabalho –, voltados a atender as grandes empresas capitalistas. A combinação dessas diferentes variáveis produz uma enorme gama de situações no espaço. Sabemos que outras áreas foram incorporadas à produção da soja no Nordeste, espaços que, como o Oeste Baiano, compõe a Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras, mas sabemos também que parcelas dessa região responderam com diferenças a esse processo.

Uma preocupação, com o entendimento das diferenciações regionais a partir da divisão e especialização do trabalho e com o novo dinamismo das suas relações, norteou particularmente nossa busca de uma interpretação geográfica do Oeste Baiano. Afinal

não é mais a cidade, enquanto uma “unidade”, que comanda a organização do espaço, mas um conjunto que pode ser denominado tanto “cidades-região” como “redes regionais de cidades”, emergindo assim como um novo e decisivo fenômeno geográfico e institucional no atual estágio da economia mundial. (SCOTT et. al., 2001, p. 11 apud HAESBAERT, 2010, p. 87, grifos do autor).

Nosso interesse foi o de compreender como o Oeste Baiano respondeu à difusão do agronegócio da soja no Nordeste e quais as dinâmicas socioespaciais resultantes. A rede agroindustrial da soja no Oeste Baiano é, de fato, bastante complexa, constituída por pontos e áreas localizados em diferentes lugares onde um conjunto de agentes atua e interage, desenvolvendo atividades específicas. Essa complexidade observada, aliada ao reconhecimento do grau de densidade técnico-

⁴² O *período técnico-científico-informacional* começa praticamente após a Segunda Guerra Mundial, porém se dando de fato nos anos 1970. É o período em que vivemos, caracterizado pela presença cada vez mais intensa da técnica, da ciência e da informação, como componente dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações que formam o espaço geográfico (SANTOS, 2005, 2006; SANTOS e M. L. SILVEIRA, 2011).

científico-informacional dessa região, instigou nosso interesse em investigar especificamente o Oeste Baiano, dentre as demais áreas de produção da soja no Nordeste. Isso não implica ignorar as relações que essa sub-região possui com as demais parcelas da Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras – isto é, com o Sul do Piauí, o Sul do Maranhão e o Centro-Leste do Tocantins –mas apenas indicar que nosso foco principal de investigação incidiu sobre o Oeste Baiano.

O processo escolhido para apreender a articulação entre os níveis interurbano e intraurbano dessa região foi a difusão do agronegócio, não desprezando a existência de outros vetores de regionalização, mas acreditando que esse escolhido é o que predomina na área estudada e é marca principal da reestruturação urbano-regional do Oeste Baiano. É necessário também, concordando com ELIAS (2012, p.8), levarmos em consideração que nas regiões de expansão do agronegócio, “a oposição clássica entre a cidade e o campo torna-se bastante relativizada e a noção de complementariedade ganha mais força e importância”.

No próximo item discutiremos melhor sobre os nexos entre a difusão do agronegócio e a região, a relação campo-cidade e a reestruturação urbano-regional.

2.4 INTENSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES CAMPO-CIDADE E AMPLIAÇÃO DOS PAPÉIS URBANO-REGIONAIS

Com a difusão do agronegócio, os lugares incorporados são submetidos às mudanças nas suas formas e conteúdos. Elias (2006) constatou que ao mesmo tempo em que ocorrem as transformações no campo, provenientes da reestruturação produtiva da agropecuária, se processam mudanças também nas cidades próximas, como alterações nos seus padrões demográficos, além de uma reorganização do espaço urbano-regional. Temos, portanto, “um avanço da fronteira agrícola acompanhado do avanço da fronteira urbana” (FREDERICO, 2010, p. 59). E como diria Bernardes (2009, p.31), “o novo urbano da fronteira da agricultura moderna é constituído por cidades funcionais às novas exigências do campo”.

A reestruturação produtiva da agropecuária, com rebatimentos tanto no espaço rural quanto no espaço urbano, assume atualmente formas por demais intrincadas, tornando questionáveis as tradicionais classificações espaciais, sobretudo a separação entre campo e cidade para muitos casos. A atual complexidade da rede urbana brasileira também é outro fato que torna impraticável o uso tão-somente de

tipologias clássicas para qualificar os espaços hodiernos, cobrando urgentemente uma superação da dicotomia campo-cidade⁴³ requerendo, pois, um esforço metodológico em outro patamar, como já destacaram alguns autores, entre os quais Carlos (2004) e Sobarzo (2006).

Assim sendo, é imprescindível ultrapassar essa visão de oposição, pois campo e cidade formam uma unidade contraditória, que evidencia uma espécie de cooperação na divisão social e territorial do trabalho entre esses dois espaços (CARLOS, 2004). Ademais, a relação campo-cidade não é unilateral, isto é, não é, por exemplo, a cidade dominando o campo ou vice-versa, ou alguma tendência de desaparecimento de um ou de outro. Pelo contrário, trata-se de um movimento dialético e complexo.

Sobarzo (2006, p. 56) ressalta que “[...] não é somente a cidade que irradia o conhecimento, a racionalidade ou os comportamentos para o campo, mas é o campo que em função de suas demandas determina alguns processos na cidade”. Alguns autores, entre eles M. S. Santos (2001), falam até mesmo de um “*continuum* espacial”, em vez de dois polos opostos, tanto na dimensão geográfica e territorial, quanto nos aspectos econômicos e sociais.

Todavia é preciso advertir que, apesar das semelhanças e aproximações atuais entre campo e cidade e a contiguidade entre o urbano e o rural, as particularidades de cada subespaço não são destruídas na relação que estabelecem, não significando, portanto, o discurso do fim do rural. Afinal, ainda conforme Sobarzo (Op. cit., p. 55), “a superação da divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com a visão – um tanto apocalíptica – do desaparecimento do campo e das atividades agrícolas e da urbanização (no sentido restrito) total do planeta”. A questão principal a ser destacada é, por conseguinte, que campo e cidade estão articulados em uma relação de complementariedade e, juntos, constituem uma totalidade, sendo preservadas suas especificidades, como observa Rua (2005, p. 85)

⁴³O uso que fazemos da expressão “campo-cidade” em vez de “cidade-campo” toma como referência nosso nível de aproximação com os estudos agrários. Reconhecemos a existência e importância dessa segunda dimensão analítica, trabalhada, por exemplo, por Sposito (2006b) no texto “A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade”. No entanto, como nosso intuito aqui é enfocar as relações estabelecidas entre campo e cidade e entre o rural e o urbano, baseado na reestruturação produtiva da agropecuária e na difusão do agronegócio, a primeira opção metodológica contempla melhor esse objetivo. Desse modo, a questão campo-cidade aparece em nossa tese vista a partir do campo.

As mudanças no modelo produtivo e organizacional no campo compõem transformações mais amplas na sociedade brasileira (por sua vez integradas a alterações sentidas em escala global) que marcam as últimas duas décadas. Define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emergem e vão ser difundidas como “um novo rural”. Na verdade são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo. Estas novas relações remetem para uma outra conceituação de urbano e rural, mas também de agrícola. Rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano integram-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades.(grifo do autor)

Monte-Mór (2007) aponta que o meio urbano deixa de ser o espaço da cidade para se transformar no espaço social total, embora isso signifique mais uma virtualidade (processo em curso) do que mesmo uma realidade fenomênica atual. Para Lefebvre (1978, 1991), a explosão sobre o espaço circundante, potencialmente sobre o território, estendeu o meio urbano-industrial à dimensão nacional e planetária gerando, enfim, uma sociedade urbana virtual, factível. Nesse processo, cidade e campo são redefinidos pela lógica industrial e subordinados à produção e acumulação capitalista, perdendo parte de suas características substantivas de origem.

Na opinião de Monte-Mór (Op. cit., p. 99), as formas antagônicas dos conceitos de cidade e de campo não mais exprimem realidades concretas e reconhecíveis integralmente no espaço social contemporâneo. Para esse autor, a substantivação do qualitativo “urbano”⁴⁴, representando a realidade urbano-industrial atual, passa a significar o terceiro termo da tríade dialética, a síntese da contradição cidade-campo⁴⁵.

Assim, o sentido contemporâneo do *urbano* se prende à resolução da contradição cidade-campo, à superação mesmo dos conceitos de cidade e de campo como formas antagônicas e sua redefinição metafórica no contexto urbano-industrial total, de nossos dias. (MONTE-MÓR, 2007, p. 99, grifo do autor).

⁴⁴ O que Monte-Mór (2007) chama de *urbano*, substantivamente, é o tecido urbano-industrial que se estende para além das cidades sobre o campo e as regiões, integrando os espaços em um processo que o autor tem caracterizado como *urbanização extensiva*. “Esse processo, além de pressupor uma sociedade virtualmente integrada ao mundo urbano-industrial – a sociedade *urbana*, pressupõe a extensão da *práxis urbana*, da polis (política), da civita (cidadania) e da própria urbe (enquanto espaço construído) a todo o espaço social e humano” (p.100).

⁴⁵ A opção desse autor é pela expressão “cidade-campo”, diferente da forma “campo-cidade” adotada por nós.

A expansão da urbanização e incremento da economia urbana, em áreas de difusão do agronegócio, adquire um padrão competitivo, empreendedor, ajustado aos interesses capitalistas e, portanto, atrativa aos agentes hegemônicos das redes agroindustriais. A lógica dominante agora, portanto, é da “urbanização corporativa” e da “cidade corporativa” (SANTOS, 2005)⁴⁶, isto é, empreendidas sob o comando dos interesses das grandes firmas. Esse tipo de urbanização é comum nas áreas de expansão do agronegócio – direcionada por interesses de *holdings* hegemônicas das redes agroindustriais (ELIAS, 2003a).

De acordo com Santos (2005, p.56), “a cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo”. Ou seja, é na cidade onde o capital agroindustrial encontrará alicerces para sua plena realização, como a mão de obra especializada, o mercado consumidor, os comerciantes (de produtos e insumos), os agentes governamentais, os centros de ensino e pesquisa e todos os demais produtos e serviços necessários à produção agrícola e agroindustrial (SANTOS, 2010). Com a difusão do agronegócio, as velhas relações campo-cidade são reforçadas e surgem outras novas.

Na realidade, com a modernização da agricultura e a instalação de uma produção corporativa, assim como de uma circulação, distribuição e informação corporativas, a demanda cumprida pelas cidades acaba sendo majoritariamente reclamada pelas empresas, ou em todo caso tal demanda é privilegiada no estabelecimento dos planos regionais. (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011, p. 280).

A entrada de novos agentes do agronegócio nos espaços urbanos promove conflitos de interesses e/ou gera alianças com outros grupos econômicos e políticos, locais e regionais, bem como modifica constantemente as formas de consumo e a economia urbana desses espaços. Entre esses agentes, destacamos: os produtores de soja e suas organizações de classe, o Estado (na esfera Municipal, Estadual e Federal), as empresas de transporte e logística, os fabricantes e as revendedoras de insumos agrícolas, as fundações de pesquisa, as instituições de ensino superior, a rede bancária e financeira, etc.

⁴⁶“Na cidade corporativa, o essencial do esforço de equipamentos é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos. Isso obedece à mais estrita racionalidade capitalista, em nome do aumento do produto nacional, da capacidade de exportação” (SANTOS, 2005, p. 1995).

Os processos de inserção do Oeste Baiano na rede agroindustrial da soja têm se realizado através do modo como esses agentes hegemônicos, que atuam nos circuitos espaciais de produção dessa *commodity*, valorizam, aproveitam e utilizam as possibilidades ofertadas pelos atributos e características territoriais. Alguns desses principais agentes, que atuam na rede agroindustrial da soja no Nordeste, se localizam no Oeste Baiano, que aparece como importante área de comando.

As ações dos múltiplos agentes do agronegócio se constituem em fluxos de matérias-primas, produtos industrializados, capitais, informações, normas, regulações, interesses corporativos que circulam com intensidade e amplitude desigual no conjunto da rede. E, em cada ponto da rede, esses agentes vivenciam um conjunto de relações econômicas, sociais e políticas diferentes, as quais revelam as particularidades e as contingências de cada lugar e as especificidades de cada uma dessas relações.

O destaque do Oeste Baiano, na configuração da rede agroindustrial de soja, é perceptível quando analisamos a dinâmica relacional entre os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação dessa *commodity*, que possui alcance global e espaço regional. Pois, na medida em que essa rede de organização, de escala mundial, conecta distintos pontos e lugares com atributos particulares, podemos visualizar o conjunto de variáveis presentes no Oeste Baiano que qualifica e explica sua participação e importância do conjunto da rede nacional e internacional.

As práticas e as estratégias adotadas pelos distintos agentes do agronegócio, no âmbito dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação da soja, apontam para a conformação de uma rede cuja racionalidade de funcionamento revela uma forma organizacional verticalizada, hierarquicamente estruturada e regulada externamente a partir de pontos que sediam as corporações multinacionais. Exemplos dessas são as *tradings*⁴⁷ Bunge e Cargill⁴⁸, com plantas

⁴⁷A *Tradingé* uma empresa importadora e exportadora que opera como departamento de comércio exterior, atuando tanto na área comercial quanto na área operacional. Caracteriza-se, especialmente, pela aquisição de mercadorias no mercado interno para posterior exportação. Fonte: <<http://www.artigonal.com/pequenas-empresas-artigos/o-que-e-uma-empresa-de-trading-e-agora-4585601.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.

⁴⁸Bunge e Cargill, juntamente com a Maggi e Dreyfus, são responsáveis por 70% das exportações de grãos no Brasil e estão na lista de dez maiores empresas do país do anuário *Melhores e Maiores* da EXAME de 2014. (GIGANTES do agronegócio se unem para investir nas novas ferrovias. Revista

industriais e outros fixos importantes espalhados no Brasil e situados no Oeste Baiano, que controlam, hegemonicamente, o funcionamento da rede agroindustrial da soja, incidindo e condicionando as ações e o desempenho dos demais agentes nos pontos e áreas que as integram, determinando importantes relações de poder expressas no território.

O poderio das *tradings* se manifesta, no Oeste Baiano, na medida em que dominam a circulação de recursos (capital, tecnologia, informação e normas) que os demais agentes necessitam para sua reprodução, mantendo-os em certo grau de subordinação, uma vez que são essas agroindústrias que definem as orientações técnicas quanto à produção, o padrão de classificação dos grãos, o preço que se deve ser pago por eles, as mudanças organizacionais e produtivas, os novos investimentos ou fechamento de unidades fabris, etc.

A atuação em rede e as formas contemporâneas de financiamento (público e privado) da agricultura dão a essas empresas maior poder de controle sobre os pontos do território onde se dá a produção agrícola. Isso porque elas fornecem aos produtores, além do crédito, os insumos necessários para a realização da produção, tornando-os dependentes desse provimento a altos juros e, portanto, muitas vezes endividados. É necessário lembrar que os “fixos e fluxos” (SANTOS, 1996b) gerados por e para esses agentes hegemônicos, enquanto chamam porções agrícolas do território nacional para participarem do movimento da mais-valia global, excluem grande parte da população brasileira dos benefícios gerados.

As ações dos agentes do agronegócio, principalmente das corporações multinacionais, manifestam-se, portanto, de modo desigual sobre as “formas e funções” (SANTOS, 1985) do espaço urbano-regional, redefinindo a própria rede urbana e a região de influência. Trata-se de uma dinâmica particular de interação entre o sistema espacial – a rede urbana regional – e o sistema produtivo – a rede agroindustrial. Dinâmica que acaba por agravar o padrão concentrado da rede, tendo em vista que, quando a empresa é global, a localização de uma de suas etapas produtivas numa cidade contribui para acentuar a debilidade da sua região através da seletividade espacial. Isso acontece especialmente se o espaço urbano-regional possui pouca densidade técnica e funcional. O resultado é que se acumulam funções em um ponto e, em contrapartida, se esvaziam ou se subordinam

nos demais (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011). Por isso outro aspecto a ser comentado, em outra parte desse texto, será a excessiva concentração em poucas cidades das atividades relacionadas ao agronegócio no Oeste Baiano.

O desenvolvimento da rede urbana no Oeste Baiano envolve a existência de importantes vínculos entre a produção de soja, realizada pelos produtores agrícolas nas áreas rurais e, o beneficiamento e processamento desse produto nas agroindústrias instaladas nas duas principais cidades da região – Barreiras e Luís Eduardo Magalhães –, fortemente vinculadas às suas zonas rurais, evidenciando o estreitamento da relação campo-cidade. Tais vínculos entre produtores e agroindústrias se manifestam de diferentes formas: através da aquisição de insumos pelos produtores, grande parte fornecida pelas agroindústrias; do acesso ao crédito agrícola, intermediado por estas empresas junto aos bancos; das novas normas, regras e regulações resultantes de um padrão tecnológico adotado por agroindústrias; do sistema de transporte operado por elas, que leva os insumos e traz os grãos dos produtores, etc. Esse contexto é o mesmo para o algodão, o milho e o café produzidos na região.

O sistema urbano regional do Oeste Baiano apresenta-se de forma complexa e com diferenciação interna, uma vez que, embora as suas cidades se apresentem articuladas em rede, elas passam por um constante e progressivo processo de diferenciação do seu conteúdo técnico-científico-informacional, em razão das formas particulares como cada um desses espaços se insere e participa na divisão territorial do trabalho. Acontece isso porque as espessuras do tempo, expressas nas formas urbanas e em seus conteúdos são vetores importantes de distinção espacial entre as redes urbanas regionais e suas cidades.

Por esse motivo é que, para compreendermos a economia urbana de uma cidade e/ou região, temos não só de situá-la no contexto da sua rede urbano-regional, como olhá-la dentro do quadro da rede urbana do país, a qual deve ser inscrita numa historicidade, pois seus conteúdos econômicos, sociais e culturais anteriores estão gravados no espaço e, ao mesmo tempo, fazem parte da nova configuração espacial que se desenha e da nova rede de relações que se estabelece. Na opinião de Rochefort (1998, p.23), as redes urbanas não se estruturam, apenas considerando as necessidades atuais, mas também expressam o que permanece das fases anteriores.

Na concepção de Corrêa (1994, p.6), podemos falar de rede urbana quando:

- a) há uma economia de mercado com uma produção que é negociada por outra que não é produzida local ou regionalmente – tem como pressuposto um grau mínimo de divisão territorial do trabalho;
- b) verifica-se a existência de pontos fixos no território onde os negócios são realizados;
- c) refere-se ao fato da existência de um mínimo de articulação – no âmbito da circulação – entre os núcleos.

Considerando os múltiplos movimentos e formas possíveis para organização espacial na contemporaneidade, compartilhamos da visão de E. Sposito (2008) segundo a qual devemos conceber rede urbana para além da perspectiva hierarquizada, chamada por ele de “tradição de organização piramidal das redes urbanas”. No entendimento desse autor, “[...] é preciso levar em conta que há uma ‘coabitação’ entre a rede urbana tradicional, do tipo hierárquico, e novos arranjos espaciais, frutos das dinâmicas de apropriação e uso do território” (E. SPOSITO, 2008, p.58). A perspectiva Christalleriana de hierarquia urbana não consegue responder sozinha à complexidade do fenômeno urbano contemporâneo, portanto suas limitações devem ser observadas, o que não impede o uso daquilo que ainda tem validade⁴⁹.

Esse autor mostra como a mundialização do capital fez surgir novas formas de centralização territorial, relativas ao gerenciamento no nível dos altos escalões e ao controle das operações, o que requer a existência de “lugares centrais”. Esses nós estratégicos – os lugares centrais –, em que há a concentração de determinados meios, é que justificam a existência das redes urbanas. Essa interligação nodal é o que permite que uma pequena cidade seja capaz de dialogar com um centro mundial, ao tempo em que os movimentos de população local se dão no espaço da contiguidade (SPOSITO, 2008).

⁴⁹O modelo christalleriano procura examinar como produtos e diferentes funções, incluindo funções de serviço, são articuladas no território dando origem a uma hierarquia urbana. Camagni (2005) admite as limitações de Christaller, sobretudo porque a teoria dele considera o espaço de forma isotrópica e homogênea em todas as direções, tanto em termos de densidade populacional como de características de infraestrutura física. Entretanto Camagni (Ibid.) reconhece também as validades relativas desse modelo, por conter alguns aspectos que coincidem com a realidade empírica, e são esses que permitem uma relativa aplicabilidade dessa teoria. Segundo Camagni (Ibid.), o modelo de Christaller é adequado para descrever e interpretar a estrutura de centros urbanos baseados na produção de serviços.

Atualmente os antigos esquemas de compreensão da rede urbana brasileira são bastante questionados, na mesma medida em que se critica a dicotomia entre campo e cidade por não darem mais conta do ritmo de reestruturações instalado. Santos (2005) cita a generalização do fenômeno da “urbanização da sociedade e do território” (SANTOS, 2005) quando, paralelo ao processo de metropolização, crescem também as cidades médias e locais. Estaríamos diante de um movimento de redefinição na rede urbana brasileira, da qual um dos fenômenos resultantes é o “curto-circuito da rede urbana” (SANTOS, 2008), no qual as cidades passam a manter relações não mais apenas com aquelas bem próximas, podendo se abastecer de produtos e serviços diretamente nas cidades mais importantes e, muitas vezes, muito distantes. Essa ideia pode ser complementada com a de Dias (2004, p.168), quando ela afirma que

A lógica territorial também necessita ser desvendada como resultado de mecanismos endógenos – relações que acontecem nos lugares entre agentes conectados pelos laços de proximidade espacial – e mecanismos exógenos – que fazem com que um mesmo lugar participe de várias escalas de organização espacial. Isto quer dizer que à tradicional combinação das escalas da organização espacial, segundo o modelo da boneca russa – do imóvel ao prédio, do prédio ao quarteirão, do quarteirão ao bairro, do bairro à cidade, da cidade à região, da região à nação –, somam-se novos arranjos institucionais e espaciais que nos desafiam a redefinir as categorias analíticas que utilizamos para representar o mundo.

Gomes (2007), ao investigar a região estabelecida entre os Estados do Rio Grande do Norte e do Ceará, também conformada por uma coesão funcional criada pelo próprio agronegócio, com processos bastante semelhantes àqueles presentes no Oeste Baiano, confirmou que os limites político-administrativos pouco têm servido de obstáculo para que os principais agentes econômicos hegemônicos percebessem a área de atuação como uma região. Para entender a formação do Oeste Baiano, que se comporta nitidamente como região funcional⁵⁰, como aquela estudada por Gomes (2007), a preocupação com a dimensão escalar foi muito importante, já que a região estudada tem revelado graus diferenciados da capacidade de integrar em sua teia os lugares conectados e suas áreas de influência que apresentam diferentes tipos de dificuldades para alcançar o

⁵⁰As “regiões funcionais”, nas quais o espaço aparece como um sistema de fluxos em que cada parcela ou subsistema desempenha um conjunto específico de funções tem forte inspiração na teoria do lugar central de Cristaller, onde um centro polarizador urbano estende seu raio de influência sobre o um espaço “regional”, admitindo zonas de sobreposição e outras regiões funcionais (HAESBAERT, 2010).

desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, integrar-se na dinâmica geral da região.

Dessa forma, neste trabalho consideramos sempre que possível as relações do tipo complementares ou competitivas na combinação complexa das escalas. Por esse motivo optamos por utilizar “reestruturação urbano-regional” e não apenas “reestruturação urbana” e/ou “reestruturação regional”, pois acreditamos que esses processos são indissociáveis e é frágil analisar a cidade fora da conjuntura de sua região. Aqui também está contemplado o entendimento da “reestruturação da cidade”⁵¹, para tratarmos de uma escala mais intraurbana.

Cada cidade que compõe o Oeste Baiano, por exemplo, só pode ser apreendida nas relações que possui com outras cidades (de mesma, maior ou menor importância) da sua própria rede urbana e na relação com outras redes distantes, assim como só pode ser compreendida na relação com o seu campo. Acreditamos que trabalhar os conceitos de rede-urbana e região de forma associada contribui para a compreensão da reestruturação urbano-regional do Oeste Baiano e no reconhecimento de uma região que se forma a partir da cidade (ou das cidades), bem como ajuda na identificação das relações campo-cidade existentes internas e externas à região.

Para compreender a relação entre agronegócio e região, o conceito geográfico mais adequado é exatamente desta última⁵². Mas não se trata aqui de conceber *Região* da forma como historicamente fora associada aos estudos da

⁵¹Sposito (2004, 2007) tem chamado de estruturação ou *reestruturação urbana* as dinâmicas e processos atinentes aos espaços regionais e/ou ocorridos no âmbito das redes urbanas; e como estruturação ou *reestruturação da cidade*, as dinâmicas e processos que ocorrem na escala intraurbana. A autora articula essas duas escalas geográficas, distinguindo-as, mas objetivando considerar as múltiplas determinações que entre elas se estabelecem. Nesta tese, para fazer referência às mudanças nos papéis das cidades e de suas relações interurbanas, utilizamos a noção de *reestruturação urbana*, considerando-se a divisão regional do trabalho no Oeste Baiano. Já para analisar as mudanças à escala dos espaços internos das principais cidades analisadas nessa região, fazemos menção à *reestruturação da cidade*, numa tentativa de mostrar as diferenças e/ou semelhanças entre as lógicas que reproduzem os diferentes espaços urbanos que compõem a região investigada. Essa distinção tem a intenção apenas de destacar o que se toma como dominante, em cada momento da análise, pois “não há estruturação urbana sem estruturação da cidade e vice-versa” (SPOSITO, 2004, p. 312).

⁵²Foi principalmente entre os geógrafos que o conceito de “região” passou a ser amplamente debatido. Debate esse que buscava uma melhor conceituação e um método que possibilitasse a diferenciação da geografia das outras ciências naturais ou sociais (CORRÊA, 1997).

Geografia⁵³, atrelada às delimitações espaciais fixas, estabelecidas por convenção a partir da observação da coincidência de aspectos naturais ou da ocorrência de certos atributos históricos e culturais. Apoiamo-nos em Haesbaert (2007, 2010), para o qual a região é uma totalidade aberta e em movimento, onde as delimitações formais são secundárias e, o mais importante, são os nexos entre as mais diferentes escalas geográficas.

Enquanto a região, trabalhada pelos geógrafos, sobretudo como uma região-território, no seu sentido estrito, tem como traços espaciais a continuidade física, uma relativa homogeneidade interna (seja ela de caráter econômico e “natural”, simbólico e/ou político-cultural) e uma fronteira relativamente bem delimitada, a região vista preferencialmente como rede admite a superposição de áreas, a heterogeneidade e uma maior relativização das fronteiras. Tomar a região unicamente como rede, entretanto, significa, no nosso ponto-de-vista, descaracterizá-la e menosprezar um processo que, apesar da globalização em curso, não perdeu sua relevância empírica (HAESBAERT, 2007, p. 323, grifo do autor).

O conceito de “rede urbana” aparece intrinsecamente ligado ao de “região”. Sposito (2004) citando George (1983) lembra que a cidade não é uma realidade geográfica autônoma e mostra que esse autor trata o conceito a partir das relações que se estabelecem entre “cidade” e “região”, pois no seu entendimento “as redes urbanas são a verdadeira armação de cada região” (GEORGE, 1983 apud SPOSITO, 2004). Todavia a região não é formada apenas por redes (técnico-econômicas, culturais e/ou de poder), essas constituem apenas um dos elementos de definição da escala de referência e a lógica territorial engloba outras interações. O que queremos dizer é que existem determinados fenômenos que se manifestam muito mais claramente na forma de pontos, zonas ou áreas (ainda que fragmentadas).

Concordamos com Dias (2004, p.170) quando afirma que “o tempo, histórico e social, é um tempo longo – no qual se confrontam valores e se debatem ideias – e não pode estar limitado por uma ordem reticular” (DIAS, 2004, p. 170). De acordo com Haesbaert (2010), em tempos de globalização o imperativo é associar (e não dicotomizar) as lógicas zonal (extensa e contígua, de modo geral) e reticular (descontínua, apenas para citar uma feição, o que não exclui a dimensão integradora da rede, vale ressaltar). Ainda na perspectiva desse autor, as lógicas

⁵³Para ver a respeito da construção do conceito de “região” na história do pensamento geográfico, consultar Gomes (1995), Corrêa (1997) e Lencione (2003).

mais reticulares seriam, a princípio, mais globalizadas, e as zonais mais “regionalizadas”. Ainda conforme Dias (2007, p. 65)

Refletir sobre as territorialidades em rede implica enfrentar o desafio de compreender as superposições de uma miríade de territórios com formas e limites variados, mas ao mesmo tempo aberto, e, como as redes, capazes de crescer através de seus nós, por todos os lados e em todas as direções.

Haesbaert (1995) traz uma leitura renovada do “regional” a partir de sua tese de doutorado⁵⁴, quando da análise do que ele chamou de “rede regional”, construída pelos migrantes sulistas no interior do Brasil, e tendo como referência empírica o espaço por esses ocupados nos Cerrados nordestinos. Esse autor defende uma concepção prioritariamente integradora de região, buscando articular tanto a materialidade do espaço e da vida social quanto suas representações, tanto a dimensão política e econômica da configuração regional quanto seus aspectos culturais.

Compartilhamos também com Santos (1996a), quando esse incorpora a compreensão da região como parte de uma totalidade associada à dinâmica do período técnico-científico-informacional, fruto de desdobramentos históricos.

Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos (...). É neste contexto que o estudo regional assume importante papel nos dias atuais, com a finalidade de compreender as diferentes maneiras de um mesmo modo de produção se reproduzir em distintas regiões do Globo, dada suas especificidades. A região torna-se uma importante categoria de análise, importante para que se possa captar a maneira como uma mesma forma de produzir se realiza em partes específicas do Planeta ou dentro de um país, associando a nova dinâmica às condições preexistentes (SANTOS, 1996a, p.46).

⁵⁴ Em sua Tese de Doutorado, Haesbaert (1995) faz a opção por trabalhar não propriamente com “região”, mas com a concepção de “rede regional”, acreditando que essa daria mais conta de apreender os regionalismos e as identidades regionais de referência nacional. “Outro dilema no atrelamento escalar da regionalização é que ‘nível escalar’ é sempre pensado em termos de uma lógica zonal de organização do espaço, isto é, que enfatiza recortes em termos de superfícies ou áreas. Cada vez mais, entretanto, é necessário inserir na discussão sobre escalas (tomadas ou não como ‘regionais’) a lógica reticular, isto é, pensar o regional também em termos de sua projeção escalar em rede, como propusemos aqui através da concepção de rede regional” (HAESBAERT, 2010, p. 153-154).

Partilhando da visão do autor anterior, Haesbaert (2010) também põe por terra a polêmica tese de que a lógica de um mundo globalizado eliminaria a lógica tradicional de um mundo “regionalizado”, na verdade estaria ocorrendo sobreposições de lógicas escalares funcionais aos sistemas hegemônicos. E de acordo com Santos (2006, p.131), “as regiões são lugares funcionais dentro do movimento global do capital hegemônico”.

No entanto, não podemos nos esquecer de que a região também possui um processo de construção efetuada a partir das próprias ações dos grupos sociais, isto é, a partir das práticas sociais efetivas, sejam elas de ordem econômica, política e/ou simbólico-cultural (através das identidades regionais). “É imperativo romper com o paradigma que esvazia a dimensão política e cultural da região e oculta os sujeitos da ação” (HAESBAERT, 2007, p. 325).

É pertinente também seguir a recomendação de Dias (2004, p.170), quando diz que “no lugar de definir *a priori* o tamanho da região – do macro ao micro – podemos pensar em regiões com geometrias variáveis resultantes de novos arranjos institucionais e espaciais”. O entendimento dessa autora se assemelha ao de Santos (2006, p.284) quando, levando em consideração os novos arranjos organizacionais atuantes na região, o ele afirma que

Na caracterização atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de uma coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam um dos fundamentos da sua existência e definição.

A multiplicidade e complexidade de recortes regionais demonstram que a região, na atualidade, se constrói em diversas escalas a partir de distintos agentes e possivelmente havendo recobrimento entre elas. Isso exige novas investigações sobre as regionalizações postas e o pensamento do próprio ato de regionalizar. E isso não significa analisar apenas o processo de regionalização orientado pelo poder público, muitas vezes vertical e arbitrário, mas também aqueles paralelos aos impostos pelo Estado, construídos horizontalmente, idealizados por intelectuais e sociedade em geral.

Na concepção de Haesbaert (2010, p.24), “pensar em região, assim, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização – seja focalizando-os como

simples procedimento metodológico ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja como dinâmicas efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais”. Conforme Talaska (2011, p.208)

De modo geral, o termo regionalização pode ser interpretado através da formação e transformação de regiões, sendo um processo contínuo, onde as características de determinada área assumem certa particularidade e identidade. Pode também, ser interpretado como sinônimo à noção de diferenciação espacial, estabelecendo limites entre áreas e tendo finalidades específicas, em diferentes escalas geográficas.

Não obstante, o significado de regionalização não se refere somente ao sinônimo de diferenciação de áreas em determinado território. Para muitos teóricos, a exemplo de Pereira (2000), a regionalização é também entendida como o processo de formação de regiões, que permite conceber à determinada região uma identidade particular. Para Talaska (2011, p. 208), “a regionalização é um processo atuante na realidade, que se constitui pela fragmentação e/ou a integração de áreas”. Na opinião de Limonad (2004), os mecanismos e formas de regionalização possibilitam a construção de inúmeras regionalizações num mesmo território, atendendo usualmente concepções e interesses distintos.

Pontos de comum acordo na abordagem conceitual tida sobre regionalização é que região é tanto uma realidade quanto uma criação intelectual, ao mesmo tempo vivida e compreendida de modo diferente por diferentes grupos sociais (GOMES, 1995; CORRÊA, 1997), e regionalização é uma ferramenta geográfica muito útil para a geração de novos conhecimentos, que, por sua vez, podem originar numerosas aplicações práticas. É oportuno lembrar que a discussão da importância ou da existência da região, nos dias atuais, é enriquecedora e responsável por uma “geografia regional renovada” e, conseqüentemente, por um debate epistemológico da ciência geográfica como um todo (HAESBAERT, 1999).

O resultado do processo de regionalização depende, sobretudo, dos métodos, critérios e características levados em consideração na sua construção, juntamente com as transformações ocorridas no tempo e no espaço. Seja qual for a metodologia escolhida para se analisar o processo de regionalização e os espaços regionais resultantes, o importante é considerar que essa investigação facilita o conhecimento do território, pois “na formação, identificação e delimitação de regiões ressaltam-se características essenciais marcantes que diferem e aproximam

espaços, sintetizando elementos e fenômenos através da representação da realidade espacial” (TALASKA, 2011, p. 209).

Adveio dessas análises nosso interesse em investigar os processos de regionalização no Oeste Baiano, a partir do vetor da difusão do agronegócio. Dentro da lógica de monopolização do território, com apoio deliberado do Estado, as redes agroindustriais têm se estabelecido nos lugares e produzido uma reestruturação produtiva condizente com seus interesses capitalistas, atingindo tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor. Esses impactos recorrentes no campo, com desdobramentos sobre os espaços urbanos próximos às áreas de modernização agrícola, promovem a formação ou consolidação de regiões especializadas e organizadas para atenderem a essa nova lógica do agronegócio (ELIAS, 2013), tendo em vista que “as regiões encarnam especializações territoriais produtivas” (M. L. SILVEIRA, 2010, p. 79).

O Oeste Baiano apresenta, de fato, um conjunto de variáveis ambientais, culturais, sociais, econômicas e políticas que, combinadas, lhe conferem, em cada momento histórico, uma identidade geográfica. E essa identidade é produto do processo histórico de formação e organização regional, mas com uma nova variável acrescida, principalmente a partir dos anos de 1980, qual seja a da difusão do agronegócio na região. Nos próximos capítulos, portanto, apresentaremos como o Oeste Baiano se formou e como foi incorporado pelo agronegócio; quais os circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação que lhe animam e dão coesão através de seus fixos e fluxos; os principais agentes econômicos e suas ações na região; a reestruturação urbano-regional proveniente da difusão do agronegócio e as desigualdades socioespaciais mais evidenciadas na região.

3 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO OESTE BAIANO E INSERÇÃO DO AGRONEGÓCIO

Neste capítulo contextualizamos o processo de formação do Oeste Baiano; discutimos a reestruturação produtiva da agropecuária que se processou nessa região a partir dos anos de 1980; descrevemos as características da produção das principais *commodities* cultivadas; e apontamos a logística como vetor de desenvolvimento do agronegócio na região.

Para tanto, no primeiro item apresentamos o processo geral de ocupação das áreas dos Cerrados, sob o ponto de vista da agricultura, correspondentes aos estados da Bahia, do Maranhão, do Piauí e de Tocantins, formando a denominada Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras (RPA de Barreiras). Somente a partir do entendimento do que é essa região maior, a qual contém o próprio Oeste Baiano, que será possível compreender como este se tornou um dos *pontos luminosos* (SANTOS, 1996ab) do espaço agrário do Nordeste (ELIAS, 2006abcde).

No segundo item detemo-nos a explicar, mais especificamente, o processo histórico de formação do Oeste Baiano, preteritamente chamado de *Além São Francisco*. Expomos uma síntese das transformações que aí se processaram desde a colonização até os anos de 1980. Focamos mais nessa última década por ser o período em que os processos migratórios e o desenvolvimento da cultura da soja redefiniram os contornos e usos dessa região, marcando uma ruptura decisiva no *Além São Francisco*, passando a fazer uso da nomenclatura “Oeste Baiano”, enquanto região administrativa, evidenciando o aumento da presença do Estado.

No terceiro item, caracterizamos a produção de alguns dos principais produtos agropecuários do Oeste Baiano, destacando as *commodities* agrícolas – soja, algodão, milho e café –, mas também outras culturas que caminham na esteira do agronegócio. Apontamos dados de produção e os agentes fundamentais envolvidos.

No quarto item abordamos a logística como elemento de fundamental importância para o agronegócio na região, por fornecer os recursos necessários às atividades de movimentação e armazenagem que facilitam o fluxo de produtos desde o ponto de aquisição da matéria-prima até o ponto de consumo final da *commodity* agrícola, assim como dos fluxos de informações que colocam os

produtos em movimento. Dada a complexidade da logística, selecionamos os processos de armazenagem e transporte para o enfoque.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DA REGIÃO PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO DE BARREIRAS

Quando se sobrevoa o Oeste Baiano, é possível avistar longas extensões de fazendas em meio a pouca vegetação nativa formando um verdadeiro jogo geométrico, alternando entre quadriláteros e círculos concêntricos gerados pela produção mecanizada de grãos. Em alguns momentos essa paisagem tem sua monotonia quebrada por cidades que se articulam compondo a rede urbano-regional e interagindo, direta e indiretamente, com o agronegócio.

Figura 3 – Vista aérea de plantações de soja (quadriláteros) e café (círculos) no Oeste Baiano, evidenciando as formas geométricas das lavouras



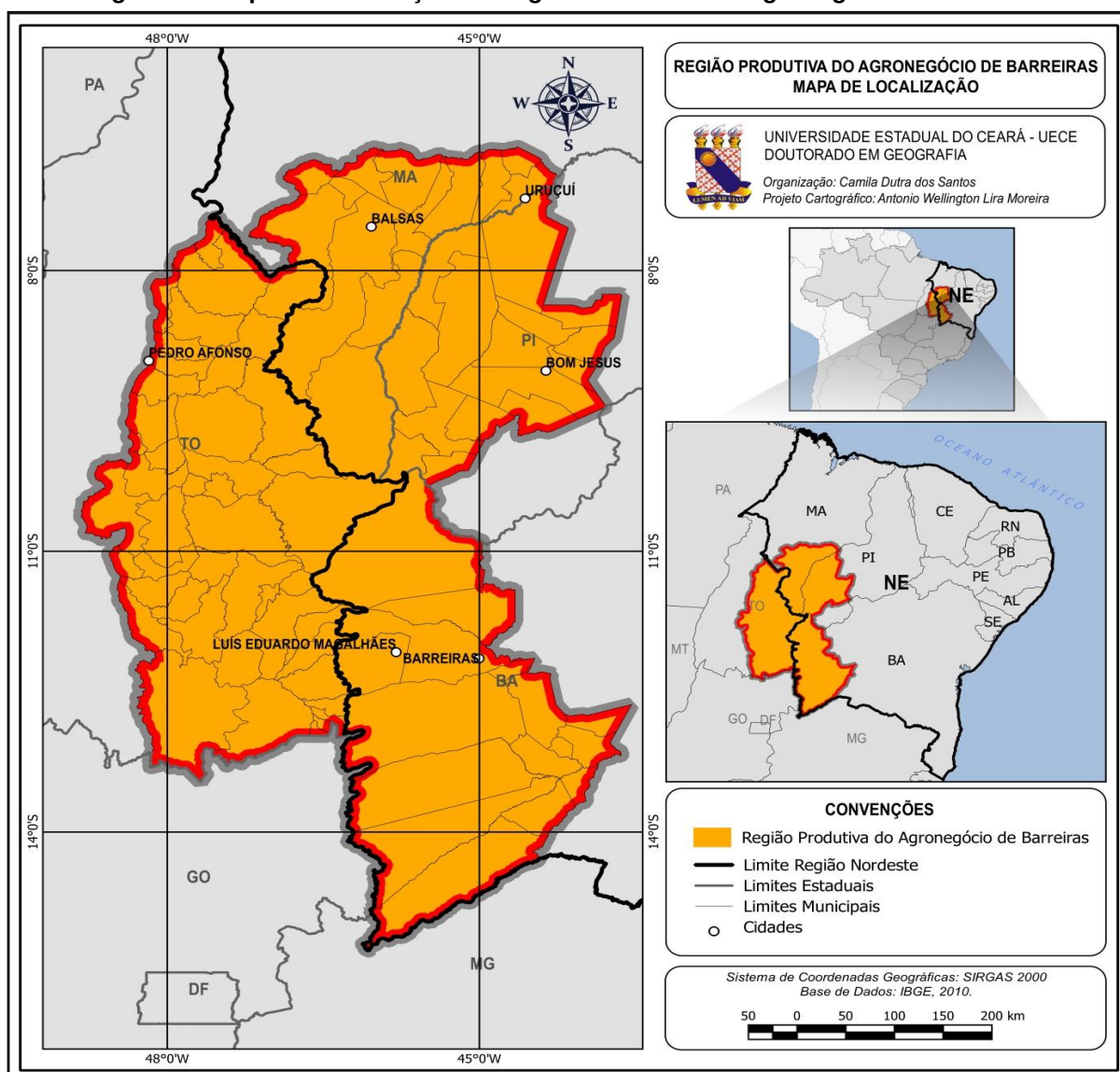
Fonte: AIBA, 2014¹

Esse cenário, criado e orientado sob os auspícios da modernização agrícola, se estende e se repete nas áreas de cerrados do Sul do Maranhão, Sul do Piauí e partes do Tocantins, formando aquela que é conhecida, principalmente pelos agentes hegemônicos do agronegócio, como a "última fronteira agrícola" do país. Baseado nos pressupostos teórico-metodológicos de Elias (2003ab, 2006abcd, 2007ab, 2008, 2011, 2013), esse conjunto de áreas pode ser denominada de Região

¹Disponível em www.aiba.org.br. Acesso em: 24 ago. 2014

Produtiva do Agronegócio de Barreiras (RPA de Barreiras) por sua polarização a partir dessa cidade baiana, e seu recorte espacial pode ser visualizado na figura 4.

Figura 4 – Mapa de localização da Região Produtiva do Agronegócio de Barreiras



Fonte: Base de dados: IBGE, 2010. Organização de Camila Dutra. Projeto Cartográfico de Wellington Lira Moreira, 2015.

A produção moderna de grãos, responsável em grande parte pela ocupação contemporânea dessas áreas, difundiu-se pioneiramente no Oeste Baiano no início dos anos de 1980. Somente mais tarde, nos anos de 1990, esse processo atingiu o Maranhão e o Piauí e, mais recentemente, no início dos anos 2000, adentrou de forma significativa no Tocantins.

A formação da RPA de Barreiras ilustra a complexidade dos processos atuais de regionalização no Brasil. Uma análise mais aprofundada do mapa do Brasil

sugere regiões que a divisão político-administrativa original não alcança. A RPA de Barreiras se configura como uma região especializada e corporativa, onde é possível identificarmos algumas cidades que, como fala Elias (2006 abcde, 2012), as funções inerentes ao agronegócio são hegemônicas sobre os demais papéis que elas exercem, e onde se realiza parte importante das condições gerais para a reprodução ampliada do capital. Em síntese, cidades que a autora chama de *cidades do agronegócio*.

Para compreendermos o que é a RPA de Barreiras, faz-se necessário primeiramente entender a sua situação geográfica em ambiente de Cerrado, sob o ponto de vista ambiental. Sobretudo porque as características fisiogeográficas desse bioma² limitaram, em alguns aspectos, e contribuíram, em outros, para o apoderamento dessa região, bem como para a difusão do agronegócio.

O Cerrado brasileiro estende-se por uma área em torno de 204 milhões de hectares, localizada na parte central do País. Esse bioma cobre parte ou a totalidade dos estados da Bahia, do Maranhão, do Distrito Federal, de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Tocantins e Rondônia, assim como pequenas áreas dos estados de Roraima, Amapá e São Paulo.

Figura 5 – Vegetação de Cerrado no Oeste Baiano, Luís Eduardo Magalhães/ BA



Fonte: Camila Dutra, 2014.

Devido à proximidade da linha do Equador, as médias pluviométricas dessa área são bastante elevadas, variando de 900 mm a 1800 mm/ano, com chuvas concentradas de setembro a abril, havendo uma variação de sul para norte

²A caracterização ambiental do Cerrado, representada aqui, foi retirada de <<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>>. Acesso em: 27 out. 2015.

em relação aos meses mais chuvosos, e temperatura média anual variando entre 22°C e 27°C.

O solo predominante do Cerrado é o latossolo, que cobre 43% da área total. Os solos são pobres em matéria orgânica, nutrientes químicos e contêm alto grau de acidez, características suplantadas pela modernização agrícola. Devido a suas características topográficas, onde predominam terras de chapadas também denominadas de “Gerais”, o Cerrado é quase inteiramente mecanizável, o que permite uma agricultura intensiva em larga escala. Na RPA de Barreiras, essa superfície estende-se da depressão do São Francisco aos Gerais característicos do Brasil.

Conforme se avança para a direção oeste, as latitudes elevam-se e a aridez ameniza-se, variando de uma Caatinga muito característica e esparsa para um Cerrado ralo transformando-se em um Cerrado denso. Caracteriza-se por sua vegetação de árvores de médio porte a arbustos, muitas vezes retorcidos, sendo encontrados tanto agrupados como isoladamente.

Percorrendo-se a região da calha do São Francisco em direção ao oeste até os chapadões confrontantes com Goiás, as altitudes variam progressivamente de 200 a 1000m. Já em direção ao norte, o relevo eleva-se até atingir mais de 700m, na Chapada das Mangabeiras, onde está localizada a região de Balsas. As duas principais bacias hidrográficas que cortam os Cerrados nordestinos são a do Rio São Francisco e a do Rio Parnaíba

Figura 6 – Relevo tabuliforme. Chapadão do São Francisco, Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2014.

O Oeste Baiano encontra-se em quase sua totalidade sobre o Chapadão Ocidental do São Francisco, com as maiores altitudes chegando a 800m. Isto favorece o regime de chuvas, que por sua vez é responsável pelo bom sistema de drenagem da região, sendo os principais afluentes e subafluentes do Rio São Francisco: o Rio Preto, o Rio Grande, o Rio Corrente, o Rio Correntina e o Rio Formoso.

No que diz respeito às condições climáticas, a maior parte da RPA de Barreiras está inserida nos climas Úmido e Úmido a Subúmido, sendo que este último influencia diretamente a faixa territorial ao extremo oeste da Bahia, com pluviometrias que vão de 1.100mm a 1.800mm anuais, justamente na área onde se concentra a maior parte das lavouras de grãos do estado. Em relação à vegetação, na região predomina o Cerrado, contemplando praticamente a mesma faixa de incidência dos climas Úmido e Úmido a Subúmido.

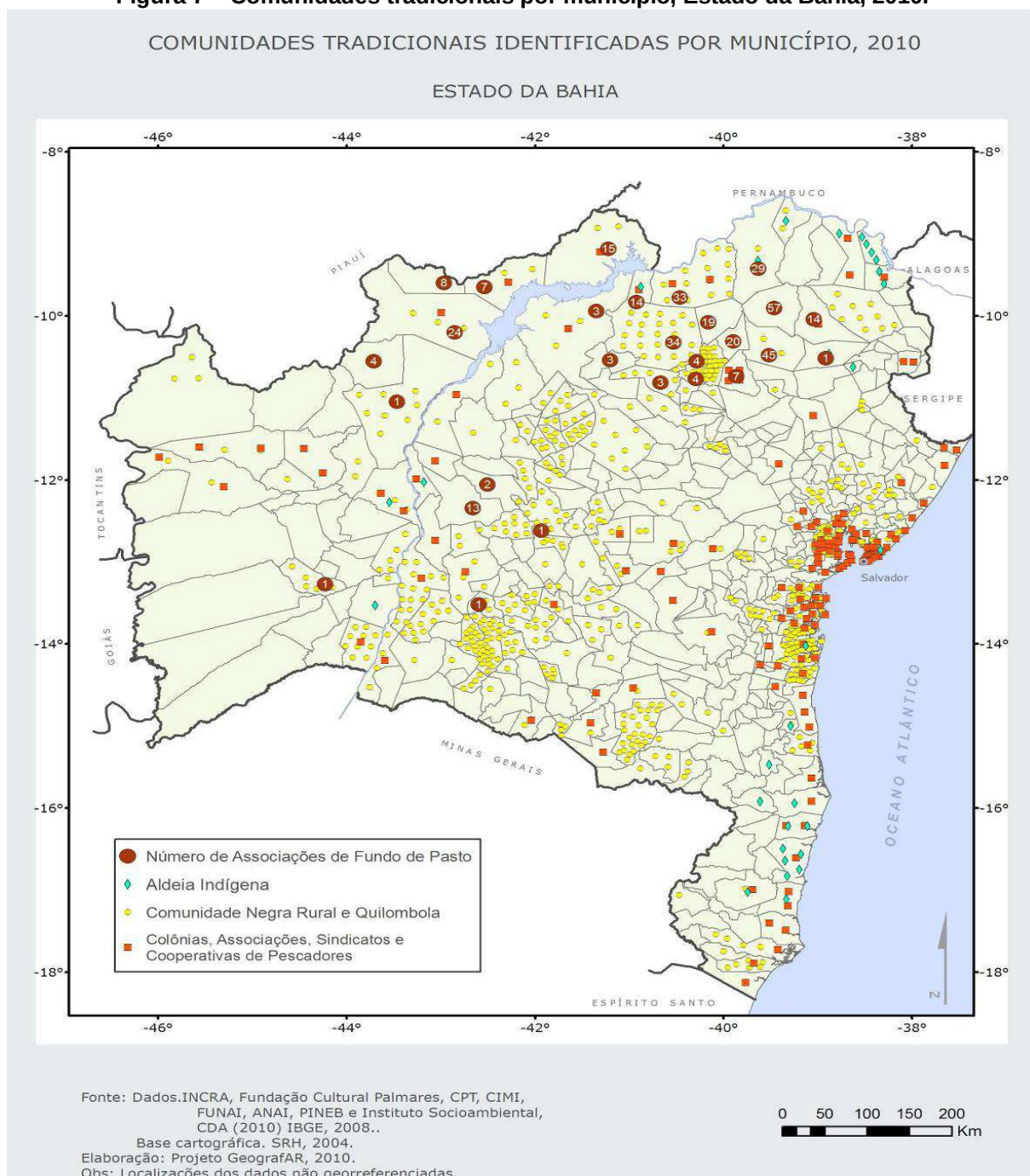
A ocupação da RPA de Barreiras seguiu processo semelhante ao ocorrido no bioma Cerrado como um todo. As populações mais antigas são indígenas: Xavantes, Tapuias, Karajás, Avá-Canoeiros, Krahôns, Xerentes, Xacriabás e muitos outros que foram dizimados antes mesmo de serem conhecidos. Muitos já eram nômades e exploravam o Cerrado através da caça e da coleta. Alguns já praticavam a agricultura de coivara, ou uma agricultura itinerante, de corte e queima e posterior pousio. Com o passar do tempo, aos indígenas foram se somando outros grupos: quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, ribeirinhos, quebradeiras de coco, agricultores familiares, etc. – que convivem nesse bioma há várias gerações, praticando agricultura de subsistência e extrativismo vegetal.

Por muito tempo, esses povos tradicionais viveram isolados no Cerrado, porém o Estado brasileiro atento ao alto potencial de desenvolvimento dessas áreas iniciou, a partir da segunda metade de 1970, o processo de ocupação do Cerrado brasileiro, direcionando o desenvolvimento para o interior do país e criando uma nova fronteira agrícola³. Atualmente alguns grupos, predominantemente comunidades rurais quilombolas, ainda são remanescentes de um processo de resistências e lutas, e estão localizados principalmente nos municípios de Barreiras,

³“A pecuária extensiva era uma atividade econômica predominante dos Cerrados. A partir da década de 70 muda-se completamente de concepção, e essas terras se transformaram nas preferidas para a expansão da fronteira agrícola, tornando-se celeiro de produção agrícola nacional”. (MIZUMOTO, CRUZ e OGURA, 2009a, p.25).

Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Formosa do Rio Preto e Baianópolis (figura 9).

Figura 7 – Comunidades tradicionais por município, Estado da Bahia, 2010.



Fonte: Projeto GeografAR, 2010.⁴

As novas condições infraestruturais ofertadas pelo Estado permitiram maior circulação de mercadorias e informações, atraindo, assim, população e empresas para esses rincões do país, hoje conectados ao sistema global. Esse

⁴Disponível em: <<http://www.geografar.ufba.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

processo se iniciou nas regiões do Triângulo Mineiro e Sul de Goiás, ampliando-se posteriormente até a zona de pecuária do Mato Grosso do Sul. A parte setentrional dos Cerrados – situada na região Nordeste – foi atingida por esse processo somente a partir da construção de Brasília e da abertura das rodovias BR-153 (Belém-Brasília), BR-020/BR-242 (Brasília-Salvador) e BR-020/BR-135 (Picos-Barreiras-Brasília).

Pela capacidade de suprimento de matérias-primas e pela oportunidade de estruturação de novos segmentos econômicos, o Cerrado atraiu muitas empresas multinacionais do *agribusiness*, principalmente de agroindústria e empresas do setor de alimentação. Corredores de escoamento também foram construídos num ritmo acelerado, com investimentos em rodovias, ferrovias, navegabilidade dos rios e principalmente na reestruturação dos portos otimizando o comércio exterior (MIZUMOTO, CRUZ e OGURA, 2009b, p.146).

Segundo Haesbaert (1995), a partir da década de 1970 intensifica-se um processo da mobilidade de sulistas e de capital oriundos de cooperativas agrícolas dos estados do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), que, impulsionados pelos programas desenvolvimentistas do Estado e pela grande “oferta” de terras, “invadem” o interior do Brasil para a expansão da fronteira agrícola. Uma parte importante desse contingente chegou, no final dos anos de 1970, à região que hoje denominamos RPA de Barreiras. O Estado se encarregou de financiar os novos produtores imprimindo outra velocidade de produção, surgindo daí um novo grupo de empresários que posteriormente assumiu o comando do processo produtivo agrícola dos Cerrados⁵.

No início dos anos de 1980, as vastas áreas de terras aparentemente “desocupadas” dos Cerrados nordestinos já eram adquiridas por agricultores e grupos empresariais, com o amparo de políticas de crédito e de incentivos fiscais do Estado. O Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco de Desenvolvimento da Bahia (DESENBANCO) foram cruciais nessa fase. O processo começou pelo Oeste Baiano com a introdução do cultivo da soja e uma série de perímetros irrigados e projetos agroindustriais. Nos anos de 1990, o mesmo movimento se repetiu no Sul do Maranhão e do Piauí e, no final dessa década e anos 2000, atingiu, efetivamente, o Centro-Leste do Tocantins.

⁵Vale salientar que alguns desses pequenos produtores que chegaram à região, há mais de 30 anos, são os atuais grandes empresários do agronegócio na RPA de Barreiras, pois os subsídios do Governo, as terras baratas compradas, mas de boa qualidade, os projetos técnicos implantados na região, dentre outras vantagens, fizeram com que essas pessoas hoje representassem parte de vários exemplos de agricultores bem-sucedidos que encontramos, por exemplo, em Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e demais cidades da região.

No Atlas da Questão Agrária de Girardi (2008), fica evidenciado que as microrregiões com crescimento mais intenso da área plantada de soja, a partir dos anos 2000, estão localizadas exatamente ao norte da região consolidada da fronteira agropecuária (Sul e Centro-Oeste). Dentre essas principais microrregiões, encontram-se aquelas que fazem parte da RPA de Barreiras⁶: Alto Parnaíba Piauiense - PI (4 municípios, incluindo Uruçuí) e Alto Médio Gurguéia – PI (11 municípios, incluindo Bom Jesus); Gerais de Balsas – MA (5 municípios, incluindo Balsas); Chapadas das Mangabeiras – MA (8 municípios); Barreiras – BA (7 municípios, incluindo Barreiras e Luís Eduardo Magalhães); Santa Maria da Vitória – BA (9 municípios); Rio Formoso – TO (13 municípios); Porto Nacional – TO; Jalapão – TO (15 municípios); Dianópolis – TO (15 municípios). A partir dos dados da Tabela 5, calculamos que a microrregião de Barreiras, situada no Oeste Baiano, aumentou sua produção em mais de 2,7 milhões de toneladas e sua área plantada em mais de 561 mil hectares, entre 1990 e 2010, representando quase metade da produção e área plantada de soja no Nordeste em 2010.

Tabela 5 – Evolução da produção de soja nas microrregiões da RPA de Barreiras, 1990-2010

Brasil, Grande Região e Microrregião Geográfica	Lavoura temporária = Soja (em grão)							
	Variável X Ano							
	Área plantada (Hectares)				Quantidade produzida (Toneladas)			
	1990	2000	2005	2010	1990	2000	2005	2010
Brasil	11.584.734	13.693.677	23.426.756	23.339.094	19.897.804	32.820.826	51.182.074	68.756.343
Nordeste	376.889	847.076	1.441.161	1.857.118	225.502	2.063.859	3.959.940	5.307.202
Rio Formoso - TO	10.580	13.325	36.490	31.350	18.420	33.768	85.986	92.820
Porto Nacional - TO	1.700	26.560	89.950	79.375	1.760	66.562	232.077	224.585
Jalapão - TO	2.000	7.000	92.750	105.500	3.000	18.900	238.417	292.650
Dianópolis - TO	-	7.253	40.820	43.790	-	15.835	105.120	122.234
Gerais de Balsas - MA	10.900	126.370	238.552	291.505	3.003	319.688	642.103	814.585
Chapadas das Mangabeiras - MA	4.200	46.762	101.946	128.703	1.134	120.327	274.860	348.857
Alto Parnaíba Piauiense - PI	1.560	32.004	132.524	228.891	906	80.996	367.788	605.035
Alto Médio Gurguéia - PI	-	4.980	50.883	93.767	-	12.796	151.326	205.612
Barreiras - BA	285.000	551.669	721.800	849.530	177.652	1.324.066	1.992.168	2.599.562
Santa Maria da Vitória - BA	75.000	76.687	145.000	165.420	42.750	184.049	400.200	505.777

Fonte: Produção Agrícola Municipal /IBGE (2010). Organização: Camila Dutra

Através de uma rede de atividades e de serviços modernos, o agronegócio expande-se territorialmente interligando vários municípios do Norte-Nordeste com intensa atração de capital e de força de trabalho. A partir da década

⁶É preciso destacar que não há uma relação automática entre todos os municípios de cada microrregião e a RPA de Barreiras, isto é, nem todos compõem diretamente essa região, pois o nível de densidade de objetos e informações que permitem a realização do agronegócio é diferente entre eles. No entanto, mesmo que indiretamente, esses lugares corroboram com os processos regionalizadores promovidos pela difusão do agronegócio, seja fornecendo mão de obra e/ou sendo espaço de circulação de pessoas, mercadorias e informações associadas às dinâmicas do agronegócio.

de 1980, passa a existir um intenso fluxo direcionado à RPA de Barreiras de famílias e empresas associadas ao agronegócio de diferentes procedências do Brasil, bem como a instalação de complexos empresariais nacionais e estrangeiros. O agronegócio tornou-se, portanto, a principal atividade econômica em que se ampara maior parte da dinâmica socioespacial da RPA de Barreiras, a despeito da diversidade de nós que interliga esse quadrante do país, onde está circunscrito o Oeste Baiano.

As “redes agroindustriais” (MAZZALI, 2000; R. SILVEIRA, 2005; ELIAS, 2006ab) que aí se desenvolveram são controladas principalmente por agentes hegemônicos que participam dos “circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação” (SANTOS, 2006) da soja e de outras *commodities*. A nosso ver, um dos critérios definidores da RPA de Barreiras é, exatamente, a presença de um sistema de objetos associados à rede agroindustrial moderna, como: fazendas, agroindústrias, armazéns, silos, revendas de máquinas e insumos agrícolas, fixos associados ao transporte, etc. Ao mesmo tempo, essa rede possui um caráter de fluidez.

Empresas do agronegócio se multiplicam e se dispersam na RPA de Barreiras com grande rapidez, como resultado da busca de apropriação das vantagens de localização de matéria-prima, de redução de custos (baixo valor da força de trabalho e das terras) e dos incentivos fiscais. As empresas maiores montam uma operação completa, chegando com esquema pronto: máquinas, mão de obra treinada, oficina mecânica, residências, telefonia e todo o resto. A ligação entre as unidades da mesma empresa, seja com a sua sede, localizada geralmente no espaço urbano, seja com os outros fixos, ocorre usualmente tanto pelas estradas – na logística de transporte da produção, de derivados e de insumos; seja por meio dos cabos de fibras ópticas – como através de troca de informações por internet, telefone, rádio, etc.

O que mais chama atenção é o perfil dessas redes. Trata-se de grandes empresas controladas por fundos estrangeiros ou por empresários nacionais ligados a outros ramos da economia que exploram um modelo de produção que combina economia de escala, gestão profissional e acesso aos mercados de capitais e não deixa espaço para pequenos produtores. A produção de *commodities* agrícolas exige investimento maciço nos insumos modernos para a produção, tais como

maquinário e equipamentos agrícolas, fertilizantes, corretivos e defensivos agrícolas, custo alto que o pequeno produtor, quase sempre, não pode pagar.

De acordo com um levantamento do *Valor Econômico*, em matéria do dia 01/04/2013⁷, um número reduzido de dez companhias controla (por meio de aquisições e arrendamentos) uma área agricultável superior a um milhão de hectares nos Cerrados nordestinos. Entre elas estão: a SLC Agrícola – que tem quase 250 mil hectares entre fazendas próprias e arrendadas no Piauí, no Maranhão e na Bahia, sendo que a região responde por pouco mais da metade da área plantada pelo grupo em todo o país; a Vanguarda Agro e a Brasil Agro – que negociam ações na BM&FBovespa; a Insolo – maior grupo de produção agrícola no estado do Piauí, com mais de 65 mil ha cultivados na safra de 2013/2014) –; a Agrinvest - com mais de 90 mil hectares de terras próprias ou arrendadas entre Piauí e Maranhão; o Grupo Horita – predominante no Oeste Baiano –; a Ceagro - controlada pelo grupo argentino Los Grobo –; a Tiba Agro; a Agrifirma, que controla quase 70 mil hectares de terra agricultável na Bahia e a Agrícola Xingu⁸.

Esses grupos dominam a expansão do agronegócio na RPA de Barreiras. O Sul do Maranhão, por exemplo, é ocupado hoje, basicamente, por companhias como SLC, Agrinvest, Weisul e Ceagro. As unidades da Bunge, Cargill e Algar, na RPA de Barreiras, reúnem 5% da capacidade total de esmagamento do país. Ao mesmo tempo o agronegócio já representa 30% do Produto Interno Bruto (PIB) dos estados da região, na qual as *tradings* Bunge e Cargill possuem unidades nas cidades de Luís Eduardo Magalhães (BA), Barreiras (BA), Uruçuí (PI) e Pedro Afonso (TO).

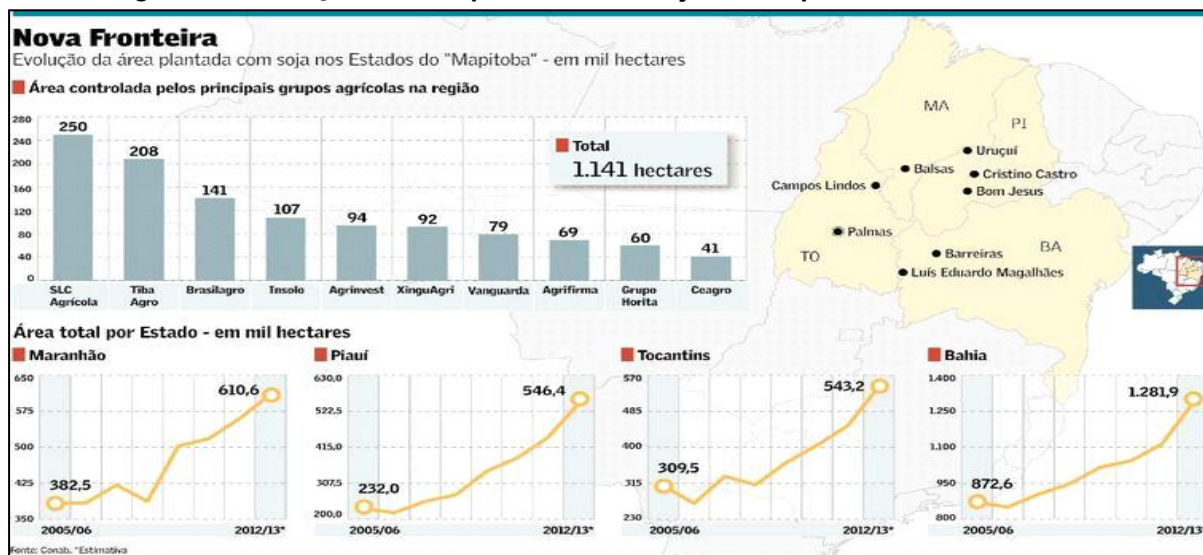
A Figura 8 ilustra o domínio desses grupos na região e a evolução da área plantada com soja. A partir desses dados, podemos observar que em 2005 a soja ocupou quase 400 mil hectares na região. Hoje, essa cultura cobre aproximadamente 3,0 milhões de hectares e é responsável pela produção de cerca de 10% da soja brasileira, fora as lavouras de milho e de algodão. Esse crescimento aconteceu a partir do ciclo 2005/06 - não à toa, quando os preços internacionais da

⁷ Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3067284/megaprodutores-consolidam-ultima-fronteira#>>. Acesso em 23 ago. 2014.

⁸ Esta empresa é uma subsidiária da Multigrain S/A que, por sua vez, é de propriedade da japonesa Mitsui, da estadunidense CHS Inc. e da brasileira PMG Trading S/A. O conglomerado afirma estar entre as maiores processadoras de algodão do mundo. Fonte: <<http://www.multigrain.com.br>>. Acesso em: 30 out. 2015.

commodity iniciaram sua escalada⁹. Através dos gráficos, vemos que em menos de uma década (2005-2013) a área ocupada com soja aumentou 235% no Piauí, 175% no Tocantins, 159% no Maranhão e 146% na Bahia.

Figura 8 – Evolução da área plantada com soja no “Mapitoba” – em mil hectares



Fonte: Valor Econômico¹⁰

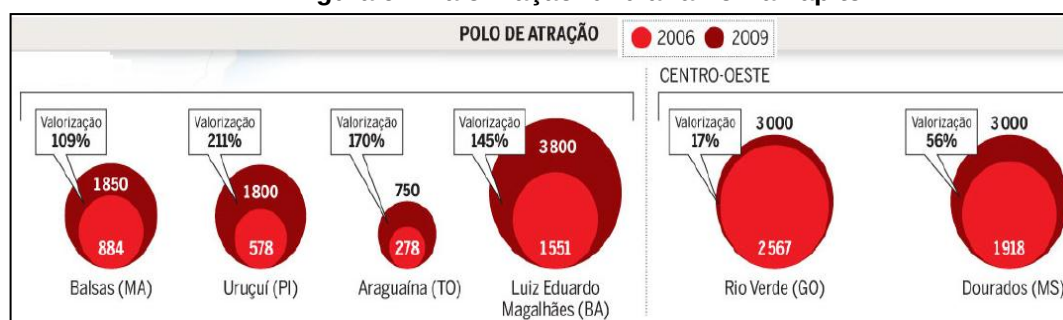
Apesar de a Bahia representar mais de 30% do total de áreas plantadas com soja na RPA de Barreiras, o crescimento de sua área plantada foi o menor no período analisado, principalmente em razão do interesse dos produtores por novas áreas, mais baratas e também mais produtivas no Maranhão, no Piauí e em Tocantins¹¹. Na Figura 9, vemos que o desempenho agrícola da RPA de Barreiras tem atraído o interesse dos investidores, fazendo com que áreas de Cerrado dessa região se valorizem acima de outras no País. Essa figura traz em destaque Luís Eduardo Magalhães, cujo hectare aumentou 145% entre os anos de 2006 e 2009, superando, em valorização fundiária, os municípios de Rio Verde (GO) e Dourados (MS), importantes produtores de soja e milho no Brasil (Produção Agrícola Municipal/IBGE, 2010).

⁹ Essa valorização do preço do grão foi estimulada pela soma de dois fatores: sucessivas quebras na safra do produto nos EUA e o aumento explosivo do consumo na China.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3067284/megaprodutores-consolidam-ultima-fronteira#>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

¹¹ No ano de 2013, as terras agricultáveis do Oeste Baiano estavam valorizadas acima dos patamares do mercado imobiliário nacional por dois motivos: o primeiro, atribuído ao fato de parte dos ex-pecuaristas terem vendido suas terras para o avanço dos grãos, e o segundo, decorrente do assédio de fundos de investimentos, inclusive com capital estrangeiro, que engrossam a demanda por grandes áreas para a produção tanto de grãos quanto de carnes. No Oeste Baiano, as terras custavam, nesse ano, no máximo R\$ 20 mil o hectare, já no Piauí, as propriedades mais caras são vendidas a R\$ 12 mil o hectare. (TERRAS Agrícolas. Revista *Agronews Oeste*. Luís Eduardo Magalhães-BA, ano 9, n. 34, set. 2013).

Figura 9 – Valorização fundiária no Bapapito



Fonte: Mapitoba - O sertão agora é assim, *Revista Exame*, 11/07/2009¹²

Sendo assim, no Oeste Baiano, mesmo intensificando-se a diversificação de outras culturas como o milho, algodão e café, não ocorreram nos últimos anos significativas incorporações de novas áreas, mas sim o uso intensivo daquelas já anexadas desde o início da expansão da fronteira. Isto é, o que cresceu foi o volume de produção e não necessariamente a área plantada, demonstrando um processo de consolidação da fronteira agrícola nessa região. Contudo a redução no ritmo de apropriação de novas áreas de cultivo não alterou a condição da produção de soja, com base nas grandes propriedades produzindo em larga escala, e, com isso, levando à retração dos minifúndios, inadequados para o seu cultivo moderno e a abertura e ocupação de novas áreas nos demais subespaços da RPA de Barreiras: Sul do Maranhão, Sul do Piauí e Centro-Leste do Tocantins.

É preciso fazer um destaque, o de que nem todos os municípios que compõem a RPA de Barreiras são produtores importantes de grãos. Grande parte deles nem possuem plantações ou essas são em pequena escala, porém ainda assim integram a região por promoverem, de alguma forma, o agronegócio, seja fornecendo serviços e produtos que tenham alguma ligação com a agricultura moderna; sediando alguma agroindústria ou silos de armazenagem de grãos; abrigando a moradia dos empresários agrícolas; ou mesmo fornecendo mão de obra. Há, portanto, toda sorte de fluxos entre pessoas, mercadorias, ordens, informações dentro dessa região que evidenciam sua coesão interna. Embora essa fluidez não esteja relacionada apenas à produção agrícola, mas também à oferta de educação, saúde, lazer, comércio em geral, serviços bancários e cartoriais, migração pendular, etc., o agronegócio é a atividade econômica preponderante na região.

¹²Disponível em: <<http://www.gvces.com.br/index.php?r=noticias>>. Acesso em: 20 ago. 2014

A economia urbana das cidades que fazem parte da RPA de Barreiras, em muitos aspectos, se associa diretamente à difusão do agronegócio na região. O “consumo produtivo agrícola” (SANTOS, 2006; ELIAS; PEQUENO, 2010; SANTOS, 2010) atua como um fator de integração regional, uma vez que as cidades que se destacam no comércio e prestação de serviços, voltados às demandas do agronegócio, servem de referência à dinâmica econômica regional. A cidade de Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, é um importante polo de recepção de fluxos relacionados à venda de ferramentas, insumos, maquinários e serviços especializados para a produção agrícola. Outros centros, em menor proporção, são Balsas (MA), Uruçuí (PI), Bom Jesus (PI) e Pedro Afonso (TO), que também atuam nesse tipo de comércio.

A mobilidade do capital e do trabalho é bastante expressiva na RPA de Barreiras. É comum, por exemplo, os empresários agrícolas venderem suas propriedades no Oeste Baiano, onde as terras obtiveram alta valorização e a concorrência se ampliou e, com o dinheiro da negociação, comprarem duas, três ou até quatro vezes mais terras em outros espaços do Maranhão, do Piauí ou de Tocantins, onde os valores ainda não estejam tão altos¹³. Do mesmo modo, lojas de insumos abrem frequentemente novas filiais em outros municípios da região, ou se as coisas não vão bem em uma localidade específica fecham suas unidades e reabrem em outros lugares mais rentáveis do espaço urbano-regional. Trabalhadores migram para onde existem postos de trabalhos (geralmente temporários). Esses andam de fazenda em fazenda, de cidade em cidade em busca de melhores condições de vidas, que muitas vezes não encontram, mas continuam o movimento migratório inter e extrarregional.

O Extremo Oeste Baiano, classificação do IBGE¹⁴ que mais se aproxima do nosso objeto de estudo, trata-se de uma das 7 mesorregiões da Bahia composta pelas três microrregiões: Barreiras (7 municípios), Cotegipe (8 municípios) e Santa Maria da Vitória (9 municípios). Nossa investigação centrou-se nos municípios que

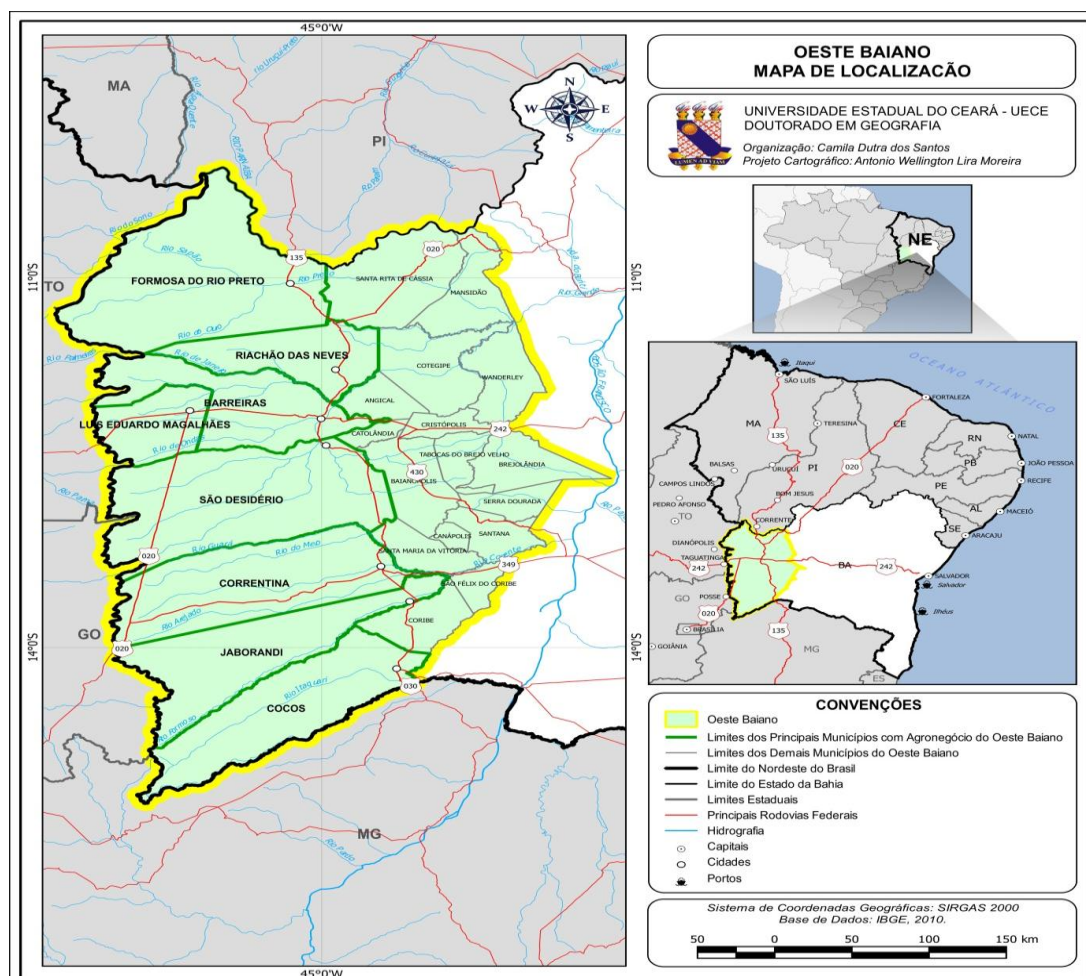
¹³É comum anúncios da venda de terras na RPA de Barreiras. Um panfleto de uma empresa imobiliária, por exemplo, destaca “Invista na nova fronteira agrícola: o Tocantins. Preços convidativos, temos mais de 80 fazendas à venda” e ainda complementa “Somos especialistas em terras no Tocantins, a nova fronteira agrícola!” (Encarte publicitário da CCV Empreendimentos Imobiliários).

¹⁴Ao longo deste trabalho, a expressão “Oeste Baiano” será a mais recorrente por entendermos que não é somente uma questão de localização, isto é, não se trata unicamente de fazer referência ao que está do lado oeste da Bahia (além do Rio São Francisco), mas de uma região formada por contornos dados principalmente pelo processo de difusão do agronegócio.

estão diretamente associados à difusão do agronegócio de soja, quais sejam: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Correntina, Cocos, Jaborandi, Baianópolis, Serra do Ramalho, Riachão das Neves e Santana.

A região Oeste Baiano investigada trata-se de um subespaço da RPA de Barreiras e compõe-se dos municípios acima citados, o que não impede a compreensão dos processos na interação das diferentes escalas. Consideramos que nesse recorte espacial selecionado está presente uma densidade de fixos e fluxos que atendem às redes agroindustriais presentes na RPA de Barreiras, funcionando como uma espécie de “núcleo de comando”, ou “área core”, para a difusão do agronegócio, na região maior. Isto reforça a nossa escolha por pesquisar essa porção da RPA de Barreiras. A figura 10 apresenta o Oeste Baiano, parcela da RPA de Barreiras e nosso recorte espacial.

Figura 10 – Mapa de localização do Oeste Baiano



Fonte: Base de dados: IBGE, 2010. Organização: Camila Dutra. Projeto Cartográfico de Wellington Lira Moreira, 2015.

No Oeste Baiano, estão instaladas plantas industriais das principais empresas esmagadoras de soja – como as multinacionais Cargill e Bunge, *tradings* comercializadoras de grãos –, além de cooperativas agrícolas e de uma variedade de empresas de comércio e de serviços que atendem ao consumo produtivo agrícola em expansão. Esse último fator justifica o Oeste Baiano ser atualmente uma área importante de recepção de fluxos de outras sub-regiões relacionados ao comércio de ferramentas, maquinarias e serviços especializados para a produção agrícola. Esse conjunto de eventos, decerto, induz uma reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano sustentada pela dinâmica do agronegócio. A seguir apresentaremos o processo de formação socioespacial dessa região.

3.2 DO ALÉM SÃO FRANCISCO AO OESTE BAIANO

A região conhecida atualmente como Oeste Baiano formou-se a partir de dinâmicas socioespaciais associadas ao Rio São Francisco, que com seus afluentes oferecia terrenos férteis em suas margens e servia de principal meio de transporte de pessoas e mercadorias¹⁵. De 1501, momento da descoberta da foz do Rio São Francisco, a 1827, quando da anexação daquelas terras à Província da Bahia, essa região era quase inabitada, com poucos espaços ocupados, o que levou Brandão (2009) a denominá-la de “um território indiferenciado dos sertões”. Para esse autor

[...] nos primeiros três séculos da presença lusitana e brasileira na região, não era possível diferenciá-la do restante do território que se estendia para além do litoral, já que, por suas características socioespaciais e geoeconômicas, o atual Oeste formava uma continuidade indiferenciada do que, à época, se convencionou chamar de sertão (BRANDÃO, 2009, p. 55).

No período entre 1827, momento em que o governo imperial brasileiro determinou a anexação da região pela Província da Bahia em detrimento de Pernambuco, e 1985, data que marcou a introdução de técnicas indutoras da modernização agrícola em tal região, essa se apresentou como “Além São Francisco”. Para Brandão (2010), a anexação da Comarca do São Francisco à Província da Bahia trouxe estabilidade político-administrativa para o atual Oeste,

¹⁵Da colonização até meados do século XX, a região teve na navegação dos rios da bacia do São Francisco a principal forma de transporte, além daquela primitiva, de tração animal, feita em carros de boi e através de burros.

além de dar contornos definitivos ao território baiano¹⁶. Porém, embora tal situação tenha inaugurado um novo quadro da realidade regional, os efeitos não foram sentidos de imediato, como indicam as palavras do autor.

A atividade pecuária extensiva, a pequena agricultura, o trânsito de minérios e o comércio tímido, porém importante para as populações locais, foram os responsáveis principais pela existência de esparsos assentamentos humanos e caminhos que funcionavam como alternativa à navegação, não sendo capazes, porém, de fundar uma vigorosa articulação reticular, como ocorrera no Recôncavo Baiano já no início da colonização portuguesa, o que pesou na manutenção de um quadro da realidade oestina que só viria sofrer transformações significativas no findar do primeiro terço do século XIX. (BRANDÃO, 2009, p. 55).

Até meados do século XX, a região apresentou uma rede urbana inexpressiva, tanto nas suas formas quanto nas suas funções, caracterizada por poucos núcleos de importância e um conjunto de pequenos vilarejos dispersos, com pouca conexão entre si. As atividades econômicas da época eram a pecuária extensiva, a lavoura de algodão arbóreo, a agricultura de subsistência, o artesanato e o extrativismo vegetal. A economia regional estava direcionada ao atendimento apenas das demandas imediatas das cidades próximas. Na opinião de Santos Filho (1989), isso se deu, primeiramente, associado ao baixo dinamismo da própria economia baiana diante do decadente comércio de Salvador e do surto cacauzeiro isolado no Sul da Bahia e, em segundo lugar, à ausência de atividades locais que superassem as dificuldades impostas pelas imensas distâncias entre essa área e os principais polos industriais do País.

O isolamento era resultante da falta de rodovias. Apenas os caminhos líquidos do “Velho Chico” e seus afluentes davam acesso à região, que do lado oeste, na fronteira com Goiás, dispunha somente de precárias estradas construídas pelos próprios habitantes para circulação dos cavalos, boiadas e tropas de burros¹⁷. Segundo Santos Filho (1989, p. 26), quando trata de Barreiras:

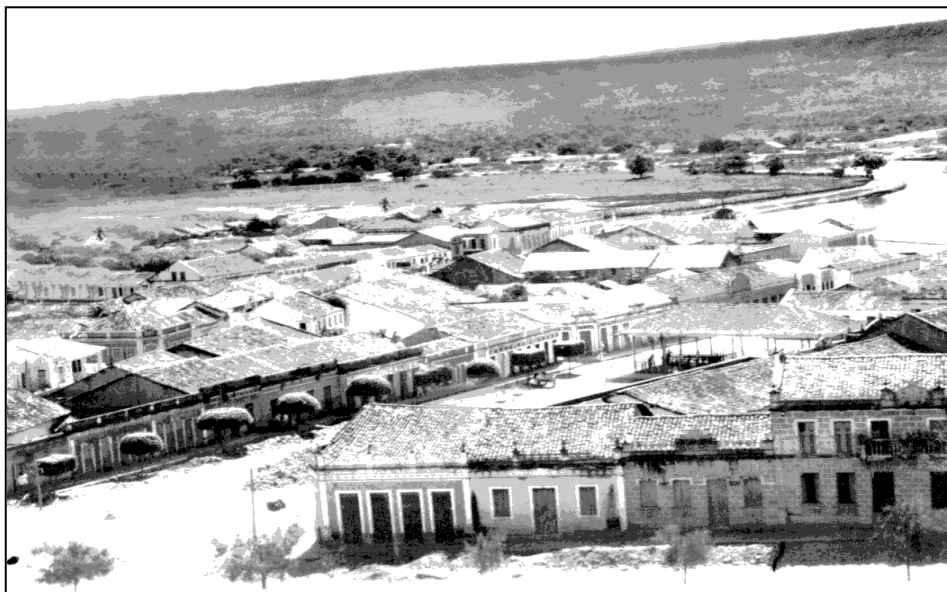
A futura capital regional é, em 1850, um agrupamento de 20 casebres de taipa. Em 1902, reúne 630 casas e cerca de 2.500 habitantes. A ocupação

¹⁶ A partir de então começa a aparecer, nos documentos oficiais do governo, a expressão “Oeste Baiano” ou “Oeste da Bahia”.

¹⁷ “De Barreiras para Goiás era a longa estrada a ser vencida em tropas de burros, que, até a poucas décadas, faziam todo o intercâmbio do norte de Goiás, atual Tocantins, com Barreiras, que funcionava como entreposto comercial para essa região fértil e rica do Brasil Central”. (HISTÓRIA...; Barreiras-BA: [s. n.], ano 1, nº 2, 26 set. 1992, p.2).

do Cerrado é, assim, lenta e rarefeita, como no conjunto do Além-São Francisco. E mantém tais características até os anos 1940-1950.

Figura 11 – Vista aérea do centro comercial de Barreiras em 1930, Barreiras/BA, 1930



Fonte: Acervo pessoal de Ignez Pitta, 2014.

Até os anos de 1950, o Oeste Baiano continuava desvinculado da dinâmica econômica do restante do território baiano e as atividades urbanas nessa região se desenvolviam lentamente. A pouca influência comercial da Bahia, que ali chegava, era proveniente do município baiano de Juazeiro. O comércio era realizado geralmente com cidades dos estados de Minas Gerais e Goiás. Os núcleos urbanos cumpriam o papel de centralizar e redistribuir os excedentes agropecuários destinados aos mercados extrarregionais, além de suprir algumas necessidades da população (pequeno comércio, serviços de hospedagem e manutenção, correios, diversões). A falta de infraestrutura na região constituía um obstáculo a uma maior integração interurbana.

Santos Filho (1989) conta que é somente entre a virada dos anos de 1950/60, e início da década de 1970 que a região conhece mudanças significativas. A primeira grande delas foi a criação de quatorze novos municípios no então “Além São Francisco”, entre 1958 e 1962, dos quais nove fazem parte do atual Oeste Baiano. Esse desmembramento implicou, ainda que de forma precária, numa reestruturação dos serviços administrativos dos novos municípios com a canalização de recursos.

O segundo fato primordial foi a criação de Brasília em 1960, que abriu perspectivas de satelização do Oeste Baiano pelo polo urbano que se instalou no

novo Distrito Federal, o que implodiu a valorização das terras dos Cerrados, já que a nova rede viária aproximava agora essa área dos grandes centros de produção e consumo do país. Tivemos ainda a instalação em Barreiras, na década de 1970, de uma diretoria regional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF – que estruturou projetos de colonização e irrigação na região, como os perímetros irrigados “Barreiras-São Desidério Sul” e “Barreiras Norte”.

As condições naturais como: o relevo de enormes chapadões sedimentares de 600 a 900 metros de altitude, dispostos da fronteira com Goiás e Tocantins até as imediações com a cidade de Barreiras e outras localidades do meio-oeste baiano, com terreno muito plano e facilmente mecanizável; uma rede hidrográfica bem distribuída; um clima tropical típico, com duas estações bem definidas (uma chuvosa, outra seca); os solos espessos que, apesar de ácidos podem ser corrigidos quimicamente, detiveram uma grande importância para o êxito dos empreendimentos capitalistas no processo de ocupação da região.

Em meados da década de 1970, em Brasília, o governo criou o Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF), o qual viabilizou a organização de uma equipe de agrônomos para realizar pesquisas que descobrissem uma tecnologia capaz de recuperar os solos dos Cerrados, tornando-os aptos à agricultura, já que naturalmente eles são impróprios devido à acidez e baixa fertilidade, com altos teores de alumínio e baixos percentuais de nutrientes e matéria orgânica. Através de pesquisas e experimentos descobriu-se que a acidez dos solos se neutralizava com calcário moído e que a pobreza de nutrientes poderia ser suprida com fertilizantes.

A contribuição maior veio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado (CPAC), através do desenvolvimento da tecnologia de manejo dos solos do Cerrado, da pesquisa de melhoramento agrícola e da criação de variedades de soja adaptadas à região. Além das parcerias, mais recentes, com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) e a Fundação Bahia.

As primeiras tentativas de cultivo moderno dos Cerrados baianos deram-se ainda na década de 1960, sem muito êxito, com a vinda de sulistas que haviam se radicado a princípio em Dianópolis (TO), na época norte de Goiás. Nos anos de 1970, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA (1971-1978) – ofereceu à agricultura altos

financiamentos com prazos longos e juros baixos. Isso incentivou a vinda de técnicos agrícolas sulistas, do PAD-DF, com experiência em áreas do Cerrado. O período coincidiu com a construção da Barragem de Itaipu (1975 – 1982), que promoveu desapropriações de inúmeras fazendas no Sul do Brasil, gerando carência de terras para a expansão de cultivos nessa região e, conseqüentemente, a migração de agricultores para os Cerrados nordestinos.

Além das políticas públicas federais para ocupação dessas áreas, o governo da Bahia também viabilizou importantes iniciativas estaduais para favorecer o desenvolvimento econômico na região. Já na década de 1950, foram realizados os primeiros estudos sobre as projeções de desenvolvimento econômico através do Programa de Ocupação Econômica do Oeste (1980) e do Programa de Desenvolvimento Econômico e Social do Oeste Baiano (1987), ambos idealizados e executados pelo Instituto de Fomento Econômico, instalado em 1957 em Barreiras, e vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Barreiras foi o centro logístico das ações desses programas governamentais. Nessa época o Oeste Baiano já possuía uma infraestrutura que permitia a sua integração econômica nacional e internacional.

Os financiamentos bancários foram decisórios no processo de incorporação de terras nos Cerrados baianos¹⁸. Junges (2004, p. 96) diz que “terras baratas e crédito rural foi a dobradinha que deu certo no Oeste da Bahia”. Em 1979, o Banco do Brasil já havia aprovado os primeiros créditos para a produção do arroz, cultura que antecedeu a soja na região. A partir de 1980, os agricultores sulistas foram respaldados pelo crédito rural subsidiado em áreas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Nessa fase, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) foi crucial, como bem lembra Delgado (1985, p.34)

[...] o processo de modernização [agrícola] somente encontrará dinamismo e abrangência significativa a partir de meados dos anos 60, até o final dos anos 70, quando a conjugação de um sistema financeiro apropriado – O Sistema Nacional de Crédito Rural; a implantação de novos blocos de substituição de importações de meios de produção para a agricultura patrocinada pelo II PND, e uma certa folga cambial nas transações externas possibilitam a introdução maciça das transformações na base técnica da agricultura (grifo do autor).

¹⁸Vale salientar que os incentivos governamentais aplicados não foram direcionados para todos os municípios do Oeste Baiano, mas principalmente para seis: São Desidério, Barreiras, Formosa do Rio Preto, Correntina e Riachão das Neves.

Esses empréstimos para aquisição de terras e investimentos para custeio tinham carência e prazos elásticos que atendiam às demandas dos agricultores na época. Nesse contexto, os custos de produção se tornavam bastantes atraentes, também favorecendo a formação de estoques com fins especulativos. O investidor conseguia reduzir seus custos em imobilização e reservar parte do seu capital para suprir as necessidades de financiamento da produção.

Outro fator determinante no processo de ocupação do Oeste Baiano pela moderna agricultura foi a construção de rodovias, tendo a nova Capital Federal como vértice, que possibilitou a vinda dos migrantes sulistas e dos meios necessários à apropriação moderna da região. É o caso da BR-153 (Belém-Brasília) e das rodovias que tiveram influência direta na ocupação do Oeste Baiano: a BR-020/BR-135 (Piauí-Barreiras/Bahia-Brasília) e a BR-242 (Brasília-Salvador). A estrada de Brasília à Barreiras (BR-020), aberta no final da década de 1950 pelo então presidente Juscelino Kubitschek e asfaltada a partir de 1972 pelo 4º Batalhão de Engenharia e Construção (4º BEC) sediado em Barreiras, se articulou com a BR-242 formando linha Brasília-Barreiras-Salvador, que se caracteriza como o grande eixo rodoviário da região.

A dinâmica econômica que se imprimiu no setor agrícola da Região, a partir do final da década de 1970, modificou parte significativa da base econômica regional. Apresentou uma nova territorialidade econômica, de matriz completamente desconhecida ao Estado. Foi um dos espaços eleitos no território nacional para ser contemplado com as profundas transformações da base agrícola que ocorria no interior do país (SANTOS, 2012, p. 389).

Aproveitando-se dos incentivos do Estado, dos baixos preços das terras e da ampliação dos sistemas técnicos e de infraestruturas no final da década de 1970, muitos agricultores, sobretudo paranaenses, catarinenses e gaúchos (mas também brasileiros de outros estados) dirigiram-se em massa para o Cerrado, a nova fronteira agrícola à época. Parte dessa leva de produtores, acompanhados de seus familiares, direcionou-se para o Oeste Baiano. Venderam suas propriedades no Sul e resolveram “tentar a sorte” nessa região investindo seu capital em terras e maquinários.

Esses próprios migrantes, ao chegarem, compravam enormes extensões de terras nos Gerais e as vendiam a outros “gaúchos” que chegavam posteriormente. Exemplo é o caso dos agrônomos Antônio Guadagnin e Hilário Kappes, que trabalharam no PAD-DF. Esses gaúchos, incentivados por diversos

órgãos de pesquisas agropecuárias, após concluírem suas pesquisas agrícolas no Cerrado, saíram procurando terras para comprar. Eles encontraram terras planas e baratas nos Cerrados baianos, com água abundante e crédito rural a juros baixos e prazos ampliados (JUNGES, 2004).

Os agricultores e grupos empresariais que chegaram ao Oeste Baiano, a partir de 1979, eram possuidores de níveis superiores de tecnologia. Alguns já eram agrônomos e técnicos agrícolas de formação, e os outros, mesmo não sendo formados, já eram experientes proprietários de terras. Esses produtores introduziram o cultivo moderno da soja¹⁹ e implantaram perímetros irrigados e projetos agroindustriais na região, baseados principalmente no aporte técnico e de capital. A mecanização, a utilização de insumos para correção do solo e as práticas de irrigação, incorporadas pelos agrônomos sulistas, aos poucos foram-se tornando comuns no Oeste Baiano. Além disso, a partir dos anos de 1980, começaram a se instalar cooperativas agrícolas que passaram a monitorar boa parte do processo produtivo regional.

Haesbaert (1996, p. 161) destaca que “não se pode também generalizar ao ponto de considerar os Gerais uma área exclusivamente ‘sulista’ em termos de propriedade da terra”. Antes da chegada dos “gaúchos”, o Oeste Baiano já possuía muitos proprietários (sem falar inúmeros posseiros) locais. De outro modo, impulsionados pelo sucesso dos sulistas, novos empresários nordestinos, especialmente pernambucanos e alagoanos, começaram a investir na moderna agricultura dos Cerrados. Têm-se ainda os investimentos na pecuária da região do Vale, que prevalece dominado por empresários nordestinos.

As transformações citadas dos anos de 1960/1970 promoveram a expansão do mercado regional de bens e serviços e dos fluxos de migrantes para o Oeste Baiano. Na opinião de Santos Filho (1989, p. 29): “é sobre esta base econômica, construída principalmente ao longo dos anos 1970, que se desenvolverá a moderna agricultura de grãos, características dos Cerrados baianos nos anos 1980”.

O posterior desenvolvimento da cultura da soja na região veio para reafirmar o processo de mudança nos Cerrados baianos e lhe definir novos

¹⁹ A cultura da soja praticamente inexistia no Oeste Baiano antes dos anos 1980. Somente em 1981 que os dados dos Anuários Estatísticos do IBGE passam a registrarem os resultados das primeiras colheitas realizadas na região, que em pouco menos de vinte e cinco anos, passou de 3.080 hectares de área colhida, 1981, para 866.800 hectares, 2005.

contornos. Somente a partir dos anos de 1970/1980, a região adquiriu sua forma territorial atual deixando de ser denominada “Além do São Francisco” e passou a ser mais efetivamente conhecida como Oeste Baiano. Vale ressaltar que esse processo de ocupação não ocorreu sem resistências e conflitos. O resultado foi de intensas disputas fundiárias, com grande perda para os posseiros e pequenos proprietários tradicionais da região.

Hoje, quando olham para as lavouras verdes que geram cada vez mais riqueza, poucos lembram [ou sabem] que ali, naquelas terras, já viveram pessoas que foram massacradas por causa delas e que o banho de sangue, infelizmente, sempre precedeu o “desenvolvimento” (JUNGES, 2004, p. 70, grifos do autor).

Junges (2004) conta que a partir de 1800 os pecuaristas da região passaram a levar seus rebanhos para os Gerais quando os seus pastos rareavam. “O lugar era conhecido como terra de ninguém e sem lei, onde as pendengas eram resolvidas à bala” (p. 77). A construção das BRs-242/020, no final da década de 1960, não mudou essa realidade até 1980, pelo contrário, acabou supervalorizando as terras da região que passaram a ser intensamente griladas. O fato é que grande parte das terras do Oeste Baiano eram públicas (do Governo), outras de particulares, mas abandonadas, e a maioria das fazendas não eram tituladas.

A referida autora conta que pouquíssimas terras eram cercadas, e os colonos não se preocupavam em fazer arrolamento (transferência de bens, espécie de inventário) quando seus pais faleciam. Também não faziam a demarcação de suas propriedades, além de não saberem realmente a parte que lhes cabia da terra deixada pelos pais. Isso foi um “prato cheio” para os grileiros que, descobrindo essas escrituras irregulares, com a ajuda dos cartórios aliados, compravam uma pequena parte de um dos donos das terras, grilavam as partes vizinhas anexando-as à primeira e regularizavam toda documentação, vendendo a nova propriedade a seus parceiros.

Instalou-se, portanto, uma verdadeira indústria de multiplicação de posses e de grilagem na região, liderada por coronéis locais e de outros estados, até mesmo sob o comando de estrangeiros. O tamanho das áreas era aumentado (exemplo: compravam 50 hectares de terras e cercavam 50.000) e uma mesma gleba era vendida várias vezes, para várias pessoas distintas. Por isso até hoje há sérios problemas fundiários na região em relação à sobreposição de diferentes

escrituras de uma mesma terra, principalmente em Formosa do Rio Preto, município onde as terras são melhores e chove mais.

Existem aqui no Oeste da Bahia pelo menos um milhão e meio de hectares de terras produtivas ocupadas por invasores de boa ou de má fé, detentores de escrituras e respectivas matrículas fraudulentas. A maioria destas fazendas ilegalmente ocupadas, cobertas com documentos fraudados e "montados" sobre escrituras e matrículas de origem legal e regular, são igualmente objeto de Ações Possessórias, Reivindicatórias e Declaratórias de Nulidade de Escrituras e Matrículas de Registros Públicos. Basta conferir nos Cartórios Cíveis das Comarcas oestinas, nos municípios de fronteira agrícola (DEUS, 2009, p.35).

Havia grupos de grileiros de todo tipo: de outros estados (principalmente de Goiás e do Distrito Federal); os próprios baianos, que compravam as escrituras antigas de terras dos brejeiros da região, aumentavam os limites e as vendiam aos migrantes sulistas, muitas vezes a mando dos coronéis da região, e até mesmo norte-americanos participando do processo. Quanto mais chegavam agricultores interessados em comprar terras para cultivar, mais novas terras eram griladas no Oeste Baiano. Primeiro os invasores invadiam as terras expropriando ou mesmo, não raras às vezes, matando seus verdadeiros donos e, depois, tomavam conta do que haviam usurpado. Assim foram formados os grandes latifúndios do Oeste Baiano, depois vendidos a quem pudesse comprar.

A notícia de terras férteis baratas chegou ao Sul do Brasil, às outras partes do País (especialmente à região de Foz do Iguaçu - PR) e até mesmo ao exterior, atraindo diversos agricultores para esse lado da Bahia²⁰. Exemplo que chega a ser curioso é o ilustrado na Figura 12, com classificados em língua japonesa que anunciam ofertas de terras no Oeste Baiano.

²⁰ As notícias de terras baratas eram veiculadas em revistas e folhetins que circulavam em outros estados do país, principalmente naqueles das regiões Sul e Centro-Oeste. Mas a propaganda por vezes ultrapassava os limites da realidade, criando naqueles que vinham para o Estado expectativas que não se confirmaram.

Figura 12 – Jornal paranaense circulado em Barreiras em maio de 1987, com partes escritas em japonês direcionadas aos produtores agrícolas paranaenses de descendência japonesa instalados no Oeste Baiano



Fonte: Jornal Paraná Shimbun, 20 de maio de 1987.

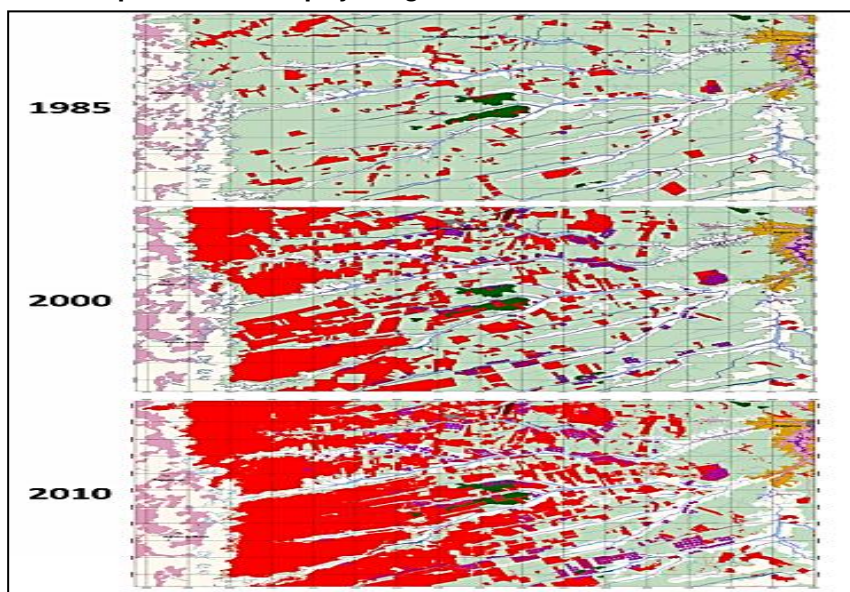
A instalação desses agentes econômicos se concentrou em meados dos anos de 1980, nos municípios de Barreiras, Correntina, São Desidério, Cocos e Coribe, todos à época com mais de 100 empresários individuais em seus limites, enquanto Correntina e Riachão das Neves possuíam um pouco menos que isso. Mais de 95% desses produtores originaram-se do Sul do País, e, em sua maior parte, chegaram à região após 1980. O fato é que se tratavam, e até hoje permanece assim, de médios e grandes produtores, não havendo espaço para a agricultura familiar nesse processo, como igualmente ressalta Santos Filho (1989, p.76)

É preciso dizer claramente, antes de mais nada, que a agricultura nos Cerrados só é possível com base num processo produtivo altamente capitalizado, em que a parcela mais importante do investimento inicial e dos fluxos anuais de despesas se refere não à terra ou à força de trabalho, mas a elementos técnicos do capital.

Esse processo deflagrado na região tratou-se de uma expansão das fronteiras agrícolas que proporcionou a formação de grandes propriedades rurais com fins puramente especulativos, formalizadas legalmente e ilegalmente, e o

aumento da concentração fundiária²¹. Esta encontrou as condições ideais para seu fomento na existência de grande quantidade de terras devolutas ou sem propriedade declarada. A Figura 13 mostra a expansão da ocupação agrícola no Oeste Baiano entre os anos de 1985 e 2010. Em vermelho destaca-se a expansão do agronegócio sobre pastagens extensivas em áreas de campos e cerrados, juntamente com o aumento do número de pivôs (em roxo).

Figura 13 – Expansão da ocupação agrícola no Oeste Baiano entre 1985 e 2010



Fonte: EMBRAPA, 2014²²

Mesmo com a estabilização do processo especulativo na região, a concentração fundiária continuou, não com base em expansão da ocupação, mas agora por uma espécie de processo de "fagocitose", no qual as grandes propriedades agrícolas passaram a "engolir" as pequenas.

Dessa forma o início do processo da expansão das fronteiras agrícolas do Oeste se caracterizou pela especulação fundiária e pela expansão da produção agrícola com base no plantio de grãos. Esse processo de ocupação se desenrolou distante da Capital do Estado. Sendo, portanto, liderado pelos agricultores que chegavam à região atraídos pelo baixo custo da terra, eram em sua maioria agricultores do Sul e Sudeste do País, que já conheciam técnicas modernas de produção agrícolas e já eram proprietários

²¹Na região do alto Rio Grande, onde se localiza a cidade de Barreiras, o índice de GINI, que mede o grau de concentração fundiária de uma determinada região, cresceu de 0,881 em 1975, atingindo 0,918 em 1985. Na região dos Chapadões do Rio Corrente foi observado o mesmo processo, com o índice de GINI crescendo de 0,757 em 1975 para 0,862 em 1985. Fonte: IPEADATA, (2014).

²²Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT1_DelimitacaoMatopiba.pdf>. Acesso em: 07 mar.2016.

de terras. Portanto, viam na região a oportunidade de ampliação das suas propriedades e consequentemente seus lucros (ALVES, 1999, p.125).

No processo de modernização do território e da produção no Oeste Baiano, desde o primeiro momento, as populações da região ficaram à margem do processo produtivo, incorporadas a ele apenas como mão de obra contingenciada. Com a especulação da terra, a maioria foi vendendo suas pequenas propriedades e se acumulando na periferia das cidades. Nesse contexto várias comunidades foram desestruturadas, como apontam os autores abaixo

Os conflitos aconteceram contra os antigos moradores dos Gerais, descendentes de escravos, que aqui estavam há mais de duzentos anos. Nas diversas comunidades, como Roda Velha de Baixo, Almas, Aldeia de Cima, Prazeres, São Pedro e tantas outras. Os moradores foram empurrados para a beira dos pequenos riachos e rios. Foram morar nos brejos, viraram “brejeiros” (LAVORATTI; SANTOS, 2011, p. 112).

Mondardo (2011, p. 64) fala que a atual “pujança econômica regional” é um mito, pois “acabou por beneficiar um pequeno grupo – os sulistas da classe dominante – e a excluir a maioria dos ‘bairanos’ e dos ‘nordestinos’ que se reproduzem nessa região”. Os beneficiados pela modernização agrícola no Oeste Baiano se restringem, praticamente, aos grandes produtores agrícolas individuais, às cooperativas e às corporações agrícolas multinacionais, sempre cotejados pelo segmento financeiro, público e/ou privado. Esses agentes são os principais responsáveis pela produção especializada de *commodities* agrícolas no Oeste Baiano, as quais serão apresentadas no próximo item.

3.3 A PRODUÇÃO ESPECIALIZADA DE *COMMODITIES* AGRÍCOLAS

O Oeste Baiano está atravessado por circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação (SANTOS, 2006) associados a certas *commodities* agrícolas. Entre essas, chama-nos atenção a produção de soja, que promove significativos impactos na economia urbana das cidades da região. Porém existem outros produtos agrícolas cujos atores hegemônicos, que na maioria das vezes são os mesmos da soja, também se apropriam do espaço regional organizando-o em função dos interesses de seus capitais.

Em alguns de seus recentes trabalhos, relacionados à expansão do agronegócio e o uso do território brasileiro, Castillo (2003, 2008, 2011) evidencia

como os circuitos espaciais produtivos no campo acabam por transformar a própria natureza da urbanização em grande parte do território, especialmente nas cidades pequenas e médias, pelo fato de que esses objetos geográficos têm um conteúdo informacional cada vez mais distinto, distinção que se impõe porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência.

É importante destacar também que a dinâmica dos circuitos espaciais de produção e de seus correspondentes círculos de cooperação não pode ser tratada como um dado econômico abstrato, como se fosse independente do componente técnico específico que envolve determinada produção e/ou certo espaço. É preciso levar em conta a transformação social que essa nova forma produtiva institui em cada lugar e considerar as especificidades, para não transformar esse conceito num modelo invariável.

Na verdade, falar da produção dessas *commodities* é um pretexto para discutir o que há de mais importante, que é o processo de territorialização do capital através da produção agrícola. O produto, seja ele a soja, café, algodão, milho, etc., é somente um elemento no processo maior, pois seja qual for a mercadoria, o importante é entender a rede agroindustrial que se forma em torno dessa e seus rebatimentos na organização socioespacial da região.

O que há de mais permanente não é o produto, mas a forma capitalista da propriedade e as transformações nas relações sociais que ela induz, para as quais o produto é somente um instrumento. São estas novas formas as responsáveis pela modificação na inserção dos cerrados baianos e de sua produção na Bahia, no Nordeste e no Brasil (SANTOS FILHO, 1989, p. 86).

Dessa forma, apresentamos uma síntese da produção das mais importantes *commodities* que configuram circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação no Oeste Baiano, a partir dos quais observamos a difusão do agronegócio nessa região. É importante destacar que os volumes e números citados não representam, necessariamente, desenvolvimento social para a região, muito pelo contrário. Como veremos no capítulo cinco, na mesma proporção que crescem os números de produção regional, têm ascendido aqueles que evidenciam as desigualdades socioespaciais.

Essas *commodities* para manterem-se viáveis economicamente precisam ser produzidas em larga escala, e os procedimentos mecânicos adotados para seu cultivo reduzem o contingente de trabalhadores. De outro modo, o avanço maior

nesses cultivos ocorreu com a utilização de terras de outras culturas, ora reduzidas pelo avanço do agronegócio, como as de pousio/pastagem e as de fruticultura.

Conforme Tabela 6, no Oeste Baiano já se planta próximo de 2,0 milhões de hectares em áreas de Cerrado com soja, milho e algodão. De 2003 para 2013, o total da área plantada na região aumentou 61%, passando de 1.163,5 milhão de hectares para 1,883. Apenas a produção dessas três *commodities* (considerado algodão em caroço) garantiu cerca de 7 milhões de toneladas na temporada 2013/14, volume 28% superior ao do ano anterior, quando houve efeitos negativos de clima e de pragas, e cerca de 70% a mais do que há 10 anos. Ocorreu incremento médio de 11% no espaço ocupado pelas três principais culturas do Oeste Baiano. (ANUÁRIO..., 2013/14).

Tabela 6 - Evolução nas três principais culturas (soja, algodão e milho) no Oeste Baiano

Safra	Área (mil ha)	Produção (mil t)
2003/04	1.163,5	4.132,3
2004/05	1.208,5	4.136,9
2012/13	1.156,8	5.563,6
2013/14	1.883,0	6.921,8

Fonte: Conselho Técnico da Aiba e convidados²³. Organização: Camila Dutra.

Segundo a pesquisa do IBGE, intitulada Produção Agrícola Municipal de 2012, entre os dez municípios brasileiros com o maior valor da produção agrícola nesse ano, cinco pertenciam ao Mato Grosso, estado com maior número de representantes. A Bahia possuía dois (São Desidério e Formosa do Rio Preto), Goiás, três (Cristalina, Jataí e Rio Verde) e Mato Grosso contava com Sorriso (2º lugar), Sapezal (3º), Campo Novo do Parecis (5º), Nova Mutum (9º) e Primavera do Leste (10º).

Os cinco principais municípios agrícolas da Bahia estão situados no Oeste Baiano: Formosa do Rio Preto, Correntina, Luís Eduardo Magalhães, Barreiras e São Desidério. Sendo esse último o principal representante. Como podemos ver na tabela 7, São Desidério manteve, em 2011, a primeira posição no ranking estadual do Valor Adicionado Bruto da Agropecuária (VAB), comumente chamado de PIB do setor agropecuário, com participação de 8,0%. Em seguida

²³Disponível em: Anuário da Região do Oeste da Bahia 2013/14.

estão os municípios de Formosa do Rio Preto com 4,5%, Barreiras com 3,9%, Luís Eduardo Magalhães com 3% e por fim o município de Correntina com 2,6%.

Tabela 7 – Valor Agregado (VA) da Agropecuária. Os cinco maiores municípios produtores agrícolas da Bahia: 2010 – 2011

VA	Agropecuária (em milhões)		Participação no Estado %	
	2010	2011	2010	2011
Estado	9.796,43	10.398,64	100	100
Total dos cinco municípios	1.566,13	2.290,47	15,99	22,03
São Desidério	559,61	832,78	5,71	8,01
Formosa do Rio Preto	289,40	470,08	2,95	4,52
Barreiras	328,73	410,96	3,36	3,95
Luís Eduardo Magalhães	222,05	308,59	2,27	2,97
Correntina	166,34	268,06	1,70	2,58

Fonte: SEI/IBGE, 2012. Organização: Camila Dutra.

O Oeste Baiano atualmente já responde por aproximadamente 30% da produção do algodão brasileiro, como também 5% da soja e 3% do milho no país. Dentro do Estado da Bahia, a participação dessa região alcança, respectivamente, em torno de 98%, 100% e 70% da produção dessas culturas. Segundo a Secretaria de Agricultura de São Desidério²⁴, a produção agrícola desse município é concentrada basicamente nas mãos de grandes grupos estrangeiros, como a XinguAgri, e grandes produtores brasileiros, como a Fazenda Busato. Algumas áreas chegam a 90 mil hectares.

Em termos de exportação, o Oeste Baiano também é bastante representativo. Destacam-se os municípios de Luís Eduardo Magalhães, com US\$ 486,3 milhões de vendas externas em 2010, e Barreiras, com o maior crescimento da Bahia nesse aspecto, exportando no mesmo ano 67,8% da produção baiana, o que corresponde a US\$ 262,5 milhões. Adiciona-se ainda Correntina e São

²⁴Entrevista realizada em 3 de fevereiro de 2014, por ocasião de trabalho de campo em São Desidério – BA.

Desidério entre os municípios com maior exportação no Estado²⁵. A Tabela 8 mostra a matriz agrícola da região na safra 2013/14. Esta tabela mostra que as *commodities* soja, algodão e milho predominam na produção agrícola do Oeste Baiano. Isso ocorre em detrimento da agricultura de subsistência, que vem perdendo gradativamente espaço para os produtos exportáveis, embora o feijão apresente números expressivos, mas de uma produção voltada para exportação.

Tabela 8 – Matriz Agrícola do Cerrado Baiano por cultura de sequeiro e irrigado – Safra 2013/14

Culturas (referência)	Áreas (ha)	Produtividade (p/ha)	Produção (t)	VBP (R\$ milhões)
Soja (sc)	1.310.000,0	42,0	3.318.480,0	2.483,3
Algodão (capulho)	308.010,0	270,0	1.254.234,3	2.085,1
Milho (sacas)	265.000,0	145,0	2.349.150,0	944,8
Café (sacas)	14.704,0	40,0	26.121,6	152,4
Arroz (sacas)	6.000,0	30,0	10.800,0	9,4
Feijão (sacas)	27.000,0	50,0	9.000,0	60,8
Feijão Vigna seq. 1 ^a safra	50.000,0	17,0	46.800,0	78,0
Capim semente (kg)	25.000,0	450,0	11.250,0	11,2
Sorgo (sacas)	35.000,0	30,0	63.000,0	16,8
Eucalipto (m ³)	57.500,0	200,0	11.500.000,0	517,5
Outras culturas	74.965,0	-	110.606,8	102,4
2 ^a safra/irrigada	100.500,0	-	315.300,0	237,5
Total	2.255.681,0	-	7.532.742,7	6.699,1

Fonte: Anuário da Região Oeste da Bahia, 2014. Organização: Camila Dutra.

A receita agrícola da região cresceu cerca de 26%, impulsionada pelos preços mais atrativos, especialmente da soja e do algodão, registrando Valor Bruto de Produção (VBP) de R\$ 5,5 bilhões. Vejamos algumas informações sobre os principais produtos agropecuários do Oeste Baiano, cuja produção revela o dinamismo econômico da região, muitas vezes encobrindo seus graves problemas socioespaciais.

²⁵ Ver: ANUÁRIO da Região Oeste da Bahia: Safra 2010/11, Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2011.

3.3.1 Soja

A soja produzida na Bahia é toda cultivada na porção oeste do estado, ocupando 58,8% da área plantada da região e correspondendo a 58% da produção do Nordeste (ANUÁRIO..., 2015). Conforme Tabela 9, essa cultura registrou avanço superior a 50% em área durante 10 anos (2003-2013) e, na última safra (2013/14), expandiu o espaço cultivado em mais de 4,35%, alcançando 1,3 milhão de hectares, com produção de 3,3 milhões de toneladas (22% a mais do que no ano anterior), gerando receita de quase R\$ 2,5 bilhões (28% a mais).

Tabela 9 – Evolução da soja em grão nos anos de 2003-2014

Safra	Área (mil ha)	Produção (mil t)
2003/04	820	2.362
2004/05	870	2.506
2012/13	1.255	2.722
2013/14	1.310	3.319

Fonte: Anuário da Região Oeste da Bahia, 2014. Organização: Camila Dutra.

Merece destaque, ainda, o crescente espaço dedicado à produção de sementes, que chegou a 160 mil hectares na safra 2013/14, enquanto na temporada anterior estava em cerca de 100 mil hectares (tabela 10).

Tabela 10 – Evolução da área de sementes de soja no Oeste da Bahia, 2012-2014

Safra	Área (mil ha)
2012/13	100 mil há
2013/14	160 mil há

Fonte: Anuário da Região Oeste da Bahia, 2014. Organização: Camila Dutra.

De acordo com a Tabela 11, dentre os 20 principais municípios produtores de soja no Nordeste no ano de 2014, sete estão localizados no Oeste Baiano, sendo Formosa do Rio Preto e São Desidério os maiores. Nos municípios baianos, as áreas rurais de produção são, principalmente, a Vila do Coaceral, às margens da rodovia do Anel da Soja (Barreiras), e os distritos de Roda Velha (São Desidério) e Rosário (Correntina).

Tabela 11 – Os 20 municípios do Nordeste com maior produção de soja em 2014

Município	Produção de soja (t)
Formosa do Rio Preto – BA	959.812
São Desidério – BA	720.228
Balsas – MA	457.760
Luís Eduardo Magalhães – BA	431.691
Baixa Grande do Ribeiro – PI	397.202
Tasso Fragoso – MA	394.556
Barreiras – BA	353.608
Correntina – BA	323.032
Uruçuí – PI	250.718
Riachão das Neves – BA	188.290
Ribeiro Gonçalves – PI	183.160
Bom Jesus – PI	142.095
Sambaíba – MA	139.330
Jaborandi – BA	134.730
Riachão – MA	125.469
Santa Filomena – PI	121.276
Alto Parnaíba - MA	113.259
Gilbués – PI	99.465
Carolina – MA	96.120
Currais – PI	93.761
Nordeste	6571222

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2014. Organização: Camila Dutra.

Os intensivos investimentos em tecnologias, o desenvolvimento de variedades adaptadas às condições climáticas locais e a evolução nas técnicas de manejo proporcionaram, à soja do Oeste Baiano, expressivos ganhos de produtividade, que, por sua vez, proporcionou um crescimento bem significativo nos rendimentos perante outras unidades da Federação. Parte da soja colhida no Oeste Baiano é beneficiada na própria região, nas duas grandes indústrias esmagadoras de soja – Bunge e Cargill – as quais juntas possuem capacidade de processamento de 1,65 milhão de toneladas por ano, enquanto outras *tradings* atuam na comercialização do produto, como é o caso de Multigrain, ADM e Nidera.

A produção baiana atende aos mercados interno e externo, destacando-se a exportação para os países asiáticos, notadamente a China²⁶, maior consumidor mundial de soja e de seus derivados. Das vendas externas de soja, feitas em 2013

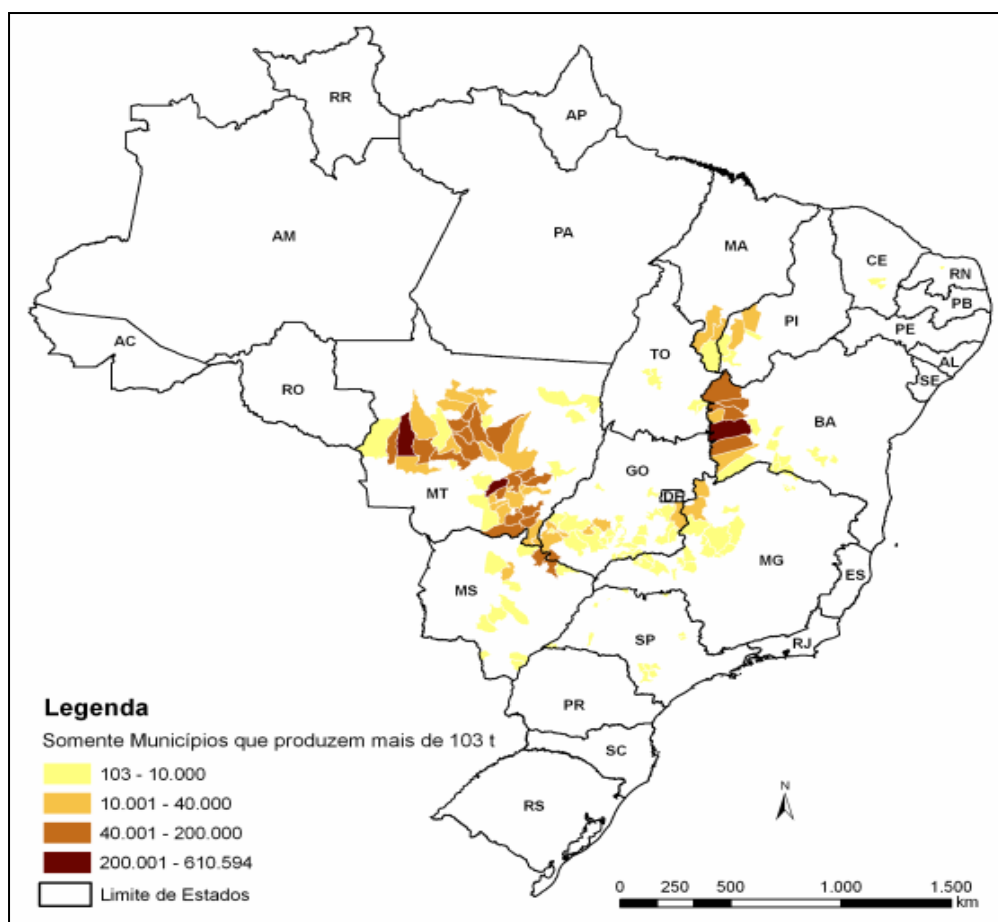
²⁶A China passou a ser o principal comprador da oleaginosa baiana a partir de 2009, ampliando os índices de participação nos períodos seguintes, até chegar ao mais alto no último ano. Em 2008, ainda era o segundo importador, atrás da Alemanha; esta sempre está entre as nações que mais fazem aquisições do Estado, junto com o Japão. (ANUÁRIO..., 2014).

pela Bahia, foi exportado o montante de 1,578 milhão de toneladas, ao valor de US\$ 844,6 milhões. Volume correspondente a 59% direcionado para a China, seguida dos Países Baixos e da Espanha, com 8,3% e 8,2%, respectivamente.

3.3.2 Algodão

Dados da CONAB/IBGE para 2014, ilustrados na Figura 14, revelam a distribuição das áreas produtoras de algodão no Brasil. Os Cerrados nordestinos, particularmente a porção localizada na Bahia, detêm a quase totalidade da produção de algodão herbáceo no Nordeste, sendo responsável por 36,3% da produção nacional desse produto. Da produção nordestina, a Bahia é responsável por 93,1%, seguida pelo Maranhão, com 4,0%, e pelo Piauí, com 1,9%.

Figura 14 – Mapa da produção agrícola 2014 – algodão



Fonte: CONAB/IBGE, 2014²⁷

²⁷Disponível

em:

<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/13_12_10_16_06_56_boletim_portugues_deze mbro_2013.pdf>. Acesso em 02 mar. 2016.

Apesar do IBGE, através da pesquisa da Produção Agrícola Municipal, ter registrado produção de algodão herbáceo em 276 municípios nordestinos (14% do total), apenas um conjunto de 20 municípios, como se pode ver na Tabela 12, é responsável por 94,6% do total produzido, estando 10 deles situados no Oeste Baiano, o que revela ser a produção dessa cultura fortemente concentrada nessa região. O plantio de algodão na Bahia é altamente concentrado no Oeste Baiano, cerca de 90%, sendo 8% cultivado em áreas irrigadas. A Bahia é o segundo maior produtor de algodão do país, ficando atrás apenas do Mato Grosso.

Tabela 12 – Os 20 municípios do Nordeste com maior produção de algodão em 2010

Município	Quantidade produzida (Toneladas)
São Desidério – BA	462033
Correntina - BA	230808
Formosa do Rio Preto - BA	136101
Riachão das Neves - BA	81129
Barreiras – BA	80321
Jaborandi – BA	76829
Luís Eduardo Magalhães - BA	68744
Balsas – MA	39953
Uruçuí – PI	27810
Tasso Fragoso – MA	26936
Baixa Grande do Ribeiro - PI	14247
Alto Parnaíba – MA	9360
Malhada – BA	6500
Iuiú – BA	5850
Wanderley - BA	4368
Baianópolis – BA	4354
Cocos – BA	3754
Iguatu – CE	1943
Palmeira do Piauí – PI	1905
Currais – PI	932
Nordeste	1288308

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2014. Organização: Camila Dutra.

É importante destacar que a produção do algodão não é recente na Bahia. O Sudoeste baiano chegou a produzir mais de 200 mil hectares dessa cultura entre os anos de 1970 e 1980, mas a irregularidade nas chuvas, e principalmente a devastação causada pelo bicudo-do-algodoeiro, fizeram com que a região entrasse em crise. Já na região Oeste, a cotonicultura surge em 1995/96, em uma área de 2.400 hectares, por iniciativa de empresários rurais e como alternativa para a

rotação com o milho. No Oeste Baiano a cotonicultura já nasceu moderna e sob o acompanhamento e apoio da Associação Baiana de Produtores de Algodão (ABAPA) e do Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (FUNDEAGRO)²⁸.

As safras mais importantes e os primeiros plantios de algodão dessa região ocorreram em Barreiras, mas atualmente o produto também é cultivado em São Desidério, Correntina, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Jaborandi, Baianópolis e Santana. O bom desempenho da Bahia deve-se, em grande parte, à colheita realizada no município de São Desidério, considerado o maior produtor de algodão do País em 2012 (IBGE, 2012).

Figura 15 – Produção de algodão. Fazenda Gabriela, do Grupo Busato, Roda Velha (São Desidério/BA)



Fonte: Fundação BA, junho de 2012.

No Oeste Baiano é difícil encontrar um produtor de soja que não seja, ao mesmo tempo, cotonicultor. As duas culturas são, na verdade, complementares em termos econômicos e agrônômicos, isso ocorre pela necessidade de rotação de culturas e a viabilização de melhor aproveitamento técnico econômico das máquinas, equipamentos, estrutura e mão de obra utilizada nas fazendas modernas existentes na região. Por outro lado, a cultura do algodão dá ao grão de soja a possibilidade de alcançar altas produtividades ao ser cultivado em solos antes

²⁸O Fundeagro, criado em 2002 e atualmente presidido pelo empresário agrícola André Marçal, um dos maiores da região, vem servindo de base permanente de sustentação financeira para os grandes produtores de grãos da região. Entre as várias áreas de atuação, o Fundeagro e as entidades parceiras fomentam estudos que viabilizam melhorias tecnológicas e genéticas para a cultura algodoeira (ANUÁRIO..., 2014).

ocupados pelo algodão, tendo em vista que a soja aproveita bem os fertilizantes residuais deixados por aquela cultura.

O algodão representou 20% da área agrícola do Oeste Baiano na safra 2013/2014, ficando atrás apenas da soja, que detém 59% da área. As duas culturas juntas representam em torno de 71% da área plantada e 61% da produção agrícola no Oeste Baiano (PAM/IBGE, 2014). Grandes saltos aconteceram na temporada 2003/04, quando o Oeste do Estado plantou de 66,8 mil para 163,5 mil hectares, e no ciclo 2010/11, quando saiu da faixa de 245 mil para 371 mil hectares. Entretanto, na última safra (2012/13) a produção sofreu reduções, motivadas por fatores climáticos, preços baixos e ataques de pragas. Em 2012, a produção baiana de algodão foi de 947,40 mil de toneladas, 24,58% a menos que a safra do ano anterior. Nesse ano a área colhida sofreu uma redução de 24,33%, passando de 396,15 mil ha para 299,78 mil ha.

Em 2012, os estoques estavam elevados enquanto a demanda pela indústria estava baixa, o que pressionou o preço para baixo. Por conta disso, os agricultores reduziram o plantio de algodão para investirem em outras culturas como soja e feijão, além de eucalipto e pastagem para pecuária. Já na safra de 2013/2014, com avanços em área e produtividade, a área plantada cresceu mais de 20%, avançando para 308 mil hectares, distribuídos em mais de 200 propriedades agrícolas. O volume produzido chegou a 1,2 milhão de toneladas (PAM/IBGE, 2014), sem incluir o Sudoeste do Estado (5,5 mil toneladas).

A alta tecnologia, empregada nas lavouras do Oeste Baiano, dá ao algodão produzido nessa área uma fibra longa considerada de ótima qualidade, que tem atraído o interesse e a preferência das grandes indústrias têxteis e dos exportadores. Segundo um dos engenheiros agrônomos da Abapa²⁹, os níveis de excelência alcançados em características como finura, resistência, comprimento, uniformidade e maturidade do fio, entre outros, dão ao algodão baiano o título de melhor do Brasil, estando acima do padrão exigido pelo mercado nacional e internacional.

O algodão produzido nas propriedades rurais do Oeste Baiano “ocupa espaço em uma das mais importantes cadeias varejistas dos Estados Unidos, a JC

²⁹Entrevista com um dos engenheiros agrônomos da Abapa (31/10/2012).

Penney” (Portal do Agronegócio, 2007)³⁰. A fazenda São Francisco, do empresário agrícola Ademar Antônio Marçal, em conjunto com o Grupo Horita, Grupo Mizote e Fazendas Busato possuem a certificação do selo *Pure Brazil Cotton*³¹, emitido pela consultoria SGS do Brasil, o que representa a adoção de boas práticas e procedimentos que seguem padrões internacionais para assegurar a excelência do produto acabado.

Da mesma forma que na produção mecanizada de outras *commodities* agrícolas, na cotonicultura se repete a máxima de que apenas quem tem recursos para investir e dispõe de extensas áreas para produzir consegue manter-se. Pequenas propriedades e pequenos produtores tendem a se tornar cada vez mais escassas na região. O agronegócio do algodão se sustenta por causa do grande investimento. Uma colheitadeira desse produto, por exemplo, custa em torno de 700 mil reais, enquanto o preço de uma usina de beneficiamento varia entre R\$ 5 e 6 milhões³².

Figura 16 – Colheita de algodão. Fazenda Bruno Zuttion, Roda Velha (São Desidério/BA)



Fonte: Camila Dutra, junho 2013.

O município baiano de São Desidério é o maior produtor brasileiro de algodão (IBGE/Produção Agrícola Municipal, 2012). Em 2012, São Desidério

³⁰Disponível em: < <http://www.portaldoagronegocio.com.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

³¹Para receber esse selo, os aspirantes deverão demonstrar a conformidade com padrões de sustentabilidade que contemplam gerenciamento de resíduos, cultura e solo, preservação da biodiversidade e gerenciamento socioeconômico e ético. Fonte: <<http://industriatextiltep.blogspot.com.br/2012/05/investimentos-no-segmento-textil.html>>. Acesso em 11 nov. 2015.

³²Ver: Pé no freio no cultivo de algodão. **Agromagazine**. Edição 04, Oeste da Bahia, set 2012.

também foi o maior município brasileiro com produção agrícola (com uma receita de R\$ 2,33 bilhões), ultrapassando Sorriso (MT), até então primeiro na lista, com 2,07 bilhões. Esse município baiano foi responsável em 2012 por 12,4% da colheita brasileira de algodão e 48,9% da produção baiana, também ficou em 11º no ranking nacional de soja. São Desidério também lidera o ranking nacional das cidades com maior renda agrícola do país.

A localização geográfica desse município é um fato positivo para o escoamento dos produtos. Ligado às rodovias BR-242 (São Desidério/Salvador), BR-020 (São Desidério/Brasília) e BR-135 (São Desidério/Piauí), São Desidério ainda tem mais de três mil quilômetros de estradas vicinais. Segundo seu secretário municipal de agricultura, 58,3% da soja produzida nesse município segue para China, Alemanha, Turquia e Tailândia através do Porto de Santos-SP.

No município de São Desidério destacam-se, como maiores empresários do agronegócio, os Grupos Horita, Busato e Carrol devido à centralização de suas fazendas. O grupo HORITA – Empreendimentos Agrícolas Ltda. é composto por três irmãos de descendência japonesa: Ricardo Lhossuke Horita, Wilson Hideki Horita e Walter Yukio Horita. A força produtiva desse grupo é revelada pela alta concentração de terras no município de São Desidério, possuindo 77 fazendas produtoras de algodão e outras 3 fazendas no município de Correntina (ABAPA, 2011).

Figura 17 – Fardos de algodão. Fazenda Acalanto, do Grupo Horita, Roda Velha (São Desidério/BA)



Fonte: Camila Dutra, junho 2013.

Em 2013, em torno de 46% do algodão do Oeste Baiano foi destinado ao exterior, enquanto no ano anterior, com maior disponibilidade de produção, o índice chegou a 74%. Os principais clientes são países asiáticos. Coreia do Sul, Indonésia e China foram os maiores compradores no último ano, com pouco mais de 22%, 16% e 13%, respectivamente. Coreia do Sul e Indonésia estão sempre entre os principais mercados do algodão baiano nos últimos anos, enquanto a China começou a aumentar as aquisições em 2009 e, inclusive, foi o principal país importador da fibra têxtil da Bahia em 2011 e em 2012 (no último ano, com 37% do total exportado). A saída do algodão para exportação se dá por via marítima, sendo a maior fatia (82%) pelo Porto de Santos, em São Paulo, e 15% pelo Paranaguá, no Paraná. Apenas 2,9% é transportado pelo Porto de Salvador, na Bahia. (ANUÁRIO..., 2013/14)

Vale destacar que, apesar das propaladas boas características do algodão do Oeste Baiano, essa região ainda não sedia indústrias têxteis, possuindo, ao invés disto, várias unidades de beneficiamento inicial (limpeza e seleção) – em torno de 60 usinas beneficiadoras, com capacidade para processar 1.350 ton./dia de algodão em caroço. A maior parte dessas algodozeiras está concentrada em São Desidério. A Associação de Agricultores e Irrigantes do Oeste da Bahia (AIBA) e a Abapa conseguiram, junto ao Governo do Estado, a implantação do Programa de Incentivo à Cultura do Algodão no Cerrado Baiano – que tem pretensão de transformar o Oeste Baiano no maior polo têxtil do Nordeste.

Figura 18 – Beneficiadora de algodão, Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, novembro de 2012.

O governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e em parceria com os produtores, vem procurando agregar valor ao algodão internamente, atraindo investimentos nos segmentos industriais correlacionados com a cotonicultura. A intenção é verticalizar o circuito produtivo do algodão no próprio estado, sobretudo com a implantação de empreendimentos dos segmentos têxtil e transformação do caroço de algodão. Uma alternativa para a industrialização do caroço de algodão é a produção de óleo, que pode ser utilizado na alimentação humana, bem como na produção de energia renovável.

3.3.3 Milho

A produção em larga escala do milho no Oeste Baiano originou-se, ainda na abertura da fronteira agrícola na região nos anos de 1980, da necessidade de se encontrar uma boa alternativa na rotação de culturas com a soja. O milho foi o que apresentou primeiramente maior viabilidade técnica/econômica em um sistema de sucessão de plantio. Em pouco tempo a região se consagrou também como grande produtora de milho. Esse produto, considerado antes como, majoritariamente, de subsistência e cultivado por pequenos produtores em todas as regiões do Estado, foi incorporado progressivamente à modernização agrícola instalada no Oeste Baiano, apesar de ainda estar presente entre os principais cultivos dos camponeses.

As análises técnicas afirmam ser o milho usado na rotação de culturas fundamental para minimizar os efeitos de doenças, como o mofo branco, fungo que costuma atacar as leguminosas (soja e feijão). O milho é adotado em regiões de abertura de novas áreas. Após alguns anos de cultivo da soja, os produtores lançam mão do milho na primeira safra para realizar a rotação de cultura. Nesse caso, a soja também acaba atuando como agente indutor para a produção de milho, porém com uma defasagem temporal que pode chegar a cinco ou seis anos.

Atualmente, a produção de milho baiana está definida geograficamente em duas regiões: o Oeste, que desde a década 1990 já está consolidado como zona de excelência para o cereal no Estado; e o Nordeste da Bahia, que vem alcançando índices de produtividades muito expressivos, apresentando-se também como área importante nesse segmento. Contudo o Oeste Baiano é líder nacional em produtividade por hectare de milho. Enquanto no mundo se produz, em média, 86

sacas por hectare de milho, nessa região se colhe 155 sacas por hectares³³. São as pesquisas em desenvolvimento, os experimentos de híbridos e o aperfeiçoamento das técnicas de manejo para melhoria do padrão genético que têm resultado no aumento da produtividade dessa cultura na região.

Todos os municípios do Oeste Baiano cultivam milho, porém os principais produtores, em nível de agronegócio, são: Formosa do Rio Preto, Barreiras, Correntina, Jaborandi, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães que, juntos, representam 50% de todo o milho produzido no Estado³⁴ e mais de 87% da produção regional. No Oeste Baiano, o milho é produzido basicamente em áreas de sequeiro, sendo ínfima a área irrigada. Essa região é responsável por abastecer tanto a avicultura e a suinocultura das granjas situadas principalmente na Região Nordeste, altamente demandadoras de farelo de soja e milho, quanto a indústria alimentícia também do Nordeste do País. Diferentemente da soja, a comercialização dessa cultura ocorre, quase totalmente, para o mercado nacional.

A população do Nordeste tem tradição de incorporar, em sua alimentação, produtos à base de milho. Dessa forma, os produtores de milho do Oeste Baiano esperam que haja uma escalada da demanda desse produto tanto perante aumento do uso de seus derivados como pela elevação do consumo de carnes de frango e suínos. Portanto, trata-se de um mercado estratégico para o milho da Bahia. Outro fator importante para esse incremento do plantio é a entrada recente da China como compradora no mercado internacional de milho nas duas últimas safras.

A Tabela 13 mostra que a produção de milho no Oeste Baiano é crescente ao longo dos últimos anos. A área plantada com milho aumentou de 180 mil ha em 2003 para 265 mil ha em 2013, crescimento de 6,9% em relação à temporada anterior e 47% a mais na confrontação com a safra 2003/04. A produção evoluiu de 1,1 milhão de toneladas no primeiro ano para quase 2,3 milhões no último ano, com crescimento de 17,5% em relação à safra anterior, que havia sido prejudicada pela estiagem. Em comparação com a etapa 2003/04, o aumento passa de 100%.

A Tabela 13 também evidencia os expressivos índices produtivos registrados na região, que aumentaram mais de 50% durante a década (37%, se

³³OESTE da Bahia vai exportar milho pela primeira vez. **Revista Agronews Oeste**. Luís Eduardo Magalhães-BA, ano 8, n. 29, 2012.

³⁴BOLETIM encontro técnico do milho. Luís Eduardo Magalhães-BA: Fundação BA, ano 02, n. 2, mar. 2011.

considerado o último ano), passando de 106 sacas/ha em 2003 para 145 sacas/ha em 2013, enquanto a nacional ficou em 81 sacas/ha nesse último ano. Esses números são explicados pelo alto nível tecnológico empregado. Entre os aspectos que se destacam, há o manejo do solo, as sementes adaptadas, as máquinas de precisão e a mão de obra mais qualificada no setor.

Tabela 13 – Os números do milho. Produção de milho no Oeste Baiano, 2003-2014

Safra	Área (mil ha)	Produção (mil t)	Produtividade (sc/ha)
2003/04	180,0	1.144,8	106
2004/05	129,0	823,6	106
2012/13	248,0	1.968,9	130
2013/14	265,0	2.349,1	145

Fonte: Anuário da Região Oeste da Bahia, 2014. Organização: Camila Dutra.

A grande produção de grãos, principalmente de soja e milho, faz do Oeste Baiano uma região naturalmente propícia para o desenvolvimento da avicultura. Dados da AIBA de 2012³⁵ mostram que a região dispunha de 510 mil aves de postura, o que corresponde a 110 mil animais a mais em comparação com o mesmo período em 2011, com uma produção média de 6,5 milhões de ovos por mês. De acordo com o mesmo levantamento, a região tinha 80 aviários, com produção superior a 30 mil aves de corte no período de 45 dias.

A Bahia conquistou a classificação “B” no Programa Nacional de Sanidade Avícola. É a melhor classificação obtida no país, visto que ainda não há nenhum Estado com classificação “A”. As granjas de avicultura de corte do Oeste Baiano têm ainda a vantagem competitiva de serem as únicas do Estado que possuem o certificado em conformidade com a Instrução Normativa nº 56, que estabelece procedimentos relativos à atividade avícola no País.

Empresas dos setores alimentícios, com produtos derivados do milho, e do setor avícola têm se instalando na região para ficarem próximas à matéria-prima. A Mauricéia Alimentos, empresa avícola com matriz em Pernambuco, e a Coringa (de Alagoas), de alimentação humana, começaram a operar em 2010 no Centro Industrial do Cerrado, em Luís Eduardo Magalhães. Essas duas fábricas juntas consomem perto de 100 mil toneladas de milho por ano.

³⁵ Ver: ANUÁRIO da região Oeste da Bahia: Safra 2011/12, Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2012.

Figuras 19 - Mauricéia Alimentos. Luís Eduardo Magalhães/BA (á esquerda)
Figura 20 – Grupo Coringa. Luís Eduardo Magalhães/BA (á direita)



Fonte: Camila Dutra, novembro de 2012.

A Mauricéia, maior indústria de carne de frango da Região Nordeste e uma das maiores do Brasil, é composta por quatro parques industriais em Pernambuco e seis localizados na Bahia (Luís Eduardo Magalhães e Barreiras). Inclui cinco unidades produtoras no Oeste Baiano: granja de matrizes, incubatório, fábrica de rações, granjas para engorda dos frangos e abatedouro industrial. O destino é o mercado interno dos estados da Bahia, de Goiás e de Mato Grosso e 40% destinado à exportação. Parte dos frangos do Oeste Baiano já é abatida na planta frigorífica dessa empresa, e a sua capacidade de alojamento alcança 2,8 milhões de aves³⁶. Nessa indústria são produzidas 7.400 toneladas de ração/mês.

O grupo Coringa instalou-se numa área de 100 mil m², com custo de instalação em torno de R\$ 50 milhões. Em Luís Eduardo Magalhães essa empresa processa 200 mil toneladas de milho/ano, podendo chegar a 300 mil toneladas, para produzir farinha de milho, além de farelo para ração animal. Segundo informações da empresa, ela gera atualmente 200 empregos diretos³⁷.

³⁶ PARA cima e avante. **Anuário** da Região Oeste da Bahia: Safra 2010/11, Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2011.

³⁷ GRUPO Coringa: há mais de 40 anos produzindo no Nordeste. **Revista** Agronews Oeste. Luís Eduardo Magalhães-BA, ano 7, n. 25, 2011.

3.3.4 Café

Assim como as culturas citadas anteriormente, o café tem apresentado um crescimento da área plantada e da quantidade produzida nos Cerrados baianos em áreas ocupadas anteriormente pela soja. Situação similar ao que ocorre em outras áreas do Cerrado no País. Por se tratar de um cultivo altamente mecanizado, que exige grandes investimentos no seu processo de implantação, e ser tradicionalmente realizado por segmentos sociais que incorporam inovações tecnológicas (com 80% da produção dentro dos padrões internacionais), a ampliação da produção de café na região é mais um resultado da modernização excludente e conservadora da agricultura no Oeste Baiano. Na Figura 21 é possível vermos a localização da produção de café na Bahia, demonstrando a especialização do Oeste Baiano voltada para o café arábica.

Figura 21 – Regiões produtoras de café na Bahia



Fonte: Secretaria Da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), 2014.

De acordo com Frederico (2012), os primeiros cafeicultores do Oeste Baiano eram produtores individuais, que já plantavam café em outras regiões brasileiras, principalmente no Estado de São Paulo e nas regiões do Sul de Minas Gerais e do Triângulo Mineiro, ou então produtores “sulistas” que conjugavam os plantios de café com outros grãos. Mas, atualmente, como mostra esse autor, os agentes que atuam na produção propriamente dita de café podem ser subdivididos basicamente em dois grupos: produtores individuais – provenientes em sua maioria de outras regiões produtoras, principalmente dos estados de Minas Gerais e São Paulo, que possuem uma longa história familiar vinculada à cafeicultura – e grupos empresariais nacionais e internacionais – com capital investido em diversos segmentos da economia, cuja cafeicultura, na sua maioria, não representa o principal ramo de investimento.

De acordo com Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Café, realizado pela Associação dos Cafeicultores da Bahia (ABACAFÉ), a Bahia possui cerca de 20 mil produtores, dos quais 92,6% são pequenos agricultores, com média de 10 hectares, e 6,8% com menos de 100 hectares. Porém o contingente dos grandes produtores (0,6%), que possuem mais de 100 ha, são responsáveis sozinhos por 46% da produção, com produtividade de 33 sacas/ha, enquanto os pequenos produzem apenas uma média de 13 sacas/ha. Os grandes produtores têm acesso aos sistemas de irrigação, indispensáveis para a produção do café nos Cerrados, já os pequenos não têm condições para arcar com o custo alto dessa tecnologia.

Ao contrário da maioria das regiões produtoras de café do Brasil e do mundo, a cafeicultura do Oeste da Bahia imita suas culturas vizinhas, sendo produzida em grandes propriedades, com uso intensivo de mecanização, irrigação e insumos químicos e pequena presença de mão-de-obra (FREDERICO, 2012, p.284).

Aliando o uso de alta tecnologia às condições ideais de clima e de relevo, o Oeste Baiano produz café arábico sem os riscos enfrentados em áreas tradicionais da cultura, principalmente as geadas. No Cerrado baiano, a planta encontra luminosidade durante quase o ano inteiro e regularidade do clima com períodos de chuva bem definidos, o que contribui para a boa produtividade das lavouras e para a qualidade da produção.

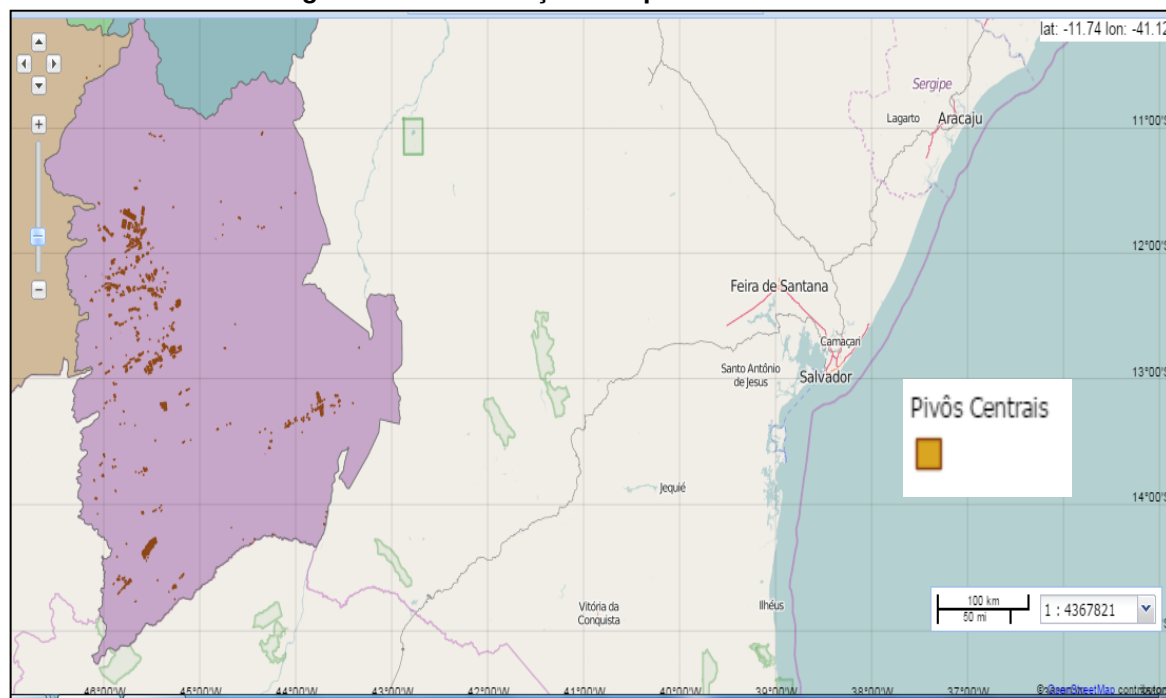
Figura 22 – Lavoura de café irrigado por pivô central. São Desidério/BA



Fonte: Camila Dutra, novembro de 2012

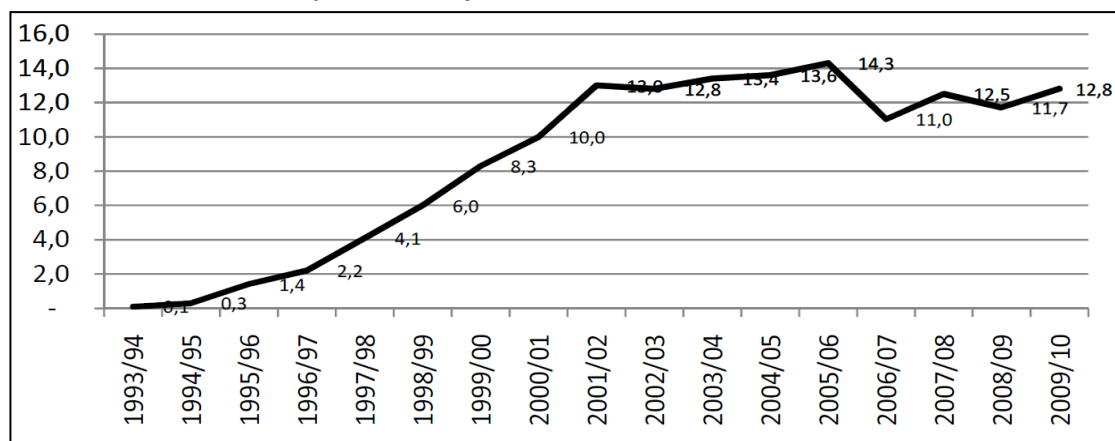
O Chapadão Ocidental do São Francisco tem 6,5 milhões de hectares, na divisa entre Tocantins, Piauí, Goiás e Bahia, mas, à medida que se afasta da fronteira com Tocantins, a água de chuva se torna escassa. No Oeste Baiano, a maioria das lavouras é de sequeiro, porém quem tem mais problemas com a falta de água na região usa irrigação. Há muitos rios perenes que contribuem com 90% da bacia de captação do Rio São Francisco, que delimita e faz “fronteira” do Oeste com o resto do Estado.

O bombeamento da água nos pivôs não é difícil, já que a chapada é plana, no máximo 20 metros de desnível, e há a presença de muitos rios superficiais. Segundo dados fornecidos pela AIBA, os produtores da região contam com cerca de 550 pivôs centrais instalados e uma área irrigada em torno de 100 mil hectares, que significa aproximadamente 10% da área cultivada anualmente na região, sendo que apenas 15 mil ha são ocupados pelo café (o restante está subutilizado ou ocupado com o cultivo de milho, feijão e frutas). A Figura 23 mostra a distribuição dos pivôs centrais no Oeste Baiano.

Figura 23 – Distribuição dos pivôs centrais no Oeste Baiano

Fonte: Matopiba GeoWeb, 2016. Organização: Camila Dutra.

Apenas seis municípios produzem café no Oeste Baiano: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Cocos e Santana. Entretanto o município de Barreiras sozinho produz 33% de todo o café da região, seguido por Luís Eduardo Magalhães (28%) e São Desidério (25%). A produção de café no Oeste Baiano representa 18,6% da produção da Bahia, 18% em relação ao Nordeste, porém apenas 1% da produção brasileira. Conforme o Gráfico 1, a área plantada com café nos Cerrados baianos evoluiu de menos de mil hectares em 1993 para quase 13 mil ha em 2010.

Gráfico 1 – Evolução da área plantada com café no Oeste Baiano 1993 - 2010

Fonte: Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), 2014.

Na safra 2013/14, o espaço dedicado à produção de café no Oeste Baiano ficou na faixa de 13 mil hectares e ainda com uma área de 2.314 ha em renovação e 1.506 ha em formação. Nessa safra a produção foi de 26 mil toneladas de café. A produtividade manteve-se na faixa de 40 sacas/ha, muito superior à média brasileira, estimada em 24 sacas/ha (ANUÁRIO..., 2014). Segundo informações da Cooperativa Agrícola do Oeste da Bahia (COOPROESTE), cerca de 60% do café produzido nessa região é exportado, sendo o restante destinado para o próprio mercado baiano, o qual absorve 30% do café produzido no Estado, e para outras unidades da Federação.

Figuram entre os principais compradores locais do café do Oeste Baiano as *tradings* e indústrias de outros estados, onde o produto é processado e é realizado o *blend* (mistura) para posterior comercialização. Quanto às exportações diretas do grão de café do Oeste baiano, elas totalizaram 402 toneladas em 2013, embora tenham sido registradas 3,3 mil toneladas negociadas para outras nações no ano anterior (ANUÁRIO..., 2014). Os maiores importadores têm sido os Estados Unidos e a Bélgica. Igualmente aparecem entre os compradores países como Alemanha, Austrália e Japão. Desde 2010, quase todo o café tipo exportação produzido no Oeste Baiano sai pelo Porto de Salvador (BA), em substituição ao Porto de Santos (SP), antes predominante³⁸.

O plantio altamente produtivo do café do Oeste Baiano ganha reconhecimento de qualidade e busca cada vez maior afirmação regional. O foco da atividade na região, com situação favorável de relevo e água, está voltado à tecnologia e à escala. Também permite maior mecanização nas áreas planas, o que dinamiza o processo produtivo e pode reduzir custos. O produto do Oeste baiano foi reconhecido em âmbito nacional em 2014, na 23ª edição do Prêmio Ernesto Illy de Qualidade do Café para *Espresso*, com a conquista do primeiro lugar na categoria Regional Norte/Nordeste. A região também está na expectativa da obtenção da Indicação Geográfica³⁹ para o seu café. Em maio de 2014, o pleito estava em fase

³⁸Informações obtidas a partir de entrevista com a presidência da Cooproeste (06/11/2012).

³⁹O registro de Indicação Geográfica (IG) é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de distingui-los em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (*know-how* ou *savoir-faire*). O Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI é a instituição que concede o registro e emite o certificado. Fonte: <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/indicacao-geografica>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

final de tramitação no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), devendo ser inscrito, logo após, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), conferindo nova matriz promocional ao café do Oeste da Bahia (ANUÁRIO..., 2014).

3.3.5. Outros produtos agropecuários

A pauta da agricultura do Oeste Baiano conta ainda com diversas outras atividades, de menor expressão em números, mas que também compõem a sua base econômica, embora não se configurem como *commodities* agrícolas. Essas outras atividades envolvem a pecuária, a plantação de feijão e arroz, o cultivo de sorgo e capim, a fruticultura e a expansão das florestas de eucalipto. Existem ainda as áreas de pastagem, que se mantêm estáveis, e as de pousio, onde ocorre sensível diminuição, considerando-se que vêm sendo incorporadas pela expansão do agronegócio.

A atividade pecuária ainda possui grande importância no Oeste Baiano, porém a atual base técnica se difere, em muito, daquela existente antes da chegada da modernização, quando a população local utilizava os pastos nativos de forma extensiva, em bases econômicas rudimentares. É bem verdade que ainda encontramos espaços com atividades pecuárias fundamentadas em relações econômicas e sociais que não são consideradas modernas pelo capital agrícola, já que os pequenos pecuaristas continuam sem acesso ao processo de informatização da atividade e à utilização de tecnologias, porém o número desses criadores vem reduzindo com a ampliação da concentração fundiária promovida pela expansão do agronegócio na região.

Observamos uma coexistência de novas e velhas estruturas e modos de produção, mas que se dá de forma desigual e progressivamente excludente do tradicional, do familiar, do rudimentar. Como aponta Santos (2012, p.413)

O intenso fluxo de capitais no início da modernização que não foi gerado pelas condições de produção existentes anteriormente na região, mas que foi oriundo de outras regiões do país e do mundo, não modificou as relações de posse e uso da terra e as relações de produção; combinando antigas estruturas sociais com uma rede do grande capital nacional e internacional.

A produção de *commodities* (soja, algodão, milho e café), além de diversificar as atividades agropecuárias no Oeste Baiano, do ponto de vista do

agronegócio, introduziu a pecuária moderna na rotação dessas culturas. O beneficiamento desses grãos produzidos na região gera produtos e subprodutos (palhadas e caroço de algodão, feno de milho e de brachiária) que podem ser usados como alimento suplementar aos rebanhos, inclusive para os momentos de confinamento (animais alimentados exclusivamente a cocho durante o período de seca). De outro modo, o Oeste Baiano possui 3,8 milhões de hectares de pastagens. Isso permite parcerias entre pecuaristas e agricultores, entrando no sistema de produção integrada (lavoura-pecuária) e/ou confinamento. Enquanto a pecuária extensiva predomina na região mais tradicional do Vale, o confinamento prevalece no Cerrado.

De acordo com o levantamento da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB)⁴⁰, o rebanho bovino do Oeste Baiano passou de 1,2 milhão para 2,1 milhões de cabeças entre 2001 e 2007, um avanço de 70%. A região possui, atualmente, um rebanho superior a 2,0 milhões de cabeças de gado (um quinto do rebanho da Bahia, o qual é o sétimo maior do País), sendo cerca de um milhão de matrizes, que produzem anualmente 400 mil bezerros (ANUÁRIO..., 2014). Com exceção do município de Luís Eduardo Magalhães que, nos últimos três anos, consolidou-se como uma área de engorda intensiva de animais, os demais municípios do Oeste Baiano possuem um modelo de pecuária que envolve as atividades de cria, recria e engorda.

Tradicionais criadores de gado de São Paulo, pressionados pelo crescente avanço da cana-de-açúcar no interior paulista, têm migrado para o Oeste Baiano com o objetivo de desenvolver bovinocultura moderna e rentável. Em 2005/2006, duas grandes empresas pecuaristas paulistas – a CFM Agro-Pecuária e a Agropecuária Jacarezinho, grandes produtoras de tourinhos – compraram fazendas no Oeste Baiano e têm transferido seus rebanhos para essa região. Outra empresa paulista que montou projeto foi a selecionadora de “Nelore”, Fazenda Paredão, de Oriente/SP, com engorda 3,0 mil bois/ano⁴¹.

Inserem-se iniciativas ainda mais restritas ao campo, como a construção, em Luís Eduardo Magalhães, do maior confinamento de bovinos do Nordeste, o Projeto Captar – Central de Agrobusiness em Produção e Tecnologia para Áreas Rurais, com matriz em Ilhéus-BA. O projeto ocupa 200 ha, incluindo fábricas de

⁴⁰ Entrevista com fiscal da ADAB no Posto Fiscal de Rosário (Correntina-BA), novembro de 2012.

⁴¹ RUMO ao Oeste. **DBO**: a Revista de Negócios da Pecuária, São Paulo, ano 27, n. 239, 2008.

adubo orgânico e de ração, e previa capacidade inicial de 12.500 animais em 2012 e espaço final de 70 mil unidades, em 2013⁴².

O Oeste Baiano possui cerca de oito confinamentos fixos, com capacidade de terminação próxima a 52 mil animais/ano. Para absorver essa produção, a região conta com três frigoríficos ativos localizados nos municípios de Barreiras, Muquém do São Francisco e Santa Maria da Vitória. Somadas, as plantas possuem uma capacidade instalada de abate de 1.300 bovinos/dia. O Fribarreiras, mais importante frigorífico da região, tem capacidade de abate de 750 bovinos/dia e adequou suas instalações para atender o mercado externo. Esse frigorífico recebe bovinos, caprinos e suínos de 1.200 fornecedores, de 19 municípios, num raio de 350 km, e atende cerca de 300 cidades baianas⁴³.

A base de produção na região é zebuína, com predominância da raça Nelore, que se destaca na seleção e tem grande aceitação comercial por sua capacidade de multiplicação e facilidade de manejo, ao lado do Guzerá. Nos últimos cinco anos, cresceu o emprego de tecnologias de produção ligadas à terminação de bovinos. A questão do melhoramento genético tem sido enfatizada entre os produtores da região, como uma forma de garantir animais mais produtivos e resistentes, ao lado do manejo e da boa nutrição. Na região existem ilhas de melhoramento, iniciativa de grupos econômicos focados fortemente no trabalho de inseminação artificial, com cruzamento entre animais europeus e zebuínos.

A tradicional produção de feijão e arroz também mantém lugar na matriz produtiva da região, especialmente em áreas novas de abertura e pós-colheita de soja. A produção de feijão é mais representativa na variedade *Vigna* sequeiro (o popular “feijão de corda”). Dos 59 mil hectares plantados no total com a leguminosa, 50 mil ha são com esse tipo de feijão, que registrou aumento de área de 8,7% na safra 2013/14, usado como alternativa para lavoura nova e também entrando em espaço após a colheita da soja. Sua produção alcançou 46.800 toneladas nessa safra, 41% a mais do que na temporada anterior, quando houve interferência do clima (ANUÁRIO..., 2014).

A outra variedade de feijão plantada na região é a Pérola, conhecida como “carioquinha”, mais nobre e exigente, cultivada em áreas irrigadas. Sem

⁴²PARA cima e avante. **Anuário** da Região Oeste da Bahia: Safra 2010/11, Barreiras-BA: Editora Gazeta, mai. 2011.

⁴³RUMO ao Oeste. **DBO**: a Revista de Negócios da Pecuária, São Paulo, ano 27, n. 239, 2008.

estímulo de preço e com incertezas de mercado, teve a área reduzida (8,7% a menos do que no período anterior) e a produção decresceu na mesma proporção, ficando por volta de 27 mil toneladas. O volume total colhido nos dois tipos (*Vigna* e *Pérola*) ficou em torno de 74 mil toneladas, e a soma global do Valor Bruto de Produção (VBP) do grão foi calculada na faixa de R\$ 139 milhões (ANUÁRIO..., 2014).

Figura 24 – Lavoura de feijão. Baianópolis/BA



Fonte: Camila Dutra, novembro de 2012

No Oeste Baiano, o arroz é cultivado principalmente no primeiro ano, na abertura de novas áreas dos Cerrados, pois não requer tanto manejo. É a alternativa mais viável, logo após a calagem do solo. Cultura menos exigente em fertilidade da terra, com baixo valor econômico, o arroz produzido é direcionado para outras regiões do Estado e também para outros estados do Nordeste. Os principais municípios produtores na região são Barreiras e São Desidério. Na safra 2013/14, o arroz do Oeste Baiano foi cultivado em cerca de 6 mil hectares, registrando acréscimo de 13,7% em relação à safra anterior. A produção vem sendo estimada em 10,8 mil toneladas e tem demanda garantida segundo a Aiba. A renda que pode ser gerada com esse volume, conforme projeção realizada pelo mesmo órgão, está na casa dos R\$ 9,4 milhões (ANUÁRIO..., 2014).

Na região também é bastante comum a produção de capim e sorgo, usados principalmente para atender à demanda da pecuária extensiva local. O sorgo, empregado na cobertura do solo após a colheita de outros produtos, mostrou significativa evolução em área e produção na safra 2013/14. Conforme levantamento

feito pelo Conselho Técnico da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), cerca de 35 mil hectares foram ocupados em 2014 com essa cultura –170% a mais do que na etapa anterior – e a produção chegou a 63 mil toneladas –325% a mais (ANUÁRIO..., 2014).

Já no cultivo de capim, sobressai a produção de sementes pelas boas condições existentes para tal na região. Na última temporada foram dedicados 25 mil hectares para esse fim e colhidos mais de 11 mil quilos de sementes, propiciando renda de R\$ 11,2 milhões para os produtores. O cultivo decresceu 16,7% em relação ao período anterior, por redução temporária de demanda com a seca no Nordeste (ANUÁRIO..., 2014).

A fruticultura também possui bastante expressão econômica no Oeste Baiano, tendo crescido na região através de pequenos e médios produtores, empresas rurais de grande porte e projetos de irrigação desenvolvidos, desde os anos de 1989, pela Companhia de Desenvolvimento dos vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). A produção abastece o mercado nacional, principalmente o Sul e o Sudeste, e exporta limão, manga e mamão para França, Inglaterra, Canadá e Holanda.

A fruticultura do Oeste Baiano tem duas áreas distintas de produção, com peculiaridades regionais, o Cerrado e o Vale. No Cerrado ocupa quase 4 mil hectares, onde são irrigados com pivô central os citros, mamão, banana, melancia e goiaba, consumidos principalmente no mercado interno. Houve pequeno incremento na área plantada total, que subiu de 3,3 mil hectares no ciclo 2009/10 para quase 4 mil hectares na safra 2010/11. Na produção do Vale, boa parte da área (1,8 mil hectares) foi ocupada com o plantio de melancia. Outros destaques vão, principalmente, para a produção de mamão (1.800 ha), manga (1.620 ha), citros (1.078 ha), goiaba (360 ha) e coco (990 ha)⁴⁴, entre outras, o que representa uma receita anual superior a 100 milhões de reais.

⁴⁴Dados obtidos em entrevista, realizada em 24/10/2012, com a gerência executiva do Distrito de Irrigação do Projeto São Desidério/Barreiras Sul.

Figura 25 – Cultivo de mamão. Distrito de Irrigação Barreiras – São Desidério-Sul/BA, Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, novembro de 2012

Outra cultura em expansão na região, mas relativamente recente, é o eucalipto. A cada ano, cresce a área ocupada com reflorestamento no Oeste Baiano. O setor desenvolve-se tendo em vista a necessidade crescente de madeira para finalidade energética. A produção é direcionada às agroindústrias locais, que a utilizam na secagem de grãos, assim como para siderúrgicas da Bahia e de outros estados brasileiros. Na região é atendida principalmente a demanda da Bunge e Cargill e da indústria de fertilizantes Galvani, a construção civil em geral, e particularmente as construções rurais.

Em 2013, as áreas plantadas com eucalipto somavam 57 mil hectares, o que representa incremento de 6 mil hectares em relação ao levantamento feito para a safra 2012 (ANUÁRIO..., 2014). Em sua maioria, esses novos plantios estão viabilizando áreas não favoráveis ao cultivo de agricultura anual de soja, milho e algodão e incluem também áreas de integração com pecuária. Para esses empreendimentos vêm sendo destinados principalmente espaços de menor valor comercial, mas com boa pluviometria, localizados entre as terras de Cerrado do Extremo Oeste, altamente valorizadas devido ao clima estável, e as do Vale.

Embora composto de algumas atividades tradicionais do Oeste Baiano, como a pecuária, a produção de feijão, arroz e o cultivo de frutas, esse quadro de “outras culturas”, aqui exposto, vem seguindo na trilha de um modelo de produção semelhante ao agronegócio, adotando progressivamente práticas e técnicas agrícolas modernas e uma produção de escala. Que dirá a produção de eucalipto, que já nasce dentro dessa lógica.

A agricultura de subsistência e a pecuária extensiva diminuem no Oeste Baiano, cada vez mais, não apenas em sua área plantada, mas nas suas formas convencionais de produzir. O Anuário da Região Oeste da Bahia (2014) aponta que a área total de outras culturas (que não sejam as *commodities* soja, milho, café e algodão) registrou decréscimo na ordem de 66% na safra 2013/14, comparada com a anterior. É evidente que essa redução tem se dado em detrimento do avanço da produção moderna de *commodities* agrícolas, que traz outras relações e outro tempo de produção. Nesse “outro tempo de produção”, o cenário é caracterizado pela busca por maior competitividade, maior desenvolvimento tecnológico, maior oferta de produtos e serviços adequados às expectativas do mercado agrícola nacional e internacional.

Entre as estratégias competitivas do agronegócio, para aumento da produtividade e redução de custos, está a logística, um ramo da gestão empresarial cujas atividades estão voltadas para o planejamento da armazenagem, circulação (terra, ar e mar) e distribuição de produtos. No agronegócio, em que o produto agrícola é nada mais nada menos que uma mercadoria, e a produção é essencialmente voltada para o mercado, fazer com que as “coisas” (materiais e informações) se movimentem o mais rápido possível, conseguindo assim otimizar os investimentos em ativos (estoques), torna-se indispensável. Desse modo, a produção das *commodities* agrícolas cultivadas no Oeste Baiano, e apresentadas neste item, não se realizaria sem uma base logística organizada o suficiente para movimentar esses produtos e todos os seus insumos no território.

3.4 GEOGRAFIA DO MOVIMENTO: FIXOS E FLUXOS DA LOGÍSTICA NA PRODUÇÃO

Castillo (2007) enfatiza como a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste, Norte e Nordeste aumentou a distância entre as regiões produtoras e os principais portos exportadores, tornando a logística de escoamento dos grãos e importação dos bens de produção muito mais complexa. Para o autor, as baixas densidades regionais em infraestrutura de transporte, a exportação da maior parte da produção e a exigência de competitividade, imposta por parâmetros internacionais de qualidade e custos, tornaram a logística um campo privilegiado de

reivindicação por parte dos grandes produtores e corporações (*tradings/agroindústrias*) e pauta prioritária dos projetos estatais.

Enquanto que para algumas empresas, especialmente as *tradings*, o investimento em logística constitui um diferencial para conquistar clientes, estabelecendo terminais de transbordo junto à área produtora e parcerias com ferrovias para transporte até o porto, para outras a logística se transforma em grande negócio como parte essencial da empresa. Um dos objetivos mais importantes da logística é conseguir criar mecanismos para entregar os produtos ao destino final num tempo mais curto possível, reduzindo os custos. Para isso, os especialistas em logística estudam rotas de circulação, meios de transportes, locais de armazenagem (depósitos) entre outros fatores que influenciam na área.

Observa-se que a organização da nova logística nas áreas de fronteiras agrícola busca, sobretudo, atender às empresas que atuam no setor de produção agropecuária do Cerrado. De acordo com Castillo (2004, p.87)

A combinação de ações entre os agentes públicos e privados e a distribuição seletiva de grandes sistemas de transporte e logística na viabilização da produção de soja para exportação, têm provocado profundas transformações na organização e no uso do território brasileiro.

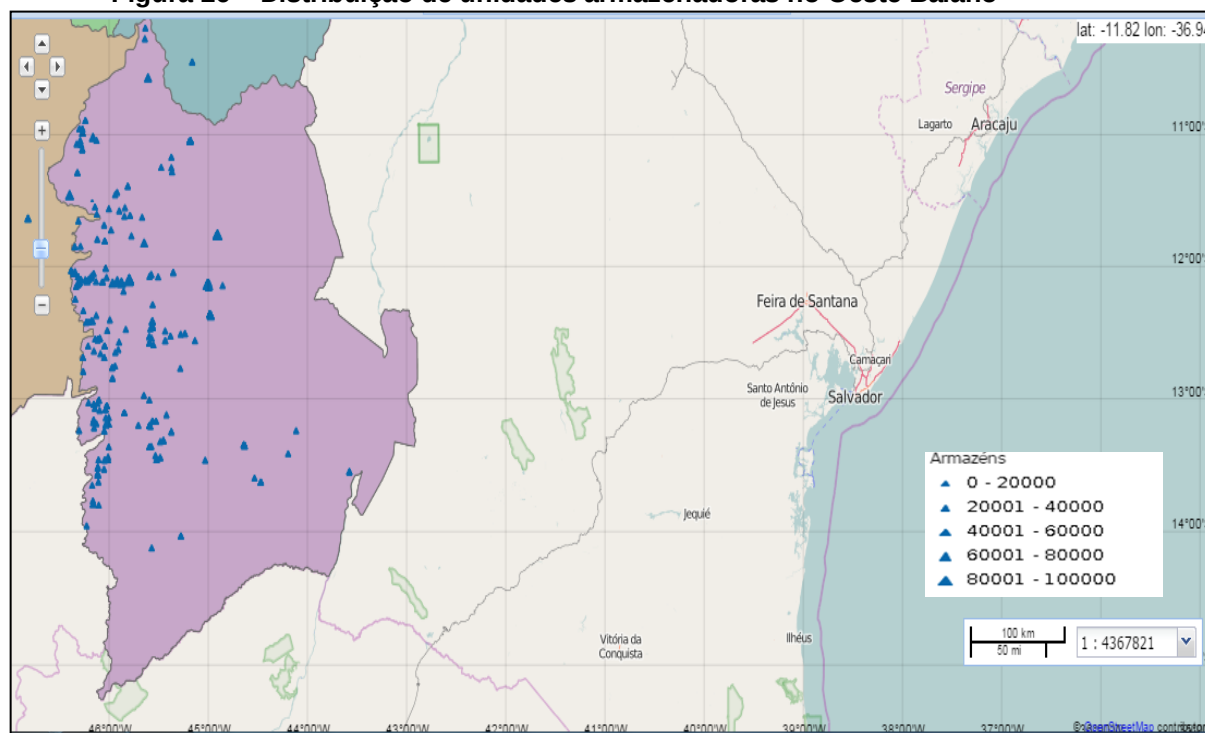
O Oeste Baiano tem se reestruturado a partir de ações públicas e privadas para fornecer infraestruturas logísticas exigidas pelas grandes empresas do agronegócio, de modo a permitir o escoamento da produção. Bem, sabemos que a logística envolve diversos recursos da engenharia, da gestão, da contabilidade, da estatística, da tecnologia, do marketing, do transporte e dos recursos humanos. Perante essa complexidade de atributos, decidimos por focar apenas nas questões de armazenamento e transporte, que consideramos pontos altos para a gestão da produção agrícola na região pesquisada.

Em termos de infraestrutura, merece destaque o processo sistêmico de armazenagem, que inclui unidades armazenadoras ao nível de propriedade agrícola, coletora, intermediária e terminal. O Brasil ainda não dispõe de um sistema muito organizado nesse setor, mas apenas de um conglomerado de unidades o mais diverso possível, com predominância de armazéns coletores (FREDERICO, 2012).

Nas áreas de produção do Oeste Baiano, é marcante a presença de unidades de recebimento (armazenamento) das *tradings* para captação da produção dos fornecedores locais. O sistema de armazenagem é muito concentrado nessa

região e metade do armazenamento de grãos controlada pelas próprias *tradings*. A figura 26 mostra a distribuição de unidades armazenadoras no Oeste Baiano.

Figura 26 – Distribuição de unidades armazenadoras no Oeste Baiano



Fonte: Matopiba GeoWeb, 2016. Organização: Camila Dutra.

De acordo com o Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras 2013 (BRASIL, 2014b), no Oeste Baiano atualmente existem 483 unidades armazenadoras: 198 convencionais, 152 graneleiros, 66 silos, 79 baterias de silo, 7 depósitos e 2 estruturais. Esses armazéns concentram-se majoritariamente nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desiderio, Formosa do Rio Preto e Correntina. Em localidades como Roda Velha, Novo Paraná, Rosário e Coaceral, o espaço urbano é pontilhado por silos de armazenagem, lado a lado com os outros equipamentos tipicamente urbanos.

As *tradings* Bunge, ADM, Maggi, Cargill possuem armazéns próprios espalhados em vários pontos do Oeste Baiano, enquanto que a Nidera, Noble, Naturale não possuem estruturas próprias, portanto fazem a compra direta da fazenda e transporta direto para o porto ou mercado interno. A Bunge possui um

armazém distinto para receber soja convencional, a qual é esmagada para produzir o farelo “Hipro 48”⁴⁵, que é exportado.

Figura 27 – Unidade de recebimento da Bunge em Roda Velha/São Desidério (BA)



Fonte: Camila Dutra, 2012

A Nova Agri, empresa paulista de armazenagem e escoamento agrícola, presta serviço de aluguel de armazéns para a soja “GMO Free”⁴⁶ na região. Muitas firmas e produtores individuais, que não possuem armazéns próprios, utilizam-se do serviço dessa empresa para armazenarem sua produção. Seu armazém em Luís Eduardo Magalhães, na BR-242 na saída para Tocantins, possui uma capacidade estática⁴⁷ de 30,6 mil toneladas. Algumas empresas da região utilizam também silos bolsas⁴⁸ para complementar a demanda de armazenagem.

⁴⁵ Tipo de farelo que 48% de proteína, sem a necessidade da utilização de um sistema de separação das cascas da soja, antes do processamento. Este farelo é muito conhecido e usado na região sul do país. Fonte: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/49834/1/composicao.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

⁴⁶ Também denominada de “Soja Livre”, a GMO Free significa “Livre de Organismos Geneticamente Modificados”, ou seja, trata-se da soja convencional, não transgênica. Essa soja possui alto valor de mercado no exterior. Fonte: <<http://exame.abril.com.br/rede-de-blogs/bioagroenergia/2011/02/01/gmo-free-o-sucesso-da-velha-soja-convencional/>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

⁴⁷ Capacidade estática é o limite máximo nominal de carga que uma área pode receber simultaneamente. Fonte: <<https://rcalixtologisticaintegrada.wordpress.com/2014/10/28/gestao-da-armazenagem-calculando-o-valor-estiva/>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

⁴⁸ O sistema de armazenagem de grãos secos em silos-bolsa é uma maneira prática e econômica de armazenar a produção na própria fazenda. Esse sistema móvel é realizado em silos-bolsa horizontais de polietileno co-extrudadas em três camadas, com uma espessura de 250 micras e capacidade entre 60 e 180 toneladas. As bolsas possuem diâmetro de 5, 6 e 9 pés e 60 metros de comprimento. O sistema é indicado para o armazenamento de qualquer tipo de grão, como soja,

Figura 28 – Silo-bolsa na Fazenda Célio Zuttion, em Roda Velha (São Desidério/BA)



Fonte: Camila Dutra, 2013

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) autorizou, em 2013, a construção de um armazém público no município de Luís Eduardo Magalhães, como parte do Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014. O armazém da Conab será instalado a 10 km dessa cidade, na BR-020, numa área de 100.000 m², em terreno doado pela Prefeitura Municipal. Com expectativa de início das obras para 2016, os investimentos para construção dessa unidade devem ser de aproximadamente R\$ 72 milhões. O novo armazém contará com capacidade estática de 100 mil toneladas e terá uma estrutura acessória com capacidade de estocagem de 3 mil toneladas.

Essa obra permitirá a formação de estoques públicos, o planejamento da safra e ganhos de competitividade para os empresários agrícolas, além de facilitar o abastecimento de milho para o Nordeste do país, principal consumidor dos grãos do Oeste Baiano. Também está prevista, entre outras coisas, a construção de um ensacador, permitindo o recebimento dos produtos a granel e possibilitando a movimentação deles ensacados para outras unidades da Conab na região⁴⁹.

Além da construção da nova unidade da Conab no município, os produtores do Oeste Baiano também contam com incentivos do Governo Federal para a construção de armazéns nas próprias fazendas. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no Nordeste a área que mais

milho, arroz, feijão, etc. Ele também é indicado para armazenamento de caroço de algodão, café, entre outros. Fonte: <<http://www.marcher.com.br/silo-bolsa>>. Acesso em: 24 dez. 2014.

⁴⁹PLANTA de armazém em Luís Eduardo Magalhães é mostrada a produtores do Matopiba. **Novo Oeste**. Luís Eduardo Magalhães, 28 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.novoeste.com/index.php?page=destaque&op=readNews&title=Planta+de+armaz%E9m+em+Lu%EDs+Eduardo+Magalh%E3es+%E9+mostrada+a+produtores+do+Matopiba>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

procura as linhas de financiamento para ampliação do armazenamento é aquela conhecida como BAMAPITO. Apenas a Diretoria de Agronegócio do Banco do Brasil disponibilizou para a Bahia mais de R\$ 700 milhões nas diversas linhas de financiamento que podem ser utilizadas para investimentos na logística de armazenamento⁵⁰.

Os problemas de escoamento, juntamente com as deficiências na capacidade de armazenagem, representam um dos principais pontos reclamados pelos empresários agrícolas do Oeste Baiano. Pela capacidade de armazenagem da região não atender à demanda produzida, o produtor se obriga a vender o grão logo após a colheita, privando-se de ganhos especulativos advindos da variação sazonal dos preços, paga fretes mais caros e provoca congestionamentos nas rodovias e terminais graneleiros. Como o produtor é compelido a vender antecipadamente sua produção, o risco aumenta da falta de produto na entressafra, momento em que os ganhos poderiam ser aumentados.

Além do sistema de armazenamento, os transportes também constituem uma das principais questões logísticas no Oeste Baiano, ao crivo do agronegócio, a ser resolvida dentro de um esforço de reestruturação da região para atender à expansão da agricultura empresarial, vez que impacta tanto o custo de produção, via despesa com transporte de insumos, quanto o de pós-produção.

O transporte rodoviário é o principal meio de deslocamento de cargas consolidado no Brasil. Pela agilidade operacional, além do baixo custo de investimento inicial, se comparado aos demais modais, esse meio de transporte acabou se fixando como o principal para o carregamento da produção nas áreas de expansão do agronegócio. O transporte ferroviário e hidroviário possui alto custo de investimento inicial e baixa flexibilidade de operações.

No Brasil, a logística de transporte se baseia nas rodovias que operam no limite de suas capacidades. Para os empresários agrícolas, praticamente as rodovias federais e estaduais encontram-se em precário estado de conservação e o sistema ferroviário está sucateado, com exceção de pequenos trechos destinados à

⁵⁰ MINISTRA Kátia Abreu confirma construção de armazém da CONAB em Luís Eduardo Magalhães. **Jornal** Gazeta do Oeste. Luís Eduardo Magalhães, 08 jun. 2015. Fonte: <<http://jornalgazetadooeste.com.br/noticias-diversas/ministra-katia-abreu-confirma-construcao-de-armazem-da-conab-em-luis-eduardo-magalhaes/>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

mineração, o que resulta em perdas elevadas durante o transporte dos granéis⁵¹. Para o caso do agronegócio, a logística de transportes aparece como essencial, tendo em vista que essa atividade econômica é eminentemente exportadora, dependendo do trabalho das *tradings*, dos armadores⁵², das rotas de exportação e do aumento da capacidade de armazenagem.

As cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães são o principal eixo das vias de transporte que interligam os municípios da sua região às diversas capitais dos estados e do país. Suas localizações estratégicas facilitam o escoamento e a comercialização tanto para a exportação como para o abastecimento dos mercados consumidores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Privilegiado pelas mudanças nas últimas décadas, o Oeste Baiano contou com alguns eventos que possibilitaram/motivaram a estruturação da malha viária na região, tais como: a construção da rodovia BR-020 4º BEC, o que aproximou os Cerrados baianos dos grandes centros de produção e consumo do país e permitiu que as terras da região tivessem uma melhor valorização; a chegada do meio técnico-científico-informacional, proporcionado pelas pesquisas realizadas pela EMBRAPA; e a intensa migração de gaúchos e nordestinos para a região em busca de melhores condições de vida.

Conforme destaca E. Alves (2009), se compararmos com outros polos dos Cerrados, o Oeste Baiano congrega uma importante infraestrutura viária ligando-se aos principais mercados do país e aos portos exportadores de Salvador e Ilhéus, com conexão com o porto de Tubarão (ES) e o porto de Suape (PE). A cidade de Barreiras se liga a Salvador pela BR-242 e pela BR-020 tem acesso à Brasília. Essas rodovias têm hoje a possibilidade de escoar produções superiores a 3 milhões de t/ano de soja. Se considerarmos a produção de áreas dos Cerrados do Centro-Oeste, que também pode circular por essas vias, os montantes de soja e demais grãos poderão ser da ordem de 30 a 40 milhões de toneladas/ano⁵³.

⁵¹ Nas entrevistas realizadas com os empresários agrícolas do Oeste Baiano, essas reclamações foram constantes.

⁵² Armador é uma pessoa jurídica, estabelecida e registrada, com a finalidade de realizar transporte marítimo, local ou internacional, através da operação de navios, explorando determinadas rotas, e que se oferece para transportar cargas de todos os tipos de um porto a outro. Pode também ser uma pessoa física. Fonte: <<http://cursosnocd.com.br/logistica/empresas-intervenientes-na-navegacao.htm>>. Acesso em 05 dez. 2015.

⁵³ Fonte: Entrevista com a gerência da empresa 1500 Transportes, em Luís Eduardo Magalhães em 12/06/2013.

Há uma grande concorrência entre empresas transportadoras em Luís Eduardo Magalhães. Ainda de acordo com a gerência da empresa 1500 Transportes, existem 27 empresas de transporte nessa cidade, 12 no seguimento de soja a granel e o restante responsável pelo transporte do algodão (caroço e pluma). Além desses produtos, as transportadoras recebem contratos, em menor proporção, para carregamento de outros grãos e fertilizantes. O café, seguimento mais especializado, é transportado pelas próprias empresas compradoras dos grãos. Os escritórios de frete de Luís Eduardo Magalhães também trabalham com consultoria econômica, agenciamento de vendas, operam nas bolsas de valores e de *commodities*. Geralmente esses escritórios prestam serviços às *tradings*, que os contratam por cotações no mercado, mas eles possuem também uma clientela fixa de produtores, operadores de logística, transportadoras, empresas de insumos, etc.

Em geral é no mês de março que se dá o maior fluxo da produção, quando milhares de caminhões, durante 24 horas por dia transportam a soja a partir do Oeste Baiano. Esse transporte é terceirizado, com mais de 500 transportadoras locais e nacionais (principalmente do Centro-Oeste e Sul) conduzindo a produção em um ritmo que impressiona. No pico de safra⁵⁴, em média de 10 a 12 mil toneladas de soja são escoadas por dia de carregamento, garantindo um fluxo também diário de 320 caminhões, cada uma transportando uma média 27 toneladas de grãos. A Cargill e Multigrain são as principais clientes dos escritórios de transportes, principalmente para fazer a condução da produção da lavoura para os armazéns ou fábricas. No caso da Bunge e ADM, o transporte é próprio, elas apanham a produção diretamente nas fazendas. As demais *tradings* trabalham com transportadoras terceirizadas. A ADM, dependendo do volume, subcontrata transportadoras e repassa o carregamento.

Os empresários agrícolas do Oeste Baiano possuem duas opções para escoar a sua produção: o Corredor de Exportação Norte – formado pelo sistema ferrovia Norte-Sul, estrada de ferro Carajás e porto de Itaqui (no qual se insere o Polo Sul do Maranhão/Sudoeste do Piau), em função das características edafoclimáticas semelhantes e à proximidade geográfica entre essas áreas –; e o Corredor Região Oeste–Aratu/Ilhéus – constituído por um sistema intermodal rodo-

⁵⁴ A safra na região dura em média 45 dias.

hidro-ferroviário, com articulações da estrada Barreiras-Ibotirama, hidrovia do rio São Francisco e ferrovia Juazeiro-Aratu–Ilhéus.

O transporte da produção através do Corredor de Exportação Norte acontece da seguinte forma: o acesso a Estreito, município maranhense, ocorre por Tocantins através de rodovias estaduais TO-070 e 060 até Palmas – TO, de onde ruma para a BR-153 (Belém-Brasília) em direção à Estreito, onde acontece a mudança da carga para os vagões da Ferrovia Norte-Sul. Esse percurso, no entanto, é subutilizado para o escoamento da produção da região, já que a mesma é escoada principalmente para o litoral do próprio estado baiano, através do modal rodoviário.

Figura 29 – Transporte de soja do Oeste Baiano

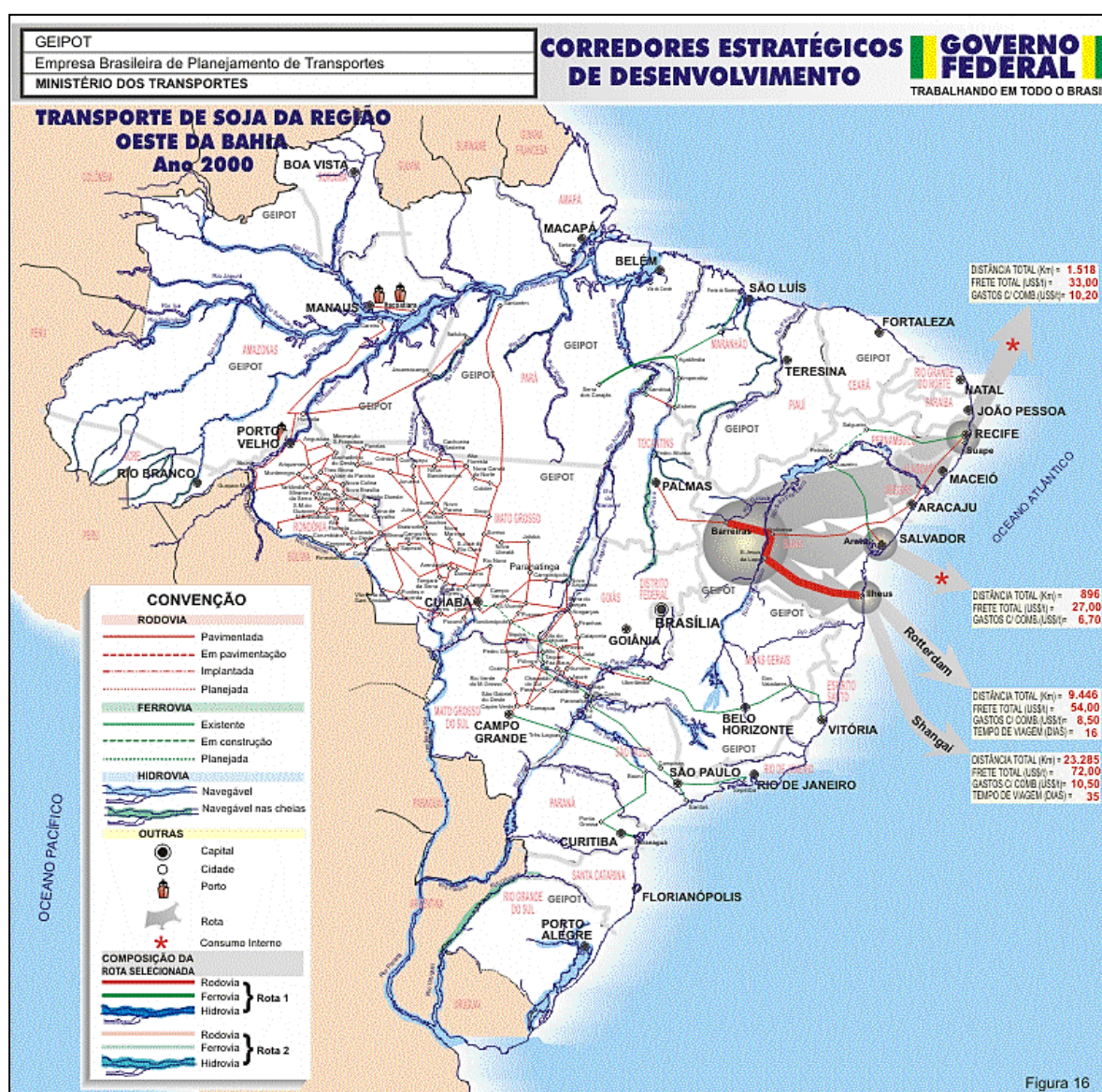


Figura 16

Fonte: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOP⁵⁵.

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.geipot.gov.br/>>. Acesso em: 31 out. 2014.

A figura 28 apresenta os principais corredores de transporte da soja produzida no Oeste Baiano. Dentre estes corredores da figura, o principal eixo rodoviário utilizado é a BR-242, por onde é escoada a maior parte da produção agrícola da região, tanto para o mercado interno como para exportação (China e Europa, principalmente). Pode-se ainda destacar na rede rodoviária baiana como importantes trechos para o escoamento de grãos a BA-349 – entre a BR-020 e Bom Jesus da Lapa, que cortam ampla região produtora, polarizada pelas cidades de Santa Maria da Vitória e Correntina – e a BR-135, que corta o Oeste Baiano de ponta a ponta, ligando-o à BR-242, além de conectar também o Sul do Piauí à rede viária baiana.

Em escala local existem ainda estradas vicinais de grande importância para o Oeste Baiano, como o corredor viário de 200 quilômetros, denominado Rodo Agro, que liga a BA-459 (Anel da Soja) à BA-225 (Coaceral) e abrange importante área produtora, entre os municípios de Luís Eduardo Magalhães, Barreiras, Riachão das Neves e Formosa do Rio Preto. Destacam-se ainda os trechos das rodovias: BA-461 e 462 até a BR-242 – que cortam as localidades de Bela Vista e Alto Horizonte (no município de Luís Eduardo Magalhães), num total de 114 quilômetros – e outros dois segmentos, a Estrada da Soja e Timbaúba, com 78,56 quilômetros, interligando a área rural à BR-020. Ao todo são oito trechos de estradas sem pavimentação que estão sendo consideradas no Programa de Rodovias Estaduais no Oeste Baiano, numa extensão estimada em cerca de 800 quilômetros, faltando ainda contratar os projetos de Entre Rios, Rio das Balsas e Estrada do Café.

Da soja produzida no Oeste Baiano, 95% sai pelo terminal portuário de Aratu, na região metropolitana de Salvador, que também embarca parte do farelo; enquanto outra sai por Ilhéus e por outros portos fora do Estado, como o Porto de Vitória (ES) e o Porto de São Luís (MA), fazendo intermodalidade, nesses últimos dois casos, com ferrovia em Pirapora (MG) e Colinas (MA), respectivamente. Já a exportação de café e algodão é menor, e é feita principalmente pelos portos de Santos (SP) ou Paranaguá (PR), porque não há condições adequadas para tanto em solo baiano, embora o Terminal de Contêineres de Salvador (TECON) esteja se reestruturando a fim de viabilizar e ampliar essa operação⁵⁶.

⁵⁶ Fonte: <www.teconsalvador.com.br/>. Acesso em: 05 dez. 2015.

Conforme mencionado pelo assessor de Agronegócios da AIBA⁵⁷, o transporte da zona produtora de grãos do Oeste Baiano até o porto é feito por carretas simples (cavalo mais reboque) ou carretas duplas (caminhão mais reboque), com capacidade para até 40 toneladas, pela rodovia BR-242 até a margem do rio São Francisco. A partir daí os caminhões seguem no sentido sul pela BA-161 ou BA-160 até a cidade de Bom Jesus da Lapa, onde tomam rumo leste pela BR-430 até Anagé, e pela BR-407 até Vitória da Conquista, localizada no sudoeste da Bahia às margens da BR-116 (Rio – Bahia). Cruzando a Rio – Bahia seguem no sentido sudeste pela BA – 263 até Itapetinga e continuam no rumo leste pela BR-415 até Itabuna e Ilhéus ou até Aratu, próximo à Salvador. No que se refere à movimentação de grãos, informações do Relatório da ANTT (2005) destacam os portos de Aratu e Ilhéus como os mais adaptados, em território baiano, para os fluxos desses produtos⁵⁸.

O Porto de Aratu é administrado pela Companhia de Docas do Estado da Bahia (CODEBA) e situa-se na Baía de Aratu, próximo a Salvador. Sua estrutura – composta por quatro terminais equipados para a movimentação de grânéis sólidos, produtos líquidos e gasosos – suporta grande variedade de produtos, operando simultaneamente minérios e produtos petroquímicos. Considerando produtos agrícolas, exporta soja, farelo de soja, óleo de soja e açúcar. Em 2004 foi implantada uma planta industrial de moagem de trigo, pertencente ao grupo Dias Branco, o qual construiu também um píer para atracação de navios com o propósito de tornar possível, além do desembarque do trigo, a exportação de grãos, especialmente a soja. O seu terminal especializado em *containers* também tem sido bastante utilizado para o embarque do café produzido no Oeste Baiano. A distância a ser percorrida a partir de Luís Eduardo Magalhães é de 950 km aproximadamente e seu acesso é dado através das rodovias BR-242/BR-116 e conexões com a BR-101⁵⁹.

O Porto de Ilhéus é também operado pela CODEBA e está situado ao sul do Estado da Bahia, na zona urbana da cidade de Ilhéus. Esse porto já era operado pela Cargill, que mantém no município uma unidade de beneficiamento de cacau,

⁵⁷ Roteiro descrito pelo Assessor de Agronegócios da AIBA, em entrevista a nós concedida em 24/10/2012.

⁵⁸ BRASIL. **Região Central do Brasil**: estudos de economia regional e de transportes nos Estados da Bahia, Maranhão e Piauí (Relatório Final). Agência Nacional de Transportes Terrestres /Fundação Escola Politécnica da Bahia: Salvador, 2005.

⁵⁹ Fonte: <<http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodedba/pt-br/home.php>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

por onde exporta licor e manteiga de cacau para o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), principalmente, mas também para os Estados Unidos. O Porto de Ilhéus, tradicional exportador de cacau, tornou-se ocioso com a crise da produção cacaueira, motivada pela queda dos preços dos últimos 15 anos no mercado internacional e agravada pelo ataque do fungo conhecido como “vassoura-de-bruxa”. Atualmente os fluxos maiores desse terminal são constituídos por soja em grãos, farelo e óleo de soja. As duas maiores empresas que operam no porto, Bunge e Cargill, arrendaram conjuntamente parte do terminal para as suas exportações. As empresas instalaram um *ship loading*⁶⁰ para possibilitar o embarque de granéis, principalmente o farelo de soja⁶¹. A estrutura do porto possui dois armazéns de 8.000 m² cada um e pátios descobertos perfazendo um total aproximado de 18.500 m², além de silos para trigo de propriedade da Ideal Alimentos⁶².

A produção do Oeste Baiano não atende somente ao mercado externo, mas também tem abastecido centros urbanos do Nordeste, sobretudo Fortaleza, Recife e Maceió, além dos mercados do Sul e Sudeste que começam a receber os produtos (farelo e óleo) de menor custo, produzidos com alta tecnologia nos Cerrados, mas a custo inferior aos daquelas regiões. Parte da produção é beneficiada e industrializada localmente nas plantas industriais da Bunge e Cargill e transportada, pela BR-242, já como produtos prontos ou semiacabados, tanto aos centros consumidores internos como ao mercado externo.

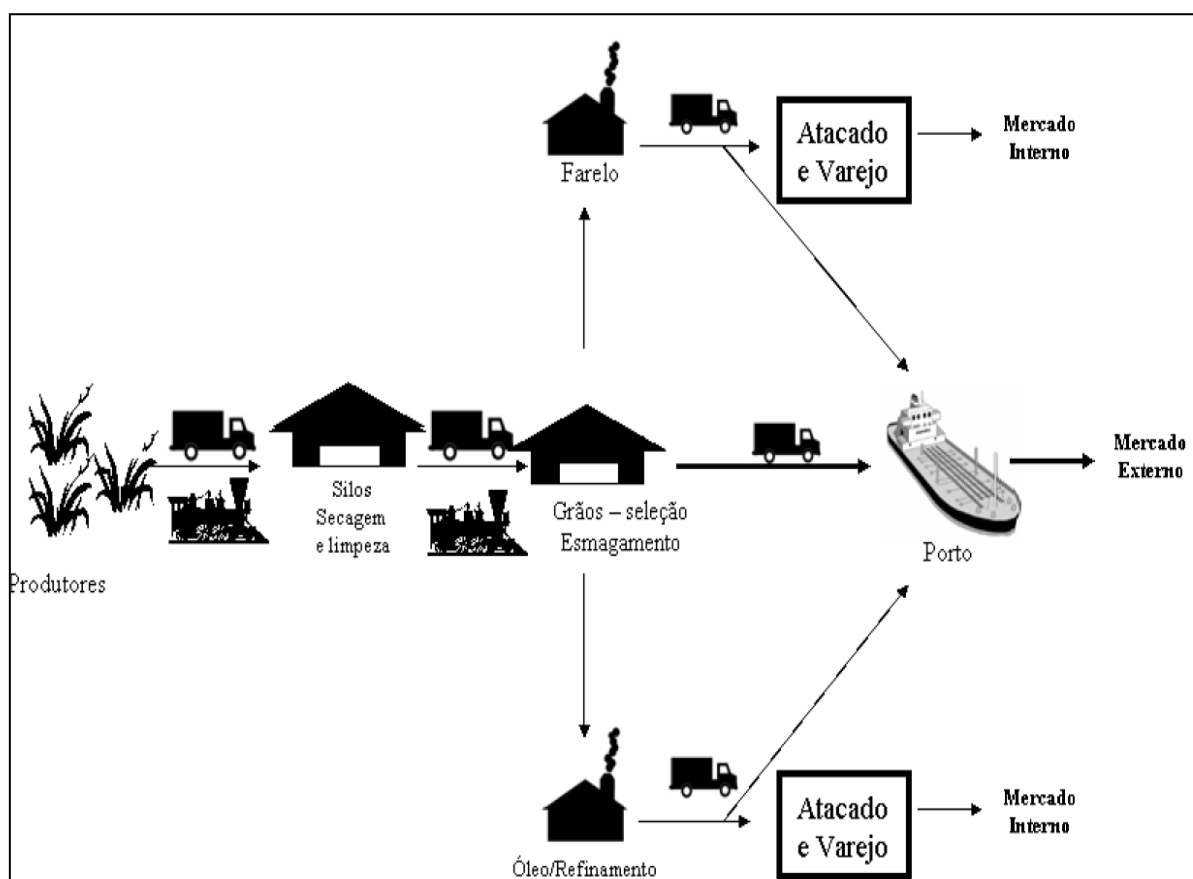
A Figura 30 apresenta os fluxos gerados pela produção da soja. Embora seja genérico, ele se assemelha bastante ao processo ocorrido no Oeste Baiano, com a única diferença que, como o esmagamento e refino na região, é monopolizado pelas agroindústrias da Bunge e Cargill. A seta seria única para a etapa do processamento do farelo e óleo, pois ambas as empresas produzem os dois em suas plantas industriais.

⁶⁰ Equipamento portuário utilizado para carregar os navios.

⁶¹ Informações obtidas em: POR todos os modais. **Anuário da Região Oeste da Bahia: Safra 2010/11**, Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2011.

⁶² Informações obtidas em <<http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodedba/pt-br/home.php>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

Figura 30 – Circuito espacial produtivo da soja



Fonte: Toledo (2005).

Os outros grãos que geram fluxos relevantes de transporte de longa distância, na região em estudo, são o milho, o café, o arroz, o feijão e o algodão⁶³. Ao contrário da soja, que representa fluxos tanto para o mercado interno como para exportação, os outros produtos são destinados basicamente ao mercado interno, principalmente para o consumo direto (como o feijão e arroz) ou processamento industrial (milho e algodão). A própria região Nordeste é o mais importante destino dos fluxos desses produtos.

O milho produzido no Oeste Baiano é quase todo repassado para o mercado nordestino (para indústria alimentícia e avicultoras), uma pequena parte é comercializada para o Centro-Oeste e outra menor fica na Bahia. Do algodão produzido no Oeste Baiano, por exemplo, deriva o caroço, a pluma e outros subprodutos, sendo que o caroço, a maior parte, é beneficiado na própria região, para dar origem ao óleo que será vendido para o mercado interno; a pluma tem sua

⁶³No agronegócio é comum incluir-se o algodão entre os grãos, pelo fato de ele ser também uma *commodity* agrícola que requer similarmente aos grãos, fluxos com essas características.

maior parte vendida para o Nordeste, principalmente Ceará, e os demais subprodutos são comercializados no próprio mercado local.

Os fertilizantes igualmente geram importantes fluxos de transporte no Oeste Baiano. Considerando-se os macronutrientes nitrogênio, fósforo, potássio e calcário, que são comumente utilizados nas lavouras da região, estima-se que há um consumo anual em torno de 1,4 milhão de toneladas de fertilizantes, que representa 600 milhões de dólares, sendo a soja a principal cultura demandante de fertilizantes (65% do total). Na região, os gastos com defensivos e sementes têm uma média anual de, respectivamente, 500 milhões e 50 milhões de dólares⁶⁴.

Com exceção do calcário, cujas fontes de suprimento são regionais e representa o maior volume utilizado (76%), os demais são originados da região Metropolitana de Salvador, onde está localizada a fábrica de Ureia da Nitrofétil (FAFEN) e do porto de Aratu, onde são desembarcados os demais fertilizantes. Pelo menos 600 mil toneladas são transportadas anualmente para o Oeste Baiano. Em torno de 30% dos fertilizantes são fornecidos pela própria região, através da Yara Fertilizantes e da Galvani Fertilizantes, ambas instaladas em Luís Eduardo Magalhães⁶⁵.

É importante ressaltar que no Brasil 70% dos fertilizantes são importados. O cloreto de potássio é proveniente do Canadá e Rússia e o fósforo advém do Marrocos. Em relação aos defensivos, segundo o Presidente da Associação do Comércio de Insumos Agrícolas do Oeste da Bahia (ACIAGRI) e Diretor da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (ANDAV)⁶⁶, o Brasil é o maior mercado consumidor deste produto no mundo, com o consumo médio anual de 9,2 bilhões de dólares, e a Bahia é o 7º estado brasileiro consumidor. No Oeste Baiano existem hoje oito cooperativas de produtores organizados para comprar insumos, filiadas à Aciagri: Cooproeste, Coopavante, Cooperfarms, CCAB, Coopalem – em Luís Eduardo Magalhães; Coopoagro (do grupo Horita), Coopercas, Cooperada (dos grupos Mizote e Busato) – em Barreiras.

Observam-se também perspectivas de incremento logístico do transporte no Oeste Baiano como a construção da Ferrovia da Integração Oeste-Leste (FIOL),

⁶⁴Informações obtidas a partir de entrevista com o presidente da Associação do Comércio de Insumos do Oeste da Bahia (ACIAGRI) em 31 out. 2012.

⁶⁵Informações obtidas a partir de entrevista com o presidente da Associação do Comércio de Insumos do Oeste da Bahia (ACIAGRI) em 31 out. 2012.

⁶⁶Entrevista realizada no dia 31 out. 2012.

entre as prioridades do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, e sob a responsabilidade da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias, vinculada ao Ministério dos Transportes. Quando concluída, essa ferrovia ligará a cidade de Figueirópolis (TO) ao Porto Sul de Ilhéus (BA), passando por 49 municípios baianos.

A nova linha férrea poderá, futuramente, ser interligada à rede que chegará ao Oceano Pacífico, promovendo maior integração na América do Sul. A Fiol abrirá nova alternativa de logística para portos no Norte/Nordeste do país, atendidos pela Ferrovia Norte-Sul e Estrada de Ferro Carajás. Através dessa obra, a produção de grãos do Centro-Oeste, principalmente do Mato Grosso, poderá também ser escoada pelo Porto Sul, em Ilhéus.

Figura 31 – Diagrama da construção da FIOI



Fonte: Disponível em <http://www.valec.gov.br/>. Acesso em 18 dez. 2014.

Para os empresários agrícolas do Oeste Baiano, a Fiol deve representar redução de custos no transporte de insumos e de produtos diversos, favorecendo o

agronegócio baiano e a criação de polos agroindustriais e de minérios⁶⁷. Ao todo, o projeto tem 1.526 km de extensão e envolvia investimentos estimados em R\$ 6 bilhões até 2014. Iniciada em 2011, a obra tem sofrido uma série de intercorrências e impedimentos. A última atualização do cronograma de conclusão indicava dezembro de 2015 para os Lotes 1, 3 e 4, julho de 2015 para o Lote 2 e junho de 2015 para o 2A, segundo a Valec⁶⁸.

Atrelada à FIOLE encontra-se a construção do Complexo Porto Sul, ponto final da ferrovia em solo baiano. Esse complexo deverá se constituir em um dos principais centros logísticos do Estado da Bahia, oferecendo uma alternativa para o escoamento da produção agrícola e mineral e para a importação de insumos e produtos para o Estado e para a região central do Brasil. O Complexo contará com um novo aeroporto em Ilhéus e uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) nas adjacências, com capacidade para operar com uma produção de 100 milhões de toneladas/ano. Em outubro de 2015 foi liberado o início das obras com previsão de conclusão em 2018, concomitante com a prevista finalização da FIOLE. Também existem planos para o transporte multimodal dos grãos produzidos no Oeste Baiano, utilizando a ferrovia na ligação entre Juazeiro e Salvador, não apenas para o consumo interno, mas também para a exportação através dos Portos da Baía de Todos os Santos. Nesse caso, as composições ferroviárias teriam a possibilidade de retornar transportando fertilizantes e outros insumos agrícolas.

Outro modal priorizado pelo PAC II com impactos para o Oeste Baiano é a malha hidroviária do Centro-Oeste ao Nordeste, incluindo a Hidrovia do São Francisco. Foram alocados R\$ 420 milhões para serem aplicados em quatro anos (2011-2014), em estudos, projetos e obras. Os recursos contemplam, por exemplo, a implantação de terminais de carga em Pirapora (MG), Ibotirama e Juazeiro, na Bahia, bem como dragagem de cinco milhões de metros cúbicos, derrocamento de 300 mil m³, sinalização e balizamento⁶⁹. Na Figura 32 é possível visualizar as

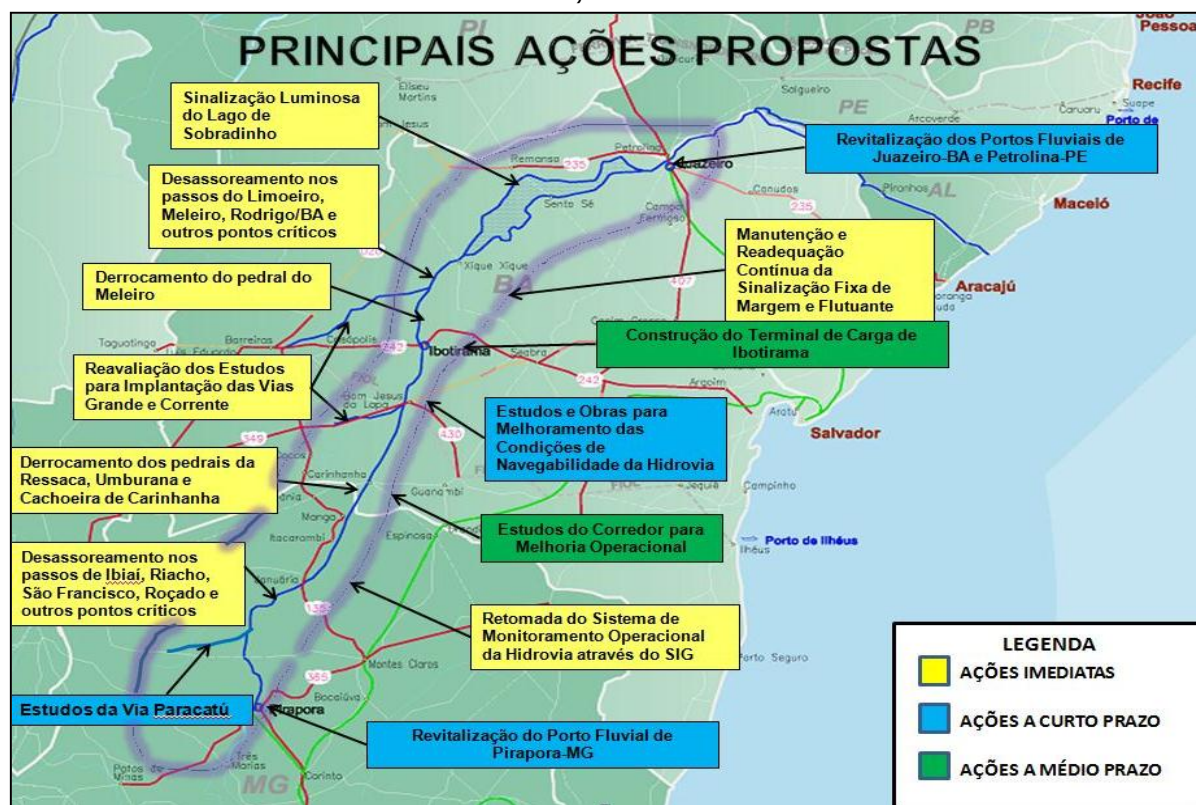
⁶⁷ Os fretes de algodão, conforme estudo da Fundação Getúlio Vargas, poderão cair de US\$ 0,08 para US\$ 0,03 por libra-peso por tonelada transportada entre o Oeste e o Litoral baiano. Fonte: ANUÁRIO da região oeste da Bahia: Safra 2011/12. Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2012.

⁶⁸ APÓS demissões, trechos da Fiol têm características de abandono na BA. **G1** da Bahia. Salvador, 19/08/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/08/apos-demissoes-trechos-da-fiol-tem-caracteristicas-de-abandono-na-ba.html>>. Acesso em 06 dez. 2015.

⁶⁹ Informações obtidas em: ANUÁRIO da região oeste da Bahia: Safra 2010/11, Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2011.

principais ações propostas para melhoramentos da região de influência das hidrovias do Rio São Francisco.

Figura 32 – Ações propostas para melhoramentos da Região de Influência das Hidrovias dos Rios São Francisco, Corrente e Grande



Fonte: Disponível em: www.ahsfra.gov.br/?op=conteudo&id=204. Acesso em: 18 dez. 2014.

Atualmente, toda a produção agrícola que sai do Oeste Baiano é escoada por rodovias a um custo anual de, aproximadamente, R\$ 1 bilhão com frete⁷⁰. Para os empresários do agronegócio, o ideal seria que a região pudesse contar com outros modais como hidrovias e ferrovias para o transporte da produção, o que reduziria os custos e aumentaria a competitividade.

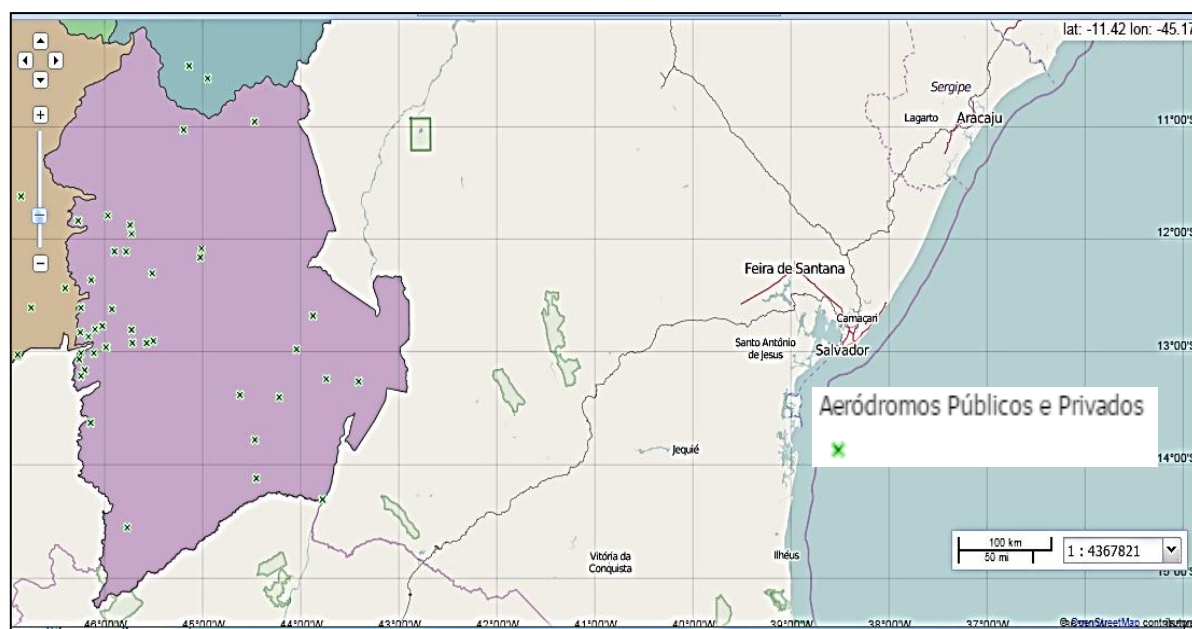
A previsão é de que esse empreendimento hidroviário proporcione aumento da capacidade de transporte de produção, um comboio de 6 mil t correspondente a 150 carretas de 40 t, que deixam de circular nas rodovias, representando vantagens econômicas. Ademais, está em consideração o Sistema Multimodal São Francisco, que se integra ao Complexo Sul - Ferrovia Oeste Leste (FIOL) e Porto Sul, no litoral, barateando o custo do transporte de insumos, assim como da produção agrícola e

⁷⁰ AIBA solicita a implantação de hidrovia no Oeste da Bahia. **Revista Agronews Oeste**. Luís Eduardo Magalhães-BA, ano 9, n. 35, dez. 2012.

mineral. A vocação natural do rio é para o escoamento de grãos (56.300 t foram movimentadas em 2006), mas há potencial para o transporte de combustíveis, minérios e veículos.

Outro recurso logístico importante para Oeste Baiano é o transporte aéreo. Embora na região esse modal seja ainda subutilizado para transportar cargas do agronegócio, os fluxos de passageiros contribuem para as transações comerciais, conduzindo diferentes agentes do setor. A Figura 33 mostra a distribuição desses equipamentos (tanto os públicos, quanto os privados) no Oeste Baiano, localizados principalmente nos municípios de Barreiras, São Desidério, Riachão das Neves e Luís Eduardo Magalhães⁷¹. Algumas fazendas da região também possuem seus próprios helipontos, aeródromos destinados exclusivamente a helicópteros.

Figura 33 – Distribuição dos aeródromos públicos e privados no Oeste Baiano



Fonte: Matopiba GeoWeb, 2016. Organização: Camila Dutra.

O principal aeroporto da região está localizado na cidade de Barreiras. A construção desse equipamento iniciou-se em 1937 e foi inaugurada em 1940. Utilizado como base aérea dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial, serviu de importante ponto de apoio para reabastecimento da Aviação Civil. Foi desativado em 1964 e então reativado com apenas uma pista (antes possuía três pistas, que permitiam pousos em qualquer direção do vento).

⁷¹ Fonte: <<http://www.flightmarket.com.br/pt/anuncio/aeroporto/SWNB>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

Com pista de 2.500 metros, o Aeroporto de Barreiras opera com duas empresas aéreas, a Azul/Trip – que realiza voos regulares entre Brasília e Salvador, com embarques de segunda a domingo e com conexões para os diversos destinos – e a Passaredo – com voos para Brasília, Ribeirão Preto, Salvador, Vitória da Conquista e também conexões para outros destinos. Por estar mais próxima da Capital Federal, Brasília (518 km), do que da sua própria capital de estado, Salvador (712 km), o aeroporto de Barreiras é bastante procurado para voos em trânsito.

Figura 34 – Aeroporto de Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Contemplado no Programa Federal de Aviação Regional com investimento aproximado de R\$ 60 milhões, o aeroporto de Barreiras passará por reformas e ampliação. Será construído um novo terminal de passageiros, uma nova Seção de Combate a Incêndio (SCI) e contará com a ampliação da pista de pouso e decolagem. A partir das intervenções será possível operar aviões de grande porte, a exemplo do Boeing 737-800, com capacidade aproximada de 180 passageiros, diferente de hoje, em que o terminal recebe aeronaves do modelo ATR-72, que comporta cerca de 70 usuários⁷².

⁷²Informações extraídas de: Governo do Estado investe R\$ 800 milhões na infraestrutura de aeroportos regionais. **Jornal** Nova Fronteira. 08 jul. 2015. Disponível em: <<http://jornalnovafronteira.com.br/canais/desenvolvimento-regional/governo-do-estado-investe-r-800-milhoes-na-infraestrutura-de-aeroportos-regionais/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

O Aeródromo de Luís Eduardo Magalhães⁷³ foi construído por um grupo de empresários desse município, com um investimento de aproximadamente R\$ 17 milhões – contando com terreno e obras para implantação. O principal objetivo dessa construção foi a exportação de frutas através de avião cargueiro com conexão direta com o Aeroporto de Recife e também voos domésticos, tendo em vista que aproximadamente 75% das pessoas que descem no Aeroporto de Barreiras rumam em direção a Luís Eduardo Magalhães⁷⁴. Além de uma pista asfaltada de dois mil metros, a área possui um pátio com 50 mil metros quadrados e tem projeto para pista de 3.050 metros, 45 metros maiores que a pista do Aeroporto de Salvador. Concluído em 2012, o equipamento foi doado ao Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (DERBA).

O Aeródromo de Luís Eduardo Magalhães ainda não realiza voos comerciais por falta da conclusão do estacionamento de aeronaves, de hangares e da *taxiway*, mas já existem empresas de aviação agrícola do Oeste Baiano que o utilizam como ponto de logística.

Figura 35 – Aeródromo de Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

⁷³Um aeródromo é uma área que possui a infraestrutura e instalações adequadas para aterrissagem e decolagem de aeronaves, mas não necessariamente de transporte de pessoas e cargas ao nível de um aeroporto. Geralmente quando se chama de aeródromo é por seu menor tamanho, ou por ser de caráter privado. Também pode se conhecer como campo de aviação. Fonte: <http://www.anac.gov.br/Area.aspx?ttCD_CHAVE=8>. Acesso em: 06 dez. 2015.

⁷⁴Anac libera aeroporto de Luís Eduardo Magalhães. O Expresso. Luís Eduardo Magalhães, 19 abr. 2012. Disponível em: <<https://jornaloexpresso.wordpress.com/2012/04/19/anac-libera-aeroporto-de-luis-eduardo-magalhaes/>>. Acesso em 06 dez. 2015.

A difusão do agronegócio no Oeste Baiano iniciada nos anos de 1980 promoveu, e ainda promove, inúmeras transformações regionais. Essa região passou por profundas mudanças ao longo desses mais de 30 anos, conformando-se para atender às exigências dos novos agentes hegemônicos, grupos econômicos transnacionais e nacionais, juntamente com empresários locais, que vêm determinando os usos e ocupação do espaço agrícola, estendendo seus domínios ao espaço urbano-regional. Os circuitos espaciais de produção, sejam eles da soja ou de outras *commodities*, foram se organizando sobre essa região articulando redes agroindustriais, com amplos investimentos em logística, estruturadas com forte componente extra local, congregando agentes que atuam em múltiplas escalas e que possuem variados discursos.

Embora o processo de incorporação e concentração fundiária na região tenha sido direcionado, a princípio, basicamente por duas frentes, de um lado por produtores individuais, do outro lado por cooperativas, essa modernização da agricultura no Oeste Baiano e a reestruturação urbana e regional que lhe é atrelada, possuem hoje diferentes agentes econômicos envolvidos. Como enfatiza Santos Filho (1989, p. 93), “os ‘portadores’ da modernidade são os agricultores médios e grandes, organizados em cooperativas, as empresas agropecuárias, comerciais, agroindustriais e, ainda, os grandes bancos, colonizadoras e imobiliárias, além do Estado”. Esses agentes variados não necessariamente mantêm relações entre si, porém todos eles têm em comum o fato de que estimulam e favorecem a ampliação das redes agroindustriais e, conseqüentemente, o alcance dos circuitos espaciais de produção.

No capítulo seguinte veremos, portanto, quem são esses agentes e quais ações empreendem para a difusão do agronegócio na região analisada.

4 AGENTES REPRESENTATIVOS DO AGRONEGÓCIO NO OESTE BAIANO

Neste capítulo dedicamos atenção à identificação dos principais agentes que representam as redes agroindustriais que tangenciam o Oeste Baiano. Eles aparecem articulados e suas ações têm corroborado para a difusão do agronegócio nessa região. A princípio apresentamos uma síntese da organização dessas redes, refletida nos processos de verticalização da produção, e discutimos o uso corporativo que as grandes corporações agrícolas fazem dos lugares em que se instalam.

No segundo item direcionamos a análise para as duas principais *tradings* que operam no Oeste Baiano, a Bunge e a Cargill, descrevendo suas presenças na região, suas organizações e as maneiras corporativas como controlam a produção e estabelecem mecanismos econômicos e políticos para assegurar o comando da região.

No terceiro item apontamos os distritos industriais como espaços públicos privilegiados, não apenas das empresas agrícolas, mas também de firmas que prestam serviços ou oferecem produtos para os agentes do agronegócio. Na perspectiva da economia de aglomeração, esses distritos tornaram-se espaços estratégicos de atração de novos investimentos.

Nos itens quatro, cinco e seis são apresentadas organizações representativas dos interesses dos agentes do agronegócio, sendo elas as cooperativas agrícolas, os sindicatos rurais e as associações setoriais. Essas instituições possuem membros em comum e somam esforços para defender e promover o agronegócio do Oeste Baiano.

Nos itens sete e oito elencamos instituições que favorecem a P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) na região. As fundações, os centros de pesquisas, os centros de treinamentos, as universidades e as faculdades privadas são responsáveis pela produção de novos conhecimentos que são incorporados às formas e aos processos produtivos do agronegócio nessa região, seja através da criação de novos produtos e serviços que aumentam a produtividade do setor e geram ganhos de competitividade, seja na qualificação da própria mão de obra requisitada.

No nono item analisamos o papel do sistema bancário e financeiro no financiamento da manutenção e expansão do agronegócio. Identificamos quais são os principais bancos e organizações financeiras presentes no Oeste Baiano e quais tipos de relações são estabelecidas entre essas e os empresários agrícolas da região.

4.1 ORGANIZAÇÃO DAS REDES AGROINDUSTRIAIS DA SOJA

As empresas, principalmente as multinacionais, de acordo com Chesnais (1996), ao se introduzirem nos lugares exprimem, dentre outras vantagens, as decorrentes da internacionalização e da localização. A essa ideia corrobora a de Corrêa (1992) ao afirmar que as grandes corporações exercem amplo poder de pressão econômica e política nos governos e na reestruturação dos lugares onde se instalam. O deslocamento dos processos produtivos provoca a desterritorialização do capital e a emergência de protagonistas na economia mundial que exercem poder e força sobre as economias nacionais, no tocante à decisão sobre o que, como e onde produzir (BENKO, 2002, p. 237).

Os grandes grupos empresariais do ramo do agronegócio, as corporações agrícolas têm se difundido no território brasileiro a partir de uma cooperação entre capitais, unindo vários pontos distantes do território sob uma mesma lógica oligopolista. Não podemos negar que existem aquelas firmas que possuem maiores relações com os lugares onde se instalam e, portanto, dependem mais das virtualidades materiais e condições políticas locais, o que acaba gerando certas relações horizontais.

Não obstante, o papel de comando ainda é reservado aos grupos de maior poder econômico e político, sendo que os pontos onde se instalam não passam de bases de operação. As maiores empresas, de alcance global, sobretudo as estrangeiras, mantêm geralmente relações estritamente verticais com tais lugares. Nesse contexto, as regiões perdem, paulatinamente, o controle sobre o seu próprio destino, ficando a serviço das redes agroindustriais.

Na medida em que essas grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas, industriais, agrícolas e de serviços, e também influenciam fortemente o comportamento do poder público, na União, nos Estados e nos

municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território pode ser adjetivado como um território corporativo [...] (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011, p. 291).

O mercado de *commodities* agrícolas é um dos setores mais corporativos do mundo, sendo dominado, na maior parte, por empresas familiares e de atuação secular. A comercialização mundial de grãos está centrada nas mãos de apenas cinco famílias, que controlam quatro empresas, atuantes na compra e venda de grãos (soja, milho, trigo etc.), industrialização, logística, operações portuárias, importação e comercialização de insumos agrícolas. São estas as famílias: *Hirsches* e *Borns*, proprietárias da Bunge; *Cargill* e *MacMillans*, da Cargill; *Louis-Dreyfus*, da Louis-Dreyfus. A ADM é a única empresa cujo controle já não é mais familiar, mas antes era administrada pela família *Archer-Daniels-Midland* (SOLOGUREN, 2004).

Além dos quatro grupos empresariais citados, também atuam no Brasil duas grandes *tradings* nacionais, a Amaggi (que recentemente estabeleceu fusão com o grupo francês Louis-Dreyfus) e a Caramuru Alimentos. Essas empresas estabelecem relações materiais e imateriais com o território nacional, e, para além desse, mediante as redes agroindustriais. Os “circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação” (SANTOS, 2006) da soja estão entre os mais expressivos do agronegócio brasileiro.

A análise de um dado circuito envolve sua delimitação analítica. No caso da soja, sua produção envolve a indústria de insumos agrícolas, os produtores rurais, os comerciantes de soja em contato direto com produtores (*tradings*, cooperativas, corretoras e armazenadores), a indústria esmagadora, os distribuidores e os consumidores finais. O Quadro 1 ajuda a entendermos o que representa cada segmento desse circuito.

Quadro 01 - Delimitação do circuito da soja, a partir de seus segmentos e transações

Indústrias de insumos agrícolas	Produção agrícola	Originadores	Esmagadoras e refinadoras	Distribuidores	Consumidores finais
Representam a indústria de fertilizantes, defensivos, máquinas, etc., relacionando-se	Representa o segmento agrícola propriamente dito, transacionan	Na maior parte dos casos, o estágio de “originação” está verticalmente integrado ao de esmagamento (T8).	No processo de esmagamento da soja, parte do farelo resultante é exportada pelas indústrias	São representados pelos segmentos atacadistas e varejistas	Envolvem os consumidores finais de derivados de óleo e carnes no mercado

Quadro 01 - Delimitação do circuito da soja, a partir de seus segmentos e transações

Continuação

Indústrias de insumos agrícolas	Produção agrícola	Originadores	Esmagadoras e refinadoras	Distribuidores	Consumidores finais
diretamente com a produção agrícola (transação T1).	do “para trás” com a indústria de insumos (T1) e “para frente” com indústrias esmagadoras (T2), <i>tradings</i> (T3), cooperativas (T4) e outros intermediários (corretores, armazenadores, etc. - T5).	No entanto, as <i>tradings</i> , as cooperativas, os corretores e os armazenadores, em contato direto com produtores no processo de aquisição, armazenagem e distribuição de matérias-primas, exercem a função de originadores. As <i>tradings</i> transacionam com produtores/cooperativas, de forma a adquirir matéria-prima (T3) e efetuar vendas para o mercado externo (T9), podendo atuar também como prestadoras de serviços para indústrias esmagadoras (T7) e cooperativas (T6) nas suas vendas internacionais (T9). No entanto, são os corretores e armazenadores que exercem de forma mais expressiva o papel de prestadores de serviços às indústrias esmagadoras e, até mesmo, às <i>tradings</i> , na formação de lotes de matéria-prima para venda, originários do	(T7), seja por meio das <i>tradings</i> ou pelos departamentos comerciais internos das próprias indústrias. A transação (T11) representa a possibilidade de importação de soja em grãos em regime de <i>draw back</i> ¹ . O farelo de soja comercializado domesticamente tem como destino as indústrias de ração (T12). Já o óleo obtido por meio do processo de esmagamento ainda segue as etapas de degomagem e refino. O óleo que é parcialmente refinado pode ainda ser transformado em margarinas, maioneses e gorduras vegetais. Esses produtos mais elaborados, incluindo o óleo de soja refinado, são direcionados principalmente para o mercado	diretamente com a produção agrícola (transação T1).	do “para trás” com a indústria de insumos (T1) e “para frente” com indústrias esmagadoras (T2), <i>tradings</i> (T3), cooperativas (T4) e outros intermediários (corretores, armazenadores, etc. - T5).

¹ O regime aduaneiro especial de drawback, instituído em 1966 pelo Decreto Lei nº 37, de 21/11/66, consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado. O mecanismo funciona como um incentivo às exportações, pois reduz os custos de produção de produtos exportáveis, tornando-os mais competitivos no mercado internacional. Fonte: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/drawback/regime.htm>>. Acesso 13 ago. 2011.

Quadro 01 - Delimitação do circuito da soja, a partir de seus segmentos e transações

Continuação

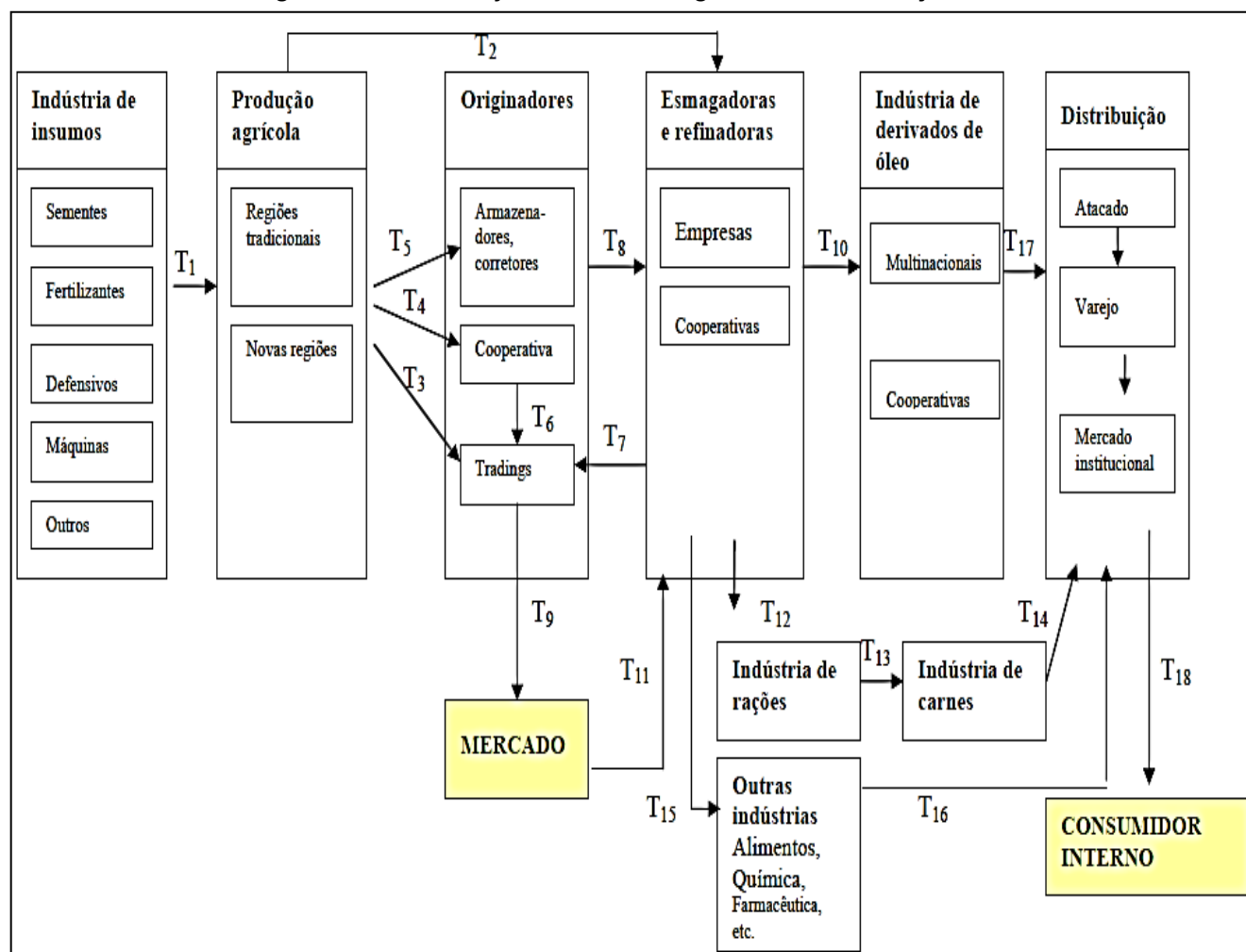
Indústrias de insumos agrícolas	Produção agrícola	Originadores	Esmagadoras e refinadoras	Distribuidores	Consumidores finais
		segmento produtivo (T5).	interno, por meio de distribuidores atacadistas e varejistas (T17). A transação (T10) representa o segmento de derivados de óleo produzidos pelas indústrias integradas verticalmente, que apresentam todos esses estágios em suas plantas industriais. Esses produtos processados também podem ser direcionados às indústrias química, farmacêutica e de alimentos (T15).		

Apesar de haver, em alguns casos, a atuação paralela de *tradings* e cooperativas no segmento de processamento, em outros casos, ambas atuam como concorrentes diretas no segmento industrial, à medida que participam do disputado processo de aquisição de soja e vendem o grão ao mercado externo, reduzindo a oferta de matéria-prima para as indústrias processadoras. Esse não é o caso do Oeste Baiano, onde as cooperativas não realizam o processamento. As únicas esmagadoras existentes nessa região são a Bunge e Cargill (além de também serem originadoras), e todas as outras *tradings*, instaladas nesse território, se comportam como originadoras, disputando a produção com as duas primeiras e ainda com as cooperativas agrícolas. A Bunge e a Cargill dominam o esmagamento na região.

A Figura 36 ajuda a compreender tais transações entre essas etapas do circuito espacial de produção da soja, embora o autor utilize o termo “sistema agroindustrial”. O termo “originação” tem como função descrever o papel destinado a

algumas empresas em coordenar o suprimento de matérias-primas (LAZZARINI e NUNES, 1998). Originadores, termo utilizado na mesma figura, são compostos por cooperativas, corretores, armazenadores e *tradings*. A alta escala, a baixa capacidade ociosa (movimentação de um nível mínimo de grãos), a eficiência financeira (até mesmo para possibilitar o financiamento dos produtores) e a otimização de recursos são as quatro ações cruciais que formam o padrão de concorrência adotado entre os originadores. No Oeste Baiano, os originadores são as *tradings* e as cooperativas agrícolas.

Figura 36 – Delimitação do sistema agroindustrial da soja no Brasil



Fonte: LAZZARINI e NUNES (1998). Adaptação: Camila Dutra.

O termo “originação” tem como função descrever o papel destinado a algumas empresas em coordenar o suprimento de matérias-primas (LAZZARINI e NUNES, 1998). Os originadores são compostos por cooperativas, corretores, armazenadores e *tradings*. A alta escala, a baixa capacidade ociosa (movimentação

de um nível mínimo de grãos), a eficiência financeira (até mesmo para possibilitar o financiamento dos produtores) e a otimização de recursos são as quatro ações cruciais que formam o padrão de concorrência adotado entre os originadores. No Oeste Baiano, os originadores são as *tradings* e as cooperativas agrícolas.

Apesar de haver, em alguns casos, a atuação paralela de *tradings* e cooperativas no segmento de processamento, em outros casos, ambas atuam como concorrentes diretas no segmento industrial, à medida que participam do disputado processo de aquisição de soja e vendem o grão ao mercado externo, reduzindo a oferta de matéria-prima para as indústrias processadoras. Esse não é o caso do Oeste Baiano, onde as cooperativas não realizam o processamento. As únicas esmagadoras existentes nessa região são a Bunge e Cargill (além de também serem originadoras), e todas as outras *tradings*, instaladas nesse território, se comportam como originadoras, disputando a produção com as duas primeiras e ainda com as cooperativas agrícolas. A Bunge e a Cargill dominam o esmagamento na região.

Na região Sul e Sudeste do Brasil (com destaque para São Paulo), as cooperativas possuem uma intensa atuação de “originação”, porém com uma atuação muito restrita nas regiões de cultivo mais recente (principalmente as regiões de Cerrado), caso que é observado no Oeste Baiano. Já os armazenadores e as corretoras atuam de forma mais intensa como prestadores de serviços, tanto para as indústrias esmagadoras como para as demais *tradings*. Segundo a gerência da transportadora 1500 Transportes², as cinco maiores comercializadoras de grãos no Oeste Baiano são: Bunge, Cargill, ADM, Amaggi & Louis Dreyfus e Multigrain.

Em decorrência dos níveis diferenciados de integração vertical e da diversificação para outros negócios, além do processamento de soja, as empresas da indústria de esmagamento, refino e derivados apresentam padrões de organização e conduta bastante heterogêneos. No entanto esse é ainda um setor bastante concentrado. Conforme documento do Ministério da Agricultura, Pecuária e

² Entrevista com a gerência da empresa 1500 Transportes, em Luís Eduardo Magalhães em 12 jun. 2013.

Abastecimento (BRASIL, 2007)³, quatro tipos de grupos estratégicos podem ser encontrados na indústria de esmagamento e refino e os elencamos a seguir.

Uma categoria está relacionada às **firmas ligadas aos grupos econômicos multinacionais**, cujas características, usualmente, são: operar com plantas integradas de esmagamento e refino e participar tanto do mercado internacional de *commodities* da soja quanto atuar no mercado de óleos vegetais, margarinas e outros produtos alimentares utilizados na indústria de refino. Aqui podemos classificar, para o caso do Oeste Baiano, as multinacionais Bunge e Cargill.

As estratégias adotadas por esse grupo são a instalação de plantas próximas aos sistemas de transportes modais, que permitem o escoamento de farelo e óleo bruto e o atendimento do mercado interno. As plantas instaladas são de grande porte, visando à exploração de economias de escala. São firmas integradas verticalmente na cadeia e operam com *tradings*. Os produtos derivados da indústria de refino têm sido o foco estratégico dessas firmas que estão redirecionando seus investimentos para mercados de maior valor agregado.

Um segundo grupo categorizado são as **firmas de propriedade de grandes grupos econômicos nacionais**. Algumas firmas dessa categoria são de propriedade de grupos dirigidos basicamente ao mercado internacional de farelo e de óleo bruto de soja. Outras empresas são ligadas a grupos nacionais que têm presença nos mercados de produtos alimentares. No Oeste Baiano, caberia nessa classificação as empresas Amaggi e Caramuru Alimentos.

A estratégia competitiva adotada por esse grupamento tem sido pautada em investimentos na instalação de plantas na região Centro-Oeste e mais recentemente no Nordeste. A acessibilidade à matéria-prima, as plantas de grande porte e os investimentos em logística têm possibilitado a exploração de economias de escala na indústria de esmagamento. O mercado de *commodities* como soja e os produtos da indústria de refino de óleo de soja, de menor valor agregado, tem sido o foco de negócio dessas firmas.

Quanto ao terceiro grupo, citamos as **firmas independentes, sem nenhuma ligação com grupos econômicos**, firmas com atuação regional, que

³ BRASIL. **Cadeia produtiva da soja**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ Secretaria de Política Agrícola/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília, 2007.

podem apresentar plantas integradas de esmagamento e refino, ou não. Participam dos mercados internacionais de farelo e óleo bruto e detêm parcela dos mercados regionais de óleo refinado de soja. No Oeste Baiano, inexitem firmas regionais realizando processamento de soja. Como destacamos, na região esse mercado é monopolizado pelas *tradings* Bunge e Cargill.

Essas empresas apresentam as maiores diversidades em relação às estratégias adotadas. Atuam em mercados regionais na indústria de óleo refinado. Parte delas investe em plantas de esmagamento com escala suficiente para garantir sua competitividade, no entanto, muitas vezes, enfrentam desvantagens na obtenção de matéria-prima em relação às firmas ligadas a grupos econômicos. Outra parcela dessas firmas não consegue investir em plantas industriais de grande porte, perdendo competitividade na indústria. Essas limitações explicam, em parte, a ausência de empresas regionais processadoras no Oeste Baiano.

No quarto grupo encontram-se as **plantas industriais operadas por cooperativas**, que geralmente atendem ao mercado interno de farelo e óleo de soja. No Oeste Baiano as cooperativas agrícolas trabalham apenas com a originação, não realizando processamento. Por isso não possuem plantas industriais, apenas estruturas de recebimento e armazenamento dos grãos.

Esse grupo apresenta o menor desempenho competitivo na indústria de esmagamento. Não consegue investir em plantas com escalas competitivas e tem problemas com o suprimento de matéria-prima. Outros fatores, como alto endividamento e baixa capacidade de gestão do negócio, impedem essas firmas de programarem estratégias competitivas adequadas às características competitivas da indústria de esmagamento. Já a Bunge e Cargill implementam sólidas estratégias competitivas que as destacam no mercado de esmagamento no Oeste Baiano.

O nível de concentração das empresas de esmagamento de soja no Brasil cresceu, a partir da segunda metade da década de 1990, em decorrência dos processos de fusões e aquisições. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)⁴, as empresas responsáveis por aproximadamente 72% do volume de processamento de soja do Brasil são: Algar Agro S.A., Adm. Brasil Ltda., Amaggi Exportação e Importação Ltda., Baldo S/A - Comércio Indústria Exportação, Bunge Brasil, Cargill Agrícola S/A, Imcopa Importação Exportação e

⁴ Disponível em: <http://www.abiove.com.br/abiove_br.html>. Acesso em 13 ago. 2011.

Indústria De Óleos Ltda., Louis Dreyfus Commodities Brasil S.A, Óleos Menu Indústria e Comércio Ltda. Apenas três estados processam soja no Nordeste: Bahia (4,9%), Pernambuco (0,4%) e Piauí (0,2%) (PAM/IBGE, 2014). Dos três, a Bahia é a que processa a maior quantidade e, dos 12 estados processadores no país, este está em 7º lugar.

A localização das indústrias é decidida mediante alguns fatores entre os quais se destacam: a busca por melhor rentabilidade do empreendimento, a destinação da produção para o mercado interno ou externo, a disponibilidade e o acesso à matéria-prima e a localização no que tange à logística de transportes. De forma geral, as indústrias de processamento situam-se perto da matéria-prima, enquanto as indústrias de refino de óleos vegetais se localizam próximas dos grandes centros urbanos.

Os padrões de concorrência da indústria de esmagamento e de refino aproximam-se das características que vigoram em oligopólios competitivos. Observa-se, portanto, um pequeno número de empresas que detêm alta participação de mercado coexistindo com um conjunto de firmas que tem pequena atuação. Ainda de acordo com a Abiove, as quatro principais esmagadoras de soja atuantes no Brasil são multinacionais (Bunge, Cargill, ADM e LDC) e detêm 52,6% de toda a capacidade de esmagamento instalada⁵.

Dada a grande intensidade da concorrência entre as firmas, em decorrência da expressiva participação dos custos da compra da matéria-prima, a estrutura de gastos e a capacidade de explorar economias de escala são de vital importância. Dessa forma, observa-se a parceria estratégica entre empresas, visando ao desenvolvimento de novos produtos diferenciados para o consumidor final. Como exemplo pode ser citada a aliança global entre a Bunge e a Dupont, formando a Solae, empresa que tem como foco o desenvolvimento de ingredientes alimentícios especializados, voltados para proteínas de soja e lecitina. Mais recentemente é possível observarmos também a intensiva entrada dessas empresas nos circuitos espaciais da produção do açúcar e do álcool.

Nos últimos anos, evidencia-se o aumento da capacidade de esmagamento instalada no Brasil, com o deslocamento geográfico das plantas

⁵ BRASIL. **Cadeia produtiva da soja**. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ Secretaria de Política Agrícola/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília, 2007.

industriais das regiões Sul e Sudeste para o Centro-Oeste e Nordeste. No entanto a maior capacidade instalada ainda se concentra na região Sul, com os estados dessa região sendo responsáveis por 47,8% de toda a capacidade de processamento nacional. Essa concentração de indústrias esmagadoras deve-se ao fato de que a expansão da soja, que começou a vigorar principalmente a partir da segunda metade dos anos de 1970, ocorreu mais intensamente nos Estados do Sul do Brasil (TOLEDO, 2005).

Os agentes hegemônicos aqui apresentados realizam processos produtivos no Oeste Baiano, corroborando para a expansão do agronegócio na região, redefinindo os circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de *commodities* agrícolas, em escalas cada vez mais amplas. Porém essas ações não expressam somente materialidades, fixos, mas também imaterialidades. Sobre os “circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação” (SANTOS, 2006), parece haver consenso entre os pesquisadores de que o primeiro se constitui em materialidades do processo produtivo, enquanto este último concentra as imaterialidades de fluxos como o capital, a informação, as mensagens, as ordens, as normas (SANTOS, 2006; SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011; CASTILLO; FREDERICO, 2010). Ambas as noções, que formam na verdade um par dialético, expressam a indissociabilidade entre a dinâmica material e imaterial da produção capitalista, no período de globalização (SANTOS, 2000). Santos (2006, p. 228) considera que

Em tais condições, no período atual, a “organização” das “coisas” passa a ser um dado fundamental. Daí a necessidade de adoção, de um lado, de objetos susceptíveis de participar dessa ordem e, de outro lado, de regras de ação e de comportamento a que se subordinem todos os domínios da ação instrumental.

Os círculos de cooperação são, portanto, elementos essenciais na dinâmica dos circuitos espaciais de produção, pois se tratam de formas de regulação do território pelos agentes hegemônicos, assegurando a realização do capital. Esse processo confirma aquilo que Antas Júnior (2005) denomina de “regulação híbrida do território”, mas também ratifica o conceito de “redes políticas territoriais” de Silva (2010), já que fornece um dado importante sobre as empresas hegemônicas de um determinado circuito espacial produtivo, que é sua própria força política, quer dizer, “a sua capacidade em atrair diferentes grupos de agentes e que cooperam e

produzem cooperação pela realização ampliada de algum processo produtivo específico” (ANTAS JÚNIOR, 2013, p. 4).

No que tange à normatização pelas ações, Santos (2006) fala em “território normado”; e no que concerne à configuração territorial produtora de normas, em “território como norma”. No território normado o elemento repressivo sobrepõe-se aos demais; no território como norma o elemento comunicacional fornece o referencial diretor. Em ambos os casos o elemento sistêmico está presente, primeiro organizacionalmente, depois, organicamente, afinal de contas, “a ordem mundial é cada vez mais normativa e, também, é cada vez mais normada” (SANTOS, 2006, p.228). Antas Júnior (2005, p.70), por exemplo, acredita que a regulação do território nacional atravessa hoje uma transição para uma evidente divisão entre poderes:

1. o poder monolítico e extensivo da hegemonia soberana; 2. o poder fragmentado, especializado por setores econômicos (não necessariamente produtivos), formado por redes técnicas e organizacionais - a hegemonia corporativa; e 3. a constituição de novas formas de poder fundada no multiculturalismo.

Antas Júnior (2013, p.4) fala sobre uma ruptura do modelo de regulação predominantemente estatal e a rápida transição para o modelo que ele denomina “híbrido” – no qual estão presentes o Estado, as corporações hegemônicas e, com menor peso de influência nesse tripé regulatório, os movimentos sociais organizados mais as associações de consumidores. Para esse autor

A regulação do território brasileiro (como a dos demais) também é híbrida porque não há mais a possibilidade de o Estado arrogar-se a responsabilidade monopolística da produção de normas jurídicas. Os agentes citados e as organizações internacionais em associação intervêm em todo o espaço geográfico, sem distinguir, necessariamente, as fronteiras nacionais. Ademais, a complexidade das organizações sociais nos lugares cresceu exponencialmente a partir da disseminação das tecnologias da informação e de seu uso intenso na criação de redes de solidariedade (ANTAS JÚNIOR, 2005, p. 264).

No Oeste Baiano, a regulação social e territorial é efetivamente exercida pelas instâncias que detêm poder de fato e não apenas um poder declarado. Nessa região também é possível observarmos redes de regulação, que não são necessariamente produtivas, no sentido *stricto sensu* da produção, mas que também fazem parte de uma hegemonia corporativa, envolvendo associações, sindicatos,

fundações, cooperativas, instituições de administração pública, etc. Essa última se expressa, por exemplo, na medida em que as prefeituras municipais da região dão mais visibilidades às suas Secretarias de Agricultura e de Indústria, para fomentar o crescimento do setor agrícola e agroindustrial, em detrimento daquelas voltadas para o desenvolvimento social, saúde e educação.

O municipalismo, presente na Constituição de 1988, o qual dá autonomia aos municípios de criarem leis, fato característico da política brasileira que não se repete com frequência em outras nações, traz uma ambiguidade de poder. Ao mesmo tempo em que os entes legislativos municipais podem outorgar leis a favor de uma classe, podem, do outro lado, instituírem normas que prejudicam outros grupos. O que vemos na prática é que não só os governos locais favorecerem, na medida da lei, os grupos hegemônicos, inclusive destinando fundos para a política das empresas, como também criam normativas que impedem aos grupos desfavorecidos o pleno acesso a seus direitos, também instituídos pela força da lei.

Desse modo, tanto os agentes das redes agroindustriais, através de suas redes de materialidades, quanto as suas ações no plano do imaterial corroboram com o movimento do agronegócio, e ainda com a decisiva intervenção do Estado dão espessura e dinâmica aos fluxos de dinheiro, normas, ordens e informação no Oeste Baiano. Apresentamos nos próximos tópicos aqueles agentes que consideramos ter mais destaque na difusão do agronegócio nessa região e que estão envolvidos nos círculos de cooperação que favorecem essa atividade econômica.

4.2 *TRADINGS*: BUNGE E CARGILL

As *tradings* não investem em ativos imóveis, isto é, não investem na terra. Compram a produção de terceiros a quem financiam em sementes, fertilizantes, equipamentos, etc. Também não instalam redes próprias de circulação viária e utilizam para o transporte da produção contratos ou parcerias com concessionárias. Sua atuação no território nacional não configura malha, e sim, sobretudo, redes que interligam suas instalações – silos e armazéns, unidades de processamento, fazendas, jazidas minerais, unidades industriais, centros de distribuição, pontos de compras, terminais portuários e pontos de embarques (BRASIL, 2006b).

O controle da produção, por parte desses grupos, ocorre por meio do fornecimento de sementes e fertilizantes, do monopólio do armazenamento e da compra da produção, além do financiamento concedido aos produtores. Essas empresas não plantam soja, mas financiam o produtor através de contratos antecipados garantidos por hipotecas. Tal processo tem profunda repercussão nas relações de trabalho, com a progressiva eliminação de pequenos produtores, posseiros, arrendatários e meeiros, transformados em agricultores relativamente cativos da grande empresa⁶. Para Ilário (2011, p. 82)

[...] esta estreita relação entre produtores e tradings, apesar de fundamental para diversas etapas do circuito espacial produtivo, acaba por colocar os primeiros numa condição de dependência frente aos compradores, que nada tem de amistosa e igualitária. Nas entrevistas, vários produtores afirmaram estar descontentes com a relação com as tradings, devido às dívidas contraídas por meio de empréstimos (para a compra de sementes e fertilizantes) e a monopolização das vendas que em muitos casos são dadas como garantias de pagamento aos empréstimos realizados.

A estrutura dessas corporações agrícolas tem um porte impressionante, subdividindo-se em fábricas e galpões de armazenamento que modificam a paisagem da região. Os silos impressionam pelo tamanho, pela quantidade e pela disposição, ilustrando bem a reestruturação espacial e produtiva de um circuito da economia voltado para o agronegócio. Logo na entrada das cidades e distritos da região, os armazéns cristalizam, na paisagem, as transformações que ocorreram nos últimos anos. Essas corporações agrícolas se beneficiam de uma hegemonia exercida sobre a logística, em especial, o sistema de armazenamento. Frederico (2010) indica a posse do sistema de armazenamento como um elemento chave para o controle da produção.

Segundo a Associação Comercial e Empresarial de Luís Eduardo Magalhães (ACELEM)⁷, atualmente existem 14 *tradings* operando no Oeste Baiano. Cinco delas estão entre as maiores do mundo: Bunge, Cargill, Louis Dreyfus (parceira da brasileira Amaggi), Multigrain e ADM. Além dessas, na região ainda estão instaladas: Noble, Omnicotton, Nidera, CCG Trading (Cantagalo General

⁶ Para compreender melhor sobre os contratos antecipados de soja, também denominados “Soja Verde”, ver Rezende (2008).

⁷ Informações obtidas a partir de entrevista com a presidência da ACELEM (06/11/2012).

Grains), Libero Commodities, Awb Brasil Trading, Carroll Farms Brasil, Agrícola Xingu e SLC Agrícola.

Figura 37 – Multigrain e Amaggi & LDC Commodities, no Centro Industrial do Cerrado. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

As *tradings* estão localizadas nos municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães, concentrando-se principalmente neste último, como podemos observar na Figura 38

Figura 38 – Localização das tradings em Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Organização: Camila Dutra a partir de intervenção sobre imagem do Google Earth, de 25 jun. 2011.

A presença das plantas industriais da Cargill e da Bunge, em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, é um importante fator para que esses municípios sejam os maiores destaques no valor das exportações no Oeste Baiano. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), as maiores empresas de exportação de Barreiras são a Cargill (mais de US\$ 50 milhões por ano), a SLC Agrícola (entre US\$ 10 e 50 milhões), seguidas das cooperativas (Copagro, Cooperaba e Codeagro são destaques) e produtores individualizados (de nomes conhecidos na região: Ademir Marçal, Paulo Mizote, Marcelino Flores, os Horitas⁸ e os Busatos). Enquanto em Luís Eduardo Magalhães as *tradings* Bunge, Amaggi & Louis Dreyfus, ADM e Nidera é que lideram as exportações (com mais de US\$ 50 milhões cada), seguidas por outras transnacionais – Multigrain, Noble, Cargill, Omnicotton, CCG Trading, Libero, bem como cooperativas e produtores. Na maioria os mesmos que se destacam em Barreiras.

Figura 39 – Escritório central das fazendas do grupo Horita. Barreiras/BA.



Fonte: Camila Dutra, novembro de 2012.

Atualmente a Bunge e a Cargill compram a maior parte da produção de soja disponível no Oeste Baiano, utilizando-a para consumo próprio (esmagamento) ou vendendo para outros grupos, inclusive do biodiesel. As duas plantas industriais dessas empresas processam juntas, anualmente, 1,8 milhão de toneladas de soja

⁸ O fazendeiro Walter Horita é conhecido como o “Rei da Soja” na Bahia. Em 1984 sua família trocou 400 hectares de soja no Paraná por uma área na Bahia que hoje chega a 40 mil hectares. É um dos maiores produtores da região e faz parte de um grupo de empresários agrícolas que, integrados à agroindústria, são os difusores da soja nos Cerrados da Bahia (MONDARDO, 2010).

no Oeste Baiano⁹. Dado o fato de considerarmos que são essas as duas empresas que melhor representam os maiores empreendimentos econômicos e os fluxos de mercadorias, pessoas e informações no Oeste Baiano, descreveremos melhor a atuação de ambas.

Bunge e Cargill atuam de forma diversificada, principalmente no setor de agronegócios, numa grande porção do território brasileiro. Embora concentradas no Sul e Centro-Oeste, as atividades de ambas apresentam ramificações significativas nas regiões Norte e Nordeste. No Oeste Baiano, as instalações dessas duas empresas estão localizadas estrategicamente próximas ao “Anel da Soja”¹⁰, rodovia construída pelo governo da Bahia para garantir o escoamento desse produto. Elas se instalaram na região desde a década de 80, fruto de processos de compra e fusão de empresas.

A Indústria Coelho S/A (de Pernambuco) foi uma das primeiras grandes indústrias a se implantar no Oeste Baiano, em 1988, tendo sido comprada posteriormente pela Cargill. Esta também comprou a Óleos Vegetais da Bahia (Olvebasa), indústria pertencente ao grupo Chaves de Ilhéus (BA), que havia se instalado próximo à cidade de Barreiras no final dos anos de 1980.

Ainda em 1988, a Ceval Alimentos do Nordeste Ltda. (do grupo Hering do Sul do País), na época líder no processamento de soja e produção de farelo e óleos, comprou a Meridional Agrícola Ltda. (que comprava e vendia soja no Oeste Baiano), instalada no então povoado de Mimoso do Oeste (hoje Luís Eduardo Magalhães).

Em 1991 foi concluída em Mimoso do Oeste a indústria de refino de óleo de soja da Ceval¹¹, e seu controle acionário adquirido em 1997 pela Bunge Limited que, em 2000, passou a se chamar Bunge Alimentos S/A. Em agosto de 2000 a Bunge Fertilizantes S/A se instalou no novo município de Luís Eduardo Magalhães.

⁹ Informação obtida em entrevista realizada com o gestor comercial da Bunge (Unidade de Roda Velha, São Desidério – Bahia), em junho de 2013.

¹⁰ O chamado Anel da Soja, integrado pelas rodovias estaduais BAs - 459, 460, 461 e 462, na região de Barreiras, atua como um importante corredor de escoamento de grãos e fibras da região, além de interligar diversas comunidades dos municípios de Barreiras, Riachão das Neves, Luís Eduardo Magalhães e Formosa do Rio Preto. Nas margens do Anel da Soja concentram-se as mais importantes fazendas produtoras da região.

¹¹ Inicialmente proposta para o futuro distrito industrial de Barreiras, onde o grupo Hering havia adquirido lotes, a Ceval (posterior Bunge) acabou achando mais lucrativa sua localização em Luís Eduardo Magalhães (então Mimoso do Oeste), diante da proximidade das áreas produtoras.

A Bunge é a primeira *trading* comercializadora de soja a se instalar no Brasil, em 1905, por meio da compra de um moinho de trigo em Santos (SP)¹². No entanto a divisão Bunge Brasil S.A. constituiu-se apenas em 2001, como resultado de uma reformulação societária com a incorporação das ações da Bunge Alimentos S.A., da Bunge Fertilizantes¹³ e da empresa de logística Fertimport. Esse grupo de empresas é controlado hoje pela *holding* Bunge Limited¹⁴, corporação transnacional de origem holandesa¹⁵ que detém indiretamente seu controle acionário. De acordo com o documento “Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT” (BRASIL, 2006b), a ação desse conglomerado empresarial se fez sentir no território brasileiro especialmente de duas formas: na aquisição de numerosas empresas menores do ramo, a maioria nacional, ampliando sobremaneira a sua potência na década de 1990, e na constituição de redes que se estendem por grande parte do Brasil.

A Bunge Brasil é hoje a maior empresa de agronegócios e a terceira maior exportadora instalada no Brasil¹⁶. Atua principalmente na compra, exportação e beneficiamento de soja; produção e comercialização de produtos alimentícios derivados de soja e trigo; operações no segmento de açúcar e bioenergia. Também atua no mercado *food service*, principalmente com azeites e com produtos derivados do trigo (farinhas e misturas para pães e bolos), da soja (margarinas, maioneses, gorduras, cremes), do arroz. Detém as marcas de margarinas Delícia, Primor, Soya

¹² Em 1905, a Bunge participou minoritariamente do capital da S.A. Moinho Santista Indústrias Gerais, empresa de compra e moagem de trigo de Santos (SP - Brasil). Foi o início de uma rápida expansão no País, adquirindo diversas empresas nos ramos de alimentação, agribusiness, químico e têxtil, entre outros. Fonte: <http://www.bunge.com.br/downloads/sustentabilidade/Bunge_Relatorio_Sustentabilidade_2005.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

¹³ No fim de 2012, a *Bunge Limited* anunciou a venda da área de Fertilizantes para a Yara International ASA por US\$ 750 milhões. A operação inclui misturadoras, armazéns e marcas. A transação prevê ainda um acordo de longo prazo para o fornecimento de fertilizantes aos agricultores, como parte de suas atividades de origemação de grãos. A Bunge Brasil manterá e continuará a operar o terminal de fertilizantes no Porto de Santos (SP). Fonte: <<http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2013/port/ra/18.htm#.VHNcN4vF9qU>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

¹⁴ “*Holding* é uma união de empresas que juntas formam uma única para administrar, gerenciar outra empresa que pode ou não ser em outro ramo de atividade diferente das formadoras desse grupo, mas que podem trabalhar dentro dela otimizando os custos e gastos”. Fonte: <<http://www.portaldeauditoria.com.br/holding-familiar/definicao-de-holding.asp>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

¹⁵ Hoje a maior parte do seu capital é estadunidense e a empresa possui sede em Nova Iorque. Está presente em 35 países, sendo seus maiores mercados a Europa, os Estados Unidos e o Brasil. Fonte: <<http://www.bunge.com.br/Default.aspx>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

¹⁶ Informação obtida em entrevista realizada com o gestor comercial da Bunge (Unidade de Roda Velha, São Desidério – Bahia) em junho de 2013.

e Cyclus; os óleos Soya, Primor, Salada e Cyclus e os azeites Andorinha e Cocinero.

A Bunge costuma operar as suas finanças na Bolsa de Chicago, onde também negocia o preço da soja. Como vimos, essa empresa não realiza investimentos em ativos imóveis como a terra e a produção, que são por ela terceirizados (ou subcontratados) tampouco investe em ferrovias, de modo que o escoamento da produção se faz por meio de contratos com concessionárias – como a Ferronorte e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – ou empresas prestadoras de serviços. Apesar disso, investiu US\$ 300 milhões em terminais portuários e vagões em 2005¹⁷. Vale ressaltar que a operação da Bunge Alimentos se faz em nível mercantil financeiro, industrial e, em menor grau, de armazenagem, de portos e de terminais.

A matriz brasileira da Bunge está instalada em São Paulo (SP), possuindo ainda 73 unidades entre centros de distribuição; escritórios comerciais; estrutura portuária (para soja e trigo); industrialização (de soja e trigo); produção de lecitina, margarinas e maioneses; refino de óleo e produção de gorduras; processamento de cana e produção de açúcar e bioenergia. A empresa está presente em 17 estados brasileiros, a saber: Bahia, Espírito Santos, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e Distrito Federal. A Bunge costuma localizar seus silos e indústrias nas zonas produtoras ou nos corredores de exportação.

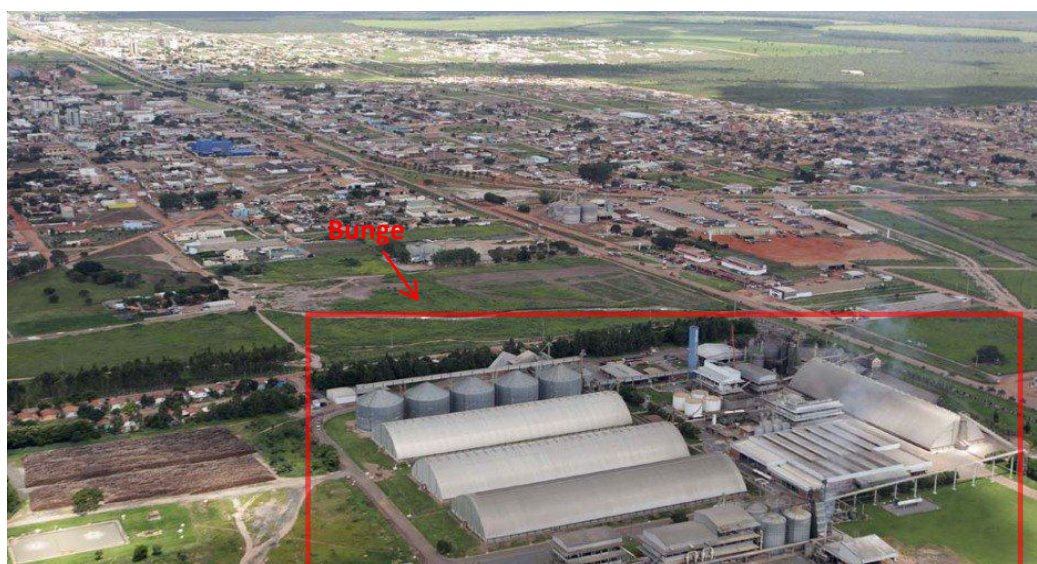
No Oeste Baiano, a planta industrial da Bunge Alimentos S/A (ex-Ceval) está localizada no perímetro urbano de Luís Eduardo Magalhães e possui uma capacidade de processamento de 4.100 ton./dia (1,23 milhão de ton./ano) de soja. Essa unidade tem ainda capacidade de refinar e envasar 750 ton./dia de óleo vegetal e de produzir 12 ton./dia de lecitina. Em Luís Eduardo Magalhães estão

¹⁷Em outubro de 2005 a Bunge Alimentos assinou com a ALL (América Latina Logística) um dos maiores contratos do país, para vigorar por 23 anos, até 2027. Segundo o acordo, a corporação disponibilizará 3,9 mil vagões e a ALL as locomotivas para transportar uma produção de 50 milhões de toneladas entre 2005-2010 e mais 220 milhões no período de 2010-2027 (BRASIL, 2006b).

concentradas várias unidades da Bunge: de industrialização, de refino e produção de gorduras, de produção de lecitina e também armazéns e silos¹⁸.

No geral, a Bunge trabalha com os derivados lecitina, fertilizantes, farelo, borra, ácido graxo, óleo degomado e óleo refinado, mas na fábrica de Luís Eduardo Magalhães, a maior esmagadora da América Latina¹⁹, trabalha-se apenas com óleo e lecitina. As embalagens utilizadas pela Bunge são garrafas pet e latas de alumínio, as primeiras são adquiridas de firmas nordestinas e as últimas são fabricadas pela própria empresa. Os principais clientes dessa companhia consomem os produtos Salada, Soya e Primor, mas outros clientes preferem vender os mesmos itens com sua própria embalagem. É o caso dos hipermercados Bom Preço, Extra, G. Barbosa, Makro e Nordestão.

Figura 40 – Vista aérea da fábrica da Bunge. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Cristiano Mariz/VEJA, 2011²⁰.

A Bunge tem cerca de 800 produtores fornecedores no Oeste Baiano²¹, também chamados por ela de “clientes”, os quais reservam em média 50% da sua produção para a empresa, sendo responsáveis pelo transporte do produto à esmagadora.

¹⁸ A Bunge possuía uma fábrica de fertilizantes em Luís Eduardo Magalhães, porém essa foi vendida em 2012 à Yara Internacional. Fonte: <<https://jornaloexpresso.wordpress.com/2013/08/09/yara-international-acquire-a-bunge-fertilizantes/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

¹⁹ De acordo com o próprio site da empresa: <www.bunge.com.br>. Acesso 30/11/2015.

²⁰ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/multimedia/galeria-fotos/agronegocio>>. Acesso em: 25 nov. 2014

²¹ Informação obtida em entrevista realizada com o gestor comercial da Bunge (Unidade de Roda Velha, São Desidério – Bahia), em junho de 2013.

A Cargill, corporação também privada, com capital de origem norte-americana, instalou-se no Brasil há cerca de 50 anos quando, em maio de 1965, foi assinado o contrato social de constituição da Cargill Agrícola Ltda., que começou a operar com uma usina de beneficiamento e produção de sementes híbridas de milho, em Avaré/SP. Com sede brasileira na capital paulista, a empresa atua no ramo de comercialização, processamento e distribuição de produtos e serviços aos parceiros nos setores agrícola, alimentício, industrial, financeiro e de gerenciamento de risco²². Essa diversificação vem ocorrendo ao longo das suas cinco décadas de atuação no território brasileiro e se iniciou com a produção do Óleo Veleiro na fábrica de São Paulo, nos anos de 1960. Atualmente, a Cargill está entre as maiores indústrias de alimentos e uma das 15 maiores empresas do país, é também a principal exportadora de soja no Brasil e a maior processadora de cacau da América Latina.

A operação brasileira da Cargill possui unidades industriais, armazéns, escritórios e terminais portuários em cerca de 120 municípios. Os principais produtos comercializados são: soja, açúcar, etanol e algodão. Na linha de produtos de consumo, fornece ainda azeites, azeitonas, maioneses, molhos, extratos e polpas de tomate, massas, molhos para salada, óleos refinados e óleos compostos. Os óleos vegetais e lubrificantes são destinados às indústrias de lubrificantes, medicamentos, cosméticos, tintas e produtos químicos. Com as linhas de amidos e féculas regulares e modificadas, dextrinas e adesivos, atende aos setores químico, têxtil, de papel, de papelão, de mineração e de gesso cartonado. Também negocia minérios, ferro-gusa e aço. Além disso, a Cargill possui uma linha completa de ingredientes destinados à nutrição animal, especialmente desenvolvida para aves, bovinos, equinos, peixes, suínos, cães e gatos.

Em Barreiras, a Cargill se instalou em 1988. A fábrica atual, localizada na BR-242, na saída para Luís Eduardo Magalhães, é arrendada da Olvebasa (como vimos, um antigo grupo empresarial baiano), mas a empresa é proprietária de vários silos e depósitos distribuídos em muitos municípios da região. A fábrica de Barreiras possui uma capacidade de processamento de 1.900 ton./dia (570 mil toneladas/ano)

²²O gerenciamento de risco ou gestão de risco é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos humanos e materiais de uma organização, no sentido de minimizar os efeitos dos riscos sobre essa ao mínimo possível. Fonte: <<http://www.isegnet.com.br/siteedit/arquivos/12-3-o-que-e-gerenciamento-de-riscos.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

e fabrica farelo, óleo degomado (bruto) e óleo refinado, vendendo o último a granel e nas embalagens para consumo no varejo.

No Oeste Baiano, a Cargill compra a matéria-prima de produtores agrícolas regionais e transforma-a em produto acabado, principalmente fertilizante para produção agrícola e farelos para pecuária. A empresa não exporta grãos, mas farelo e outros produtos já beneficiados, sendo a lecitina de soja e a gordura vegetal hidrogenada importantes produtos da firma, a qual também trabalha com suco de laranja e derivados do trigo e do cacau, mas não na unidade de Barreiras. O farelo é negociado com a Europa e a China, e os demais produtos são vendidos ao mercado brasileiro. Entre os clientes destacam-se a Nestlé, a McDonalds, o Carrefour, etc. Muitas vezes, como no caso da Bunge, tais clientes compram os produtos da empresa para negociar e revender com suas próprias marcas, como é o caso do Carrefour²³.

Figura 41 – Vista aérea da Cargill. Barreiras/BA



Fonte: Google Earth 2014²⁴.

A Cargill possui as marcas de óleo Liza, Mazzola, YES, Olívia e outras de azeites. A própria empresa envaza sua produção em garrafas pet e/ou em latas de alumínio. A compra das embalagens plásticas é feita, sobretudo, em outros estados do Nordeste, sendo que as miniaturas das garrafas pet são aquecidas e dilatadas na

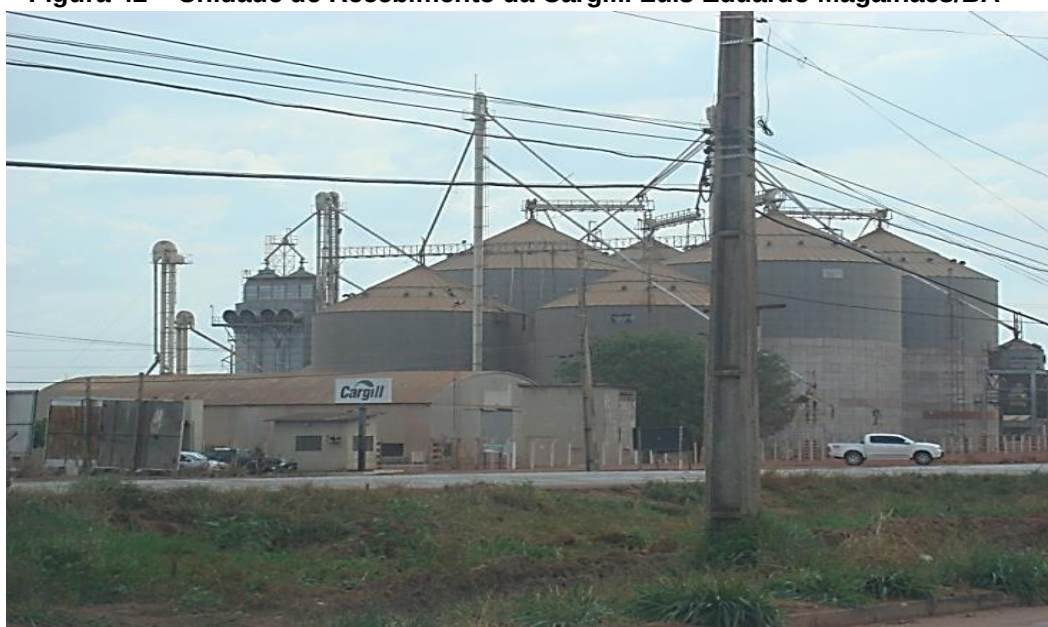
²³Informações obtidas em entrevista realizada com o responsável pelo Complexo Soja da unidade da Cargill da região de Correntina, no escritório em Posse (GO), no dia 11 de junho de 2013.

²⁴Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-12.1275632,-45.091438,987a,20y,41.35t/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

própria fábrica em Barreiras. Quanto às embalagens de lata, a Cargill adquire de empresa local instalada na cidade de Barreiras, atraindo investimentos “para trás” no seu processo produtivo. Vale ressaltar que o destino da produção da fábrica de Barreiras é o mercado do Norte-Nordeste.

Em termos de armazenamento, os silos da Cargill em Barreiras têm capacidade para armazenamento superior a 100 mil toneladas de soja. Mais sete outras unidades de armazenamento (também chamadas de unidades de recebimento) garantem o consumo da safra pela empresa, recebendo a produção dos clientes em vários pontos estratégicos da região²⁵.

Figura 42 – Unidade de Recebimento da Cargill. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, outubro de 2012.

A Cargill possui centenas de fornecedores e não exige exclusividade da sua produção, o que garante que os mesmos negociem também com outras esmagadoras, por exemplo, com a Bunge. a Companhia atua também no segmento financeiro com operações estruturadas, provendo financiamentos para o setor agrícola, produtores rurais e empresas diversificadas.

Mesmo com a presença de todas essas multinacionais no Oeste Baiano, o Governo do Estado tem lançado esforços na atração de mais investimentos estrangeiros para a região, promovendo missões e intercâmbios com outros países,

²⁵ Informações obtidas em entrevista realizada com o responsável pelo Complexo Soja da unidade da Cargill da região de Correntina (BA), no escritório em Posse (GO) no dia 11 de junho de 2013.

como a China. Em 2013, esse país ultrapassou os Estados Unidos como principal destino das exportações baianas. Os negócios com o gigante asiático mais que dobraram entre 2007 e 2010, alcançando no ano passado a soma de U\$ 1,17 bilhão²⁶. A Bahia vende principalmente soja e celulose aos chineses e deles importa monitores para microcomputadores e aparelhos eletrônicos.

Os contatos de empresários chineses com o governo baiano são mantidos através do Escritório de Negócios da Bahia na China, criado em 2010 pela Secretaria da Agricultura do Estado em parceria com a Agência de Promoção à Exportação na China (Apex)²⁷, inicialmente como escritório do agronegócio baiano. Em 2011, o então governador da Bahia, Jaques Wagner, também autorizou a implantação de um escritório de negócios do Estado em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, o mais importante centro de negócios do Oriente Médio.

Figura 43 – Presidente da AIBA e vice-presidente da ABAPA no seminário “Invest in Brazil” promovido pela Embaixada Brasileira e Apex (da China) dentro da programação do “Brazilian Day” realizado em Chongqing, no sudoeste da China em setembro de 2013



Fonte: AIBA, outubro de 2013.

²⁶ TRÊS chinesas interessadas em montar carros na Bahia. **Diário do Oeste Online**. Luís Eduardo Magalhães-BA, 11 abr. 2011. Disponível em: <<http://diariodooeste.com.br/tres-montadoras-chinesas-interessadas-em-montar-fabrica-na-bahia,3266/>>. Acesso em: 23 nov. 2014.

²⁷ A implantação do escritório baiano em Pequim é um fato inédito e pioneiro. A Bahia torna-se o primeiro estado brasileiro a ter essa representação do setor agropecuário permanente na China. Eduardo Salles, secretário de agricultura da Bahia, explica que “o escritório será gerido por um funcionário especialista em mercado chinês, que fará a prospecção de novos negócios para todas as cadeias da agropecuária da Bahia, atendendo aos pequenos, médios e grandes produtores via suas associações”. Fonte: Agropecuária baiana terá escritório de negócios na China. **Imprensa Seagri**. 19 mai. 2010. Disponível em: <<http://www.seagri.ba.gov.br/noticias/2010/05/19/agropecu%C3%A1ria-baiana-ter%C3%A1-escrit%C3%B3rio-de-neg%C3%B3cios-na-china#sthash.JZHgv30B.dpuf>>. Acesso em 23 nov. 2014.

Ainda com foco na atração de investimentos estrangeiros, em 2011, o governo baiano assinou com a empresa *Chongqing Grain Group Co. Ltda.*, da Província de Chongqing, na China, um protocolo para implantação na cidade de Barreiras de uma grande esmagadora de soja com capital chinês – a empresa “Universo Verde Agronegócios”. O empreendimento, que está sendo construído às margens da rodovia BR-242/20, contará com uma área de 100 hectares. O projeto contempla o processamento de alimentos, armazenagem de grãos e logística, com um investimento inicial de 300 milhões.

De acordo, com *Hu Julie*, presidente da empresa: “vamos construir um polo industrial em Barreiras com capacidade inicial de esmagar 1,5 milhão de toneladas de soja, (quase metade da produção anual da Bahia que é de 3,3 milhões de toneladas), refinar 300 mil toneladas de óleo e armazenar 400 mil toneladas de grãos”²⁸. O grupo pretende investir também numa fábrica de fertilizantes e em um porto seco, para armazenamento de grãos e integração com a rede de escoamento. Os produtos serão escoados pela Ferrovia Oeste-Leste, que está em construção e ligará a região ao sul baiano. A exportação será feita pelo Porto Sul, que será instalado em Ilhéus.

Figura 44 – Missão da Bahia na China. Representantes do Governo da Bahia e dos produtores rurais do Oeste Baiano reunidos na empresa *Chongqing Grain Group Co. Ltda*



Fonte: AIBA, outubro de 2013.

²⁸GRUPO Chongqing vai investir R\$ 4 bi na Bahia. **Revista Agronews Oeste**. Luís Eduardo Magalhães-BA, ano 7, n. 25, 2011.

Iniciativa semelhante ao do grupo *Chongqing*, também iniciada em 2011, é idealizada pela *Hopefull Group Grain Oil Food*, uma indústria privada chinesa de esmagamento de soja, que tem capital de 3 bilhões de dólares e deseja comprar soja da Bahia – importando navios fechados – e participar do processo de agroindustrialização do algodão no Estado. A intenção é de processar 3 milhões de ton/ano, equivalente a praticamente toda a produção de soja do Oeste Baiano. O presidente da empresa, *Shi Kerong*, diz que a intenção do grupo é industrializar e também comprar a soja baiana diretamente dos produtores e investir em logística e portos na Bahia.

Investidas também estão sendo feitas com empresários sul-coreanos, desde 2011, inicialmente voltados ao comércio, mas também já vislumbrando a industrialização. Executivos da *Samsung* e da *AT Korea Agro-Fisheries Trade Corporation*, também demonstraram interesses em investir na Bahia, no segmento soja. Os presidentes da AT, *Young Je Ha* e executivos da *Samsung* já estiveram na Bahia e visitaram fazendas de soja e de milho no município de Luís Eduardo Magalhães²⁹. Os contatos feitos com os países asiáticos direcionam-se ainda à comercialização do algodão, buscando investimentos no setor têxtil para a região.

No Oeste Baiano estão presentes, portanto, grandes empresas das redes agroindustriais de grãos, ao mesmo tempo em que o Estado tenta atrair outras. Os grupos multinacionais diversificam seus negócios atuando em diferentes segmentos, da comercialização ao esmagamento de grãos, do financiamento agrícola à produção e venda de fertilizantes. De fato, houve muitas transformações em áreas nas quais estão presentes os fixos das empresas do agronegócio. No entanto o Oeste Baiano não incorporou, na sua totalidade, essa modernização, uma vez que as novas atividades econômicas emergentes não foram capazes de solucionar os problemas gerados no interior da região devido a sua pequena capacidade de incorporar novos agentes e de ampliar as atividades econômicas locais.

Esses empreendimentos têm valorizado apenas algumas porções do território e alguns agentes que interessam ao capital internacional, com base em um processo de modernização excludente. Nesse processo, essas empresas seguem produzindo/ocupando espaços especializados e corporativos, para o pleno

²⁹INVESTIMENTOS estrangeiros. **Revista Agronews Oeste**. Luís Eduardo Magalhães-BA, ano 7. n. 25, 2011.

desenvolvimento de suas atividades, como o caso dos distritos industriais do Oeste Baiano, espaços preparados pelo poder público para instalação e funcionamento de novos empreendimentos na região.

4.3 DISTRITOS INDUSTRIAIS OU AGLOMERAÇÕES DE EMPRESAS

Para o Oeste Baiano tem-se direcionado não apenas as grandes corporações agrícolas, mas também estabelecimentos de médio e pequeno porte e empreendedores individuais, sempre amparados por políticas públicas de atração de investimentos e pelo crédito público e privado. Esse efeito de captação acaba aglomerando outras firmas de produção não diretamente ligadas ao agronegócio, mas que fabricam produtos e/ou prestam serviços que atendem ao seu desenvolvimento.

Como pode ser visualizado na Tabela 14, o Guia da FIEB (2011)³⁰ registrou, para 2010, 185 empresas industriais no Oeste Baiano, 77 instaladas em Barreiras, empregando 2.528 trabalhadores. Nesse município, existem 20 segmentos industriais, destacando-se: produtos alimentícios; obras de infraestrutura; produtos de metal e produtos têxteis. Antes da emancipação, existiam em Luís Eduardo Magalhães apenas cinco indústrias instaladas. Hoje, como pode ser visto na Tabela 14, estão presentes 48 empresas industriais que geram 1.463 postos de trabalho em 17 segmentos, dos quais são mais relevantes: o de produtos alimentícios, o de produtos de metal e o de produtos químicos. Esses dois municípios são aqueles que, no Oeste Baiano, apresentam melhores números no setor industrial.

Tabela 14 – Número de empresas e empregados em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, 2010

Atividade econômica	Barreiras		Luís Eduardo Magalhães	
	Empresas	Empregados	Empresas	Empregados
Produtos alimentícios	24	1.356	12	435
Obras de infraestrutura	3	391	-	-

³⁰BAHIA. Interiorização da Indústria/ Sistema FIEB/ Ações 2011a. Disponível em: http://www.fieb.org.br/publicacao/fieb/interiorizacao_industria.pdf Acesso em: 16 out. 2014.

Tabela 14 – Número de empresas e empregados em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, 2010
Continuação

Atividade econômica	Barreiras		Luís Eduardo Magalhães	
	Empresas	Empregados	Empresas	Empregados
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	7	145	6	197
Produtos têxteis	4	108	7	140
Construção de edifícios	2	96	2	102
Artigos do vestuário e acessórios	8	73	2	17
Produtos de borracha e de plástico	5	68	2	31
Móveis	3	55	1	14
Serviços especializados para construção	1	38	-	-
Bebidas	1	31	1	4
Produtos diversos	4	30	1	5
Produtos de madeira	3	29	-	-
Impressão e reprodução de gravações	2	24	1	5
Produtos químicos	1	24	2	295
Produtos de minerais não-metálicos	2	18	3	25
Veículos automotores, reboques e carrocerias	1	10	2	19
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	2	10	1	4
Equipamento de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1	7	-	-
Máquinas, equipamentos	1	7	3	142
Celulose, papel e produtos de papel	2	6	-	-
Coleta, tratamento e disposição de resíduos	-	-	1	20
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-	-	1	8
Eletricidade, gás e outras utilidades	-	-	-	-
Extração de minerais não-metálicos	-	-	-	-
Total	77	2.528	48	1.463

Fonte: BAHIA. Interiorização da Indústria/ Sistema FIEB/ Ações 2011³¹. Adaptação: Camila Dutra.

³¹Disponível em: <http://www.fieb.org.br/publicacao/fieb/interiorizacao_industria.pdf>. Acesso em: 16 out. 2014.

Se comparado aos demais setores econômicos, o Oeste Baiano ainda possui baixa representatividade no cenário estadual, com uma participação relativa de apenas 2,3%, ao contrário do observado no setor agropecuário. A economia da região tem a seguinte distribuição setorial: 41% agropecuária, 11% indústria e 48% serviços. O setor agropecuário é, portanto, um grande vetor de crescimento da região (FIEB, 2011).

Uma necessidade premente, para os produtores da região, é o desenvolvimento de atividades têxteis e de produtos alimentícios. Embora a produção local de matérias-primas desses segmentos apresente elevados padrões de competitividade, a economia urbana regional demanda um processo de industrialização que agregue valor ao produto (como indústrias de fiações e tecelagens). Sobre a indústria de produtos alimentícios pode-se observar que apresenta-se ainda em um processo inicial de verticalização, contando com a presença de poucos estabelecimentos de grande porte, a exemplo das esmagadoras Cargill e Bunge.

Os governos municipais do Oeste Baiano têm investido em políticas de atração de empresas, nos últimos anos, através de incentivos fiscais, doação de terrenos e obras de infraestruturas, isto é, uma série de condições favoráveis à instalação de novas indústrias na região. A Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, oferta isenção do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel industrial por 10 anos, redução progressiva do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), além de se comprometer com a capacitação de mão de obra. Sobre a questão dos impostos, vale lembrar que essa Prefeitura também conta com incentivos federais (redução de 75% do Imposto de Renda (IR) por 10 anos com possibilidades de prorrogações) e com programas estaduais (AGRINVEST, PRODECAF, PROALBA, PROBAHIA)³².

Muitos governos têm se destacado por utilizar uma articulação de promoção do desenvolvimento local dentro da qual a estratégia é criar Distritos Industriais. Para isso, eles promovem políticas de incentivo à realocização para atrair empresas de outros estados a se instalarem nesses espaços. O Oeste Baiano apresenta dois Distritos Industriais, localizados nos municípios de Barreiras e Luís

³²Programa de Investimento para Modernização da Agricultura Baiana, Programa de Desenvolvimento da Cafeicultura na Região Oeste, Programa de Incentivo à Cultura de Algodão, Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, respectivamente.

Eduardo Magalhães. Ambos estão integrados ao sistema estadual, participando do Programa de Interiorização do Sistema FIEB³³, e administrados pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia (SUDIC).

O Distrito de Barreiras, localizado na BR-020/135 (sentido Barreira/Teresina), ao norte da cidade em que se situa, é também chamado de Polo Industrial de Barreiras. Revitalizado em 2009, abrange uma área em torno de 118 ha. Nessa estão instaladas oito indústrias dos ramos de agroindústria, metalurgia, produtos minerais não metálicos, madeira, papel e papelão, produtos alimentares e bebidas. Através da figura 45 podemos observar que a área ainda está em processo de instalação de empresas, com grande área ainda disponível para expansão.

Figura 45 – Imagem aérea do Polo Industrial de Barreiras/BA



Fonte: Google Earth, 2014³⁴.

No ano de 2001, o empresário Arnaldo Horácio Ferreira vendeu uma área em torno de 300 hectares para a Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães implantar o Distrito Industrial de Luís Eduardo Magalhães, hoje também denominado Centro Industrial do Cerrado (CIC). Esse se localiza na BR-242, com uma área total de 312 ha, recentemente ampliada em mais 100 ha, com o intuito de oferecer condições para a atração de mais indústrias, de modo especial voltadas ao beneficiamento da produção agrícola da região.

³³ Lançado em 2011, esse programa apoia o processo de interiorização da indústria baiana com a finalidade de melhorar as condições de atratividade e competitividade de regiões estratégicas da Bahia.

³⁴ Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-12.0960696,-44.9708043,832m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em. 16 out. 2014.

O CIC sedia estabelecimentos relacionados, principalmente, aos setores de alimentos, metalurgia, têxtil e serviços. Vale ressaltar que do total de indústrias presentes em Luís Eduardo Magalhães, apenas 23 estão localizadas no CIC, das quais 16 estão em funcionamento e 07 em instalação. Esse distrito aparenta ser mais dinâmico que o de Barreiras, possui melhor infraestrutura e conta com empresas de maior porte, inclusive unidades de multinacionais como a Multigrain, Amaggi & LDCommodities, Omnicotton e Noble.

Figura 46 – Imagem aérea do Centro Industrial do Cerrado (CIC), em Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Google Earth, 2014³⁵.

É importante destacar que as duas maiores indústrias da região – a Bunge e a Cargill – não se encontram instaladas nesses Distritos Industriais. Um dos motivos é porque essas empresas chegaram à região antes mesmo da construção desses equipamentos e, até o momento, não tiveram interesse em mudar sua localização inicial, mesmo estando inseridas no perímetro urbano das cidades.

Apesar de serem denominados pelos governos locais de Distritos Industriais, esses espaços no Oeste Baiano não possuem as características clássicas que a literatura econômica define. O conceito de Distrito Industrial, cuja origem tem mais de um século, baseia-se no economista britânico Alfred Marshall, em estudo de caso nas regiões têxteis e metalomecânica da Alemanha, Inglaterra e

³⁵Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-12.0960696,-44.9708043,832m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em 16 out. 2014.

França durante a metade do século XX. Para esse autor, Distrito Industrial significa um grande número de pequenas e médias empresas localizadas em um mesmo espaço e mantendo interconexões entre si. Essas firmas estariam envolvidas em vários estágios e em vários modos na produção de um produto homogêneo e se organizariam em redes com esquemas de cooperação, solidariedade, coesão e valorização do esforço coletivo (MARSHALL, 1919 apud ARAÚJO, 1999).

O tipo ideal de distrito abrange uma profunda divisão local de trabalho que origina redes de interdependência. As firmas localizadas nos distritos industriais presentes no Oeste Baiano parecem não possuir vínculos umas com as outras, isto é, não operam em uma atmosfera centrada na cooperação e colaboração entre os agentes econômicos. De acordo com Araújo (1999, p. 20)

As autoridades vangloriam-se por ter no seu Estado um distrito industrial. Mas na realidade as consequências podem ser desastrosas. Muitas vezes, as maiores beneficiadas são as grandes firmas de outras regiões que se utilizavam dos benefícios para reduzir seus custos. Ocorre também com muita frequência que quando se esgotam os prazos de vigência dos incentivos, as empresas fecham ou se transferem para outras regiões. O resultado é uma vulnerabilidade no nível de atividade econômica da região, além da instabilidade no nível de emprego e da arrecadação das receitas tributárias dos governos. Além da instabilidade no nível de emprego e da arrecadação das receitas tributárias dos governos.

No Oeste Baiano, o que se vê é apenas uma concentração de firmas que têm como única característica a de estarem aglomeradas em uma determinada área geográfica. Dessa forma, esses espaços não poderiam ser classificados como Distrito Industrial, embora o sejam, pelo poder público. Distritos Industriais ou não, esses espaços têm atraído para a região novas empresas as quais, direta ou indiretamente, associam-se às redes agroindustriais agrícolas do Oeste Baiano.

4.4 COOPERATIVAS AGRÍCOLAS

O cooperativismo é um movimento que surgiu com os ideais socialistas no final do século XIX, na Europa, e que tinha como meta principal possibilitar à classe operária uma sobrevivência mais digna em meio às desigualdades sociais proporcionadas pelo sistema capitalista (RÊGO; MOREIRA, 2013). Esse pensamento influenciou também os economistas que buscavam compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura da Rússia do século XIX. Tanto as

teorias de Kautsky, final do século de XIX, quanto as de Chayanov, primeiro quartel do século XX, defendiam a constituição de cooperativas agrícolas como alternativa de resistência dos camponeses perante o avanço da agricultura capitalista. Ambos viam a formação de cooperativas coletivas no campo como estratégia de manutenção da unidade econômica camponesa (F. ALVES, 2009).

Contudo o sistema cooperativo implantado no interior de formações sociais capitalistas se difere muito daquilo que os teóricos marxistas pensaram sobre cooperação no campo. Isso se explica pelo simples fato de que as cooperativas agrícolas contemporâneas encontram-se reguladas pelas leis mercadológicas, muitas vezes fazendo o uso das mesmas estratégias das corporações capitalistas, como forma de se manter em pleno funcionamento, sendo essa uma das principais contradições com a visão clássica de cooperativismo. Daqui parte a crítica de Luxemburgo (1999) ao cooperativismo e também a sua descrença que sejam as cooperativas a verdadeira saída para os camponeses

As cooperativas, em primeiro lugar as cooperativas de produção, são instituições de natureza híbrida no seio da economia capitalista; constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; em virtude da concorrência, para que a empresa possa viver, ela exige uma exploração implacável da força-de-trabalho, quer dizer, o completo domínio do processo de produção pelos interesses capitalistas (LUXEMBURGO, 1999, p. 80-81).

No Oeste Baiano as cooperativas agrícolas são verdadeiras empresas, servindo como um sistema de colaboração para os empresários agrícolas reunirem ativos e competências para superar barreiras fiscais, ampliar o acesso às ofertas de mercados, aumentar o poder de negociação e celebrar contratos melhores a preços mais convidativos para os insumos como sementes, fertilizantes e equipamentos, assim como obter crédito junto às instituições financeiras.

As cooperativas agrícolas tiveram um papel preponderante no avanço da agricultura capitalista no Oeste Baiano nos anos de 1980, criando as condições materiais básicas e o acesso a uma série de serviços importantes para que esse processo ocorresse. Elas foram as principais responsáveis no fornecimento dos elementos da produção (sementes, máquinas, produtos químicos), serviços de aluguel de tratores e colheitadeiras, assistência técnica, etc. As cooperativas

garantiam ainda, aos seus cooperados o acesso ao crédito e à comercialização de seus produtos. Essas instituições possuíam laços estreitos com os bancos, pela sua dimensão e frequência de negociações, o que as tornavam um canal privilegiado de acesso aos financiamentos.

Na década de 1980, grandes cooperativas do Sudeste e Sul do país, originárias de áreas de Cerrados ou com experiência na produção de grãos, se implantaram no Oeste Baiano, como a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), a Cooperativa Agrícola dos Cerrados do Brasil Central (COACERAL), a Cooperativa Tritícola de Panambi (COTRIPAL) e a Cooperativa de Santa Rosa. As duas primeiras estavam ligadas diretamente ao capital japonês proveniente dos financiamentos do Prodecer.

Além daquelas originárias de outras partes do país, formaram-se cooperativas locais como a Cooperativa Agrícola de Formosa do Rio Preto (COPERMOSA), a Cooperativa Agrícola Mista dos Projetos de Irrigação do Médio São Francisco (COMESF), a Cooperativa Agrícola Mista do Rio Corrente (COARC) e a Cooperativa dos Produtores de Grãos dos Gerais Ltda. (COPERGEL)³⁶. Das cooperativas pioneiras na região, apenas duas ainda existem: a antiga Cotia, hoje Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia (COOPROESTE), com sede em Luís Eduardo Magalhães, e a Coaceral, localizada em Formosa do Rio Preto.

Figura 47 – Antigas instalações da extinta Copergel. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

³⁶Surgiu em julho de 1981, na região de Bela Vista, na divisa de Goiás, no município de Barreiras. Foi organizada por migrantes pioneiros, com o objetivo de atuar segundo o modelo a que estavam habituados em seus estados de origem. Construiu vários armazéns na região, implantou agrovilas como o Novo Paraná, Roda Velha de Cima e outras.

Uma filial da Cotia, maior cooperativa do Brasil nos anos de 1980, chegou aos Cerrados baianos em 1985, como parte de um intenso processo de expansão de suas atividades pelo território nacional. Essa cooperativa trouxe consigo os financiamentos provenientes dos acordos firmados entre os governos japonês e brasileiro, tendo em vista que suas atividades estavam vinculadas ao Prodecer II e ao financiamento da *Japan International Cooperation Agency* (JICA).

Voltada principalmente para atender os descendentes de japoneses³⁷, que vinham do norte do Paraná, a Cotia implantou, em 1988, um campo experimental no Oeste Baiano, onde hoje é o Anel da Soja, dividido em duas partes: o Projeto de Colonização Ouro Verde – também chamado de Prodecer II, em Formosa do Rio Preto, com 16 mil há – e o Cotia *Seinen*³⁸ – em Riachão das Neves, com 16 mil ha. A Cotia realizou também trabalhos de pesquisa e difusão de tecnologias na região e disponibilizou para seus cooperados recursos para armazenagem agrícola, compra de defensivos e fertilizantes, beneficiamento e comercialização de grãos.

A Cooproeste, que assumiu as operações da Cotia a partir de 1995 após sua insolvência³⁹, iniciou suas atividades com 30 cooperados. Hoje essa cooperativa conta com 400 afiliados e mais de 100 funcionários, atuando em uma área de 180.000 ha no fomento de atividades agrícolas, serviços de análise e beneficiamento de sementes, recepção, armazenagem e comercialização de grãos, além de assessoria agrônômica e venda de insumos. Possui ainda laboratório de análises credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa cooperativa é destaque na participação no mercado de comercialização de milho, arroz, feijão e algodão, e na produção de sementes geneticamente modificadas

³⁷ 70% dos lotes eram destinados para descendentes de japoneses e 30% para outros agricultores.

³⁸ Os Cotia *Seinens* são os jovens japoneses solteiros entre 18 a 25 anos que imigraram para o Brasil, através da Cooperativa Agrícola de Cotia. Embora chame de “*seinen*” (jovem), atualmente a idade média desse grupo é de 74 anos sendo que, conforme informação da Secretaria da Associação de Cotia *Seinen*, um terço deles já faleceu, um terço voltou para Japão a fim de morar definitivamente ou para trabalhar temporariamente e outro um terço permanece no Brasil. Os primeiros Cotia *Seinens* desembarcaram no Porto de Santos no dia 15 de setembro de 1955. A partir daí, nos longos anos imigraram 2.805 Cotia *Seinens* e cerca de 500 *hanayome imin* (noivas imigrantes). Na Bahia, o projeto Cotia *Seinens* foi desenvolvido por japoneses associados do norte do Paraná, mas que não prosperaram com seus lotes, os quais foram comprados posteriormente por gaúchos. Fonte: <<http://nikkeyweb.com.br/sites/registro/noticias.php?arquivo=2010-04>>. Acesso em 30 nov. 2015.

³⁹ A Cotia, que atuava em vinte estados, era um gigantesco projeto com sede em São Paulo. Quando faliu, deixou para trás um patrimônio que no Oeste Baiano os antigos associados têm acesso até hoje, na forma da Cooproeste. Fonte: Entrevista com a presidência da Cooproeste, realizada em Luís Eduardo Magalhães em 06/11/2012

superiores, atendendo ao Oeste Baiano e aos estados do Piauí e Maranhão. A Cooproeste também é responsável por 15% da soja plantada no Estado da Bahia⁴⁰.

Figura 48 – Unidade de recebimento da Cooproeste. Roda Velha – São Desidério/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

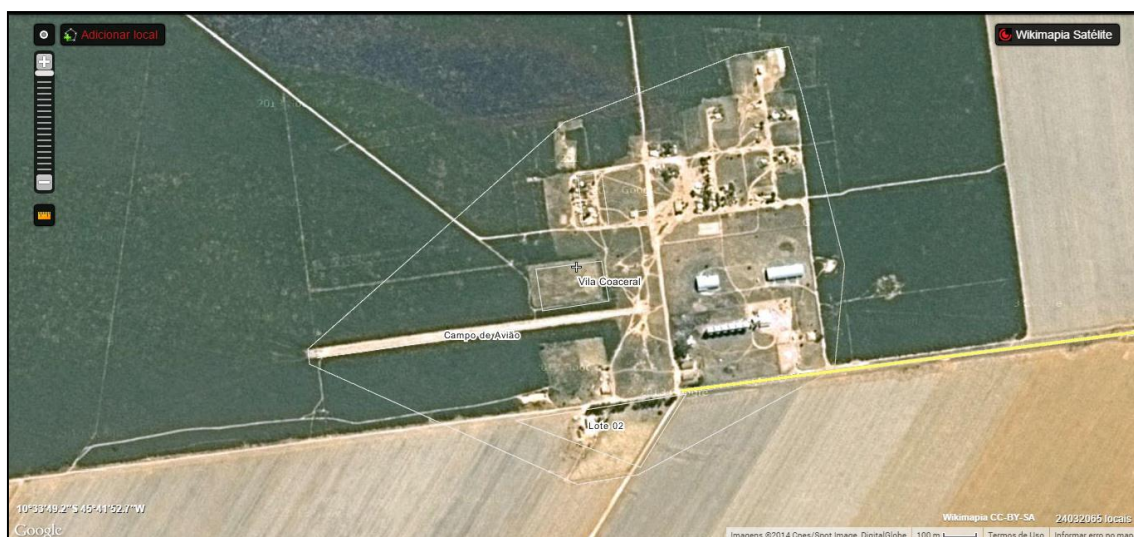
O município baiano que mais recebeu projetos de colonização agrícola, entre as décadas de 1980 e 1990, e até mesmo no início dos anos 2000, foi Formosa do Rio Preto. O principal deles foi o Coaceral na década de 1980, porém, nas décadas posteriores, foram implantados outros projetos que, embora menores, também foram muito importantes para o avanço da agricultura capitalista na região. Esses projetos foram o Projeto Águas Claras (1997), idealizado pela Sul Colonizadora de Erexim (RS), a mesma entidade que executou o Projeto Panambi; o Projeto Aproxama (1998), localizado na divisa entre os Estados da Bahia, Tocantins, Piauí e Maranhão, em área de intenso processo de litígio e gerenciado pela Associação de Produtores da Chapada da Mangabeira; e o Projeto Região do Novo Horizonte (2004), criado na fronteira com o Piauí por um grupo de empresários paranaenses. As duas maiores propriedades agrícolas de Formosa do Rio Preto, ambas adquiridas pelos proprietários atuais em 1984, são a Fazenda Canabrava, com 150 mil ha, e a Fazenda Condomínio Estrondo⁴¹, com mais de 300 mil ha.

⁴⁰ Informações obtidas a partir de entrevista com a presidência da Cooproeste, realizada em Luís Eduardo Magalhães em 06/11/2012.

⁴¹ O empreendimento apresentado ao público em geral como "Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo", fora inaugurado em 1975. Hoje, sob propriedade dos grupos privados CMOB, Colina Paulista S. A. e Delfin S/A Crédito Imobiliário, seria formado por uma área de aproximadamente 315 mil hectares. Os gestores dividiram parte dessa grande área em fazendas com áreas entre 7 mil a 9,8 mil hectares que são arrendadas para empresários da produção de soja, algodão e milho, além da pecuária de corte. Ao todo, são 35 fazendas interligadas, que pertencem a 24 diferentes sociedades anônimas, somando quase a extensão total de um país europeu como Luxemburgo.

A Coaceral⁴² adquiriu sozinha, em 1988, uma área de 420.000 ha em Formosa do Rio Preto, o que significa uma grande parcela, se comparada à área total conquistada por essa cooperativa no Oeste Baiano (748.343 ha). Esse projeto, também um dos pioneiros para a região, atendeu a 38 produtores provenientes do Paraná, sua maioria descendente de japoneses. Diferentemente dos projetos Ouro Verde e Cotia *Seinen*, o projeto do Coaceral estabeleceu uma agrovila, um dos primeiros núcleos urbanos criados no meio dos Cerrados baianos, com estrutura mínima necessária (casas, silos, armazéns) para a permanência dos primeiros “colonizadores”. Essa agrovila ainda existe, mesmo que em condições muito precárias.

Figura 49 – Imagem aérea da Vila Coaceral. Formosa do Rio Preto/BA



Fonte: Google, 2014⁴³.

A cooperativa Coaceral funcionou bem até 1997. Ao longo dos anos, os grandes produtores foram comprando as terras dos médios e pequenos, permanecendo hoje apenas quatro dos produtores pioneiros. O endividamento com os financiamentos⁴⁴, a falta de vocação agrícola, a ausência de incentivos e os altos

⁴²Fundada em 1984, sua gerência geral, onde são tomadas todas as decisões referentes à esfera financeira e às relações trabalhistas, situa-se em Goio-Erê (PR). Possui uma gerência em Barreiras (ponto de apoio do projeto) e no próprio projeto, situado a 100 km da cidade mais próxima, Formosa do Rio Preto. Conta com uma rede de comunicação extremamente precária, já que o sinal de telefone é muito ruim e o acesso rodoviário é péssimo. Fonte:<<http://www.cooproeste.com.br/>>. Acesso em> 30/11/2015.

⁴³Disponível em: <<http://wikimapia.org/#lang=pt&lat=-10.563675&lon=-45.697975&z=15&m=b>>. Acesso em: 26 dez. 2014

⁴⁴O governo japonês (através da JICA) emprestou dinheiro ao Brasil para financiar os projetos do Prodecer, a juros de 2,75% ao ano, mas o Brasil repassou os valores aos produtores com 6% de juros/ano, o que promoveu o endividamento de muitos colonos.

custos de produção fizeram com que muitos colonos falissem. Alguns deles venderam suas terras e compraram lotes menores, outros voltaram para o Sul e Sudeste. Atualmente, estima-se que 150 a 200 produtores plantam na região do Coaceral, a qual possui cerca de 1000 propriedades agrícolas. Além de produtores brasileiros, como um grande produtor do Mato Grosso, existem vários estrangeiros produzindo nessa região, sobretudo chineses, coreanos, argentinos e americanos. Aproximadamente cinco grupos dominam a produção no Coaceral, com a posse de mais de 50% da área agricultável⁴⁵.

A primeira agrovila do Coaceral, construída nos anos de 1980, encontra-se praticamente abandonada e a maior parte dos produtores mora nas cidades próximas, sobretudo em Barreiras. Recentemente foi criada uma nova vila chamada Portal do Jalapão, situada a 10 km da primeira, onde se localiza a nova sede social da Coaceral, com armazéns, escola, restaurante e 50 casas destinadas a funcionários das fazendas próximas. Ainda assim a maioria dos produtores reside em Barreiras.

Figura 50 – Nova sede social da Coaceral, na Vila Portal do Jalapão. Formosa do Rio Preto/BA



Fonte: Camila Dutra, 2014.

A Cotripal foi responsável pela implantação do Projeto de Colonização de Panambi, implantado em Formosa do Rio Preto nos anos de 1990. A cooperativa foi fundada em 1992 por 31 produtores originados de Panambi (RS), os quais migraram para o Oeste Baiano interessados em terras baratas para agricultura empresarial. A

⁴⁵ Informações obtidas com produtores pioneiros da Coaceral, em entrevistas realizadas em Luís Eduardo Magalhães em 10/02/2014 e em Barreiras nos dias 11/02/2013 e 13/02/2014.

região de Panambi, também chamada popularmente de Garganta⁴⁶, fica no extremo oeste do estado da Bahia, na divisa com o Tocantins. Essa área é considerada a mais valorizada do Oeste Baiano, sob o ponto de vista agrícola, por concentrar os melhores solos e possuir clima estável.

Exatamente por causa de suas características naturais favoráveis, a região de Panambi enfrenta vários conflitos de litígio (entre Bahia e Tocantins), o que explica o porquê de alguns serviços como Educação, Saúde, telefonia e energia serem fornecidos pelo Governo do Tocantins e não pelo da Bahia. Atualmente 300 produtores plantam nessa área, apesar da agrovila de Panambi contar apenas com 100 moradores, já que a maior parte dos fazendeiros mora em Luís Eduardo Magalhães (BA) e Dianópolis (TO).

A instalação de cooperativas agrícolas no Oeste Baiano impulsionou o estabelecimento do cultivo de grãos, basicamente da soja, e inseriu a região no contexto agrícola nacional dos anos de 1980, na medida em que possibilitou o acesso dos produtores aos ramos industriais, bancários, financeiros e de serviços necessários à produção. Na atualidade, essas cooperativas continuam cooperando com o processo de expansão do agronegócio no Oeste Baiano, servindo de apoio organizacional para os fazendeiros, posicionando-os no mercado, barganhando preços de insumos e auxiliando na comercialização dos grãos.⁰

4.5 SINDICATOS RURAIS

Como sabemos os sindicatos patronais rurais (ou sindicato dos produtores rurais, como essas entidades preferem ser chamadas) e os sindicatos dos trabalhadores rurais representam duas classes sociais distintas, a dos trabalhadores e a dos capitalistas, que se enfrentam no campo, materializando seus conflitos através de suas organizações, onde se expressam coletivamente. Guerra (1999, p. 1) explica, claramente, a diferença interna entre essas duas classes

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais agregam agricultores e criadores que baseiam suas produções em culturas alimentares (feijão, milho, arroz, mandioca, fruteiras), em criações de animais de pequeno porte ou de bovinos, em pequena escala. Utilizam fundamentalmente a mão-de-obra

⁴⁶A área é conhecida assim pelas condições geomorfológicas, trata-se de um platô com uma passagem muito estreita formando uma espécie de “garganta”.

familiar, assalariam eventualmente ou trocam serviços, possuem ou cultivam em até três módulos rurais (150 hectares) e se articulam ao mercado através dos excedentes dos seus cultivos. Assalariados rurais e outras categorias afins ao meio rural (oleiros, carvoeiros, tratoristas) costumam se abrigar no mesmo sindicato [...]. Normalmente se autodenominam ou são denominados por seus aliados como sendo camponeses, lavradores, agricultores, produtores rurais, rurícolas, são adjetivados como pequenos, mini, pobres, oprimidos. [...] Nos Sindicatos Patronais Rurais ou Sindicatos de Produtores Rurais encontram-se agricultores e criadores que baseiam suas atividades na produção empresarial ou mercantil de culturas ou criações preferencialmente voltadas para o comércio, à indústria e exportação [...]. Essas atividades fundamentam-se na produção de larga escala e no assalariamento. Os membros desta categoria, normalmente proprietários ou detentores de grandes extensões de terras, o que lhes identificam na literatura sociológica, adjetivados como grandes proprietários ou latifundiários. Nas organizações onde se fazem representar, o discurso é afirmativo de sua condição de proprietários, empresários e produtores, associando a ideia de atividade agrícola desenvolvida como produção industrial. Os princípios da lucratividade e eficiência regem essa categoria.

O Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães, fundado em 2001, conta atualmente com 500 sócios e é presidido pelo produtor Vanir Kolln, o qual também é Vice-Presidente da Aprosoja Brasil. Além de atender prioritariamente aos produtores de Luís Eduardo Magalhães, a instituição também atua nos municípios de São Desidério, Correntina, Jaborandi, Cristópolis, Riachão das Neves e Baianópolis.

Figura 51 – Sede do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Essa organização trabalha na defesa dos interesses dos empresários agrícolas da região, bem como na capacitação de mão de obra para as fazendas e agroindústrias, já tendo profissionalizado mais de 20 mil pessoas, totalizando 1.570

atividades destinadas à qualificação dos produtores rurais⁴⁷. Em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), são ofertados diversos cursos associados ao agronegócio como: Curso Monitor de Pragas, Curso de Pivô Central, Curso de Tratorista Agrícola, Curso de Colheitadeira, Curso de Aplicação de Agrotóxico Autopropelido, Curso de Inseminação artificial, entre outros.

O Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras, fundado em 1990, é presidido por um dos maiores pecuaristas da região, o senhor Antônio Balbino de Carvalho Neto, também presidente da Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (Acrioeste). Apesar de mais antigo que o de Luís Eduardo Magalhães, o sindicato de Barreiras passa por processo de reestruturação, já que ficou praticamente inativo por 19 anos. Atualmente a entidade possui 20 produtores associados, todos médios pecuaristas, mas estima cooptar, nos próximos anos, 500 produtores agrícolas. A entidade também possui parceria com o Senar para realizar capacitações de mão de obra⁴⁸.

No Oeste Baiano também observamos a atuação de vários sindicatos trabalhistas, os três mais importantes são: o de Barreiras, o de São Desidério e o de Luís Eduardo Magalhães. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barreiras, que conta com 12 mil associados, é o segundo mais antigo da região (o primeiro é o de São Desidério), fundado em 1973, acompanhou todo o processo de incorporação do Oeste Baiano ao agronegócio, tendo presenciado e lutado contra intensos processos de grilagem, invasões, violência no campo e expropriações de terras nos Cerrados baianos.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de São Desidério foi criado em 1971 e conta com 9 mil sindicalizados. Esse sindicato atua principalmente na organização e execução de projetos para a agricultura familiar, na assistência aos assentamentos de reforma agrária e aos projetos de irrigação da Codevasf, no combate aos conflitos de terras e na defesa dos direitos trabalhistas. Segundo seu presidente⁴⁹, “é no distrito de Roda Velha, onde estão concentradas as maiores fazendas do agronegócio no município, onde também encontramos os maiores ataques aos

⁴⁷ Informações obtidas a partir de entrevista com o secretário executivo do Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães, em 22/10/2012.

⁴⁸ Informações obtidas a partir de entrevista com o secretário executivo do Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães, em 01 mai. 2012.

⁴⁹ Entrevista realizada em 04 fev. 2014 na sede do Sindicato de Trabalhadores de São Desidério (BA).

direitos dos trabalhadores do campo”. Os problemas trabalhistas aos quais faz referência esse presidente são: o não cumprimento dos direitos rescisórios quando da demissão de trabalhadores, contratos temporários instáveis, jornadas de trabalho exaustivas, condições insalubres de trabalho, casos de trabalho análogo ao escravo, etc.

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Luís Eduardo Magalhães é mais novo, criado somente em 2001. Possui 816 sindicalizados e atua também nos municípios de Formosa do Rio Preto, Riachão, Barreiras, São Desidério, Cocos e Mambá (na divisa com Minas Gerais). Os três sindicatos de trabalhadores citados enfrentam inúmeros problemas nas zonas rurais provenientes da expansão do agronegócio, como: grilagem, trabalho escravo, violência no campo, condições precarizadas de trabalho nas fazendas, degradação ambiental, a perda da biodiversidade etc.

No Oeste Baiano é possível percebermos claramente o antagonismo entre os dois tipos de sindicatos apontados – os dos trabalhadores e aqueles patronais. Por necessidade de reforçarem suas representações políticas, ambos fazem uso de estratégias próprias e diversas na disputa por pequenos e médios pecuaristas e agricultores situados entre a produção agrícola familiar e a empresa capitalista.

Em todo o Brasil, os sindicatos patronais têm mudado seu nome para “de produtores rurais” numa tentativa de retirarem o estigma de latifundiários, se reafirmarem como “produtores” e conquistarem novos adeptos, o que não muda necessariamente seu caráter social. Afirmando-se como “os reais produtores agrícolas”, que “alimentam a sociedade”, os empresários rurais do Oeste Baiano veem os sem-terra e a agricultura familiar como seus detratores, inimigos, invasores, ilegais, marginais. Nessa disputa, como enfatiza Guerra (1999, p. 4), “evidencia-se a propriedade ou não da terra como o divisor de águas entre os dois pretendentes ao título de produtores rurais”.

Os sindicatos patronais e os dos trabalhadores rurais estão envolvidos na ocupação do Oeste Baiano pelo agronegócio desde o seu início. Enquanto os membros do primeiro foram aqueles que determinaram os novos usos agrícolas das terras da região, os membros do segundo grupo sentiram “na pele” as consequências do avanço dessa agricultura capitalista. Desde o começo os conflitos

são marcantes, cada lado defendendo suas ideologias e seus filiados. No entanto, ao conversarmos com representantes dos sindicatos da região⁵⁰, percebemos que a luta é díspar, favorecendo os empresários agrícolas, e que as conquistas da classe trabalhadora rural têm sido progressivamente reduzidas e sufocadas. É possível verificar isso na conformidade de alguns líderes sindicais dos trabalhadores que chegam a defender, em parte, a chegada do agronegócio na região, por ter trazido, na visão deles próprios, empregos e desenvolvimento. O fato é que muitas vezes os sindicatos dos trabalhadores rurais não têm conseguido ir além do discurso da denúncia e do protesto, nesse caso inócuo para conter, efetivamente, o avanço do agronegócio na região.

4.6 ASSOCIAÇÕES SETORIAIS

O aumento da competitividade nas redes agroindustriais, seja dentro dos limites do Brasil, seja no mercado externo, tem estimulado os seus agentes a estabelecerem ações coletivas, do ponto de vista capitalista, e a se organizarem em associações para defenderem seus interesses e espaços. As associações de interesse privado, ou associações setoriais, localizadas no Oeste Baiano, principalmente as que desenvolvem ações coletivas no agronegócio, têm sido formadas para benefícios de profissionais e empresas atreladas a esse setor.

Esses agentes têm, portanto, se associado com o objetivo de uma cooperação que, embora seja horizontal, pois se dá entre os membros de um mesmo setor ou segmento produtivo, tendo como propósito a promoção de interesses comuns, não vai muito além de uma “solidariedade organizacional” (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011, p. 100), aqui orientada pelas demandas impostas pelo agronegócio na região.

Já a solidariedade organizacional supõe uma interdependência até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis, mutáveis em função de fatores de mercado. Neste último caso, os “organizadores” prosperam à custa da solidariedade interna e, frequentemente, também à custa da solidariedade no sentido ético. Em ambos os casos a solidariedade organizacional é paralela à produção de uma racionalidade que não interessa à maior parte das empresas nem da população. (grifo do autor)

⁵⁰Entrevistas realizadas por ocasião dos trabalhos de campo em 2012, 2013 e 2014.

Essa racionalidade, da qual os autores falam que ocorre paralela à solidariedade organizacional, é a “solidariedade orgânica” (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011), resultante de uma interdependência entre ações e agentes que emana da sua existência no lugar enquanto território usado. Para os autores, “é em função dessa solidariedade orgânica que as situações conhecem uma evolução e reconstrução locais relativamente autônomas e apontando para um destino comum” (p.307). Porém essa solidariedade, nem de longe, orienta as estratégias políticas e mercantis adotadas pelas associações setoriais presentes no Oeste Baiano, que trabalham numa coletividade que não se sobrepõe aos interesses privatistas dos associados, sejam eles empresas ou profissionais individuais.

Essas instituições, segundo Conejero (2011), garantem o “padrão de concorrência”, parte do jogo competitivo entre os produtores rurais, trabalhando com um conjunto de variáveis, tais como preço, marca, atributos de qualidade, padrão de produção, inovação contínua em produto ou em processo. Segundo esse especialista em agronegócio, essas associações de interesse privados tratam-se de

Organizações constituídas para atender a interesses comuns dos seus associados com a provisão de benefícios coletivos. Esse tipo de associação serve de interlocutora com o governo, com outras organizações e a sociedade em geral. Passam a representar uma instância para dirimir disputas entre agentes, mediando conflitos, mas também monitoram as ações de seus membros para conformidade com padrões e normas. (CONEJERO, 2011, p.8).

No Oeste Baiano algumas associações setoriais têm contribuído decisivamente na expansão, manutenção e defesa do agronegócio na região. Muitas vezes os membros são os mesmos que, participando ao mesmo tempo de vários grupos representativos (sindicatos, cooperativas, fundações, etc.), podem defender seus interesses em diferentes espaços e ampliar seu domínio. Essas entidades trabalham para a difusão da imagem positiva do agronegócio do Oeste Baiano. As *tradings*, como a Bunge e a Cargill, frequentemente participam de reuniões dessas associações, enviando representantes que garantem a participação dessas empresas na tomada de decisões sobre o desenvolvimento do agronegócio na região.

A Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) é a principal entidade representativa do agronegócio na região. Fundada em Barreiras em 1990,

na época com 16 associados, assume hoje a liderança e a representação de mais de 1.300 empresários do agronegócio, os quais representam em torno de 95% da força de produção em 2,25 milhões de hectares plantados⁵¹. Seu presidente, Júlio César Busato⁵², é um dos maiores produtores de soja e algodão da região e proprietário do Grupo Fazenda Busato.

Figura 52 - Sede da AIBA. Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2014.

Além do trabalho institucional de defesa dos interesses do agronegócio em várias frentes, a AIBA disponibiliza ao produtor e ao gestor rural prestação de serviços nas mais diversas áreas, desde a administrativa até a jurídica; eventos de capacitação e projeção; base de dados e diversos meios de informação e de comunicação; apoio na elaboração de projetos e análises, assim como em outros aspectos nos campos jurídico, logístico e ambiental.

Essa entidade interfere nas esferas públicas e financeiras e na integração de ações com as forças locais e regionais em prol do agronegócio. Demonstrando defesa irrestrita de seus produtores associados, em 2014 a AIBA conseguiu, judicialmente, a suspensão da cobrança do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural)⁵³, um direito antigo, e muito importante, conquistado pelos trabalhadores rurais da região. Essa medida contempla ainda a restituição

⁵¹Fonte: <www.aiba.com.br>. Acesso em: 02 dez. 2015.

⁵²Júlio César Busato está no seu segundo mandato na presidência da AIBA (biênios 2013/2014 e 2015/2016).

⁵³Há mais de uma década a Aiba deu início a uma série de ações judiciais contra o Funrural, sendo a primeira delas a de 1997. Fonte: <www.aiba.com.br>. Acesso em: 02 dez. 2015.

para os empresários agrícolas do imposto pago à classe trabalhadora nos últimos 10 anos, anteriores à data do ajuizamento. Isso mostra a dimensão da relação que esta instituição sempre teve com Governo do Estado.

Essa relação estreita entre o Estado e os agentes hegemônicos do agronegócio sempre foi marcante no Oeste Baiano desde a introdução da agricultura capitalista na região. O resultado disso, para Lavoratti e Santos (2011, p.110), tem sido “a criação de uma espécie de governo paralelo, que passou a influir nas negociações de dívidas e na implantação de infraestrutura, como energia elétrica nos pivôs centrais”. Os empresários do agronegócio têm tido acesso a uma série de privilégios, facilitados pelos administradores públicos, na troca de um dito “desenvolvimento” acarretado pelo agronegócio.

No apoio aos Governos pela AIBA, ou na mesa das negociações, os representantes colocavam duas moedas: o desenvolvimento que seria trazido pela agricultura empresarial, cuja capacidade de produção já estava comprovada e o milhão de habitantes do Oeste Baiano, uma força de 500 mil eleitores, carentes desse desenvolvimento. Essas moedas de troca sequer precisavam ser mencionadas. Aos do Governo desenvolvimentista estava claro. Mesmo que a grande agricultura se desenvolvesse em cinco municípios que tinham Cerrado, tudo era mostrado como Oeste Baiano. (LAVORATTI; SANTOS, 2011, p.110).

Com fortes influências sobre os órgãos estatais, a AIBA também se empenha em desburocratizar os processos de licenciamento e autorizações ambientais, a favor da expansão do agronegócio. Um dos momentos de maior evidência dessa pressão sobre os órgãos ambientais foi uma manifestação pública da entidade pela exclusão da Caatinga e do Cerrado nordestinos da “Moratória da Soja”⁵⁴. No argumento da associação, abraçado pelo governo do Estado e acordado com o relator do Código Florestal, o Deputado Federal Aldo Rebelo (PCdoB – SP), a medida traria prejuízos irreversíveis à Bahia. Contraditório ainda é a publicação, pela própria instituição, do documento “Plano Oeste Sustentável” – nos parece ironia a palavra “Sustentável”.

⁵⁴ Criado em 2006 e com duração até maio de 2016, esse acordo entre as agroindústrias e as organizações de defesa do meio ambiente tem pregado tolerância zero em relação ao desmatamento, com a suspensão da compra de soja de produtores que tenham derrubado vegetação nativa na Amazônia após julho de 2008. É cobrada pelos ambientalistas e movimentos sociais a criação de uma moratória, semelhante a essa, também para o Cerrado e a Caatinga, coisa que os empresários do agronegócio temem. Fonte: MORATÓRIA da soja conteve desmate na Amazônia, diz estudo. **Folha de São Paulo**. João Carlos Jacobsen. Brasília, 28 jan. 2015. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 04 dez. 2015.

Trata-se de uma iniciativa do governo do Estado com a participação direta dos agricultores do Oeste, representados pela Aiba. Ela beneficia toda a Bahia, na medida em que desburocratiza os processos de supressão vegetal e de licenciamento ambiental demandados pelos produtores, ajudando a acabar com o passivo que ameaçava a continuidade da produção em um dos mais importantes polos agrícolas nacionais. (Anuário..., 2009/10, p. 2).

É evidente que o interesse dos produtores da região em buscar adequação ambiental em suas propriedades rurais está mais associado ao atendimento de critérios para obtenção de crédito e financiamentos do que uma real defesa do meio ambiente. A justificativa mais plausível é que a falta de habilitação ambiental dos empreendimentos agrícolas coloca em risco a economia regional e baiana, pois as pendências ambientais geram dificuldades na captação de recursos para produção, além de interferirem na comercialização da safra internacionalmente, transação que tem exigido segurança ambiental.

Figura 53 - Faixa no estande do Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães durante a VII Bahia Farm Show. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Cida Pereira, 2011.

A Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia (Abacafé), fundada em 2006 e presidida pelo produtor Dhone Dognani, tem sido outra entidade defensora do agronegócio na região. A meta geral da entidade, que conta com 23 associados e possui sede junto à Cooproeste, é fortalecer a produção de café do Oeste Baiano, divulgando a qualidade e rentabilidade do café arábica produzido

nessa região. A Abacafé está em processo de notificação geográfica, o que vai tornar o café da região conhecido internacionalmente.

A Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA), fundada em 2000, conta com 242 associados distribuídos em 321 fazendas nas regiões Oeste e Sudoeste da Bahia. A instituição, presidida atualmente por Celestino Zanella (biênio 2015/16) foi criada com os objetivos de representar os interesses da cotonicultura do estado da Bahia, incentivar a produção, difundir a atividade no Estado, promover o algodão baiano no mercado nacional e internacional e orientar os associados nas fases de produção e comercialização do algodão.

No Oeste Baiano, a Abapa atua nos municípios de Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Correntina, Barreiras, Formosa do Rio de Preto, Riachão das Neves, Jaborandi, Cocos e Serra do Ramalho. Estrategicamente, a entidade tem como missão uma atuação eficaz na abertura de novos mercados para exportação; procura de novos mecanismos de financiamento da produção; criação de novas políticas de apoio à comercialização; busca de aumento da excelência do algodão produzido na região e no apoio da verticalização da cadeia produtiva⁵⁵.

A Abapa também possui dois laboratórios de classificação em convênio com a Kuhlmann⁵⁶ no município de Luís Eduardo Magalhães e no Distrito de Roda Velha (São Desidério)⁵⁷, além de programas para monitoramento do bicudo nas lavouras, qualificação profissional de operadores e mecânicos de máquinas agrícolas e orientação nas normas de segurança do trabalho. Essa associação aprovou, recentemente, projeto para a instalação de um Complexo Industrial de Processamento de Caroço de Algodão, com obras iniciadas em 2015 no Distrito de Roda Velha (São Desidério - BA). Essa unidade, orçada em, aproximadamente, R\$ 60 milhões, terá capacidade para processar 500 toneladas de caroço de algodão/dia⁵⁸.

⁵⁵Entrevista com engenheiro agrônomo da Abapa, em 31 out. 2012.

⁵⁶A empresa Kuhlmann *Consultants & Surveyors* atua na área de supervisão, controle de cargas e análises laboratoriais e laudos pré-compras, seguindo os rigorosos padrões de qualidade internacionais. Fonte: <<http://www.kuhlmann.com.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

⁵⁷Das 15 Máquinas de HVI (High Volume Instrumentos), instrumentos de precisão e de alta capacidade analítica do algodão, que existem em todo Brasil, seis estão no laboratório de Roda Velha. Fonte: <<http://www.kuhlmann.com.br/>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

⁵⁸OESTE da Bahia vai ganhar um Complexo Industrial de Processamento de Caroço de Algodão. Fonte: Ascom Aiba (Informações da Ascom Abapa). Disponível em: <www.aiba.org.br>. Acesso em: 04 dez. 2015.

**Figura 54 - Sede da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA).
Luís Eduardo Magalhães/BA**



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Na representação dos pecuaristas, a região conta com a Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia (Acrioste), fundada em 1994 e presidida pelo pecuarista Ricardo Simões. De acordo com seu website, essa associação tem como objetivo unir esforços dos associados para elevar os resultados econômicos e zootécnicos dos estabelecimentos pecuários de sua região de atuação, bem como articular a defesa dos direitos e interesses da classe dos criadores de gado e realizações de exposições agropecuárias e leilões⁵⁹.

Além das associações específicas de produtores, na região existem duas associações profissionais muito ativas voltadas a atender aos interesses dos engenheiros agrônomos. Elas estão sendo citadas aqui, sobretudo, porque seus membros coincidem na maioria dos casos com os próprios empresários do agronegócio do Oeste Baiano, tendo em vista que muitos dos fazendeiros entrevistados declararam ter formação em Engenharia Agrônoma e serem filiados dessas associações. Esses profissionais possuem, desde a chegada dos produtores sulistas nos anos de 1980, dos quais parcela desses já eram engenheiros agrônomos, um papel decisivo na expansão da agricultura capitalista na região.

A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras (AEAB) é pioneira no Oeste Baiano. Criada em 1988, a AEAB é uma das maiores e mais

⁵⁹ A Expo Barreiras, feira agropecuária que ocorre anualmente na cidade de Barreiras, é o principal evento agropecuarista organizado pela Acrioste. Essa feira está voltada para o agronegócio, exposições de animais e participações das indústrias, dos comércios, dos serviços, do governo e das organizações não governamentais. Fonte: <www.acrioste.org.br>. Acesso em: 04 dez. 2015.

importantes categorias de profissionais que atuam na região, sendo aquela que mais contribuiu com o processo de expansão do agronegócio. A AEAB reúne associados que estão à frente de importantes entidades ou cargos de autarquias públicas locais, permitindo forte presença dessa categoria nos processos de gestão pública na região.

Em Luís Eduardo existem mais de 600 profissionais entre técnicos e engenheiros agrônomos⁶⁰. A Associação dos Engenheiros Agrônomos de Luís Eduardo Magalhães, também importante na região, foi fundada em 1997 e possui cerca de 170 associados. Muitos desses agrônomos atuam em consultorias e são também empresários do agronegócio. De acordo com o consultor da empresa Círculo Verde, “consultoria foi e é um dos grandes sucessos do agronegócio na região. Os agrônomos sempre estão inovando, por exemplo, com projetos fitossanitários. O 'Projeto Bicudo' surgiu dentro das consultorias”⁶¹.

Na região também existem três associações que influenciam decisões de interesse para os empresários de ramos associados ao consumo produtivo agrícola, como produtores de sementes, revendedores de máquinas e equipamentos, fabricantes e comerciantes de insumos agrícolas: a Associação dos Produtores de Sementes do Estado da Bahia (APROSEM), a Associação dos Revendedores de Máquinas e Implementos Agrícolas do Estado da Bahia (ASSOMIBA) e a Associação do Comércio de Insumos do Oeste da Bahia (ACIAGRI).

A APROSEM, criada em 2011, congrega 10 empresas elaboradoras de sementes, aproveitando-se da importância que o mercado sementeiro possui na região. O objetivo da Aproxem é a interlocução entre os produtores de sementes na busca por agregação de valor a este produto, destacou o diretor executivo da APROSEM, em entrevista realizada por ocasião de trabalho de campo em 23 de outubro de 2012.

A empresa *Sementes Oilema* é uma das principais associadas da APROSEM. Fundada em 1998 e licenciada da Monsoy⁶², essa empresa é pioneira no Brasil no que diz respeito à comercialização da primeira semente totalmente

⁶⁰Informação repassada pelo presidente da *Agrolem*, em entrevista realizada na cidade de Luís Eduardo Magalhães no dia 29 out. 2012.

⁶¹Entrevista com o consultor da empresa *Círculo Verde*, em Luís Eduardo Magalhães no dia 31 out. 2012.

⁶²Monsoy® é a marca da Monsanto que licencia variedades de soja com a tecnologia INTACTA RR2 PRO™. Fonte: <www.monsanto.com>. Acesso em: 04 dez. 2015.

pronta para o consumo (“Oilema Supreme”) e da primeira semente com rastreabilidade *on line*. A Oilema produz sementes que germinam em mais de 300 mil hectares, nos estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso⁶³.

Figura 55 – Outdoor da empresa Sementes Oilema. Distrito de Rosário (Correntina/BA)



Fonte: Camila Dutra, 2012.

A ASSOMIBA, fundada em 2005, é presidida por Felipe Faccione e formada pelas principais empresas revendedoras de máquinas e implementos agrícolas do Oeste Baiano. Surgiu com o objetivo de defender os interesses dessa classe empresarial e conta com nove associados: Agrosul (Jonh Deere), Agrovía (Massey Ferguson), Bamagrill (Yanmar, MetalFor e implementos em geral), Campo Oeste (Stara), Iropel (Jacto, Jumil, Jan, Marcher e implementos em geral), Jaraguá Bahia (New Holland), Maxum (Case IH), Missioneira (Agrale) e Lavobrás (Valtra). A ASSOMIBA é ainda uma das realizadoras da Bahia Farm Show e mantém parceria com o Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães, com o objetivo de formar operadores em máquinas agrícolas. Essa associação também oferece curso de Mecânica via Serviço Nacional da Indústria (SENAI) para os funcionários das empresas sócias⁶⁴.

A ACIAGRI representa as distribuidoras de insumos agrícolas (sementes, defensivos e fertilizantes) na região. Fundada em 2003 e presidida por Adilson Campos, essa associação teve como objetivo inicial a organização do recolhimento

⁶³Entrevista com o gerente comercial e de produção da Sementes Oilema, em Luís Eduardo Magalhães no dia 23 out. 2012.

⁶⁴Entrevista com o presidente da Assomiba e diretor comercial da Lavobrás no dia 31 de outubro de 2012).

de embalagens de defensivos agrícolas em parceria com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos (INPEV). Hoje essa associação gerencia todo o recolhimento das embalagens vazias de agrotóxicos no Oeste Baiano, sendo a unidade de Barreiras (a maior do país) responsável por coletar 1.300 toneladas de embalagens por ano. Existe ainda a Central de Rosário, em Correntina/BA, com capacidade de 600 ton./ano; a Central Roda Velha, em São Desidério-BA, com capacidade de 800 ton./ano e os postos de recebimento das localidades de Panambi e Coaceral, ambos no município de Formosa do Rio Preto/BA. A ACIAGRI possui 56 empresas associadas, sendo apenas uma de fora da Bahia (do município de Guarani-GO)⁶⁵.

Como indicou Mazzali (2000), “as redes constituem arranjos organizacionais”, isto é, seus agentes não podem ser vistos de forma isolada, sobretudo porque estão em rede e realizam investimentos conjuntos e coordenam, com vistas a determinados objetivos, suas atividades produtivas e tecnológicas. As associações setoriais apresentadas nesse item traduzem esse aspecto de integração das redes, a partir da consolidação de alianças estratégicas entre os agentes econômicos de um mesmo grupo e entre diferentes grupos. Sendo inúmeras as possibilidades de combinação de recursos, atividades e agentes, essas associações setoriais também dialogam entre si, sobretudo porque possuem muitos membros em comum que trocam não apenas soluções mercadológicas e tecnológicas, mas, principalmente, ações políticas para defender seus interesses privatistas.

Em razão de pressões competitivas - tecnológicas e de mercado – e de ameaças de redução dos seus benefícios e privilégios na região, ou mesmo em reivindicação de ampliação desses, essas associações saem na frente de batalha para pressionarem o Estado e formatarem um quadro político-econômico a seu favor. Trata-se aqui de parcerias, ou tentativas, público-privadas onde o setor produtivo, Governo do Estado da Bahia e os bancos participam e cooperam. Os agentes que compõem essas associações setoriais do Oeste Baiano confundem-se, frequentemente, com os administradores públicos locais, estaduais e federais, quando os mesmos fazendeiros da região são prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores, etc.

⁶⁵Informações obtidas a partir de entrevista com presidente da Aciagri no dia 31 de outubro de 2012.

4.7 FUNDAÇÕES E CENTROS DE PESQUISA

Com a globalização da economia, o acesso ao conhecimento e à informação atua como fator de diferenciação e seletividade espacial, isto é, representa o nível de informação que cada empresa consegue agregar ao seu produto ou serviço. Contudo a informação instantânea e globalizada não é generalizada, sendo atualmente intermediada por grandes empresas da informação e instituições hegemônicas (SANTOS, 2000).

O resultado da produtividade agrícola no Oeste Baiano está relacionado, entre outras coisas, à conjugação de um alto nível de conhecimento técnico, ao elevado investimento em tecnologia e à capacidade empreendedora e financeira dos fazendeiros da região. Nesta, observamos fundações que corroboram para a promoção do agronegócio, viabilizando e ampliando a pesquisa e a tecnologia de produtos, processos e serviços na área.

Essas instituições desenvolvem mecanismos para a inovação do setor através do desenvolvimento científico, tecnológico e pessoal (apoio à capacitação de recursos humanos), por meio de projetos, recursos materiais e financeiros. Para atingir seus objetivos, essas fundações promovem a interação entre as iniciativas públicas, privadas e agências de fomento. Soluções são buscadas nas áreas de biotecnologia, engenharia genética, melhoramento animal e vegetal, nutrição, sanidade animal e vegetal, dentre outras e contam com a parceria de laboratórios acreditados e referenciados para realização de análises.

As instituições de pesquisas do Oeste Baiano têm investido, mais especificamente, na investigação de tecnologias para correção, adubação e manejo dos solos; na obtenção de soja adaptada às baixas latitudes; no lançamento de novas *cultivares*; no aperfeiçoamento de material genético e no aprimoramento das atividades agrícolas. Na região notamos uma estreita ligação entre as instituições de pesquisa e as associações de produtores, citadas no item anterior, sendo estes os mesmos que ocupam os cargos administrativos e técnicos das primeiras, afinal as pesquisas realizadas atendem às necessidades deles com tecnologia e produção. É comum, portanto, ao acessarmos os diferentes websites das associações setoriais, cooperativas agrícolas, sindicatos rurais e fundações de pesquisa, vermos como

membros os mesmos nomes dos empresários agrícolas se repetindo, apenas trocando de cargos.

A Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano (FUNDAÇÃO BA), presidida por Ademar Marçal (biênio 2014/2015), foi criada em 1997 com o aporte financeiro dos 29 sócios mantenedores e do Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão (FUNDEAGRO)⁶⁶. A princípio, seu objetivo foi o incentivo à pesquisa do algodão e a sustentabilidade da cultura da soja como foco principalmente no desenvolvimento de *cultivares* de soja adaptadas às condições de clima e solo locais e com resistências às pragas e doenças, buscando, assim, suprir a crescente demanda por informações em função do aumento da área cultivada na região. Atualmente a fundação executa também programas de pesquisas com ênfase nas culturas do algodão, café, girassol e milho.

Figura 56 – Sede da Fundação Bahia. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

As pesquisas da Fundação BA foram intensificadas com a criação do Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste da Bahia (CPTO), fundado em Luís Eduardo Magalhães em parceria com as entidades ABAPA, AIBA e Fundeagro. O

⁶⁶ Os recursos do Fundeagro possibilitaram à Fundação BA: a estruturação – além da sede com a parceria da Abapa, em Barreiras – do moderno Centro de Análise de Fibras em Luís Eduardo Magalhães; a instalação de laboratórios em Roda Velha e Rosário, no município de São Desidério; o referencial CPTO, coordenado pela Fundação BA; e o Centro de Treinamento para Mecânicos e Operadores de Máquinas Agrícolas, ambos no Complexo do Bahia Farm Show, em Luís Eduardo Magalhães.

CPTO possui uma estrutura completa com 120 ha irrigados, auditórios, laboratórios, voltados à pesquisa e à tecnologia para o agronegócio, com atuação de referência na região. No final de 2009, a Fundação BA e a empresa Kuhlmann Laboratórios implantaram quatro novas estruturas equipadas para análise ambiental de água, resíduos de defensivos químicos, fertilizantes, sementes e fertilidade do solo, além de grãos, nematoides, microbiologia do solo, entomologia e fitopatologia, dentre outros.

Figura 57 – Centro de Pesquisas e Tecnologia do Oeste Baiano (CPTO). Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

As pesquisas realizadas pela Fundação BA contam com a parceria da Embrapa⁶⁷, das universidades públicas e privadas, de grupos empresariais do Mato Grosso, através da Fundação MT e de empresas fornecedoras de sementes, defensivos e fertilizantes. Exemplo disso é a parceria com a Embrapa Soja, localizada em Londrina-PR, em alguns programas específicos como: o Programa de Melhoramento Genético de Soja Convencional e Transgênica, o Programa Estratégico de Manejo da Ferrugem Asiática da Soja no Oeste Baiano, o Programa

⁶⁷ Ainda não existe uma unidade local da Embrapa no Oeste Baiano.

de Manejo do Tamanduá-da-Soja na Região do Coaceral e o Programa de manejo de mosca branca e lagartas desfolhadoras⁶⁸.

Vários projetos são realizados no campo sanitário, com vistas a controlar pragas e doenças nas lavouras. Outros projetos de pesquisa relacionam-se à resistência de glifosato nas plantas e à fertilidade do solo. Além disso, é desenvolvido campo experimental que enfoca variedades, pragas e doenças. Com empresas multinacionais está sendo conduzido trabalho na área de milho, e na cultura de girassol está sendo pesquisada uma variedade que se adapte melhor à região com vistas à produção de biodiesel.

Esse intercâmbio de conhecimento técnico-científico (resultados de pesquisas científicas) entre as esferas públicas e privadas, ligado diretamente à difusão do consumo produtivo agrícola, é uma importante variável para identificarmos o destaque do Oeste Baiano dentro da RPA de Barreiras. Essa transferência de conhecimentos e de tecnologias entre as principais cidades da RPA de Barreiras deve-se à crescente importância do avanço tecnológico e ao aumento da competitividade no agronegócio no Oeste Baiano. As instituições de ensino e pesquisa dessa região, associadas ao agronegócio, são referências para a RPA de Barreiras como um todo e, por isso, são solicitadas a colaborar com projetos desenvolvidos em várias partes onde se expande o agronegócio.

Como a ocupação do Oeste Baiano pelo agronegócio foi anterior aos demais espaços da RPA de Barreiras, estes se inspiram no modelo agrícola implantado nessa sub-região para orientar muitos dos processos inovadores no setor agropecuário. O Oeste Baiano comanda a difusão desse pacote tecnológico produzido em suas instituições de ensino superior e/ou centros de pesquisa, associações e laboratórios de empresas agrícolas, localizadas, principalmente, em Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério.

O resultado dos estudos, desenvolvidos no Oeste Baiano chega ao Sul do Piauí, Sul do Maranhão e ao Centro-Leste do Tocantins através de parcerias entre empresas/instituições, contratos de pesquisa e desenvolvimento, serviços de consultoria, formação profissional, comercialização de patentes (sobretudo de sementes produzidas por empresas na Bahia), publicações na mídia científica, feiras

⁶⁸Ver: BOLETIM passarela da soja. Luís Eduardo Magalhães-BA: Fundação BA, ano 01, n. 01, abr. 2009.

agrícolas, migração de especialistas, programas de assistência técnica e atuação de empresas multinacionais. O reflexo é a multiplicação de instituições de ensino técnico, profissionalizante e superior que corroboram com a produção de conhecimento de interesse do agronegócio. É importante destacar que essa relação, científico-tecnológica, na maioria das vezes, não é oficial ou formalizada, mas ela chega como reflexo dos processos mais consolidados de modernização agrícola e, às vezes, de forma mais subjetiva e política, dando coesão interna à região.

4.8 CENTROS DE TREINAMENTO E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

No Oeste Baiano, principalmente nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, observa-se a presença de muitas instituições de ensino que profissionalizam e especializam trabalhadores para o mercado de trabalho associado ao agronegócio. Isso encontra justificativa na difusão desse setor na região, o que demanda uma mão de obra especializada e uma produção de conhecimento científico atinentes às suas demandas.

Inaugurado em 2010, o Centro de Treinamento da Abapa (CTA) faz parte do projeto Parceiros da Tecnologia que visa capacitar e qualificar operadores e mecânicos de equipamentos agrícolas. O CTA foi iniciado com recursos do Fundeagro, porém atualmente conta com recursos do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) e com a parceria da Agrosul Máquinas – filiada da John Deere, que disponibiliza os equipamentos para as aulas práticas – e do SENAI – que certifica os profissionais treinados. Desde a sua inauguração, o CTA já capacitou cerca de 1.800 profissionais para a operação de máquinas e implementos⁶⁹.

Analisando as propagandas dos cursos ofertados por esses centros de treinamentos, é possível percebermos o nível de especialização e modernização do trabalho agrícola na região. A imagem do encarte publicitário seguinte (Figura 58) é um retrato do grau de modernização encontrado nas lavouras do Oeste Baiano, onde os cursos de operadores de tratores, plantadeiras, colheitadeiras são os mais procurados, demonstrando o grau de mecanização da produção agrícola e, sobretudo, a exigência atual de qualificação para o trabalho nesse segmento.

⁶⁹Entrevista com engenheiro agrônomo da Abapa em Luís Eduardo Magalhães no dia 31 de outubro de 2012.

Figura 58 – Encarte publicitário do calendário de cursos 2014 da ABAPA



CENTRO DE TREINAMENTO DA ABAPA
PROJETO PARCEIROS DA TECNOLOGIA
MATRÍCULAS ABERTAS

CALENDÁRIO CURSOS 2014

DATA	CURSO	LOCAL
04 a 08/08	Trator Agrícola	Centro de Treinamento - LEM
11 a 15/08	Plantadeira	Centro de Treinamento - LEM
18 a 22/08	Trator Agrícola	Concessionário - Rosário
25 a 29/08	Trator Agrícola	Concessionário - Roda Velha
01 a 05/09	Plantadeira	Concessionário - Rosário
08 a 12/09	Plantadeira	Concessionário - Roda Velha
15 a 17/09	A.M.S - Básico - JD	Centro de Treinamento - LEM
22 a 26/09	Pulverizador Agrícola	Concessionário - Rosário
29/09 a 03/10	Pulverizador Agrícola	Centro de Treinamento - LEM
06 a 10/10	Pulverizador Agrícola	Concessionário - Roda Velha
13 a 17/10	Trator Agrícola 8R	Centro de Treinamento - LEM
20 a 24/10	Plantadeira	Centro de Treinamento - LEM
27 a 31/10	Pulverizador Agrícola	Concessionário - Rosário
03 a 05/11	A.M.S - Básico - JD	Centro de Treinamento - LEM
10 a 14/11	Pulverizador Agrícola	Concessionário - Roda Velha
17 a 21/11	Pulverizador Agrícola	Centro de Treinamento - LEM
24 a 28/11	Colheitadeira de Grãos- JD - Série S	Centro de Treinamento - LEM
01 a 05/12	Colheitadeira de Grãos- JD - Série S	Centro de Treinamento - LEM

As Inscrições e reservas de vagas devem ser feitas através do Centro de Treinamento da Abapa.

INFORMAÇÕES: (77) 8825-6078 | ct@abapa.com.br | www.abapa.com.br

Logos: abapa, Agrosul, JOHN DEERE, FIEB, SENAI, IBA Instituto Brasileiro de Algodão

Disponível em: <<http://abapa.com.br/wp-content/uploads/2014/08/cur2.jpg>>. Acesso em: 23 out. 2014.

Outra estrutura importante na formação de mão de obra na região é o Centro de Treinamento Regional, aberto em março de 2011, junto à nova sede do Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães e do Centro de Referência do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). A capacidade de atendimento é de mais de 60 cursos, atendendo 6 mil e 10 mil alunos/ano na área técnica. A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) anunciou a instalação de unidades em Luís Eduardo Magalhães e em Barreiras, com vistas à capacitação profissional. Na primeira cidade, o sistema integrado deverá atender a 300 pessoas em cursos técnicos para suprir demandas de empresas do Oeste⁷⁰.

⁷⁰O PROGRESSO vem pelos fios. **Anuário da Região Oeste da Bahia:** Safra 2010/11, Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2011.

Figura 59 – Centro de Treinamento Regional do Sindicato Rural de Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

A Escola Agrotécnica de Barreiras, instituição pública, existe desde 1982. O curso de Técnico em Agropecuária dessa instituição é o mais antigo da região formando anualmente cerca de 40 novos profissionais da área. Segundo o coordenador do curso⁷¹, quase a totalidade dos egressos estão empregados na área agrícola. A escola recebe alunos de Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia, Wanderley, Riachão, Tabocas, Angical, Cotegipe e até mesmo de cidades de Goiás. Possui laboratório de fitopatologia e Fazenda-Escola em parceria com a Codevasf. Essa escola possui ainda convênios com várias empresas agrícolas da região onde os alunos realizam os estágios.

As instituições de ensino superior, sobretudo as universidades, também têm fomentado a formação de profissionais na região. Em 2013 foi criado a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), resultante do desmembramento do Campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em Barreiras. A UFOB, com sede nessa cidade, também possui unidades nas cidades mais populosas da região: Bom Jesus da Lapa (com cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica), Barra (com os cursos de Agronomia e Veterinária), Santa Maria da Vitória e Luís Eduardo Magalhães (com os cursos de Engenharia da Produção e Engenharia de

⁷¹Entrevista com o coordenador do curso de Técnico em Agropecuária de Barreiras, no dia 13 de fevereiro de 2014.

Biotecnologia). Essa ação vai ao encontro da grande demanda de profissionais que surge ao lado do desenvolvimento regional atrelado ao agronegócio.

Barreiras é o mais importante polo universitário da região. Nessa cidade, além da UFOB, existem outras instituições de ensino superior, como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e algumas instituições privadas: Faculdade São Francisco (FASB), Instituto de Educação Superior Unyanna, Universidade de Salvador (UNIFACS). Entre os cursos da UNEB está o de Engenharia Agrônômica. A FASB, fundada em 2002, conta com 12 cursos de graduação (dentre eles o de Agronomia) e cursos de pós-graduação (*lato sensu*), cursos próprios e com parcerias. O curso de Agronomia da FASB já formou 81 alunos⁷².

Figura 60 – Faculdade São Francisco (FASB). Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2013.

A Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira (FAAHF), fundada em 2006, localiza-se em Luís Eduardo Magalhães. A instituição conta com sete cursos de graduação, entre eles os de Engenharia da Produção, Tecnologia em Irrigação e Drenagem, Tecnologia em Logística e Agronomia. Este último é reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) como o melhor da Bahia. Além disso, a FAAHF

⁷²Essas informações foram obtidas em entrevista realizada com o Coordenador do Setor de Pós-Graduação da FASB em Barreiras em 11 jun. 2013.

oferece o curso de Especialização em Manejo da Fertilidade do Solo do Cerrado e possui um complexo de laboratórios agronômicos⁷³.

Figura 61 – Faculdade Arnaldo Horácio Ferreira (FAAHF). Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

A Universidade do Oeste do Paraná (UNOPAR) está presente no Oeste Baiano através de parceria com o Grupo de Assessoria e Consultoria Educacional Aplicada (GACEA). A vinda da UNOPAR para Luís Eduardo Magalhães trouxe cerca de 40 opções em cursos de graduação e pós-graduação, muitos deles ligados diretamente ao agronegócio, como o curso de Bovinocultura de Corte, além de MBA em Agronegócios⁷⁴. Já a Unyahna atua há 15 anos na Educação Superior no Oeste Baiano, inicialmente com os cursos de Administração com ênfase em Agronegócio, Marketing, Recursos Humanos, Economia e Direito, tendo formado 200 alunos nessa área durante o período de 1998 a 2006⁷⁵.

Todas as instituições de ensino citadas expressam nitidamente o objetivo de atender à demanda crescente por mão de obra especializada nos principais ramos associados ao agronegócio no Oeste Baiano. Atualmente, com os processos gerenciais e operacionais mais modernos, as empresas buscam os ditos “profissionais dinâmicos” e já habilitados. Ao passo que a agricultura vai se

⁷³Informações obtidas em entrevista realizada com o sócio-diretor da FAAHF, em Luís Eduardo Magalhães, no dia 11 jun. 2013.

⁷⁴Informações obtidas no website da UNOPAR: <<http://www.unoparead.com.br/>>. Acesso em: 06 dez. 2015

⁷⁵Informações obtidas no website da Unyahna: <<http://unyahna.br/>>. Acesso em: 06 dez. 2015

capitalizando e tecnificando, ocorre uma fragmentação na nova divisão social do trabalho. Isso pode ser visto nos setores associados ao agronegócio, quando surgem funções, antes inexistentes, que passam a especializar cada vez mais o contingente de mão de obra agrícola, originando categorias como o Engenheiro Genetista, o Técnico Agrícola, o Administrador Agrícola, o Consultor de Produção, o Fiscal Fitossanitário, etc., que não existiam no Oeste Baiano há 30 anos.

A reestruturação do mercado de trabalho agrícola, com profunda especialização de funções e exigência de trabalhadores capacitados, incide em um processo seletivo e excludente de trabalhadores. O mercado de trabalho no Oeste Baiano, ainda com vagas ociosas, não absorve a mão de obra local por considerá-la não qualificada, e porque a produção de grãos mecanizada exige poucos trabalhadores.

Esses processos ilustram bem a relação imbricada das empresas agrícolas com as instituições de ensino e pesquisa. Portanto o desenvolvimento científico, o conhecimento e a informação participam ativamente da renovação das forças produtivas das principais empresas agrícolas do Oeste Baiano. Tanto que algumas, pelo menos as maiores, possuem seus próprios centros de pesquisa e tecnologia, propiciando inovações dos seus produtos e ampliando as forças produtivas do agronegócio. Desse modo, é possível constatar que “nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível” (SANTOS, 2000, p. 39).

4.9 SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO

O agronegócio, pela modernização e aplicação de técnicas de produção em larga escala, tornou-se um mercado milionário dentro de um circuito produtivo altamente complexo e interligado. Assim, desse setor modernizado, também faz parte o sistema financeiro, responsável por desenvolver uma série de soluções que possibilitam aos empresários agrícolas viabilizarem seus projetos com novas fontes de captação de recursos. A emissão de papéis oriundos da comercialização dos produtos, como o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)⁷⁶, ou

⁷⁶O Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) é um título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro emitido com base em

mesmo vinculados à safra futura, como a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)⁷⁷, ambos títulos de crédito nominativo, são exemplos de mecanismos modernos que o sistema financeiro coloca à disposição do agronegócio, além de soluções de proteção de preços, frente às volatilidades do mercado internacional.

As instituições financeiras corroboram na dinâmica agrícola do Oeste Baiano desde sua formação. As primeiras verbas para investimentos privados na região foram liberadas pelo Banco do Brasil, já no final da década de 1970, possibilitando os desmatamentos e a compra de calcário e outros insumos agrícolas. No ano de 1979, o Banco do Brasil aprovou os primeiros créditos para o custeio da produção de arroz, produção que deveria anteceder a soja, apesar dos laudos técnicos normativos dessa instituição, à época, considerarem totalmente improdutivas as terras dos Cerrados baianos. Em 1980, mais de 2.500 ha de soja foram plantados em 80 projetos financiados pelo Banco do Brasil.

Sobretudo com o aumento da exportação de *commodities* agropecuárias, a participação dos bancos, tanto públicos quanto privados, aumentou significativamente nessa região, atuando na contratação de derivativos e financiando as exportações, principalmente para os grandes produtores rurais e agroindústrias. Os bancos injetam consideráveis volumes de recursos por via de financiamentos e empréstimos destinados ao agronegócio do Oeste Baiano, tanto com expedientes próprios, quanto pelo repasse de recursos estatais. Alicerçados pelo apoio dos grandes conglomerados financeiros e sustentados pelas políticas governamentais, focadas em *superávits* econômicos, a difusão do agronegócio no Oeste Baiano avança. No Quadro 2 estão listados os bancos e a quantidade de agências localizadas nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

lastro de recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, inclusive financiamentos ou empréstimos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. Podem emitir CDCA as cooperativas de produtores rurais e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. Fonte: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/renda-fixa/titulos-agronegocio-srta.aspx?idioma=pt-br#a3>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

⁷⁷A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é outro título de crédito nominativo com os mesmos benefícios que o CDCA. A única diferença é que a LCA pode ser emitida por instituições financeiras públicas ou privadas, sendo que os emitentes respondem pela origem e autenticidade dos direitos creditórios a elas vinculados. Fonte: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/renda-fixa/titulos-agronegocio-srta.aspx?idioma=pt-br#a3>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

Quadro 2 – Bancos e número de agências em Barreiras e LEM*

Cidade	Nome do banco	Tipo	Nº de agências
Barreiras	Banco do Brasil	Público	04
Barreiras	Banco do Nordeste	Público	01
Barreiras	Caixa Econômica Federal	Público	01
Barreiras	Banco Itaú	Privado	01
Barreiras	Bradesco	Privado	02
Barreiras	Rabobank	Privado	01
Barreiras	Santander	Privado	01
Barreiras	Banco Triângulo	Privado	01
Barreiras	HSBC	Privado	01
LEM	Banco do Brasil	Público	02
LEM	Banco do Nordeste	Público	01
LEM	Caixa Econômica Federal	Público	01
LEM	Banco Itaú	Privado	01
LEM	Bradesco	Privado	01
LEM	Santander	Privado	01
LEM	HSBC	Privado	01

Nota*: LEM – Luís Eduardo Magalhães.

Fonte: Sites dos respectivos bancos. Acesso em 13 dez. e 08 mar. 2016. Organização: Camila Dutra.

O Banco do Nordeste (BNB) também é um dos principais exemplos de financiamento do agronegócio na região, tendo aplicado mais de R\$ 4 bilhões em operações de crédito na Bahia em 2011⁷⁸. No Oeste Baiano existem três agências do BNB, cujas localizações estão em Barreiras, onde se situa a Superintendência Regional, em Luís Eduardo Magalhães e em Correntina. O crédito mais utilizado é para operações de custeio da lavoura e compras de equipamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste (FNE) e do BNDES/Finame⁷⁹.

⁷⁸Dados retirados da matéria: SUSTENTAÇÃO do agronegócio. **Revista Agronews Oeste**. Luís Eduardo Magalhães-BA, ano 8, n. 30, set. 2012.

⁷⁹Financiamento à aquisição isolada de máquinas e equipamentos agrícolas novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, sem limite de valor. Fonte: <<http://www.bndes.gov.br/bndesfiname>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

O BNB é também parceiro da Bahia Farm Show, desde a sua primeira edição em 2004. Oferece linhas de crédito voltadas para aquisição de máquinas, implementos e acessórios, custeio, comercialização e investimentos de longo prazo. Em novembro de 2015, o BNB alterou linhas de financiamento e abriu uma série de concessões e facilidades para atender especificamente aos produtores do Oeste Baiano, respondendo a uma solicitação feita pelos presidentes da ABAPA e AIBA. Ao mesmo tempo, o BNB fechou contrato com a fabricante John Jeere para a oferta de uma linha de financiamento destinada à compra de máquinas e equipamento dessa marca na região⁸⁰.

Figura 62 – Estande do Banco do Nordeste na IX Bahia Farm Show. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2013.

A Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia), criada em 2001, também oferece vários programas e linhas de financiamento que atendem às demandas dos empresários agrícolas da região, como crédito para aquisição de máquinas, implementos agrícolas e sistemas de irrigação, além de financiar projetos associados ao agronegócio no Oeste Baiano. Esse órgão também participa da Bahia Farm Show, desde a primeira edição, disponibilizando créditos e financiamentos. Em 2011, a agência aprovou R\$ 140 milhões durante esse evento, representando 24,5%

⁸⁰Fonte: AGRICULTORES do Oeste Baiano terão linha de financiamento especial do BNB. 18 nov. 2015. Disponível em: <www.abapa.cpm.br/mais-noticias>. Acesso em: 04 dez. 2015.

do total de negócios realizados nessa edição. Geralmente o foco são as linhas de financiamento de máquinas agrícolas, com taxa de juros que variam de 6,5% a 7%⁸¹.

Além dos bancos citados, a região conta com a presença do Bradesco, da Caixa Econômica, Itaú, Santander, HSBC. De acordo com o diretor da consultoria *Soethe & Feldhaus*⁸², o recurso do crédito público corresponde apenas a 20% da demanda do agronegócio no Oeste Baiano, sendo o restante proveniente das *tradings*, das empresas de insumos e dos bancos estrangeiros (ou dos nacionais com fundos estrangeiros). No que diz respeito às instituições privadas que atuam com recursos estrangeiros, atualmente operam na região o Banco Original e o Ecoagro – ambos com sede São Paulo que, apesar de nacionais, captam recursos de financiamentos chineses; o BI&P – Banco *Indusval & Partners*, que atua com fundos americanos – e o holandês *Rabobank*.

O Banco Original foi fundado em 2011 pela *holding* J&F, a qual controla também o Frigorífico JBS, líder mundial em processamento de carne bovina, ovina e de aves. O Banco Original, com atuação nos segmentos de agronegócios e varejo, possui unidade instalada em Luís Eduardo Magalhães especializada em operações de distribuição e exportação dos negócios da agricultura e pecuária. Além da Bahia, o banco possui unidades nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e do Rio Grande do Sul. O banco tem capacidade de emprestar R\$ 10 bilhões em linhas de crédito ao agronegócio⁸³.

O Ecoagro, sediado em São Paulo, surgiu em 2007 como empresa de consultoria, com atuação específica em operações financeiras com foco no agronegócio. A empresa consolida-se com sucesso em 2013, originando o Eco Participações S.A. — Holding do Grupo Ecoagro. Esse grupo controla três empresas que atuam diretamente na operacionalização dos negócios: Eco Consult, Eco Securitizadora e a Eco Gestão de Ativos. O Ecoagro desenvolve e estrutura operações financeiras adequadas tanto às necessidades de rentabilidade e

⁸¹Dados retirados da matéria: SUSTENTAÇÃO do agronegócio. **Revista Agronews Oeste**, Luís Eduardo Magalhães-BA, ano 8, n. 30, set. 2012.

⁸²Entrevista realizada na sede da Soethe e Feldhaus em Formosa do Rio Preto no dia 11 fev. 2014.

⁸³BANCO original nasce com ativos de R\$ 4,3 bilhões. Estadão. São Paulo, 17 nov. 2011. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,banco-original-nasce-com-ativos-de-r-4-3-bilhoes,92575e>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

segurança de investidores, quanto à demanda de recursos para empresários e empresas rurais, no custeio e comercialização das safras agrícolas⁸⁴.

O Banco *Indusval & Partners* (BI&P) é um banco brasileiro com 47 anos de mercado focado em produtos de crédito, em moeda nacional e estrangeira, títulos agrícolas, produtos de renda fixa e finanças corporativas para grandes e médias empresas. Esse banco também dispõe de uma corretora de valores, a Guide Investimentos, que atende clientes institucionais e possui uma plataforma que abrange consultoria e aconselhamento de investimentos para pessoas físicas de alta renda. O BI&P é controlado por banqueiros brasileiros e pelo *Warburg Pincus*, fundo global líder em *Private Equity*⁸⁵. Possui agências nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e do Paraná.

O *Rabobank*, sediado em São Paulo e existente na Holanda desde 1972, é conhecido como o maior banco do setor de alimentos e agronegócio do mundo. A atuação desse banco no Brasil começou em 1989 como um escritório de representação. Já em 1995, obteve autorização formal para operar como um banco comercial e, em 2000, passou a atuar também como banco múltiplo, agregando a carteira de investimento. Desde então o *Rabobank* tem investido em soluções financeiras e estratégicas para o agronegócio. Possui agência no centro de Barreiras e está presente nos estados do Maranhão, mais precisamente em Balsas, de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e São Paulo⁸⁶.

Também são comuns as *tradings* do agronegócio possuírem seus próprios bancos, caso da Bunge e Cargill, que habitualmente antecipam os recursos necessários aos produtores, assegurando o fornecimento de sua matéria-prima. Com a aprovação do Banco Central, em fevereiro de 2000, foi fundado o Banco Cargill S.A., instituição que presta serviços e fornece empréstimos e soluções aos clientes agrícolas, industriais e cooperativas. Na área de gerenciamento de risco, esse banco oferece soluções de proteção contra riscos de preço para clientes e

⁸⁴Informações obtidas no website da empresa: <<http://www.ecoagro.agr.br/quem-somos/>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

⁸⁵*Private Equity* é a atividade de investimentos em empresas já formadas, mas que necessitam de um aporte de capital para se expandirem para lançarem um novo projeto, ou desenvolverem determinado novo negócio. Fonte: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI2584,71043-VENTURE+CAPITAL+E+PRIVATE+EQUITY+Os+fundos+de+investimento+em>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

⁸⁶Informações obtidas no website da empresa: <<http://www.rabobank.com.br/pt/content/index.html>>. Acesso em: 06 dez. 2015.

produtores de *commodities*, por meio de produtos como o “Cargill Garantia Plus”, o “Cargill Farelo Plus” e o “Cargill Quadrado”⁸⁷. Isto é, a mesma empresa que gera o risco aos produtores, oriundos da compra e venda antecipada de produtos agrícolas, é a que oferta serviços para minimizar ou anular esse risco.

Do contexto apresentado, podemos depreender que as instituições financeiras, sejam elas públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, demonstram crescente interesse no agronegócio do Oeste Baiano, ofertando soluções creditícias, também cada vez mais elaboradas e, naturalmente, cada vez mais lucrativas para os partícipes dessa relação. Os bancos lucram de várias formas, pois sua atuação se dá em todas as fases do processo, desde a produção, passando pela comercialização, industrialização, distribuição, até o consumo, e os empresários agrícolas desfrutam de operações financeiras personalizadas, diversificação de investimentos e controle de riscos.

A organização das relações entre os agentes apresentados nesse capítulo reflete um posicionamento estratégico voltado ao incremento, manutenção e expansão do agronegócio no Oeste Baiano. As estratégias desses agentes obedecem às lógicas particulares resultantes, entre outros fatores, da trajetória de cada segmento, mas os pontos coincidentes nos permitem visualizar regularidades específicas nos resultados que, direta ou indiretamente, corroboram para a difusão do agronegócio na região estudada. Uma das marcas em comum entre esses agentes é o caráter dinâmico e complexo das articulações entre os membros de cada segmento e entre os diferentes segmentos que compõem as redes.

Como destaca Mazzali (2000, p.155), “a capacidade da empresa na efetivação das novas estratégias depende, de modo crucial, das articulações com os demais agentes que a circundam”. Como podemos observar neste capítulo, as alianças entre esses agentes têm como referência as atividades associadas à produção, à comercialização e à P&D (Pesquisa e Desenvolvimento). Essas relações são constantemente atravessadas por consórcios com o poder público, visando à viabilização de investimentos em infraestruturas e conformação de um ambiente ideal ao desenvolvimento do agronegócio. As parcerias público-privadas dentro do agronegócio conjugam esforços para a conquista de mercados externos

⁸⁷ Informações obtidas em entrevista realizada com o responsável pelo Complexo Soja da unidade da Cargill da região de Correntina, no escritório em Posse (GO), no dia 11 de junho de 2013.

e/ou ampliação de mercados internos e a busca constante do acesso à tecnologia e ampliação das formas de financiamento do segmento agrícola.

Esses agentes hegemônicos têm encontrado no Oeste Baiano um ambiente favorável ao seu pleno desenvolvimento. A oferta de informação, tecnologia e serviços, indispensáveis ao agronegócio, é encontrada nas cidades dessa região. Devolveram-se no Oeste Baiano alguns centros de gestão e regulação da agricultura moderna, onde são processadas significativas mudanças associadas à economia urbana, acompanhadas de novas dinâmicas populacionais e interações espaciais, que também se expressam no espaço urbano-regional, embora com dimensões e ritmos diferenciados.

No próximo capítulo verificaremos, portanto, a reestruturação urbano-regional empreendida no Oeste Baiano, motivada pela difusão do agronegócio.

5 REESTRUTURAÇÃO URBANO-REGIONAL DO OESTE BAIANO

Neste capítulo discutimos o fenômeno de urbanização no Oeste Baiano, evidenciando a reestruturação das funções das antigas cidades da região, o desenvolvimento da rede urbana do Oeste Baiano e a centralidade adquirida por Barreiras. Apontamos as relações econômicas e sociais que as localidades estabelecem com outros núcleos e cidades da região e fora dela (nas áreas limítrofes dos estados vizinhos). Tais relações são consideradas a partir das ligações comerciais, do sistema de transporte e dos fluxos migratórios e de capitais. Fazemos destaque analítico para os dois principais centros urbanos, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, buscando entender o diferente peso desses na hierarquia urbana regional e em que medida eles contribuem na rede urbana funcional ao agronegócio. Destacamos ainda a difusão do consumo produtivo agrícola e o aparecimento de novas aglomerações urbanas onde hoje predomina a expansão do agronegócio.

No primeiro item apresentamos o quadro de transformações históricas na rede urbana regional, os antigos papéis e configuração espacial das aglomerações urbanas, bem como as redefinições atuais dessa rede de cidades. No segundo item evidenciamos Barreiras como “Centro de Região” (SANTOS, 1959), analisando a importância desta cidade como histórico espaço articulador das relações inter-regionais, para o fornecimento de bens e serviços, e sua constituição enquanto cidade intermediária na rede urbana regional. No terceiro item debatemos, respectivamente, a economia urbana de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, mostrando algumas das diferentes funções urbanas desempenhadas por essas cidades e o peso de cada uma na hierarquia urbana local e regional.

No quarto item analisamos a difusão do “consumo produtivo agrícola” (SANTOS, 1996a, 2000, 2005; ELIAS, 2003ab; SANTOS, 2010) na região, que aparece como principal resultado dessas novas relações entre o campo e a cidade. E no quinto item discutimos como a difusão do agronegócio na região vem originando nucleações urbanas que aumentam de importância a partir das novas relações campo-cidade, como o caso de Roda Velha (Distrito de São Desidério/BA) e de Vila Rosário (Distrito de Correntina/BA).

Ao longo do capítulo, distribuída entre os diferentes itens que o compõe, mas em menor proporção, examinamos também as funções urbanas desempenhadas por outros municípios produtores, na tentativa de evidenciarmos como estão organizadas para atender a essa atividade econômica e qual o grau de dependência que possuem em relação às cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

Também estão diluídas no capítulo as relações urbanas que se dão entre as áreas produtoras dessa região com os seus espaços limítrofes (nos estados vizinhos). Como as áreas onde ocorre propriamente a produção de grãos estão localizadas na porção mais oriental do Oeste Baiano, geralmente muito distante dos Distritos-Sede dos seus respectivos municípios, elas acabam por estabelecer relações de trocas comerciais e de serviços com as cidades mais próximas, algumas vezes localizadas em outros estados (Goiás, Tocantins, Piauí). Discutimos, portanto, essa questão como forma de averiguar até onde vai o raio de influência imediata da região que investigamos.

5.1 URBANIZAÇÃO DO OESTE BAIANO

Os primeiros trabalhos sobre a rede urbana brasileira e o papel das cidades foram elaborados no início dos anos de 1960 pelos geógrafos Pedro Pinchas Geiger e Speridião Faissol. Geiger (1963) foi o pioneiro desses estudos, propondo-se a fazer uma análise sistemática da rede urbana no Brasil. A ideia que permeia seu trabalho, e com a qual nos identificamos, é a de que é necessário compreender o fenômeno urbano e suas relações com sua região.

Ao analisar o processo de criação de núcleos urbanos no território brasileiro, Geiger (1963) identificou que eles se originaram, geralmente, da sede de uma fazenda, cujas atividades estavam relacionadas com seu entorno, mostrando que desde a formação embrionária da rede urbana brasileira o urbano está intimamente vinculado ao rural. Faissol (1971) também foi importante na proposição da forma de mensuração e construção de tipologias para o urbano.

Monte-Mór (2006) concluiu que no Brasil predominou um padrão de ocupação rural extensivo ao longo de vários séculos, em função de sua condição colonial e depois de país primário exportador. Essa urbanização teria se

generalizado, atingindo todo o espaço nacional, a partir de um padrão urbano-industrial. Para compreender esse processo de extensão das condições gerais de produção urbano-industriais para além das cidades, pelo avanço da práxis urbana em todo o território, esse autor formulou o conceito de “urbanização extensiva”¹, sob uma síntese dialética entre cidade e campo, unificando a questão rural e urbana sob a hegemonia do urbano.

Para compreendermos a gênese da urbanização do Oeste Baiano, região assentada sobre os domínios do Cerrado, é preciso entender a própria origem do fato urbano nesse bioma. As condições ambientais, econômicas e sociais análogas entre os Cerrados nordestinos e os Cerrados do Centro-Oeste, justificam a expansão urbana no Oeste Baiano assemelhar-se mais a essa macrorregião brasileira do que mesmo a forma como ocorre na parte oriental do Nordeste.

A urbanização extensiva somente alcança verdadeiramente o cerrado brasileiro a partir dos anos de 1960/70, quando se constituíram as bases para a introdução das frentes modernas que impactaram na estrutura urbana da região central do País. Na colonização, o Cerrado possuía uma rede urbana precária e deficiente, com bases ligadas à mineração. O esgotamento dessa atividade econômica promoveu falência da economia regional e, conseqüentemente, de seus dispersos núcleos urbanos. Foi com a construção de Goiânia e Brasília, já nos anos de 1950, e com a migração e os programas de colonização e adaptação agrícola que a malha urbana do Cerrado foi impulsionada. Diniz et al. (2009) considera que, no caso específico do desenvolvimento do Cerrado, a região já nasceu urbana.

O auge das transformações iniciadas na década de 30 ocorre nesse período, com as políticas nacionais de colonização, integração e interiorização da economia, capitaneadas pelo estado brasileiro, e com a implantação, pouco tempo depois, dos dois principais núcleos urbanos que cumprem funções polarizadoras na região, Goiânia e Brasília (DINIZ et al., 2009, p.260).

¹ Para compreender a generalização do fenômeno da urbanização da sociedade e do território, os autores têm utilizado diferentes termos como “urbanização extensiva” (MONTE-MÓR, 2006); “urbanização dispersa” (DEMATTEIS, 1998; REIS FILHO, 2006) e “urbanização difusa” (SPOSITO, 2006a, 2007), para citarmos alguns exemplos. Fizemos a opção pela noção de Monte-Mór (2006) por considerarmos ser a mais adequada ao nosso trabalho ao evidenciar a intensificação das relações entre o urbano e o rural que o próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção engendra. Seja qual for a opção escolhida, para entender o fenômeno da urbanização contemporânea e as novas formas espaciais urbanas o importante é não perder de vista que “é impossível continuar simplesmente dividindo o Brasil entre urbano e rural” (ELIAS, 2008, p.3).

A velocidade como ocorreu o processo de ocupação do Cerrado a partir dos anos de 1960 indica que o processo agropecuário, desenvolvido na região, estava baseado num modelo urbano-industrial que se consolidava no restante do País. Essa forma se repetiu no Oeste Baiano, como podemos ver neste exemplo: apenas no período compreendido entre fins de 1961 e início de 1963 foram criados, nessa região, oito novos municípios: Baianópolis, Brejolândia, Cristópolis, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, São Desidério e Tabocas do Brejo Velho.

A criação de novos municípios, nesse período, ocorreu em todo o território nacional, tendo como base interesses ligados a grupos políticos. Os próprios documentos oficiais do governo baiano reconhecem que a formação desses novos municípios “ocorreu de maneira totalmente desvinculada das reais necessidades de desenvolvimento social e econômico, não só de cada localidade em particular, como também de toda a região, em geral” (BAHIA, 1977, p.35).

É possível identificar dois fenômenos independentes, porém articulados, responsáveis pela extensão da urbanização nas áreas de Cerrados, mesma coisa valendo para o Oeste Baiano que é um desses espaços: o movimento da fronteira agropecuária e o crescimento de Brasília. A agricultura que cresce no Cerrado brasileiro é urbana, no sentido de que está diretamente atrelada à evolução da indústria e da inovação da pesquisa de ponta na área.

O Cerrado brasileiro não viveu um processo de ocupação rural que depois se converteu em urbano, deu-se o contrário, a região nasceu urbana, em função da atividade que inicialmente ali se desenvolveu. Num segundo momento, o crescimento da malha urbana, que ocorreu *pari passu* com a expansão da fronteira agrícola também fez com que a região crescesse (DINIZ et al., 2009, p. 260).

Embora a rede urbana atual do Cerrado, se comparada àquela das regiões Sudeste, Sul e parte oriental do Nordeste, ainda seja dispersa e limitada em termos da oferta de serviços, ela vem apresentado grande dinamismo em função da expansão agropecuária e, mais recentemente, industrial. O Oeste Baiano seguiu o lastro desse desenvolvimento, com muitas semelhanças no seu processo de formação espacial.

Se até o final dos anos de 1960 a economia urbana do Oeste Baiano apresentava limitado dinamismo (SANTOS FILHO, 1989), após a política federal de

ocupação da fronteira, que alcança essa área nos anos de 1980, valorizando as terras da região e promovendo uma reestruturação nas formas de uso e ocupação do solo, essa urbanização passa a ocorrer de modo particular. O melhor exemplo para entender essa peculiaridade é o da cidade de Barreiras, que no processo de urbanização do Oeste Baiano se distanciou das cidades de menor porte, sobretudo is tarde se transformaria na sede do município de Barreiras e no centro dinâmico de toda a economia regional durante os séculos XIX e XX. “A existência de vias de navegação fluvial facilitou o transporte de mercadorias e passageiros, possibilitando que a região adquirisse de fora tudo que necessitava e em troca mandasse uma parcela do resultado de sua produção” (BAHIA, 1977, p.38).

Figura 63 – Porto de Barreiras, década de 1940



Fonte: Geraldo Rocha. Arquivo pessoal de Ignez Pitta, [s/d].

Com a abertura de uma série de estradas de rodagem a partir de metade do século XX, os rios foram perdendo a função principal de via de transporte, o que provocou o esvaziamento de várias povoações ribeirinhas e redefiniu a organização do espaço regional, principalmente no que se refere à distribuição das atividades econômicas.

Para a maioria das cidades do Oeste Baiano, a década de 1970 se caracterizou pelo crescimento extensivo do terciário, com a multiplicação de pequenos e médios estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. A própria cidade de Barreiras teve seu comércio ampliado com o mercado consumidor formado pela expansão do setor público: chegada do 4º BEC, obras contratadas

pela CODEVASF, novos órgãos do Governo Estadual. Além do que, com a expansão da modernização da agricultura nos anos de 1980 cresceu a presença estatal e a migração intra e inter-regional, o que ampliou os papéis das diferentes cidades do Oeste Baiano.

Segundo Elias (2006b), a modernização agrícola gera dois fluxos migratórios para as cidades: o primeiro, composto pelos antigos trabalhadores rurais agora expulsos pelo poder hegemônico do grande capital da agricultura moderna; e o segundo, pelos profissionais especializados que migram para suprir as necessidades desse tipo de mão de obra no agronegócio. Nas áreas urbanas, esse novo estrato social formado por trabalhadores especializados, com contratos de trabalho regidos por leis trabalhistas, com tempo diário regulado e constante para o desempenho de tarefas e utilizando novas técnicas e novos instrumentos de trabalho, representa uma camada social tipicamente urbana responsável pela introdução de novos valores na vida das cidades.

De acordo com Santos Filho (1979) e Rios Filho (2011), com relação à migração no Oeste Baiano, no primeiro momento a disparidade era entre sulistas – atraídos pelo preço barato das terras – e nordestinos – atraídos pela possibilidade de trabalhar nelas. No segundo ciclo, caracteriza-se pela tentativa de atrair empresários estrangeiros e pela continuidade na migração nordestina que agora são atraídos pelos empregos urbanos gerados pelas empresas associadas ao agronegócio. Sobre as migrações para o Oeste da Bahia, Rios Filho (2011, p. 10) diz que

Os sulistas, com destaque para os gaúchos, foram os principais empreendedores na região, e possuem a maior quantidade de propriedades rurais mecanizadas. O segundo fluxo migratório é de nordestinos, a maioria baianos provenientes da Região de Irecê, que inebriados pelo Novo Nordeste, rotulado de “*Eldorado*” da soja, migraram para a região em busca de melhores oportunidades de trabalho. A fixação destes dois grupos regionais distintos contribuiu de certa forma para acentuar as desigualdades sociais na região.

O aumento da população no Oeste Baiano também decorre dos movimentos migratórios internos no Estado da Bahia, pois há uma forte presença de baianos oriundos do semiárido, que se deslocaram para a região em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Porém a maior parte dessa população apresenta baixa qualificação para o trabalho no campo moderno e especializado e acaba abarrotando as áreas urbanas próximas. Considerar o processo migratório

deveria ser obrigatório para o Estado, pois indica a necessidade de formulação de políticas públicas, ou seja, a demanda de adequação da infraestrutura e das condições básicas de uma determinada região, com vistas a atender um determinado crescimento populacional.

Na Tabela 15, observamos o crescimento da população no Oeste Baiano dos anos de 1970 a 2010. Barreiras foi o município dessa região que mais cresceu no período (558,68%), o que representou três vezes mais o aumento populacional do Oeste Baiano (184,20%) e mais de seis vezes o crescimento da Bahia (87,06). Dois municípios que também cresceram bastante no período foram Formosa do Rio Preto (150,90%) e São Desidério (116,25%). O destaque desses municípios, nesse crescimento populacional, é justificado por eles serem os maiores produtores de soja desde a introdução do agronegócio na região, o que tende a atrair população.

Tabela 15 – Evolução da população residente total do Oeste Baiano entre os anos de 1970 e 2010

Unidade espacial	Pop. total 1970	Pop. total 1980	Pop. total 1991	Pop. total 2000	Pop. total 2010	Variação absoluta pop. total 1970-2010	Variação relativa pop. total 1970-2010 (%)
Baianópolis	8.698	9.606	13.823	12.179	13.850	5.152	59,23%
Barreiras	20.864	41.454	92.640	131.849	137.427	116.563	558,68%
Cocos	13.239	15.730	15.983	17.611	18.153	4.914	37,12%
Correntina	30.365	34.783	28.005	30.583	31.249	884	2,91%
Formosa do Rio Preto	8.979	11.883	15.418	18.288	22.528	13.549	150,90%
Jaborandi*	-	-	11.692	10.288	8.973	8.973	-23,26%
Luís Eduardo Magalhães *	-	-	2.385*	18.754*	60.105	-	-
Riachão das Neves	14.693	18.292	20.282	21.917	21.937	7.244	49,30%
Santana	19.118	21.898	24.669	24.139	24.750	5.632	29,46%
Santa Rita de Cássia	20.627	26.362	23.240	24.026	26.250	5.623	27,26%
São Desidério	12.790	14.926	18.977	19.006	27.659	14.869	116,25%
Serra do Ramalho *	-	-	33.164	32.600	31.638	31.638	-4,60%

Tabela 15 – Evolução da população residente total do Oeste Baiano entre os anos de 1970 e 2010

Continuação

Unidade espacial	Pop. total 1970	Pop. total 1980	Pop. total 1991	Pop. total 2000	Pop. total 2010	Variação Absoluta pop. total 1970-2010	Variação Relativa pop. total 1970-2010
Oeste Baiano	149.373	194.934	297.893	342.486	424.519	275.146	184,20%
Bahia	7.493.437	9.455.392	11.867.991	13.070.250	14.016.906	6.523.469	87,06%
Nordeste	28.111.551	34.815.439	42.497.540	47.741.711	53.081.950	24.970.399	88,83%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (vários anos). Organização: Camila Dutra.

Notas: *O município de Jaborandi foi criado em 1986, portanto a variação calculada é de 1991 a 2010; O município de Luís Eduardo Magalhães foi criado em 2000 e sua população só foi recenseada em 2010, por isso não aparece a sua variação populacional. A população apontada para 1991 e 2000 é do então povoado de Mimoso do Oeste quando ainda fazia parte do município de Barreiras; O município de Serra do Ramalho foi criado em 1989, portanto a variação calculada é de 1991 a 2010.

O município de Luís Eduardo Magalhães, apesar da importância que tem hoje associada ao agronegócio, não demonstrou variação populacional na Tabela 15 apenas pelo fato de ter se emancipado somente em 2000 e passado pelo seu primeiro censo demográfico somente em 2010. No entanto a Contagem Populacional de 2015 (IBGE, 2015) aponta uma população atual de 79.162 habitantes em Luís Eduardo Magalhães, o que daria um aumento populacional de 339,79% (de 18 mil para 60 mil habitantes) se comparado a sua emancipação, o que sugere um crescimento populacional no município muito superior ao ocorrido em Barreiras que, no mesmo período, variou apenas 4%. Essa diferença de crescimento é reflexo da forte migração, apontada anteriormente como resultado da implementação da agricultura moderna na região.

A partir dos anos de 1980, Barreiras se tornou o centro de uma nova dinâmica agrícola moderna do Oeste Baiano (mesmo que o produto não passasse fisicamente por essa cidade) e por muito tempo reinou sozinha nessa polarização, hoje dividindo o posto com Luís Eduardo Magalhães, entrando nas cotações da Bolsa de Chicago, a qual é referência mundial para o mercado de grãos. Contudo é preciso ressaltar que isso não significa dizer que a dinâmica da economia urbana do

Oeste Baiano passou a depender exclusivamente da renda resultante da lavoura modernizada.

Evidente que existia, e ainda existe, hoje de forma mais complexa, outras forças econômicas atuantes e autônomas em relação à agricultura, muito embora sejam incapazes de sustentar (e explicar) sozinhas o crescimento acelerado das cidades do Oeste Baiano. Essas forças, na visão de Santos Filho (1989), são: o Estado – o gasto público em seus três níveis, União, Governo Estadual e Prefeitura – e a imigração de novos habitantes para a região – grandes e pequenos empresários, profissionais liberais, trabalhadores qualificados atraídos pelo crescimento de suas cidades e também trabalhadores rurais vítimas do êxodo promovido pela grilagem e mecanização da produção agrícola.

De outro modo, também é importante destacar que esse crescimento (pós anos 1970) não foi uniforme sobre o Oeste Baiano, concentrando-se, a princípio, nas cidades de Barreiras, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória. Esse processo ajudou a substituir o tradicional domínio que a cidade baiana de Barra mantinha na região. Esta perdeu seu lugar de primeira nucleação urbana em população a partir de 1970.

De modo geral, o quadro regional é pouco expressivo. Tomando-se o número de habitantes como indicador vê-se que os centros urbanos mais importantes são o de Barreiras (9.841 hab.)² e Bom Jesus da Lapa (12.223 hab.). As demais sedes municipais em sua grande maioria têm estrutura precária e deficiente não dispondo de condições adequadas para o desempenho do papel de centro administrativo e de fornecedor de serviços à população rural (BAHIA, 1977, p.21).

Até mesmo Barreiras apresentava uma taxa de ocupação territorial bastante baixa até a década de 1970³, como pode ser observado na Tabela 16, quando a maior parte da população do seu município (53,22%) residia na área rural. Fato bem diferente dos anos 2010, quando Barreiras apresenta uma população urbana (123.741 habitantes) doze vezes maior que aquela de 1970 (9.760 hab.), o que demonstra uma evolução superior a 1000% no intervalo de 1970-2010.

² Nesse dado da população urbana de Barreiras há uma diferença para mais em relação ao número de habitantes em domicílio rural apresentado nos dados da tabela 15 acima. Essa discrepância se deve à diferença de fontes e metodologias utilizadas pelo IBGE e pela Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia / Centro de Planejamento da Bahia – CEPLAB.

³ Como já foi dito, a partir do início da década de 1970 é que uma série de transformações ocorreu na região, a exemplo da CODEVASF e do 4º BEC instalados em Barreiras, que alteraram significativamente sua composição demográfica. Só o 4º BEC foi responsável por trazer um contingente populacional de 5.000 pessoas.

Tabela 16 – Evolução da população residente por situação de domicílio no município de Barreiras entre os anos de 1970 e 2010

Unidade espacial	Pop. Rural		Pop. Urbana		Pop. Rural		Pop. Urbana		Pop. Rural		Pop. Urbana		Varição absoluta	Varição relativa	Varição absoluta	Varição
													Rural	Rural	Urbana	Urbana
	1970		1980		1991		2000		2010		1970-2010		1970-2010		1970-2010	
Barreiras	11.104	9.760	11.399	30.055	21.770	70.870	16.065	115.784	13.686	123.741	2.582	23,25%	113.981	1167,84%		
Oeste Baiano	116.688	32.685	127.631	67.303	164.970	132.923	148.983	193.503	150.511	274.008	33.823	28,99%	241.323	738,33%		
Bahia	4.407.054	3.086.383	4.794.893	4.660.499	4.851.221	7.016.770	4.297.902	8.772.348	3.914.430	10.102.476	-492.624	-11,18%	7.016.093	227,32%		
Nordeste	16.355.100	11.756.451	17.247.438	17.568.001	16.721.261	25.776.279	14.766.286	32.975.425	14.260.692	38.821.258	-2.094.408	-12,81%	27.064.807	230,21%		

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (vários anos). Organização: Camila Dutra.

O destaque de Barreiras, na época, se dava pelo fato de que enquanto essa cidade se relacionava com outros Estados do país, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória, suas concorrentes em porte urbano nos anos de 1970 tinham ainda relações limitadas até mesmo com as outras regiões baianas. Desse modo, de acordo com Santos Filhos (1989, p. 136), “a dinâmica que passa a reger a região a partir dos anos 1970 é eminentemente urbana, ainda que com tonalidades difusas e ainda que exercida e controlada por cidades externas e distantes da própria região”. Da intensificação do fluxo migratório para o Oeste Baiano resultou, portanto, uma reestruturação da rede urbana presente nessa região, com o surgimento de novas aglomerações e/ou o reforço de outras.

Enquanto uma parte dos migrantes sulistas se direcionou, na década de 1980, especialmente para Barreiras, na época já a cidade mais estruturada da região, outros grupos se fixaram em localidades menores, nos municípios de São Desidério, Correntina, Formosa do Rio Preto, dentre outros. Desses novos fluxos de pessoas e mercadorias surgiram alguns povoados, construídos pelos próprios colonos⁴, como Mimoso do Oeste (hoje Luís Eduardo Magalhães); Novo Paraná (que hoje faz parte de Luís Eduardo Magalhães); Placas e Bela Vista (ambos em Barreiras); Roda Velha de Cima e Roda Velha de Baixo (ambos em São Desidério) e

⁴ “[...] notemos que as famílias de produtores e colonos ligados à agricultura moderna, diferentemente dos pequenos produtores tradicionais, trazem consigo necessidades de reprodução eminentemente urbanas. Buscando reproduzir os hábitos de consumo das suas regiões de origem, elas criam uma nova demanda urbana na região, ao mesmo tempo em que abrem espaço para a estruturação de novas atividades” (SANTOS FILHO, 1989, p. 144).

Águas Claras e Vila Rosário (ambos em Correntina)⁵. Esses deslocamentos, em sua maior parte, foram motivados pela busca de terras para plantar ou pela busca de terras que já tinham sido compradas para lavoura, mas que ainda não tinham sido efetivamente ocupadas, para tomar posse.

À exceção de Mimoso do Oeste, esses outros núcleos urbanos que nasceram nos anos de 1980 tinham caráter urbano bem modesto, servindo principalmente de apoio imediato à moderna produção de grãos de seu entorno. Resumiam-se, portanto, à concentração dos investimentos de cooperativas agrícolas e à presença de uma dezena de casas de fazendeiros e funcionários. Poucos prosperaram (embora ainda existam). Os que tiveram sucesso foram Roda Velha de Cima e Vila Rosário, povoados que conseguiram projetar funções e dinâmicas para além daquelas de atendimento à atividade agrícola, e apresentam hoje um crescimento importante, ainda que não tenham alcançado o destaque que Mimoso do Oeste, hoje Luís Eduardo Magalhães, conquistou na rede urbana do Oeste Baiano, inclusive o único a atingir a emancipação.

Mesmo que algumas dessas aglomerações não tenham obtido consideráveis ganhos urbanos, é preciso admitir que elas se diferenciam qualitativamente e quantitativamente dos antigos vilarejos da região, aqueles dos anos 1970/1980, os quais se ligavam essencialmente à agricultura tradicional e de subsistência. Como indica Santos Filho (1989, p. 148), quando fala a respeito desses novos povoados, “as ‘vendas’ são substituídas por oficinas e silos de armazenagem”.

É bem verdade que ainda hoje não conseguimos suprir muitas demandas do “consumo consultivo” (SANTOS, 1996a, 2000, 2005; ELIAS, 2003ab) nessas pequenas nucleações, apesar disso não é possível passarmos despercebidos da presença dos seus grandes fixos, associados aos circuitos espaciais da produção de

⁵ As localidades de Bela Vista e Novo Paraná surgem a partir de iniciativas de colonos oriundos do Sul do País, estando sua estruturação, porém, vinculada à COPERGEL, cooperativa que de forma direta e indireta apoiou suas iniciativas. A aglomeração de Bela Vista tem sua origem com a chegada, em 1980, de três famílias do Paraná e duas do Rio Grande do Sul, que se instalam na região como produtores agrícolas. Posteriormente um colono doou uma área de 6 ha onde se estabeleceu a Vila, tendo sido doados na mesma época 10 ha para a Copergel, que adquiriu mais 15 ha para construir seu armazém. Hoje a Copergel não existe mais. A área de abrangência do Novo Paraná pertencia ao Sr. João Henrique, atual prefeito de Barreiras, proprietário da Fazenda Sertaneja. Chegaram à região, em 1981, duas famílias de Corbélia/Paraná, interessadas em adquirir terras e, juntamente com outros colonos paranaenses, compraram a área dessa fazenda. Os colonos doaram uma área de 100 ha para a formação da agrovila, com 600 lotes.

grãos, como silos, armazéns, plantas industriais, lojas de revenda de máquinas e insumos agrícolas, etc. Isso reforça a afirmativa de que “trata-se, portanto, de uma região onde a ‘fronteira agrícola’ é comandada pelos processos de expansão da ‘fronteira urbana’” (SANTOS FILHO, 1989, p.149).

A extensão da urbanização se processou no Oeste Baiano, portanto, a partir dos anos de 1980, década essa que marca exatamente o início da expansão do agronegócio na região. Com a expansão dessa atividade econômica as necessidades de consumo da agricultura moderna aumentam a importância econômica e demográfica dos centros urbanos (SANTOS, 1996ab, 2005). Foi por Barreiras, núcleo antigo surgido ainda no período colonial e principal cidade do Oeste Baiano, que se iniciou a difusão do agronegócio da soja no Nordeste, ficando essa cidade responsável por uma nova dinâmica, expansão e diversificação das atividades econômicas da sua região de influência, sob a liderança das empresas do agronegócio.

No próximo item analisaremos como surgiu e evoluiu o histórico papel de centralidade de Barreiras dentro do Oeste baiano.

5.2 BARREIRAS: “CENTRO DE REGIÃO”

O primeiro núcleo de povoamento da região de Barreiras foi Campo Largo (em 1698), hoje denominado Taguá, que foi responsável, durante dois séculos, pela administração de uma área que se estendia da margem esquerda do Rio São Francisco às fronteiras com Goiás. Deste primeiro núcleo, os colonizadores pernambucanos e baianos se dispersaram por toda a região, fundando povoados que depois se evoluíram transformando-se nas atuais cidades do Oeste Baiano. Segundo a historiadora Ignez Pitta de Almeida

Campo Largo teve grande importância durante o período colonial. Sua criação foi 02 de dezembro de 1698 juntamente com Barra e Santa Rita. Eram os únicos núcleos habitacionais do Oeste Baiano e onde havia a presença de representantes do governo da colônia e do Rei de Portugal (ALMEIDA, 2005, p. 65).

Ao longo do tempo, os povoados foram obtendo sua emancipação de Campo Largo: primeiro Angical (1890), que levou junto Barreiras; em seguida esta

se emancipou de Angical (1891) levando outros núcleos, como São Desidério, Catolândia e Baianópolis, que se desmembraram de Barreiras há quase 40 anos; e o mais recente Distrito de Mimoso do Oeste que virou Luís Eduardo Magalhães. Para Brandão (2010, p. 39), “do ponto de vista político, a criação de municípios denota o poder de barganha de grupos locais, junto à esfera do executivo provincial, que passa a exigir mais atenção e recursos, e de certa maneira, autonomia administrativa territorial”.

Desde sua emancipação, Barreiras exerce um destacado poder socioeconômico sobre uma importante área de influência, abrangendo, além de cidades do Oeste Baiano, cidades de Tocantins⁶, de Goiás e do Sul do Piauí. Ignez Pitta⁷ fala que, por muito tempo – Barreiras servia de capital econômica para o Norte de Goiás –, as trocas com essa área eram intensas devido a pouca distância que a separava da capital goiana. Até mesmo o Banco do Estado da Bahia por muito tempo prestou serviços para essa parte do Goiás.

Barreiras sempre possuiu uma função bem marcada de entreposto comercial para a região do Oeste Baiano, Goiás e Piauí. Do Norte de Goiás (hoje Tocantins), no século XIX, vinham ouro e minérios para Barreiras e dessa saiam diversos produtos para abastecer o comércio regional. A fase áurea da produção e exportação da borracha (o látex) no Oeste Baiano, no final do século XIX, também contribuiu para o crescimento dessa cidade⁸. Essa atividade econômica colaborou, significativamente, para a ocupação da região, por incentivar a penetração nas matas e Cerrados com a finalidade de encontrar a mangabeira (árvore de onde se extraía o látex), abundante nas matas locais.

Convivendo com o ciclo da borracha, houve o ciclo da agroindústria da cana-de-açúcar, com a elevada produção de rapaduras, cachaça e também açúcar, exportados pelas barcas. Também nos lembramos do algodão, que teve sua primeira indústria de descaroçamento com máquinas movidas por roda d'água. Por Barreiras também passava o gado que vinha de Goiás e era levado para Chapada

⁶ As cidades de Taguatinga, Arrais, Natividade, Dianópolis, São Domingos são exemplos de cidades de Tocantins, antes norte goiano, que possuíam e que ainda possuem estreita relação com Barreiras.

⁷ Entrevista com a historiadora Ignez Pitta em Barreiras no dia 14 jul. 2014.

⁸ A borracha era de suma importância para a indústria numa fase de processo de industrialização de alguns países da Europa, já que o aço não era utilizado e Barreiras foi privilegiada em decorrência da oferta da mangabeira.

da Diamantina e para o Estado de Minas Gerais (que estava no auge da exploração mineral), Salvador e Feira de Santana, dentre outros centros que estavam se desenvolvendo na Bahia (MOURA, 2012).

Todo tipo de mercadoria industrializada chegava a Barreiras e, a partir dessa cidade, esses produtos chegavam aos demais lugares da região. Decorrente desses processos, o comércio e os serviços foram os maiores vetores de crescimento dessa cidade e de sua região de influência, o que sempre atraiu populações de outros lugares.

A introdução da agricultura moderna no Oeste propiciou o crescimento dos estabelecimentos comerciais. O aspecto mais importante do incremento comercial foi a mudança do centro comercial da região da cidade de Santa Maria da Vitória para a cidade de Barreiras, que indiscutivelmente foi o município mais impactado pelo processo de expansão da fronteira no Oeste Baiano. Em 1992, Barreiras já possuía 35% dos estabelecimentos comerciais da região, o que já apontava uma polarização do processo nesse município (ALVES, 1999, p.41).

Os serviços de Educação foram outro fator histórico de atração de pessoas para Barreiras. Ignez Pitta comenta que moradores da Chapada da Diamantina preferiam enviar seus filhos para estudarem em Barreiras, embora situada a mais de 1000 km da capital baiana, do que mesmo para Salvador. Até hoje Barreiras mantém esse caráter de vetor de atração para a Educação, concentrando hoje importantes instituições de nível superior que são referências para sua região de influência.

A hegemonia de Barreiras na região, devido a sua situação geográfica para importar e exportar mercadorias, contribuiu para que essa cidade fosse escolhida para instalação de uma base americana, em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, posteriormente transformando-se em aeroporto comercial em 1945. Com acesso fácil e rápido às capitais, Barreiras atraía moradores do Sul do Piauí e Maranhão que a partir dessa cidade prosseguiram de barco e/ou avião, em busca de comércio e serviços nos grandes centros.

Barreiras também era ponto de rota da Companhia de Navegação do São Francisco, criada no governo militar, cujas linhas existentes dinamizavam o comércio no porto da cidade. Para Porto e Matos (2013), a criação dessa companhia ampliou a possibilidade de trocas diversas (mercadorias, pessoas, dinheiro, ideias, etc.)

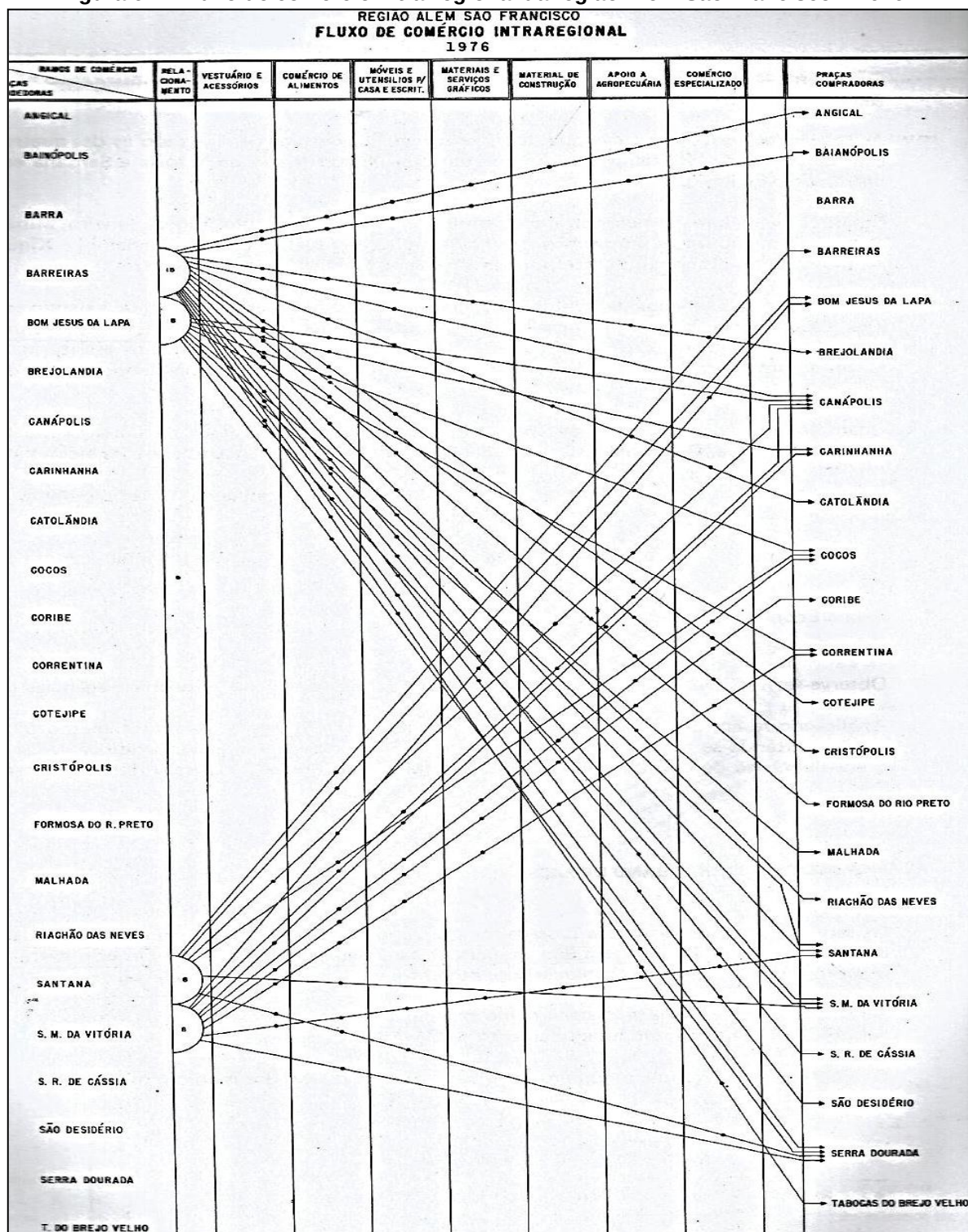
internamente e com localidades de outras unidades provinciais o que, em certa medida, contribuiu para a consolidação dos núcleos de povoamento formados anteriormente e para o surgimento de novos. Esses autores acreditam que o Rio São Francisco é um dos elementos “sem o qual a dinâmica regional não apresentaria as feições e a dimensão existentes” (PORTO; MATOS, 2013, p.19).

Desse modo, uma série de fatos históricos, induzidos pelo Estado e capital privado, condicionaram Barreiras como entreposto comercial para sua região. Esses processos contribuíram também como portas de entrada de toda sorte de fluxos em Barreiras. Esse desenvolvimento esteve diretamente associado à política nacional de expansão das fronteiras agrícolas no Brasil Central que, por sua vez, foi viabilizada pela abertura e ampliação das vias de circulação, que se configuraram como corredores de crescimento econômico urbano-regional.

Esse fator fez com que o oeste baiano, que no passado tinha como principal via para o deslocamento de pessoas e mercadorias os rios, ganhassem estradas de rodagens, provocando assim profundas transformações espaciais ao longo dessas verdadeiras “artérias”. O que salta aos nossos olhos a partir da construção dessas duas BR's, a 020 e a 242, é a canalização de dois processos na região: o da modernização da agricultura e o da urbanização (SALE; SALES, 2012, p.9).

A seguir expomos a Figura 64, que mostra o fluxo comercial intrarregional entre os municípios do “Além São Francisco” (assim chamado na época) em 1976. Esse gráfico revela que a maioria das cidades apresentava um comércio exclusivamente local, com exceção de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Santa Maria da Vitória e Santana, que realizavam operações de vendas às demais. Salta às vistas o domínio de Barreiras, que já nessa época concentrava grande parte das transações realizadas, operando com 15 cidades da região. Observa-se que as cidades dessa região dependiam fortemente do mercado de Barreiras em todos, ou quase todos, os ramos comerciais. As transações comerciais mais comuns, à época, eram aquelas que envolviam o “comércio de alimentos e vestuário”, seguido dos ramos “móveis e eletrodomésticos”, “apoio à agropecuária” (evidenciando o início da expansão agropecuária naquele período), “serviços e materiais gráficos” e “comércio especializado”.

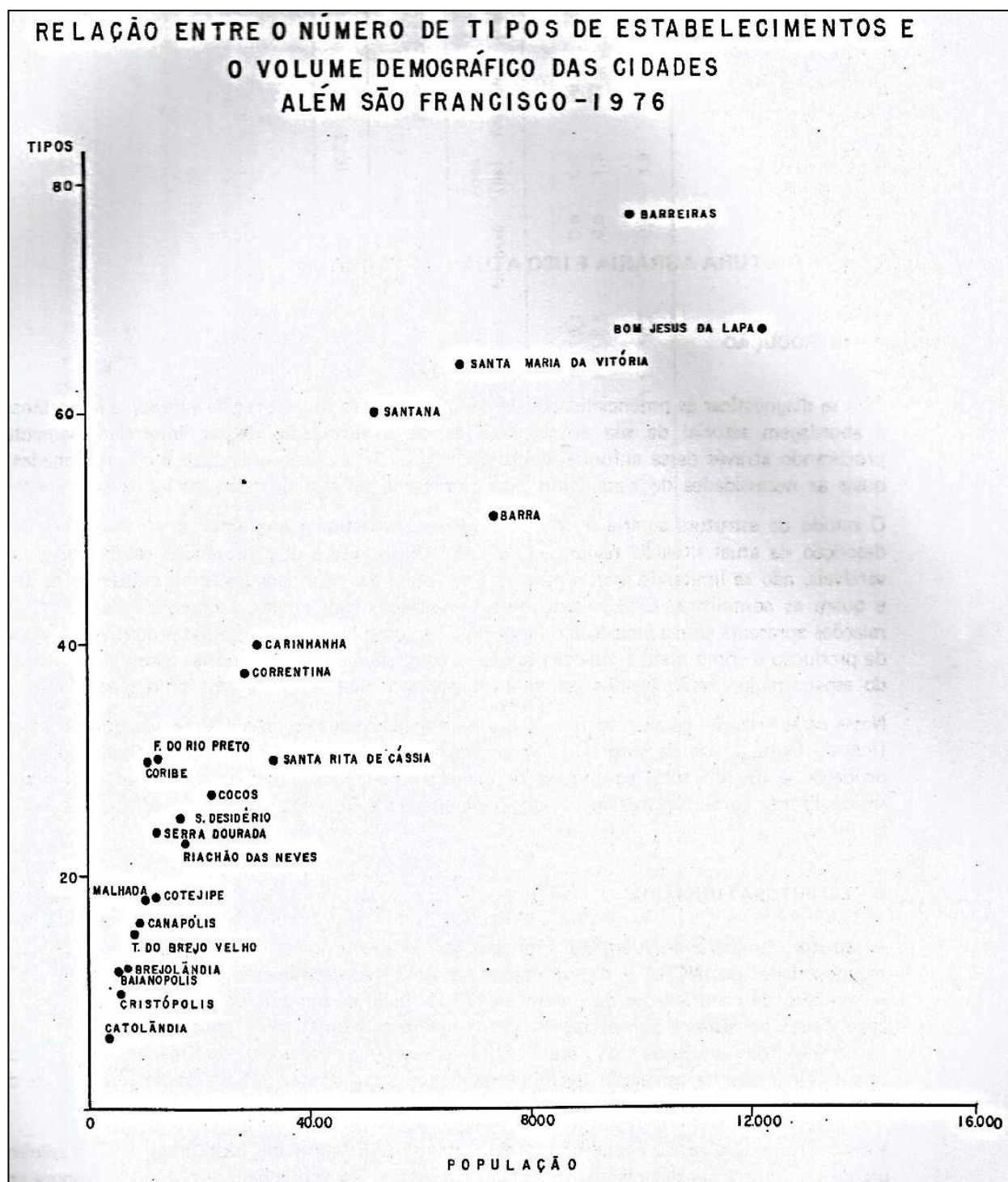
Figura 64 – Fluxo de comércio intrarregional da região Além São Francisco – 1976



Fonte: BAHIA, 1977, p.56.

A localização de um equipamento comercial é uma decorrência do tamanho do mercado, e o alcance desse mercado está relacionado com a maior importância que as cidades possam apresentar. Observe a Figura 65:

Figura 65 – Relação entre o número de tipos de estabelecimentos e o volume demográfico das cidades Além São Francisco – 1976



Fonte: BAHIA, 1977, p.56

A ilustração anterior reafirma a constatação de que a atividade comercial da maior parte das cidades do “Além São Francisco” era essencialmente local em meados dos anos de 1970. Exceção para Barreiras, que novamente nesse gráfico (que relaciona população das cidades com o número de tipos de estabelecimentos

comerciais) expressa sua importância regional no período. O gráfico mostra que Barreiras, apesar de não possuir a maior população da região naquele período, pois foi superada por Bom Jesus da Lapa em termos demográficos, ainda assim apresentou um número maior de estabelecimentos do que as outras cidades, liderando a rede urbana regional.

Sem dúvidas, o traço viário que estabelecia ligação com Salvador e Brasília agiu como canal de penetração do capital, acentuando o dinamismo que caracteriza hoje o Oeste Baiano. A urbanização se expandiu desde os anos de 1980 provocando intensas mudanças. Depois dos agricultores sulistas vieram os profissionais de todas as áreas: médicos, dentistas, professores, metalúrgicos e ainda comerciantes e pessoas que abriram hotéis, restaurantes e outros empreendimentos.

Assim, visando atender principalmente às necessidades geradas pelos agentes econômicos que passaram a atuar no Oeste Baiano, Barreiras consolidou a sua condição de (a) centro terciário, com a abertura de empreendimentos comerciais e de serviços, muitos deles voltados ao atendimento de demandas do campo; (b) difusor de inovações, graças principalmente à criação de instituições de ensino superior e, ao menos regionalmente, (c) centro de gestão do território, devido à abertura de escritórios de órgãos públicos que atuam nas esferas estadual e federal. (BRANDÃO; LATUF, 2010, [s/p]).

A partir de 1990, a intensa atividade agrícola criou reflexos em praticamente todos os setores das atividades econômicas e sociais. Barreiras cresceu sobre os mais diversos aspectos e continuou a receber novos investimentos e um grande fluxo de habitantes atraídos pelo seu potencial agrícola e de negócios. Dessa forma a construção do território de Barreiras permitiu sua reconstrução em novas bases, como por exemplo, associadas ao agronegócio da soja, às indústrias, às prestadoras de serviços, à racionalização do território, à especulação imobiliária, dentre inúmeros outros. Além do ganho de novos conteúdos, veio também uma imposição de novos comportamentos. Para Moura (2012, p.93)

Esses empreendimentos falados anteriormente se instalam no território de Barreiras, a partir das especulações produzidas pelo agronegócio da soja e que acabam, por sua vez, configurando o território do município as feições do modelo capitalista-financeiro. É perceptível, agora mais do que nunca, esse movimento nos dias atuais, não apenas pelos sulistas, mas pelo capital internacional, representado pelas empresas multi e transnacionais, que encontraram em Barreiras, um local ideal de construção do império do

agronegócio e do dinheiro, sendo cada vez mais introduzida em toda a região Oeste da Bahia, caracterizando um espaço territorial excludente/desigual, fruto do agronegócio multi e transnacional que condicionou o emprego de técnicas que moldam a realidade regional, uma espécie de internacionalização do Cerrado.

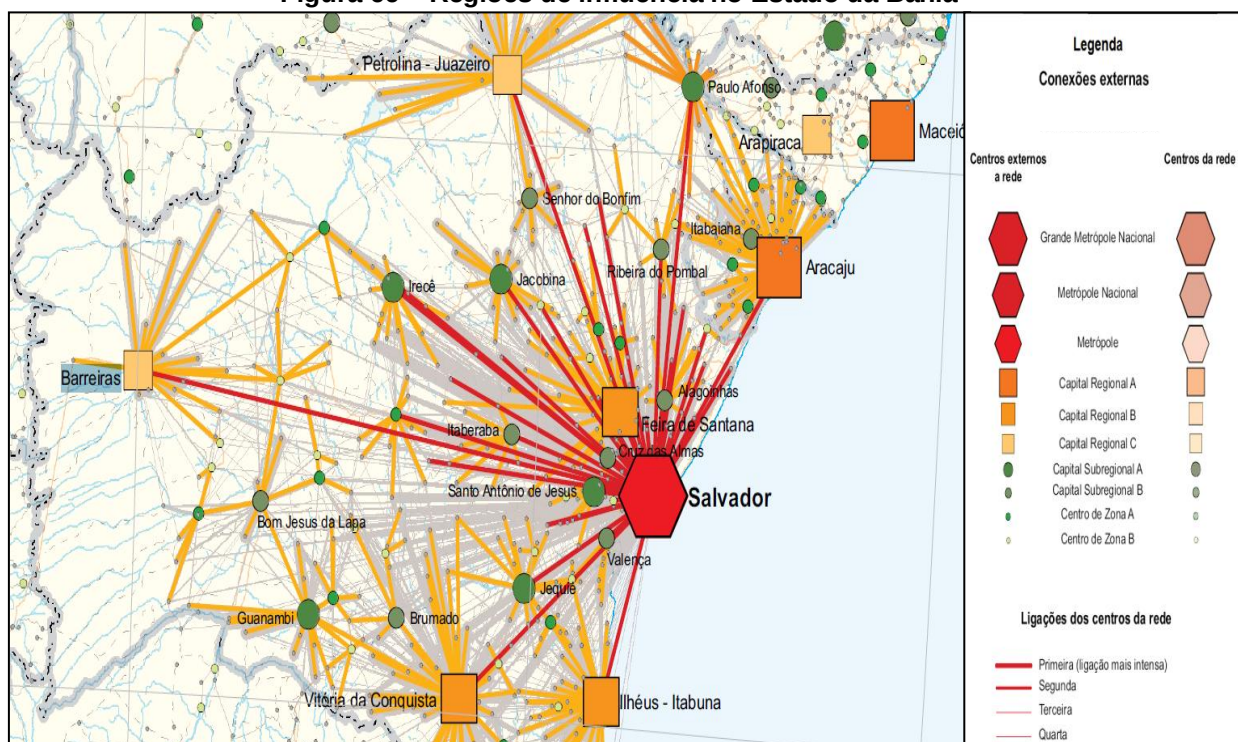
Esse dinamismo pode ser explicado principalmente pelo processo de migração que ocorreu, durante todo o século XX, em todo o território nacional, e que viu sua população dar saltos vertiginosos. Para Santos (2005), nesse século teríamos alcançado a urbanização da sociedade, depois de um longo período de urbanização social e territorialmente seletiva. As migrações com destino às fronteiras agrícolas, ocorridas no período de 1930 a 1950 para a área central do país, só ocorreram no Oeste Baiano na década de 1970, pois foi nesse período que esse espaço sofreu um processo de rearranjo, modernizando sua matriz produtiva e investindo no agronegócio, principalmente na produção de soja, tornando-se uma área atrativa ao capital. Sobre o papel de Barreiras na sua rede urbana nos anos de 1970, o Governo da Bahia disse o seguinte, em documento elaborado na época

Barreiras apresenta-se como a mais bem dotada de órgãos de assistência e serviços. Essa concentração deve-se à ampliação da rede de comunicações para os centros urbanos mais importantes do país, principalmente Brasília. Deve-se destacar o papel exercido pela BR-242 que possibilita o escoamento da produção local além de contribuir para a abertura de novos mercados e facilitar o fluxo populacional. A maior parte dos órgãos federais da região está aí situada, inclusive o escritório da CODEVASF e o 4º Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (BAHIA, 1977, p.51).

Destarte, é praticamente impossível compreendermos a dinamização de Barreiras sem se analisar a região que para essa cidade se volta. Santos (1959) fala da “Cidade como Centro de Região”, título de uma de suas obras, onde diz que a função de centro é a mais característica da cidade, a qual ao mesmo tempo em que constitui uma fórmula particular de organização do espaço, preside também as relações de um espaço maior, em seu derredor, que é a sua zona de influência.

Santos (1959) atenta para o fato de que não existe cidade isolada, em uma região deserta e sem relação com o mundo exterior. Se cada aglomeração tem seu raio de influência, que é um dado instável, em virtude da competição que sofre de outras unidades do mesmo nível, a cidade de Barreiras não foge a essa regra. Na figura 66 podemos visualizar as regiões de influência na Bahia, inclusive a de Barreiras.

Figura 66 – Regiões de influência no Estado da Bahia



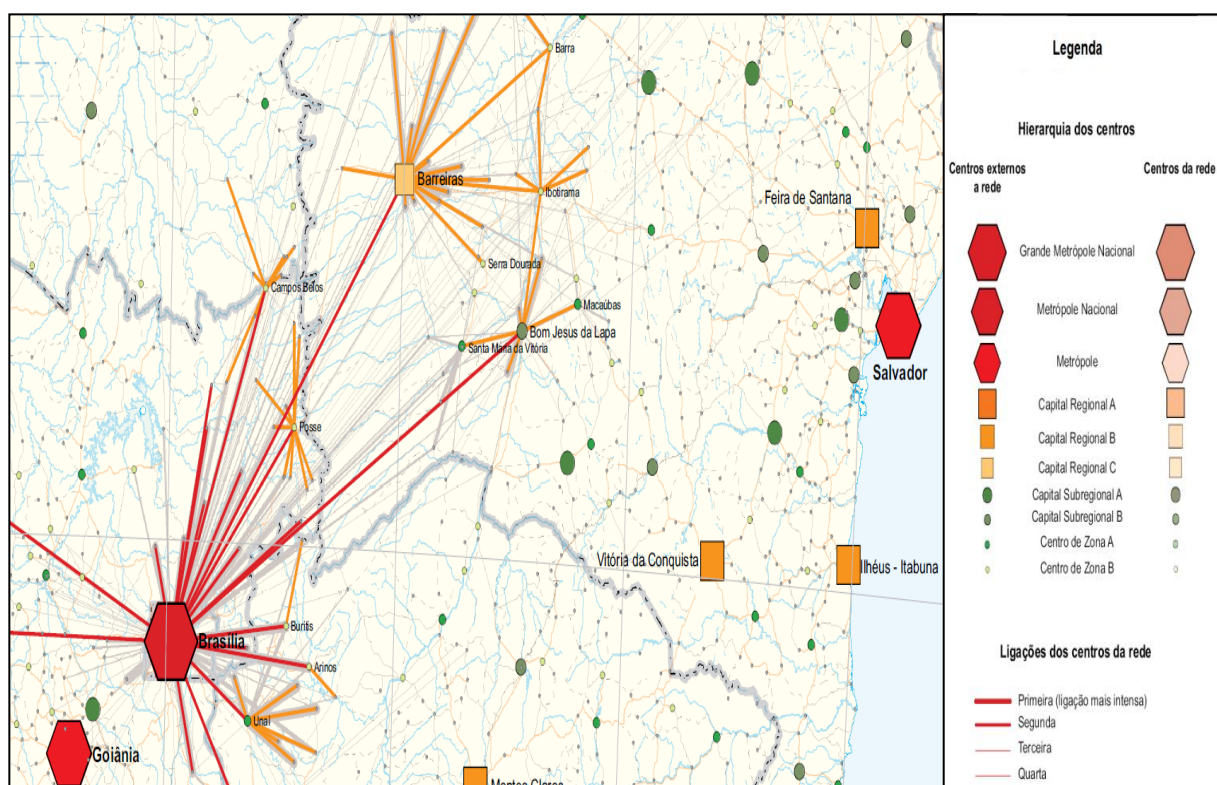
Fonte: REGIC/IBGE, 2007.

De acordo com a REGIC (Regiões de Influência das Cidades-2007), documento elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas que busca definir a hierarquia dos centros brasileiros e as suas regiões de influência, Barreiras é considerada um “centro regional” ou, dito de outra forma, uma cidade média, ou ainda uma “cidade intermediária” (SANTOS, 2005). De acordo com a Regic, a região de influência de Barreiras, considerada Capital Regional C⁹, compõe-se dos seguintes municípios: Barreiras, Andorinha, Angical, Baianópolis, Brejolândia, Catolândia, Cotequipe, Cristópolis, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão das Neves, Santa Rita de Cássia, São Desidério e Wanderley.

⁹ De acordo com a REGIC/IBGE (2007, p. 11): “Capital regional – integram este nível 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, tem área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. Este nível tem três subdivisões. O primeiro grupo inclui as capitais estaduais não classificadas no nível metropolitano e Campinas. O segundo e o terceiro, além da diferenciação de porte, têm padrão de localização regionalizado, com o segundo mais presente no Sul, Sudeste e Centro-Oeste e o terceiro nas demais regiões do país. Os grupos das Capitais regionais são os seguintes: a. Capital regional A – constituído por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos; b. Capital regional B – constituído por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos; e c. Capital regional C – constituído por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos”. Para ver a conceituação para os demais estratos de centros urbanos, consultar a metodologia da REGIC 2007.

É possível perceber a influência de Salvador sobre Barreiras, apesar dos quase 900 km de distância entre as duas cidades. Porém também não é difícil observar que Barreiras domina uma região sem grandes concorrentes na sua rede urbana. As regiões de influências mais próximas de Barreiras são as de Barra, Ibotirama e Serra Dourada, mas todas são comandadas por Centros de Zona B¹⁰, que estão a quatro classes abaixo de Barreiras (que é uma Capital Regional C) e que possuem atuação restrita à sua área imediata. A distância da capital do Estado e a ausência de outros centros com sua mesma importância¹¹ na sua imediata região dão consideráveis vantagens à Barreiras na rede urbana do Oeste Baiano. Veja a Figura 67:

Figura 67 – Regiões de Influência de Brasília e Barreiras



Fonte: REGIC/IBGE, 2007.

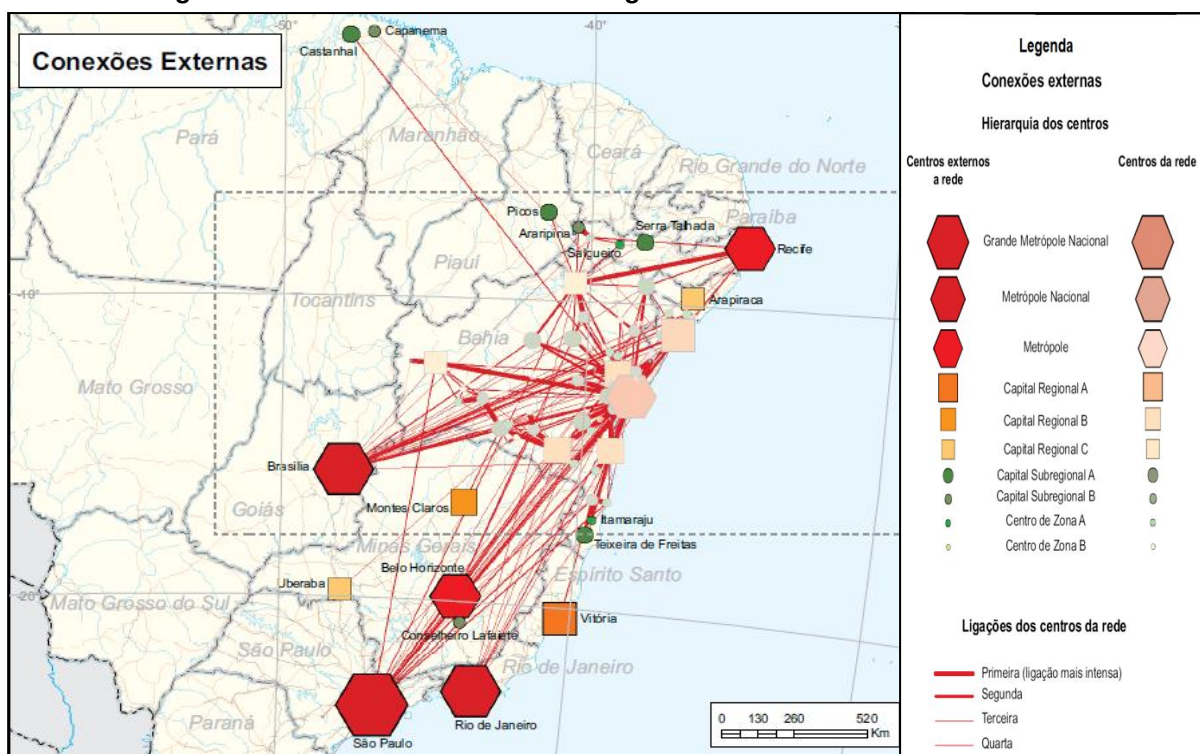
¹⁰De acordo com a REGIC/IBGE (2007, p. 11): Centro de zona – nível formado por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata; exercem funções de gestão elementares. Subdivide-se em: a. Centro de zona A – 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas como centros de gestão; e b. Centro de zona B – 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte, 235, não havia sido classificada como centro de gestão territorial, e outras 107 estavam no último nível daquela classificação.

¹¹Na REGIC de 1966, Barreiras, juntamente com outros vários centros no Brasil, e Imperatriz (MA) em nível de Nordeste, eram classificadas no terceiro nível, o dos Centros sub-regionais.

Quando lançamos os olhos sobre o Centro-Oeste do País, verificamos a intensidade das relações estabelecidas entre Brasília e Barreiras. Brasília possui relações ainda com a região baiana de Bom Jesus da Lapa. Constatamos que Barreiras divide o comando do Oeste Baiano com a rede urbana de Brasília¹², uma Metrópole Nacional 1B, e de Salvador, Centro Metropolitano Regional.

A Figura 68, que apresenta as conexões externas, evidencia por sua vez que o Oeste Baiano sofre influência não somente de Brasília ou Salvador, mas também, e de forma especial, de São Paulo. Além do fato de esta ser nossa Metrópole Nacional 1A, a única desse nível no território brasileiro, e exercer influência sobre grande parte do país, é dela de onde partem as principais normas e ordens associadas ao agronegócio, e é onde estão situadas as sedes e escritórios de muitas empresas desse ramo, instaladas na no Oeste Baiano.

Figura 68 – Conexões externas da Região de Influência de Barreiras



¹²A extensão da rede de Brasília compreende o oeste da Bahia, alguns municípios de Goiás e do noroeste de Minas Gerais. É importante observar que no Planalto Central também existe uma área de influência urbana comandada por Goiânia, que cresce na atuação regional juntamente com Brasília.

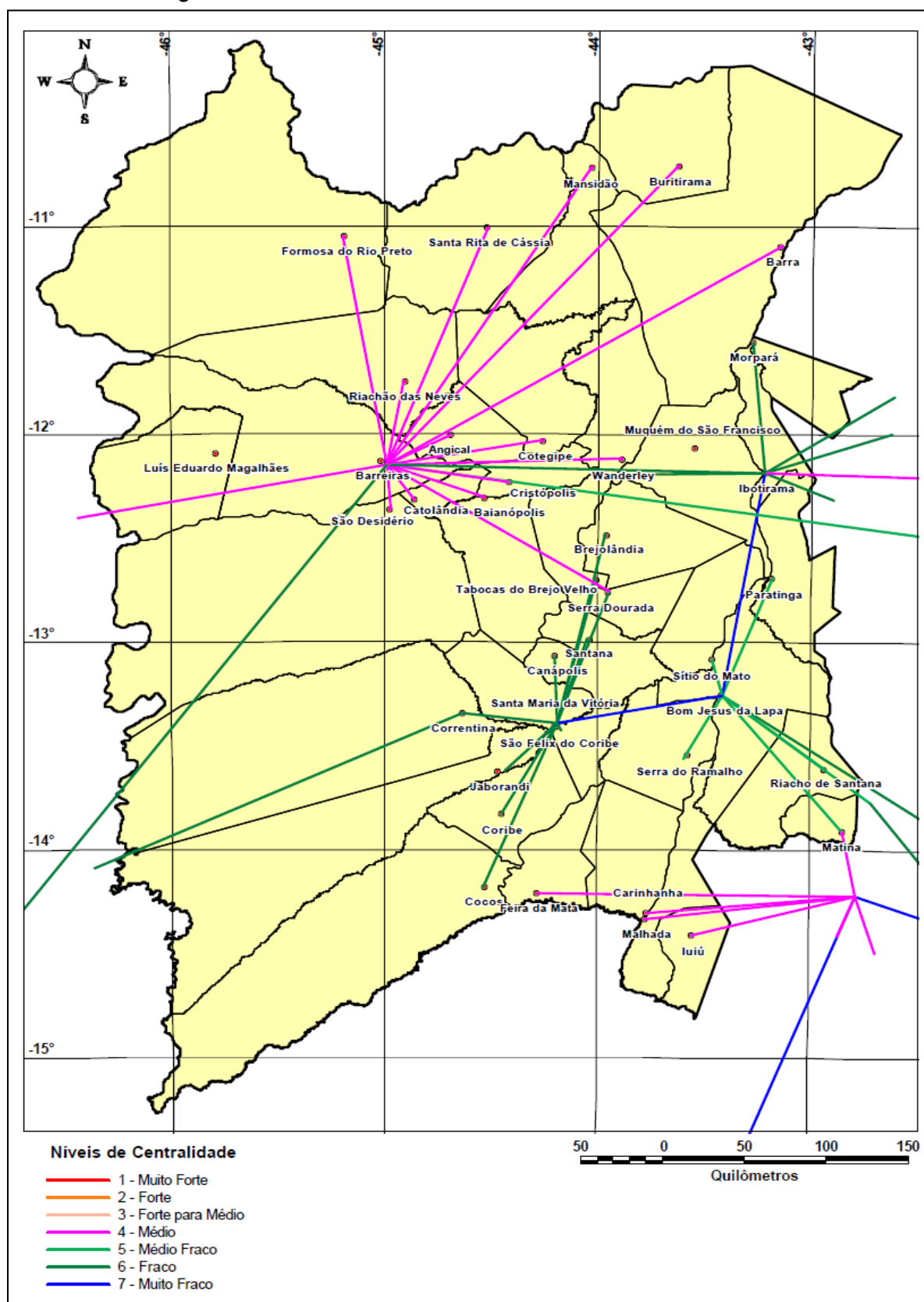
São Paulo sedia também representações das principais multinacionais de máquinas, insumos e equipamento agrícolas e os distribui para o Oeste Baiano. Nessa região, diariamente, chegam encomendas de São Paulo através dos ônibus rodoviários que prestam serviços de transporte de cargas pequenas. São enviadas folhas e solos para pesquisa em Campinas, Uberaba, São Paulo e Piracicaba, e também peças pequenas para conserto. De acordo com um ex-funcionário da Empresa de Transporte Macaubense

Muitas pessoas vão para São Paulo por causa do comércio, principalmente roupas. Muitas lojas de Luís Eduardo compram em São Paulo, no Brás, compram barato e vendem por um preço absurdo, pois aqui não tem concorrência, as pessoas vão por outros motivos também. Também tem Campinas, as pessoas vêm para cá, lá tem peças e ferramentas também. Passa em Ribeirão Preto, é um centro industrial muito importante para o Oeste da Bahia também. As cidades que atendem peças seria Sertãozinho, tem Tupã, Guará, que tem fábrica da Busa e fornece para Luís Eduardo, tem Franca, que faz peças também. Tem Uberaba em Minas Gerais, tem a empresa de defensivo, que trazia muito veneno para Luís Eduardo através da Emtram. Uberlândia é outra cidade importante de peças para Luís Eduardo, que também tem em Luís Eduardo, por exemplo, a Empresa Terra Agrícola. (Informação verbal)¹³

Desse modo, enquanto Capital Regional, Barreiras se relaciona com o estrato superior da rede urbana, Salvador, Brasília e São Paulo, assim como possui capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, tendo uma área de influência de âmbito regional, sendo referida como destino para um conjunto de atividades, e por grande número de municípios. Dessa forma, Barreiras polariza diretamente 16 municípios e indiretamente outros sete municípios de menor porte em seu entorno, como pode ser observado na Figura 69.

¹³ Entrevista com um ex-funcionário da EMTRAM, realizada em 14 jul. 2014

Figura 69 – Nível de centralidade das cidades do Oeste Baiano



Fonte: Adaptado de BAHIA. Elaboração do projeto de Macrozoneamento agroecológico do Oeste Baiano. Relatório Final. Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia – DERBA, Salvador, 2005.

Barreiras tem a territorialização do capital por ser a maior cidade do Oeste Baiano, centro de acumulação e concentração humana e, principalmente, de capital fixo. Tudo isso é fator de atração de pessoas. A seguir apresentamos um quadro com as origens dos transportes coletivos que circulam diariamente em Barreiras. Percebe-se a diversidade da origem das viagens interurbanas, com frequência maior para os municípios baianos da região de influência de Barreiras. É possível vermos também os deslocamentos provenientes de Goiás, Tocantins e Piauí.

Quadro 3 – Origem dos transportes coletivos para Barreiras

Nome do município de origem	Número de viagens	Frequência
Novo Jardim (GO)	1	diária
Taguatinga (TO)	1	diária
Cristalândia do Piauí (PI)	1	diária
Gilbués (PI)	1	diária
São Gonçalo do Gurguéia (PI)	1	diária
Angical (BA)	14	diária
Baianópolis (BA)	7	diária
Catolândia (BA)	1	diária
Correntina (BA)	1	diária
Cotegipe (BA)	2	diária
Cristópolis (BA)	23	diária
Formosa do Rio Preto (BA)	14	diária
Mansidão (BA)	2	diária
Riachão das Neves (BA)	6	diária
Santa Rita de Cássia (BA)	6	diária
São Desidério (BA)	30	diária
São Félix do Coribe (BA)	1	diária
Wanderley (BA)	3	diária

Fonte: REGIC/IBGE, 2007. Organização: Camila Dutra.

A influência de Barreiras não se restringe aos limites estaduais da Bahia, mas extrapola, alcançando cidades de Goiás (Posse, Mambaí, Alvorada do Norte, São Domingos, etc.) e de Tocantins (Dianópolis, Novo Jardim, Taguatinga, Natividade, etc.). E, apesar da Regic não mostrar, o empírico nos mostrou fluxos

importantes realizados entre Barreiras e o Sul do Piauí. Além das relações promovidas pelo agronegócio entre as cidades de Bom Jesus (PI) e Uruçuí (PI) com Barreiras, existem outros fluxos da ordem de Educação, Saúde, Comércio e Serviços que se dão entre Barreiras e localidades menores do Sul do Piauí.

Os fluxos de transporte talvez seja a melhor variável para se observar o raio de influência de uma cidade. Os fluxos entre Barreiras e as cidades de Tocantins e Goiás podem ser observados através dos itinerários rodoviários. No que se refere ao transporte extrarregional, sem dúvida, se destaca o maior número de linhas tendo Brasília como destino final. No Terminal Rodoviário de Barreiras existem várias empresas de ônibus que fazem, diariamente, trajetos ligando essas duas cidades.

A empresa Rainha faz os itinerários Barreiras (BA) /Dianópolis (TO), e a Real Maia faz Barreiras (BA) /Taguatinga (TO) passando por São Domingos (GO). A Emtram faz Barreiras (BA) /Palmas (TO), passando pela cidade de Dianópolis (TO). Já a Transbrasiliana possui linha que vem do Piauí sentido Brasília e também tem uma linha Teresina (PI) /Palmas (TO), também vende passagens em Luís Eduardo Magalhães com transbordo em Palmas, para Imperatriz (MA), São Luís (MA), Marabá (PA) e outras cidades do Norte. Existe ainda a empresa Gontijo, que faz linha Salvador (BA) /Palmas (TO), e a Central Bahia, que faz Recife/Palmas, essa linha é do grupo Novo Horizonte¹⁴.

O Estudo da Rede Urbana (2011)¹⁵, desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), fez uma análise da situação regional do Estado da Bahia e apontou a existência de 22 Regiões de Influência (RI) e de seis níveis hierárquicos para as cidades da Bahia (Figura 69). Dos 417 municípios baianos, segundo esse estudo, apenas 43 cidades se destacam com algum nível de centralidade, sendo Salvador classificada como metrópole e confirmada como o centro urbano com maior concentração de funções, o que explica a influência de Salvador sobre o Estado.

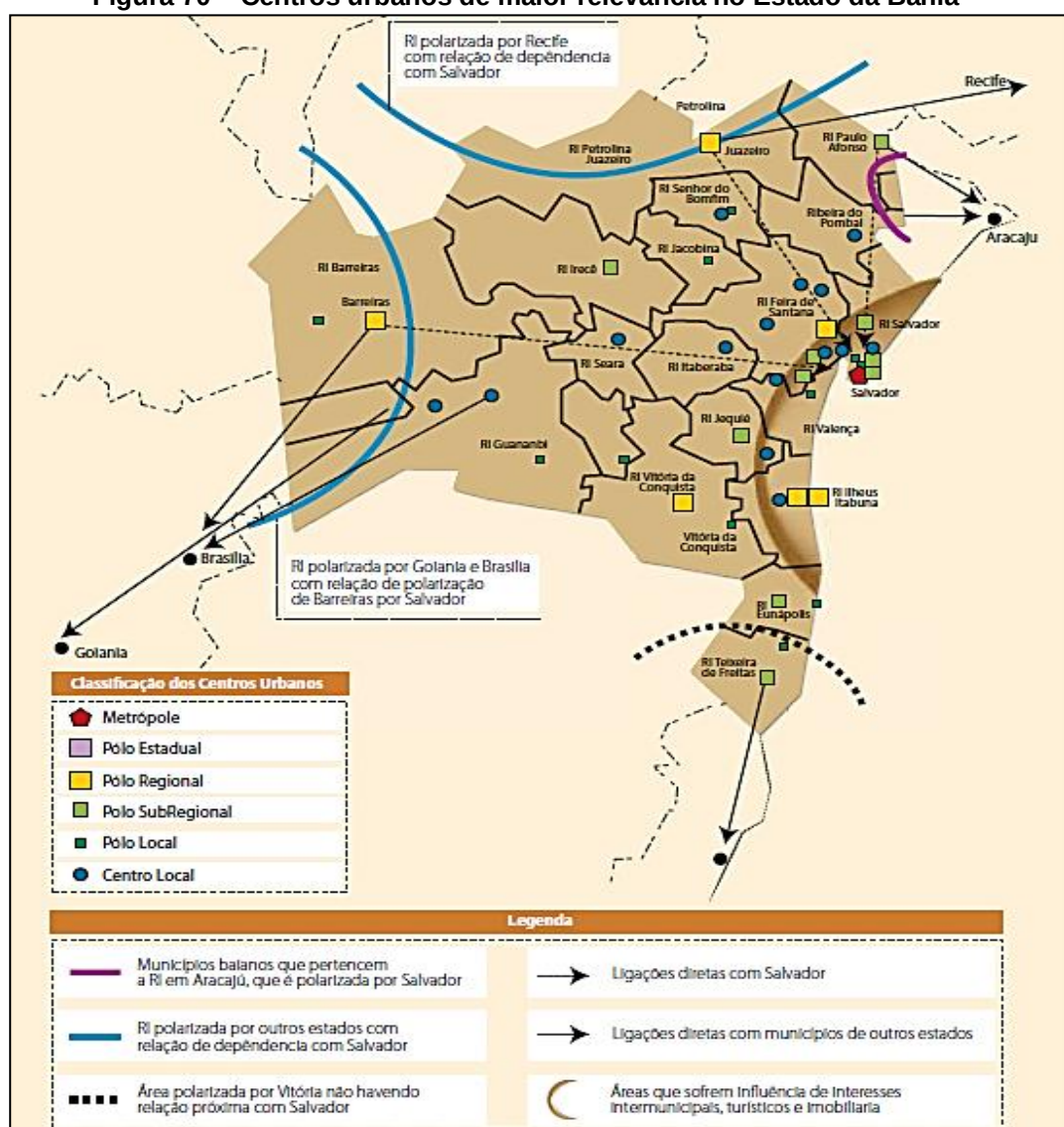
Esse mesmo estudo de rede urbana registrou também quais são os centros urbanos de maior relevância para o Estado e a influência deles, interna e

¹⁴Informações obtidas através de entrevista com um ex-funcionário da Empresa de Transporte Macaubense (EMTRAM) em 14 jul. 2014.

¹⁵BAHIA - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR/ VERTRAG Planejamento Urbano, Estudo da Rede Urbana da Bahia (Relatório Final) de junho de 2011b.

externamente, para outros estados. Na Figura 70, podemos verificar que, além de confirmar Salvador como metrópole, os estudos apontam como polo estadual Feira de Santana, que seria a única área do Estado fora de Salvador com porte de Região Metropolitana. Em uma escala inferior estão as cidades de Vitória da Conquista, Barreiras, Juazeiro, Ilhéus e Itabuna, desempenhando funções de polo regional e sendo apontadas, também, como centros urbanos de maior relevância do Estado, para as quais são necessárias políticas públicas capazes de reforçar o ordenamento do crescimento urbano, fortalecendo sua integração à rede urbana da Bahia.

Figura 70 – Centros urbanos de maior relevância no Estado da Bahia



Fonte: Estudo Da Rede Urbana do Estado da Bahia. SEDUR, 2011¹⁶.

¹⁶Disponível

<http://www.bahiagas.com.br/download/gerco/Livro_Regiao_Metropolitana_Sul_da_Bahia.pdf>.
Acesso em: 18 maio 2015.

em:

Ainda em relação ao estudo da Sedur, Barreiras aparece na hierarquia mais uma vez como polo regional. Luís Eduardo Magalhães aparece como polo local, demonstrando assim o crescimento que teve nos últimos anos. A figura 69 reafirma a polarização da Região de Influência (RI) de Barreiras por parte de Goiânia e Brasília, possuindo ligações diretas (conforme realça a legenda da imagem) com outros municípios e também com sua metrópole Salvador. Essa atração que Barreiras exerce ocorre em função da centralidade que a cidade desempenha sobre a região no processo de distribuição de bens e serviços. Passa-se, então, de uma centralidade principal, muitas vezes única, àquela mais local, de âmbito regionalizador e marca da estrutura interna das cidades há algumas décadas para uma centralidade múltipla e complexa (SPOSITO, 2001).

A investigação da organização espacial de Barreiras nos mostrou uma zona de influência imediata e, de certo modo, antiga, que abrange, como vimos, o Oeste Baiano e se prolonga pelos estados do Tocantins, Goiás, Maranhão e Piauí. Como ressalta o Diretor Executivo da Associação de Produtores de Sementes da Bahia (APROSEM), “Barreiras é centro comercial do seu raio de influência”. Barreiras aparece, nesse contexto, como um centro intermediário no fornecimento de bens e serviços e na dinamização de economias regionais. Mas essa cidade está também intensamente ligada por laços econômicos às cidades globais, uma vez que a soja é uma das mais importantes *commodities* do mercado internacional, tendo seu preço definido em bolsas de valores internacionais, como as de Chicago, Nova York e Pequim.

Como asseverado por George (1983, p. 229), “ainda que a formação de uma lógica reticular se dê a partir da existência de relações funcionais de dominação e subordinação entre as cidades, as “relações de caráter complementar também não são excluídas”. O Oeste Baiano reúne um conjunto de cidades que guardam uma importante interdependência.

Como afirma Corrêa (2006, p. 93), “a rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. Esse sistema representa a coordenação de uma rede hierarquicamente integrada de atividades econômicas e sociais desenvolvidas nos centros urbanos distribuídos em um determinado território. O Oeste Baiano é, portanto, um espaço funcionalmente integrado e delimitado pelo conjunto de suas relações hierárquicas e complementares.

Qualquer rede urbana tem entre os seus atributos necessários alguma integração interna e externa que, em razão da desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, vai se traduzir, segundo as diversas redes urbanas, em tipos e intensidades distintos (CORRÊA, 2006, p. 101).

Nesse contexto, Barreiras é entendida, por nós, como uma localidade centro de sua região, por isso essa cidade não pode ser vista isoladamente, mas sim levando-se em consideração as características e as relações espaciais dela com os diferentes sistemas urbano-regionais. A cidade de Barreiras, sem dúvida, é a mais importante de sua região exercendo necessariamente centralidade sobre as demais. Dela derivou-se Luís Eduardo Magalhães, que em alguns aspectos concorre com sua cidade-mãe.

Para compreender as dinâmicas socioespaciais das áreas de expansão do agronegócio, nos parece inevitável uma análise dos processos econômicos partindo da cidade, assim como a apreensão do fato urbano sob o olhar econômico. Camagni (2005) nos oferece uma visão esclarecedora da cidade a partir da economia e participa da ideia de que a Economia urbana tem o privilégio de analisar o processo econômico em movimento em seu espaço de referência, o espaço urbano. Concordamos com a análise desse autor quando ele considera a cidade enquanto categoria econômico-espacial.

Nessa mesma linha de raciocínio, Pereira Júnior (2005) acredita que o modelo de crescimento econômico instituído em um determinado lugar determina mudanças desde a atração de população ávida por emprego até a redefinição da paisagem e da vida social urbana. Esse autor adverte que “práticas econômicas não podem ser pensadas como estruturas isoladas das relações sociais” (PEREIRA JÚNIOR, 2005, p. 144).

As considerações desses dois autores nos ajudam a constatar que os processos econômicos ocorridos no Oeste Baiano, desde os anos de 1980, e associados ao agronegócio, têm alterado as formas e funções do espaço urbano nessa região, afinal os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços sediados nas cidades facilitam a gestão do campo como uma empresa, que pode ser comandada da cidade (SANTOS, 2010).

Perante essa constatação, no item seguinte apresentaremos elementos para compreendermos a economia urbana de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, as duas principais cidades do Oeste Baiano.

5.3 A ECONOMIA URBANA DE BARREIRASE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

A localização estratégica da cidade de Barreiras facilita o escoamento e a comercialização tanto para exportação como para o abastecimento dos mercados consumidores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Barreiras é o principal eixo das vias de transporte que interligam os municípios do Oeste Baiano às diversas capitais e estados do país. O município também concentra os estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços da região, o que o torna uma área polarizadora não apenas para todo o Oeste Baiano, mas estendendo também sua influência sobre áreas do Centro-Leste do Tocantins, Sul do Piauí e Leste do Goiás.

Figura 71 – Lojas no Centro de Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

O território que concentra funções comerciais em Barreiras acompanha o trecho da própria BR-242, que tem as margens tomadas por diversos tipos de estabelecimentos, desde a entrada da cidade até o encontro com a BR-020. Nessa concentração encontramos estabelecimentos que atendem tanto às necessidades locais e regionais da população em geral, com equipamentos urbanos como farmácias, supermercados, lojas de eletrodomésticos, quanto à demanda por insumos e produtos agrícolas.

Em Barreiras podemos encontrar um comércio movimentado, que destaca supermercados, inúmeras boutiques de roupas, lojas de eletrodomésticos, perfumarias, concessionárias de veículos, entre outros, com maior opção e variedade de produtos no atacado e no varejo. Além disso, na cidade estão presentes grandes redes nacionais de lojas, como Americanas, Atacadão, Magazine Luiza, Armazéns Paraíba e regionais como a Loja Insinuante, entre outras. Entre os estabelecimentos comerciais também têm destaque as concessionárias de automóveis como a Renault e a Ford.

Figura 72 – Concessionárias automobilísticas. Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Além dos estabelecimentos comerciais que integram o “circuito superior” (SANTOS, 2008) da economia de Barreiras, a cidade ainda possui importantes espaços comerciais onde se realiza o “circuito inferior”¹⁷. Exemplo é o Centro de Abastecimento de Barreiras, mais conhecido como “Feira de Barreiras”, que reúne 360 boxes. No pavilhão I da feira são encontrados alguns restaurantes, pequenas lanchonetes, bancas de importados e confecções, hortifrúti – o qual na maioria das vezes acaba fornecendo verduras para os feirantes do mercado livre –, produtos

¹⁷ Em sua obra de 1979, *O Espaço Dividido*, Milton Santos propõe a análise do espaço, sobretudo em países subdesenvolvidos, a partir de dois circuitos da economia: circuito superior e circuito inferior, visando compreender a dinâmica socioeconômica urbana desses espaços. Para Santos (2008, p. 38), “um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a ela ligadas”.

caseiros, como doces de maracujá do mato, buriti, leite, bolachas de polvilho, queijo, requeijão, dentre outros. No pavilhão II, estão açougues, comércio de condimentos e também alguns hortifrúteis varejistas. Já o pavilhão III é ocupado pelo comércio atacadista e varejista de grãos e cereais em geral.

A maioria dos produtos encontrados no mercado e na feira livre de Barreiras é obtida a partir da própria produção dos feirantes. Há algumas exceções, como quando os hortifrúteis do pavilhão I fornecem para os próprios feirantes, ou ainda alguns caminhões que vêm de diversas partes, tais como Brasília, Ceará e Projeto de Irrigação Barreira Norte (este da própria região). Diferente do que ocorre no pavilhão I, na parte de confecções os produtos vêm dos estados de Pernambuco, Goiás, Minas Gerais (Nova Serrana), São Paulo, Rio Grande do Norte. Essas mercadorias chegam tanto por meio de representantes, como através de viagens feitas pelos próprios feirantes¹⁸.

Figura 73 – Centro de Abastecimento de Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2014.

A atividade industrial de Barreiras também conta com diversas indústrias de pequeno e médio porte, como metalúrgicas, beneficiadoras de arroz, milho e algodão, torrefações de café e outras modalidades industriais. Possui ainda um Distrito Industrial, próximo à sede do município, onde algumas empresas estão em

¹⁸Fonte: Trabalhos de campo realizados nos meses de novembro de 2012, maio de 2013 e fevereiro de 2014.

atividade e/ou em fase de instalação. Barreiras possui uma população ocupada total de 28.275 pessoas (IBGE Cidades, 2012).

Devido à sua localização estratégica, Barreiras atrai milhares de pessoas das regiões circunvizinhas e até de outros estados, dentre essas estão estudantes que vêm para essa cidade com a finalidade de estudar em uma de suas IEs – Instituições de Ensino Superior –, pois, como vimos no capítulo anterior, Barreiras sedia importantes centros de ensino superior. Outro vetor de atração são os serviços de Saúde. Nos resultados intermediários da REGIC 2007, Barreiras aparece sempre na ordem de deslocamentos para cursos superiores, serviços de Saúde e aeroportos.

O Hospital do Oeste, chamado popularmente de “HO”, situado em Barreiras, atende, além dos municípios vizinhos, pacientes de várias partes do Piauí, como Corrente, Gilbués, Cristalândia, Júlio Borges, Riacho Frio, Parnaguá, São Gonçalo, Bom Jesus, etc., assim como pacientes em trânsito para São Paulo, Goiás, Salvador, Brasília, Feira de Santana, Goiânia, Tocantins. O HO é referência regional na área de Neurologia e Ortopedia¹⁹.

Figura 74 – Hospital do Oeste. Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2014.

Embora Barreiras ainda seja a cidade mais importante do Oeste Baiano em termos de economia urbana, possuindo a maior concentração de população e de

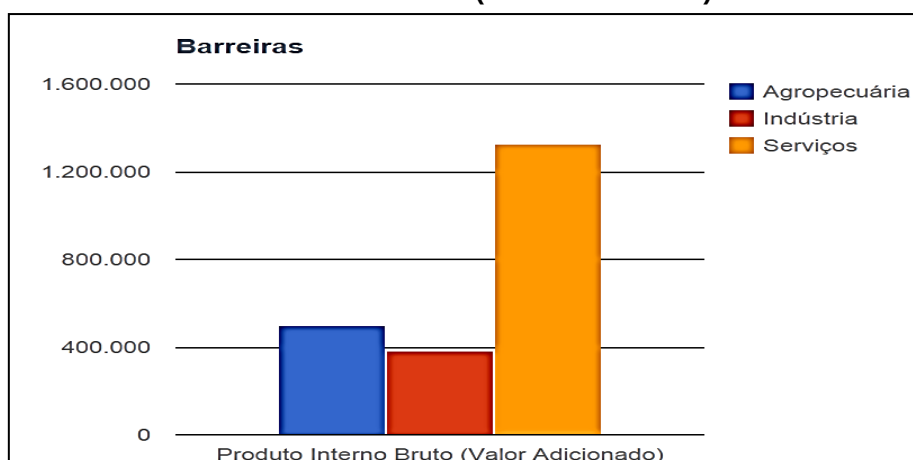
¹⁹ Informações obtidas através de entrevista realizada com Assistentes Sociais do Hospital do Oeste em 14 de novembro de 2012.

empresas da sua região e com porte de cidade média, Alves (2006) nos chama atenção para um processo de inversão de papéis na centralidade econômica histórica dessa macrorregião (agora sob o comando do agronegócio), no qual essa cidade passa a perder receitas para Luís Eduardo Magalhães, embora ainda no âmbito mais do agronegócio.

É importante ressaltar que Barreiras ainda continua exercendo uma polarização regional, com forte influência política e econômica na região, devido a grande e variada ofertada de bens e serviços que vão além das necessidades agroindustriais. Sendo assim, as evidências de perda de poder e mudança de centralidade regional são restritas ao setor do agronegócio, perante o dinamismo apresentado por Luís Eduardo Magalhães nos últimos anos.

Como podemos visualizar no gráfico seguinte, o setor diretamente responsável pelo PIB de Barreiras é o de Serviços (e aqui se inclui o comércio), seguido da Agropecuária e da Indústria. Barreiras é conhecida popularmente como “o centro comercial, industrial e agroindustrial, bem como cultural e político da região” (COSTA; MONDARDO, 2013, p. 1377). Entretanto, quando passamos aos números, vemos que a notoriedade dessa cidade vem, sobretudo, do setor terciário. Barreiras incrementa uma economia cada vez menos dependente do setor primário. Dados da Junta Comercial da Bahia, para o ano de 2010, apontam a existência de 324 empresas de comércio varejista e 34 atacadistas em Barreiras, assim como 267 estabelecimentos prestadores de serviços.

Gráfico 2 – Produto Interno Bruto (Valor Adicionado) de Barreiras/BA



Fonte: IBGE Cidades, 2010.

A partir dos anos de 1970, quando Barreiras passou a receber incentivos federais para expansão da agricultura, particularmente voltados ao cultivo de grãos, essa porção do estado passou a ampliar sua capacidade produtiva e a assumir novos papéis na dinâmica regional. É válido ressaltar que nesse território estão os principais agentes do agronegócio baiano. Com o passar do tempo, outros municípios colocaram-se em condições de também desenvolver essa atividade. Em 2010 São Desidério, Barreiras, Correntina e Luís Eduardo Magalhães, agrupados, correspondiam a 73,3% da produção agrícola estadual (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010).

Barreiras se tornou o maior polo urbano do oeste da Bahia. Esta situação foi facilitada por conta de ser objeto de interesses externos e incentivos públicos federais desde os anos 1970. Isto resultou na atração de um grande fluxo de migrantes, principalmente, do Sul brasileiro e, em menor escala, de outras partes do estado e do país. A centralização da produção, industrialização e comercialização de grãos, além das tecnologias e estruturas produtivas modernas, o transformaram num centro urbano de destaque, com capacidade de responder a demandas regionais, causa e consequência do avanço acelerado de sua população (DIAS; ARAÚJO, 2011, p. 218).

No entanto, a tão destacada “modernização” em Barreiras ficou concentrada no campo moderno, com os maquinários, as técnicas de plantio, as sementes de máxima produção e resistentes a pragas e doenças, uma espécie de empreitada bem-sucedida, laborada por uma política governamental aliada à reprodução do capitalismo no campo brasileiro. Do mesmo modo, esse crescimento concentrou-se também em algumas parcelas do espaço urbano e com acesso de uma minoria privilegiada.

Destaca-se que, desde o processo de emancipação de Luís Eduardo Magalhães, Barreiras tem diminuído a concentração de papéis na área da agropecuária e intensificado no setor de Comércio e Serviços. Talvez uma das explicações para isso possa ser o fato de que, enquanto a capacidade de armazenagem de grãos é dividida entre três municípios – Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Barreiras –, as exportações agrícolas da região são realizadas de forma concentrada pelos escritórios localizados na primeira cidade, gerando estatísticas positivas para ela.

A presença da Bunge em Luís Eduardo Magalhães também faz toda a diferença, uma vez que essa empresa compra e exporta uma parcela significativa da produção regional de grãos, tendo exportado sozinha mais de U\$S 100 milhões em 2007 (MDIC/SECEX). A Bunge também é a maior processadora de grãos da região, o que alavanca os dados estatísticos da indústria em Luís Eduardo Magalhães. De fato, há um diferencial importante na produção do espaço urbano de Luís Eduardo Magalhães, pois, como ressalta Elias (2006a, p. 65), “se algumas cidades se adaptam ao agronegócio, acreditamos que Luís Eduardo Magalhães nasce do agronegócio”.

Mimoso do Oeste, povoado surgido em 1984²⁰, que antecede a atual cidade de Luís Eduardo Magalhães, nasceu de uma iniciativa totalmente privada, realizada por um empresário, o Sr. Arnaldo Horácio Ferreira, com experiência no desenvolvimento de cidades em regiões de expansão agrícola. Em 1979, esse goiano comprou as terras da Fazenda Mimoso (196 mil hectares), que eram do gaúcho Florentino Coppette, distantes 90 km de Barreiras, da saída para o atual estado de Tocantins até as imediações do aeroporto de Barreiras. Em 1980, o empreendedor goiano comprou mais 469 hectares de terras do baiano Carlos Borges no entroncamento das BRs – 242/020 onde construiu, em 1981, o Posto Mimoso²¹ (inaugurado em 1982), uma oficina mecânica, um hotel e um motor a diesel. Foi ao redor desses equipamentos e serviços que o empresário organizou o loteamento embrionário do município de Luís Eduardo Magalhães²².

Em 1981, o Sr. Arnaldo Horácio Ferreira registrou a Colonizadora e Administradora do Vale do Rio Grande (CARIG) na Junta Comercial da Bahia, a primeira empresa a se instalar em Mimoso do Oeste e que criou o Loteamento Rancho Grande²³ em 1984, que compreendia uma área de 5.450.000 m², com perímetro urbano de aproximadamente 3.500.000 m², com 3.716 lotes, destinados a

²⁰O povoado só ganhou o título de Distrito em 1997, através do projeto de Lei Nº 034 de 08 de outubro.

²¹Nos anos 1992/93 esse posto de derivados de petróleo se tornou destaque nacional, ficando em primeiro lugar nas vendas de óleo diesel, com mais de 32 milhões de litros/ano, chegando a vender, em setembro de 1994, a quantidade de 3.771.000 litros. (O Posto Mimoso. **Jornal Novoeste**. Ano 305, 20 a 30 abr 2000, p.16).

²²Informações obtidas no livro: JUNGES, Maria Dânia. **Luís Eduardo Magalhães: o município e a saga dos pioneiros**. Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães. Luís Eduardo Magalhães – BA, 2004.

²³Mesmo com o nome oficial de *Loteamento Rancho Grande*, o povoado era mais conhecido como Posto Mimoso. Em 1986 muda oficialmente seu nome para *Mimoso do Oeste* e em 1998 o Distrito muda o nome para *Luís Eduardo Magalhães*.

fins comercial e residencial, além da área de exploração agrícola. Os primeiros lotes vendidos destinaram-se ao cultivo, o baixo preço das terras na região constituiu enorme atrativo, incentivando assim a migração.

A maior parte dos agricultores vindos de fora se associou à cooperativa Cotia. Decisiva para desencadear o processo de valorização dos lotes foi a doação de extensa área (300 hectares) feita pela Prefeitura de Barreiras a essa cooperativa, que se instalou em 1983, trazendo consigo um complexo de serviços técnicos, armazenamento e beneficiamento para seus cooperados que ocupavam áreas no entorno de Mimoso. A instalação da Cotia trouxe um grande impulso para a consolidação desse aglomerado urbano. No final de 1987, 2.200 lotes já tinham sido vendidos, sendo a maior parte às empresas, ainda que a maioria ainda não estivesse ocupada. Ainda no mesmo ano projetou-se a ampliação do loteamento para o outro lado da estrada, próximo ao rio, com o objetivo de atrair produtores agrícolas para ali residirem.

Mimoso do Oeste, o povoado do Oeste Baiano que mais cresceu mantendo desde o princípio relativa autonomia em relação a Barreiras, se emancipa nos anos 2000 virando Luís Eduardo Magalhães, homenagem ao Deputado Federal baiano morto em 1998. Dentre outros condicionantes dessa emancipação, Haesbaert (1996) identifica como os principais: a localização no entroncamento para as cidades de Salvador, Brasília e Palmas (que tornava mais atrativo sob o ponto de vista da lucratividade dos grupos econômicos); a distância de cerca de 100 km de Barreiras; a rápida expansão demográfica e econômica do povoado e a rivalidade entre as populações das duas localidades com identidades étnico-culturais diferenciadas – a de Mimoso, de maioria sulista – e a de Barreiras – predominantemente nordestina.

Concordamos com Elias (2006a, p. 66) que o desmembramento de Luís Eduardo Magalhães, a cerca de 1000 km de Salvador, já é “resultado da luta política desencadeada pelos (especialmente gaúchos) que se associam ao sistema agroindustrial da soja e buscam consolidar o próprio território, independente de outras forças conservadoras locais”. Não é, pois, por acaso, que a elite empresarial e política “gaúcha”²⁴ esteve sempre à frente do processo de emancipação de Luís

²⁴ Mesmo se referindo aos gaúchos, existiam entre os pioneiros paranaenses, catarinenses, paulistas e goianos.

Eduardo Magalhães, desde o movimento para de povoado se tornar Distrito e depois município. Uma nítida estratégia dos capitais agrário e agroindustrial de criar um espaço específico de controle e representação do seu poder.

Com a emancipação, o controle econômico por parte de uma elite agrária passou também a ser político. Dessa forma o novo município conseguiu aliar as políticas públicas aos interesses do agronegócio de forma mais consistente. Na opinião de Haesbaert (1996, p. 280)

À escala municipal, considerando a imensa área da maioria dos municípios na região do oeste baiano, a luta pela emancipação de Mimoso do Oeste, principal núcleo urbano surgido a partir da modernização agrícola trazida notadamente pelos sulistas, é o melhor exemplo de como o recorte identitário entre baianos e “gaúchos” permeia as relações sociais e os conflitos em curso na região, projetando-se e fortalecendo-se através do espaço.

Para Queiroz (2012), a menor presença de rugosidades, isto é, de objetos técnicos de diferentes tempos, explica a melhor difusão e reprodução do capital agroindustrial em Luís Eduardo Magalhães, diferentemente de Barreiras, que apresenta grande presença de objetos técnicos e sociais referentes a modos de produção anteriores ao atual. Não possuindo, portanto, infraestruturas de monta nem outros investimentos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações, Luís Eduardo Magalhães, na época apenas uma localidade, pôde, assim, receber um sistema de objetos novos totalmente a serviço de uma economia moderna, de modo que o novo vai se dar, aí, com maior velocidade e rentabilidade.

Luís Eduardo Magalhães é, pois, um dos “lugares de reserva” (SANTOS, 2005) recentemente tomado pelas grandes empresas associadas às redes agroindustriais hegemônicas dos grãos. O seu desenvolvimento recente e acelerado pode ser reconhecido nos apontamentos de Elias (2006a, p.68)

Um visitante desavisado vai se surpreender ao chegar à cidade e se deparar com as grandes lojas de tratores, colheitadeiras, insumos químicos, etc., que se perfilam pela entrada principal de Luís Eduardo Magalhães. O espanto continua quando, logo em seguida, o visitante se depara com as plantas industriais da Bunge, com seus portentosos silos, dentro do perímetro urbano principal da cidade, junto à área residencial.

Hoje Luís Eduardo Magalhães é uma das mais importantes cidades do Oeste Baiano, apesar de considerarmos que o principal centro urbano dessa região ainda seja a cidade de Barreiras. Luís Eduardo Magalhães passou da 15ª para a 4ª posição, dentre os 417 municípios da Bahia, na apuração do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)²⁵, no período de 2007 a 2010. De todos os setores econômicos, o agronegócio é sem dúvida o mais importante para a economia do município, principalmente no que diz respeito ao beneficiamento de grãos (soja, milho, algodão e café).

É importante destacar que a sede do município de Luís Eduardo Magalhães não é exatamente a área dessa importante produção agrícola. Ela está mais ao extremo oeste, principalmente no entorno das comunidades rurais de Bela Vista, Novo Paraná, Alto Horizonte, Balsas e Placas (esta última dentro do território de Barreiras). A cidade abriga um parque agroindustrial, que gera forte demanda por mão de obra qualificada; empresas que vendem produtos e prestam serviços técnicos voltados ao setor agrícola; além de sediar centros de pesquisa mantidos por organizações associativistas do agronegócio. E é principalmente essa economia urbana voltada para a agropecuária que justifica sua condição de “cidade do agronegócio”.

Figura 75 – Imagem aérea da cidade de Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Website da Prefeitura de Barreiras²⁶.

²⁵O IFDM – Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde. Fonte: Portal do Sistema Firjan: <<http://www.firjan.org.br/ifdm/>>. Acesso em: 14 maio 2015.

²⁶Disponível em: <<http://luiseduardomagalhaes.ba.gov.br/app/>>. Acesso em: 23 maio 2015.

De acordo com a Associação Comercial e Empresarial de Luís Eduardo Magalhães (ACELEM)²⁷, em 2001 existiam 963 empresas registradas na cidade, e em 2010 já existiam 5.950 unidades. Ainda de acordo com essa instituição, Luís Eduardo Magalhães está entre os 10 municípios de maior arrecadação de ICMS da Bahia. Conforme Tabela 17, esse município supera, no ano de 2006, a arrecadação do município de Barreiras – que até então se mantinha à frente com uma diferença superior de R\$ 4 bilhões – e se mantém superior até o ano de 2010.

Tabela 17 – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS (em R\$1000) de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, 2002-2010

Municípios	Anos				
	2002	2004	2006	2008	2010
Barreiras	19660711,4	21600772,62	24344369,86	28025809,84	32718647,42
Luís Eduardo Magalhães	10586603,7	17789336,64	28680498,62	29496096,29	38564671,48

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2010. Org.: Camila Dutra.

Em relação ao PIB, os dois municípios apresentam um crescimento significativo no período que abrange de 2002 a 2008 (Tabela 18), porém Barreiras possui os maiores valores até o ano de 2008, quando o PIB de Luís Eduardo Magalhães se aproxima muito do de Barreiras, chegando a uma diferença de aproximadamente R\$ 58 milhões. O valor do PIB per capita de Luís Eduardo Magalhães, que em 2008 foi de R\$ 31.442, rendeu ao município o 36º lugar no ranking nacional e o terceiro lugar no ranking baiano. De fato, o PIB per capita em Luís Eduardo Magalhães supera até mesmo o de Barreiras, revelando que a média, por pessoa, da riqueza produzida naquele município é muito superior à produzida neste, entretanto nem de longe isso significa distribuição igualitária de renda.

Tabela 18 – Produto Interno Bruto Total e Produto Interno Bruto Per Capita (em R\$ Milhões) de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, 2002-2008

Municípios	2002		2004		2006		2008	
	PIB Total	PIB per capita	PIB Total	PIB per capita	PIB Total	PIB per capita	PIB Total	PIB per capita
Barreiras	763	6219	1227	9398	1182	8563	1597,11	11774
LEM	547	27112	997	46471	850	37440	1538,97	31422

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2010. Org.: Camila Dutra.

²⁷Entrevista realizada com o presidente da ACELEM em 29 out. 2012.

Desse modo, mesmo possuindo uma população significativamente menor que Barreiras, Luís Eduardo Magalhães possui atualmente um crescimento populacional maior e se desenvolve economicamente de forma muito mais dinâmica que o município historicamente centralizador na região, isto é, Barreiras. De acordo com o fiscal de renda do Setor de Capacitação de Recursos da Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães, em 2012 existiam 7.927 empresas cadastradas com CNPJ na Receita Federal desse município, sendo que de duas a três empresas são abertas por dia na Prefeitura Municipal²⁸.

Ainda conforme o entrevistado acima, o setor agroindustrial é o que gera maior arrecadação de ICMS em Luís Eduardo Magalhães, estando a Bunge, Galvani, Mauricéia, Agrosul, Cargill como as cinco empresas mais representativas desse imposto no município. As *tradings* Louis Dreyfus & Amaggi, Nova Agri, Noble, etc., não constam nessa arrecadação, pois as elas não possuem fábricas nessa cidade, apenas unidades de recebimento, somente comprando e vendendo grãos, não fazendo o processamento, o que gera imposto de exportação e não ICMS. Conforme Ilario (2011), a forma de urbanização realizada em Luís Eduardo Magalhães apresenta uma urbanização especializada, diretamente relacionada ao agronegócio. “O crescimento do município foi diretamente proporcional ao aumento da produção de *commodities* nos Cerrados” (ILARIO, 2011, p 44).

As agroindustriais têm grande destaque no parque industrial da cidade, sobretudo na fabricação de rações que atendem ao gado confinado e à avicultura das capitais nordestinas. Um dos segmentos empresariais mais novos é o da indústria de sementes, de adubos e de fertilizantes, que vem crescendo nos últimos anos. O setor de frete também é muito dinâmico na cidade, chega a circular 600 mil caminhões por ano. Há deslocamentos diários de veículos de carga de grãos em caminhões que partem de Luís Eduardo Magalhães com destino a outras nucleações urbanas, entre as quais Barreiras. Somente a Bunge movimenta 300 caminhões/dia transportando grãos, sobretudo soja, no período da safra²⁹.

Além da sua proeminência já conhecida por nós em relação ao consumo produtivo agrícola, têm surgido novos empreendimentos comerciais em Luís Eduardo Magalhães que visam atender à população local e regional. Assim, o

²⁸Entrevista realizada na Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães em 05 nov. 2012.

²⁹As informações sobre a circulação de caminhões foram repassadas pelo gerente da transportadora 1500 Transportes. Entrevista realizada em Luís Eduardo Magalhães no dia 14 jul. 2013.

comércio varejista de Luís Eduardo Magalhães gradativamente vem assumindo importante papel local e regional. E, apesar de ainda estar construindo sua infraestrutura, diga-se de passagem, num ritmo incomparável a outras cidades do interior do Brasil, os estabelecimentos do comércio já atendem a uma demanda bastante considerável.

Enquanto em 2001 a participação do setor terciário no PIB local era de 43,52%, em 2009 já alcançava 59,20% (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010). Dados da Junta Comercial da Bahia para o ano de 2010 apontam a existência de 238 empresas de comércio varejista e 36 atacadistas em Luís Eduardo Magalhães, assim como 294 estabelecimentos prestadores de serviços.

O setor comercial dessa cidade é diversificado com lojas de confecções, calçados, automóveis, etc. Existem as lojas de departamento como as Americanas e a Novo Mundo, filiais da rede de *fast-foods* como Subway e Tuka's Burger. Muitas lojas de Barreiras possuem filiais em Luís Eduardo Magalhães. Empreendedores de Palmas, Brasília, Goiânia e Salvador também tendem a ver essa cidade como oportunidade de negócios. Ao mesmo tempo Luís Eduardo Magalhães se relaciona com essas cidades para acesso aos serviços de Saúde, compra de matéria-prima e combustível. O crescimento da economia urbana de Luís Eduardo Magalhães, voltada ao consumo consultivo, traz indícios, ainda que introvertidos, de uma nova dinâmica de mobilidade direcionada de Barreiras em direção a Luís Eduardo Magalhães³⁰.

O comércio local apresenta distribuição bem segregada de seus equipamentos, ficando as lojas, supermercados e outras casas mais sofisticadas concentradas ao norte da BR-020, respeitando a ditadura da linha reta que ordena a cidade. Ao sul da referida rodovia, subdividas em zonas bem definidas, temos bairros que reúnem funções residenciais e comerciais para uma população de classe baixa e média alta. Para dar suporte à atividade agrícola, a economia urbana

³⁰ Seria preciso mais elementos para analisar tal afirmação, mas, a título apenas de ilustração, estudo da consultoria Urban Systems realizado entre os anos de 2009 e 2010, sob encomenda da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, aponta que essa cidade ultrapassará Barreiras entre 2018 e 2020, tornando-se, conseqüentemente, a principal cidade do Oeste Baiano. Apesar de essas projeções serem baseadas em cenários ideais que não acompanham possíveis mudanças no cenário econômico, político e social da região, as projeções positivas refletem o dinamismo econômico dessa cidade.

de Luís Eduardo Magalhães tem investido em empreendimentos associados ao transporte, manutenção de máquinas, mecanização agrícola, preparo de solo, enfim, em uma gama de serviços relacionados ao agronegócio.

Figura 76 – Centro comercial de Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Outro tipo de investimento que tem crescido muito na região é aquele direcionado ao do mercado de terras, tanto voltado para o interesse agrícola quanto urbano. O mercado de terras, por sua vez, reflete o desempenho da produção agrícola na região. A chegada (ou especulação) de muitos investimentos estrangeiros, em função do atual cenário do agronegócio, fez com que os vendedores de fazendas da região aumentassem progressivamente o valor das terras. Em 2011 os preços das terras de cultivo tiveram alta de aproximadamente 20% em relação ao ano anterior³¹. Os imóveis rurais são o carro-chefe da Imobiliária Chapadão, por exemplo, presente tanto no Oeste Baiano, quanto nos estados de Tocantins e de Piauí³².

Na região do Coaceral, no município de Formosa do Rio Preto, o preço de mercado de um hectare em área bruta varia de R\$ 2.400 a R\$ 3.200, enquanto o hectare em área já aberta alcança até R\$ 10 mil, especialmente em áreas onde as precipitações pluviométricas são melhores, isto é, onde as áreas já têm muitos anos

³¹Segundo um dos corretores da imobiliária Carig. Entrevista realizada em Luís Eduardo Magalhães no dia 14 jul. 2013.

³²Muitas empresas imobiliárias presentes no Oeste Baiano contam com parcerias de corretores no Piauí, Maranhão e Tocantins, onde existem áreas rurais a preços mais atrativos, por se tratarem de fronteiras agrícolas mais recentes.

de cultivos. Os preços das terras são frequentemente contabilizados em sacas de soja. Os valores mais comercializados por hectare são na faixa de 80 sacas de soja para áreas brutas e 200 a 350 sacas para áreas abertas³³.

É necessário destacar que a compra de terras no Oeste Baiano, muitas vezes, está mais associada ao ato de auferir renda da terra do que à função social da terra que é a de produzir alimentos. Pois como destaca Tomiasi, “a fronteira agrícola avança para garantir a terra como patrimônio e recurso, e não necessariamente para criar gado e plantar soja, num movimento de valorização do capital rentista” (Informação verbal)³⁴.

Em uma pesquisa realizada no site da Imobiliária Chapadão, de Luís Eduardo Magalhães³⁵, foi possível encontrar propriedades rurais à venda com preços variando entre R\$ 4 e R\$ 36 milhões. A fazenda encontrada no valor de R\$ 36 milhões se encontrava, não por acaso, em Roda Velha (São Desidério – BA), uma das áreas de maior investimento agrícola da Bahia. Para o caso dessa propriedade, um hectare custava mais de R\$ 3.500, e isso porque a maior parte da área dessa fazenda ainda é bruta (não desmatada), do contrário, o valor poderia ser ainda muito superior³⁶. Em 2008 o valor de um hectare preparado (terra não bruta, desmatada) em Luís Eduardo Magalhães custava em torno de R\$ 8.400,00, enquanto em Baianópolis, município vizinho à Barreiras, também produtor de soja (mas não muito expressivo), um hectare custava em torno de R\$ 1.500 (BERNARDES, 2009)³⁷.

³³ Informações obtidas através de entrevista realizada com fazendeiro do Coaceral em 18 fev. 2014.

³⁴ Fala da professora Eliane Paulino Tomiasi na mesa-redonda “Expansão da fronteira agrícola, agronegócio e resistências no campo” realizada durante o XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária, em Natal (RN), em 11 nov. 2014.

³⁵ Fonte: site da Imobiliária Chapadão: <www.imobiliariachapadao.com.br/public/search?goalId=2&rhg=2&tipo=5&faixa_valor=0-0&ref-mask=Busque+por+Ref&ref=>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

³⁶ Somente em nível de comparação com outras áreas do agronegócio, nos chapadões piauienses, região que dispõe das terras agrícolas mais baratas do Brasil, mesmo com alta de 116%, um hectare vale em média R\$ 4,2 mil. A cotação chega à média de R\$ 6,2 mil nas fazendas maranhenses, após avanço de 135% desde 2010. Com as regiões agrícolas mais caras, Paraná, São Paulo e Santa Catarina trabalham com médias de R\$ 25 mil, R\$ 21 mil e R\$ 28 mil por hectare. Uma área em Mato Grosso chega a custar 700 sacas de soja atualmente. Com a saca cotada a R\$ 50, o valor por hectare soma R\$ 35 mil. No sudoeste goiano, região que tenta se estabelecer como a mais produtiva do país, uma área para plantio de soja supera os R\$ 40 mil por hectare. Fonte: HECTARE no Brasil varia de R\$ 4 mil a R\$ 40 mil. **Expedição Safra Gazeta do Povo**. Curitiba, 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/expedicoes/expedicao-safra/2013-2014/hectare-no-brasil-varia-de-r-4-mil-a-r-40-mil-bkpd75bki1aav4g39i8mmisl2>>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

³⁷ Os valores são de 2008, de acordo Bernardes (2009, p 22).

A variação no preço da terra, tanto entre áreas diferentes do mesmo município, quanto entre municípios produtores agrícolas distintos, é resultado da diferenciação na concentração de estruturas de serviços, técnicas e informações, com maior valorização devido à expansão não simultânea do capital agropecuário dentro da região (ALVES, 2006). Essa valorização crescente das terras no Oeste Baiano traz uma realidade totalmente diferente do início dos anos de 1980, conforme relatado por fazendeiros da região, quando “uma diária de hotel pagava um hectare aqui”³⁸.

Terras que custavam 50 a 70 cruzeiros o hectare, passaram a 500, 800 e mais cruzeiros em um período de dois anos. Surgiram propriedades com 20, 50, 100, 150 mil hectares. A compra e venda das terras tornou-se um negócio altamente rentável, sobretudo pela ausência de proprietários documentados, pois predominam aqueles que se enquadram na definição de posseiros, em grande parte trabalhando as terras por sucessivas gerações (BAHIA, 1977, p. 40).

Conforme relato à reportagem do Globo Repórter, que foi ao ar em 13/11/09³⁹, o fazendeiro Walter Horita, um dos fazendeiros pioneiros e um dos maiores produtores da região, conta que em 1984 trocou 400 hectares de soja no Paraná por uma área que hoje chega a 40 mil hectares. O fazendeiro diz na matéria que “naquele tempo, comprar terra era muito barato, em valores atualizados, eu diria que paguei algo em torno de R\$ 50 por hectare. Hoje o hectare vale R\$ 10 mil. São 200 vezes mais”, calculou Walter Horita.

No levantamento que fizemos no site da mesma imobiliária citada anteriormente, para o caso dos imóveis urbanos encontramos lotes com valores variando entre R\$ 30 mil e R\$ 1 milhão. A propriedade que estava sendo vendida por R\$ 1 milhão possuía 675 m² e localizava-se no centro comercial de Luís Eduardo Magalhães, ao lado do Banco do Brasil, o que pode explicar sua alta valorização. Esse fato demonstra a valorização de imóveis urbanos na região.

³⁸Entrevista realizada com o fazendeiro e vice patrão do Centro de Tradições Gaúchas de Luís Eduardo Magalhães, em 29 out. 2012.

³⁹PLANTAÇÕES invadem área de proteção ambiental na Bahia. **Globo Repórter**. Fortaleza, 13 nov. 09. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globoreporter/0,,MUL1378826-16619,00-PLANTACOES+INVADEM+AREA+DE+PROTECAO+AMBIENTAL+NA+BAHIA.html>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

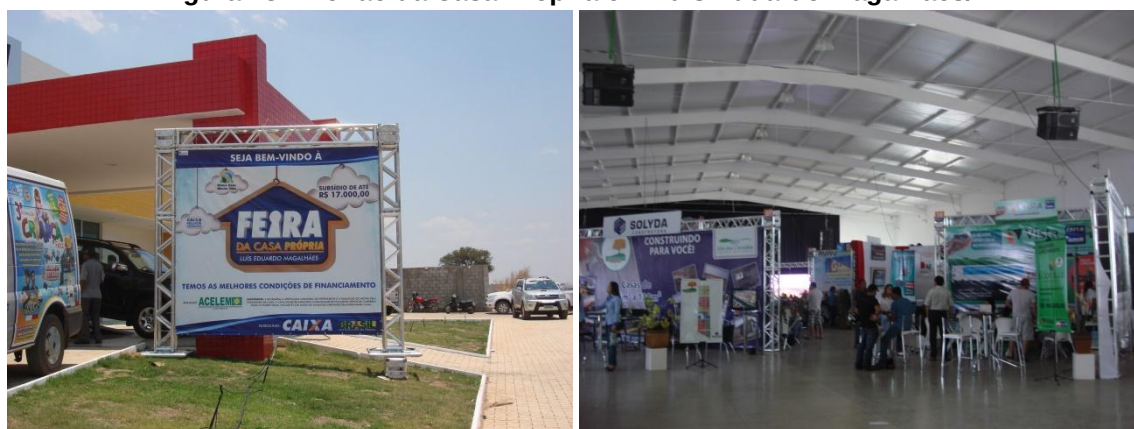
Figura 77 – Outdoor de venda de lotes em Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2013.

A cidade de Luís Eduardo Magalhães está se expandindo com loteamentos em aprovação na Prefeitura Municipal. A rapidez com que essa cidade é loteada (e vendida) é impressionante. A edição de 2013 do Feirão Caixa da Casa Própria⁴⁰, realizado em Luís Eduardo Magalhães, teve sua previsão de vendas suplantada, foram R\$ 6 milhões investidos em consórcios habitacionais, quando se esperava apenas R\$ 2 milhões, o que evidencia o aquecimento do mercado imobiliário nessa cidade. “Devido ao seu avanço vertiginoso, (casas, condomínios em construção) empresta ao visitante a visão de que a cidade é um enorme canteiro de obras” (RIOS FILHO, 2012). São comuns os encartes e propagandas comerciais associados ao mercado de terras urbanas na região, conforme pode ser visto nas imagens seguintes.

Figura 78 – Feirão da Casa Própria em Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

⁴⁰ Esse evento tem como foco a habitação social, são imóveis cobertos pelo programa do Governo Federal Minha casa Minha vida de até R\$ 190mil.

Figura 79 – Publicidades de empreendimentos imobiliários em Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

O valor médio do metro quadrado de terreno residencial na cidade de Luís Eduardo Magalhães é de R\$ 120,00, sendo que no centro da cidade, como vimos, o preço de lotes comerciais é bem mais alto, chegando a R\$ 1.500,00/m². As vendas com melhor faixa de mercado são casas do “Programa Minha Casa, Minha Vida” (do Governo Federal), com valor de até R\$ 100 mil, que utilizam o crédito bancário da Caixa Econômica Federal. Em seguida, vêm os imóveis com valores de até R\$ 280 mil que, além da Caixa, também são financiados pelo Banco do Brasil e HSBC⁴¹. A parceria com os agentes financeiros, como o Banco do Brasil, HSBC, Caixa Econômica Federal, Bradesco e Itaú têm ajudado na conclusão dos negócios imobiliários. Apesar da procura acelerada pelo lote urbano, ainda existe muita área disponível⁴², grande parte pertencente a grupos familiares que dominam a região.

Os diversos eventos ocorridos no Oeste Baiano, durante todas essas décadas, com o principal objetivo de implantar na região uma agricultura científica e mecanizada capaz de atender às exigências do mercado mundial, acabaram por reconfigurar o espaço urbano da região. Rios Filho (2011) destaca, como a principal consequência da reestruturação produtiva do Oeste Baiano, o surgimento de um novo território configurado a partir dos anos de 1980 e que representa bem esse espaço moderno de uma economia dinâmica cada vez mais global: Luís Eduardo Magalhães.

⁴¹Informações extraídas de: MERCADO imobiliário. **Revista Agronews Oeste**. Ano 7, nº 25, Jun. 2011.

⁴²Informação obtida n’O *Feirão Caixa da Casa Própria* (edição de 2012), promovido pela Caixa Econômica Federal, ocorrido em Luís Eduardo Magalhães nos dias 27 e 28 de outubro de 2012.

O que era antes um espaço sem expressão econômica que possuía como principais atividades a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva, com núcleos urbanos pouco povoados, adaptados para atender apenas às necessidades locais de uma população basicamente de sertanejos nativos da região. Tornou-se, em poucas décadas, um espaço de produção essencialmente capitalista, com importantes centros urbanos com a função de garantir a produção de grandes áreas produtoras de grãos, principalmente a soja, produto jamais produzido antes em terras baianas. (RIOS FILHO, 2011, p. 11).

A vinculação da cidade de Luís Eduardo Magalhães ao agronegócio é tão evidente, que em 2006, ano de crise agrícola em todo o país, não ocorreu a 2ª edição da Bahia Farm Show (naquela época ainda denominada Agrishow) por causa dos efeitos da crise, que vinham sendo sentidos desde a edição anterior da feira, fazendo o valor total das negociações ficarem bem abaixo do esperado. A 3ª edição teve um lucro ainda menor do que as anteriores, mostrando que a cidade ainda sentia o impacto da crise. Esse fato nos ajuda a perceber o grau de dependência de Luís Eduardo Magalhães em relação à produção e comercialização agrícola de *commodities*, tornando-se cada vez mais vulnerável a eventos externos ao seu território e à comercialização do produto agrícola no exterior.

O governo local tem uma parcela importante sobre o quadro socioeconômico de Luís Eduardo Magalhães e na indução à difusão do agronegócio, apresentando-se como principal agente, responsável direto pela elaboração e implementação de estratégias de promoção econômica e desenvolvimento socioespacial. Para Villaça (2001), o governo local é o principal agente promotor do espaço urbano, atuando desde intervenções diretas no espaço, perpassando por mediações de conflitos entre os demais agentes. Além disso, suas atuações direcionadas como estratégias para o marketing territorial repercutem de modo indireto sobre a produção do espaço, porque atraem empresas, investimentos e pessoas para a cidade.

As ações do Estado interferem direta e indiretamente na configuração territorial de Luís Eduardo Magalhães. Como exemplo temos as estratégias de desenvolvimento implementadas pela gestão do prefeito Oziel Oliveira (2000-2008), eleito em 2000 e reeleito em 2004, as quais foram direcionadas à promoção econômica do território a partir do agronegócio. Vieira (2007) identificou esse modelo de gestão do município como de padrão empresarial com estratégias de promoção

econômica, objetivando a atração de empresas através do marketing territorial, semelhante ao adotado nos grandes centros urbanos.

A autora citada identifica duas ações como as principais para que a gestão municipal de Luís Eduardo Magalhães alcançasse o seu objetivo. A primeira foi a criação do Centro Industrial do Cerrado (CIC), e a segunda, a criação da Agrishow Luís Eduardo Magalhães (hoje chamada Bahia Farm Show). Vale destacar que foi através desse evento que a cidade ganhou uma nova denominação de “Capital do Agronegócio” e passou a ser reconhecida por diversos países por sua expressão no cenário do agronegócio

Figura 80 – Placa de sinalização na entrada de Luís Eduardo Magalhães/BA. Em destaque slogan: “Bem-vindo a Luís Eduardo Magalhães, a Capital do Agronegócio”



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Figura 81 – Outdoor da Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães/BA. Em destaque slogan: “A cidade que mais cresce no Brasil”



Fonte: Camila Dutra, 2012

No entanto, como alerta Vieira (2007), as estratégias do governo local, direcionadas ao marketing territorial, trouxeram, além da visibilidade econômica, grandes problemas sociais para Luís Eduardo Magalhães. A propaganda feita tem atraído um número crescente de pessoas para essa cidade, na sua maioria nordestina e, sobretudo, baiana, inebriada pelo “Novo Nordeste”, rotulado de “Eldorado” da soja, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Esse crescimento populacional, sem um planejamento urbano eficaz, contribui de certa forma para acentuar (e criar outras) desigualdades sociais na região. Assim, conforme Rios Filho (2011, p.17), “além de atrair empresas e investimentos, esses rótulos de ‘Capital do Agronegócio’ e a ‘cidade que mais cresce no Brasil’ têm atraído também um número significativo de imigrantes pobres para a cidade”. A forte centralidade de Luís Eduardo Magalhães tem contribuído, também, para sua própria fragilidade social.

É possível reconhecer que o fluxo migratório de Luís Eduardo Magalhães já era importante desde que o Município ainda era Distrito, afinal ele cresceu em pleno entroncamento de rodovias, e atualmente esse movimento tem se intensificado. Se compararmos os dados do Censo Demográfico de 2000 com os do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, vemos que se antes da emancipação a taxa de crescimento era de 16,26%, depois a taxa saltou para 22% ao ano.

Nessa composição temos imigrantes provenientes de outros municípios do Estado, de outras macrorregiões do Brasil e de outros países. Na Contagem da População (IBGE, 2007), Luís Eduardo Magalhães apresentou um total 16.314 imigrantes, sendo que 59,15% eram provenientes de outros municípios baianos, 7% de outros estados do Nordeste, 4,9% do Norte (deste total 87% eram de Tocantins), 10% do Centro-Oeste, 10% do Sul e 0,1% de estrangeiros (32 pessoas, sendo 59% de classe média alta). É difícil até falar de “população natural”, quando tratamos de Luís Eduardo Magalhães, pois como se trata de um município de emancipação recente, provavelmente as pessoas que são “naturais” são filhos de imigrantes.

Antes a migração de trabalhadores era motivada pela oportunidade de emprego nas fazendas, já hoje, o maior fator de atração são os empregos urbanos gerados pelas empresas, pois como o processo de mecanização das lavouras enxugou (se não eliminou) mão de obra, as propriedades agrícolas empregam um número ínfimo de trabalhadores e, ainda, de forma sazonal (em alguns períodos

curtos do ano). Segundo nos relatou um fazendeiro da região, “se, nos anos 1980, o que atraíam os ‘forasteiros’ para a região eram as terras baratas e a perspectiva de produzir numa nova fronteira, hoje o que mais atrai é uma agroindústria em desenvolvimento” (informação verbal)⁴³.

É preciso enfatizar que mesmo com o crescente desenvolvimento da economia urbana de Luís Eduardo Magalhães, essa cidade não perdeu seus laços com Barreiras, muito pelo contrário, pois a relação interurbana entre essas duas cidades é intensa e frequente, o que garante dinâmico fluxo de carros, caminhões, ônibus, produtos e pessoas com muita regularidade. Os deslocamentos de caminhões carregando grãos e de ônibus e vans com passageiros são intensos entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Tal mobilidade é verificável pela intensidade do tráfego na BR-242, rodovia que liga as duas cidades. Também os profissionais mais qualificados fazem esse fluxo frequentemente, em veículos particulares, uma vez que prestam serviços às empresas de ambas as cidades⁴⁴. Esses profissionais trabalham também nas fazendas na zona rural.

O fluxo diário é constante entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Na primeira cidade, as pessoas vão para estudar, consultar-se com médicos, fazer compras e realizar serviços em cartórios. Já para Luís Eduardo Magalhães o fluxo é para o trabalho nas empresas do agronegócio, seja de trabalhadores braçais ou de profissionais qualificados. Esse último movimento é chamado por Santos (2005) de “migração descendente” (da cidade maior para a cidade menor) de profissionais especializados no agronegócio, de origem e vivência urbanas, oriundos de várias outras partes do país.

O ex-funcionário de uma empresa de ônibus da região conta que o fluxo entre as duas cidades – Barreiras e Luís Eduardo Magalhães (LEM) – já foi maior. “Quando LEM era dependente da administração de Barreiras, tinha empresa de ônibus que colocava três carros por hora no itinerário LEM-Barreiras. Barreiras era dormitório para Luís Eduardo nesse período. A cidade de Luís Eduardo foi se estabilizando e esse fluxo foi diminuindo. O fluxo para Barreiras para trabalhar

⁴³Entrevista realizada com fazendeiro da localidade Novo Paraná (Luís Eduardo Magalhães-BA) em 8 jun. 2013.

⁴⁴Barreiras é cidade-dormitório para um considerável quantitativo de profissionais que atuam em serviços especializados ou no funcionalismo público.

também diminuiu, pois muitos trabalhadores foram para Luís Eduardo trabalhar, e hoje são moradores fixos desta cidade”(Informação verbal)⁴⁵.

Se, como vimos, a centralidade de Barreiras no Oeste Baiano já se desenhava desde sua formação socioespacial, foi a partir da introdução das modernas técnicas de produção agrícola na região que tal situação se fez notável. Parece, portanto, que na divisão do trabalho atual à Barreiras ficou delegada a função de centro comercial, financeiro e de serviços, e à cidade de Luís Eduardo Magalhães, a área de produção agrícola e pelo menos a maior indústria da região, a Bunge. Sobre os diferentes papéis na rede urbana nacional consolidados hoje por essas duas cidades (Barreiras e LEM), Brandão (2013, p.9) destaca que

A primeira desponta como principal centro do terciário e de gestão do território em escala regional e até interestadual, ao passo que à segunda cabe exercer, com proeminência, o papel de “cidade do agronegócio” (ELIAS, 2006a, p. 221), com a grande maioria dos afazeres subordinada à dinâmica do setor primário tecnicizado, condição que a primeira já superou.

Brandão (2013) fala a respeito de uma aglomeração urbana embrionária que estaria se formando entre as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Para fazer tal afirmação o autor se ampara na complementaridade de funções e a comutação diária entre essas cidades, bem como leva em consideração o fato de elas serem os principais centros urbanos de um espaço “luminoso” (SANTOS, 2005) formado no Oeste da Bahia a partir da reestruturação territorial produtiva alavancada pelo agronegócio.

Para esse autor, “a aglomeração urbana surge justamente do forte grau de complementaridade de papéis e como parte de uma integração interna existentes entre cidades que partilham uma mesma rede urbana e que estão relativamente próximas entre si” (BRANDÃO, 2013, p.4). O autor citado traz indicativos de que as relações de Luís Eduardo Magalhães com Barreiras, atualmente hierarquizadas, irão adquirir um caráter mais complementar.

A concorrência e ao mesmo tempo a complementariedade urbana entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães demonstram o que Corrêa (2006) afirmou em relação à rede urbana regional, a qual não precisa ser necessariamente composta apenas de uma cidade principal que polariza toda a região, podendo haver mais de

⁴⁵Entrevista com ex-funcionário da EMTRAM, realizada em 14 jul. 2014.

uma cidade oferecendo bens e serviços em diferentes níveis de poder econômico sobre as demais. Essa segunda cidade em importância no Oeste Baiano seria, pois, Luís Eduardo Magalhães.

A difusão do agronegócio no Oeste Baiano depende, portanto, do apoio das cidades, e por isso é responsável pelo incentivo ao fato urbano nessa região, o qual se realiza não sem promover, ou agravar, uma série de problemas em nível de estrutura urbana. Para chegarmos ao entendimento do papel central dos espaços urbanos no avanço do agronegócio no Oeste Baiano, é preciso compreender a relação campo-cidade e a importância que a difusão do “consumo produtivo agrícola” tem na economia urbana da região, o que veremos no próximo item.

5.4 DIFUSÃO DO CONSUMO PRODUTIVO AGRÍCOLA

Elias (2003b, 2006ab) constatou que as exigências do campo moderno produzem novas demandas de comércio e serviços nas cidades, pois a modernização da agricultura requer a utilização de máquinas, implementos, adubos, defensivos, sementes selecionadas, serviços técnicos baseados no conhecimento científico, crédito rural, etc. Dessa forma, o “consumo produtivo agrícola” (SANTOS, 1996a, 2000, 2005; ELIAS, 2003ab; ELIAS e PEQUENO, 2010; SANTOS, 2010) se alarga com os investimentos na produção agrícola de caráter industrial. A economia urbana deve ser compreendida de forma ampla, incluindo as mudanças no campo e na cidade. Na opinião de Endlich (1998, p.83)

Paradoxalmente, à medida que se reduziu a população rural, ampliaram-se as relações entre o campo e a cidade. Neste novo quadro, os agricultores passaram a provocar, para a satisfação de suas necessidades, um aumento do consumo consuntivo e para o desenvolvimento as atividades agropecuárias, um aumento do consumo produtivo rural.

Possuindo o terciário uma lógica tipicamente urbana (PRONI; SILVA; OLIVEIRA, 2005), embora não mais exclusiva como antes, é na cidade que irão se concentrar os estabelecimentos mais representativos do consumo produtivo agrícola. Vemos, então, nas áreas de difusão do agronegócio, as cidades mais próximas serem adaptadas para atender às demandas desse consumo produtivo em

expansão mediado pelo crescimento e espacialização de atividades terciárias associadas à produção agrícola (ELIAS, 2003b, 2006ab).

Esse processo está ligado a outro, o da multiplicação do número de cidades locais e o aumento da importância dessas, sobretudo quando próximas às áreas de agricultura moderna, o que exige considerarmos a proposta de Santos (2005) de analisarmos as “regiões agrícolas e regiões urbanas”, e não mais “regiões rurais” e “cidades”. Para esse autor, hoje “as regiões agrícolas (e não rurais) contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais” (SANTOS, 2005, p. 73). Portanto, em ambas convivem áreas urbanas e rurais sendo que “o que distinguirá a região urbana e a região agrícola não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multidimensão das relações mantidas sobre o espaço respectivo” (SANTOS, 2005, p.74).

No Oeste Baiano é muito comum encontrarmos empresários rurais que têm seus negócios expandidos para atividades consideradas tipicamente urbanas, como o transporte (companhias transportadoras), os serviços (postos de gasolina, armazenagem, corretoras, consultorias, empreendimentos imobiliários, etc.) e a indústria (principalmente aquela ligada ao beneficiamento agrícola). Além disso, muitas empresas agrícolas localizam-se na própria zona rural dos municípios, e grande parte dos empresários e trabalhadores alternam sua permanência entre trabalho no campo e residências na cidade. A dependência de toda a região em relação ao setor primário torna as cidades, dessa fronteira agrícola, vulneráveis às sucessivas crises da agropecuária.

Rios Filho (2012) constatou em sua pesquisa, sobre a segregação socioespacial em Luís Eduardo Magalhães, que uma grande quantidade de produtores rurais morava, principalmente, nos edifícios fechados verticais localizados no bairro Mimoso Central (também chamado de Mimoso I) e em condomínios horizontais fechados no bairro Jardim Paraíso, bairros da zona urbana. Como o próprio autor destaca, “este dado analisado aleatoriamente pode nos parecer estranho, uma vez que temos em nossa mente a ideia de que o lugar mais lógico para o produtor rural residir seria em sua fazenda” (RIOS FILHO, 2012, p. 167). O autor encontra a resposta para essa “anormalidade” no fato de que em Luís Eduardo Magalhães existe uma grande quantidade de escritórios de fazendas localizados em zonas residenciais, isto é, a lógica da escolha de moradia dessas

peçoas é a da acessibilidade ao local de trabalho, o que reafirma o quão intenso é a relação campo-cidade nessa região.

Em Luís Eduardo Magalhães não é somente a produção agrícola que está nas mãos dos empresários do agronegócio, mas também a produção do próprio espaço intraurbano, uma vez que os principais empreendimentos imobiliários da cidade – Carig, Aracruz e Grupo Paraíso, respectivamente dos empresários Arnaldo Horácio Ferreira (goiano já falecido, mas que a família assumiu os negócios), Aroldo Cruz (também goiano) e Jacob Lauck (paranaense). Esses são produtores agrícolas da região que, além dos investimentos que possuem no campo e na cidade, também têm forte presença no governo local. O último foi vice-prefeito de Luís Eduardo Magalhães logo após a emancipação da cidade. Fica evidente que esses empresários projetam uma cidade para seus próprios pares ocuparem.

Esse é um forte elemento na relação campo x cidade, pois não há limite na atuação dos agentes hegemônicos que atuam tanto indiretamente quanto diretamente na produção do espaço urbano. Além disso, percebemos que as ações do Estado, enquanto governo local tem contribuído ainda mais para o aumento da segregação. A elite agrária e imobiliária exerce uma forte influência nas ações do Estado enquanto governo local (RIOS FILHO, 2012, p. 199).

Dada a crescente integração entre agronegócio e os “circuitos da economia urbana” (Santos, 2008), o conceito de consumo produtivo agrícola contribui para o estudo do processo social da urbanização que, na região por nós estudada, está intimamente ligado aos circuitos espaciais de produção de grãos. O Oeste Baiano se destaca pela maior concentração, no Nordeste, das representações das principais empresas mundiais de comercialização de grãos e das concessionárias das principais indústrias mundiais de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas.

O município de Luís Eduardo Magalhães se sobressai na região por conter revendedores autorizados das marcas John Deere, Valtra, Agrale, Semeato, Ford, Muller, New Holland, Case IH e Massey Ferguson. Cabe destacar que as empresas que revendem os produtos desses fabricantes, além de oferecerem assistência técnica e profissional aos seus principais clientes (os grandes produtores agrícolas), responsáveis pelo dinamismo nos ramos de veículos, máquinas, fertilizantes,

também atuam no segmento financeiro oferecendo linhas de créditos para a compra financiada de seus próprios produtos.

Figura 82 – Fábrica de fertilizantes da Yara, localizada às margens da BR-242. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2014.

Segundo Elias (2006ab, 2011, 2012) o comércio de insumos agrícolas em Luís Eduardo Magalhães chega a impressionar qualquer visitante. Apesar de ser uma cidade menor que Barreiras e apresentar um terciário mais modesto que esta, a difusão do consumo produtivo agrícola parece superar o da cidade mais importante da região. Perfilando-se ao longo da BR-242, comércios que negociam produtos agrícolas modernos existem numa quantidade tão elevada que melhor exemplo não poderia existir para situar Luís Eduardo Magalhães, definitivamente, conforme afirma a autora desde sua pesquisa sobre a região, como uma **cidade do agronegócio**.

Na Figura 83 podemos observar como essa cidade é pulverizada pelo comércio associado ao consumo produtivo agrícola.

Figura 83 – Distribuição espacial dos estabelecimentos comerciais do consumo produtivo agrícola em Luís Eduardo Magalhães/BA em 2015



Fonte: Organização: Camila Dutra, a partir de intervenção sobre imagem do Google Earth.

Já o Quadro 4 apresenta a lista dos nomes desses estabelecimentos localizados na cidade.

Quadro 4 – Lista dos estabelecimentos comerciais do consumo produtivo agrícola em Luís Eduardo Magalhães/BA em 2015

1. Ação Agrícola
2. Adeco Agropecuária
3. Aeroterra
4. Agricem peças Agrícolas
5. Agrícola Simaba
6. Agrimport
7. Agripeças
8. Agriserve
9. Agrofoliar
10. Agromak
11. Agromil
12. Agrosul
13. Agrovia

Quadro 4 – Lista dos estabelecimentos comerciais do consumo produtivo agrícola em Luís Eduardo Magalhães/BA em 2015

Continuação

14. Aliança Agrícola
15. Bamagril
16. Bio Soja Fertilizantes
17. Calcalem Calcário
18. Camp Oeste
19. Campotec
20. Central Pivo Irrigação
21. Cerradão Agrícola
22. Corpa Com Repres
23. D'agro Maq e Equipamentos
24. Forte Com Agrícola
25. Galvani Fertilizantes
26. Hydroagro
27. Iropel
28. Irrigação
29. Janjar Agrícola
30. Jaraguá New Holland
31. Lavobrás
32. Lavroterra
33. Maqcase
34. Max Agrícola
35. Maxum Case
36. Missioneira
37. Nativa Comercial Agrícola
38. Oeste Agrícola
39. Oeste Bahia Peças Agrícolas
40. Plantu Oeste Maq Agrícolas
41. Plasteca
42. Rech Agrícola

Quadro 4 – Lista dos estabelecimentos comerciais do consumo produtivo agrícola em Luís Eduardo Magalhães/BA em 2015

Continuação

43. Rodomáquinas Agrícolas
44. Rovemaq Equip Agrícola
45. Seara Comercial Agrícola
46. Sementes Cooproeste
47. Sementes Gazola
48. Sementes Líde
49. Sementes Oilema
50. Sementes Paso
51. Silo Peças
52. Silo-soja
53. Solutta
54. Synagro Comercial Agrícola
55. Terra Agrícola
56. Tradição Peças Agrícolas
57. Unicampo
58. Unijacto
59. V. L. Selch Representações

Fonte: Trabalhos de campo, pesquisas na internet e buscas no Google Earth/Google Maps.
Organização: Camila Dutra.

É perceptível as estreitas relações desenvolvidas pelo comércio e a agricultura moderna em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, pois as evidências estão em todas as partes. A produção agroexportadora, que impõe novas marcas ao espaço agrário dessa região faz o mesmo com os elementos que redefinem o espaço urbano. Não é possível ficar indiferente aos fluxos (caminhões, pessoas, mercadorias), objetos (casas comerciais), comunicações (publicidade), entre outros, voltados para as demandas do campo.

A principal porta de entrada da cidade de Barreiras, o seu aeroporto, já traz como “boas-vindas” um painel publicitário de uma empresa do ramo de insumos agrícolas. Dessa forma, é nítido que, nos casos onde o campo sofre um forte impulso dos investimentos de natureza capitalista, ele acaba ganhando mais força para modificar sensivelmente o movimento da cidade, designando a ela uma nova

diversidade de produtos e funções. Um exemplo é a utilização da soja enquanto medida de valor, muitas vezes compra-se de tudo com o valor que ela representa no mercado de *commodities*, inclusive lotes, apartamentos, veículos, entre outros. Os preços e os prazos estabelecidos para pagamento também tomam como referência o período da safra.

Figura 84 – Painel publicitário destacando o prazo de pagamento dos apartamentos conforme safra de 2014. Luís Eduardo Magalhães/BA. No detalhe: Prazo safra 2014



Fonte: Camila Dutra, 2012.

O apelo ao consumo produtivo agrícola é muito grande na região. Não apenas em Luís Eduardo Magalhães, onde as principais revendas de máquinas e implementos agrícolas do país têm representações, mas também nos outros municípios próximos, onde as filiais dessas empresas se localizam. Essas lojas apresentam o que há de mais moderno no mercado agrícola em termo de máquinas e insumos. A combinação de diferentes tecnologias vem sendo utilizada como estratégica para ampliar a produtividade nas lavouras mecanizadas e os resultados chegam ao Oeste Baiano através da venda de modernos equipamentos. Nessa região é possível encontrarmos o que há de mais moderno, e oneroso, no mundo das máquinas e equipamentos agrícolas.

A Agrosul, maior revendedora John Deere do país, possui matriz instalada em Luís Eduardo Magalhães. Essa concessionária, por exemplo, vende praticamente a metade das máquinas e implementos utilizados no Oeste Baiano tendo lançado, na Bahia Farm Show de 2011, sua colheitadeira de algodão 7760, de 507 cv (US\$ 650 mil dólares), que conta com uma nova tecnologia revolucionária do

sistema de colheita, pois enfarda o produto enquanto colhe e o entrega em fardos redondos, prontos para serem transportados⁴⁶. Uma máquina como essa, além de eliminar 1 trator, 1 *transborder*⁴⁷ e 2 prensas, elimina também trabalhadores, vários, de 5 a 6 deles.

Figura 85 – Matriz da Agrosul. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Figura 86 – Colheitadeira de algodão 7760, da marca John Deere, lançada na Bahia Farm Show 2011, Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Aparecida Pereira, 2011.

⁴⁶ Informação obtida a partir de entrevista com o diretor adjunto da Agrosul, concessionária da John Deere em Luís Eduardo Magalhães, em 29 out. 2012.

⁴⁷ Equipamento responsável por realizar a transferência de uma composição completa entre a colheitadeira e o caminhão.

O consumo produtivo agrícola se diversifica e se amplia para atender às exigências da agricultura moderna. A eletrônica permitiu a automação da lavoura e transformou tratores, colheitadeiras e plantadeiras em pontos de coleta de informações sobre o solo. A informática trouxe um conjunto de funções que permite monitorar por *software* a produtividade das máquinas, a localização da frota e agrupar funções de agricultura de precisão. Os pilotos automáticos, acoplados na maioria das máquinas agrícolas modernas, aumentam os níveis de produtividade, reduzem os custos de insumos agrícolas, as perdas na lavoura, o consumo de combustíveis e, principalmente, a mão de obra.

Figura 87 – Piloto automático da John Deere, exibido no evento Super Dia Agrosul, em 14/02/2014. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2014.

Os sistemas de precisão geram uma radiografia da área que será plantada/colhida; monitoram a evolução das culturas; medem os efeitos das práticas agrícolas na produtividade e geram precisão para a aplicação de corretivos. Desse modo, a agricultura torna-se a cada dia menos dependente do ciclo biológico, e todos esses produtos e serviços são consumidos pelos empresários agrícolas, para aumentar a produtividade de suas lavouras, com uma grande parte deles encontrada na economia urbana do Oeste Baiano.

Podemos dizer que a tecnologia e o capital passam a subordinar, em parte, a própria natureza, reproduzindo artificialmente algumas das condições necessárias à produção agropecuária, que se torna cada vez mais dependente dos insumos gerados pela indústria, cuja produção transformou o conjunto de instrumentos da produção agrícola (ELIAS, 2003, p.317).

A Valtra, representada em Luís Eduardo Magalhães pela empresa Lavobrás, apresentou na edição da Bahia Farm Show de 2013 o seu conceito ANTS – tratores pensados para o ano 2080. O protótipo mostra uma máquina ergonômica, com piloto automático, tela sensível ao toque e operação por comando de voz. Apesar da junção de todas as tecnologias do ANTS estar prevista apenas para 2080, a Valtra está implementando, aos poucos, os recursos em sua linha de tratores e máquinas agrícolas⁴⁸.

Figura 88 – Loja da Lavobrás, concessionária da Valtra em Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

A Stara, cuja concessionária em Luís Eduardo Magalhães é a CampOeste, introduziu nesse ano em todas as suas plantadeiras a vácuo o sistema de plantio *precisionplant*, importado dos Estados Unidos. O plantio ocorre grão a grão, eliminando falhas para aumentar a produtividade na colheita. Essa mesma empresa, também fabricante de GPS, lançou o modelo TOP 400, um dos mais avançados do mercado, que tem 14 funções. Também lançou em 2013, a primeira máquina com

⁴⁸ Informações obtidas no estande da Lavobrás, na Bahia Farm Show de 2013, Luís Eduardo Magalhães, 30 mai. 2013.

multissensores de solo do mercado brasileiro, que faz três leituras em uma só operação: as de PH, matéria orgânica e condutividade elétrica. Vale destacar que, no mercado brasileiro, só há máquinas com sensores de plantas⁴⁹.

A Jacto, representada em Luís Eduardo Magalhães pela Iropel, lançou em 2012 uma linha de pulverizadores automotrizes, com produtos mais adaptados ao Oeste Baiano, o Uniport 3030, que vem com uma estação meteorológica embutida. A máquina tem fechamento bico a bico, o que gera economia na aplicação de defensivos e melhor gerenciamento das aplicações, pois nele há um conjunto de sistemas integrados, o JPS – *Jacto Precise Solutions*⁵⁰ – que proporciona uma aplicação de qualidade.

Figura 89 – Pulverizador Uniport 3030, da marca Jacto, lançado na Bahia Farm Show 2013. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Zane Nascimento, 2013.

Devido ao grande potencial agrícola da região, além de máquinas e equipamentos agrícolas, o comércio do Oeste Baiano é destaque também no fornecimento de insumos químicos e biológicos. Esses produtos, assim como os grãos, têm seus preços definidos nas bolsas de valores. As lojas desse ramo vendem tanto para as *tradings*, quanto para os fazendeiros (pequenos, médios e

⁴⁹ Informações obtidas no estande da Iropel, na Bahia Farm Show de 2013, Luís Eduardo Magalhães, 30 maio 2013.

⁵⁰ Informações obtidas no estande da Lavobrás, na Bahia Farm Show de 2013, Luís Eduardo Magalhães, 30 maio 2013.

grandes), revendedores e também para o mercado externo. Representam marcas internacionais como BASF, Bayer, Syngenta, Yara, etc. Além da venda dos produtos, essas empresas fornecem serviços de assistência técnica, experimentos e projetos. A Galvani, instalada em Luís Eduardo Magalhães/BA, é a maior fábrica de fertilizantes do Nordeste e fornece produtos para o Tocantins, Piauí, Maranhão, bem como para todo o Oeste Baiano.

Toda a RPA de Barreiras tem o Oeste Baiano, principalmente o município de Luís Eduardo Magalhães, como uma referência para o comércio de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. Devido a isso, é frequente o fluxo de empresários, representantes e revendedores que vêm a essa cidade e à Barreiras para comprar esses tipos de produtos. Também é comum encontrarmos em outras cidades da RPA de Barreiras, como Bom Jesus (PI), Uruçuí (PI) e Dianópolis (TO), filiais de empresas comerciais do ramo agrícola, com matriz em Luís Eduardo Magalhães e/ou em Barreiras. Essas trocas comerciais evidenciam o nível estreito de relações, criadas e intensificadas pelo agronegócio, entre as cidades da RPA de Barreiras.

A melhor vitrine da difusão do consumo produtivo agrícola do Oeste Baiano tem sido os eventos que promovem o agronegócio da região, sejam feiras agropecuárias, dias de campo, eventos de premiações, etc. Em Luís Eduardo Magalhães acontece anualmente a Bahia Farm Show⁵¹, maior exposição do agronegócio da região Nordeste. Em 2008, essa iniciativa substituiu a franquía da Agrishow, lançada em 2004 nessa cidade⁵². O evento é considerado, no ramo agrícola, como “a feira de tecnologia agrícola e de negócios que mais cresce no Brasil”, ou ainda “a maior do Nordeste”. Posicionada entre as três maiores mostras

⁵¹A Bahia Farm Show é uma realização da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), em parceria com a Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), a Associação das Revendas de Máquinas e Implementos Agrícolas do Oeste da Bahia (Assomiba), a Fundação Bahia e Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães.

⁵²“A feira tecnológica Agrishow teve a sua primeira edição no ano de 1994, na cidade de Ribeirão Preto – SP. O seu intuito foi de valorizar a exposição e a comercialização das máquinas e demais insumos agrícolas diretamente com o público alvo, os produtores rurais. A feira foi baseada na *FarmProgress Show*, nos Estados Unidos, e na *ExpoChacra*, na Argentina. Essas feiras são denominadas de dinâmicas, pois apresentam os produtos expostos em condições reais de uso. Até a realização da Agrishow, as feiras eram do modelo estático, sendo os produtos apresentados apenas nos formatos de painéis, exposição e recursos audiovisuais” (PIZARRO; ALMEIDA, 2007).

do gênero, a feira ocupa o segundo lugar em vendas por visitantes em eventos de agronegócio no Brasil, ficando atrás apenas da pioneira Agrishow⁵³.

Figura 90 – Entrada da IX Bahia Farm Show. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2013.

Para a realização da Bahia Farm Show, que ocorre entre os meses de maio e julho de cada ano, foi construído um espaço específico – o Complexo Bahia Farm Show. Trata-se de um parque de exposições privado com 200 hectares de área, 100 mil metros quadrados destinados à exposição, com mais de 150 estandes e 12 mil metros quadrados de canteiros experimentais com materiais genéticos de alto desempenho⁵⁴. Nesse espaço, reúnem-se anualmente os maiores fornecedores de máquinas agrícolas, implementos, insumos e serviços no Brasil, com seus últimos lançamentos em produtos, o que torna esse evento “uma oportunidade para o setor agrícola realizar lucrativos negócios, promover marcas e ficar em dia com o mercado do agronegócio” (Informação verbal)⁵⁵. A edição de 2014 fechou com um volume de negócios em torno de 1,0 bilhão de reais em cinco dias, com 210 expositores e um público de 71 mil visitantes.

Na Bahia Farm Show é possível encontrar uma série de máquinas agrícolas similares àsquelas vistas nos mercados europeus e norte-americanos simplesmente

⁵³ ANUÁRIO da região Oeste da Bahia: Safra 2011/12. Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2012.

⁵⁴ AIBA abrirá vendas para novos expositores da Bahia Farm Show 2013. **Oeste Semanal**, Luís Eduardo Magalhães-BA, ano 2, n. 86, nov. 2012.

⁵⁵ Fala de um dos responsáveis pela organização da Bahia Farm Show 2013. Luís Eduardo Magalhães, 31 maio 2015.

porque são as mesmas, principalmente em se tratando de equipamentos de grande porte: tratores, plantadeiras, colheitadeiras e pulverizadores. O presidente da Assomiba ressaltou que os produtores estão preferindo adquirir máquinas agrícolas na Bahia FarmShow do que na Agrishow de Ribeirão Preto (SP)⁵⁶. Existem muitos negócios que, iniciados em Ribeirão Preto, são concluídos na feira de Luís Eduardo Magalhães.

Figura 91 – Estande de representante da marca Case apresenta a maior colheitadeira produzida no Brasil em 2013. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2013.

Na programação da feira constam também palestras e debates sobre diversas culturas agrícolas e assuntos de interesse do setor produtivo. Destaca-se também a presença de importantes instituições financeiras. Os quatro bancos oficiais da feira – Banco do Nordeste, Desenbahia, Banco do Brasil e Bradesco disponibilizam linhas de crédito e taxas de juros diferenciadas e elásticas, facilitando a concretização de negócios, com recursos do FNE, do Pronaf/Agricultura Familiar, do BNDES (PSI Rural, Moderinfra e Moderagro) e ainda dos financiamentos com recursos obrigatórios e próprios.

Diferentemente de outras feiras agropecuárias da região, na Bahia Farm Show não existem shows de cantores e rodeios, ou qualquer outro entretenimento para o grande público. O sistema Agrishow, de onde se originou a Bahia Farm Show, surgiu para romper com a ideia de feiras voltadas para o público em geral. A

⁵⁶Entrevista com o presidente da Assomiba e diretor comercial da Lavobrás em 31 out. 2012.

Agrishow foi uma especialização na realização de eventos agropecuários que visam mostrar na prática o uso das máquinas e insumos das empresas expositoras. A Bahia Farm Show continuou com essa tradição de fazer um evento voltado para a classe empresarial do agronegócio e não direcionado ao público geral, deixando bem claro a quais agentes hegemônicos esse tipo de evento atende.

Outro evento importante para o agronegócio na região é a “Passarela da Soja”, um dos meios utilizados pela Fundação Bahia para divulgar as informações geradas a partir dos seus trabalhos de pesquisa. Trata-se de um evento tradicionalmente local, com mais de 12 anos de existência, realizado geralmente no mês de março no Distrito de Roda Velha (São Desidério/BA). O evento conta com a participação de diversas empresas ligadas ao agronegócio dessa cultura, permitindo assim o contato direto entre pesquisadores, produtores, consultores, técnicos e estudantes que têm a oportunidade de acompanhar e discutir as mais novas tendências e tecnologias para a cultura. No evento, geralmente estão presentes também as empresas ligadas ao comércio de insumos agrícolas: Bayer Cropscience, Cheminova, Dupont, Dow Agrosience, FMC, Galvani Fertilizantes, Ihara, Milenia, Nufarm e Syngenta, que demonstram seus produtos no campo.

Na região existe ainda o “Dia de Campo” da Fundação BA, que acontece, geralmente, no fim de junho, no Centro de Pesquisa e Tecnologia do Oeste Baiano (CPTO), com o objetivo de apresentar novas *cultivares*, pesquisas e recentes tecnologias criadas para a região.

Figura 92 – Dia de Campo de Algodão. Safra 2011/2012. São Desidério/BA



Fonte: Website Fundação Bahia, 2012.

O Troféu Soja de Ouro, promovido pelo Country Club Rio de Ondas Estância Hotel, e conhecido como o “Oscar do Oeste Baiano”, acontece anualmente em Barreiras. O objetivo central desse evento é incentivar empresas e profissionais do circuito produtivo do agronegócio a investirem na qualidade de seus produtos e serviços, criando assim um ambiente de competitividade para esse setor na região. A cerimônia premia aqueles que mais se destacaram durante o ano no cenário regional.

Figura 93 – Banner do Troféu Soja de Ouro no Centro Comercial de Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2013.

O público-alvo do Troféu Soja de Ouro é formado por entidades de classe representativas do agronegócio regional, como Aiba, Abapa, Assocafé, Instituto PAS, Aciagri, Ebda, Adab, Assomiba, Agrolem, Amev-Oeste, Aprosem e Acrioeste, entre outras envolvidas com o setor. Além de representantes do comércio barreirense, a cada edição do prêmio se fazem presentes ainda empresários e produtores rurais, profissionais liberais e a elite barreirense. A noite da cerimônia de premiação é registrada numa publicação impressa, a *Revista Oscar*. Em sua quinta edição, essa revista tem a sua circulação dirigida e garantida em todo o Oeste Baiano, Salvador, Brasília (DF) e Ribeirão Preto (SP).

Parte desses grandes eventos que ocorrem no Oeste Baiano é originada das intensas relações do agronegócio e ocasiona o deslocamento de pessoas que, conseqüentemente, consomem, das cidades da região, os serviços tradicionais do

setor turístico, como meios de hospedagens, A&B (alimentos e bebidas), comércio, etc. A taxa de ocupação dos hotéis durante os eventos é maior que na média registrada nas semanas normais. Nos finais de semana, a taxa é baixa, pois os hóspedes voltam para suas cidades, geralmente Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em toda a cidade de Luís Eduardo Magalhães há um aumento de 400% no valor das diárias e a rede hoteleira fica lotada no período da Bahia Farm Show⁵⁷, fortalecendo a imagem de Luís Eduardo Magalhães como a “capital do agronegócio” do Oeste Baiano. Alguns hotéis, de pequeno e médio porte, não registram a presença significativa de hóspedes, a não ser nos períodos que antecedem e durante os grandes eventos do agronegócio.

No Oeste Baiano, o turismo de negócios e eventos⁵⁸ é o principal fator que movimenta os estabelecimentos de hospedagem, em virtude da necessidade constante das empresas do agronegócio de participarem de eventos e reuniões executivas e, ainda, do interesse de empregados e profissionais liberais em participar de feiras, congressos e demais eventos com finalidade de aperfeiçoamento profissional e intercâmbio comercial. De acordo com Pizarro e Almeida (2007, p. 125)

Os eventos tornaram-se produtos turísticos a partir do momento que não atraem apenas os profissionais de um determinado setor envolvido, mas também uma parcela da população que busca conhecer inovações tecnológicas, ou mesmo saciar a curiosidade sobre determinado segmento econômico.

O Hotel Saint Louis, o maior de Luís Eduardo Magalhães, recebe diariamente hóspedes focados nos negócios agrícolas. Trata-se de representantes de insumos agropecuários, de assistência técnica de produtos e máquinas do setor agrícola, ou pessoas ligadas ao setor de representações comerciais de bens de

⁵⁷ Informações obtidas a partir de entrevista realizada com o gerente do Hotel Saint Louis, em Luís Eduardo Magalhães no dia 12 jun. 2013.

⁵⁸ O Ministério do Turismo (MinTur) conceitua o “turismo de negócios e eventos” como: “[...] o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social” (BRASIL, 2006a, p.46). O MinTur denominou a expressão de “turismo de negócios e eventos”, pois ambos utilizam as estruturas de centros de convenção, hotéis, salas e outros espaços específicos para a sua realização. Os “turistas de negócios” são trabalhadores em deslocamento, que utilizam os serviços e os estabelecimentos das cidades para saciar suas necessidades básicas (BRASIL, 2006a).

consumo para o mercado local e regional. Nesse hotel, as reservas para o período do Bahia Farm Show são realizadas seis meses antes do evento, e as vagas esgotam-se em dezembro (sendo que o evento acontece entre maio e junho do ano seguinte), gerando uma lista de espera de até 50 interessados⁵⁹.

Figura 94 – Hotel Saint Louis. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2013.

O Saint Louis possui um espaço específico para reuniões de negócios, o *Business Center*, que é frequentemente alugado para eventos agrícolas. O gerente desse hotel comenta que, a cada 60 dias, um ônibus chega de Barreiras trazendo um grupo de executivos norte-americanos que vem com frequência comprar terras na região. Eles vêm acompanhados de um guia, visitam as fazendas, compram-nas e retornam para seus países em, no máximo, dois dias⁶⁰.

A modernização e ampliação das empresas, que compõem as redes agroindustriais que tangenciam o Oeste Baiano, têm resultado em uma maior e mais especializada demanda de consumo produtivo agrícola na região, refletindo-se, consequentemente, na urbanização e na economia urbana. Com isso, tem-se difundido no Oeste Baiano um número expressivo de empresas vendedoras de insumos e prestadoras de serviços que surgem, ou se incrementam, para atender às

⁵⁹Informações obtidas a partir de entrevista realizada com o gerente do Hotel Saint Louis, em Luís Eduardo Magalhães no dia 12 jun. 2013.

⁶⁰Informações obtidas a partir de entrevista realizada com o gerente do Hotel Saint Louis, em Luís Eduardo Magalhães no dia 12 jun. 2013.

demandas dos empresários agrícolas à medida que eles capitalizam e tecnificam suas lavouras.

A concentração desse tipo de estabelecimento em algumas cidades do Oeste Baiano, como em Barreiras, em menor grau, e em Luís Eduardo Magalhães, com maior destaque, tem modificado a paisagem urbana desses lugares e alterado, em alguns aspectos, o próprio modo de vida dos seus moradores. Contudo observamos que a difusão do agronegócio tem impactado a economia urbana não apenas das cidades mais importantes do Oeste Baiano, mas, em menor proporção, tem atingido também outras aglomerações urbanas da região, como Povoados e Distritos.

A modernização agrícola no Oeste Baiano tem proporcionado tanto o desenvolvimento de cidades já existentes, quanto o surgimento de novas aglomerações, redefinindo assim a ocupação do espaço e a rede urbana regional, afinal, como afirma Frederico (2010, p.66), “o novo urbano dos *fronts* agrícolas é composto por cidades funcionais às exigências produtivas do campo moderno”. Além de Barreiras e, posteriormente, Luís Eduardo Magalhães, que se tornaram centros fornecedores de serviços e comércios que atendem às atividades produtivas agrícolas, vemos a emergência de núcleos urbanos, de menor dimensão, que se formam e se ampliam para dar apoio ao agronegócio. Segundo Santos Filho (1989), com a lavoura mecanizada esses núcleos urbanos passam a desempenhar um duplo papel: base de apoio à transformação do campo e constituição de um mercado de trabalho acessível aos capitais que vão se agrupando em torno da soja e, aqui acrescentamos, das outras *commodities* agrícolas produzidas na região.

5.5 OS NÚCLEOS URBANOS DE RODA VELHA E VILA ROSÁRIO

O melhor exemplo de que o impacto causado pela difusão do agronegócio tem sido observado não apenas nas sedes urbanas das principais cidades do Oeste Baiano, mas também em algumas Vilas e Distritos da zona rural, é o caso dos Distritos de Roda Velha, em São Desidério, e de Vila Rosário, em Correntina. Nesses espaços ocorre a produção moderna dos grãos propriamente dita, ficando os Distritos-Sede responsáveis, geralmente, pela economia urbana e pelo fornecimento de mão de obra. Barcellos (2011), tentando entender os peculiares

processos de surgimento de cidades resultante do avanço da fronteira agrícola nos domínios da paisagem do Cerrado, denomina Roda Velha e Vila Rosário de “supernovas”, por acreditar que, em um futuro não muito distante, venham a constituir-se em cidades-sedes de novos municípios.

Esse autor destaca que, apesar de dinâmicas do ponto de vista econômico, a paisagem desses povoados pouquíssimo se difere de outros encontrados pelo país. Na verdade, as condições de organização deles são precárias, tanto em termos do sistema de espaços livres públicos quanto em termos de infraestrutura urbana, situação que contrasta com a pujança econômica do contexto no qual se inserem. Para Barcellos (2011, p. 227), o que distingue de fato esses espaços, de muitos outros povoados encontrados país afora, é o fato de “surgirem como subprodutos dos novos e intensos fluxos econômicos e sociais resultantes do avanço da produção de grãos nos domínios dos Cerrados.

Barcellos (2011) observa que até iniciar-se o agronegócio no Oeste Baiano, a ocupação humana e a produção econômica dessa região ocorriam distante dos altos chapadões, a volta de antigas cidades situadas nos vales ou galerias de rios, próximas aos cursos d’água, que são até hoje sede de municípios de grandes dimensões territoriais que se estendem pelo alto das Chapadas. A ocupação dos chapadões pelo agronegócio impulsionou o desenvolvimento de núcleos urbanos nas áreas mais ao extremo oeste da região, bastante distante das suas sedes-municipais. É bastante provável que a ausência de cidades de apoio às margens da BR-020, em longos trechos, tenha sido determinante para o surgimento dos povoados de Roda Velha e Rosário, hoje Distritos, que surgiram em torno de postos de combustíveis. Hoje, essas duas localidades geram conjuntamente, no mínimo, cerca de R\$ 100 milhões anuais em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)⁶¹, provenientes em grande parte das operações do agronegócio para os cofres dos seus municípios.

O Distrito de Roda Velha, localizado a 130 km da sede urbana de São Desidério, concentra grande parte das fazendas produtoras do município, e por isso é considerado polo agrícola com uma população de aproximadamente 8.500

⁶¹Ver: MARTINS, Victor; BATISTA, Vera. Ambição pelo ouro verde. **Correio Braziliense**. Economia, p. 20. 18 abr. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/45376/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 25 abr. 2010

habitantes, e mais 3.500 de população denominada flutuante⁶². É conhecido por ser uma das maiores produtoras de algodão do país. Nesse Distrito concentram-se os maiores grupos do agronegócio na região, como as Fazendas Busato, Fazendas Horita, Fazendas Mizote, Grupo XingúAgri, subsidiária da Multigrain, etc. Esta última, por exemplo, possui mais de 90 mil hectares numa área que está entre os municípios de São Desidério e Correntina. Em Roda Velha também está situada a Algopar, investimento do Grupo XingúAgri e a maior algodoeira da América Latina⁶³.

Figura 95 – Vista aérea de Roda Velha de Cima (sede do Distrito de Roda Velha/ São Desidério/BA)



Fonte: Hotel Realeza, Roda Velha - São Desidério, 2012.

Apesar de Roda Velha representar 28% da área do município de São Desidério, devido à distância que a separa da sua sede-municipal, bem como diante da especialização produtiva que foi gerada, a sua relação com a cidade de São Desidério é muito reduzida, sobretudo porque esta não reúne os fixos e fluxos necessários ao agronegócio. Conforme Barcellos (2011, p.235) as distâncias das áreas de produção agrícola não favorecem o funcionamento das antigas cidades-sedes como locais de apoio que venham a ser utilizados para concentrar mão de obra especializada, serviços e insumos tecnológicos que não podem estar dispersos pelo campo e só se tornam economicamente viáveis se reunidos em cidades.

⁶²Dados da Subprefeitura de Roda Velha. Disponível em <<http://saodesiderio.ba.gov.br/roda-velha/>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

⁶³Ver: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=612414>>. Acesso em: 13 dez.2015.

Na medida em que essa produção de grãos, ao fazer uso intensivo de tecnologias, necessita do apoio das cidades onde se costuma concentrar a maior parte da mão de obra, dos insumos e dos serviços – a distância física das antigas sedes municipais é problemática. Um dos principais efeitos dessas condições de acessibilidade é a insignificante participação da maior parte das antigas cidades da região na nova dinâmica econômica ocorrida nas partes altas de seus territórios. É o que se observa no oeste da Bahia em muitos aspectos. A única das antigas cidades que se beneficiou da dinâmica econômica que atinge a região foi a cidade de Barreiras (BARCELLOS, 2011, p. 231).

Com exceção dos serviços de cartórios e alguns atendimentos bancários, o setor agrícola recorre pouquíssimo à cidade de São Desidério. E mesmo para a população em geral de Roda Velha, é muito mais perto se deslocar para a cidade de Luís Eduardo Magalhães (distante 84 km) para atender suas demandas de Saúde, Educação, Comércio e Serviços, do que se deslocar 130 km para a cidade de São Desidério. Dado o fato tal Distrito estar localizado às margens da BR-020, que dá acesso à Brasília e Goiânia, a população de Roda Velha busca serviços de Saúde e Educação também nessas cidades.

A extensão territorial do município de São Desidério, bem como a distância entre sua sede e Roda Velha, dificulta o acesso às políticas públicas e motiva o anseio de emancipação política. Já faz alguns anos que Roda Velha tenta tornar-se município⁶⁴. Um dos argumentos é o fato de que grande parte do capital gerado no agronegócio da região ser gasta nas cidades de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, bem como em outras cidades dos estados vizinhos, pelo simples fato de Roda Velha não reunir atrativos para que esse consumo seja feito no próprio Distrito. Esse fato se repete, igualmente, em Vila Rosário.

A especulação imobiliária é outro vetor de expansão desses espaços. Tanto em Roda Velha quanto em Vila Rosário, o grupo que domina o parcelamento urbano é o Solyda (do mesmo Grupo Cobra envolvido no agronegócio). Em Roda Velha o grupo possui o loteamento Campos Belos, com 2.500 terrenos entre lotes comerciais e residenciais. Existem também dois loteamentos (O Lotervel e o Recanto Feliz) do fazendeiro Célio Zuttion, o primeiro a lotear Roda Velha e que também é dono de um hotel no Distrito (o Hotel Realeza), o que evidencia a diversificação de investimentos dos empresários do agronegócio. Esses grupos

⁶⁴DEPUTADA estadual Kelly Magalhães propõe a emancipação de Roda Velha. **Mural do Oeste**. Luís Eduardo Magalhães, 05 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.sigivilares.com.br/index.php?pag=noticia&id=5011>>. Acesso em: 13 dez. 2015.

acumularam capital com a agricultura e agora investem em ramos de atividades diferentes, como no mercado imobiliário, pois hoje loteiam e vendem os terrenos que incorporaram no boom da migração sulista na década de 1980.

Figura 96 – Entrada do loteamento Campos Belos, do Grupo Solyda. Distrito de Roda Velha. São Desidério/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Vila Rosário também está situada às margens da Rodovia BR-020, a 200 km da Sede do Município de Correntina - BA, na divisa entre os estados da Bahia e de Goiás. Esse Distrito é o portal de entrada da Bahia quando se vem da região Centro-Oeste. Essa região também é lembrada pela constante disputa entre Bahia e Goiás, resultante de conflitos com litígio. O Distrito de Vila Rosário e fazendas do entorno respondem com cerca de 70% da arrecadação com impostos do município de Correntina⁶⁵.

Em Vila Rosário tem despontado, em seu crescimento urbano, três loteamentos: Cidade Vila Rosário, El Dourado e Residencial Primavera do Oeste. Tais empreendimentos pretendem acelerar ainda mais a urbanização do Distrito, que tem aproximadamente 28 anos de existência, hoje com uma população de aproximadamente 4 mil habitantes e um polo comercial e agroindustrial em construção.

⁶⁵Ver: MARTINS, Victor; BATISTA, Vera. Ambição pelo ouro verde. **Correio Braziliense**. Economia, p. 20. 18 abr. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/45376/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 25 abr. 2010

Figura 97 – Imagem aérea do Distrito Vila Rosário. Correntina/BA



Fonte: Imagem Google Earth, 2015.

Existem revendas de máquinas e implementos agrícolas em Vila Rosário, tais como: John Deere, Valtra, Case, Massey-Ferguson, Agrale e vários comércios de insumos agrícolas. Há promessas de futuras instalações de uma concessionária da New Holland.

Figura 98 – Filial da Agrosul. Concessionária da John Deere. Vila Rosário, Correntina/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

O Distrito tem ainda empresas compradoras de *commodities*, armazéns de produtos agrícolas, algodozeiras, cerealistas e a Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul (Coopar). Pela proximidade com as áreas produtoras, onde se concentram as fazendas, também se instalaram unidades armazenadoras

de grupos multinacionais como Bunge, Cargill, ADM, Multigrain, Louis Dreyfus e produtores de sementes.

A precariedade do Distrito de Vila Rosário é conflitante com o crescimento econômico da região. Falta saneamento básico, pavimentação de ruas, drenagem pluvial. Quem anda por Rosário em época de chuva percebe o completo abandono. Devido à longa distância da Sede do município de Correntina e também devido à falta de interesse político do próprio governo municipal, o Distrito não é atendido em suas principais necessidades, o que força os moradores, fazendeiros, comerciantes e empresários buscarem serviços e produtos em outras cidades, como em Posse (GO). A relação entre Vila Rosário (BA) e esta cidade goiana, situada a apenas 20 quilômetros, no outro lado da divisa em Goiás, é cotidiana e bastante dinâmica.

Posse, em função de sua melhor estrutura urbana, tem funcionado como núcleo urbano de apoio à produção agrícola que ocorre na região da Vila Rosário, embora em seu território não se encontre nenhuma produção significativa. Uma série de bens e serviços que Correntina não oferta são encontrados fora de sua sede. Os moradores de Vila Rosário precisam viajar para Posse para resolverem suas demandas: serviços bancários (Vila Rosário possui apenas um posto do Banco do Brasil), serviços educacionais (ensino médio e superior), serviços de correios, cartoriais (a maioria dos casamentos de Vila Rosário são celebrados em Posse), fórum, atendimento de saúde. Para terem acesso aos órgãos públicos como o Ministério do Trabalho, Hospital, Bombeiros e o DETRAN⁶⁶, os moradores de Vila Rosário também recorrem à cidade de Posse.

Os moradores alegam que apesar de a região ser grande produtora de grãos, já que sua agricultura coloca o município de Correntina no 4º lugar do ranking de produção agrícola do país, o retorno em investimentos por parte do executivo municipal não condiz com as necessidades do Distrito. As mais simples carências são observadas no Distrito. “A riqueza da região é muito grande e os recursos não estão sendo bem administrados pela Prefeitura” (Informação verbal)⁶⁷. O vice-presidente da Associação de Moradores de Vila Rosário considera a falta de

⁶⁶ Até mesmo a frota de veículos da região de Vila Rosário é emplacada em Posse, o que faz com que o município de Correntina não receba o repasse do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

⁶⁷ Entrevistas realizadas com moradores de Rosário em jul. 2014.

investimento em Saúde como a questão mais preocupante. Os moradores também questionam as desigualdades socioespaciais visíveis na região.

Temos um Posto de Saúde, mas os médicos só aparecem no máximo duas vezes por semana. Quando alguém aqui fica doente levamos para Posse (GO) e não é sempre que eles podem nos atender. Estamos abandonados em todos os sentidos. Escola só tem uma para mais de quinhentos alunos. Colégio estadual só se tem um anexo na própria escola. Estamos largados. (Informação verbal)⁶⁸

Eu não posso afirmar com certeza, mas a nossa comunidade gera em torno de quatro milhões de reais mensais ao município de Correntina e não vemos retorno algum desse dinheiro. O prefeito entra na onda de que o país está endividado e muitas cidades não têm recursos, mas aqui, no Rosário é um bolsão. Tem dinheiro, mas vai para a sede do município e não volta em forma de melhorias para a comunidade. (Informação verbal)⁶⁹

O título da matéria diz *Distrito baiano em terra goiana*, fazendo referência à disputa entre Goiás e Bahia, pela renda do Distrito de Vila Rosário. A prefeitura municipal de Correntina teme a emancipação política e não permite Vila Rosário tornar-se Cidade. Enquanto isso, persiste uma evasão fiscal e de renda para a cidade vizinha de Posse. Há quem diga que o município de Posse se desenvolveu à sombra do agronegócio da “Campina Baiana”.

Atualmente não existem mecanismos para controlar o destino da renda gerada nessa área, que fica na fronteira de outro Estado, facilitando o desvio do que é produzido e a destinação dos impostos para outras regiões. Muitos acreditam que com a emancipação seria mais fácil o controle de tudo que se produz e de todo o capital gerado. A transformação de Vila Rosário em Cidade poderia se traduzir no aumento do repasse de recursos. Mas, ao mesmo tempo, poderá ser usada apenas para atender aos interesses particulares de alguns grupos políticos e empresariais da região.

Tanto em Correntina quanto em São Desidério os rendimentos provenientes do agronegócio não são distribuídos igualmente. O título *Abismo social marca cidade baiana que tem renda alta e pobreza extrema* estampa matéria no Jornal Folha de São Paulo (14/04/2013)⁷⁰ falando a respeito de São Desidério. A

⁶⁸Harry Einstein, vice-presidente da Associação de Moradores de Rosário. Entrevista realizada em nov. 2012.

⁶⁹Moradora de Rosário. Entrevista realizada em nov. 2012.

⁷⁰NETO, Nelson de Barros. ABISMO social marca cidade baiana que tem renda alta e pobreza extrema. **Jornal Folha de São Paulo**. 14 abr. 2013. Disponível em:

matéria analisa dados de 2008 do IBGE, que mostraram que São Desidério estava entre os municípios mais ricos do país, com base no PIB per capita (soma de bens e serviços produzidos, dividida pelo total de habitantes)⁷¹, e contrasta com o Censo de 2010. Esse último também mostrou a cidade, por outros critérios, figurando entre as mais carentes do país, com 30% de sua população vivendo em casas com renda média de até R\$ 70,00, na linha de extrema pobreza pelos critérios do Governo Federal. Ainda conforme a matéria citada, segundo o IBGE a explicação está no modelo econômico baseado em lavouras mecanizadas com pouca geração de empregos. “Outro problema é a concentração da renda nas mãos de proprietários que não vivem ali”.

A desigualdade é marcada até mesmo dentro de espaços menores. Por exemplo o caso do Distrito de Roda Velha dividido em Roda Velha de Cima e Roda Velha de Baixo. A primeira é a parte ocupada pelo agronegócio, onde estão instaladas as fazendas de algodão, café, milho e soja, as unidades de recebimento de grãos das multinacionais, as lojas de insumos agrícolas, as representações dos órgãos públicos e é também onde se encontra a maior concentração de renda do município. Já o antigo povoado de Roda Velha de Baixo, segundo Barcellos (2011, p.240), “passa quase despercebido, não fosse a circulação de seus moradores em Roda Velha de Cima, seja em razão do uso do comércio, seja em razão de oportunidades de trabalho”.

Roda Velha de Baixo, área mais antiga que a primeira em ocupação, parece ter sido esquecida pelo agronegócio e pelos agentes públicos. O antigo povoado se vincula muito mais a uma agricultura de subsistência, que parece mantê-lo distante dos fluxos da moderna produção de grãos que animaram o surgimento de Roda Velha de Cima. Por estar afastada da rodovia, esse povoado fica fora dos fluxos econômicos que alimentam a moderna produção de grãos da região. Essa área não é alvo de investimentos públicos, por não ser interessante para o agronegócio, atividade econômica que colocou São Desidério entre os maiores PIB Agrícola do Brasil (IBGE, 2014), o que não significou “justiça” em matéria de distribuição de renda.

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/04/1262349-abismo-social-marca-cidade-baiana-que-tem-renda-alta-e-pobreza-extrema.shtml>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

⁷¹Esse valor chegava a R\$ 38.428 na cidade.

Figura 99 – Localização de Roda Velha de Baixo (à direita, junto dos córregos) em relação à Roda Velha de Cima (à esquerda, junto da BR-020). Correntina/BA



Fonte: Google Earth, 2015. Data da imagem 06/12/2004.

Ao lado de plantações de grãos mecanizadas e altamente produtivas, encontram-se esses núcleos urbanos que crescem desordenadamente, sem infraestrutura adequada, isentos de saneamento básico, com escassez de postos de trabalho, serviços precários de Educação e Saúde, além de inúmeras outras deficiências. Isso acontece ao mesmo tempo em que se apresentam grandes enclaves urbanos, como os loteamentos, destinados a uma pequena parcela da população com maior poder aquisitivo.

Figura 100 – Roda Velha de Baixo. São Desidério/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Figura 101 – Roda Velha de Cima. São Desidério/BA

Fonte: Camila Dutra, 2012.

Apesar de Santos Filho ter alertado que o "processo de expansão das fronteiras agrícolas na região está subordinado ao processo de expansão da fronteira urbana" (Santos Filho, 1989, 149), pouco foi feito para melhorar a infra-estrutura urbana da região. Tendo o mesmo processo acirrado as desigualdades intra-regionais, reordenando o fluxo migratório para a cidade de Barreiras, que já representa cerca de 1/4 da população regional, em detrimento dos outros municípios. (ALVES, 1999, 56).

Os Distritos de Roda velha e Vila Rosário se apresentam como nós importantes na rede urbana do Oeste Baiano por situarem-se na BR-020, que liga a Região Centro-Oeste ao Nordeste, sendo ponto de passagem em direção às capitais de Goiânia, Brasília e Salvador ou outras capitais do Nordeste. Essa situação geográfica permitiu o desenvolvimento agrícola e a expansão urbana de ambos os espaços. A dinâmica de fluxos econômicos e sociais estimulados pela produção de grãos regional tem induzido um processo de urbanização nesses espaços, no entanto essa urbanização é seletiva espacialmente e vem acompanhada de políticas isoladas e desarticuladas.

A concentração das atividades voltadas para o campo moderno, em apenas algumas cidades da região, ou em algumas parcelas menores do espaço urbano-regional, tem promovido disparidades econômicas e políticas entre os municípios da região, e dentro deles também. Esse quadro é agravado pela incapacidade do Estado de resolver os problemas comuns de regiões cujo crescimento não obedece às fronteiras. O resultado é o aumento das desigualdades socioespaciais, bem como o surgimento de novos problemas na região, como veremos no capítulo seguinte.

6 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO OESTE BAIANO

Neste capítulo evidenciamos como a expansão do agronegócio no Oeste Baiano tem se processado de forma contraditória e amplamente excludente. Discutimos o processo de apropriação desigual da região analisada, por parte do capital, bem como os impactos socioespaciais decorrentes desse uso corporativo do território (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011), apontando a relação estreita com a pobreza, intensificada e recriada.

No primeiro item, discutimos o processo de concentração fundiária na região, tanto do ponto de vista da monopolização do território por um grupo seletivo de investidores, como da “seletividade espacial” (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011) adotada pelo capital que, enquanto incorporou algumas áreas, excluiu outras do processo (e marginalizou muitos sujeitos). Desse modo, mostramos o nível de expropriação dos meios de produção pelo qual têm passado os camponeses do Oeste Baiano e as resistências travadas por eles para conseguirem sobreviver ao agronegócio. Nesse mesmo item discutiremos sobre os impactos causados ao trabalho na agricultura, as condições aviltantes as quais são submetidos os trabalhadores e a precária qualidade de vida deles.

No segundo item tratamos dos impactos que a expansão desenfreada do agronegócio tem promovido ao meio ambiente no Oeste Baiano. Apontamos os principais problemas ambientais intensificados e/ou criados a partir da ocupação predatória do agronegócio nos Cerrados baianos.

No terceiro item analisamos como a população dessa região, em geral, não é impactada positivamente pelos fabulosos números da produção e pelo aumento de capital proveniente do agronegócio. Apresentamos também a grande discrepância social interna, presente mesmo nos municípios detentores de grandes áreas inseridas no agronegócio – Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Apontamos os principais problemas sociais constatados no espaço intraurbano dessas cidades, criados ou intensificados pela difusão do agronegócio, como os conflitos de uso do solo urbano, o acesso precário à moradia, carências de infraestrutura e de serviços urbanos, etc.

O quarto item é o momento da síntese, de tentar compreender a desarticulação desse espaço regional. Nesse item evidenciamos como enquanto

alguns municípios experimentaram significativa expansão de sua produção e produtividade agrícola, outros praticamente estagnaram de forma que, cada vez mais, dependem de investimentos governamentais para minimizar os seus graus de pobreza. Discutimos sobre o fato de o desenvolvimento desigual no Oeste Baiano estar presente em todas as escalas, gerando fragmentação do espaço agrícola e urbano, e como o planejamento de Estado tem contribuído para isso.

6.1 RECORDES NAS SAFRAS DE GRÃOS E NOS PROBLEMAS FUNDIÁRIOS E TRABALHISTAS

As transformações ocorridas nas últimas décadas no Oeste Baiano promoveram profundas mudanças na região, inclusive o surgimento de uma nova cidade do agronegócio, Luís Eduardo Magalhães, que nasce da necessidade técnica da agricultura científica e da disputa política entre sulistas (principalmente gaúchos) e nordestinos. Esse processo produziu também uma escalada vertiginosa de problemas econômicos, sociais, políticos e ambientais. Às desigualdades históricas da região juntaram-se aquelas advindas da expansão do agronegócio.

As ações do Estado têm beneficiado principalmente os empresários do agronegócio. Isso fica fácil de ser percebido se analisarmos o Produto Interno Bruto *per capita* (PIB *per capita*) do município de Luís Eduardo Magalhães. De acordo com os dados do IBGE, para o ano de 2012 o PIB desse município era de R\$ 53.647,42 milhões (o da Bahia era em torno de R\$ 158 bilhões), enquanto o valor do rendimento nominal mediano mensal *per capita* era R\$ 320,00, para os domicílios rurais, e R\$ 510,00 para os urbanos. No caso de Barreiras, o PIB era R\$ 17.320,66 milhões no ano citado, enquanto o rendimento nominal mediano mensal *per capita* dos domicílios rurais era R\$ 220,00 e R\$ 405,50 para a zona urbana. O Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, a preços correntes são, respectivamente, R\$ 499.945 milhões e R\$ 345.301 milhões, destoante da renda mensal da maioria da dos seus habitantes que, como vimos, não chega a dois salários mínimos.

A contradição maior é ver que, para o caso de Luís Eduardo Magalhães, ao mesmo tempo em que esse município era, em 2006, o 5º no ranking baiano do Índice de Desenvolvimento Econômico dos Municípios, ficava na 417ª posição do

ranking do Índice de Renda Média dos Chefes de Família¹. Desse modo, além de safras recordes de grãos, o agronegócio também vem produzindo números recordes de desigualdades socioespaciais no Oeste Baiano. Isso reafirma o que disse Castro (1947), ainda nos anos de 1940, mas que se aplica perfeitamente nos dias atuais

A dualidade da civilização brasileira, com sua estrutura econômica bem integrada e próspera no setor da indústria e sua estrutura agrária arcaica, de tipo semicolonial, com manifesta tendência à monocultura latifundiária, é a principal responsável pela fome no quadro social brasileiro (CASTRO, 1947, p.266).

Parte considerável das desigualdades socioespaciais, observadas nas cidades do Oeste Baiano, é decorrente (ou agravada) de problemas mais estruturais associados ao campo moderno, o principal deles é a concentração fundiária. O processo de incorporação de áreas no Oeste Baiano, desde os anos de 1980, não modificou a distribuição da terra e da renda na região, muito pelo contrário, conservou a concentração dessas, fazendo com que parcela dos imigrantes acabasse se fixando nas áreas urbanas, constituindo mão de obra auxiliar no desenvolvimento agrícola, criando diversos impactos no campo e na cidade e intensificando a exclusão social.

Dado o fato de o Oeste Baiano englobar duas regiões distintas em termos de características geoambientais e de formação socioespacial, que são o Vale e o Cerrado (área dos chapadões), utilizados para agricultura e pecuária de formas individualizadas, reflete na diferenciação dos impactos do agronegócio nessas áreas e no grau dos problemas. Enquanto nos chapadões o agronegócio é predominante, dado as áreas serem planas e favoráveis à mecanização, com melhores índices pluviométricos, os agricultores do Vale praticam agricultura (cultivo da mandioca, arroz, milho, feijão) e pecuária de subsistência e se concentram nas partes leste e sul da região.

¹ Dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para o ano de 2006.

Figura 102 – Pecuária extensiva (à esquerda) e cultivo de banana e mandioca (à direita) em pequena propriedade do Vale. Baianópolis/BA



Fonte: Camila Dutra, 2013.

A divisão econômica e social entre o Vale e o Cerrado é tão evidente no Oeste Baiano, que a própria Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA), composta por médios e grandes empresários do agronegócio da região, traz essas diferenças expressas em seu website, como vemos na figura abaixo.

Figura 103 - Recorte de página da website da AIBA



Fonte: <http://aiba.org.br/regiao-oeste/>. Acesso em 04 jun. 2015.

É importante destacar que a diferença entre esses dois espaços agrícolas não se resume apenas ao tipo de cultura (subsistência ou monocultura) e à morfologia (Vale ou Chapada). Diferente do que apregoa a AIBA, para Ilario (2011, p. 28)

[...] a diferença entre esses dois espaços agrícolas refere-se, sobretudo, às desigualdades impostas aos produtores do Vale no acesso a financiamentos, à infraestrutura local para o escoamento da produção, a pesquisas e a técnicas desenvolvidas para o aumento da produtividade e ao apoio, por parte do Estado, na esfera municipal, estadual e federal, no desenvolvimento da atividade agrícola.

A difusão do agronegócio tem enfraquecido as antigas atividades econômicas tradicionais da região. A introdução de uma nova produção agrícola, moderna e mecanizada impôs forte pressão sobre a produção tradicional, particularmente a pecuária extensiva e agricultura de sequeiro, que lutam para resistir à especulação fundiária. A migração intensa de produtores agrícolas e especuladores fundiários, na década de 1980, encontrou formas de ocupação anteriores a sua chegada, o que gerou conflitos por terras entre os recém-chegados e os antigos ocupantes. O próprio governo local, em documento oficial, reconheceu a forma truculenta como essas áreas foram ocupadas por seus “novos” donos. Os movimentos sociais também denunciaram esse processo.

O processo predominantemente especulativo ocorria muitas vezes à revelia da lei, com uso da violência contra os eventuais donos das terras, por parte dos grileiros, que se apropriavam delas muitas vezes com base em documentos legais conseguidos por meios fraudulentos. Tal processo levou ao acirramento das tensões fundiárias e ao aumento do êxodo rural na região, no início da década de 80. Nesse processo, quem mais sofreu foram os pequenos produtores rurais, expulsos de suas propriedades, onde era introduzida a criação de gado em regime extensivo apenas para que a terra tivesse uma ocupação produtiva (CAR, 1984 apud SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2001, p.30).

Os cartórios de todas (quase que sem exceção) as comarcas do oeste são, ainda hoje, verdadeiras oficinas de fabricar escrituras públicas falsificadas, em especial sobre áreas de posseiros antigos da região, e até mesmo sobre fazendas já legalizadas e com georreferenciamento. (“MANIFESTO do Oeste Baiano”, 2007, p. 2)².

No Oeste Baiano, vem sendo cada vez mais comum a falência de pequenas propriedades e a aquisição delas por parte dos empresários do agronegócio, o que acentua a concentração fundiária. Esses empresários pressionam os nativos a venderem as terras que ocupam. Os pequenos agricultores do Cerrado são afetados, sobretudo através do fechamento dos campos de criação

²“Manifesto do Oeste Baiano” apresentado na Audiência Pública da Fiscalização Preventiva e Integrada em Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, ocorrida em Barreiras no dia 31 ago. 2007. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/rvferrao/manifesto-do-cerrado-baiano-1>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

coletiva de gado (“fundos de pasto”) e pela especulação de suas terras (a maioria ainda composta por posseiros) ao longo dos rios da parte oeste da região, onde cultivam arroz, milho e feijão.

Em Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, simplesmente inexistem pequenos proprietários de soja, milho, café e algodão, pois essas culturas são desenvolvidas de forma amplamente mecanizada, com intenso uso de insumos modernos e altos investimentos financeiros, fatores que selecionam “naturalmente” quem pode ou não produzir grãos no Oeste Baiano. Nos principais municípios dessa região, integrados ao agronegócio, é comum uma grande concentração de renda e de propriedade, com forte disparidade entre grandes produtores e os camponeses.

Figura 104 – Placas de localização de fazendas do agronegócio nas margens da BR-242. São Desidério/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Mondardo (2010, p.275) destaca que “a moderna agricultura desenvolvida na região foi ‘territorializada’ por migrantes sulistas que dispunham de dinheiro, tecnologia e informação”. Enquanto de um lado muitos camponeses se espremiam em pequenas faixas de terras, encurralados pelo avanço do agronegócio, no outro extremo da realidade fundiária local grandes fazendas, como a Estrondo, a Agrícola Xingu e a São José possuem áreas que chegam a 400 mil hectares – e cujos dados de registros de imóveis, muitas vezes, são conflitantes entre um e outro órgão público. Não apenas no Oeste Baiano, mas na RPA de Barreiras como um todo, a concentração fundiária é uma variável marcante. Como ressalta Alves (1999, p. 22)

O processo deflagrado na região Oeste da Bahia foi um processo de expansão das fronteiras agrícolas de cunho tipicamente extensivo, que proporcionou a formação de grandes proprietários rurais com fins puramente especulativos. [...]. Quando a fronteira se fechou, ou melhor, quando todas as terras foram ocupadas, houve um acirramento das tensões sociais devido à formação de um contingente de pequenos posseiros que foram expulsos de suas terras durante o processo.

Uma caracterização territorial feita pela Embrapa (2015)³ mostrou, como podemos ver na Tabela 19, que dos 48.227 estabelecimentos agrícolas existentes (segundo dados do IBGE para 2007), 91% possuem igual a/ou menos de 100 ha. Desses estabelecimentos, 83% são muito pobres (renda bruta mensal entre 0 e 2 salários mínimos)⁴, enquanto apenas 1% são da classe rica com uma renda bruta mensal maior que 200 salários mínimos. Estes dados expressam uma concentração de renda em um número ínfimo de propriedades rurais.

Tabela 19 – Renda bruta média dos estabelecimentos menores e maiores que 100 ha no Oeste Baiano

Tamanho dos estabelecimentos	Nº de estabelecimentos por classes de renda bruta média				
	0 a 2	2 a 10	10 a 200	slm>	Total
	slm	slm	slm	200	Estab.
Menores que 100 ha	38.333	4.619	974	10	43.936
Maiores que 100 ha	1.873	1.160	753	505	4.291
Total	40.206	5.779	1.727	515	48.227

Fonte: Embrapa (2015). Organização: Camila Dutra.

No Oeste Baiano se repete a máxima da concentração fundiária, isto é, uma pequena elite agrária com muita terra, não em número de estabelecimentos, como visto na tabela anterior, mas em extensão territorial. Essa característica é comum às novas áreas incorporadas pela agricultura moderna nos Cerrados e reflete as grandes transformações que essa parte do território nacional vem sofrendo

³ EMBRAPA. Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE). **Caracterização territorial estratégica do Matopiba**. Campinas, fev. 2015. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/gite>>. Acesso em: 24 maio 2015.

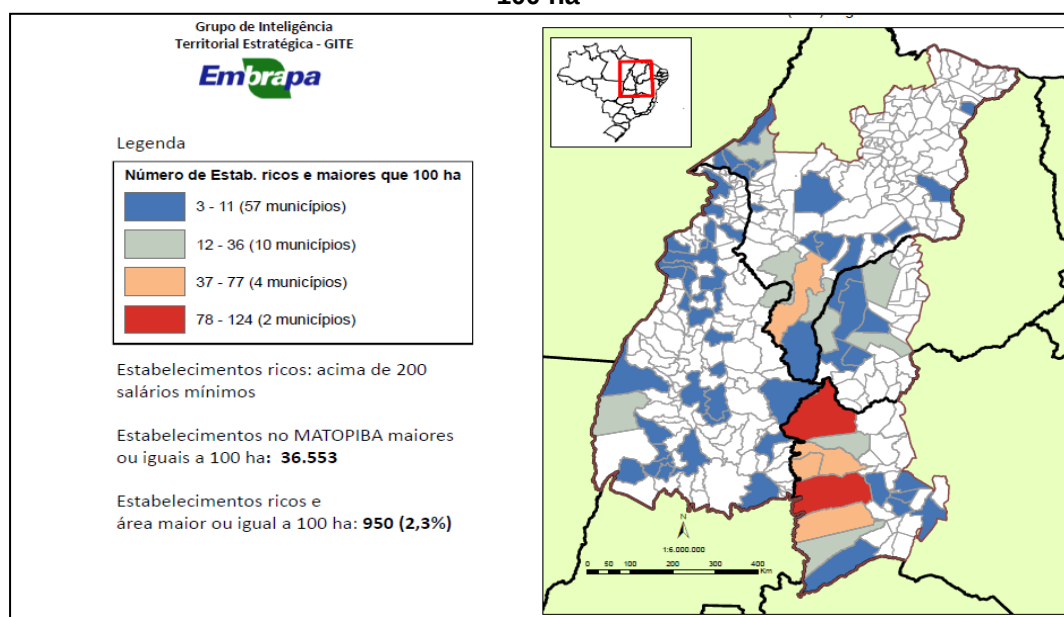
⁴ Essa classificação do Censo Agropecuário 2006 categoriza os estabelecimentos rurais em muito pobres (renda bruta mensal entre 0 e 2 salários mínimos), pobres (renda bruta mensal entre 2 e 10 salários mínimos), da classe média (renda bruta mensal entre 10 e 200 salários mínimos) e ricos (renda bruta mensal maior que 200 salários mínimos); e por tamanho médio das propriedades (menor que 100 ha; maior que 100 ha)

nos últimos anos e o aumento crescente das desigualdades nos Cerrados nordestinos. O modelo agrícola que se configura no Oeste Baiano tem por características intrínsecas o favorecimento da grilagem, do grande proprietário e da expansão da pecuária em detrimento da agricultura camponesa (BAHIA, 1977, p19).

O mapa disposto a seguir desse mesmo estudo da Embrapa exhibe o número de estabelecimentos ricos (acima de 200 salários mínimos) com área maior ou igual a 100 ha e evidencia que esses estão reunidos no Oeste Baiano e, não por acaso, São Desidério e Formosa do Rio Preto (ambos em vermelho) são os maiores concentradores, possuindo de 78 a 124 estabelecimentos nesse padrão (ricos com área maior ou igual a 100 ha), de um total de 515 para toda a região do Oeste Baiano.

Não é de se estranhar, afinal esses dois municípios, além de serem os maiores em área no Estado da Bahia, são, respectivamente, o primeiro e o segundo, em produção agrícola do Estado, bem como os maiores em terras agricultáveis da região, compondo-se de grandes latifúndios do agronegócio, cujos proprietários são também os empreendedores mais ricos da região. Há ainda um dado que a estatística não revela: há entre esses proprietários aqueles que são donos de mais de uma propriedade, o que acentua o caráter concentracionário da posse de terra.

Figura 105 – MAPITOBA. Número de estabelecimentos ricos e com área maior ou igual a 100 ha

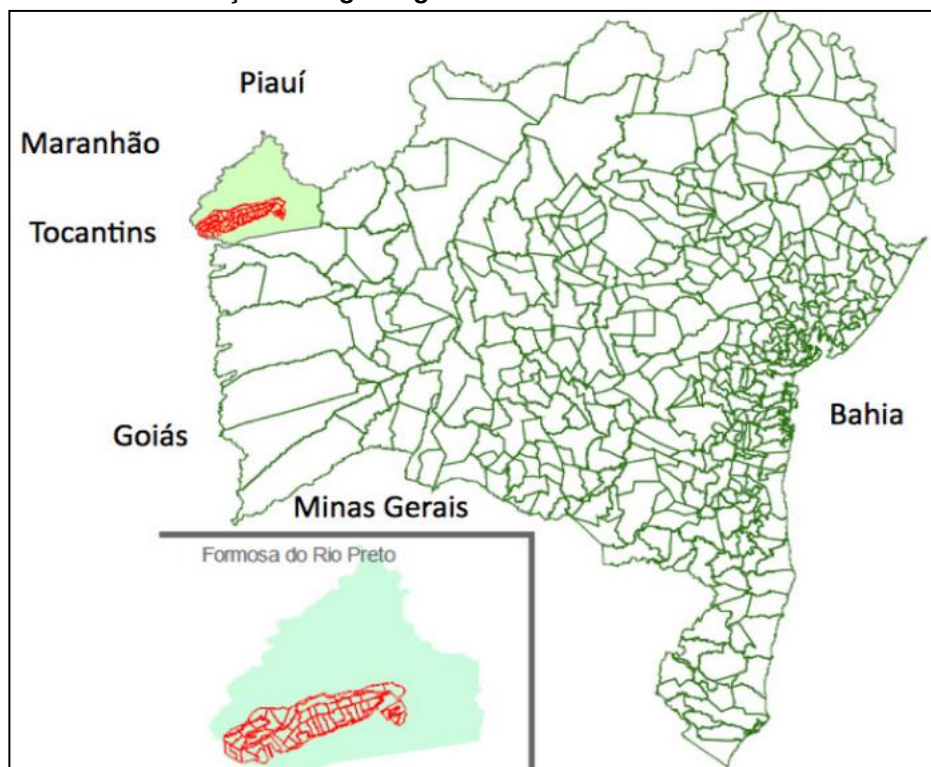


Fonte: EMBRAPA, 2015.

O Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo⁵, empreendimento situado em Formosa do Rio Preto, com 305 mil hectares de área (apenas 134 mil reconhecidos pelo Ministério Público Federal como legais), próximo à divisa com o Tocantins foi notificado e incluído no chamado "Livro Branco da Grilagem de Terras", documento divulgado em 1999 pelo Governo Federal, que realizava então uma tentativa de reverter ao Patrimônio Público, dezenas de milhões de hectares de terras ocupadas irregularmente por particulares. Com isso, a fazenda teve o cancelamento provisório do seu registro. O levantamento chegou à conclusão que, em todo o país, a área sob suspeita de grilagem era de aproximadamente 100 milhões de hectares – quatro vezes a área do Estado de São Paulo ou a área da América Central mais o México.

A Figura seguinte nos dá uma noção do quão extensa é a área da fazenda Estrondo e o que ela representa dentro do território do município de Formosa do Rio Preto.

Figura 106 – Localização do Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo



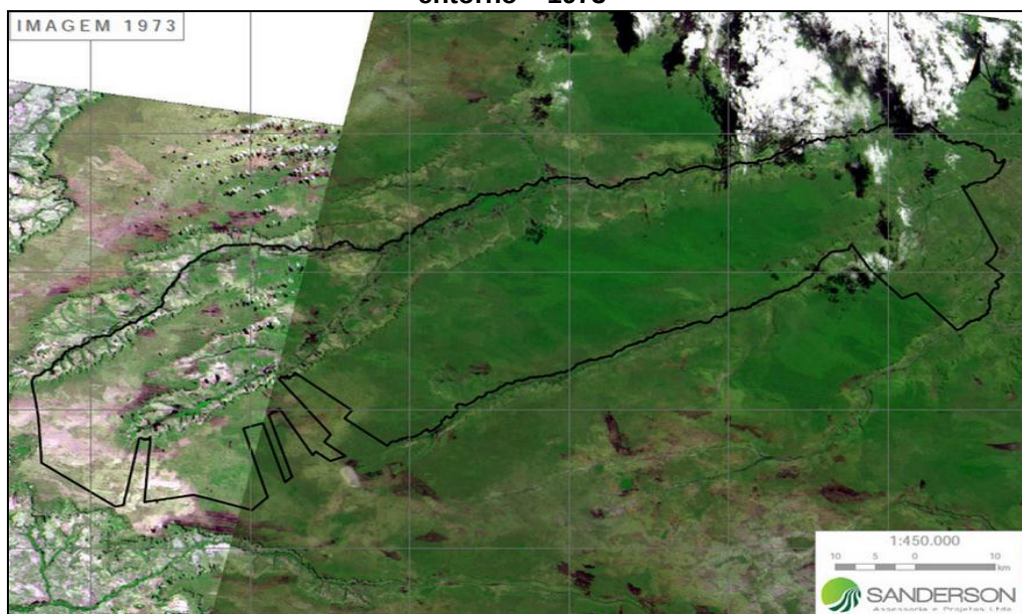
Fonte: <http://agronegocioestrondo.com.br/geografia.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015. 2013

⁵ Atualmente 24 empresas formam o Agronegócio Estrondo, que possui 34 arrendatários. O empreendimento é denominado de "Condomínio" por se tratar de um conjunto de fazendas, sendo duas delas a Austrália e a Indiana. Ver: <<http://agronegocioestrondo.com.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

O Condomínio Estrondo está com processos para certificação das suas propriedades, mas, enquanto aguarda decisão judicial, os fazendeiros que integram o grupo continuam cercando grandes áreas, e diversas famílias perdem o seu território tradicional ao longo dos anos, segundo relatos de comunidades locais. Com isso, as populações do entorno, que sobrevivem do extrativismo das frutas e das plantas medicinais, ficam "espremidas" na Área de Preservação Permanente (APP) da Estrondo e são "empurradas" para a beira do rio. Diversas guaritas com guardas armados vigiam a entrada da extensa fazenda. Lavoratti e Santos (2011, p.112) dizem que “os moradores foram empurrados para a beira dos pequenos riachos e rios. Foram morar nos brejos, viraram ‘brejeiros’”.

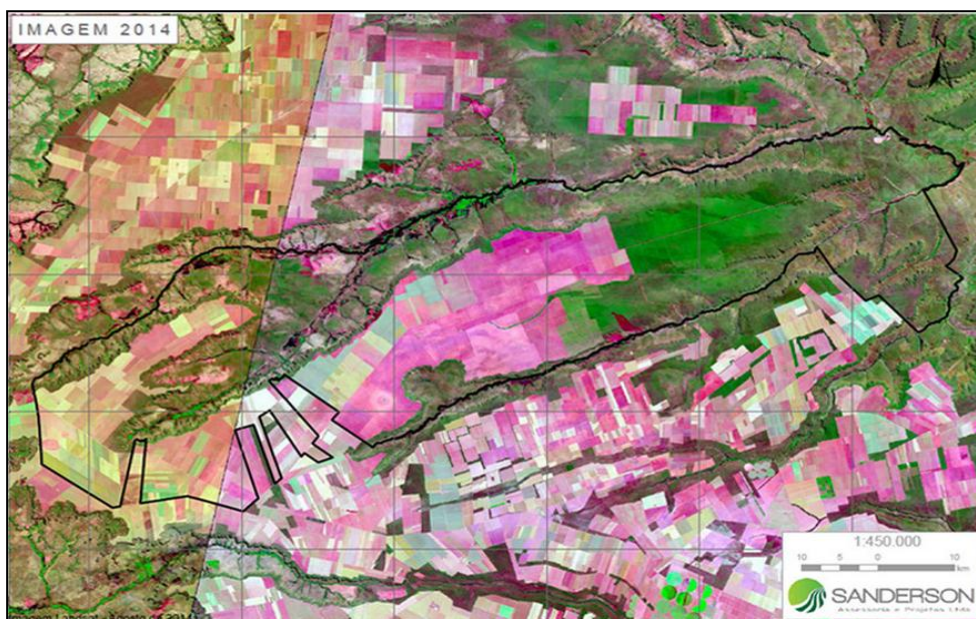
A seguir apresentamos duas imagens de satélite, uma de 1973 e outra de 2014, para que se possa visualizar o nível de desmatamento promovido por esse empreendimento e outros do seu entorno, ao longo de quatro décadas (a Estrondo chegou à região em 1975). Lembrando que as áreas em tons avermelhados são ocupadas por agricultura e em verde com a vegetação natural do Cerrado. Na diferença entre as imagens é possível vermos o grau de desmatamento que foi promovido na região, fora e dentro da fazenda Estrondo.

Figura 107 A– Imagem de satélite do Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo e entorno – 1973



Fonte: <http://www.agronegocioestrondo.com.br/geografia-loteamento.htm>. Acesso em 12 jun. 2015. 2013.

Figura 107 B– Imagem de satélite do Agronegócio Condomínio Cachoeira do Estrondo e entorno – 2014



Fonte: <http://www.agronegocioestrondo.com.br/geografia-loteamento.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015. 2013.

Enquanto se agrava a concentração de terras e renda no Cerrado do Oeste Baiano, a população do Vale continua pobre e seus pequenos produtores passam por sérios problemas, sendo também abandonados pelos projetos e políticas de financiamentos do Estado. O aumento dos preços das terras, tanto rurais quanto urbanas, representa, por sua vez, uma intensa periferização da população como efeito direto do processo de valorização dos imóveis. Muitos não só migraram da área central para a periferia como se deslocaram para a própria zona urbana circunvizinha.

[...] a especulação fundiária no Oeste baiano encontrou as condições para seu fomento na existência de grandes quantidades de terras devolutas ou sem propriedade declarada. Esse processo teria sido intenso no início dos anos 80, ocorrendo em duas vertentes. A primeira vertente centrou a sua ocupação nas pequenas propriedades de terra, sendo formadas por pequenos posseiros. A segunda concentrou o seu poder na formação de grandes propriedades que transformaram toda a estrutura fundiária da região. Com o fim do processo especulativo, a concentração fundiária continuou, não com base em expansão da ocupação, mas por uma espécie de processo de "fagocitose", no qual as grandes propriedades passaram a adquirir as pequenas (ALVES, 1999, p. 31).

Mesmo enfraquecidas pela tentativa de homogeneização pela nova atividade econômica, as atividades tradicionais da região sobrevivem e coexistem

com as modernas, embora isso custe muita resistência e, algumas vezes, uma progressiva submissão das comunidades tradicionais aos novos meios de produção. Esses grupos permanecem ocupando, por via de regra, os fundos de Vale da região onde o relevo é mais acidentado, áreas não atrativas, na maioria das vezes, às modernas lavouras de grãos. A condição imprópria para a mecanização agrícola, do relevo dessa parte da região, talvez seja um dos fatores que tem resguardado a área de maiores ofensivas do agronegócio. Para Queiroz (2012, p. 21)

[...] essas inovações tecnológicas que são empregadas no oeste baiano não eliminam totalmente as estruturas econômicas e políticas anteriores à sua existência, o que dá origem a lugares de convivência entre antigas práticas agrícolas e a agricultura moderna, sendo traduzidas nos Cerrados nordestinos como as antigas ocupações que convivem hoje com a agroindústria, o que produz conflitos de diferentes naturezas na região.

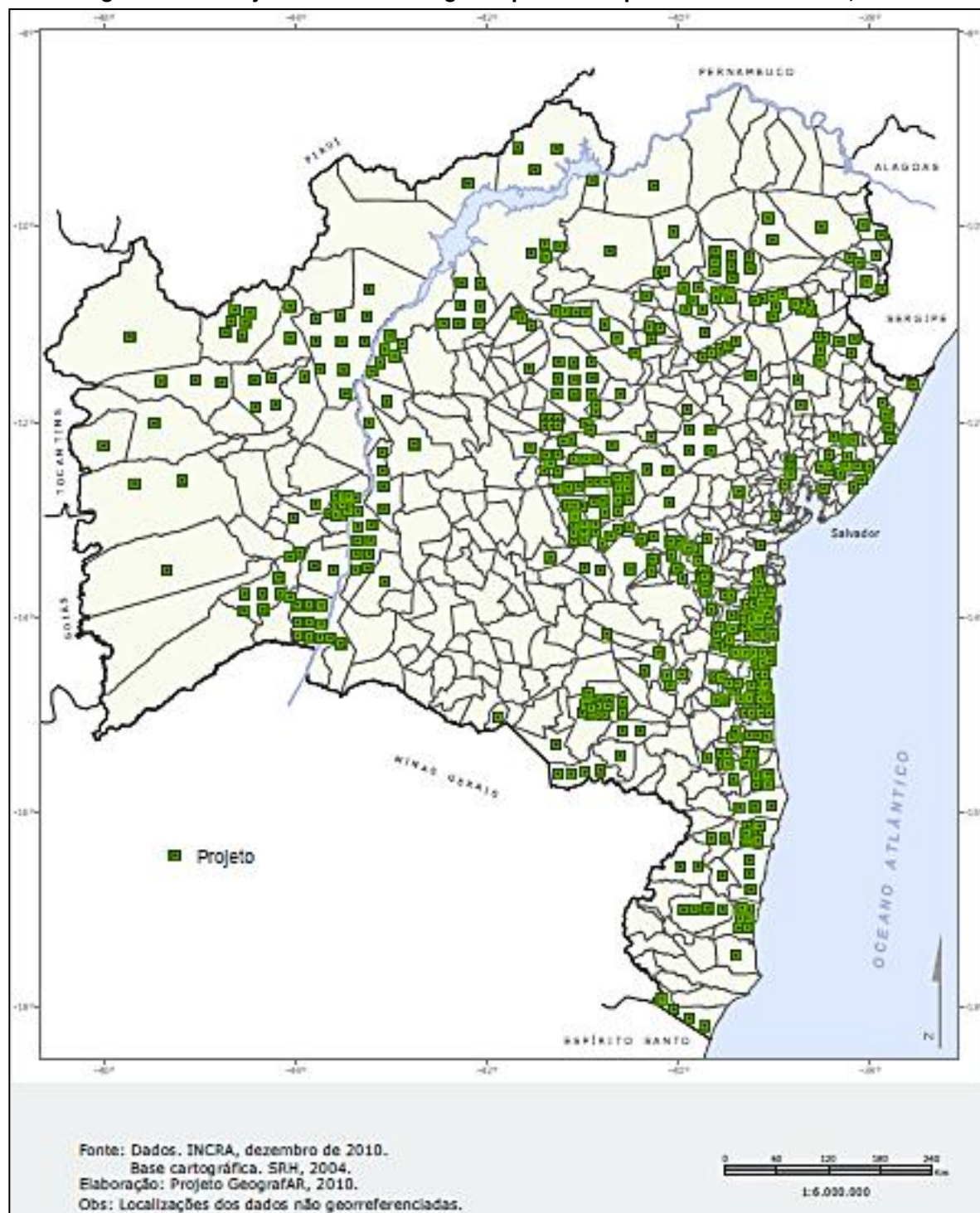
Apesar do avanço indiscriminado da fronteira agrícola, a organização social dos trabalhadores conquistou alguns projetos de assentamentos para o Oeste Baiano. Atualmente existem 22 assentamentos distribuídos em dez municípios da região⁶. A Figura 108 mostra a espacialização desses projetos. Os entraves à reforma agrária no Oeste Baiano também são numerosos. O coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Wilson Pianissola dos Santos, disse ao *Repórter Brasil*, em matéria do dia 18/06/2010⁷, que caso o movimento queira fazer um assentamento em Mansidão ou Santa Rita, municípios menos desenvolvidos da região, "você consegue sem problemas". Contudo caso haja reivindicações por assentamentos em Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, principais polos agrícolas da região, "o agronegócio não quer permitir". Os grandes produtores usam de todos os mecanismos para evitar a constituição dos assentamentos, inclusive o enfrentamento direto, seja em torno do projeto para a região, seja relativo à ocupação de terras locais. Segundo Haesbaert (1996, p. 176)

⁶ Ver: INCRA inaugura escritório em Barreiras (BA). **Incra**. 28 set. 2009. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/incraba-inaugura-escritorio-em-barreiras>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

⁷ BIONDI, Antônio. Ambientalistas querem parque nacional para conter expansão da soja. **Repórter Brasil**. Do Centro de Monitoramento de Agrocombustível. 18 jun. 2010. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2010/06/ambientalistas-querem-parque-nacional-para-conter-expansao-da-soja/>>. Acesso em 05 jun. 2015.

No oeste baiano a margem de ampliação do campesinato é mínima, como se tivesse sido congelada uma estrutura agrária perversa, a dos grandes latifundiários do semi-árido, frente à moderna concentração da terra promovida pelos novos empresários sulistas nos Cerrados.

Figura 108 – Projetos de reforma agrária por município. Estado da Bahia, 2010.



Fonte: Projeto GeografAR, 2010⁸.

⁸ Disponível em: <www.geografar.ufba.br/>. Acesso em: 07 mar. 2016.

O coordenador do MST disse ainda, a esse mesmo jornal eletrônico, que um dos grandes empecilhos ao avanço da reforma agrária nessa região é a grande dificuldade existente para demarcar os lotes dos assentamentos. "É uma região que ainda possui muita grilagem de terras, com grupos que trabalham apenas com isso, a serviço dos estabelecimentos do agronegócio". Santos acrescenta que muitas terras locais ou não possuem documentação, ou possuem vários supostos "donos", o que dificulta ainda mais as titulações para os assentados.

Assim gradativamente o sistema tradicional de relação de trabalho e formas de remuneração cede lugar àquele que relaciona patrão e empregado exclusivamente pelo vínculo salarial, tirando do homem do campo a oportunidade do aumento real de sua renda, principalmente no atual momento, quando até a terra vem sendo tirada de suas mãos pela falta de regularização e legalização (BAHIA, 1977, p. 127).

Sem título da terra os agricultores não conseguem financiamentos, como diz Lavoratti e Santos (2011, p.113), "quem tem qualquer papel, consegue financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)". Para Lavoratti e Santos (2011, p. 115)

No Oeste Baiano alguns assentamentos são um amontoado desordenado, com gente arregimentada na periferia das cidades, numa tentativa de reverter o êxodo rural, mas sem sucesso, porque nunca são os antigos produtores, os originais. Não existe um projeto viável e sustentável.

A agricultura familiar na região passa por um processo de endividamento constante. Projetos do Banco do Nordeste, de 1996/1998 e de 2002/2003 liberaram crédito para os agricultores e cerca de 90% não conseguiram pagar, ficando inadimplentes com o banco, não podendo mais solicitar crédito para custear sua produção e com riscos de perder suas terras para pagar as dívidas⁹. Esses problemas parecem ser históricos na região, reconhecidos em documento do governo de 1977

As garantias para os compromissos bancários, o distanciamento entre os valores da avaliação bancária das terras e benfeitorias dos valores reais de mercado, a falta de capitais, as irregularidades na documentação das terras, o baixo poder reivindicatório, as barreiras culturais são, entre muitos outros,

⁹Informações obtidas com o gerente executivo do Distrito de Irrigação do Projeto São Desidério/Barreiras Sul. Barreiras, 24 out. 2012.

fatores que inibem a participação dos pequenos produtores nesses programas governamentais (BAHIA, 1977, p.19).

Outro problema é que os assentamentos na região ainda estão em sua maioria se estruturando – tendo para isso de enfrentar as dificuldades no setor da infraestrutura (há assentamentos sem energia elétrica inclusive) e no estímulo à produção por parte dos órgãos públicos. O coordenador do MST conta que "os assentados de hoje são em boa parte de filhos de pessoas que tiveram suas terras tomadas pelo agronegócio, então vieram morar na cidade". Em sua avaliação, "de certa forma, ao conquistar o assentamento, é como se fosse uma retomada da terra para eles".

Dentre alguns assentamentos presentes na região, o mais antigo é o Projeto de Reforma Agrária Assentamento Angical, criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1986 e que foi, por muito tempo, considerado o maior assentamento da América Latina, pelo grande número de famílias que foram assentadas, embora atualmente esse número seja bem menor. Inicialmente assentou-se em torno de 1.280 famílias, sob um processo de reforma agrária numa área de 56.000 ha. Sobre a realidade atual desse assentamento, Moura e Lavoratti (2012, p. 14) afirmam que

Hoje, os assentados estão organizados em 13 comunidades, e em todas elas existem grandes dificuldades para o desenvolvimento agropecuário, devido a vários fatores, mas os mais importantes são a baixa fertilidade do solo, escassez de água no período de estiagem e falta de preparo dos novos proprietários para o cultivo da terra, com a colheita e as dificuldades de colocação do produto no mercado. Fatores estes somados ao abandono do governo de forma geral e a falta de atenção das autoridades em todas as 15 esferas, o que faz com que esses pequenos proprietários optem pela pecuária bovina, sobremaneira.

Conforme o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luís Eduardo Magalhães¹⁰, os pequenos produtores da região mantêm sua produção, com muita dificuldade, produzindo pouco e sem incentivo do governo, embora sejam eles os responsáveis pela maior parte da produção agrícola de base alimentar para o consumo direto da região. Na opinião do Presidente do Sindicato dos

¹⁰Entrevista realizada com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luís Eduardo Magalhães, nessa cidade em 27 maio 2013.

Trabalhadores Rurais de Barreiras¹¹, a agricultura familiar no Oeste Baiano só consegue sobreviver porque os agricultores intercalam o trabalho na roça com o emprego temporário nas grandes fazendas da região, uma vez que a renda do campesinato se tornou insuficiente.

Figura 109 – Agricultura familiar (à esquerda) e criação de caprinos (à direita) em assentamento de reforma agrária. Assentamento Gameleira, Angical/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Desidério¹², reclama que, além dos trabalhadores rurais da região não desfrutarem da riqueza que o agronegócio arrecada, eles são historicamente explorados, com suas terras sendo alvo de grilagens¹³; expulsão de posseiros; contaminação dos recursos naturais; trabalho análogo ao escravo; assalariamento progressivo dos trabalhadores, etc. Esse assalariamento do camponês se reflete no aumento do trabalho formal no campo, como podemos ver na Tabela 20, que mostra o levantamento de empregos formais no setor agropecuário entre 2006 e 2011. Conforme esses dados, o número aumentou quase 70% nesse período.

Tabela 20 – Empregos formais no campo no Oeste Baiano

Ano	Trabalhadores
2006	12.430
2011	21.076

Fonte: Rais/Caged/MTE¹⁴. Organização: Camila Dutra.

¹¹Entrevista realizada com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras, nessa cidade, em 20 jun. 2013.

¹²Entrevista realizada com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Desidério, nessa cidade, em 04 jun. 2014.

¹³O entrevistado falou da comum montagem de escrituras nos cartórios locais e do grande número de propriedades com mais de uma escritura.

¹⁴Disponível em: ANUÁRIO da Região Oeste da Bahia, 2014.

A região recebe trabalhadores de variadas regiões do Brasil – parte deles levados pelos famosos “gatos” (contratante de mão de obra a serviço do produtor rural) – e apresenta diversos problemas relativos aos direitos trabalhistas e à legislação ambiental. Os migrantes temporários, denominados “avulsos”, são os mais utilizados como mão de obra análoga a escrava nas grandes fazendas do agronegócio na região. Conforme a ONG Repórter Brasil (2010)¹⁵, entre 2003 e 2009, a região apresentou 43 casos de propriedades flagradas com trabalhadores em situação análoga à escravidão. No período, somente dois casos na Bahia, em Juazeiro e Sebastião Laranjeiras, não se referiram à região Oeste do Estado. Os flagrantes se relacionam a casos verificados no agronegócio do algodão, soja e milho, na pecuária, na carvoaria, entre outras atividades.

O Condomínio Estrondo além de exemplo de histórica concentração fundiária na região, também coleciona crimes trabalhistas e ambientais. A matéria do *Repórter Brasil*, de 26/11/2009¹⁶, traz uma das muitas denúncias contra essa empresa. Pela primeira vez, duas fazendas de um mesmo empreendimento agropecuário entraram simultaneamente na “lista suja” do trabalho escravo, cadastro do Governo Federal que lista infratores flagrados explorando através desse tipo de crime. A “lista suja” inclui mais três propriedades com trabalho escravo na soja no Piauí, duas no Tocantins e uma no Mato Grosso do Sul. Não por acaso, os municípios em que houve flagrante de trabalho escravo na soja são também campeões do desmatamento do Cerrado¹⁷.

Na última atualização semestral da “lista suja”, em julho de 2014, as fazendas Indiana e Austrália – unidades situadas nas terras da Condomínio Estrondo, que cultivam algodão e soja, foram incluídas. A Fazenda Austrália, da Companhia Melhoramentos do Oeste da Bahia (CMOB), que atua também com mineração na região, mantinha 39 trabalhadores escravos que catavam raízes para

¹⁵ONG REPÓRTER BRASIL. Os impactos da soja na safra 2009/10. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, abr. 2010. Disponível em: <www.agrocombustiveis.org.br>. Acesso em 09 jun. 2015.

¹⁶REIMBERG, Maurício. Fazenda Estrondo coleciona crimes trabalhistas e ambientais. **Repórter Brasil**. 26 nov. 2009. Disponível em:< <http://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais/>>. Acesso em 12/06/2015.

¹⁷Para mais informações ver dados disponíveis em <<http://www.reporterbrasil.com.br/pacto/listasuja/lista>>

viabilizar a produção de soja. Já na Fazenda Indiana, sob a responsabilidade de Paulo Kenji Shimohira, houve 52 libertações da empreitada de capina de algodão¹⁸.

A saúde do trabalhador também é negligenciada por muitos empregadores da região, multiplicando-se os relatos e estatísticas de falta de equipamentos de proteção, acidentes no trabalho e até mortes. Segundo a ONG Repórter Brasil (2010)¹⁹, a Agrícola Xingu, situada em São Desidério, foi palco em 2008 de acidentes que levaram à morte dois de seus trabalhadores. Em 2002, a Bunge também teve um acidente em suas dependências que levou à morte um trabalhador.

Os relatos de empregados das lavouras de algodão e soja que apresentam problemas crônicos de saúde após lidar com os agrotóxicos também são frequentes. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Desidério²⁰ afirma que sintomas, como alergia, vômitos, tontura, dores de cabeça atribuídos ao uso constante e irresponsável de agrotóxicos, são comumente relatados pelos trabalhadores ao Sindicato. E o problema torna-se mais sutil e traiçoeiro, uma vez que a saúde dos trabalhadores não é afetada principalmente por acidentes, mas por uma intoxicação gradativa e silenciosa. Casos mais graves começam a despertar preocupação por parte dos órgãos públicos que acompanham as questões de saúde do trabalhador na região.

As elevadas doses de corretivos, defensivos e fertilizantes químicos, o uso de sistemas não racionais de preparo, inclusive com a pulverização aérea, podem gerar situações bastante nocivas ao ar, água e solo. As condições químicas dos solos melhoram com o tempo, mas, em longo prazo, serão afetados os lençóis freáticos e em decorrência as águas superficiais. O secretário de meio ambiente e turismo de São Desidério citou que já existem evidências comprovadas desse tipo de contaminação no município. Conforme caderno do CEAS²¹ (2006, p.13), “nos Cerrados do oeste são despejados, em média, 8 litros de agrotóxicos por hectare.

¹⁸A Indiana obteve uma liminar e deixou a "lista suja" em agosto de 2014.

¹⁹ONG REPÓRTER BRASIL. Os impactos da soja na safra 2009/10. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis, abr. 2010. Disponível em: <www.agrocombustiveis.org.br>. Acesso em 09 jun. 2015.

²⁰Entrevista realizada com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Desidério, nessa cidade, em 04 jun. 2014.

²¹SILVA, C. E. M. O cerrado da mãe Joana. In: **Cadernos do CEAS**. Salvador, n. 222, p. 13-16, 2006.

Multiplicando isso por 1,5 milhão de hectares abertos, teremos o total de venenos espalhados na água, no ar, no solo e no subsolo”.

Muitos produtores exageram na aplicação de agrotóxicos, provocando danos ainda maiores pela geração de variedades resistentes e o aniquilamento conjunto de pragas e seus controladores. Segundo matéria do *Repórter Brasil*, de 18/06/2010²², os moradores de comunidades rurais do município de São Desidério, afirmam que rios locais, como o Mosquito e o Roda Velha, já apresentam grandes quantidades de produtos químicos em determinadas épocas do ano. Famílias relatam o surgimento de alergias e reações na pele em pessoas que entram nos rios.

Outros problemas comuns para os trabalhadores rurais do Oeste Baiano, relatados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Desidério, que lida com essas questões diariamente, são: o não pagamento de direitos, salários, horas extras, verbas rescisórias; a apreensão da carteira de trabalho, bem como de outros documentos; a multiplicação de contratos temporários²³; a exploração da força de trabalho assalariada; a jornada de trabalho exaustiva, inclusive à noite; os ganhos por produção; as condições de trabalho precárias dentro das fazendas; a mutilação de trabalhadores da mineração; a expropriação das famílias que moram e produzem no campo, etc. Segundo o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras²⁴, 30% dos trabalhadores rurais ainda não possuem carteira de trabalho assinada.

O processo de urbanização, principalmente depois da construção de Brasília, e a produção agropecuária, notadamente após o desenvolvimento de tecnologias de produção em larga escala, também vêm transformando rapidamente as paisagens do Oeste Baiano, mas com intensos impactos nos modos de vida das populações e sobre os ecossistemas. Os impactos são visíveis principalmente no mercado de trabalho, na saúde do trabalhador e no meio ambiente. Por ter se

²²BIONDI, Antônio. Ambientalistas querem parque nacional para conter expansão da soja. **Repórter Brasil**. Do Centro de Monitoramento de Agrocombustível. 18 jun. 2010. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2010/06/ambientalistas-querem-parque-nacional-para-conter-expansao-da-soja/>>. Acesso em 05 jun. 2015.

²³Geralmente o trabalhador contratado temporariamente trabalha três meses diretos na fazenda. Findo esse prazo ele é demitido e fica aguardando ser chamado novamente pela mesma empresa na safra seguinte ou conseguir emprego em outras fazendas da região.

²⁴Entrevista realizada com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras, nessa cidade, em 20 jun. 2013.

tornado dinâmica, essa região é uma área que sofre diversas pressões do ponto de vista ambiental, tanto provenientes do agronegócio que avança assustadoramente por essa região, quanto do processo de urbanização intensa, impulsionado pelos próprios fatores da modernização agrícola.

6.2 OS IMPACTOS AMBIENTAIS NO CERRADO

A expansão da agricultura moderna na região traz uma tendência de incorporação das áreas naturais, assim como de pastagens e terras não utilizadas na produção da soja (BERNARDES, 2009). A ocupação do Oeste Baiano pelo agronegócio, na década de 1980, se deu sem nenhum controle ambiental pela própria inexistência, na época, de órgãos ambientais na região²⁵. Principalmente no início, o desmatamento foi intenso e indiscriminado. Analista ambiental do IBAMA²⁶ ressaltou que na década de 1990 "foi quando se constatou o maior desmatamento, o pico do impacto nesse sentido", tendo isso contribuído para a redução de 40% a 50% da vazão dos rios locais.

As veredas foram bastante prejudicadas com a ausência de Reserva Legal²⁷. O processo era tão predatório que a supressão da mata nativa era feita com "correntões" (correntes, com elos grandes, puxada por dois tratores para derrubar as árvores), o que atualmente é considerado ilegal, embora ainda haja casos. Ao mesmo tempo, nesse período (regido pelo Código Florestal de 1965), eram permitidas reservas legais fora das propriedades, assim desmatava-se em uma

²⁵Embora o IBAMA esteja presente no Oeste Baiano desde sua criação em 1989, a primeira equipe de concursados chegou à unidade do órgão de Barreiras somente a partir de 2003, quando de fato começou o controle ambiental na região com autuações e multas.

²⁶Entrevista realizada na Gerência do IBAMA em Barreiras, com analista ambiental, no dia 05 fev. 2014.

²⁷A Reserva Legal representa uma parcela percentual da propriedade que deve ser mantida com vegetação nativa, sendo restrita a utilização. O percentual da propriedade que deve ser registrado como Reserva Legal vai variar de acordo com o bioma e a região em questão: 80% em propriedades rurais localizadas em área de floresta na Amazônia Legal; 35% em propriedades situadas em áreas de Cerrado na Amazônia Legal, sendo no mínimo 20% na propriedade e 15% na forma de compensação ambiental em outra área, porém na mesma microbacia; 20% na propriedade situada em área de floresta, outras formas de vegetação nativa nas demais regiões do país; e 20% na propriedade em área de campos gerais em qualquer região do país. Fonte: <http://www.ciflorestas.com.br/cartilha/reserva-legal_qual-deve-ser-o-tamanho-da-reserva-legal.html>. Acesso em: 11 jul. 2015.

bacia hidrográfica e estabeleciam-se reservas ambientais em outras microbacias²⁸. Transferiam-se as reservas legais, por exemplo, para áreas da Caatinga.

As Áreas de Preservação Permanentes (APPs)²⁹ e as reservas legais não foram respeitadas nos anos 1980/1990, embora ainda não o sejam completamente. O agravante do início da ocupação era que os financiamentos eram liberados pelos bancos mesmo sem autorização dos órgãos ambientais, coisa que hoje é menos comum. Mesmos com as “compensações” feitas com o reflorestamento que, diga-se de passagem, é feito com eucalipto, espécie atípica do Cerrado, esse bioma não conseguirá se recuperar, na plenitude de sua biodiversidade, desse processo predatório. Algumas plantas do Cerrado demandam séculos para atingirem a maior idade.

Em 2010 o IBAMA expediu 28 Autos de Infração (embargos de propriedades), totalizando 18.307 mil hectares de lavouras, com multas que ultrapassaram R\$ 4 milhões no Oeste Baiano para proprietários em descumprimento às legislações ambientais. A AIBA, sempre em defesa do agronegócio, contestou essa decisão e afirmou serem ilegais os embargos e multas aplicados (INFORMAIBA, 2010)³⁰. O IBAMA é constantemente acusado, por essa associação, de prejudicar o “desenvolvimento” da região.

Um entrevistado do IBAMA³¹ ressaltou que os associados da AIBA não aguardam a liberação oficial dos órgãos competentes³² e desmatam mesmo sem licença. Para essa associação setorial seria necessário permitir aos empresários do agronegócio compensarem o desmatamento da reserva legal fora das propriedades e excluir as APPs no cômputo da área de Reserva Legal. A AIBA tem se esforçado,

²⁸ Até julho de 2008 era possível aos proprietários agrícolas compensarem o desmatamento em outra propriedade. Após essa data a lei obriga os tais a recuperarem a vegetação reflorestando no próprio local. Informação repassada pela Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de São Desidério.

²⁹ O Código Florestal atual estabelece como Áreas de Preservação Permanente (APPs) as florestas e demais formas de vegetação natural situadas às margens de lagos ou rios (perenes ou não); nos altos de morros; nas Restingas e Manguezais; nas encostas com declividade acentuada e nas bordas de Tabuleiros ou Chapadas com inclinação maior que 45° e nas áreas em altitude superior a 1.800 metros, com qualquer cobertura vegetal. Fonte: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/areas-de-preservacao-permanente.aspx>>. Acesso em 11 jul. 2015.

³⁰ INFORMAIBA. Produtores são alvos de multas e embargos ilegais no Oeste da Bahia. Ano 17, nº 183 Out./Nov./2010, p. 5. Disponível em: <<http://aiba.org.br/wp-content/uploads/2013/12/informaiba-outubro-novembro-2010.pdf>>. Acesso em 04 jun. 2015.

³¹ Entrevista realizada na Gerência do IBAMA em Barreiras, com analista ambiental, no dia 05 fev. 2014.

³² Os licenciamentos ambientais demandam normalmente cerca de 180 dias para serem deferidos (ou indeferidos). Informação dada pelo INEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente.

em benefício de seus associados para superar o passivo ambiental na região, um dos maiores entraves atuais para os ruralistas. Conforme o “Manifesto do Oeste Baiano” (2007, p.3)³³, “todos os anos, no Oeste Baiano, são devastados entre 70 e 80 mil hectares”. A Tabela 21 evidencia o grau de supressão do Cerrado na Bahia, que se resume ao Oeste Baiano. Observa-se que os estados onde a devastação do Cerrado foi maior são exatamente aqueles que compõem a RPA de Barreiras. A Bahia, que ocupa o quarto lugar no desmatamento, segundo a tabela, já suprimiu 25% da sua vegetação de Cerrado.

Tabela 21 – Área de Cerrado desmatada nos estados brasileiros do bioma Cerrado - 2014

Estados	Área de Cerrado desmatada, em mil km²	% de desmatamento de área de Cerrado
Distrito Federal	0	58
Goiás	2,3	57
Mato Grosso	3,3	39
Mato Grosso do Sul	14,9	68
Minas Gerais	43,6	50
Paraná	48,7	62
Rondônia	64,2	2
São Paulo	66	81
Bahia	139,8	25
Maranhão	147	16
Piauí	167,2	32
Tocantins	188	21

Fonte: Relatório Análise Geoespacial da Dinâmica das Culturas Anuais do Bioma Cerrado. Infografia Folha de S. Paulo³⁴. Adaptação: Camila Dutra.

³³“Manifesto do Oeste Baiano” apresentado na Audiência Pública da Fiscalização Preventiva e Integrada em Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, ocorrida em Barreiras no dia 31 ago. 2007. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/rvferrao/manifesto-do-cerrado-baiano-1>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

³⁴Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1714200-avanco-da-agricultura-no-matopiba-puxa-devastacao-do-cerrado.shtml>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

Existem vários casos de denúncias e autuações por crimes ambientais no Oeste Baiano. O Condomínio Estrondo, por exemplo, além dos casos de escravidão e irregularidades fundiárias, aqui já citados, possui várias irregularidades ambientais. Segundo reportagem³⁵, as multas ambientais desta propriedade somam mais de R\$ 7 milhões. Em 2006, o IBAMA autuou e embargou parte das atividades da Estrondo numa área de 45 mil hectares, ao detectar que a área havia sido desmatada após o vencimento das autorizações. O IBAMA estima que, entre 2004 e 2006, cerca de 80 mil hectares de floresta foram derrubados pelas empresas que compõem esse grupo empresarial.

O gerente do IBAMA, na mesma matéria ao *Repórter Brasil*, sustenta que os estragos na Estrondo comprometem os recursos hídricos da região, que respondem por cerca de 30% da vazão do Rio São Francisco, ameaçando inclusive o Aquífero Urucuia. Em um parecer enviado à Vara Federal de Barreiras, a Procuradoria da República afirmou que o desmate nesse mega empreendimento totalizava 167 mil hectares. "A área desmatada é surpreendentemente maior que o próprio imóvel que, como já visto, possui 134 mil hectares", enfatiza o documento, assinado pela procuradora Isabela Cavalcanti. Para o Ministério Público Federal, houve prática "depredatória".

O Plano Oeste Sustentável, de 2010, que está vinculado ao Plano Estadual de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais³⁶, conduzido pela AIBA em parceria com o Governo Estadual, tem o objetivo de monitorar as propriedades rurais e adequá-las à obtenção da licença ambiental. Na verdade, trata-se de uma clara tentativa dos ruralistas de anistiar os crimes ambientais aplicados na região, bem como criar medidas compensatórias para garantir que as infrações continuem sendo realizados. Os empresários do agronegócio da região almejam incluir, no Código Florestal Brasileiro, suas próprias práticas agrícolas (como o uso de novas tecnologias que aumentem a produção sem afetar drasticamente o meio ambiente), como medidas para compensar o desmatamento na região. Conforme observa Mondardo (2010, p. 268)

³⁵REIMBERG, Maurício. Fazenda Estrondo coleciona crimes trabalhistas e ambientais. **Repórter Brasil**. 26 nov. 2009. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais/>>. Acesso em 12 jun. 2015.

³⁶Decreto nº 12.071 de 23 de Abril de 2010.

Esse processo de modernização agropecuária no Oeste Baiano traz simultaneamente sérios problemas ao Cerrado com o desmatamento, por exemplo. Trata-se de um processo indiscriminado e sem planejamento por não utilizar um zoneamento agrícola que desenvolva, de maneira sustentável, a agropecuária com a conservação e preservação do bioma Cerrado. Ocorre também o uso demasiado dos recursos hídricos na região através da técnica da agricultura dos pivôs centrais, ou seja, os sistemas de irrigação que garantem uma agricultura cada vez mais de precisão. Entretanto, a natureza é vista na maioria das vezes como recurso e utilizada sem medir os impactos ambientais inerentes aos processos de expansão e “territorialização” do agronegócio no Cerrado baiano.

Os empresários do agronegócio da região não se contentam apenas com o fato da obrigação de preservação ambiental ser menor nessa região em comparação a outras áreas agrícolas do país. Enquanto a obrigação de preservação ambiental é de apenas 20% para as propriedades agrícolas do Oeste Baiano, no norte de Mato Grosso (considerado parte do bioma Amazônia) é de 80%. Essa diferença é apontada na *Revista Exame* como uma das vantagens regionais para a atração de investidores e agricultores³⁷. Porém essa prerrogativa não é suficiente para os anseios dos empresários do agronegócio na região, eles querem mais. Um fazendeiro da região disse em matéria do *Globo Repórter*³⁸: “ainda pretendemos desmatar em torno de um 1,2 milhão de hectares, mais 10% da área total”. Isso significa derrubar uma área correspondente à metade do que já foi desmatado na Bahia.

Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente³⁹, dispostos no Quadro 5, dos dez municípios que mais plantam soja na Bahia, seis são campeões de desmatamento do Cerrado brasileiro, entre 2002 e 2008: Formosa do Rio Preto (campeã nacional de desmatamento do Cerrado no período, 2ª em área plantada de soja na Bahia em 2008), São Desidério (vice-campeã em desmatamento, 1ª em área plantada na Bahia), Correntina (3ª e 5ª), Jaborandi (9ª e 7ª), Barreiras (14ª e 4ª) e Riachão das Neves (17ª e 6ª).

³⁷O SERTÃO agora é assim. **Revista Exame**. 11 jul. 2009. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/947/noticias/sertao-agora-assim-482542>>. Acesso em: 04 jun. 2015.

³⁸PLANTAÇÕES invadem Área de Proteção Ambiental na Bahia. **Globo Repórter**. 13 nov. 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globoreporter/0,,MUL1378826-16619,00-PLANTACOES+INVADEM+AREA+DE+PROTECAO+AMBIENTAL+NA+BAHIA.html>>. Acesso em 05 jun. 2015.

³⁹Posição no ranking nacional de desmatamento do Cerrado entre 2002 e 2008, área total desmatada e percentual de desmate em relação à área total original do bioma em cada município (IBGE e Ministério do Meio Ambiente).

Quadro 5 – Posição dos municípios do Oeste Baiano no ranking estadual e nacional de desmatamento do Cerrado

Município	Plantio da soja na Bahia*	Desmatamento do Cerrado**	Áreas embargadas***
São Desidério	1º (255.000)	2º (1.329,4 km²; 9,0%)	41
Formosa do Rio Preto	2º (152.000)	1º (2.003,1 km²; 12,4%)	65
Barreiras	3º (136.500)	80º (233,6 km²; 5,81%)	15
Correntina	4º (135.000)	14º (615,8 km²; 7,8%)	53
Riachão das Neves	5º (100.000)	3º (1.284,4 km²; 10,6%)	22
Jaborandi	6º (70.000)	17º (544,5 km²; 9,3%)	14
Cocos	7º (35.000)	9º (724,3 km²; 7,6%)	19
Baianópolis	8º (12.500)	101º (214,3 km²; 2,12%)	6
Serra do Ramalho	9º (7.000)	102º (214 km²; 6,36%)	6
Luís Eduardo Magalhães	10º (1.618)	795º (9,1 km²; 0,34%)	8

Notas: * Posição no ranking estadual e total de hectares plantados na safra 2007/2008; ** Posição no ranking nacional de desmatamento do Cerrado entre 2002 e 2008, área total desmatada e percentual de desmate em relação à área total original do bioma em cada município; *** Áreas embargadas em cada município, segundo o Ibama.

Fonte: ONG Repórter Brasil, 2010. Adaptação: Camila Dutra.

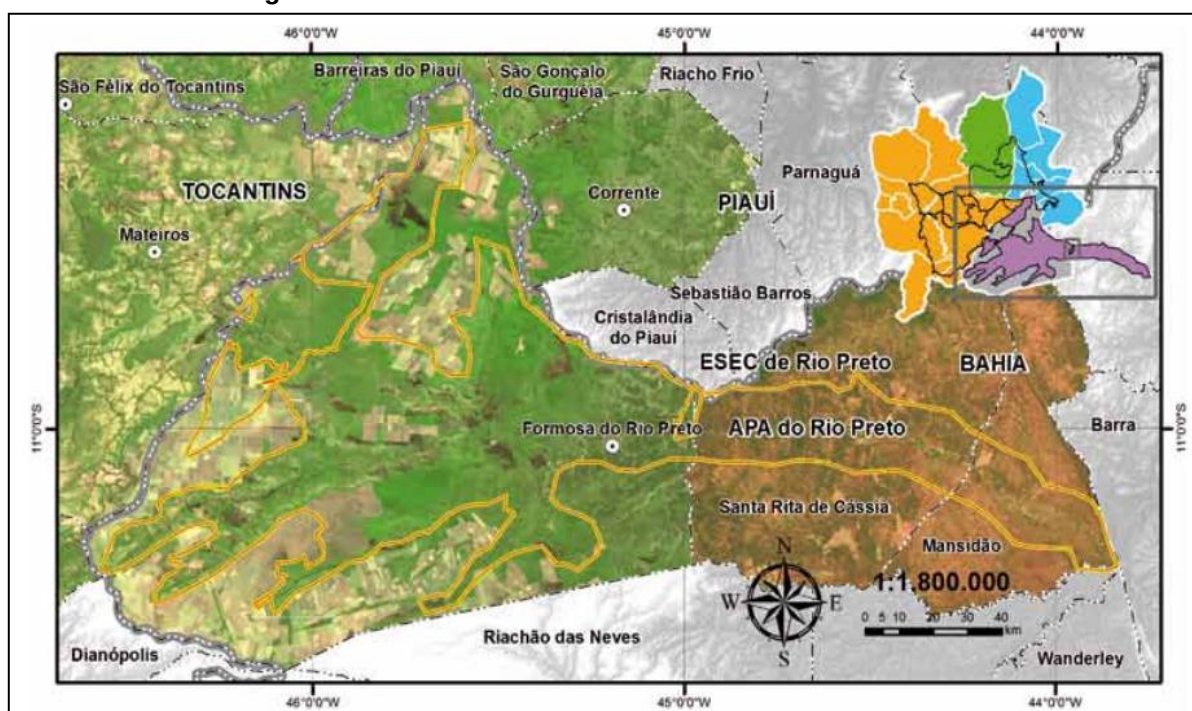
Estudo do CMA-Repórter Brasil⁴⁰ sobre a safra 2009/2010 da soja apontou a existência de 966 autos de infração em território baiano na página de áreas embargadas pelo IBAMA em 16 de abril de 2010. Dessas áreas interditadas, 249 situavam-se nas dez maiores cidades plantadoras de soja no Estado. Formosa

⁴⁰ONG REPÓRTER BRASIL. Os impactos da soja na safra 2009/10. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. Abr. 2010. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2015.

do Rio Preto, São Desidério e Correntina são os três municípios que mais possuem áreas embargadas pelo IBAMA no Estado da Bahia. Ou seja, 25,8% das áreas embargadas concentravam-se nessas cidades, ao passo que os outros 74,2% das áreas espalhavam-se pelos 407 municípios baianos restantes.

É desolador ver que Formosa do Rio Preto, no extremo oeste da Bahia, é o primeiro da lista dos que mais desmataram o Cerrado brasileiro nos últimos dois anos, justamente por ser o município que tem a maior parte de suas terras em áreas que deveriam ser protegidas por causa do seu patrimônio natural. Segundo o coordenador do Instituto Estadual do Meio Ambiente na Região Oeste (INEMA)⁴¹, a Área de Proteção Ambiental do Rio Preto⁴², que tem 1,146 milhão de hectares e ocupa mais de 80% das terras do município, sofre constantes ataques, como retirada de vegetação, queimadas, invasão de áreas de preservação, tudo para ampliação das fazendas de soja.

Figura 110 – APA do Rio Preto. Formosa do Rio Preto/BA



Fonte: Atlas do Corredor Ecológico da Região do Jalapão - 2013⁴³.

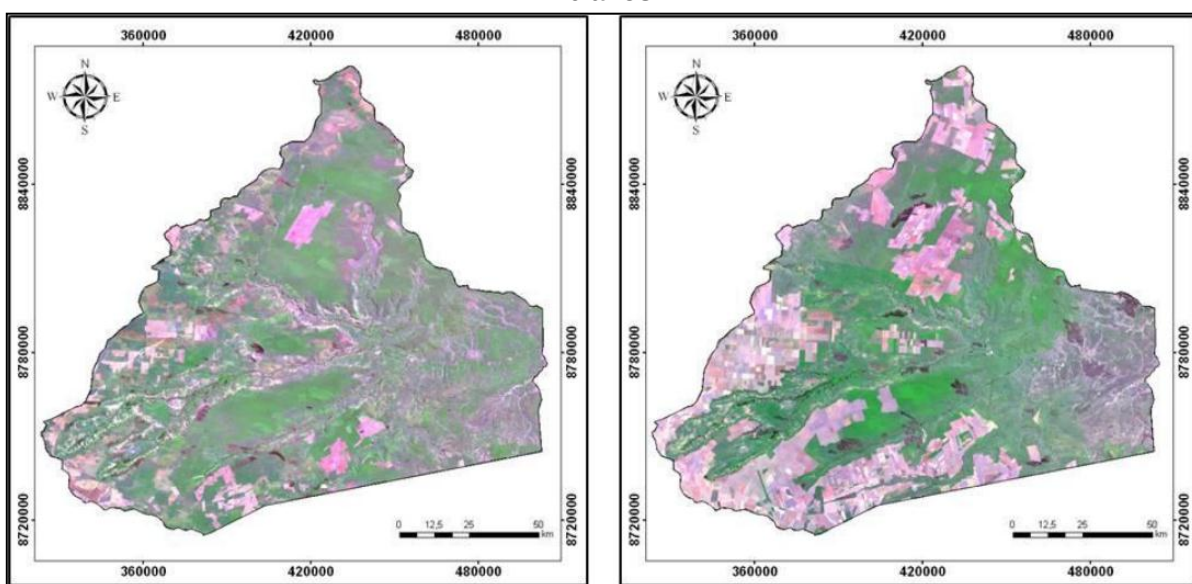
⁴¹Entrevista realizada com coordenador do INEMA, sessão Região Oeste, em Barreiras no dia 5 fev. 2014.

⁴²Criada pelo Decreto Estadual de 5/6/2006 e localizada no extremo oeste, a APA do Rio Preto abrange áreas dos municípios de Formosa do Rio Preto, Santa Rita de Cássia e Mansidão.

⁴³Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/projetojalapao/images/stories/atlas/AtlasJica_2013_COMPLETO.pdf. Acesso em 16 dez. 2015

Souza et. al. (2011) analisaram, por meio das técnicas de processamento digital de imagens, a supressão da vegetação nativa de Cerrado em Formosa do Rio Preto no período de 1990 a 2010. Os autores concluíram que nesses vinte anos houve um avanço considerável do agronegócio de grãos sobre a vegetação do Cerrado, praticamente esgotando todas as áreas planas do município, propícias a esse tipo de cultura. Esses autores verificaram que as áreas que favorecem a implantação da agricultura mecanizada já apresentam um alto grau de ocupação, e a parte mais preservada dos municípios está em terrenos mais acidentados. A Figura 111 representa o grau de desmatamento em função da expansão do agronegócio em Formosa do Rio Preto no período analisado pelos autores.

Figura 111 – Imagem do satélite TM/Landsat-5 do município de Formosa do Rio Preto datadas de 23/07/1990 e 15/08/2010 respectivamente, demonstrando a evolução do desmatamento em 20 anos



Fonte: SOUZA et. al. (2011)

Mendonça (2006) constatou que uma área total de 2,4 milhões de hectares foi desmatada (de 1985 a 2000) para produção de grãos nos Cerrados baianos e faz uma projeção baseada no modelo da logística, indicando que a área utilizada para o agronegócio de grãos deve elevar-se para 3,9 milhões em 2020 até atingir 4,4 milhões em 2024, o que equivaleria a uma supressão da cobertura vegetal natural de mais de 46% no Oeste Baiano, apenas com a produção de grãos. Esses dados são alarmantes para a conservação do Cerrado, pois o aumento de

áreas plantadas para a produção de grãos traz consigo o crescimento de áreas urbanas e, por conseguinte, a degradação dos ambientes.

Vale registrar que tal situação de desrespeito ao Cerrado não é exclusividade da Bahia. Nas regiões vizinhas ao Oeste Baiano a situação se repete, e nos demais Estados que formam a RPA de Barreiras se reproduz a coincidência em relação aos municípios campeões do desmatamento e da produção da soja. O levantamento do CMA-Repórter Brasil, já citado, mostrou que no Piauí, por exemplo, os municípios de Baixa Grande do Ribeiro (11º maior desmatador) e Uruçuí (16º), são, respectivamente, 2º e 1º plantadores de soja no Piauí. No Maranhão, Balsas aparece em 6º na lista de desmatadores do Cerrado, sendo o principal município produtor de soja no Estado, ao passo que Grajaú surge em 15º na lista de desmatadores e como o 14º município que mais planta soja no Maranhão.

A situação verificada na RPA de Barreiras, no que diz respeito ao desmatamento, se repete, ainda, em outros indicadores nada abonadores. O mesmo levantamento feito pelo CMA, a partir dos dez maiores produtores de soja de cada Estado que integram essa região, identificou que tais municípios possuem altos índices de problemas ambientais no cadastro do IBAMA. O desmatamento indiscriminado em toda a RPA de Barreiras juntamente com as queimadas são os principais fatores para redução da fauna do Cerrado que, de acordo com analista do IBAMA de Barreiras⁴⁴, diminuiu 80% desde os anos 1980. Não é demais falar que essa fauna se encontra em processo acelerado de extinção. Também se adiciona aqui a caça predatória.

A biodiversidade do Cerrado possui um significativo número de endemismos, ou seja, espécies que só ocorrem nesta região, para vários grupos de animais e plantas. Já existem várias espécies vegetais ameaçadas de extinção, como podemos ver no quadro seguinte, onde aparecem muitas plantas cuja ocorrência é exclusiva na Bahia. A destruição da vegetação natural, em áreas de alto endemismo, pode causar danos irreparáveis e o efeito imediato é o empobrecimento dos ecossistemas em espécies nativas. Segundo a ONG Conservação Internacional Brasil, se o desmatamento não diminuir, o Cerrado corre o risco de ter 95% de sua

⁴⁴Entrevista realizada na Gerência do IBAMA em Barreiras, com analista ambiental, no dia 05 fev. 2014.

área destruída até 2030. Serão pelo menos 340 espécies de animais em extinção, sem falar dos 90 mil hectares de áreas já desmatadas⁴⁵.

Quadro 6 – Lista de espécies de plantas ameaçadas de extinção no Oeste Baiano

Família	Espécie	Nome popular	Distribuição por unidades da Federação
Amaranthaceae	<i>Gomphremahatschbachiana</i> Pederses		BA
Amaryllidaceae	<i>Griffinialiboniana</i> Morren		BA, MG
Anacardiaceae	<i>Myracrodruonurundeuva</i> Engl.	Aroeira-do-sertão	BA, DF, GO, MA, MG, PI, MS, SP
Anacardiaceae	<i>Shinopsis brasiliensis</i> Engl.		BA, CE, DF, TO GO, MA, MG, MS, PI,
Apocynaceae	<i>Cynanchummorrenioides</i> Goyder		BA
Apocynaceae	<i>Metastelmaharleyi</i> Fontella		BA
Arecaceae	<i>Attaleabarbarensis</i> Glassman	Catolé (na Bahia); coco-de-carão-só (no Piauí)	BA, PI
Cyperaceae	<i>Bulbostylisdistichoides</i> Lye		BA
Lauraceae	<i>Ocotealangsдорffii</i> (Meisn.) Mez		BA, MG
Lycopodiaceae	<i>Huperzia rubra</i> (Cham. & Schlecht.) Trevis.		BA, MG
Malpighiaceae	<i>AspicaRPAharleyi</i> W.R. Anderson		BA
Melastomataceae	<i>Cambessedesiahermogenesii</i> A.B. Martins		BA
Melastomataceae	<i>Marcetiaoxiccoides</i> Wurdack & A.B. Martins		BA
Rubiaceae	<i>Mitracarpusrigidifolius</i> Standl.		BA
Rutaceae	<i>Pilocarpustrachylophus</i> Holmes	jaborandi-do-ceará; arruda-do-mato	BA, CE, MG
Xyridaceae	<i>Xyrisphaeocephala</i> Kral & Wand.		BA
Xyridaceae	<i>Xyrisretorsifimbriata</i> Kral & L.B. Sm.		BA

Fonte: MMA (2008) apud Costa e Costa (2010). Baseado na Lista Oficial das Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção. Adaptação: Camila Dutra.

⁴⁵Ver: APA do Rio Preto sofre com desmatamento ilegal. **Instituto BiOeste**. 17 abr. 2009. Disponível em: <http://www.bioeste.org.br/noticias.php?id_noticia=237>. Acesso em 14 jun. 2015.

Com a falta de reservas dedicadas à manutenção da biodiversidade regional, espécies como o pato-mergulhão (*Mergusoctosetaceus* – espécie criticamente ameaçada de extinção), a arara-azul-grande (*Anodorhynchushyacinthinus* – espécie ameaçada - vulnerável), ou mesmo as áreas de Chapadas, tão pressionadas pela expansão do agronegócio, poderão desaparecer antes mesmo de serem estudadas e caracterizadas sob o ponto de vista da biodiversidade. A ausência de dados sistematizados sobre a fauna local reforça a necessidade do investimento em pesquisa básica de levantamento de dados para o conhecimento da biodiversidade nos Cerrados baianos (COSTA; COSTA, 2010).

A proteção dos ecossistemas nativos e espécies de interesse para a conservação, como as espécies ameaçadas de extinção e espécies endêmicas, não tem sido adequadamente realizada na região. Dentre as áreas protegidas existentes estão quatro Unidades de Conservação Estaduais (UCs) e pequenas porções de duas unidades federais, o Parque Nacional Das Nascentes do Rio Parnaíba e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Somando essas UCs, somente 16% da área total dos Cerrados do Oeste Baiano estão sob proteção legal⁴⁶.

Apenas duas unidades de conservação de proteção integral foram criadas especificamente para proteger espécies e ecossistemas da região: o Refúgio de Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano, com aproximadamente 128.000 ha, e a Estação Ecológica Estadual do Rio Preto, com cerca de 4.500 ha. No entanto essas UCs não contam com plano de manejo e pesquisas sistemáticas, o que dificulta o conhecimento da biodiversidade das áreas e a elaboração de políticas públicas mais efetivas e abrangentes.

O Ministério Público Estadual em Barreiras possui 46 procedimentos voltados a regularizar as áreas de reserva legal dos empreendimentos da região – uma das pautas priorizadas atualmente pelo órgão (Repórter Brasil, 2010). Mas não basta a “boa vontade”. Além da necessidade do plano de manejo e do plano gestor para as unidades de conservação da região, existe um déficit de pessoal e transporte para atender às demandas de fiscalização. Para o caso da APA do Rio Preto, somente um gestor toma conta de uma área de mais de um milhão de

⁴⁶Ver: ONG BiOeste. Disponível em: <http://www.bioeste.org.br/cerrado_baiano.php>. Acesso em: 14 jun. 2015.

hectares. Além disso, existe apenas um carro para os quatro gestores de todas as unidades do Oeste Baiano⁴⁷.

A supressão da vegetação vem acompanhada da morte dos rios da região, nascentes importantes em meio ao Cerrado que estão sofrendo assoreamentos, erosões, mudanças de leito e vazão, dentre outros, com o processo de expansão territorial da soja. Esse avanço indiscriminado da monocultura sobre os rios da região pode trazer prejuízos irreversíveis para os Cerrados baianos e, conseqüentemente, para a Bacia do Rio São Francisco. Estão desaparecendo riachos muito importantes para o ecossistema local, como o riacho dos Cachorros, que nascia dentro da cidade de Luís Eduardo Magalhães e que perdeu mais de 50% da sua vazão, hoje “em poeiras” reaparecendo somente nos períodos de muita chuva. O córrego Sanguessuga passa pelo mesmo processo.

De acordo com o Secretário de Meio Ambiente e Turismo de São Desidério⁴⁸, os rios perenes do município de Correntina, na área do Cerrado, também estão desaparecendo. “O rio que atravessa a cidade de Correntina perde, a cada ano desde 1993, 1m³ de água” (BAHIA, 2000). É contraditório que a área onde estão os principais afluentes responsáveis pela perenização do Rio São Francisco⁴⁹, pela sua oxigenação e, em última instância, pelo seu nascedouro e existência, seja aquela mais degradada. “Nossos gerais já faleceram/ deixando órfãos a reagir/ defenda o rio que sua morte está por vir”, alertava um poeta da região já no início dos anos de 1980 para o perigo em que estávamos nos embrenhando coletivamente⁵⁰.

O conflito pela água é outro problema socioambiental grave na região. A abundância de recursos hídricos, provenientes da Bacia do Rio São Francisco, tem atraído um número crescente de hidrelétricas para a região. Na Bacia do Rio Grande, principal afluente do rio São Francisco, que banha o Oeste Baiano, cinco

⁴⁷Entrevista realizada com coordenador do INEMA, sessão Região Oeste, em Barreiras no dia 5 fev. 2014.

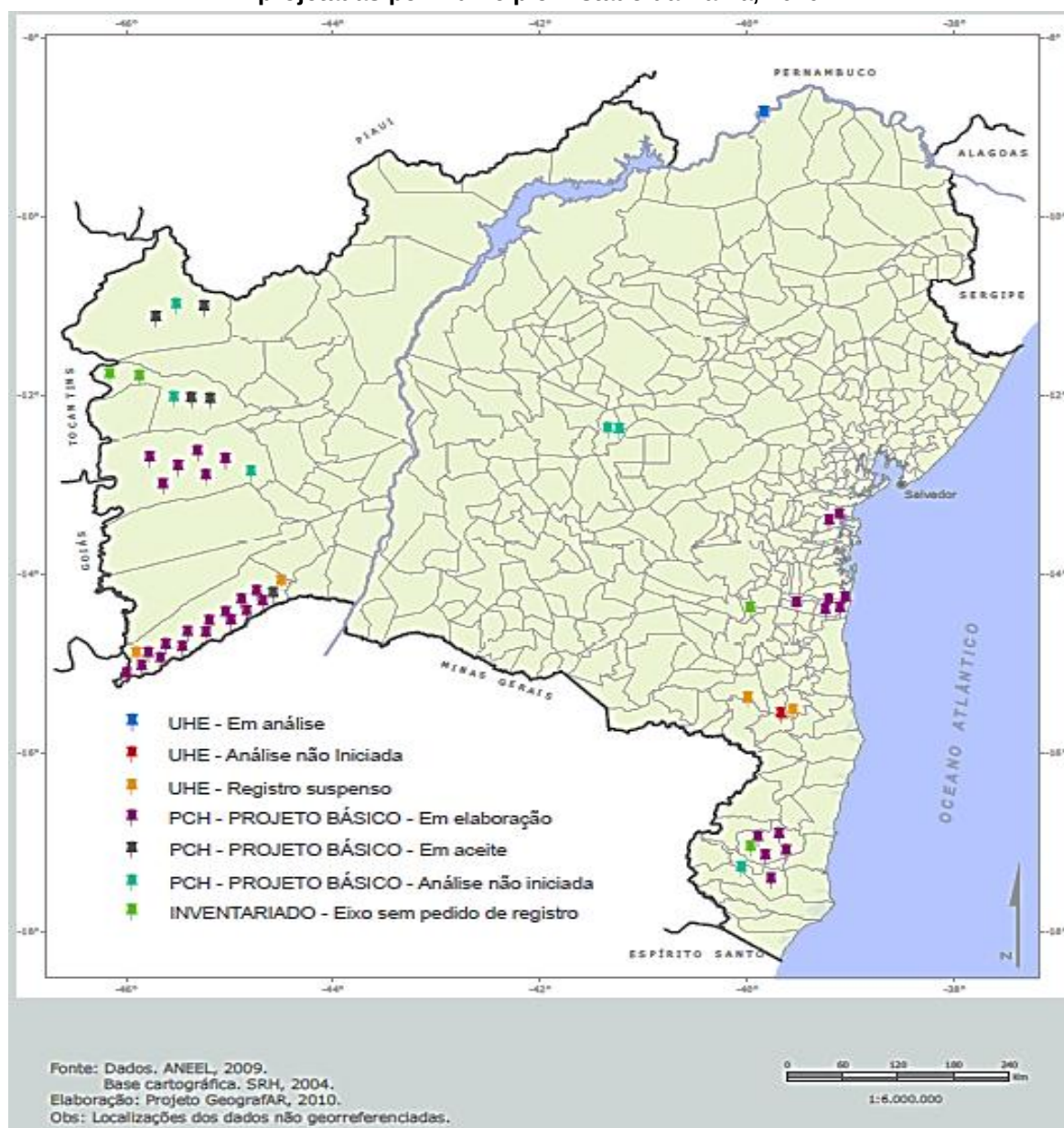
⁴⁸Entrevista realizada na Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de São Desidério em 4 fev. 2014.

⁴⁹São os rios perenes da margem esquerda, os dispostos nos chapadões do Oeste Baiano, os maiores responsáveis pela retroalimentação do São Francisco, já que a maior parte dos afluentes da margem direita do rio São Francisco é formada por rios temporários, ou sazonais, que costumam desaparecer na estação seca

⁵⁰Passagem extraída do “Manifesto do Oeste Baiano” apresentado na Audiência Pública da Fiscalização Preventiva e Integrada em Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, ocorrida em Barreiras no dia 31 ago. 2007. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/rvferrao/manifesto-do-cerrado-baiano-1>>. Acesso em 05 jun. 2015.

Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) estão ativas, sendo que, pelo menos, um total de 49 PCHs estão previstas para serem implantadas em toda a região. Através da Figura 112, que apresenta a situação das usinas e pequenas centrais hidrelétricas projetadas para o Estado da Bahia, é possível vermos a concentração desses projetos à margem esquerda do Rio São Francisco, na região do Oeste Baiano.

Figura 112 – Situação das Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) projetadas por município. Estado da Bahia, 2010



Fonte: Projeto GeografAR, 2010⁵¹.

⁵¹Disponível em: <www.geografar.ufba.br/>. Acesso em 07 mar. 2016.

A construção desses equipamentos inunda extensas áreas, destruindo terras, às vezes de alto valor agrícola e ecológico, e expulsando comunidades ribeirinhas.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras⁵², a PCH prevista para se instalar próxima ao Rio das Fêmeas vai desapropriar de 50 a 100 famílias ribeirinhas. Com a presença das PCHs, os problemas ambientais verificados na região aumentam: diminuição de vazão no Rio Grande; mortandade de peixes no mesmo rio; inacessibilidade à água por comunidades ribeirinhas de São Desidério⁵³ e colapso no fornecimento de água em São Desidério e Barreiras.

O conflito pela água na região envolve empresários do agronegócio, setor energético e comunidades ribeirinhas. Os ribeirinhos tentam defender suas terras e o direito à água, e para isso precisam enfrentar os dois agentes anteriores. O setor energético e o agronegócio brigam entre si, pois com a multiplicação de PCHs na região, tem diminuído as outorgas de água para este último. De acordo com o Secretário de Meio Ambiente e Turismo de São Desidério⁵⁴, o uso intensivo da água, a montante pelo agronegócio e PCHs, é responsável pela diminuição da vazão dos rios nas secas prejudicando os ribeirinhos que estão a jusante.

A Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, que está em construção no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, foi embargada pelo IBAMA por crime ambiental em janeiro de 2010 e recebeu uma multa de R\$ 6 milhões⁵⁵. No auge da temporada seca, esse empreendimento provocou um desastre socioambiental de forte repercussão ao interromper, quase integralmente, sem as adequadas prevenções, a vazão do Rio das Fêmeas para encher o reservatório da PCH.

⁵²Entrevista realizada com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras, nessa cidade, em 20 jun. 2013.

⁵³Desde o princípio, comunidades ribeirinhas da Bacia do Rio Grande tem se posicionado contra a instalação de PCHs na região, temendo pela degradação dos ecossistemas dos quais extraem sua sobrevivência. Esse posicionamento tem se dado de forma tímida e pontual, sendo em geral ignorado pela Administração Pública Federal, Estadual e Municipal. Ver: <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=333>>. Acesso em: 26 out. 2014).

⁵⁴Entrevista realizada na Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de São Desidério em 4 fev. 2014.

⁵⁵BA: IBAMA embarga PCH Sítio Grande e aplica multa de 6 R\$ milhões. **EcoDebate**: cidadania e meio ambiente. 05 out. 2010. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2010/10/05/ba-ibama-embarga-pch-sitio-grande-e-aplica-multa-de-6-r-milhoes/>>. Acesso em 13 jun. 2015.

Ao pesquisar o que provocou o rebaixamento de 60 cm no nível da água do Rio Grande, que atravessa a cidade de Barreiras, os fiscais do IBAMA confirmaram o barramento, por parte da PCH Sítio Grande, de 80% das águas do rio das Fêmeas, afluente do Rio Grande. A situação foi normalizada com o enchimento do reservatório somente depois de 48 horas, tendo prejudicado várias comunidades ribeirinhas. Até a foz do Rio Grande na cidade de Barra, as consequências sentiram-se dolorosamente. Vale destacar que a licença de implantação desse empreendimento estava vencida há dois meses na época do crime ambiental.

Figura 113 – PCH Sítio Grande. São Desidério/BA



Fonte: <http://zda.com.br/sao-desiderio-impasse-na-pch-sitio-grande-lucro-vs-tranquilidade-por-martin-mayr/>. Acesso em 13 jun. 2015.

Esse barramento de águas não atingiu apenas os peixes que morreram e toda a flora e fauna inerentes aos rios, “mas afetou o psicológico das pessoas ribeirinhas, que nasceram e cresceram tendo os rios como referência e fonte de vida” (fala de entrevistado na notícia citada). Um dos segmentos afetado foi o projeto de Irrigação Barreiras Norte, que capta água do Rio Grande e que devido ao rebaixamento do nível do rio as bombas não tiveram como puxar água, afetando a irrigação das frutas. Desde que funciona a PCH Rio Grande, os ribeirinhos reclamam que o nível dos rios tem variado muito, comprometendo o consumo das populações ribeirinhas de Derocal, Penedo, Riacho de Pedras e Morrão, povoados de São Desidério.

No caso da bacia hidrográfica do Rio Preto, Alves et al. (2011) identificaram uma série de desequilíbrios ambientais aumentados a partir da expansão do agronegócio na região, como erosão e arenização de solos, assoreamento de canais fluviais, diminuição da vazão desses canais ao longo do ciclo hidrológico, má distribuição de chuvas, entre outros. Para os autores, é necessário tomar cuidados preventivos no processo de ocupação dessa bacia, pois a maior parte de suas terras possui fragilidade de média à alta. “Consequentemente, a fronteira agrícola avança em busca de outras terras, deixando o passivo ambiental na mão dos habitantes locais, o que já é um fato histórico e ‘consagrado’ neste país” (ALVES et al., 2011, p.144).

A supressão da vegetação nativa também afeta diretamente a recarga dos aquíferos. De acordo com Barbosa [s/d], “o Cerrado é uma floresta de cabeça para baixo, 2/3 das plantas se encontram no solo. Essa parte forma um complexo sistema radicular, que retém mais de 70% das águas das chuvas”. Essas águas alimentam o lençol freático que, por sua vez, alimenta os aquíferos, que dão origem às nascentes, que formam os córregos, que compõem e alimentam os rios. A retirada da cobertura vegetal natural, na realidade, é o princípio do fim. Na opinião de Barbosa [s/d]⁵⁶

A partir da década de 1970 as áreas dos chapadões onde se situam as nascentes e os cursos médios desses rios vêm sofrendo uma grande transformação, com a retirada da cobertura vegetal natural para a plantação de grãos e outras plantas exóticas. Este fato tem impedido a realimentação dos aquíferos, com o desaparecimento de numerosos afluentes menores e a diminuição drástica do volume dos cursos maiores. Em outras palavras, o sistema de capilaridade aquosa está sendo drasticamente afetado.

Para completar, a região ainda não possui plano de bacias e nem zoneamento ecológico⁵⁷. Esses estão em construção, mas organizações de base reclamam que a elaboração desses planejamentos está ocorrendo sem consulta e participação da população interessada. A ausência desses documentos implica falta de conhecimento real do nível de recarga dos aquíferos, como o do Urucuia. A

⁵⁶Ver: BARBOSA, Altair Sales. O Rio São Francisco vai bater no meio do mar? Elementos para entender a transposição do Velho Chico e uma moratória para ele e os Cerrados. **Altiplano** – Revista do Cerrado. Goiânia. [s/d]. Disponível em: <<http://www.altiplano.com.br/RioChico.html>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

⁵⁷Ambos ainda estão em processo de elaboração pelo Governo Estadual. Informação repassada pela Secretaria de Meio ambiente e Turismo de São Desidério.

própria Secretaria de Meio ambiente de São Desidério, um dos 10 municípios mais desmatados dos Cerrados baianos⁵⁸, só foi criada em 2005, 25 anos depois da entrada do agronegócio na região. Isso mostra o nível de preocupação que os administradores públicos têm, historicamente, com os recursos naturais da região.

Como reflexo desse modelo predatório de transformação da natureza, impactos ambientais também são comuns também no espaço urbano dos municípios da região. Os problemas mais observados são: a disposição irregular de resíduos sólidos e de resíduos de construção (agravado pela falta de aterro sanitário); o lançamento de esgotos nos corpos hídricos (intensificado pela falta de acesso ao saneamento básico); a ocupação ilegal e desordenada de APPs, etc. A expansão urbana das maiores cidades da região tem comprometido a drenagem e o esgotamento sanitário, agravado pela ausência de planos municipais de saneamento básico, como veremos no próximo item desse capítulo.

Moraes (2003) constatou que o desenvolvimento trazido pelo agronegócio na região trouxe mudanças no uso e na ocupação da Bacia do Rio de Ondas, que corta o espaço urbano de Barreiras. Tal rio passou a ter suas margens intensamente mais ocupadas por moradores, veranistas e diferentes usuários que contribuíram para a supressão da vegetação ciliar, retirada de água para diversos usos e a poluição causada por resíduos despejados sem tratamento adequado. O autor chama atenção também para a contaminação do lençol freático provocada pelas fossas irregulares e para a devastação da mata ciliar da margem esquerda do Rio de Ondas.

A mobilização social da região não é muito expressiva se compararmos com outras partes do Cerrado brasileiro que também vêm sendo atacadas pelo agronegócio. Isso se deve ao fato de que muitas entidades sociais não conseguem resistir à pressão da elite agrária, legitimada pela execução de políticas agrícolas modernas, que manipula a opinião pública e o poder local⁵⁹, o qual claramente está associado hegemonicamente às demandas produtivas dos setores relacionados ao agronegócio e ao “circuito superior da economia urbana” (SANTOS, 2008).

Isso não quer dizer que não existam permanências e resistências das populações tradicionais (ribeirinhos, geraizeiros, comunidades de fundo de pasto,

⁵⁸De acordo com o próprio secretário de meio ambiente e turismo de São Desidério.

⁵⁹Alguns segmentos das elites políticas baianas apontam o caminho da agricultura dos cerrados como referência para as políticas públicas agrícolas em todo o Estado.

extrativistas, etc.), embora algumas vezes pontuais e desarticuladas. Mesmo com as barreiras impostas pelos agentes hegemônicos do agronegócio, ainda assim existem importantes movimentos sociais na região como ONGs, sindicatos trabalhistas, Pastoral da Terra, MST, movimentos indígenas, quilombolas, atingidos por barragens, etc. E os movimentos de base⁶⁰ clamam pela preservação dos Cerrados baianos

Quantos rios, córregos, riachos, nascentes, lagos, lagoas já foram exterminados no Oeste em nome do chamado “desenvolvimento” através do agronegócio? Quantas espécies vegetais não arderam nas infernais carvoarias, para atender às Indústrias do Sudeste do país? Para onde estão indo os habitats da mais variada fauna brasileira que ocupa o Cerrado? Quantas comunidades tradicionais, barranqueiras, geraiseiras, brejeiras, indígenas, quilombolas, de fechos e fundo de pasto desapareceram e suas culturas seculares sumiram na esteira de tal modelo segregacionista? Quantos braços serão laçados, cercados pelos chumbos e feitos escravos no Oeste? Tudo isso para enriquecer mais a Monsanto, a Dupont, a Pioneer, a Syngenta, a Groupe Limagrain e tantas outras transnacionais da biotecnologia, agrotóxicos, maquinários etc.? (“Manifesto do Oeste Baiano”, 2007, p.3)⁶¹.

A seguir expomos trecho do “Manifesto do Oeste Baiano”, em que os movimentos de base fazem exigências, em audiência pública, às autoridades competentes (Secretário, Ministério Público, Programa de Revitalização Rio do São Francisco e outros poderes constituídos)⁶².

⁶⁰O termo “movimentos ou organizações de base” refere-se a entidades e movimentos sociais específicos (Associações e sindicatos rurais, acampamentos e assentamentos, CEBs, pastorais, ONGs, núcleos locais de movimentos, etc.). O nível organizacional é constituído pelas entidades e/ou formas associativas formalizadas ou semiformalizadas, situadas em territórios definidos e com atuação contínua em relação ao cotidiano de sua população-alvo. Fonte: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/21027_Cached.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2015.

⁶¹“Manifesto do Oeste Baiano” apresentado na Audiência Pública da Fiscalização Preventiva e Integrada em Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, ocorrida em Barreiras no dia 31 ago. 2007. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/rvferrao/manifesto-do-cerrado-baiano-1>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

⁶²Assinam esse documento: Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Correntina, Paróquia de Correntina, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória e São Félix do Coribe, Movimento dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia - CETA. Escola Família Agrícola de Correntina – EFACOR, Agência 10envolvimento, CBHSF – Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, AATR – Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais.

Figura 114 – Trecho extraído do Manifesto do Oeste Baiano de 2007

Exigimos que sejam contempladas as seguintes propostas:

- ☐ Participação da comunidade científica;
- ☐ Participação da sociedade civil, nossas organizações, entidades de classe e comunidades tradicionais geraiseiras;
- ☐ Ampliação e gestão responsável do parque nacional Grande Sertão Veredas;
- ☐ Monitoramento da qualidade e volume dos recursos hídricos;
- ☐ Criação de núcleos de monitoramento e fiscalização por município e programa de educação ambiental para fiscais voluntários;
- ☐ Expropriação das áreas onde for detectado trabalho escravo, transformando-as em áreas de produção agroecologia, beneficiando os pequenos agricultores;
- ☐ Demarcação e regularização das áreas de fecho e fundo de pasto, orientação de manejo das mesmas e nos casos viáveis, transformá-las em áreas de agro-extrativismo;
- ☐ Refinada auditoria nos cartórios, comarcas, etc, para que o Estado da Bahia possa ter uma real dimensão do problema fundiário do Oeste, inclusive para dar melhor fim às terras públicas e devolutas, hoje nas mãos da grilagem, (Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira no Correio da Cidadania, 02/05/2007). Devendo se colocar em prática a lei de gestão de florestas públicas,
- ☐ Verdadeira revitalização do São Francisco, considerando especialmente as sub-bacias tributárias, encerrando os desmatamentos localizadas exatamente nos chapadões do oeste baiano;
 - Que volte a pesquisadora da Base Cerrado, Alessandra Cotrim que foi exonerada no dia 24 de julho de 2007, por fins eminentemente políticos ignorando o trabalho técnico científico da pesquisadora.
 - Que as Unidades de Conservação-UC's do Oeste baiano (a exemplo da APA Bacia do Rio de Janeiro, APA Bacia do Rio Preto, APA São Desidério e Estação Ecológica do Rio Preto), sejam efetivamente cuidadas, como prevê a Lei do SNUC, uma vez que estão criadas apenas no papel, sem o devido cuidado pelo poder público.
 - Estruturação das Casas de Recursos Naturais, inclusive com contratação de técnicos concursados para o exercício dos cargos públicos, sendo esta uma das exigências do Banco Mundial.

Disponível em: <http://pt.slideshare.net/rvferrao/manifesto-do-cerrado-baiano-1>. Acesso em 05 jun. 2015.

Diferentemente do modelo predatório do agronegócio, as comunidades nativas que vivem na região há muitos anos convivem em harmonia com a paisagem do Cerrado. Elas conseguem conciliar essa ocupação com o extrativismo. Isso se deve ao fato de que as áreas em que vivem tais grupos de coletores e caçadores, por exemplo, dados os meios simples de explorá-las, não comportam uma população densa e a comunidade utiliza técnicas muito rudimentares no uso dos recursos naturais, por isso os impactos de sua ocupação são pouco expressivos, se comparados aos do agronegócio.

Nos “gerais” no Oeste da Bahia, é comprovado que só existe área preservada nas áreas onde existem Fechos “Fechos de Pasto” território das comunidades camponesas. Os camponeses vêm construindo há séculos o seu jeito de ser e viver nesta região, é exemplo de cuidado com a terra, preservação do planeta, ao contrário do que fazem as empresas e pessoas ligadas ao agronegócio, este segundo é o principal responsável por toda

destruição ambiental e mudanças climáticas na região e no Brasil. (BARRETO, 2012, p.11).

Para esses grupos, chamados “Geraizeiros”, a relação com a posse da terra é muito peculiar, simplesmente ela está “lá”, livre a todos que precisam utilizá-las. Infelizmente, os empresários do agronegócio não pensam assim, muito pelo contrário. “Há 25 anos, em meia hora de carro se atravessava toda a área desmatada do Cerrado baiano. Hoje o percurso é uma viagem de cerca de sete horas. São 600 quilômetros de estrada em linha reta. De um lado e do outro, onde se via mata de Cerrado, agora só se vê área de plantio” (Informação verbal)⁶³. Se a expansão do agronegócio continuar no ritmo e orientação em que está, muito em breve situações irreversíveis vão acontecer em diversos pontos, contribuindo para a erosão do patrimônio genético vegetal e animal, de fundamental importância para o bioma Cerrado.

6.3 URBANIZAÇÃO (DES)ORDENADA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

O avanço da rede urbana funcional ao agronegócio acompanhou-se, conseqüentemente, do aumento dos problemas sociais urbanos. A “seletividade espacial” (SANTOS, 1996b, 2005, 2006) promovida pela difusão do agronegócio incide no processo de urbanização da região, com base em um processo de modernização excludente e agravamento do círculo vicioso da “pobreza urbana” (SANTOS, 1978). As cidades tornam-se polarizadoras de uma reestruturação urbano-regional, comandada pelos agentes hegemônicos capitalistas, mas também de uma economia da pobreza, a qual se transfere para outros lugares e se amplia ou metamorfoseia.

O rápido processo de urbanização de algumas cidades do Oeste Baiano tem se caracterizado pelo crescimento urbano desordenado, por uma modernização desigual de suas áreas e equipamentos urbanos e pela intensificação da segregação espacial e da violência urbana.

A mancha urbana se expandiu e novas moradias, empreendimentos comerciais, escritórios e instituições foram incorporados à paisagem de Barreiras, mas não sem conflitos e contradições. A fragmentação

⁶³ Entrevista com morador de Formosa do Rio Preto em 15 jul. 2014.

socioespacial se ampliou com o processo de periferização, a ocupação de encostas e a falta de saneamento básico resultaram em graves consequências para o meio ambiente urbano, além dos problemas referentes ao transporte público, especulação imobiliária e de gestão pública, entre outros. Assim, o importante centro regional do Oeste Baiano, propulsor da economia de um vasto território e prenhe de funções urbanas, é também o lócus de problemas dignos das grandes metrópoles brasileiras (BRANDÃO; LATUF, 2010, [s/d]).

Em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, a expansão do agronegócio tem promovido uma forma de urbanização que segue a lógica das grandes cidades globalizadas, apresentando áreas de exclusão, falta de infraestrutura básica, espaços públicos precários, ao mesmo tempo em que apresenta bairros modernos e de alto status social destinados à elite, problemas típicos de espaços cujo crescimento populacional acelerado não é acompanhado por políticas públicas que provenham serviços básicos para a maioria da população.

Uma cidade como Barreiras, que praticamente explodiu na última década, mais do que duplicando sua população e aumentando de maneira assustadora as desigualdades sociais, exige de forma modelar os extremos a que pode chegar a desterritorialização na forma de *aglomerados humanos*, com uma verdadeira cidade clandestina e excluída ou imersa em redes ilegais de sobrevivência (HAESBAERT, 1996, p. 182).

Atraídos pelas oportunidades que a então nova fronteira agrícola ofertava, muita gente de todo o país acabou migrando para a região. A carência de mão de obra em várias áreas do circuito produtivo foi um chamariz. No entanto essa oferta de trabalho ocorreu em um momento que a produção não era amplamente automatizada, anos 1980 e 1990, diferente do panorama atual em que o uso intensivo de máquinas agrícolas dispensa empregos nas lavouras de grãos.

Aqueles que migram hoje para cidades como Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, na maioria das vezes, não conseguem partilhar dos “louros” da economia urbana regional, embora tenham que pagar os altos custos dessa. Acabam fixando moradias precárias em bairros periféricos dessas cidades, marcados pela falta de abastecimento de água, inexistência de rede de esgoto, insuficiência da coleta de lixo, precária rede de iluminação pública, ruas não pavimentadas, inexistência de meio-fio/guia ou calçadas, etc.

O contingente que migra demanda moradia, escolas, transportes, água, esgoto, segurança, atendimento médico-hospitalar, comércio, serviços,

entretenimento, etc. Essa conta de investimentos públicos e privados não pode ser ignorada e precisa ser quitada todos os anos, sob pena de ocorrer um desequilíbrio crescente e uma piora na qualidade da vida, o que é mais comum de acontecer.

[...] essa difusão do novo pela cidade de Barreiras é desigual e ambivalente, produtora de paradoxos através da pobreza também gerada em muitos bairros periféricos como, por exemplo, nos bairros Santa Luzia, Cascalheira, Santo Antônio, Conjunto Habitacional Rio Grande, Morada da Lua, Vila Brasil, “Invasão” onde moram baianos, cearenses, pernambucanos, paraibanos e sulistas pobres dentre outros que são a força de trabalho do agronegócio, no campo, no comércio e nos serviços, da cidade de Barreiras que, em grande medida, são aqueles que efetivamente “sustentam”, pela exploração do seu trabalho, a “territorialização” da moderna agricultura na região (MONDARDO, 2011, p.69).

Em 2012, Barreiras, a maior cidade do Oeste Baiano, entrou para o clube das seletas cidades brasileiras com PIB acima de um milhão⁶⁴ (R\$ 2.443.616). A população dessa cidade passou de 20.684 habitantes, em 1970, para 173 mil habitantes em 2010. Essa combinação de crescimento econômico e populacional misturada à falta de planejamento urbano adequado e plano de desenvolvimento social criou um fosso entre os números do agronegócio e a qualidade de vida da população. Afinal, é sabido que o crescimento real dos repasses da União e o aumento físico de receita não asseguram, necessariamente, melhoria nos serviços prestados à comunidade, isto é, não implicam desenvolvimento social, pois, como disse Tavares (2014), “ninguém come PIB, come alimentos” (informação verbal)⁶⁵.

O crescimento urbano aos moldes capitalistas, para o caso de qualquer cidade (Barreiras e Luís Eduardo Magalhães não fogem à regra), tem consequências sérias para a qualidade de vida urbana: o déficit habitacional amplia-se; criam-se bairros a partir de loteamentos ocupados irregularmente; ruas sem identificação, calçadas, meio-fio, pavimentação e acessibilidade; mais esgoto a céu aberto; mais lixo; caos no trânsito, etc. A questão é até que ponto a mercantilização desenfreada trazida no bojo da modernização no Oeste Baiano se traduz efetivamente em desenvolvimento das cidades envolvidas.

⁶⁴ BARREIRAS e seus desafios. **Revista A**. Ano II, nº 12. Barreiras, set-out/2012.

⁶⁵ Fala da economista Maria da Conceição Tavares em entrevista “Ninguém come PIB, come alimentos” dada ao Jornal *O Globo* no dia 24 de março de 2014 (Entrevistadora: Cássia Almeida). Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/maria-da-conceicao-tavares-ninguem-come-pib-come-alimentos-11973782>>. Acesso em: 21 maio 2015.

6.3.1 A precariedade dos serviços básicos: Saneamento, Saúde e Educação

As pesquisas socioeconômicas revelam inúmeros problemas presentes em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Os números da produção agrícola regional crescem progressivamente, essa aparente riqueza, no entanto, não se traduz em bons indicadores de desenvolvimento social e nem em melhoria das condições de vida da maioria dos seus habitantes. Os índices de desenvolvimento social são os mais baixos, uma contradição para uma das regiões agrícolas mais ricas (economicamente) dos Cerrados brasileiros.

O saneamento básico, a obra mais esperada da cidade de Barreiras, iniciou-se apenas em 2010, com previsão para concluir em agosto de 2013, coisa que não aconteceu. De acordo com o relatório de Controle Operacional de Água e Esgoto (COPAE), em 2010 o atendimento de ligações de esgoto correspondia a cerca de apenas 10% das edificações de Barreiras, valor bastante pequeno quando comparado ao porte e à importância da cidade no cenário socioeconômico da sua região e estado.

Figura 115 – Falta de saneamento básico no bairro Cidade dos Funcionários. Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

O Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Barreiras (2010)⁶⁶, já bastante defasado pois não previu com exatidão o crescimento demográfico da cidade, apontava, como projeção, o atendimento de 100% da

⁶⁶PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS. **Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Barreiras**. Barreiras – BA. Dez. 2010. Disponível em: <http://barreiras.ba.gov.br/pdf/rel_pssb_barreiras.pdf>. Acesso em: 22 maio 2015.

população de Barreiras apenas para 2030 (tanto para a sede municipal quanto para os distritos e localidades rurais), o que já é muito tempo para se esperar pela universalização de um serviço tão básico, sobretudo por se tratar de uma cidade média.

O próprio documento citado reconhecia também que 50% dos distritos e localidades rurais de Barreiras não dispunham de sistemas estruturados de abastecimento de água, com má qualidade da água dos poços – salinidade; cor; odor; má qualidade da água dos mananciais superficiais devido à falta de tratamento; deficiências nas captações, nos reservatórios e nas redes de distribuição; vazamentos; pouca pressão; falta de hidrômetros, etc. A falta de água doce para localidades distantes dentro do município é um grande problema: mais de 1.600 moradores de 13 comunidades, localizadas na região conhecida como Cinturão Verde, não têm água encanada em suas casas. Outro dado alarmante é o de que 150 famílias ainda vivem no Lixão de Barreiras⁶⁷.

Segundo a Prefeitura de Barreiras, com a conclusão total da primeira etapa de obras, retomada no final de 2013, Barreiras alcançaria o índice de cobertura de esgotamento sanitário de cerca de 70%, beneficiando cerca de 90 mil habitantes, lembrando que a população estimada para 2014 já era 152.208 habitantes (IBGE, Contagem Populacional, 2014). A previsão de gastos para a obra de saneamento básico de Barreiras, segundo o plano citado, seria de quase R\$ 23 milhões até 2030, no entanto, no final de 2014 a obra já totalizava R\$ 109 milhões em investimentos⁶⁸, com recursos próprios da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) e financiamentos externos. O valor foi ampliado quase cinco vezes e as metas nem de longe foram alcançadas.

Percebe-se que não se executa de fato um plano municipal de saneamento básico e, muito menos, de manejo de resíduos sólidos, nem manejo de águas pluviais para Barreiras, apesar de o município ser apontado pelo IBGE como um dos que possuem áreas de risco no perímetro urbano que demandam drenagem especial. Ocorre que dados do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) do

⁶⁷ Informação obtida na 4ª Conferência Municipal das Cidades, ocorrida em Barreiras no dia 01 jun. 2013, da qual participamos.

⁶⁸ MURAL do Oeste. **Embasa retoma obra de saneamento básico de Barreiras**. Barreiras, 14 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.muraldooeste.com/2013/11/embasa-retoma-obra-de-saneamento-basico.html>>. Acesso em: 22 maio 2015.

Ministério da Saúde (BRASIL, 2013b), como podemos ver na figura seguinte, apontam que em 2013 apenas 17,5% das famílias de Barreiras possuíam rede de esgotamento sanitário, enquanto que 75,7% ainda utilizavam o sistema de esgoto por fossa e ainda 6,9% possuíam esgoto a céu aberto.

Figura 116 – Índice de domicílios com e sem saneamento básico em Barreiras – rede de esgoto por fossa e a céu aberto



Fonte: BRASIL, 2013b.

Para o caso de Luís Eduardo Magalhães a situação é mais alarmante, pois simplesmente não há estrutura alguma de esgotamento sanitário, embora exista projeto de saneamento para quase toda a cidade com orçamento de R\$ 21 milhões, objetivando atender a 85% da população. Como pode ser visto na Figura 115, menos de 1% (0,9%) das famílias possuíam rede de esgotamento sanitário em 2013, enquanto que 98,2% utilizavam o sistema de esgoto por fossa e 1%, esgoto a céu aberto (SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA, 2013).

Do que é possível observar na paisagem da cidade de Luís Eduardo Magalhães, respeito à promoção de infraestrutura básica, a prefeitura municipal não tem contribuído com a melhoria de áreas residenciais mais pobres, mas também não parece privilegiar as áreas residenciais de classe média alta e alto padrão, deixando a desejar em todas as áreas residenciais da cidade, principalmente nas mais antigas.

Figura 117 – Índice de domicílios com e sem saneamento básico em Luís Eduardo Magalhães – rede de esgoto, por fossa e a céu aberto

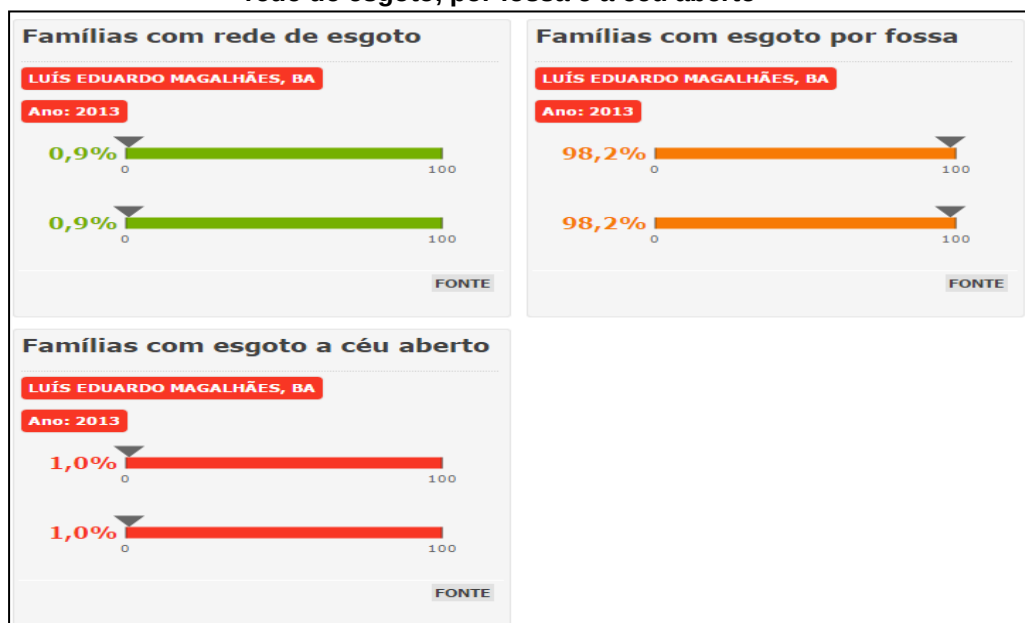


Figura 118 – Falta de saneamento básico no bairro Santa Cruz. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Como o saneamento básico também é questão de saúde pública, a sua deficiência reflete diretamente população, em ambos os municípios. Contraditoriamente, apesar de o município de Barreiras exercer considerável centralidade quanto aos serviços médico-hospitalares⁶⁹, a cidade tem um déficit de

⁶⁹De acordo com a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, Barreiras possui Gestão Municipal dos Serviços de Saúde (que no Oeste somente Luís Eduardo Magalhães também possui), é referência da sua macrorregião e microrregião e ainda é sede de Núcleos Regionais de Saúde – NRS.

15 postos do Programa Saúde da Família, tendo um número de 33 unidades. Como é possível verificar na Tabela 22, Barreiras possui 269 estabelecimentos de Saúde, 445 leitos SUS (de um total de 510) e 1.805 profissionais da Saúde⁷⁰, números que são muito baixos para seu porte de cidade média e nível de influência regional. O número de estabelecimentos públicos de Saúde em nível Estadual e Federal é residual na cidade, apenas 01 e 02, respectivamente, enquanto existem 197 unidades do setor privado, prevalecendo os consultórios e as clínicas.

Tabela 22 – Número de estabelecimentos de Saúde no município de Barreiras

Estabelecimentos de Saúde no Município BARREIRAS	
DESCRIÇÃO	% ESTABELECIMENTOS
CENTRAL DE REGULACAO DO ACESSO	1 (0,37 %)
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	1 (0,37 %)
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	1 (0,37 %)
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	33 (12,27 %)
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	62 (23,05 %)
CONSULTORIO ISOLADO	122 (45,35 %)
FARMACIA	1 (0,37 %)
HOSPITAL ESPECIALIZADO	7 (2,60 %)
HOSPITAL GERAL	5 (1,86 %)
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	1 (0,37 %)
POLICLINICA	2 (0,74 %)
POSTO DE SAUDE	2 (0,74 %)
PRONTO SOCORRO GERAL	1 (0,37 %)
SECRETARIA DE SAUDE	2 (0,74 %)
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	18 (6,69 %)
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	3 (1,12 %)
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	4 (1,49 %)
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	3 (1,12 %)
TOTAL	269 (100 %)

Fonte: Dados extraídos do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNES), gerenciado pela DICON, competência Setembro/2015⁷¹.

Para o caso de Luís Eduardo Magalhães, como podemos ver na Tabela 23, a cidade possui 113 estabelecimentos de Saúde (84 privados e apenas 29 do Governo Municipal), 33 leitos do SUS (o total de leitos na cidade é 69) e 769 profissionais da Saúde⁷². Destaca-se que mais da metade desses estabelecimentos de Saúde são de consultórios privados, em contrapartida existem somente 18 postos de Saúde (Centros de Saúde/unidade básica) em todo o município. Nesse município

⁷⁰Dados extraídos do CNES, competência Setembro/2015, gerenciado pela DICON.

⁷¹Disponível

em:

<http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/municipio.asp?cidade=290320&nome=BARREIRAS>.

Acesso em: 16 dez 2015.

⁷²Dados extraídos do CNES, competência Setembro/2015, gerenciado pela DICON.

não existe nenhum estabelecimento de Saúde em nível Estadual ou Federal, o que faz com que a população se desloque para Barreiras, no sentido de realizar atendimentos mais complexos.

Tabela 23 – Número de estabelecimentos de Saúde no município de Luís Eduardo Magalhães

Estabelecimentos de Saúde no Município LUÍS EDUARDO MAGALHÃES		
DESCRIÇÃO	% ESTABELECIMENTOS	
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA		1 (0,88 %)
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL		1 (0,88 %)
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA		18 (15,93 %)
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE		8 (7,08 %)
CONSULTORIO ISOLADO		65 (57,52 %)
FARMACIA		1 (0,88 %)
HOSPITAL ESPECIALIZADO		1 (0,88 %)
HOSPITAL GERAL		3 (2,65 %)
POLO ACADEMIA DA SAUDE		1 (0,88 %)
PRONTO ATENDIMENTO		1 (0,88 %)
SECRETARIA DE SAUDE		1 (0,88 %)
SERVICO DE ATENCAO DOMICILIAR ISOLADO(HOME CARE)		1 (0,88 %)
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)		8 (7,08 %)
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA		2 (1,77 %)
UNIDADE MOVEL TERRESTRE		1 (0,88 %)
TOTAL	113 (100 %)	

Fonte: Dados extraídos do CNES, gerenciado pela DICON, competência Setembro/2015⁷³.

Em relação à Educação, os dados também são preocupantes. Segundo o Sistema de Relatórios Dinâmicos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁷⁴, no ano de 2014, 24,9% das crianças de Barreiras de 6 a 14 anos não estavam cursando o Ensino Fundamental, e 51,3% dos jovens de 15 a 17 anos, que deveriam estar no Ensino Médio, estavam fora da escola. A taxa de conclusão do Fundamental entre jovens de 15 a 17 anos não chegou a 58%, e para o caso do Ensino Médio os percentuais de conclusão dos jovens de 18 a 24 anos não alcança 53%.

Em 2014, entre alunos do Ensino Fundamental, 21,4% estavam com idade superior à recomendada nos anos iniciais e 29,3% nos anos finais. A defasagem chegou a 31,9% entre os que alcançaram o Ensino Médio. Em 2013, Barreiras estava na 3.959^a posição do Índice de Desenvolvimento da Educação

⁷³Disponível em: <http://www1.saude.ba.gov.br/mapa_bahia/municipio.asp?CIDADE=291955>. Acesso em: 16 dez. 2015.

⁷⁴Trata-se de sistema de consulta de informações ambientais, econômicas e sociais sobre os ODM de todos os estados e municípios brasileiros. Disponível em: <<http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portaldm/>>. Acesso em 15 jun. 2015.

Básica (IDEB)⁷⁵, entre os 5.565 municípios do Brasil quando avaliados os alunos dos anos iniciais e na 3.998^a no caso dos alunos dos anos finais. Quando analisada a sua posição entre os 417 Municípios de seu Estado, Barreiras está na 122^a posição nos anos iniciais e na 110^a, nos anos finais.

Para o caso de Luís Eduardo Magalhães, a mesma pesquisa acima mostrou que 24% das crianças entre 6 e 14 anos não estavam cursando o Ensino Fundamental em 2014 – percentual semelhante ao de Barreiras – e 60,1% dos jovens de 15 a 17 anos do Ensino Médio estavam fora da escola. A taxa de conclusão do Fundamental entre jovens de 15 a 17 anos ficou abaixo de 48%. Quando analisado o Ensino Médio, os percentuais de conclusão caem significativamente. Dos jovens de 18 a 24 anos, apenas 40,0% acabaram o Ensino Médio. Em 2014, entre alunos do Ensino Fundamental 18,9% estavam com idade superior à recomendada nos anos iniciais e 31,7% nos anos finais. A defasagem chega a 33,8% entre os que alcançam o Ensino Médio.

A deficiência de serviços básicos é refletida, muitas vezes, no Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil (IDH)⁷⁶ dos municípios, por considerar em seus cálculos três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, Educação e Saúde. De acordo com a ONG Repórter Brasil (2010)⁷⁷, no ranking do IDH referente a 2000, entre as nove cidades que mais plantavam soja na Bahia todas apresentaram um IDH abaixo do apresentado pelo país (0,766, numa escala que vai de 0 a 1, sendo tanto melhor o índice quanto mais perto de 1). De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), das pessoas responsáveis pelos domicílios em Barreiras, 66,94% possuíam renda mensal entre 0-2 salários mínimos, enquanto que apenas 3,7% recebiam mais de 10 salários mínimos.

Como pode ser visto no Quadro 7, da região, Barreiras é a melhor colocada no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2010, aparecendo, no

⁷⁵O IDEB é um índice que combina o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado no último ano das séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, podendo variar de 0 a 10.

⁷⁶O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população em uma cidade, estado, região ou país. Esse índice é calculado com base em dados econômicos e sociais. Os critérios utilizados para calcular o IDH são: grau de escolaridade, renda, nível de saúde. O IDH vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o lugar.

⁷⁷ONG Repórter Brasil. Os impactos da soja na safra 2009/10. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. Abr. de 2010. Disponível em: <www.agrocombustiveis.org.br>. Acesso em: 09 jun. 2015.

entanto, somente na posição 2.560º entre os 5.507 municípios brasileiros. Riachão das Neves, o pior colocado entre os principais municípios sojicultores do Estado, aparece na posição de 5.133º no ranking do IDH. São Desidério, principal plantador de soja na Bahia aparece na 4.486º posição. Vale destacar que em 2010 o IDH do Brasil era de 0,766 e a Bahia situava-se na 22ª posição no ranking estadual (0,688). Em outros indicadores, como os apresentados pelo Atlas da Exclusão Social no Brasil, a região também se encontra em situação bastante frágil.

Quadro 7 – IDH no Oeste Baiano

Município	Posição no ranking nacional do IDH
Luís Eduardo Magalhães	1.427º (0,716)
Barreiras	2.560º (0,713)
Formosa do Rio Preto	3.820º (0,646)
Correntina	3.884 (0,642)
Jaborandi	4.360º (0,617)
Cocos	4.386º (0,615)
São Desidério	4.486º (0,61)
Serra do Ramalho	4.700º (0,598)
Baianópolis	4.805º (0,592)
Riachão das Neves	5.133º (0,569)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, 2010. Adaptação: Camila Dutra.

Conforme cadastro no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em Barreiras mais de 16 mil famílias (de um total de 38 mil) declaram ter uma renda *per capita* mensal de R\$ 140,00. Isso quer dizer que 42% da população vive em situação de pobreza e é ratificado o baixo Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF)⁷⁸ de 0,57. Esse índice, entre outras variáveis, considera acesso ao conhecimento (0,41), acesso ao trabalho (0,17) e disponibilidade de recursos (0,40). O IDF varia entre 0 e 1, e quanto melhores as condições da família, mais próximo de 1 será o seu indicador.

⁷⁸O IDF é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento das famílias, possibilitando apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CADÚNICO, bem como analisar um grupo de famílias ou mesmo o total de famílias do município.

Segundo o Mapa da Exclusão Social no Brasil (LEMOS, 2012), Barreiras possui 18,6% da sua população maior de dez anos em condição de analfabetismo (em Luís Eduardo Magalhães é 34,4%); 68% da sua população sobrevive em domicílios cuja renda total varia de zero a dois salários; 80,0% sobrevive em domicílios sem acesso ao serviço de água encanada; 80,6% sobrevive em domicílios sem acesso a saneamento minimamente adequado; e 69,4% é a percentagem da população que sobrevive em domicílios privados do serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente.

Figura 119 – Condições precárias no bairro Santa Luzia: sem saneamento, sem calçamento, com lixo exposto. Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

A pobreza e a fome têm sido amenizadas com programas sociais de transferência direta de renda como o Bolsa Família, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a aposentadoria rural, dentre outros que, apesar de atender parcialmente às demandas imediatas, mascaram a realidade e postergam o problema, e tornam os municípios cada vez mais dependentes de incentivos governamentais para minorar os seus graus de pobreza. O fato é que de nada adianta distribuir a renda nominalmente sem que ela esteja ancorada na expansão dos setores de consumo popular – de alimentos e de habitação, particularmente – e nos bens públicos de uso universal, cuja expansão permita o atendimento das necessidades básicas e a expansão do emprego como destaca, novamente, Tavares e Belluzzo (2002, p. 173).

A produção de bens e serviços e a distribuição de renda são duas faces de um mesmo processo de desenvolvimento numa sociedade mercantil. Sem uma política de produção e emprego condizente com o bem-estar social não é possível fazer distribuição de renda de forma duradoura. Distribuir renda não significa, portanto, um ataque focalizado à pobreza, com políticas do tipo das recomendadas pelo Banco Mundial: políticas pobres para os pobres [Soares, 2000].

6.3.2 A cidade (re)partida: disparidade nos padrões residenciais

A segregação socioespacial é outra constante nas cidades analisadas. Luís Eduardo Magalhães é o melhor exemplo da cidade dividida, pois já nasce de um processo de segregação, a partir do momento que se difunde uma imagem de um “território gaúcho” nos Gerais baianos. Para Haesbaert (1996), esse exemplo pode ser considerado a manifestação mais nítida, a nível espacial, da segregação entre nordestinos e “gaúchos” nos Cerrados do Nordeste.

Esse jogo de identidades, e também de disputas territoriais, não ocorre somente em Luís Eduardo Magalhães, em Barreiras também existe o bairro Renato Gonçalves, comumente chamado de “Bairro dos Gaúchos”⁷⁹, de classe média à alta, construído propositalmente para aglutinar os “conterrâneos” a partir de sua identidade cultural e de sua classe, onde a maioria das famílias que residem são de empresários rurais sulistas.

Nesses bairros, ocupados principalmente pela elite rural local, é nítida a tentativa de reprodução do estilo de vida das cidades modernas, com a presença de condomínios fechados e a ausência do convívio social em vias públicas. Espaços segregados, econômica e culturalmente, como esses, reforçam as próprias conclusões de Haesbaert (1995) em sua tese, quando diz “mais do que ‘territórios gaúchos’ de bases locais, a vinculação dos sulistas nos Cerrados do Nordeste com uma ‘rede regional’ em escala nacional que, de várias formas, tenta manter laços econômicos e mesmo políticos com sua área de origem” (HAESBAERT, 1995, p. 244).

⁷⁹“Alguns moradores mais ricos compraram até mesmo os móveis no Rio Grande do Sul. Um proprietário construiu sua casa, de madeira e em estilo ‘europeu’, com materiais todos trazidos do Sul. O bairro se tornou tão contrastante com o resto da cidade que até virou atração turística”. (HAESBAERT, 1995, p. 255).

Figura 120 – Residências no bairro “Dos Gaúchos”, em Barreiras/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Na região, a segregação começa na própria oferta de trabalho. Muitos sulistas, que já chegam com alguma formação profissional de nível técnico ou superior, acabam ocupando os melhores postos no setor de serviços⁸⁰. Os procedimentos mecânicos adotados para o cultivo dos grãos reduzem o contingente de trabalhadores no campo. Ocorre que o trabalho mais pesado fica com a mão de obra sem qualificação, originários do interior nordestino, na maioria temporários com salários aviltantes, em geral fisicamente menos resistentes pelas condições de miséria e subnutrição em que vivem, mas dos quais se reclama uma produtividade e uma jornada de trabalho extenuante.

O agronegócio que se instala na região exige mão de obra mais qualificada e emprega em menor grau a mão de obra sem qualificação pagando menores salários. Dessa forma, ocorre a formação de um grande contingente de trabalhadores e de pequenos produtores agrícolas que não possuem chance de concorrer com a agricultura moderna, impulsionando, assim, o aumento de conflitos pela posse terra e aumentando a pressão social e econômica para a migração dessa população rural em direção às cidades (QUEIROZ, 2012, p. 22).

⁸⁰Em nossas entrevistas identificamos um grande número de trabalhadores que atuam na assistência técnica e especializada na região, oriundos dos estados de ocupação agrícola mais antiga, como São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Esses profissionais foram atraídos pelo dinamismo agrícola da região e pela falta de mão de obra local especializada.

Figura 121 – Trabalhadores em fazenda de algodão em Roda Velha. São Desidério/BA



Fonte: Camila Dutra, 2013.

Essa força de trabalho excluída da ordem econômica vigente, geralmente retirantes vindos de outras partes do interior da Bahia (Irecê⁸¹, Xique-Xique, Pilão Arcado) e nativos alijados dos processos econômicos, produto da miséria que acompanhou a modernização dos Cerrados baianos, são engolidos pelo processo de periferização. No que se refere à população de baixa renda, essa periferização envolve a reprodução social em grandes conjuntos habitacionais financiados pelo próprio Estado. Nesses equipamentos é forte o apelo à ideologia da casa própria, mesmo que em lugares com condições precárias.

A Prefeitura de Barreiras possui um cadastro de mais de quatro mil inscritos no programa “Minha Casa Minha Vida” da Caixa Econômica Federal. Alguns dos critérios utilizados no momento da seleção dos beneficiários desse programa são: ter renda familiar mensal de até R\$ 1.395,00, morar em área de risco e ter família chefiada por mulher. Idosos e pessoas com deficiência também serão contemplados, conforme a Portaria do Diário Oficial da União⁸². O valor dos imóveis são de até R\$ 41 mil no interior. De acordo com a Prefeitura de Barreiras, a previsão é que o “Minha Casa, Minha Vida” construa 32 mil moradias no Estado.

⁸¹Estudo sobre o crescimento populacional na Bahia (BAHIA, 1998) registrou, para a região de Irecê, crescimento negativo no período de 1991/96, evidenciando perda absoluta de população, uma vez que o município tinha alcançado uma das mais altas taxas na década de 1980. Essa perda de população dos anos de 1990 é resultado da emigração direcionada para trabalhar nas fazendas e agroindústrias de Barreiras.

⁸²Informações obtidas no website da Prefeitura Municipal de Barreiras. Acesso em: 21 maio 2015.

Figura 122 – Residencial São Francisco construído através do convênio com o Programa Minha Casa Minha Vida



Fonte: Camila Dutra, 2012.

O bairro Santa Cruz, em Luís Eduardo Magalhães, desde seu surgimento, se apresenta nitidamente como um “celeiro de mão de obra barata”. É o bairro mais populoso da cidade e igualmente aquele identificado pela população e pelo poder público como o que enfrenta os maiores problemas sociais.

A falta de qualificação e a acentuada mecanização, essencial no Oeste Baiano, correspondem a alguns dos principais fatores responsáveis pelo aumento da periferização dos municípios pesquisados, principalmente em Luís Eduardo Magalhães. Excluídos do trabalho nas lavouras da região, os migrantes do Sertão baiano estabeleceram-se nas periferias, como no Bairro Santa Cruz em Luís Eduardo Magalhães, e desenvolvem suas atividades profissionais no setor de serviços ou nas indústrias locais. (ILARIO, 2011, p. 97).

O Santa Cruz foi formado em 1991, a partir do erguimento de 50 casas e barracos de imigrantes sertanejos atraídos pelo crescimento do então povoado Mimoso do Oeste. Desde sua fundação, o bairro foi planejado como área destinada aos imigrantes de baixa renda que começaram a habitar a cidade. É um bairro pobre, caracterizado pela quase total falta de infraestruturas básicas; com casas autoconstruídas ou barracos rudimentares; com altos índices de violência e criminalidade, que surgiu do “outro lado” de Luís Eduardo Magalhães, a partir do loteamento à margem sul da rodovia asfaltada (BR-242)⁸³. Esse bairro é, inclusive,

⁸³Rios Filho (2012) diz que Luís Eduardo Magalhães já surge enquanto aldeia urbana segregada, cuja linha demarcatória é a rodovia BR-242.

apelidado de “Iraque” pelos moradores da cidade, fazendo referência aos problemas sociais enfrentados pelo bairro desde sua fundação.

Figura 123 – Condições precárias das habitações do Bairro Santa Cruz. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Conforme dados do setor censitário do IBGE, 89,77% dos moradores do Santa Cruz possuíam renda na faixa entre 0 a 2 salários mínimos. O segundo bairro mais pobre da cidade é o Mimoso II, que possui 77,6% de moradores nessa mesma faixa de renda (CENSO demográfico, IBGE, 2010) e, juntamente com o Santa Cruz, concentram os nativos e os imigrantes nordestinos (de outros municípios da Bahia e de outros estados do Nordeste) e nortistas (principalmente do Tocantins).

Nas áreas residenciais de classe média e alta encontramos uma concentração maior de pessoas da região Sudeste e, principalmente, da Região Sul. O perfil sociodemográfico, elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006), mostra o esgotamento da fase de migração sulista para o Oeste Baiano e a intensificação de movimentos migratórios de curta distância e de natureza intraestadual.

Observando a distribuição espacial dos baianos por tipo de área residencial em Luís Eduardo Magalhães, Rios Filho (2012), em sua pesquisa, constatou que 74,19% desse contingente populacional agrupava-se em áreas de maior concentração de responsáveis pelo domicílio pertencente a faixa de renda entre 0 e 2 SM (salário mínimo). Além disso, possuíam a menor porcentagem de imigrantes nas áreas residenciais de maior aglomeração de responsáveis pelo domicílio com maior renda. Comparando as características dos tipos de área por

rendimento com a distribuição espacial de baianos provenientes de outros municípios, esse autor percebeu que quanto menor é o nível de renda da área residencial, maior é a concentração de imigrantes baianos nestas áreas.

Enquanto isso, nos bairros localizados ao norte da BR-020, como Mimoso I (ou Mimoso Central) e Jardim Paraíso, não é permitido construir casas com menos de 180m², em um claro sinal de autoss segregação da classe abastada. Esses dois bairros apresentam boa infraestrutura em habitação e serviços. Enquanto no bairro Santa Cruz falta quase tudo no que diz respeito aos bens de consumo básico, o seu vizinho, o bairro Jardim Paraíso, é marcado pelo alto padrão das casas, segurança privada, ruas asfaltadas e arborizadas, Ensino privado, além de áreas de lazer, entre outros. O curioso e revelador destaque, feito por Ilario (2011), é que “em ambos os bairros os moradores são migrantes: no bairro Santa Cruz de origem do sertão baiano e no bairro Paraíso oriundos principalmente da Região Sul do Brasil”.

Figura 124 – Habitações no Jardim Paraíso. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Também identificamos a presença de condomínios fechados em Luís Eduardo Magalhães. Em sua tese de doutorado, Alves (2006) aponta esses equipamentos como espaços construídos exclusivamente para atender aos empresários e as produtores agrícolas modernos. No bairro Mimoso I existem três condomínios verticais fechados: Cachoeira do Redondo, Campos Elíseos e Ilha Bella; e no Jardim Paraíso existem três condomínios horizontais fechados: Pedra

dos Sonhos⁸⁴, de casas com mais 270m² cada⁸⁵ e lotes de 1000m², o Rio das Pedras (da mesma imobiliária do Pedra dos Sonhos), o mais recente da cidade, e o Soya.

Também há lotes para classe média e alta, com tamanho médio de 900m² de área (caso do loteamento Jardim Paraíso I e II), bem como muitos terrenos vazios sendo especulados e prédios sendo construídos. O Grupo Paraíso em consórcio com a FORTEC, empresa de Santa Catarina, está produzindo um novo edifício de luxo com até mesmo um heliporto no bairro Jardim Paraíso, o Bella Vitta Residence. Existem ainda vários loteamentos em Luís Eduardo Magalhães, voltados para classe média e alta, que apontam para a formação de bairros autosssegados.

Figura 125 – Publicidade do Residencial Bella Vita, no Jardim Paraíso II. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

O bairro Jardim Paraíso, onde estão os três maiores loteamentos fechados da cidade, é a área residencial com a menor quantidade de domicílios da

⁸⁴ Lançado em 2004, esse condomínio localiza-se no limite do perímetro urbano de LEM, a 3,7 km de distância do centro, em uma área que antes era uma propriedade rural destinada ao cultivo de algodão. Além da área residencial, o condomínio é composto pelo clube Pedra do Sonho, com campo de golfe (com nove buracos e três lagos artificiais), kartódromo, floresta de pinheiro, pista de cooper de 2 km, restaurante, pista de pouso de aviões de pequeno porte, quadra de tênis, quadras poliesportivas, quadra de squash, campo de futebol, academia de ginástica, salão de jogos, parque aquático com piscina aquecida, *delicatessen* e loja de conveniência sofisticada. Fonte: Website da Incorporadora Pedra do Sonho Empreendimentos.

⁸⁵ O site da imobiliária Terra Imóveis divulga um anúncio de casa construída no condomínio, no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

cidade: 1.169 domicílios, distribuídos em 88,20% de casas e 11,80% de apartamentos. No entanto é também a área onde se concentram as pessoas de maior renda. Rios Filho (2012) constatou que nesse bairro concentra-se algo em torno de 46% das pessoas que ganham acima de 10 SM, tem-se o menor percentual de imigrantes baianos de toda a cidade (22,27%) e, inclusive, uma concentração de imigrantes da região Sul maior que a de baianos.

Figura 126 – Entrada do condomínio fechado Pedra dos Sonhos no Jardim Paraíso. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Figura 127 – Entrada do condomínio fechado Rio das Pedras no Jardim Paraíso. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Essa segregação socioespacial parece não existir quando se olha para os índices de crescimento econômico de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. A receita orçamentária de Barreiras, por exemplo, passou de R\$ 81,7 milhões em 2005 para R\$ 133,9 milhões em 2009, com crescimento médio anual de 13,12%. Um absurdo se comparado com a renda mensal da maioria das famílias da cidade que não chega a dois salários⁸⁶. O fato é que tem se acentuado a desigualdade socioeconômica entre os habitantes dessas cidades, pois ações públicas e privadas na região só têm beneficiado os agentes do agronegócio.

Para Castillo (2007), vão sendo definidas as prioridades de investimentos em infraestruturas de acordo com interesses corporativos, disfarçados pelo discurso de um desenvolvimento econômico que, automaticamente, beneficiaria toda a população. Os investimentos realizados no Oeste Baiano, para ampliar os capitais existentes e atrair novos, estão produzindo uma reorganização territorial que inclui apenas uma pequena parcela da sociedade. É preciso, portanto, que se compreenda que crescimento não é desenvolvimento. Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, assim como as demais cidades envolvidas no processo modernizador dos Cerrados baianos, cresceram, mas não se desenvolveram.

6.3.3 Planejamento e (des)articulação no espaço regional

Como bem nos lembra Santos (1959, p. 9), “cidade e região aparecem solidários, como Chabot quis mostrar naquela sua frase aparentemente inócua, quando afirmou que ‘não existe cidade sem região, nem região sem cidade’”. Barreiras e Luís Eduardo Magalhães são, portanto, produtos de sua região, e vice-versa. Essas cidades exercem considerável influência sobre as demais da região, encabeçando uma rede urbana de caráter interestadual que engloba parte da Bahia, sul do Piauí e centro-leste do Tocantins. O crescimento dessa região é alimentado por uma combinação de políticas econômicas “amigáveis” ao mercado agrícola. É interessante perceber a mudança na lógica regional, quando

[...] esta área em análise insere-se nesse novo contexto da realidade nordestina, no qual ela passa de uma região homogênea, que salta aos

⁸⁶Em 2010, Barreiras tinha 17,3% de sua população vivendo com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00. A participação dos 20% mais ricos da população na renda era de 65,5%, ou 21,9 vezes superior à dos 20% mais pobres. Fonte: IBGE - Censo Demográfico / Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

olhos das pessoas como uma “região-problema” e que agora ela se torna uma “área de modernização”, uma “área de fronteira”, um “polo-dinâmico”, que tem como característica sua heterogeneidade. (SALES e SALES, 2012, p. 13).

Ilario (2011) defendeu, em sua dissertação de mestrado, ser LEM uma “região competitiva” (CASTILLO, 2008; CASTILLO; FREDERICO, 2010) uma vez que demonstra uma especialização no campo e na cidade na produção de *commodities* agrícolas e demanda investimentos agroindustriais, além de infraestruturas e formas de organização logísticas. De fato, alguns de seus municípios apresentam características fundamentais para serem considerados competitivos: presença de *tradings* agroindustriais, associações setoriais, comércio e serviços especializados no agronegócio, força de trabalho qualificada, em suma, uma urbanização funcional ao agronegócio, como enfatiza os próprios autores.

O problema evidente é que essa interação regional não tem integrado regiões periféricas nem diminuído os antigos desequilíbrios regionais. Igualmente não vem assegurando novas respostas aos novos (nem para os velhos) problemas urbanos e regionais dessa região. Como disse Alves (2006, p. 55), “a regionalização do desenvolvimento também provoca desigualdades”. Trata-se, portanto, de um processo de urbanização concentrada, de modo geral, em poucas e nas maiores cidades.

Figura 128 – Contradição na paisagem. Silos de grãos e moradias precárias lado a lado no Loteamento Conquista. Luís Eduardo Magalhães/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

De acordo com Dias e Araújo (2011), excluindo-se as cidades mais firmemente articuladas do território metropolitano de Salvador, em 2007, apenas 7 centros urbanos baianos – Vitória da Conquista, Jequié, Itabuna, Ilhéus, Barreiras, Juazeiro e Teixeira de Freitas –, mal distribuídos no Estado, poderiam ser identificados como tendo maior capacidade de exercer a função de ligação entre grandes e pequenas cidades.

O desenvolvimento, ainda que econômico, é concentrado. No Estado da Bahia: apenas 43 cidades apresentam nível de centralidade e 26 possuem baixa concentração de funções; apenas Salvador e Feira de Santana possuem acima de 500 mil habitantes; 15 cidades têm porte médio (100 a 500 mil habitantes); e os polos regionais se resumem em 12, de um Estado com 417 municípios⁸⁷. Conforme Santos, Vale e Lobão (2012), apesar do bom desempenho agrícola da região, ainda persiste um grupo de municípios que se assemelham por apresentar pequena dimensão territorial e que não passaram ou foram muito pouco atingidos pelo processo de modernização agrícola implantado na região.

Mesmo apresentando uma pequena produção de soja, café, milho, arroz e algodão, esses municípios menores muitas vezes ainda utilizam, predominantemente, as práticas tradicionais de cultivo, permanecendo às margens do processo modernizador, “constituindo o espaço que se pode chamar apenas de conservador” (SANTOS; VALE; LOBÃO, 2012, p. 220). Da porção oeste da Bahia, apenas sete municípios se integram de forma efetiva nesse contexto de agronegócio, a saber: Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Correntina e Cocos.

Na opinião de Santos (2012, p.397), “mesmo o município de São Desidério, que tem uma das maiores áreas agrícolas plantadas com grãos do país, nos últimos anos tem a sua sede (por ser próxima da sede do município de Barreira) tratada como um bairro de Barreiras”. Quem conhece São Desidério sabe que a riqueza toda do município passa longe da cidade. É uma cidade pobre e desigual. Cidade que não tem nem um metro de rede de esgoto. Além dos produtores não morarem lá, a produção agrícola predominantemente mecanizada emprega

⁸⁷ Informação obtida na 4ª Conferência Municipal das Cidades, ocorrida em Barreiras no dia 01 jun. 2013.

pouquíssimo e os recursos dos impostos são mal aplicados (ou não aplicados) pela administração local, que reveza a governança entre irmãos há doze anos.

Figura 129 – Periferia de São Desidério/BA



Fonte: Camila Dutra, 2012.

Dos bilhões de reais do PIB de São Desidério, parece que quase nada fica na cidade além dos poucos salários. Comparando o PIB *per capita* (R\$ 35.657,18), o município está entre os 2% mais ricos do país. Contudo, analisando a miséria, figura entre os 20% mais pobres. Em 2010, conforme dados do IBGE⁸⁸ para esse município, a participação dos 20% mais ricos da população na renda era de 58,6%, ou 56,9 vezes superior à dos 20% mais pobres, os quais detinham apenas 1% da renda. Segundo os mesmos dados, 41% da população de São Desidério vivia com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00, e 27,1% da população estava abaixo da linha de pobreza e indigência. Enfim, um município rico e pobre ao mesmo tempo. Como mostra Santos (2012, p. 415)

A pobreza convive ao lado das novas paisagens em que os grandes tapetes verdes, com imensos círculos de áreas irrigadas pelos sistemas de pivôs centrais, plantados com as culturas da soja, café e/ou pintados com pontas brancas de grandes contingentes de gados são os símbolos da modernidade regional.

O Oeste Baiano apresenta avanços econômicos em função do crescimento do agronegócio, com o desenvolvimento da infraestrutura, de atendimento ao capital, acontecendo de forma diretamente relacionada a esse setor.

⁸⁸ IBGE - Censo Demográfico / Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais.

No âmbito estadual, os três primeiros colocados na renda primária estão nessa circunscrição: São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras, e mais três (Luís Eduardo Magalhães, Correntina e Riachão das Neves)⁸⁹ entre os 10 maiores. Ao mesmo tempo, trata-se de um conjunto de municípios marcado por expressivos índices de pobreza e que demanda investimentos em áreas básicas como Saneamento, Educação e Saúde.

A extrema e aviltante desigualdade social entre fazendeiros e trabalhadores, por exemplo, divide economicamente a região e, especialmente, seus municípios mais pujantes em duas faces distintas e ao mesmo tempo interligadas: o território dos ricos e o território dos pobres, os territórios das grandes e modernas fazendas do agronegócio e os territórios das inúmeras e crescentes periferias das cidades, da localização da pobreza, da precária infraestrutura, da presença dos pobres. (MONDARDO, 2013, p. 91).

É em Barreiras e Luís Eduardo Magalhães que são concentrados os capitais produzidos regionalmente, reforçando os fluxos industriais de comercialização, de serviços (públicos e privados). As outras cidades da região não apresentam destaque comercial, detendo um terciário tradicional marcado pela venda de produtos não sofisticados que alimentam apenas uma procura local e uma oferta de serviços bastante ineficiente. No geral, esses espaços são polarizados por Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, que oferecem inúmeros produtos e serviços.

Em São Desidério, Formosa do Rio Preto e Correntina, a importância econômica gira mesmo em torno da produção propriamente dita, tendo em vista que são os maiores produtores. Nesses municípios encontramos instaladas unidades de recebimento das esmagadoras, pontos onde está concentrada a riqueza do lugar.

[...] o processo de expansão das fronteiras agrícolas levou a uma concentração das atividades econômicas tipicamente urbanas no município de Barreiras, em detrimento dos demais municípios. Assim a cidade de Barreiras se consolidou como pólo urbano e econômico, restando aos demais municípios, se incorporar ao processo apenas como áreas agrícolas (ALVES, 1999, p. 41).

Quando olhamos para os inúmeros problemas socioespaciais que acometem a região, constatamos que o setor moderno só se implantou em um pequeno número de pontos ou regiões. Os dados estatísticos da região “revelam uma produção de riqueza acentuada, ao mesmo tempo em que encobrem uma

⁸⁹ AIBA. **Anuário da safra 2011/12 da Região Oeste da Bahia**. Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2012.

grande desigualdade existente [...], pois o agronegócio não é para todos, assim como seus rendimentos” (ILARIO, 2011, p. 95). Ou seja, por trás dos fabulosos números da produção, há uma forte exclusão econômica e social, que marginaliza não apenas os municípios da região que não se integraram ao agronegócio, mas promove uma discrepância interna, mesmos nos municípios com grandes áreas de agricultura moderna.

E aqui o que se questiona não é a ausência de planejamento, pois ele existe, até porque, de acordo com Velasco e Freitas (2005, p. 14), “o Estado sempre foi central no capitalismo e algum tipo de planejamento sempre ocorreu como expressão da natureza dos processos de desenvolvimento presidido pela lógica do capital enquanto lógica fundante”.

O Estado não está ausente no Oeste Baiano, muito pelo contrário, ele se faz presente desde sempre, embora o seu papel decisivo tenha sido, nos últimos anos, planejar e induzir a ocupação do território e a modernização da atividade produtiva, sobretudo a agrícola na região. É preciso desconstruir, como bem fez Tavares e Belluzzo (2002), a ideia de mercado sem plano, cuja questão central gira em torno de pensar quem, afinal, controla os setores verdadeiramente dominantes da economia. E o Estado, certamente, está entre esses agentes controladores. Diante disto, como crê Tavares e Belluzzo (2002, p. 172):

[...] é parte essencial de mudança no modelo de desenvolvimento brasileiro a definição de um novo padrão de intervenção do Estado na economia. Esse deve ser capaz de absorver defensivamente os choques externos, e de empreender positivamente, e de modo coordenado, as modificações estruturais e as prioridades sociais requeridas pelo novo modelo de desenvolvimento.

Na verdade, o Estado mostra sua total eficiência ao garantir a acumulação ampliada do capital, ao manter e reproduzir o “Ornitorrinco” (F. OLIVEIRA, 2003), o novo “modo de produção” da periferia capitalista. Para esse autor, as políticas sociais criadas pelo Estado atendem à manutenção do *status quo* do capitalismo, afinal as empresas se assenhoreiam das políticas sociais, e a exceção do mercado se impõe como critério das políticas, porque se precisa de eficiência e produtividade nas políticas sociais, e o resultado é uma maior exclusão.

A financeirização das economias e principalmente dos orçamentos públicos retira autonomia do Estado; produz-se uma autonomização do mercado, que é o outro pilar da exceção. Mas a contradição está em que tornado

supérfluo pela autonomização, o Estado se funcionaliza como uma máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital. E a exceção está em que as políticas sociais não têm mais o projeto de mudar a distribuição da renda – que foi lograda ao longo da experiência do Welfare, não tenhamos o falso pudor de não admiti-lo, como os partidos comunistas não quiseram reconhecer o papel do reformismo social-democrata – e se transformaram em antipolíticas de funcionalização da pobreza. (F. OLIVEIRA, 2003, p. 11)

As diversas forças e os múltiplos agentes responsáveis pela reprodução do espaço urbano-regional do Oeste Baiano são repletos de interesses próprios, ligados muitas vezes, ao capital internacional e aos interesses globais, aumentando esse grau de tensão dos conflitos sociais. A grande questão, na opinião de Oliveira (1987), é que a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista que se instala no cerne da própria mercadoria não pode ser realizada pelo planejamento. “O planejamento em um sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital” (OLIVEIRA, 1987, p.24).

Como os agentes e as forças fomentadoras que geram o sistema desenham o planejamento segundo seus interesses, sobretudo inerentes à reprodução e acumulação de capital, fica evidente que a articulação da dimensão regional está atrelada à reprodução do próprio capital.

O padrão “planejado” não é, desse ponto de vista, senão uma forma transformada do conflito social, e sua adoção pelo Estado em seu relacionamento com a sociedade é, antes de tudo, um indicador do grau de tensão daquele conflito, envolvendo as diversas forças e os diversos agentes econômicos, sociais e políticos. (OLIVEIRA, 1987, p. 23).

O planejamento aparece como uma forma de intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, ainda articulado à escala local, haja vista que o planejamento regional trará resultados, sobretudo na escala da rede urbana que está inserida numa escala regional (que é constituída por comandos globais e nacionais). Ou seja, está inserida em um processo de regionalização, que apresenta certas especificidades segundo as suas formas distintas de reprodução do capital e de relações de produção.

Para Velasco e Freitas (2005, p. 15) é necessário construir uma institucionalidade, definir uma agenda que articule, fazendo a travessia escalar, macro e micro e vice-versa, que contemple particularidades e peculiaridades regionais, mas que não tire do campo reflexivo e político o projeto de Nação. Em um

dos mais recentes trabalhos sobre a rede urbana no Brasil, publicado pelo IPEA/IBGE/NESUR (2001)⁹⁰, resgata-se a necessidade de se estudar a conformação da rede de cidades para que se dê subsídio ao planejamento do desenvolvimento regional. No entanto nem mesmo a questão nacional está resolvida, quanto menos a regional. Para Oliveira (1993), a questão da unidade nacional persiste porque a regional não está definida, embora sempre se tenha alimentado o mito da questão nacional resolvida, apoiado na preservação do território e da língua hegemônica e no reconhecimento político-institucional frente a outras nações.

Para Araújo (2000), a questão regional sempre foi vista como um problema, quer dizer, as demais regiões foram foco de atenção porque eram consideradas marginais e periféricas em razão das regiões de maior dinamismo econômico (ARAÚJO, 2000). Desse pensamento conservador de planejamento, como corretor de desequilíbrios regionais, é que se originaram a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), por exemplo. Esse problema da unidade nacional e da questão regional mal resolvida, necessariamente, precisa ter em conta a dinâmica local e global atual.

Participamos em Barreiras do Grupo de Trabalho (GT) “Instrumentos e Políticas de Integração” durante a 4ª Conferência Municipal das Cidades⁹¹. O objetivo desse GT era discutir instrumentos de planejamento regional. Debateu-se muito sobre a questão urbana não se restringir ao território do município, ganhando muitas vezes uma dimensão regional; sobre as ações locais precisarem estar em consonância com as regionais; a necessidade de ações cooperadas entre a União, Estados e Municípios; a urgência de um desenvolvimento integrado e sustentável, etc.

As questões atinentes à habitação, mobilidade, saneamento e meio ambiente demandam políticas integradas e sustentáveis, porém os municípios do Oeste Baiano não fazem uso de instrumentos de consórcios públicos, que poderiam integrar políticas na escala regional. Ao final do GT, ficou claro que Barreiras, bem

⁹⁰IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP. Desenvolvimento Regional e Estruturação da Rede Urbana. IPEA, volume 3, 2001.

⁹¹A 4ª Conferência Municipal das Cidades aconteceu em Barreiras no dia 01 jun. 2013.

como os demais municípios da região, não está integrada a uma política regional e não participa de consórcios intermunicipais.

Os encaminhamentos levados para a plenária final desse evento foram: a região precisa elaborar um plano de desenvolvimento e integração regional; priorizar e programar consórcios setoriais voltados para a integração intermunicipal; criar políticas estratégicas de ações cooperadas entre União, Estado e Municípios; criar fóruns permanentes de discussão do desenvolvimento e integração regional e interssetorial, representados pelos diversos segmentos da sociedade. A cidade e sua região ainda estão longe de um desenvolvimento urbano-regional horizontalizado e participativo, no entanto vemos um avanço ao verificarmos que essa discussão já começou a ser promovida pelos gestores públicos e com a participação da comunidade.

O problema da marginalização da questão regional é que isso dá espaço para os localismos, com crença em soluções micro, extremamente pontuais e, quase sempre, fora do âmbito estatal. Essa questão, sem o devido cuidado, acaba por trazer implicações sérias para o debate sobre o papel do Estado e a construção de um projeto nacional. Na opinião de Toledo (2005, p. 132), “políticas estatais de controle podem ser a saída para este problema. Um Estado capaz de regular mais severamente as ações de tais agentes hegemônicos no país impedindo o abandono de vastas porções do território é de fundamental importância”. O problema é que as estruturas políticas estão presas à centralização do sistema político com orientações e objetivos específicos e pontuais. Como alertam Velasco e Freitas (2005, p. 15)

Assim, a recolocação da questão regional e do próprio planejamento como ação de competência das localidades (estados, municípios, comunidades, etc.) vem por um viés que exige cautela, pois pode resultar em efeitos fragmentadores que guardam relação direta com a dinâmica global e com a própria forma com que o país se insere na economia internacional. Isso não significa não reconhecer atores locais importantes num país tão heterogêneo como o nosso, mas a reafirmação do Estado Nacional.

Oliveira (1987) conceitua região como o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fundem e assumem uma forma especial de aparecer no produto social. Nesse sentido, outro assunto que deve ser debatido no planejamento regional é a questão das especificidades do Oeste Baiano e como se dão as relações dessa região com

as demais, inseridas num contexto de escalas nacional, regional e até mesmo local. Pensando ainda numa economia nacional que globalmente se reproduz sob arranjos da reprodução ampliada do capital. O enfoque se centraria nas contradições postas pelas formas diferenciadas de reprodução do capital e das relações de produção, isto é, a utilização do enfoque de diferenças na divisão regional do trabalho encontra terreno próprio para o entendimento das relações inter-regionais, abandonando a abordagem histórica, e mais comum, dos desequilíbrios regionais. Afinal, a “questão regional configura-se, em última análise, numa divisão territorial do trabalho” (VELASCO; FREITAS, 2005, p.12).

Fica mais nítida, no cenário atual, a presença da oligopolização dos agentes públicos (grandes estatais) e privados (grandes grupos nacionais e transnacionais) nas obras de planejamento regional. Vale ainda ressaltar que os planos regionais são elaborados a partir de uma estrutura vertical e de forma hierárquica. É preciso reconhecer os agentes econômicos e políticos nessa prática, os quais são carregados de interesses particulares. O capital internacional e nacional, por exemplo, atuando direta e indiretamente nas ações de planejamento, uma vez que a interação das escalas do planejamento regional é fortemente influenciada pelo mercado global, e a acumulação de capital privado, bem como estatal, participa e fomenta as ações de planejamento.

Há de fato, na região analisada, um embate entre forças acumulativas e distributivas de caráter econômico-social que tem nas cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães o seu *locus* principal. E a complexidade do quadro urbano-regional, confirmando a crescente associação entre a urbanização e a regionalização, coloca novos desafios analíticos no sentido de se tentar interpretar, com maior exatidão possível, a realidade atual e suas tendências. E essas são planejadas, afinal, como diria Oliveira (1987), o planejamento é uma importante arma para se reproduzir mais capital, que conseqüentemente gerará uma maior acumulação de capital por parte dos agentes (econômicos e políticos) que realizam a prática do planejamento.

Destarte, uma análise mais detalhada sobre do Oeste Baiano permite visualizar que os ganhos com o agronegócio são seletivos e não há uma participação efetiva de toda a população nesse dinamismo econômico. As camadas dominantes se fazem presentes em espaços restritos do território regional,

localizando-se uma pequena parte em Barreiras e grande maioria (dessa minoria) no município de Luís Eduardo Magalhães e em seus Distritos/Povoados onde estão concentrados os produtores de grãos. Pode-se afirmar, na opinião de Santos, Vale e Lobão (2012), que a modernização que ocorreu nessa região é contraditória e excludente, enquadrando-se claramente na chamada modernização conservadora. De acordo com Silva e Silva (1991, p.174), quando tratam do tema cidade e região no Estado da Bahia

Esse processo de crescimento, deixando de ser acompanhado por uma significativa elevação e distribuição da renda, torna muitas destas grandes aglomerações extremamente problemáticas em termos de organização interna, com gravíssimos problemas sociais. Por outro lado, aos desequilíbrios de renda intra-urbanas estão agregados os desequilíbrios setoriais da economia, o desequilíbrio cidade-campo e os desequilíbrios regionais, através da configuração de áreas mais dinâmicas (regiões centrais) e de áreas atrasadas (periféricas).

É óbvio que o projeto de difusão do agronegócio no Oeste Baiano está longe de atender aos interesses de uma política econômica socioespacial distributiva, e esse padrão, além de se sustentar em uma desigualdade crescente na oferta de serviços sociais e no potencial de consumo da população, tem a seu favor uma campanha midiática, que tem o papel de difundir alguns mitos, apontados por Rigotto et. al. (2012) como: o agronegócio é bom, é moderno e traz o progresso para nós; gera emprego e renda; produz alimentos para acabar com a fome no Brasil; potencializa a riqueza do país; se preocupa com o meio ambiente; promove o desenvolvimento local; e, o mais nefasto deles, em nossa opinião, de que não existe outra forma de produzir que não seja a do agronegócio.

Contudo esse modelo de produção atual não é irreversível, mesmo que assim pareça perante a força com a qual o fenômeno se instala em todos os lugares e esferas da vida (SANTOS, 2010), e conforme a “globalização como fábula” (SANTOS, 2000) nos é imposta. O fato é que os mesmos sistemas técnicos que escravizam podem libertar, o que diferenciara os resultados serão os objetivos. As possibilidades para a transformação são concretas e são reais, é preciso pensar na “globalização como possibilidade” (SANTOS, 2010), aquilo que ela pode se tornar. O cerco pode se romper porque “uma tomada de consciência torna-se possível ali mesmo onde o fenômeno da escassez é mais sensível” (SANTOS, 2010, p.118).

7 CONCLUSÃO

A elaboração inicial da nossa proposta de trabalho foi motivada pela tese de que a territorialização do capital e a atuação das empresas que compõem as redes agroindustriais no Oeste Baiano promovem, desde o início dos anos de 1980, uma reestruturação urbano-regional associada à expansão do agronegócio da soja (e de outros grãos posteriormente), cooperando na formação de uma região polarizada por Barreiras e, em alguns aspectos, por Luís Eduardo Magalhães, cidades que desempenham o papel de centros distribuidores de serviços e comércio no Oeste Baiano. Ainda associado ao processo de regionalização estaria uma urbanização corporativa e o aprofundamento das desigualdades sociais, como a concentração fundiária, a exclusão da agricultura camponesa e a degradação ambiental.

Tentamos expor, ao longo deste trabalho, argumentos para a comprovação dessa tese e os reapresentamos agora enquanto síntese. Contudo reiteramos que essas constatações, apesar de proporcionarem uma melhor leitura dos fenômenos e processos investigados na região analisada, não esgotam nem de longe as possibilidades de interpretação do tema, ao contrário, abrem novas possibilidades de investigações. Desse modo, esta conclusão não significa, necessariamente, o encerramento do trabalho de pesquisa, mas a porta de entrada para novos debates, novas pesquisas, isto é, para uma nova agenda de trabalho.

A inserção do Oeste Baiano no *hall* dos novos espaços seletivos para o capital (SANTOS, 1996b) só pôde ocorrer a partir do processo de desconcentração espacial de empresas, iniciado nos anos de 1970, quando o capital migrou para outras áreas do território brasileiro que antes não despertavam interesse para alguns tipos de investimentos. Até aquele momento, a reestruturação produtiva esteve evidenciada no Brasil de modo mais complexo na “Região Concentrada” (SANTOS, 1996a, 2005; SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2011), haja vista que seus espaços pioneiramente se adaptaram aos interesses capitalistas, atraindo empresas representativas mundialmente.

A desconcentração industrial permitiu que pudéssemos, atualmente, falar de pontos e manchas de expansão do “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1985, 1994, 1996b e 2000), a partir da incorporação do “exército de

lugares de reserva” (SANTOS, 2005). Dessa forma, surgem no Nordeste diversos “subespaços dinâmicos” (ARAÚJO, 1997), com tendência para uma acumulação privada associada ao agronegócio, a exemplo de áreas do Semiárido e dos Cerrados nordestinos (ELIAS, 2006a). O Oeste Baiano é, pois, um exemplo desses espaços incorporados à difusão do agronegócio no país.

No início dos anos de 1980, a produção de soja inicia-se no Oeste Baiano procedente da atuação de novos agentes econômicos, da introdução de uma série de “sistemas técnicos” (SANTOS, 1996b) e de capital, o que induziu transformações no âmbito político, econômico e social de toda a região. Essa região é polarizada, principalmente pela cidade de Barreiras, mas possui relações com o Sul do Piauí, Sul do Maranhão, assim como partes do Centro-Leste do Tocantins e Leste do Goiás, mais recentemente circunscrevendo-se dentro da RPA de Barreiras como uma área de comando.

O Oeste Baiano passou por profundas mudanças desde a inserção do agronegócio, conformando-se para atender às exigências dos novos agentes hegemônicos, grupos econômicos transnacionais e nacionais, juntamente com empresários locais, que vêm determinando os usos dessa região. Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação, seja eles da soja ou de outras *commodities*, foram se organizando sobre essa região articulando redes agroindustriais, estruturadas com forte componente exógeno, congregando agentes que atuam em múltiplas escalas e que possuem variados interesses.

Atualmente, o Oeste Baiano insere-se em um novo contexto da região Nordeste, que passa de um discurso de uma região homogênea que salta aos olhos das pessoas como uma “região-problema” para uma “área de modernização”, uma “área de fronteira”, um “polo dinâmico” que tem como característica sua heterogeneidade. Dentro de um mercado global para venda de virtualidades, onde cada lugar compete para atrair o máximo de investimentos e vetores de modernização para sua fronteira, o Oeste Baiano tem cumprido o papel que lhe foi atribuído nas últimas décadas, de *locus* de reprodução do agronegócio. As ações de alguns dos principais agentes das redes agroindustriais que tangenciam o Nordeste são realizadas, especialmente, a partir dessa região, que aparece como um importante nó na rede.

Dentro de uma lógica de monopolização do território, com apoio deliberado do Estado, as redes agroindustriais se estabelecem no Oeste Baiano produzindo uma reestruturação produtiva condizente com seus interesses capitalistas, atingindo tanto a base técnica quanto a econômica e social do setor agrícola, promovendo os mais variados rebatimentos. Esses ocorrem no campo e se desdobram sobre os espaços urbanos próximos às áreas de modernização agrícola, favorecendo a formação ou consolidação de uma região dentro da lógica do agronegócio.

As relações entre empresas, nessa região, demonstram uma relativização das fronteiras – geográfica, setorial ou empresarial, e, ao quebrar limites geográficos, os agentes hegemônicos captam o movimento recente da globalização. Com isso não queremos dizer que as fronteiras (tanto de delimitação quanto internas) não influenciam as dinâmicas socioespaciais da região, afinal tanto as grandes empresas do agronegócio conhecem muito bem esses limites, e tiram proveito disso em suas estratégias produtivas e competitivas, quanto as políticas públicas são pensadas pelo Estado para serem executadas dentro das escalas municipais, estaduais e nacionais. O que queremos ressaltar é que esses limites territoriais mudam muito ao longo do tempo, sendo dinâmicos, efêmeros, movediços (SANTOS; SILVEIRA, 2011).

O Oeste Baiano é conformado por relações do tipo complementares ou competitivas na combinação complexa das escalas. Essa característica fluida da lógica territorial das empresas subverte a própria lógica da contiguidade espacial. As atividades econômicas, mais representativas do capital, criam relações que escapam ao seu entorno imediato e procuram nexos distantes, formando um autêntico conjunto globalizado de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação. É preciso admitir, portanto, que existem diversos tipos, formas e contornos para a região, a qual não designa um único tipo de subespaço, podendo se sobrepor ao mesmo tempo à região natural, à tradicional, à de planejamento e à própria região produtiva, esta sendo ao mesmo tempo resultado dos intercâmbios entre as anteriores. As diversas formas regionais interagem entre si, se condicionam, se contradizem, se complementam. O Oeste Baiano é, em parte, resultado dessas interações.

As redes agroindustriais observadas no Oeste Baiano são, de fato, bastante complexas, constituídas por pontos e áreas localizados em diferentes lugares onde diversos agentes atuam e interagem, desenvolvendo, em cada nó da rede, um conjunto de relações econômicas, sociais e políticas. Os processos de inserção e participação do Oeste Baiano nessas redes agroindustriais têm sido realizados a partir e através do modo como os agentes, que atuam nos circuitos espaciais de produção de *commodities* agrícolas, valorizam, aproveitam e utilizam as possibilidades ofertadas pelos atributos e características territoriais.

Entre esses agentes, destacamos: os produtores de grãos e suas organizações de classe, os sindicatos dos produtores rurais, as empresas de transporte e logística, as revendedoras de insumos agrícolas, etc., cujas ações se constituem em fluxos de matérias-primas, produtos industrializados, capital, informações, normas, regulações, interesses corporativos que circulam com intensidade e amplitude desigual no conjunto da rede, constituindo-se, igualmente, em importantes atributos na relação do Oeste Baiano com o amplo circuito espacial de produção da soja e de outros grãos.

É necessário destacar que os processos de regionalização no Oeste Baiano são decorrentes não apenas de uma lógica global-nacional dos atores hegemônicos do agronegócio, mas possuem uma forte imbricação com elementos de ordem local-regional. A entrada de novos agentes do agronegócio na região tem promovido conflitos de interesses e/ou gerado alianças com lideranças econômicas e políticas locais e regionais, bem como modificado constantemente as formas de consumo e a estruturação urbano-regional.

Levando em consideração a complexa relação campo-cidade, constatamos que, ao mesmo tempo em que ocorrem as transformações no campo do Oeste Baiano, se processam mudanças também nos padrões demográficos das suas cidades, além de uma reorganização do espaço urbano-regional. A urbanização dessa região adquiriu, dentro da reestruturação produtiva, um padrão competitivo, empreendedor, ajustado aos interesses do capitalismo corporativo e, portanto, atrativo.

Concordamos com Elias (2003b, 2006a) quando fala que dada a crescente integração entre agronegócio e os “circuitos da economia urbana” (SANTOS, 2008), desenvolveram-se nos Cerrados nordestinos alguns centros de

gestão e regulação da agricultura moderna. Nesses espaços processaram-se significativas mudanças associadas à economia urbana, acompanhadas de novas dinâmicas populacionais e interações espaciais que também se expressam nos seus espaços urbano-regionais, embora com dimensões e ritmos diferenciados. E o Oeste Baiano não fugiu a essa regra, sobretudo porque a difusão do agronegócio de grãos no Nordeste começou por essa região.

Apesar de ocorrer, nitidamente, uma “urbanização corporativa” (SANTOS, 2005; ELIAS, 2003a) no Oeste Baiano – empreendida sob o comando dos interesses de *holdings* hegemônicas das redes agroindustriais – é desigual o modo como cada espaço na região reage aos efeitos das normas e regulações organizacionais, das mudanças tecnológicas e das estratégias econômicas definidas pelas corporações transnacionais.

No Oeste Baiano identificamos uma dinâmica particular de interação entre o sistema espacial – a rede urbano-regional – e o sistema produtivo – a rede agroindustrial. Essa última acaba por agravar o padrão concentrado da primeira, tendo em vista que, quando a empresa é global, a localização de uma de suas etapas produtivas em uma cidade contribui para acentuar a debilidade da rede urbana, especialmente se a região é pouco densa. Acumulam-se funções em um ponto e, em contrapartida, esvaziam-se ou se subordinam nos demais.

Enquanto as cidades de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, por exemplo, consolidam-se como importantes suportes logísticos para o cultivo de *commodities* na região, pela incorporação, ainda que seletiva, de inúmeros e modernos objetos e sistemas técnico-científicos inerentes à produção, algumas cidades menores da mesma região desempenham a função de simples pontos de recolhimento e passagem da produção de grãos (que é feita em seu entorno rural), lugar de concentração de mão de obra excedente e de repasse da renda familiar dos seus agricultores às principais cidades. Esses núcleos urbanos apresentam uma dinâmica de reprodução do capital tradicionalmente dependente e determinada pelas contingências que envolvem o desenvolvimento da estrutura fundiária e da produção agrícola municipal de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

A presença das plantas agroindustriais da Cargill e Bunge em, respectivamente, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, trouxe para essas cidades intensas mudanças em seus processos de urbanização, o que induziu graus maiores

de centralidade urbana dentro da região. Essas cidades desempenham importantes papéis intermediários no Oeste Baiano, no Nordeste e também na rede urbana nacional, dispondo regionalmente das melhores condições em termos de conectividade, capacidade de inovação, infraestrutura urbana, força de trabalho (qualificada e não qualificada), entre outros atributos, que se configuram como vantagens de aglomeração para os investimentos do capital.

Por sua vez, essas cidades também concentram uma série de desigualdades socioespaciais geradas (ou ampliadas) pelos próprios processos globalizantes do agronegócio. Ocorre que, para atingir a condição que ostenta atualmente de centro regional, no caso de Barreiras, e de cidade do agronegócio, para o caso de Luís Eduardo Magalhães, um preço alto foi cobrado, e os custos da expansão das forças produtivas nessas cidades foram repassados à sociedade em geral e não aos agentes hegemônicos que aí atuam.

Barreiras e Luís Eduardo Magalhães apresentam, entre si, um constante e progressivo processo de diferenciação do seu conteúdo técnico-científico, em razão das formas particulares como cada um desses espaços se insere e participa na divisão territorial do trabalho. Isso acontece porque as espessuras do tempo expressas nas formas urbanas e em seus conteúdos são vetores importantes de diferenciação espacial entre as redes urbanas regionais e entre as cidades. Embora haja uma distinta divisão territorial do trabalho entre Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, uma coisa é comum a ambas: o rápido processo de urbanização dessas cidades tem se caracterizado pelo crescimento desordenado, pela modernização desigual de suas áreas e equipamentos urbanos e pela intensificação da segregação socioespacial.

O desenvolvimento da região, ainda que econômico, é nitidamente concentrado e excludente, uma vez que os empreendimentos do agronegócio valorizam apenas algumas porções do território e alguns agentes de interesse ao capital internacional. O controle do beneficiamento da soja, por apenas duas indústrias – Bunge e Cargill, concentradas em somente duas cidades, reflete uma ausência de perspectiva de espraiamento dos grandes empreendimentos para novos territórios produtivos, demonstrando uma pequena capacidade do agronegócio de congregar novos agentes e de ampliar as atividades econômicas locais no Oeste Baiano.

Também é questionável a relação das *tradings* com os municípios em que estão instaladas. Esses empreendimentos foram atraídos, entre outros fatores, pela isenção tributária oferecida pelo Governo da Bahia e pela infraestrutura já instalada, aproveitada de antigas plantas industriais da região. A relação com o local realiza-se, sobretudo, pela oferta de empregos baratos. No geral, os empregados são contratados na região, mas ainda é grande o número de pessoas de outros estados nos serviços que exigem uma formação mais especializada.

Os diversos eventos ocorridos no Oeste Baiano durante as últimas quatro décadas, com o principal objetivo de consolidar o agronegócio na região, acabaram por produzir “especializações alienígenas alienadas” (SANTOS; M. L. SILVEIRA, 2003). Observou-se o alto grau de dependência do Oeste Baiano em relação à produção e comercialização agrícola de *commodities*, tornando-se cada vez mais vulnerável a eventos externos ao seu território. Essa região possui uma nítida subordinação, de forma hierárquica, ao capital internacional, que é facilitada pela estrutura de produção, sob as leis imanentes do movimento global do agronegócio.

Reitera-se que os novos agentes econômicos e políticos emergentes na localidade não foram capazes de solucionar os problemas gerados no interior da região, simplesmente por não ser esse o interesse de sua presença no local. Dentro da lógica perversa da expansão do agronegócio, os lugares e pessoas considerados “improdutivos”, e também os ávidos por produtividade, continuam inseridos no mesmo processo histórico de empobrecimento da região. O problema evidente é que o crescimento econômico regional, intensificado pela dinâmica do agronegócio, não englobou áreas periféricas nem diminuiu os antigos desequilíbrios no Oeste Baiano, demonstrando claramente que as elevadas taxas de crescimento não são necessariamente sinônimas de desenvolvimento e muito menos de um que seja sustentável.

Os espaços onde se concentra a agricultura tradicional, e onde reside a maior parte da população regional, são tratados, dentro do Oeste Baiano, como espaços de ordem inferior. Já os espaços do Cerrado, da moderna agricultura, passam a ser concebidos pelo Estado e pelas instituições financeiras como se fossem superiores, como se a modernidade concentrada fosse sinônima de riqueza, mas, na verdade, fora as sedes dos municípios de Barreiras e Luís Eduardo

Magalhães, e dentro delas mesmas, é comum encontrarmos parcelas significativas da população excluídas dos rendimentos provenientes do agronegócio.

A organização socioespacial do Oeste Baiano reflete o seu próprio processo de ocupação, com grandes áreas polarizadas por alguns poucos núcleos urbanos esparsos e bastante distantes entre si. Quando olhamos para os inúmeros problemas que acometem a região, constatamos que o setor moderno só se implantou em um pequeno número de pontos, persistindo um grupo de municípios que não passaram, ou foram pouquíssimo atingidos, pelo processo de modernização agrícola implantado na região.

A desigual distribuição dos investimentos e dos fluxos se traduziu no favorecimento de áreas para as quais já fluíam as melhores condições de produtividade, consumo e políticas públicas. Por trás dos fabulosos números da produção, há uma forte exclusão econômica e social presente nessa região, que marginaliza não apenas os municípios que não se integraram ao agronegócio, mas promove uma discrepância interna, mesmo naqueles com grandes áreas de agricultura moderna. E isso não é resultante de uma ausência de planejamento.

A presença do Estado nessa região está bem clara, desde o processo inicial de incorporação do Oeste Baiano à agricultura moderna. O problema é a concepção de Estado e a quem ele serve. No Oeste Baiano, o planejamento é qualificado como mero ato administrativo ou de captação de recursos, o que favorece o agronegócio e reproduz as desigualdades socioespaciais. É preciso reconhecer que a pobreza, as desigualdades, a segregação socioespacial também são planejadas regionalmente, assim como os investimentos públicos voltados à elite local, envolvida nesse tipo de modelo de desenvolvimento. O problema então é o padrão “planejado”, como indica Oliveira (1987).

O desafio seria pensar políticas públicas no âmbito de um debate mais geral que incluísse planejamento e desenvolvimento regional, recuperando o real papel do Estado. A desconsideração dessa condição, em termos de planejamento para o desenvolvimento, implica políticas públicas isoladas que não levam em conta as perspectivas regionais e ainda reforçam os históricos problemas da região. Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e sua região ainda estão longe de um desenvolvimento urbano-regional horizontalizado e participativo, no entanto vemos

um avanço ao verificarmos que essa discussão já começou a ser promovida por alguns gestores públicos e com participação da comunidade.

Embora prevaleça uma ideologia dos grupos sociais dominantes, o que denota o caráter conservador do planejamento, não se pode pensá-lo como um condicionante imutável já que é na arena de lutas e interesses em confronto que se pode definir outra direção, que não a dos interesses privatistas. É óbvio que é sempre desesperador o pensamento de que fomos tomados por “uma nova qualidade na desigualdade, que, se já não é a completa ausência de liberdade, é a quase completa ausência de horizonte de superação” (F. OLIVEIRA, 2003, p.10). Porém, preferimos confiar que “uma outra globalização” é possível, como já destacou Santos (2000).

O fortalecimento da crítica ao projeto modernizador (e conservador) hegemônico que incorporou o Oeste Baiano já é um passo bem importante para rompermos com ideia de uma globalitarismo irreversível. A consequência é o questionamento em torno dessa legitimidade do modelo hegemônico. As chances de transformação já estão presentes como tendência e potencialidade. Já é possível percebermos o esboço de alternativas na própria região. Como afirma Pereira Júnior (2011, p.413), “não há receitas para esse futuro, mas horizontes que se abrem, e junto com eles, a valorização das dimensões consideradas menores pelos atuais programas imediatistas dos governos”.

Os agentes sociais do Oeste Baiano – os camponeses, as comunidades indígenas, ribeirinhas e de fundos de pasto, as quebradeiras de coco, os quilombolas etc. – protagonizam a luta por melhores condições de vida e pela continuidade de modos de vida historicamente constituídos. ONGs e movimentos sociais como o MST têm desenvolvido ações conjuntas de enfrentamento ao agronegócio na região, fazendo frequentemente o alerta à sociedade com relação aos efeitos nocivos do avanço desse modelo de produção.

Já existem assentamentos rurais na região, resultados da reforma agrária, que, apesar de enfrentarem um processo de desintegração social, política e territorial, são potenciais bases estratégicas para o desenvolvimento da produção agroecológica a ser estimulada pelos próprios movimentos sociais e pelo Estado. Embora muitas iniciativas ainda sejam pontuais e com pouca repercussão regional, perante o processo modernizador e excludente do agronegócio essas resistências

são indispensáveis para alcançarmos uma mudança estrutural desse sistema danoso.

O resultado maior virá quando suplantarmos a filosofia de mercado que está sendo pautada na região, o que somente será possível com a superação dos valores engendrados pelas elites econômicas e políticas. Há quem diga que isso é idealista, irrealista e difícil de acontecer, mas pensamos que quem é irrealista são aqueles que querem continuar pelo velho caminho, que sufoca a sociedade e exaure os recursos naturais. Lembremos que a velha forma de produção não aconteceu por acaso, tratou-se de um longo processo histórico, isto é, as pessoas a criaram, e nós também somos pessoas, portanto podemos criar algo novo¹.

Facilitando a emergência desse “novo” está a possibilidade do uso generalizado da técnica, pois “nunca houve na história sistemas tão propícios a facilitar a vida e a proporcionar a felicidade dos homens” (SANTOS, 2000, p. 164). Desse modo, as possibilidades materiais de emancipação social e política batem a nossa porta e precisamos saber como e quando utilizá-las. E a superação do modelo de produção agrícola moderno é urgente, pois, enquanto esse momento não chega, o cenário no campo continua marcado por uma série de impactos à sociedade e à natureza, alguns deles irreversíveis.

¹ Ideia debatida no vídeo “A história das coisas” (The Story of Stuff), lançado por Annie Leonard em 2007. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7qFiGMSnNjw>>. Acesso em 15 out. 2014.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Abrindo o pacote tecnológico**: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: POLIS/CNPq, 1986.

ALMEIDA, Ignez Pitta de. **Barreiras, uma história de sucesso – Resumo Didático. Documentos Barreirenses**. Coleção do Professor, v I. Barreiras: Edição da autora, 2005.

ALVES, Flamarion Dutra. Importância das teorias agrárias para a geografia rural. In: **Mercator** - Revista de Geografia da UFC. Fortaleza, ano 08, n. 16. 2009.

ALVES, Luís André de Aguiar. **Oeste da Bahia (1980-1996)**: um estudo dos efeitos do processo de expansão das fronteiras agrícolas na região. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

ALVES, Ricardo Reis et al. Fragilidade ambiental na bacia hidrográfica do Rio Preto – Oeste da Bahia. In: MONDARDO, Marcos Leandro. **Espaços agrários e meio ambiente**: Bahia, Bahias. Rio de Janeiro: Editora Ponto da Cultura, 2011.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. A mobilidade sulista e a expansão da fronteira Agrícola Brasileira. **Revista Agrária**. São Paulo, n. 2, pp. 40-68, 2005a.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Barreiras (BA), Balsas (MA), Uruçuí (PI): três cidades para o agronegócio. In: **Anais** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ II Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ I Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas, 2005b.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses**: Formação Territorial no Império do Agronegócio. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. As novas dinâmicas socioespaciais introduzidas pelo agronegócio nos Cerrados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo (Orgs.). **A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2009.

ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.

ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. Considerações sobre agentes relevantes nos círculos de cooperação do complexo industrial da saúde no território brasileiro. In: **Anais** do Encontro de Geógrafos de América Latina, 2013.

ANUÁRIO brasileiro da soja 2014. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2014.

ANUÁRIO brasileiro da soja 2015. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2015.

ANUÁRIO da região oeste da Bahia: Safra 2009/10, Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2010.

ANUÁRIO da região oeste da Bahia: Safra 2010/11, Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2011.

ANUÁRIO da região oeste da Bahia: Safra 2011/12, Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2012.

ANUÁRIO da região oeste da Bahia: Safra 2013/14, Barreiras-BA: Editora Gazeta, maio 2014.

APROSOJA (Associação dos Produtores de Soja do Estado do Mato Grosso). **Outlook for Internal and Port Infrastructure Growth in Brazil**. January 2010. [Projeção visual]. [2010]. 68 Diapositivos: color. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/novosite/downloads/apresentacao/24012010120256.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015. p.11.

ARAÚJO, Míriam Rebouças de. **Soluções de Desenvolvimento Regional**: Cluster, Distrito Industrial e Milieu Innovateur. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, 1999.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos avançados**. São Paulo, n. 29, p. 7-36, ass2ass5.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro**: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, FASE, 2000.

ARROYO, Mônica. A economia invisível dos pequenos. In: **Le Monde Diplomatique**. São Paulo, 1 out. 2008. p. 30-31.

BAHIA. Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região do Além São Francisco. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia / Centro de Planejamento da Bahia – CEPLAB. Salvador, 1977.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Bahia: crescimento populacional 1980-1996. **Série Estudos e Pesquisas**. Salvador: SEI, 1998, v. 39

BAHIA. **Relatório de Diagnóstico das Condições Atuais da Bacia do Rio Grande e Sub-Bacia do Rio do Cachorro**. Secretaria de Infraestrutura / Superintendência de Recursos Hídricos. Salvador - BA, jan. 2000, v. 34.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Especialização da agricultura e organização do espaço agrícola no Estado da Bahia. **Série Estudos e Pesquisas**. Salvador: SEI, 2001, v.54.

BAHIA. **Elaboração do projeto de Macrozoneamento agroecológico do Oeste Baiano. Relatório Final**. Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia – DERBA, Salvador, 2005.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Migração e migrantes da Bahia nos anos de 1980 e 1990: tendências e perfis sociodemográficos. **Série Estudos e Pesquisas**. Salvador: SEI, 2006, v.76.

BAHIA. Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB. Interiorização da Indústria/ Sistema FIEB/ Ações 2011. Salvador: FIEB, 2011a. Disponível em: <http://www.fieb.org.br/publicacao/fieb/interiorizacao_industria.pdf>. Acesso em 16 out. 2014.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR / VERTRAG Planejamento Urbano. Estudo da Rede Urbana da Bahia (Relatório Final). Jun. 2011b.

BARBOSA, Altair Sales. O Rio São Francisco vai bater no meio do mar? Elementos para entender a transposição do Velho Chico e uma moratória para ele e os Cerrados. **Altiplano** – Revista do Cerrado. Goiânia. [s/d]. Disponível em: <<http://www.altiplano.com.br/RioChico.html>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BARCELLOS, Vicente. As supernovas: duas futuras cidades brasileiras. **Paisagem Ambiente: ensaios**. São Paulo, n. 29, 2011, p. 227-247.

BARRETO, Eldo Moreira. Os Fechos “Fechos de Pasto”, terra de uso coletivo, território das Comunidades camponesas no Vale do Rio Arrojado. Publicações do o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA. Juazeiro – BA, 17 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.iRPAA.org/publicacoes/artigos/artigo-fecho-de-pasto-eldo-barreto-75di.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BERNARDES, Júlia Adão. Territorialização do capital, trabalho e meio ambiente em Mato Grosso. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 21, 2004 p., 157-167.

BERNARDES, Júlia Adão. Fronteiras da agricultura moderna no Cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, Júlia Adão; BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. (Org.). **Geografias da Soja II: a territorialidade do capital**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições / CNPq, 2009, p. 13-40.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. Dissertação (Mestrado

em Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho.** Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia- Presidente Prudente, 2012.

BOLETIM encontro técnico do milho. Luís Eduardo Magalhães-BA: Fundação BA, ano 02, n. 2, mar. 2011.

BOLETIM passarela da soja. Luís Eduardo Magalhães-BA: Fundação BA, ano 01, n. 01, abr. 2009.

BOLETIM passarela da soja e do milho 2012. Luís Eduardo Magalhães-BA: Fundação BA, ano 04, n. 04, mar. 2012.

BOMTEMPO, Denise Cristina. **Dinâmica territorial, atividade industrial e cidade média:** as interações espaciais e os circuitos espaciais da produção das indústrias alimentícias de consumo final instaladas na cidade de Marília – SP. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia- Presidente Prudente, 2011.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). **Boletim** Goiano de Geografia. Goiânia, v. 29, n. 1, p. 47-56, 2009.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985). **Geotextos**, v. 6, n. 1: 35-50, 2010.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Barreiras e Luís Eduardo Magalhães: uma aglomeração urbana embrionária no Oeste Baiano?. **Anais.** XIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária. UERJ. Rio de Janeiro, 2013.

BRANDAO, Paulo Roberto Baqueiro; LATUF, Marcelo de Oliveira. O que significam as alterações no Plano Diretor de Barreiras? Blog Oeste Maquia, 08 jun – 20 jun – 12 jul, 2010.

BRASIL. Região Central do Brasil: estudos de economia regional e de transportes nos Estados da Bahia, Maranhão e Piauí (Relatório Final). Agência Nacional de Transportes Terrestres /Fundação Escola Politécnica da Bahia: Salvador, 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo: marcos conceituais. Brasília: 2006a. Disponível em:

<http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/export/sites/default/institucional/arquivos/Segmentaxo_Turismo_Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

BRASIL. Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (Versão preliminar). Ministério da Integração Nacional-MI/ Universidade de Brasília-UNB/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Brasília, ago. 2006b.

BRASIL. Cadeia produtiva da soja. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/ Secretaria de Política Agrícola/ Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília, 2007.

BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. Levantamento da safra 2013. Brasília: CONAB, 2013a. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&ordem=produto&Pagina_objcmsconteudos=2#A_objcmsconteudos>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BRASIL. Situação de Saneamento oriundos do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). Brasília: DATASUS, 2013b. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCbr.def>>. Acesso em: 22 maio 2014.

BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. Estimativa de safra 2014. Brasília: CONAB, 2014a. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1253&ordem=produto&Pagina_objcmsconteudos=2#A_objcmsconteudos>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras. Brasília: CONAB, 2014b. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/detalhe.php?a=1078&t=2>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

CAMAGNI, Roberto. **Economía Urbana**. Barcelona: Antoni Bosch Ed., 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 5, p. 8-13, 2004.

CARNEIRO, Wendell Márcio Araújo; NARCISO SOBRINHO, José; COELHO, Maria do Carmo S. Gomes. **Grãos nos cerrados nordestinos**: produção, mercado e estruturação das principais cadeias. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

CASTILLO, Ricardo. Tecnologias da informação e organização do território: monitoramento e fluidez. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida. (Org.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003, p. 41-53.

CASTILLO, Ricardo. Transporte e logística de granéis sólidos agrícolas: componentes estruturais do novo sistema de movimentos do território brasileiro. In: **Investigaciones Geográficas**. Boletín del Instituto de Geografía, n. 55, 2004, p. 79-96.

CASTILLO, Ricardo. Agronegócio e logística em áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, v. 3, 2007, p. 33-43.

CASTILLO, Ricardo. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: **Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul RS: Unisc, 2008.

CASTILLO, Ricardo. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, Márcio Rogério. (Org.). **Circulação, transportes e território**: diferentes perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 331-354.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. **Mercator**, Fortaleza, v. 09, 2010, p. 17-26.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1947.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. L'émergence d'un régime d'accumulation à dominante financière. *La Pensée*, Jan./Mar. 1997.

CONEJERO, Marco Antônio. Associações setoriais garantem competitividade. **Agroanalysis**. São Paulo, v. 31, jun. 2011, p. 33-34.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, Práticas Espaciais e Gestão do Território. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 54 (3), 1992, p. 115-121.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. In: CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 183-196.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Cristiana Barros Nascimento; COSTA, Jorge Antônio Silva. Panorama ambiental da região oeste da Bahia: síntese do conhecimento atual sobre a biodiversidade e perspectivas para conservação. In: SOARES NETO, Joaquim Pedro; SANTOS, Florisvalda da Silva. **Oeste da Bahia**: aspectos agrícolas, ecológicos e econômicos. Salvador: EDUNEB, 2010.

COSTA, Diandra Hoffmann; MONDARDO, Marcos Leandro. A modernização da agricultura no Oeste Baiano: migração sulista e novas territorialidades. **Revista Geonorte**. Manaus, ano 3, v.7, N.1, p.1371-1385, 2013.

DAVIDOVICH, Fany. Brasil metropolitano e Brasil urbano não metropolitano – algumas questões. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, n. 2, p. 127 -134, 1991.

DELGADO, Guilherme. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo, Ícone-UNICAMP, 1985.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editoria da UFRGS, 2012.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: MONCLÚS, Francisco Javier. **La ciudad dispersa**. Barcelona: Centre de Cultura Contemporànea de Barcelona, 1998.

DEUS, Pedro de. **Oeste da Bahia**: relatos de um advogado de província. Barreiras: Edição do autor, 2009.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.

DIAS, Leila Christina. A importância das redes para uma nova regionalização brasileira: notas para discussão. In: LIMONAD, Rogério Haesbaert; MOREIRA, Ruy. **Brasil, século XXI, por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

DIAS, Leila Christina. Da rede técnica à territorialidade em rede: contribuições disciplinares à construção de um conceito. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Org.). **O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-58.

DIAS, Patrícia Chame; ARAÚJO, Mayara Mychella Sena. Bahia: antigos processos, novas dinâmicas e a consolidação de centros tradicionais. In: PEREIRA, Rafael Henrique Moraes; FURTADO, Bernardo Alves. (Orgs.). **Dinâmica urbano-regional**: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011.

DINIZ, Bernardo Palhares Campolina et. all. A atualidade do cerrado. In: MIZUMOTO, Celso Norimitsu (Org.). **O Cerrado e o seu brilho**. São Paulo: Associação dos Antigos Escoteiros e Escotistas Caramuru, 2009.

ELIAS, Denise. **Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)**. Tese (doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, 1996.

ELIAS, Denise. Agricultura Científica no Brasil: impactos territoriais e sociais. In: SOUZA, Maria Adélia de (org.). **Território Brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003a.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto**. São Paulo: Edusp, 2003b.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006a. p. 25-82.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA** (UNESP), Presidente Prudente, São Paulo, v. 1, n. 8, p.29-51, 2006b.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona / Espanha, v. 1, p.59-81, 2006c.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola. In: SILVA, José da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs.) **Panorama da Geografia Brasileira**. São Paulo: Annablume / ANPEGE, 2006d. p.221-38.

ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006e, p.279-303.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Glaucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Angelo. (Orgs.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2007a. p.49-66.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona, v. XII, p. 74-96, 2008.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v.13, n.2, p. 153-167, 2011.

ELIAS, Denise. Les Territoires de L'Agrobusiness au Brésil. **Confins** (Paris), n. 15, 2012.

ELIAS, Denise. Relações campo-cidade, reestruturação urbana e regional no Brasil. In **Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica** (Barcelona), 2012.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Julia Adão; SILVA, Cátia Antônia da; ARRUZZO, Roberta Carvalho (Orgs.). **Espaço e energia**. Mudanças no paradigma sucroenergético. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2013. p. 49-73.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais. In: SPOSITO, Maria Encarnação; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro. (Orgs.). **Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional**. Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 22-60.

EMPRESA Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE). Caracterização territorial estratégica do Matopiba. Campinas – fev. 2015. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/gite>>. Acesso em: 24 maio 2015.

EMPRESA Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Tecnologias de produção de soja na região central do Brasil. Londrina: Embrapa Soja, 2002. 199p. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000155&pid=S0103-2003200500030000800007&lng=en>. Acesso em: 12 out. 2015.

ENDLICH, Ângela Maria. **Maringá e o tecer da rede urbana regional**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 1998.

FAISSOL, Esperidião. Tipologia de cidades e regionalização do desenvolvimento econômico: um modelo de organização espacial do Brasil. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 223, 1971, p. 25-58.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado**: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do Cerrado**: expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annablume, 2010.

FREDERICO, Samuel. Expansão da fronteira agrícola moderna e consolidação da cafeicultura científica globalizada no Oeste da Bahia. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas, v. 2, n. 2, 2012.

FREIRE, João Ruy Jardim; COSTA, José Antônio; STAMMEL, José Germano. Principais fatores que propiciaram a expansão da soja no Brasil. **Revista Plantio Direto**. Aldeia Norte Editora, Passo Fundo, edição 92, 2006.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Brasil: Ministério da Educação e Cultura, 1963.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GIORDANO, Samuel Ribeiro. **Competitividade regional e globalização**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GIRARDI, Eduardo Paulo. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

GIRARDI, Eduardo Paulo; Bernardo Mançano. Territorialização da produção de soja no Brasil: 1990-2002. In: **Anais** do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Gramado, 2004.

GOMES, Iara Rafaela. **Agricultura e urbanização: novas dinâmicas territoriais no Nordeste brasileiro**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. O debate sobre a reestruturação produtiva no Brasil. **RAEGA**. Curitiba, n. 21, 2011, p. 51-77.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1995, p. 49-75.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem do mundo e o fim das ilusões. In: GOMES, Paulo Cesar da Costa; CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 13-43.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. Sindicatos patronais rurais versus Sindicatos de trabalhadores Rurais no Estado do Paraná. Novas estratégias de representação política. In: **Paper NAEA**, n. 124, ago. 1999. pp. 1-16.

HAESBAERT, Rogério. **“Gaúchos” no Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: FFLCH-USP, 1995.

HAESBAERT, Rogério. Gaúchos e Baianos no novo Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades regionais. In: CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar. (Orgs.). **Brasil: questões atuais sobre a organização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 362-403.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **GEOgraphia: Revista de Pós-graduação em Geografia**, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, jun. 1999.

HAESBAERT, Rogério. Região e regionalização num mundo des-territorializado. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Orgs.). **O Urbano e o Regional no Brasil Contemporâneo: mutações, tensões, desafios**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-58.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: **Anais do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP**, São Paulo, pp. 370-392, 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola. 2003.

HISTORIA de barreiras em fascículos. Barreiras-BA: [s/n.], ano 1, nº 2, 26 set. 1992.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. **Modernizações e Espaços seletivos no Nordeste Brasileiro**. Sobral: Conexão lugar/mundo. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Departamento de Geografia da FFLCH da USP. São Paulo, 2007.

ILARIO, Clayton Gomes. **Região agrícola competitiva e logística no Oeste Baiano**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/>. Acesso em: 15 ago. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influências das cidades 2007 (REGIC)**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal - PAM 2010**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal - PAM 2012**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal - PAM 2012**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de Dados Agregados (vários anos). Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Demográficos (vários anos). Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2014.

INVESTIMENTOS estrangeiros. **Revista Agronews Oeste**. Luís Eduardo Magalhães, ano 7. n. 25, 2011.

IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP. **Desenvolvimento Regional e Estruturação da Rede Urbana**. IPEA, v. 3, 2001.

JUNGES, Maria Dânia. **O município e a Saga dos Pioneiros**. Luís Eduardo Magalhães, BA. Prefeitura Municipal de Luís Eduardo Magalhães, 2004.

LAVORATTI, Janes Terezinha; SANTOS, João Alfredo dos. Desenvolvimento rural e propriedade da terra: uma inserção no Oeste Baiano. In: MONDARDO, Marcos Leandro. **Espaços agrários e meio ambiente**: Bahia, Bahias. Rio de Janeiro: Editora Ponto da Cultura, 2011.

LAZZARINI, Sérgio Giovaneiti; NUNES, R. **Competitividade do sistema agroindustrial da soja**. Relatório Técnico PENSA – IPEA. São Paulo: PENSA/USP/IPEA, 1998, 225 p. p.194-420. Disponível em: <http://www.fia.com.br/PENSA/pdf/relatorios/ipea/Vol_V_Soja.PDF>. Acesso em: mar. 2015.

LEFEBVRE, Henri. **L' idéologie structuraliste**. Paris: Anthropos, 1971.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4. Ed. Barcelona: Península, 1978. [1970].

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991 [1968].

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEITE, Sergio Pereira. **Estratégias agroindustriais, padrão agrário e dinâmica intersectorial**. Araraquara: FCL/UNESP, 1990.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Isabel Brasil Pereira et. al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LEMONS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil**: radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/livroPDF.aspx?cd_livro=224>. Acesso em 22 maio 2015.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

LIMA, Leonardo Dias; MONTE, Kerlen Andrade do; MILITÃO, Vivianne Benevides. **Nordeste em mapas 2012**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, Ester et al. (Org.). **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização**. São Paulo: Max Limonad, 2004. p.54-66.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAZZALI, Leonel. **O progresso recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MENDONÇA, Jackson Ornelas. O potencial de crescimento da produção de grãos no Oeste da Bahia. **Bahia Agric**. Salvador, n. 7, v.2, 2006, p.38-46.

MIZUMOTO, Celso Norimitsu; OGURA, Yoshisuke; CRUZ, Júlio Cesar Augusto. A comunidade Nipo-brasileira. In: MIZUMOTO, Celso Norimitsu. **O Cerrado e seu brilho**. São Paulo: São Paulo: Caramuru, 2009a. p. 14-27.

MIZUMOTO, Celso Norimitsu; OGURA, Yoshisuke; CRUZ, Júlio Cesar Augusto Sesma da. Prodecer. In: MIZUMOTO, Celso Norimitsu. **O Cerrado e seu brilho**. São Paulo: Caramuru, 2009b. p. 138-213.

MIZUMOTO, Celso Norimitsu; OGURA, Yoshisuke; CRUZ, Júlio Cesar Augusto. Raízes do passado. In: MIZUMOTO, Celso Norimitsu. **O Cerrado e seu brilho**. São Paulo: Caramuru, 2009c. p. 28-49.

MONDARDO, Marcos Leandro. Da migração sulista ao novo arranjo territorial no Oeste Baiano: territorialização do capital no campo e paradoxos na configuração da cidade do agronegócio. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. V.5, n.10, 2010, p. 259-287.

MONDARDO, Marcos Leandro. Da dinâmica migratória sulista à expansão do agronegócio: novas territorializações no Oeste Baiano. In: MONDARDO, Marcos Leandro. **Espaços agrários e meio ambiente: Bahia, Bahias**. Rio de Janeiro: Editora Ponto da Cultura, 2011.

MONDARDO, Marcos Leandro. Territórios precários: desequilíbrios entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social no oeste da Bahia. **ACTA Geográfica**. Boa Vista, v.7, n.15, 2013, p.85-101.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é urbano, no mundo contemporâneo. In: **Texto para discussão**. Nº 281, 14 p., Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. Cidade e Campo, Urbano e Rural. O Substantivo e o Adjetivo. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Org.). **O Urbano e o Regional**

no Brasil Contemporâneo: mutações, tensões, desafios. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 37-58.

MORAES, Luciana Silva. **Diagnóstico de uso e ocupação da Bacia do Rio de Ondas em Barreiras/BA.** Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental). Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2003.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

MOURA, Bianca de Castro Duarte; LAVORATTI, Janes Terezinha. Disparidades socioeconômicas no contexto agrícola do Oeste Baiano. **Anais.** XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012.

MOURA, Edson Bezerra de. **A migração sulista e a produção do território do município de Barreiras – BA.** Monografia de Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia - Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável. Barreiras – BA. 2012.

MÜLLER, Geraldo. Complexo agroindustrial e modernização agrária. In: **Estudos Rurais.** Nº 10, 149p, São Paulo: HUCITEC/PUC-SP, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre** [s.l.]. Ano 19, v.2, n.21, 2003, p.113-156.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião.** SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. A Questão Regional: a hegemonia inacabada. **Revista Estudos Avançados.** São Paulo, v. 7, ed. 18,1993, p. 43-63.

OLIVEIRA, Francisco de. O estado e a exceção ou o estado de exceção? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** V.5, n.1, 2003.

OLIVEIRA, José Adilson de. **O que significa agronegócio?.** Artigos Jul/2010. Sociedade Espiritossantense de Engenheiros Agrônomo (SEEA). Disponível em: <<http://www.seea.org.br/artigojoseadilson2.php>>. Acesso em 11 out. 2015.

ONG Repórter Brasil. **Os impactos da soja na safra 2009/10.** Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. Abril de 2010. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PADILHA JUNIOR, João Batista. **O Impacto da Reserva Legal Florestal sobre a Agropecuária Paranaense, em um Ambiente de Risco**. Tese (Doutorado em Ciências Florestais), Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

PAVESI, Danilo Schlatter; GOMES, Samuel. A comercialização globalizada no agronegócio, um estudo de caso da Fazenda Itambé II. **Revista CEPPG - CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão**, ano XIV, nº 25, 2011, pp. 09-26.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE)**. Fortaleza: Eduece, 2005.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. **Território e economia política – uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2011.

PEREIRA, Paulo Affonso Soares. **Rios, Redes e Regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre: Editora AGE, 2000.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG**. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE – UNESP, Rio Claro, 1988.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O Prodecer (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA, 2014, p. 1-22.

PIZARRO, Roberto Eduardo Castillo; ALMEIDA, Maria Geralda de. O agronegócio e as potencialidades turísticas do Município de Rio Verde – Goiás. In: **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n. 32, 2007, p. 113-130.

PONTES, Beatriz Maria Soares. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. (Org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 327-346.

PORTO, Gil Carlos Silveira; MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. Dinâmica populacional e produtiva: formação da rede de cidades no Oeste Baiano nos séculos XIX e XX. **Anais**. XIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRAS. Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Barreiras. Barreiras – BA, Dezembro, 2010. Disponível em: <http://barreiras.ba.gov.br/pdf/rel_pssb_barreiras.pdf>. Acesso em: 22 maio 2015.

PRONI, Marcelo Weishaupt; SILVA, Ricardo Azevedo; OLIVEIRA, Hipólita Siqueira. A modernização econômica no setor terciário no Brasil. In: **O trabalho terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico**. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 2005.

QUEIROZ, Bianca Gomes de. **A mudança de centralidade urbana no Oeste Baiano: o caso de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras (BA)**. Monografia (Bacharelado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

RÊGO, Eduardo Ernesto; MOREIRA, Emília. Cooperativismo: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista. In: **OKARA: Geografia em debate**. João Pessoa, v.7, n.1, 2013, p. 63-80.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo: LAP - Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação da FAU/USP, 2006.

REZENDE, Christiane Leles. **Pacta sunt servanda? Quebra dos contratos de soja verde**. Tese (Doutorado em Administração), Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2008.

RIGOTTO, Raquel Maria et. al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência & Saúde Coletiva**. Nº 17, ano 6, 2012, pp.1533-1542.

RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. A reestruturação produtiva agropecuária da região Oeste da Bahia e a produção espacial da Cidade do Campo de Luís Eduardo Magalhães – BA. **Anais**. Seminário UrbBA – Direito à cidade, cidade do direito, Salvador, 2011.

RIOS FILHO, Jorge Ney Valois. **Segregação socioespacial na cidade do agronegócio de Luís Eduardo Magalhães (BA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências. Salvador, 2012.

ROCHEFORT, Michel. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.

RUA, João. A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**. N. 2, 2005, p. 45-65.

SALES, Luís Gustavo de Lima; SALES, Ricélia Maria Marinho. Os impactos do agronegócio na produção do espaço do Oeste Baiano-Nordeste-BA. **Anais**. XIV Encontro de Geógrafos da América Latina. Lima, 2012.

SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife: SUDENE, 1989.

SANTOS, Camila Dutra dos. **Difusão do consumo produtivo na economia urbana de Mossoró (RN)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SANTOS, Clóvis Caribé Meneses dos. A (des)articulação econômica e social de uma região. In: SANTOS, Clóvis Caribé Meneses dos; VALE, Raquel de Matos Cardoso do. (Orgs.). **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

SANTOS, Clóvis Caribé Meneses dos; VALE, Raquel de Matos Cardoso do; LOBÃO, Jocimara Souza Britto. Modernização da agricultura e ocupação de Cerrados no Oeste Baiano. In: SANTOS, Clóvis Caribé Meneses dos; VALE, Raquel de Matos Cardoso do. (Org.). **Oeste da Bahia: trilhando velhos e novos caminhos do Além São Francisco**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

SANTOS, Maria do Socorro dos. A produção social do espaço: do campo à cidade, da cidade ao campo. **Revista de Humanidades**. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. V. 2. N. 4, 2001.

SANTOS, Milton. **A cidade como centro de região: definições e métodos de avaliação da centralidade**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1959.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996a.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996b.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A Urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. São Paulo, Editora Record, 2011.

SCHLESINGER, Sergio; NORONHA, Silva. **O Brasil está nu! O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais**. Rio de Janeiro: FASE, 2006.

SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. **Cidade e região no Estado da Bahia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. IPEA M. O Cerrado da mãe Joana. In: **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 222, p. 13-16, 2006.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A rede política territorial da soja em Pedro Afonso (TO). **ACTA Geográfica**. Boa Vista, v. 4, n. 7, 2010, p.91-107.

SILVA, Carlos Alberto Franco da; SANTOS, Arthur Pereira dos; NASCIMENTO, Luciano Bomfim do Nascimento. Ensaio sobre o conceito de rede política territorial. In: SILVA, Carlos Alberto Franco da. (Org.). **Redes Políticas Territoriais: estratégias, conflitos e violência**. Rio de Janeiro: Editora Livre Expressão, 2011.

SILVA, José. Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, 1999.

SILVEIRA, Maria Laura. Região e globalização: pensando um esquema de análise. **Redes**. Santa Cruz do Sul, v. 15, n.1, 2010, p. 74 – 88

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (Org.) **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 215-255.

SOBARZO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64.

SOJA, Edward William. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

SOLOGUREN, Leonardo Junho. **Integração vertical, grupos estratégicos e competitividade: o caso do sistema agroindustrial da soja**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Economia. Uberlândia, 2004.

SOUZA, Ueliton Basílio de et. al. Análise Espaço Temporal da Mudança da Paisagem: Um Estudo de Caso do Município de Formosa do Rio Preto-BA. **Anais**. XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.).

Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPERR, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços:** urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Tecnologia. Presidente Pudente, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006a. p. 53-64.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades.** Presidente Prudente, v. 3, 2006b, p. 143-157.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades Médias:** reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TALASKA, Alcione. Região e regionalização: revisão conceitual e análise do processo de reconfiguração fundiária e de alteração do uso da terra na região do Corede Norte/RS. **Caminhos de Geografia.** Uberlândia, v. 12, n. 37, 2011, p. 201-215.

TAVARES, Maria Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Desenvolvimento no Brasil - relembando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. (Orgs.). **Políticas para a retomada do crescimento – reflexões de economistas brasileiros.** Brasília: IPEA: CEPAL, 2002. Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/publicaciones/sinsigla/xml/2/10492/polretcresc.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2015.

TOLEDO, Márcio Roberto. **Circuitos espaciais da soja, da laranja e do cacau no Brasil:** uma nota sobre o papel da Cargill no uso corporativo do território brasileiro. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. São Paulo, 2005.

TOMIASI, Eliane Paulino. **Mesa-redonda:** Expansão da fronteira agrícola, agronegócio e resistências no campo. XXII Encontro Nacional de Geografia Agrária, em Natal (RN), em 11 nov. 2014.

VELASCO, Erivã Garcia; FREITAS, Leana Oliveira. O lugar do planejamento e do desenvolvimento regional na agenda pública: revisando os termos do debate. **Anais.** II Jornada Internacional de Políticas Públicas. UFMA, São Luís, 2005.

VIEIRA, Vanessa da Silva. **O governo local e a promoção econômica a partir do marketing territorial no município de Luís Eduardo Magalhães/Bahia.**

Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional), Universidade do Estado da Bahia, Santos Antônio de Jesus, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Estrutura da Hemeroteca

Atividade: Montagem e manutenção de hemeroteca.

Descrição: Hemerotecas são importantes instrumentos metodológicos que nos auxiliam no entendimento dos processos inerentes ao recorte espacial de estudo. A organização da hemeroteca deu-se a partir de eixos e palavras-chave, utilizando notícias retiradas dos mais importantes jornais que circulam nas cidades que fazem parte do Oeste Baiano.

Objetivo da atividade: Conhecer a dinâmica cotidiana do Oeste Baiano a partir do acompanhamento diário dos jornais locais e nacionais;

Cidades pesquisadas:

1. Andorinha
2. Angical
3. Baianópolis
4. Barra
5. Barreiras
6. Brejolândia
7. Buritirama
8. Canápolis
9. Catolândia
10. Cocos
11. Casa Nova
12. Correntina
13. Coribe
14. Cotegipe
15. Cristópolis
16. Formosa do Rio Preto
17. Jaborandi
18. Luís Eduardo Magalhães

19. Mansidão
20. Muquém do São Francisco
21. Riachão das Neves
22. Tabocas do Brejo Velho
23. Santa Maria da Vitória
24. Santa Rita de Cássia
25. Santana
26. São Desidério
27. São Félix do Coribe
28. Serra Dourada
29. Serra do Ramalho
30. Wanderley

Organização: As notícias estão subdivididas em pastas e subpastas da seguinte forma:

PASTA: Agronegócio e organização das redes agroindustriais

Subpastas:

- Agricultura Familiar
- Agroindústrias
- Agronegócio
- Biodiesel
- Cooperativas agrícolas
- Estado e Políticas Públicas
- Estrutura Fundiária
- Financiamentos
- Fronteira Agrícola
- Indústrias
- Insumos agrícolas
- Logística para o agronegócio da soja (transporte, armazenagem...)
- Pesquisa e Desenvolvimento

PASTA: Reestruturação urbana e regional

Subpastas:

- Comércio
- Ensino (Técnico, Profissionalizante e Superior associado ao agronegócio)
- Eventos (festas, feiras, convenções associados ao agronegócio)
- Planejamento urbano
- Rede bancária e financeira
- Serviços de Saúde especializados
- Setor imobiliário
- Transporte

PASTA: Dinâmica populacional e mercado de trabalho**Subpastas:**

- Mercado de trabalho
- Migração

PASTA: Desigualdades socioespaciais**Subpastas:**

- Acessibilidade aos equipamentos sociais e serviços urbanos
- Ambiental
- Conflitos territoriais
- Favelas e áreas de riscos
- Moradia
- Transgênicos

APÊNDICE B - Exemplo de Roteiro das entrevistas semiestruturadas



Universidade Estadual do Ceará – UECE

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGPq

Centro de Ciência e Tecnologia – CCT

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROPGeo

Doutorado em Geografia

Questionário para as *tradings* do agronegócio

Questionário vinculado à Tese de Doutorado: “Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano”.

Autora: Camila Dutra dos Santos

Orientadora: Prof.^a. Dr^a. Denise Elias

1. Qual a origem do grupo empresarial?
2. Quando, como e por que se implantou na região?
3. Quais os principais produtos/serviços da empresa?
4. Produz soja? (Se não, qual a relação com os sojicultores?)
5. Se produtora, qual a área cultivada e volume da produção?
6. Qual o ano de instalação na região?
7. É a única empresa do grupo na cidade ou há outras? (Para o caso afirmativo, anotar o número de estabelecimentos, localização, telefone e e-mail dos mesmos).
8. Qual a área de abrangência do mercado da empresa?
9. A empresa detém algum selo de garantia de qualidade?
10. Qual a importância da empresa perante o parque industrial do município?
11. Qual tem sido o papel do Estado (Governo Municipal, Estadual e Federal) na promoção do setor? Houve algum incentivo específico para implantação no local?
12. Quantos trabalhadores existem atualmente na empresa? Quantos no chão de fábrica e quantos na parte administrativa?

13. Qual o perfil e origem dos trabalhadores?
14. Existe uma mão de obra qualificada na cidade que atenda às necessidades da empresa? Onde essa mão de obra é capacitada? Quais são as áreas de formação que são demandadas pela empresa? Os cursos universitários e técnicos existentes na região atendem a essa demanda?
15. Como está configurada a cadeia produtiva da empresa?

Quanto à logística:

16. Quais infraestruturas a empresa tem na região (e em áreas próximas)?
17. Como se dá a logística do transporte/escoamento da produção ao local de armazenamento? De onde vem e pra onde escoar a produção?
18. Quais os pontos nodais do transporte?
19. A empresa se utiliza de alguma forma das hidrovias? Utilizam o porto de São Luís (Itaqui)? tem alguma ligação com o porto da Cargill em Santarém?
20. Quais seriam as principais rodovias utilizadas para receber e escoar tudo associado à produção local, todas as etapas da cadeia produtiva?
21. A empresa recolhe a produção adquirida ou ela é transportada pelos associados ou pela empresa contratada?
22. Quais os portos, rodovias que servem de conexão com a unidade visitada?
23. O que consideram como os grandes gargalos para o transporte da matéria prima e da produção?
24. Qual o grau de beneficiamento que a empresa dá produto?
25. Qual a localização dos postos de beneficiamento e sua capacidade?
26. Qual a capacidade estática de armazenagem? Onde estão localizados os armazéns?
27. A empresa só beneficia a produção adquirida ou presta serviço de beneficiamento para terceiros?
28. A empresa só armazena a produção adquirida ou presta serviço de armazenamento para terceiros?
29. Utiliza armazéns oficiais? Arrenda armazéns de terceiros?
30. A empresa vende insumos? Quais? Para quem?

31. Onde a empresa adquire os insumos que vende? De quem compra?
Como são transportados?
32. Quantos e onde se localizam os postos de insumos da empresa?
33. Sobre a política de preços da empresa, são determinados na bolsa?
34. Qual o papel da pesquisa e da tecnologia para a empresa?
35. De tudo que é necessário ao funcionamento da empresa, o que a empresa obtém no próprio comércio local?
36. A empresa contrata algum tipo de serviço na cidade?
37. Quais as transformações são perceptíveis na cidade/região associadas à chegada da empresa?
38. Há projetos de expansão e novos investimentos em andamento? Quais?
Como estão sendo financiados?
39. Quais são as vantagens dos projetos na região, relativamente a outras regiões?
40. Tem perspectivas de futuros mercados para a produção atual?
41. Quais as perspectivas para a próxima safra?
42. Atuando de forma similar a dessa empresa, o senhor poderia indicar outras na cidade?
43. Poderia indicar referências de empresas do ramo de insumos químicos; máquinas agrícolas; máquinas para agroindústrias; produtos farmacêuticos e veterinários, etc.?

APÊNDICE C – Roteiros dos Planejamentos e Relatórios dos trabalhos de campo

Roteiro de Planejamento de trabalho de campo

1. Introdução
2. Descrição da atividade
3. Municípios para visitação
4. Itinerário e orçamento de passagens
5. Agendamento de visitas
6. Cronograma de campo
7. Questionários
8. Endereços e telefones

Roteiro de Relatório de trabalho de campo

1. Introdução
2. Planilha de atividades realizadas
3. Quadro de resumos dos locais visitados
4. Lista de materiais bibliográficos e documentais obtidos
5. Transcrição das entrevistas
6. Lista de pessoas entrevistadas ou contatadas
7. Registros fotográficos

APÊNDICE D – Lista de Empresas/Instituições entrevistadas ou contatadas nos trabalhos de campo

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 20 DE OUTUBRO A 19 DE NOVEMBRO DE 2012			
Data	Instituição/Empresa	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
22/out	Bunge Alimentos LEM	Contatado	Gerente territorial
22/out	Sindicato dos Produtores Rurais de LEM	Entrevistado em LEM	Secretário Executivo
23/out	Sementes Oilema	Entrevistado em LEM	Gerente comercial/produção
23/out	Sementes Oilema	Entrevistado em Barreiras - Placas	Controle de qualidade
23/out	Associação dos Produtores de Sementes do Estado da Bahia (APROSEN)	Contatado	Presidente
23/out	Associação dos Produtores de Sementes do Estado da Bahia (APROSEN)	Entrevistado em LEM	Diretor Executivo
24/out	Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA)	Entrevistado em Barreiras	Assessor de agronegócios
24/out	Escritório do Distrito de Irrigação do Projeto São Desidério/Barreiras Sul	Entrevistado em Barreiras	Gerente executivo
26/out	Escritório do fazendeiro Célio Zuttion	Entrevistado em Barreiras	Fazendeiro/ Delegado Regional da Aiba de Roda Velha
26/out	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A (EBDA)	Entrevistado em Barreiras	Gerente regional
27/out	Escritório das Fazendas Busato	Entrevistado em Barreiras	Vendas
27/out	JCO Bioprodutos	Entrevistado em Barreiras	Eng. Agrônomo/Proprietário
29/out	Agrosul Máquinas Ltda.	Entrevistado em LEM	Diretor Adjunto

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 20 DE OUTUBRO A 19 DE NOVEMBRO DE 2012			
Data	Instituição/Empresa	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
29/out	Associação dos Engenheiros Agrônomos de LEM (AGROLEM)	Entrevistado em LEM	Presidente da Agrolem e Representante da Syngenta
29/out	Associação Comercial e Empresarial de Luís Eduardo Magalhães (ACELEM)	Entrevistado em LEM	Presidente da Acelem e Secretario de Desenvolvimento Econômico
29/out	Escritório Fazenda Roso e Algodoeira Roso	Entrevistado em LEM	Proprietário
29/out	Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo dos Gerais (CTG)	Entrevistado em LEM	Eng. Agrônomo/Responsável técnico da Complan/ Vice-Patrão do CTG
29/out	COMPLAN - Assist. Consult. Planej. Rural S/C Ltd.	Entrevistado em LEM	Eng. Agrônomo/Responsável técnico da Complan/ Vice-Patrão do CTG
31/out	Associação dos vendedores de máquinas e implementos da Bahia (Assomiba)	Entrevistado em LEM	Diretor Comercial da Lavobrás/ Presidente da Assomiba
31/out	Lavobrás	Entrevistado em LEM	Diretor Comercial da Lavobrás/ Presidente da Assomiba
31/out	Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano (Fundação BA)	Entrevistado em LEM	Gerente Geral
31/out	Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA)	Contatado em LEM	Gerente
31/out	Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA)	Contatado em LEM	Gerente de laboratório
31/out	Associação Baiana dos Produtores de Algodão (ABAPA)	Entrevistado em LEM	Eng. Agrônomo/ Coordenador Programa Fitossanitário

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 20 DE OUTUBRO A 19 DE NOVEMBRO DE 2012			
Data	Empresa/Instituição	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
31/out	Associação do comércio de insumos agrícolas (ACIAGRI)	Entrevistado em LEM	Presidente da Aciagri/ Gerente da CORPA/ Diretor da Associação Nacional dos Distribuidores de insumos agrícolas e veterinários (ANDAV)
31/out	Comércio e Representação de Produtos Agrícolas	Entrevistado em LEM	Presidente da Aciagri/ Gerente da CORPA/ Diretor da Associação Nacional dos Distribuidores de insumos agrícolas e veterinários (ANDAV)
31/out	Círculo Verde	Entrevistado em LEM	Eng. Agrônomo-consultor
01/nov	Cooperfarms	Entrevistado em LEM	Gerente Administrativo
01/nov	Cooperfarms	Contatado em LEM	Presidente
01/nov	Sindicato dos Produtores Rurais de Barreiras	Contatado em Barreiras	Secretário Executivo
30/out	Escritório Grupo Mizote	Contatado em Barreiras	Coord. Planej. Agrícola e Jurídico
06/nov	Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia (COOPROESTE)	Contatado em LEM	Encarregada de escritório
01/nov	RH Master Assessoria e Consultoria em RH	Contatado em LEM	RH Master
02/nov	Assentamento Angical	Entrevistados em Angical	Assentados
24/out	Loteamento Cobras	Entrevistado em Roda Velha-São Desidério	Corretora
24/out	Primeiro posto de gasolina de Roda Velha	Entrevistado em Roda Velha-São Desidério	Proprietário

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 20 DE OUTUBRO A 19 DE NOVEMBRO DE 2012			
Data	Empresa/Instituição	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
24/out	Loteamento do Grupo Célio Zuttion	Entrevistado em Roda Velha-São Desidério	Corretora
01/nov	Associação de Engenheiros Agrônomos de Barreiras (AEAB)	Entrevistada em Barreiras	Presidente
05/nov	Galvani Fertilizantes	Entrevistado em LEM	Assessor agrônomo
28/out	Carig Imobiliária	Contatado em LEM	Corretora
06/nov	Cooproeste-Cooperativa Agropecuária do Oeste da Bahia	Entrevistado em LEM	Gerente
01/nov	UFBA	Contatado em Barreiras	Coordenadora do curso de Geografia
05/nov	Prefeitura LEM	Entrevistado em LEM	Responsável pelo Setor de capacitação de recursos
05/nov	Associação dos Moradores do Mimoso do Oeste (AMMO)	Entrevistado em LEM	Aposentado. Foi um dos primeiros presidentes da AMMO. Esteve à frente do movimento de emancipação de LEM.

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 25 DE MAIO A 22 DE JUNHO DE 2013			
Data	Instituição / Empresa	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
28/maio	ABACAFÉ	Contatado em LEM	Presidente
07/jun.	Ademar Marçal	Contatado em LEM	Produtor
06/jun.	ADM	Contatado em LEM	Gerente regional
28/maio	Agrimec	Entrevistado em LEM	Vendedor
28/maio	Agrovia (Massey)	Entrevistado em LEM	Consultor de vendas
28/maio	AIBA	Contatado em LEM	Presidente
30/maio	Aluna do Mestrado em Desenvolvimento Regional Urbano da UNIFACS	Contatado em Barreiras	Mestranda da UNIFACS
13/jun.	André Busato	Contatado em Barreiras	Produtor
30/maio	Aurora Serios	Entrevistado em LEM	Diretora Geral
30/maio	Baldan	Entrevistado em LEM	Gerente de marketing
28/maio	Bamagrill	Entrevistado em LEM	Gerente de vendas
30/maio	Bamaq	Contatado em LEM	Gerente Regional da Bahia
30/maio	Bamaq	Entrevistado em LEM	Consultor de vendas
09/jun.	Banco do Brasil	Contatado em Barreiras	Servidor
30/maio	Banet Sistemas de Irrigação (Valley)	Entrevistado em LEM	Engenheiro Agrônomo
28/maio	Bayer	Entrevistado em LEM	Administrador
30/maio	Bia Baldan	Entrevistado em LEM	Demonstrador

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 25 DE MAIO A 22 DE JUNHO DE 2013			
Data	Empresa/Instituição	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
30/maio	Bioeste	Contatado em Barreiras	Coordenador do curso Técnico em Agropecuária
04/jun.	Bunge (unidade Roda Velha)	Entrevistado em Roda Velha/São Desidério	Gestor comercial da unidade de Roda Velha
30/maio	C.A Representações	Contatado em LEM	Consultor de vendas
28/maio	Campo Total	Entrevistado em LEM	Vendedor
11/jun.	Cargill	Entrevistado em Posse - GO	Responsável pelo Complexo Soja
12/jun.	Carig Imobiliária	Entrevistado em LEM	Corretor
17/jun.	CDL	Contatado em Barreiras	Gerente
28/maio	Comil	Entrevistado em LEM	Gestor de negócios
05/jun.	Cooproeste	Contatado em LEM	Gerente
30/maio	Dartora Empreendimentos Imobiliários	Contatada em LEM	Técnico em Segurança do Trabalho
28/maio	Delta Agro	Entrevistado em LEM	Técnico
18/jun.	DERBA	Contatado em Barreiras	Secretário de Infraestrutura de Barreiras (foi engenheiro do DERBA)
28/maio	Dow Agrosiences	Entrevistado em LEM	Desenvolvimento de produtos/sementes
28/maio	Escola Agrícola de Barreiras	Contatado em LEM	Coordenador do curso Técnico em Agropecuária
10/jun.	Escritório Debona	Entrevistado em Posse - GO	Proprietário/produtor
29/maio	Estudante da UFBA que mora em Baianópolis	Contatado em Barreiras	Aluno da Geografia da UFBA
11/jun.	FAAHF/ CBF	Entrevistado em LEM	Sócio-diretor

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 25 DE MAIO A 22 DE JUNHO DE 2013			
Data	Empresa/Instituição	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
20/jun	Faculdade São Francisco de Barreiras - FASB	Entrevistado em Barreiras	Assessor do IAESB e Coordenador do setor de Pós-Graduação
20/jun	Faculdade São Francisco de Barreiras - FASB	Entrevistado em Barreiras	Coordenador do Curso de Agronomia
08/jun.	Fazenda Adelar Capelesso	Entrevistado no Novo Paraná (LEM)	Proprietário/produtor
13/jun.	Fazenda Anívio Tim	Entrevistado em Cascudeiro (Baianópolis)	Proprietário/produtor
11/jun.	Fazenda Colorado	Entrevistado em LEM	Proprietário/produtor
11/jun.	Fazenda Colorado	Entrevistado em LEM	Proprietário/produtor
13/jun.	Fazenda Schwingel	Entrevistado em Cascudeiro (Baianópolis)	Proprietário/produtor
05/jun.	Fazenda Unyte	Contatado em LEM	Gerente
10/jun.	Fazendas Savana e Renascer	Entrevistado em Posse	Proprietário
28/maio	Fazendas Zutton	Contatada em Barreiras	Diretora
28/maio	Fundesys	Contatada em LEM	Coordenadora
09/jun.	Galvani	Contatado em LEM	Diretor Comercial
12/jun.	Grupo Hungaro	Entrevistado em LEM	Gerente Comercial
17/jun.	Grupo Mizote	Entrevistado em São Desidério	Gerente Administrativo
17/jun.	Grupo Mizote	Entrevistado em São Desidério	Gerente de Produção

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 25 DE MAIO A 22 DE JUNHO DE 2013			
Data	Empresa/Instituição	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
19/jun.	Horita Empreendimentos Agrícolas LTDA	Entrevistado em Barreiras	Gerente
12/jun.	Hotel Saint Louis	Entrevistado em LEM	Gerente
12/jun.	IBAMA	Contatado em Barreiras	Secretário
08/jun.	IBGE	Contatado em Barreiras	Técnico
04/jun.	Imobiliária Dom Jacó	Entrevistado em São Desidério	Subsecretário de Roda Velha
30/jun.	IrrigaBem Consultoria	Contatado em LEM	Diretor
28/maio	Itafort	Entrevistado em LEM	Engenheiro Agrônomo
28/maio	Jacto	Entrevistado em LEM	Engenheiro de vendas
28/maio	Jaraguá Bahia (New Holland Agriculture)	Entrevistado em LEM	Vendas
30/maio	JCO Bioprodutos	Contatado em LEM e Barreiras	Engenheiro Agrônomo e proprietário
18/jun.	JUCEB	Contatado em Barreiras	
28/maio	Jumil	Entrevistado em LEM	Supervisor de vendas
31/maio	L. Xavier Ind. Com. De Óleos Vegetais LTDA. (Torta de óleo de algodão) - Superleiteira	Entrevistado em LEM	Diretor
07/jun.	Mauricéia Alimentos	Entrevistada em LEM	Diretora
30/maio	Maxum (Case)	Entrevistado em LEM	Consultor de vendas
28/maio	Mega Máquinas	Entrevistado em LEM	Vendedor (setor construção)
30/maio	Missioneira (Agrale)	Entrevistado em LEM	Consultor de vendas

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 25 DE MAIO A 22 DE JUNHO DE 2013			
Data	Empresa/Instituição	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
30/maio	Montana (matriz)	Entrevistado em LEM	Departamento comercial
06/jun.	Multigrin	Contatado em LEM	Gerente
30/maio	Nordeste Topografia	Contatado em LEM	Departamento Administrativo
30/maio	Nordeste Topografia	Contatado em LEM	Departamento Técnico/Administrativo
03/jun.	ONG Desenvolvimento	Entrevistada em Barreiras	Assistente de Desenvolvimento Social da ONG
30/maio	Paso Ita	Entrevistado em LEM	Técnico
18/jun.	Posto Imperador	Entrevistado em LEM	Gerente
12/jun.	Prefeitura de Formosa	Contatado em Barreiras	Vice-prefeito de Formosa
30/maio	Primavia	Entrevistado em LEM	Gerente Comercial
11/jun.	Produtor da Bela Vista	Contato repassado por Alcides Viana	Jovem produtor
30/maio	Rota Premium (Land Rover)	Entrevistado em LEM	Assistente de Vendas
11/jun.	Rural Longo & Ferreira	Entrevistado em Posse - GO	Gerente de Vendas
07/jun.	Sandias Agronegócios e Investimentos	Entrevistado em LEM	Proprietário
07/jun.	Sandias Agronegócios e Investimentos	Contatada em LEM	Secretária
15/jun.	Secretaria de Ação Social de Barreiras	Contatado em Barreiras	Assistente social
31/maio	Secretaria de Agricultura de São Desidério	Entrevistado em LEM	Secretário de Agricultura de São Desidério

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 25 DE MAIO A 22 DE JUNHO DE 2013			
Data	Empresa/Instituição	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
29/maio	Secretaria Meio Ambiente de São Desidério	Contatado em LEM	Secretário
30/maio	Sementes Líder	Entrevistado em LEM	Consultor de vendas
28/maio	Serrana Aviação Agrícola	Contatado em LEM	Consultor de vendas
30/maio	Silo Peças	Entrevistado em LEM	Proprietário e representante
28/maio	Silo-Soja	Entrevistado em LEM	Sócio-gerente
20/jun.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiras	Entrevistado em Baraúna (distrito de Barreiras)	Presidente
27/jun.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de LEM	Entrevistado em LEM	Presidente
27/jun.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de LEM	Contatado em LEM	Vice-Presidente
28/maio	Sindicato Rural de Barreiras	Contatado em LEM	Vice-presidente do Sindicato Rural de Barreiras
28/maio	Sotreq	Entrevistado em LEM	Engenheiro mecânico
16/jun.	SUDIC	Contatado em Barreiras	Gerente Regional
28/maio	Tatu Marchesan	Entrevistado em LEM	Departamento de comunicação
20/jun.	UFBA	Contatado em Barreiras	Professor do curso de Geografia da UFBA e membro do Núcleo Acadêmico
20/jun.	UFBA	Contatado em Barreiras	Professor do curso de Geografia da UFBA
20/jun.	UNEB	Contatado em Barreiras	Coordenador do curso de agronomia da UNEB

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 25 DE MAIO A 22 DE JUNHO DE 2013			
Data	Empresa/Instituição	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
28/maio	Uniagro	Entrevistado em LEM	Coordenador
30/maio	Unicampo (representante da Montana em LEM)	Entrevistado em LEM	Representante
30/maio	V.L Selch Representações Comerciais LTDA (representante da Dupont e Pioneer)	Entrevistado em LEM	Pesquisa
30/maio	V.L Selch Representações Comerciais LTDA (representante da Dupont e Pioneer)	Entrevistado em LEM	Representante
30/maio	Valfran	Entrevistado em LEM	Supervisor de vendas no Oeste Baiano
30/maio	Valmont/ Valley	Entrevistado em LEM	Departamento Comercial
10/jun.	Valter Gatto	Contato repassado por Alcides Viana	Produtor

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 19 DE JANEIRO A 19 DE FEVEREIRO DE 2014			
URUÇUI-PI			
Data	Instituição / Empresa	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
23/jan.	Ex-prefeito e ex-deputado	Contatado	Ex-prefeito e ex-deputado
23/jan.	Cooperativa dos produtores rurais de Uruçuí	Entrevistado	Presidente
23/jan.	Banco do Brasil de Uruçuí	Contatada	Caixa
24/jan.	Produtor rural	Contatado	Produtor
25/jan.	Jonh Jerre de Uruçuí	Contatado	Vendedora
25/jan.	Case de Uruçuí	Contatado	Vendedor
25/jan.	New Agro	Contatado	Vendedor
25/jan.	Produtor rural	Contatado	Produtor
25/jan.	Câmara de vereadores de Uruçuí	Contatada	Produtora e vereadora
25/jan.	Sindicato Rural de Uruçuí	Entrevistado	Vice-presidente
26/jan.	UESPI	Contatada	Aluna do curso de Geografia
26/jan.	UESPI	Contatada	Aluna do curso de Geografia
26/jan.	UESPI	Contatada	Aluna do curso de Geografia
27/jan.	Secretária de agricultura de Uruçuí	Entrevistada	Secretaria
27/jan.	UESPI	Contatada	Aluna do curso de Geografia
28/jan.	Advocacia e Consultoria	Entrevistada	Advogada
29/jan.	Sindicato dos trabalhadores rurais de Uruçuí	Entrevistado	Presidente

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 19 DE JANEIRO A 19 DE FEVEREIRO DE 2014			
URUÇUI-PI			
Data	Empresa/Instituição	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
29/jan.	Associação de Nova Santa Rosa	Entrevistado	Presidente
29/jan.	Miranda Car	Contatados	Proprietários
30/jan.	Posto Cacique	Entrevistado	Proprietário
30/jan.	Produtor Rural	Entrevistado	Produtor
30/jan.	Produtores rurais	Entrevistados	Produtores
30/jan.	Produtora rural	Entrevistada	Produtora
30/jan.	Bairro Vila Piauí	Entrevistada	Doméstica/moradora da Vila Piauí
31/jan.	Produtor rural	Contatado	Produtor
OESTE DA BAHIA			
04/jan.	Sindicato dos trabalhadores rurais de São Desidério	Entrevistado	Presidente
04/jan.	Secretaria de Meio Ambiente e Turismo	Entrevistado	Secretario
03/fev.	Secretaria de agricultura de São Desidério	Entrevistado	Secretario
05/fev.	IBAMA - GEREX Barreiras	Entrevistado	Analista Ambiental
05/fev.	Instituto Ambiental do Meio Ambiente - INEMA - Unidade Regional Oeste	Entrevistado	Coordenador regional
06/fev.	Irrigabem e Monitorar	Entrevistado	Diretor
06/fev.	Grupo Franciosi	Entrevistado	Gerente de Recursos Humanos

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 19 DE JANEIRO A 19 DE FEVEREIRO DE 2014			
OESTE DA BAHIA			
Data	Empresa/Instituição	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
06/fev.	Produtor	Entrevistado	Produtor de Panambi
07/fev.	ABACAFÉ	Entrevistado	Presidente
07/fev.	Multigrain	Entrevistado	Gerente do armazém de LEM
10/fev.	AIBA	Entrevistado	Diretor do Departamento de Meio Ambiente
10/fev.	Produtor rural	Entrevistado	Produtor de Riachão
10/fev.	Jornal Nova Fronteira	Entrevistado	Editor chefe
10/fev.	UMOB	Entrevistada	Secretária Executiva
10/fev.	UMOB	Entrevistada	Apoio técnico aos colegiados
10/fev.	Amorvale	Contatada	Secretária Executiva
10/fev.	Prefeitura Formosa do Rio Preto	Entrevistado	Vice-prefeito de Formosa
12/fev.	Produtor rural	Contatado	Produtor da Sul Colonizadora
12/fev.	Hotel Buritis	Entrevistado	Ex-vereador de Formosa e Ex-produtor rural do Coaceral
12/fev.	Cartório de Formosa	Entrevistado	Escriturário
12/fev.	Consultoria Soethe & Feldhaus	Contatado	Engenheiro Agrônomo
12/fev.	Sindicato Rural de Formosa	Entrevistado	Presidente
12/fev.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Formosa	Entrevistado	Ex-presidente
12/fev.	Sindicato dos Servidores Públicos de Formosa	Entrevistada	Presidente

Continuação

TRABALHO DE CAMPO REALIZADO DE 19 DE JANEIRO A 19 DE FEVEREIRO DE 2014			
OESTE BAIANO			
Data	Empresa/Instituição	Entrevistado ou contatado	Cargo/setor
12/fev.	Solução Contábil	Entrevistado	Contador
12/fev.	Nelore Bata	Entrevistado	Pecuarista
13/fev.	Centro Territorial de Ensino Profissional - CETEP Bacia do Rio Preto	Entrevistado	Coordenador do curso de Técnico em Agropecuária
'	Produtor rural	Entrevistado	Produtor do Coaceral
17/fev.	Profissional - Consultoria	Entrevistado	Diretor
17/fev.	Profissional - Consultoria	Contatado	Vice-diretor
17/fev.	Plasteca	Entrevistado	Engenheiro Agrônomo
17/fev.	SUDIC	Contatada	Gerente Regional
18/fev.	Produtor rural	Contatado	Produtor pioneiro na região de Placas
18/fev.	IBGE – Barreiras	Contatado	Geógrafo